



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGEA

**AGRONEGÓCIO E MERCADO DE TRABALHO NOS CERRADOS
PIAUIENSES: novas dinâmicas, contradições e transformações**

Tiago Fernandes Rufo

Tese de Doutorado



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**AGRONEGÓCIO E MERCADO DE TRABALHO NOS CERRADOS
PIAUIENSES: novas dinâmicas, contradições e transformações**

Tiago Fernandes Rufo

Orientador
Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Tese de Doutorado

Brasília-DF: dezembro/ 2020



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

AGRONEGÓCIO E MERCADO DE TRABALHO NOS CERRADOS PIAUIENSES: novas dinâmicas, contradições e transformações

Tiago Fernandes Rufo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Aprovado por:

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Orientador – PPGEA, UnB

Prof^a Dr^a Vera Lúcia Salazar Pessoa
PPGEO – UEG

Prof. Dr. João Mendes da Rocha Neto
Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira
Instituto de Estudos Socioambientais – IESA, UFG

Prof^a Dr^a Edilene Américo Silva
Suplente – Instituto Federal de Brasília (IFB)

Ficha Catalográfica

RUFO, TIAGO FERNANDES

Agronegócio e mercado de trabalho nos Cerrados Piauienses: novas dinâmicas, contradições e transformações. 2021. 376 p. (GEA/IH/UnB, Doutor, Geografia – Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional, 2021).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

1. Cerrados Piauienses

2. Reestruturação Produtiva

3. Agronegócio

4. Trabalho

5. MATOPIBA

6. Precarização do Trabalho

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Tiago Fernandes Rufo

Dedico este trabalho, de forma mais que especial,
aos meus filhos Pedro e Filipe.
Vocês simbolizam o meu novo eu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha vida. O sentimento de gratidão é imenso, agradeço pela minha saúde e da família. A pandemia nos deu um pequeno susto no mês de agosto desse ano, tendo em vista a necessidade de uma breve internação do meu pai, João Rufo. Graças a Deus ocorreu tudo bem.

Agradeço aos meus pais João Rufo e Evandia Fernandes, que tiveram coragem e determinação ao migrar, em 1999, de Monte Alegre do Piauí para Brasília em busca de novas perspectivas. Essa coragem foi determinante e aquele menino que brincava de “gadinho de pau”, nas roças e no mato, trilhou bons caminhos ao longo desses 22 anos no DF. Alcançar esse nível dimensiona os seus esforços. Agradeço aos meus irmãos Gabriel e Fernanda que, desde pequenos, aproveitaram as oportunidades e valorizaram os esforços dos nossos pais. Os agradecimentos se estendem a Carol, prima que se tornou irmã, e ao meu tio Edjânio, sempre presente no ambiente familiar, durante boa parte da infância e adolescência.

Agradeço, de forma especial, a minha companheira e esposa Halanna Marques. Desde quando nos conhecemos naquela festinha de forró, final de 2011, no povoado Ingazeira, Monte Alegre do Piauí, minha vida se transformou e tive a oportunidade de conviver com uma pessoa de coração enorme, que me apoiou e ajudou a alcançar os objetivos. Essa união rendeu dois lindos frutos, Pedro e Filipe, a quem tanto amamos, brincamos, descontraímos e cuidamos. As suas chegadas impactaram diretamente nos planos para o andamento do doutorado. Me afastei do trabalho em julho de 2018 e em dezembro de 2019 nascia o Pedrinho, de parto prematuro de 34 semanas e 5 dias, 18 dias em UTI neonatal. Ao final de janeiro de 2020, próximo do início da pandemia no Brasil, fomos surpreendidos com a segunda gravidez. Era o Filipe. Resultando em uma gravidez que exigiu muitos cuidados pelo histórico recente de pré-eclâmpsia da minha esposa e pelo contexto pandêmico. Hoje, graças a Deus, está tudo bem e são as grandes alegrias das nossas vidas. Entretanto, a paternidade impôs novos desafios, sobretudo para elaboração final da tese, tendo em vista o trabalho em cuidar e se preocupar verdadeiramente com dois bebês. Apesar de tudo, as pequenas retribuições do dia a dia, como um beijo, uma nova palavra no vocabulário, as brincadeiras e as emoções serviram como estímulo final.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEA), da Universidade de Brasília (UnB). Ao atual coordenador do PPGEA, Valdir Steinke, e aos servidores administrativos seu Jorge e Agnelo, pela ajuda nos processos burocráticos, pedidos de documentações e prorrogação de prazo.

Agradeço, de forma imensurável, ao professor Fernando Sobrinho que se tornou mais que um orientador de pesquisa. Lembro-me quando ainda estava no segundo semestre da graduação em Geografia, ano de 2010, e o procurei para entrar em um projeto de pesquisa vinculado ao Programa Bolsa Permanência da UnB, que condicionava o ganho de uma bolsa de R\$ 465,00 à participação em um grupo de pesquisa oficial da universidade. Desde aquele período, através dos projetos de pesquisas desenvolvidos, especialmente sobre Urbanização nos Cerrados do Brasil Central, possibilitando trilhar na temática do agronegócio na região do Sul do Piauí, até a orientação na graduação e no mestrado, me tornei uma nova pessoa a partir dos rotineiros conselhos, indicações e conversas, tanto no aspecto da orientação, como também relacionados à vida pessoal, como planejamento financeiro e familiar, organização e metas. Nesse sentido, suas contribuições foram além das orientações de pesquisas acadêmicas. Graças ao empenho e o percurso trilhado na graduação, com grande participação do professor Fernando Sobrinho, ao final de 2013, antes mesmo da colação de grau, fui aprovado no concurso da Secretaria de Estado Educação do Distrito Federal (SEEDF), onde atuo como professor.

Aos professores do PPGEA, especialmente ao professor Juscelino Bezerra, que contribuiu significativamente na banca do mestrado e na qualificação do doutorado. Agradeço também às professoras Edilene e Vera Lúcia Pessoa pela participação na qualificação do projeto de doutorado.

À SEEDF pela oportunidade concedida no Afastamento Remunerado para Estudos (ARE) vinculado à Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação (EAPE), possibilitando, por meio de edital, a dedicação exclusiva ao doutorado em Geografia desde julho de 2018. Agradeço, de forma especial, a servidora Alzira Neves, pelas inúmeras dúvidas sanadas durante o pedido de prorrogação de prazo do ARE.

De forma especial, agradeço ao nobre colega Gilvan Charles Cerqueira de Araújo, também professor da SEEDF, com quem tenho parceria para produção de alguns artigos científicos, sobretudo na área de ensino em Geografia. Agradeço pela leitura das seções da minha tese, pelas correções e indicações.

Ao colega de curso na UnB, Lucas Garcia, que se dispôs a produzir os mapas da minha tese. Pessoas como você são raras. Obrigado, de verdade!

Ao meu primo Ueide, pela disposição e ajuda na saída de campo realizada em janeiro de 2020 nos platôs piauienses, possibilitando o contato com trabalhadores das fazendas e empresas agrícolas. A aventura em subir de moto aquela serra e enfrentar as estradas precárias, sobretudo por ser no período chuvoso, deu um pouco de noção do que parte dos trabalhadores do agronegócio se dispõe a superar para oferecer sua força de trabalho.

Agradeço à minha sogra, Maria das Mercês, pelo apoio na reta final, ao se predispor em ficar quase um mês fora da sua casa, ajudando minha esposa nos cuidados com as nossas crianças, permitindo me ausentar de casa por mais horas durante esses dias.

Aos trabalhadores que tive contato durante as saídas de campo. Agradeço de forma especial a algumas pessoas que tiveram participação fundamental para a adaptação da metodologia por conta da pandemia: professor Paulo Rodrigo Pereira, coordenador do curso de Agronomia da UFPI de Bom Jesus-PI, responsável pela sugestão de elaboração de questionários *online* destinados aos professores e estudantes universitários das instituições de ensino alvo da pesquisa, como também pela divulgação dos questionários com estudantes e professores. Os agradecimentos se estendem à minha cunhada Edla Maria, pela divulgação do questionário aos estudantes universitários do seu círculo de contatos.

Aos colegas da UnB que conheci e tive contato durante as disciplinas do doutorado: Joesley Dourado, Wagner Freitas, Celso Gomes, Juliana Lelis, Denise Mota e em especial ao nobre Orimar Sobrinho, com quem produzi alguns artigos para eventos acadêmicos e me ajudou com a produção de mapas para utilização em artigos científicos e para o relatório de qualificação.

Aos integrantes da banca de defesa da tese: a professora Vera Lúcia Salazar Pêsoa, professores João Mendes da Rocha Neto e Adriano Rodrigues de Oliveira, e ainda Edilene Américo (suplente), pela leitura, avaliação, apontamentos, críticas e proposições à tese.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, participaram do desenvolvimento da pesquisa ao longo dos cinco anos do doutorado. Essa tese é resultado de continuidade da temática da monografia e da dissertação de mestrado. Trata-se, portanto, da consumação de todo um percurso acadêmico.

Obrigado, de verdade!

RESUMO

A Geografia do Trabalho possui grande potencialidade para o entendimento da reestruturação produtiva do capital e os impactos sobre a classe trabalhadora, como na precarização e a intensificação da exploração do trabalho. O cenário atual da economia brasileira indica o foco no agronegócio pautado produção de *commodities*, sobretudo da soja, destinadas principalmente ao mercado externo, e o contexto de expansão desse modelo para novos territórios, como os Cerrados Piauienses a partir da década de 1990. Nesse sentido, esse recorte territorial foi inserido como nova fronteira agrícola do agronegócio, realidade já presenciada nos demais estados do MATOPIBA (região que contempla partes do Maranhão, do Tocantins, Piauí e Bahia), repercutindo no aumento da produção agrícola e incremento do trabalho agropecuário, entretanto, com rebatimentos contraditórios sobre a classe trabalhadora. Assim, o objetivo central da tese é de compreender as novas dinâmicas no mercado de trabalho na região dos Cerrados Piauienses a partir da reestruturação produtiva do agronegócio no âmbito regional. A metodologia baseou-se nas seguintes etapas: a) revisão bibliográfica; b) levantamento de dados oficiais em instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); c) realização de trabalhos de campo, entrevistas e registro fotográfico; d) adaptação da metodologia em decorrência da pandemia de COVID-19 através da realização de entrevistas de forma remota e aplicação de questionários *online* aos trabalhadores, estudantes e professores de universidades públicas de Bom Jesus e Uruçuí; e) organização e análise dos dados coletados, elaboração de tabelas, quadros, gráficos e produtos cartográficos; f) elaboração, ajustes e redação final da tese. A análise sobre o agronegócio implantando nos Cerrados Piauienses e as reconfigurações no âmbito do trabalho permite-nos apontar cenários de intensificação da exploração do trabalho, o incremento do trabalho agropecuário formal e informal na região, a seletividade e precarização dos novos postos de trabalho, em grande parte permeadas pelo poderio das *tradings* e redes agroindustriais e nas reconfigurações da economia urbana, sobretudo no âmbito das cidades do agronegócio piauiense, Bom Jesus e Uruçuí como estudos de caso e análise. Identificou-se ainda a tendência de inserção da população local em postos de trabalho menos especializados, a rotulação dos trabalhadores piauienses, a resistência na inserção e presença dos trabalhadores locais em postos de trabalhos mais especializados, entretanto, com pequenos indicativos de melhorias nesse quesito, como consequência da atuação das instituições de ensino superior e técnico na formação da mão de obra especializada, com grande presença ainda de estudantes e professores de outros estados brasileiros.

Palavras-chave: Cerrados Piauienses. Reestruturação Produtiva. Agronegócio. Trabalho. MATOPIBA. Precarização do Trabalho.

ABSTRACT

The Geography of Work has a huge potential for understanding the productive restructuring of capital and your impacts on the working class, such as the precariousness and intensification of labor exploitation. The present view from the Brazilian economy indicates the main focus on agribusiness based on the production of commodities, notably products like soy, directed mainly at the foreign market, and the context of expansion of this model to new territories, such as the Cerrados of Brazilian's state of Piauí since the 1990s decade. Therefore, this territorial cut was chosen as the new agricultural frontier of agribusiness, a reality already witnessed in the other states from a region that groups parts of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia states's territories (as know as MATOPIBA), resulting in increased agricultural production and agricultural work, however, with contradictory repercussions on the working class in both situations. From that overview, the main objective of this doctoral thesis is to understand the new dynamics in the labor market from the Cerrados region in the case of Brazilian's state of Piauí from the productive restructuring of agribusiness at the regional scale. The methodology was based on the following steps: a) bibliographic review; b) collection of official data in government institutions such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (as know as IBGE) and the Ministry of Labor and Employment (as know as MTE), through the Annual Social Information List (as know as RAIS) and the General Register of Employed and Unemployed (as know as CAGED); c) carrying out fieldwork, interviews and photographic record; d) adaptation of the methodology as a result of the COVID-19 pandemic by conducting interviews remotely and applying online questionnaires to workers, students and teachers at public universities in Bom Jesus and Uruçuí cities; e) organization and analysis of collected data, preparation of tables, charts, graphs and cartographic products; f) elaboration, adjustments and final version of this doctoral thesis. The analysis of agribusiness implanting in the Cerrados of Brazilian's Piauí state and the reconfigurations in the scope of work led us to point out scenarios of intensification of labor exploitation, the increase of formal and informal agricultural work types and organization in the region, the selectivity and precariousness of new jobs, in largely permeated by the power of trading companies and agro-industrial networks and in the reconfiguration of the urban economy, especially in the context of the agribusiness cities of Piauí state, as such Bom Jesus and Uruçuí chosen like case studies and anlysis. It was also identified the trend of insertion and presence of the local population in less specialized jobs, the labeling of workers from Piauí state, the resistance in the insertion of local workers in more specialized jobs, however, with small indications of improvements in this aspect, as a consequence the performance of higher and technical education institutions in the specialized labor formation, with a large presence of students and teachers from other Brazilian states.

Keywords: Cerrados in the Brazilian's state of Piauí. Productive Reestruturing. Agribusiness. Work. MATOPIBA. Work's precariousness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matriz Metodológica proposta por ELIAS (2017)	28
Figura 2 - Área de expansão da produção de grãos no Piauí	40
Figura 3 - Estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível	80
Figura 4 - O MATOPIBA sob a perspectiva dos povos tradicionais da região	101
Figura 5 - Processo de estrangeirização da terra no MATOPIBA	122
Figura 6 - Projeto da Ferrovia Norte-Sul.....	129
Figura 7 - Localização da Ferrovia Transnordestina.....	130
Figura 8 - Processo de verticalização em LEM, Bahia- Brasil.....	141
Figura 9 - Processo de verticalização em Bom Jesus-PI.....	142
Figura 10 - Trabalhadores escravos resgatados no Oeste Baiano pela Justiça do Trabalho .	159
Figura 11 - Funcionários da unidade Cargill em Barreiras em greve.....	163
Figura 12 - Utilização de sistemas de irrigação na Fazenda Nossa Senhora de Fátima, às margens da BR-135- Redenção do Gurguéia-PI	173
Figura 13 - Áreas de pastagens e criação de bovinos nos platôs piauienses	192
Figura 14 - Fazenda Alvorada, da família Fritzen em Gilbués- PI	202
Figura 15 - Formação das imensidões verdes ou “desertos verdes” nos Cerrados Piauienses	204
Figura 16 - Instalações da CHS, Serra do Quilombo, Bom Jesus-PI.....	214
Figura 17 - Unidade Armazenadora da Bunge Alimentos na Serra do Quilombo, Bom Jesus-PI.....	214
Figura 18 - Operador de máquinas em atividade na Serra do Quilombo, Gilbués-PI.....	225
Figura 19 - Caseiro da Fazenda Bom Jardim	226
Figura 20 - Mecânico Agrícola da Maxum Case atuando em fazenda produtora dos Cerrados Piauienses	227
Figura 21 - Subida serra no povoado Jatobá - Monte Alegre do Piauí-PI.....	259
Figura 22 - Casas destinadas aos trabalhadores da Fazenda Celeiro Sementes, Monte Alegre do Piauí-PI.....	261
Figura 23 - Alojamentos da Fazenda Bom Jardim, Bom Jesus-PI.....	262
Figura 24 - Região de atuação da RISA S.A	279
Figura 25 - Região de atuação da Insolo Agroindustrial.....	280
Figura 26 - Unidade fabril da Bunge Alimentos em Uruçuí-PI	282
Figura 27 - Final do asfaltamento da Transcerrados- Trecho entre a Bunge e a BR 135	284

Figura 28 - Trecho da Rodovia Transcerrados sem asfaltamento na Serra do Quilombo.....	285
Figura 29 - Agrosul John Deere em Bom Jesus-PI	288
Figura 30 - Entrada de Bom Jesus – autointitulada capital do agronegócio piauiense	292
Figura 31 - Entrada de Uruçuí – auto intitulada capital dos Cerrados Piauienses	292
Figura 32 - Casa de adobe relativamente próxima de lojas representantes de multinacionais em Bom Jesus-PI.....	301
Figura 33 - Residência do Condomínio fechado Consórcio das Águas – Bom Jesus-PI.....	301
Figura 34 - Bairro em expansão em Bom Jesus - Periferização da cidade.....	301
Figura 35 - Casa planejada, construída e financiada pela Caixa Econômica Federal, Rua Flor de Liz, Bairro Luís Estruvial, Bom Jesus-PI.	302
Figura 36 - Uruçuí Velho e Uruçuí Novo – tendências de urbanização opostas.....	303
Figura 37 - Povoado Nova Santa Rosa- Uruçuí- PI, novo padrão urbano	304

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Vínculos ativos no setor agropecuário nos Cerrados Piauienses (1997, 2007 e 2017)	46
Gráfico 2: Tipo de Trabalho Escravo no MATOPIBA- 2012 e 2018	158
Gráfico 3: Evolução da Quantidade Produzida de Soja na área de estudo e no Piauí (1997 a 2018).....	172
Gráfico 4: Evolução da produção de milho na área de estudo e no Piauí – 1997 a 2018	177
Gráfico 5: Máquinas agrícolas segundo o tipo na região dos Cerrados Piauienses (2006 e 2017)	179
Gráfico 6: População residente por local de nascimento (outros estados) - 2010.....	200
Gráfico 7: Tempo no atual emprego - trabalhadores não especializados	210
Gráfico 8: Movimentações de trabalhadores no setor agropecuário na região de estudo em 2019 (mês a mês) no setor agropecuário	215
Gráfico 9: Tempo de residência no Piauí dos profissionais especializados caso venha de fora	230
Gráfico 10: Cursos de formação dos trabalhadores especializados.....	233
Gráfico 11: Cargos dos trabalhadores especializados	235
Gráfico 12: Cargos de todos os trabalhadores participantes da pesquisa	236
Gráfico 13: Cargos listados pelos trabalhadores não especializados	238
Gráfico 14: Estados do MATOPIBA que os trabalhadores já atuaram	238

Gráfico 15: Estados do MATOPIBA que os trabalhadores especializados já atuaram	239
Gráfico 16: Estados do MATOPIBA que os trabalhadores não especializados já atuaram ..	240
Gráfico 17: Outros estados brasileiros onde trabalhadores também já atuaram.....	240
Gráfico 18: Avaliação da mão de obra local diante do novo cenário de geração de emprego a partir do agronegócio.....	245
Gráfico 19: Há muitos sulistas ocupando cargos com maior qualificação?	246
Gráfico 20: Atividade principal desempenhada pelos familiares dos trabalhadores especializados	247
Gráfico 21: Atividades complementares desenvolvidas, citadas pelos trabalhadores não especializados	247
Gráfico 22: Funcionamento do sistema de folgas de todos os trabalhadores.....	254
Gráfico 23: Avaliação das condições de trabalho pelos trabalhadores.....	257
Gráfico 24: Avaliação da remuneração – trabalhadores especializados (questionário online)	257
Gráfico 25: Planos futuros dos trabalhadores especializados – questionário online.....	258
Gráfico 26: Principais necessidades de melhorias nas condições de trabalho.....	258
Gráfico 27: Tipo de Trabalho escravo na área de estudo – 2012 a 2020	264
Gráfico 28: Vinculação dos estudantes – Instituições de ensino	326
Gráfico 29: Origem dos estudantes por Unidade Federativa.....	327
Gráfico 30: Motivação na escolha do campus em que estuda.....	327
Gráfico 31: Municípios de origem dos estudantes participantes do questionário online	329
Gráfico 32: Tipo de residência dos estudantes	330
Gráfico 33: Períodos em que os estudantes retornam ao seu município de origem	331
Gráfico 34: Cursos dos Estudantes participantes do questionário online.....	331
Gráfico 35: Cursos que parte dos estudantes já tentou cursar ou já é formado	332
Gráfico 36: Composição familiar dos estudantes participantes do questionário online.....	332
Gráfico 37: Atividades rurais desenvolvidas pelos familiares	333
Gráfico 38: Pretensões/Perspectivas dos estudantes após a conclusão do curso.....	333
Gráfico 39: Avaliação das empresas e fazendas agrícolas da região pelos estudantes	335
Gráfico 40: Avaliação dos estudantes referente à oferta de trabalho especializado.....	336
Gráfico 41: Instituição de ensino de formação dos trabalhadores especializados.....	337
Gráfico 42: Instituição de vinculação dos professores	337
Gráfico 43: Município onde residem os professores universitários	338
Gráfico 44: Curso de formação dos Professores Universitários.....	339

Gráfico 45: Insituições de formação dos professores universitários	340
Gráfico 46: Nível de formação dos professores participantes da pesquisa	340
Gráfico 47: Cursos em que os professores universitários ministram aulas	341
Gráfico 48: Tempo de residência no município onde mora atualmente.....	341
Gráfico 49: Principais motivos da alta rotatividade de professores nas instituições de ensino	342
Gráfico 50: Opinião dos professores se a população local encontra-se inserida nas dinâmicas do agronegócio	347
Gráfico 51: Opinião dos professores se a mão de obra local possui formação necessária para atuação na área.....	347
Gráfico 52: Opinião dos professores se há necessidade de importação de mão de obra especializada de outros estados e regiões brasileiras.....	348
Gráfico 53: Opinião dos professores sobre a origem predominante dos estudantes que vem de fora do Piauí	348
Gráfico 54: Avaliação dos índices das desistências ou jubilamentos de estudantes nas instituições de ensino.....	350
Gráfico 55: Principais motivos das desistências e jubilamentos de alunos	350
Gráfico 56: Opinião dos professores quanto à inserção dos egressos no mercado de trabalho vinculado ao agronegócio local	353
Gráfico 57: Opinião dos professores quanto a inserção dos egressos no mercado de trabalho fora do Piauí	356

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da área de estudo – Microrregiões Alto Paraíba Piauiense e Alto Médio Gurguéia	38
Mapa 2: Biomas presentes na região de estudo	41
Mapa 3: Área de estudo – manchas do agronegócio de grãos	43
Mapa 4: Delimitação do MATOPIBA – Microrregiões pertencentes.....	108
Mapa 5: MATOPIBA - Biomas	110
Mapa 6: Áreas Agrícolas na América do Sul	126
Mapa 7: Localização das cidades do agronegócio do MATOPIBA.....	133
Mapa 8: Localização das Microrregiões selecionadas no MATOPIBA.....	134

Mapa 9: Área Agrícola de Soja em 1995 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	146
Mapa 10: Área Agrícola de Soja em 2006 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	147
Mapa 11: Área Agrícola de Soja em 2017 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	147
Mapa 12: Produção de soja em 1995 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	148
Mapa 13: Produção de soja em 2006 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	148
Mapa 14: Produção de soja em 2017 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	149
Mapa 15: Área Agrícola de milho em 1995 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	150
Mapa 16: Área Agrícola de milho em 2006 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	150
Mapa 17: Área Agrícola de milho em 2017 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	151
Mapa 18: Produção de milho em 1995 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	151
Mapa 19: Produção de milho em 2006 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	152
Mapa 20: Produção de milho em 2017 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA	152
Mapa 21: Uso e cobertura do solo na área de estudo (1985, 1995, 2005 e 2019)	185
Mapa 22: Mapa Hipsométrico dos municípios da área de estudo	188
Mapa 23: Áreas e territórios legalmente atribuídos no MATOPIBA	195
Mapa 24: Origem de todos os trabalhadores participantes da pesquisa	221
Mapa 25: Origem dos trabalhadores especializados entrevistados	222
Mapa 26: Município de residência dos trabalhadores participantes da pesquisa	228

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Municípios da área de estudo- População total em 2010 e projeção para 2020.....	38
Tabela 2: Dados Populacionais da área de estudo: População total, urbana e rural em 2010.	39

Tabela 3: Quantidade produzida de Soja - Microrregiões Piauienses do MATOPIBA (1995, 2006 e 2017)	42
Tabela 4: PIB dos municípios piauienses – os 10 maiores e as principais atividades econômicas	44
Tabela 5: Valor Adicionador Bruto (VAB) da Agropecuária – 5 maiores do Piauí	44
Tabela 6: IDH municipal – Municípios da área de estudo	45
Tabela 7: Posição na ocupação (2010) – Municípios da área de estudo	47
Tabela 8: Dados populacionais das Microrregiões do MATOPIBA (2010)	109
Tabela 9- Síntese dos dados populacionais dos municípios do agronegócio do MAPITOBA (2000-2010)	135
Tabela 10: População Residente por Situação do Domicílio dos principais municípios do MATOPIBA	136
Tabela 11: Número e Área dos Estabelecimentos agropecuários (1995, 2006, 2017).....	145
Tabela 12: Vínculos ativos no setor agropecuário nas Microrregiões selecionadas do MATOPIBA (1997 a 2017).....	154
Tabela 13: Variação absoluta dos vínculos ativos no setor agropecuário nas Microrregiões selecionadas do MATOPIBA (1997 a 2017).....	155
Tabela 14: Número de admitidos e desligados no setor agropecuário nas Microrregiões selecionadas do MATOPIBA (1997 a 2017).....	155
Tabela 15: Trabalho escravo no MATOPIBA- 2012-2020	157
Tabela 16: Quantidade produzida e Área colhida – Estados com maior produção de soja (1995, 2006 e 2017)	167
Tabela 17: Nº de Estabelecimentos, quantidade produzida e área colhida de arroz na área de estudo (1995, 2006 e 2017)	171
Tabela 18: Produção Agrícola Municipal de Soja na área de estudo - 1997 a 2018.....	174
Tabela 19: Quantidade Produzida de Milho - 1997 a 2018.....	176
Tabela 20: Nº de estabelecimentos agropecuários com produção de soja na área de estudo (1995, 2006 e 2017).....	178
Tabela 21: Número máquinas agrícolas segundo tipo na área de estudo (2006 e 2017).....	180
Tabela 22: Quantidade Produzida de Sorgo na área de estudo - 1997 a 2018	182
Tabela 23: Quantidade Produzida de Algodão na área de estudo - 1997 a 2018.....	183
Tabela 24: Área das classes de cobertura na área de estudo.....	186
Tabela 25: Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos (unidades) e nº de bovinos (cabeças) na região de estudo	194

Tabela 26: Participação percentual (%) dos empregos formais no setor agropecuário no total da área de estudo e no total do Piauí	206
Tabela 27: Frequência de vínculos ativos de trabalhadores por gênero no setor agropecuário na área de estudo (1997, 2007 e 2017).....	207
Tabela 28: Número de Admitidos, Desligados e Saldo no setor agropecuário na área de estudo (2007, 2011 e 2017).....	210
Tabela 29: Escolaridade dos trabalhadores do setor agropecuário na área de estudo (2009 e 2019).....	232
Tabela 30: Capacidade estática segundo a modalidade de armazenagem em 2020.....	273
Tabela 31: Unidades Armazenadoras em Baixa Grande do Ribeiro-PI.....	274
Tabela 32: Unidades Armazenadoras em Uruçuí-PI.....	274
Tabela 33: Unidades Armazenadoras em Bom Jesus.....	274
Tabela 34: Unidades Armazenadoras em Monte Alegre do Piauí	275
Tabela 35: Unidades de Armazenagem da Bunge Alimentos nos Cerrados Piauienses	282
Tabela 36: Frequência de vínculos ativos de trabalhadores por grandes setores do IBGE (1997, 2007 e 2017).....	308
Tabela 37: Número de Admitidos e Desligados por grandes setores do IBGE em 2007.....	314
Tabela 38: Número de Admitidos e Desligados por grandes setores do IBGE em 2017.....	315

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Eixo 1 - Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Organização das Redes Agroindustriais	29
Quadro 2: Eixo 2 - As novas relações campo-cidade e a (re)estruturação urbano-regional...	30
Quadro 3: Eixo 3- A (Re)estruturação das cidades.....	31
Quadro 4: Resumo do quantitativo de participantes da pesquisa.....	36
Quadro 5: Síntese das seções da tese	49
Quadro 6: Comparativo de mudanças e continuidades no trabalho entre os modelos de produção fordista e flexível.....	69
Quadro 7: Unidades de processamento de soja da Cargill no Brasil	118
Quadro 8: Os dez maiores municípios piauienses em área territorial.....	187
Quadro 9: Conflitos por terra e ameaças de morte na área de pesquisa em 2020.....	196
Quadro 10: Quadro resumo das trabalhadoras entrevistadas/do questionário online	208

Quadro 11: Número de funcionários das empresas e fazendas - trabalhos de campo/entrevistas online	212
Quadro 12: As 15 ocupações que mais admitiram do setor agropecuário entre outubro e novembro de 2019 no Alto Parnaíba Piauiense	217
Quadro 13: As 15 ocupações que mais admitiram do setor agropecuário entre outubro e novembro de 2019 no Alto Médio Gurguéia.....	217
Quadro 14: Estados de origem e instituição formadora dos profissionais especializados vindos de fora do Piauí.....	223
Quadro 15: Origem dos trabalhadores não especializados	226
Quadro 16: Município onde residem os trabalhadores especializados	229
Quadro 17: Municípios onde residem todos os trabalhadores não especializados	229
Quadro 18: Local de moradia dos trabalhadores participantes da pesquisa.....	230
Quadro 19: Estado Civil de todos os trabalhadores especializados e não especializados/2 gerentes de fazenda/empresa	231
Quadro 20: Quantidade de membros familiares dos trabalhadores entrevistados/questionário online	231
Quadro 21: Grau de formação de todos os trabalhadores	233
Quadro 22: Exemplos de funções listadas pelos trabalhadores.....	237
Quadro 23: Os 10 cargos com maior volume de contratações no setor agropecuário, segundo CBO 2002 - Ocupação (1997, 2007 e 2017) - Total área de estudo.....	242
Quadro 24: Funções e atividades complementares desenvolvidas pelos trabalhadores informais	248
Quadro 25: Dados de trabalho escravo na região de estudo e em todo o Estado do Piauí (2012 a 2020)	263
Quadro 26: Principais <i>tradings</i> instaladas nos Cerrados Piauienses.....	277
Quadro 27: Empresas de capital financeiro controladoras de empresas agrícolas atuantes nos Cerrados Piauienses	281
Quadro 28: Estabelecimentos de Agrotóxicos registradas atuantes nos Cerrados Piauienses	289
Quadro 29: Empresas Prestadoras de Serviços na Aplicação de Agrotóxicos no Piauí	289
Quadro 30: Número de Agências Bancárias na área de estudo - 2020	290
Quadro 31: Situação de Bom Jesus e Uruçuí nos REGICS de 2008 e 2018.....	293
Quadro 32: Síntese dos principais núcleos urbanos da rede urbana de Teresina-PI - REGIC's 2007 e 2018	296

Quadro 33: Empresas do ramo agroindustrial participantes da pesquisa	309
Quadro 34: Trabalhadores do setor de economia urbana entrevistados.....	310
Quadro 35: As 15 ocupações que mais admitiram do setor de comércio na área de estudo em 2019	317
Quadro 36: As 15 ocupações que mais admitiram do setor de Serviços na área de estudo em 2019	318
Quadro 37: As 15 ocupações que mais admitiram do setor de Indústria de Transformação na área de estudo em 2019.....	319
Quadro 38: Instituições de ensino e cursos oferecidos com relação direta com o agronegócio	324
Quadro 39: Avaliações do agronegócio pelos estudantes	334
Quadro 40: Origem dos professores segundo município e Unidade da Federativa (UF)	338
Quadro 41: Opinião dos professores sobre a participação e o impacto do agronegócio na economia local e regional	343
Quadro 42: Análise da mão de obra local diante das novas tendências do agronegócio globalizado	346
Quadro 43: Análise dos professores da questão da formação de mão de obra especializada.....	351
Quadro 44: Depoimentos de alguns professores sobre o processo de inserção dos egressos no mercado de trabalho do agronegócio piauiense.....	354

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Transformações no mundo do trabalho - ideias centrais a partir de Antunes (2006)	70
Organograma 2: Agrupamentos dos trabalhadores participantes da pesquisa	220

LISTA DE SIGLAS

ADAPI	Agência de Defesa Agropecuária do Piauí
ADM	Archer Daniels Midland LTDA
AP	Arranjo Populacional
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPRO	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Piauí
COMDEPI	Companhia de Desenvolvimento do Piauí
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COTRIROSA	Cooperativa Triticula Santa Rosa
CPCE	Campus Professora Cinobelina Elvas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTGs	Centros de Tradições Gaúchas
DESENBANCO	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
EUA	Estados Unidos da América
EFAVAG	Escola Família Agrícola Vale do Gurguéia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENANPEGE	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz – Universidade de São Paulo
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FISET	Fundo de Investimentos Setoriais
FNE	Fundo de Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste
FPM	Fundo de Participação de Municípios
GITE	Grupo de Inteligência Territorial Estratégica
GLOBAU	Globalização, Agricultura e Urbanização
IBDF	Instituto de Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFG	Instituto Federal Goiano
IFPI	Instituto Federal do Piauí
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
LEM	Luís Eduardo Magalhães
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MPE	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NASA	Nation Aeronautics and Space Administration
PCNE	Programa Corredor de Exportação Norte
PDA	Plano de Desenvolvimento Agropecuário
PDET	Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho
PDS- 2050	Plano de Desenvolvimento Sustentável 2050 - Piauí
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado
POLAMAZÔNIA	Programa de Desenvolvimento da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento do Nordeste
PPP	Parceria Público-Privada
OMS	Organização Mundial da Saúde
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REGIC	Regiões de Influência de Cidades
RPA _s	Regiões Produtivas do Agronegócio
SETREM	Sociedade Educacional Três de Maio
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento Superintendência do Centro Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UESC	Universidade Estadual de Santa Catarina-SC
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRO	Universidade Federal de Rondônia
UFTO	Universidade Federal do Tocantins
UNESP	Universidade Estadual Paulista ‘Júlio Mesquita Filho’

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	CAMINHO METODOLÓGICO E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	26
2.1	Passos Metodológicos	26
2.2	Apresentação da Pesquisa	37
3	MERCADO DE TRABALHO E AGRONEGÓCIO: circuitos superior e inferior da economia	51
3.1	A categoria trabalho: considerações iniciais.....	51
3.2	O contexto da Geografia do trabalho e as reconfigurações territoriais	59
3.3	A Reestruturação Produtiva e os impactos no mundo do trabalho.....	63
3.4	A reestruturação produtiva do agronegócio, circuitos superior e inferior da economia e transformações no mundo do trabalho brasileiro	85
4	A REGIÃO DO MATOPIBA E A DISTRIBUIÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO AGROPECUÁRIO FORMAL	99
4.1	Iniciando o debate: a formação de regiões a partir de discursos do progresso	99
4.2	Caracterização territorial prévia do MATOPIBA.....	107
4.3	Breve contextualização da formação do MATOPIBA.....	111
4.4	As cidades do agronegócio do MATOPIBA.....	132
4.5	Análise da distribuição do mercado de trabalho agropecuário formal nas principais microrregiões do MATOPIBA	145
5	AGRONEGÓCIO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS CERRADOS PIAUIENSES E OS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO	165
5.1	Reestruturação Produtiva do agronegócio piauiense e as transformações no mercado de trabalho agropecuário.....	165
5.2	A população local frente à nova realidade de novos postos de emprego e de geração de renda	241
5.3	Os processos de precarização e seletividade no trabalho agropecuário formal no contexto regional.....	253
6	O MERCADO DE TRABALHO NOS CERRADOS PIAUIENSES A PARTIR DAS REDES AGROINDUSTRIAIS, DA NOVA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E DA (RE)ESTRUTURAÇÃO URBANA REGIONAL E DAS CIDADES.....	267
6.1	Organização das redes agroindustriais e o poderio da Bunge Alimentos no agronegócio piauiense	267
6.2	Especialização funcional das cidades do agronegócio piauiense, o incremento da economia urbana e o aumento do consumo produtivo agrícola.....	291

6.3 A instalação de novos agentes econômicos e o crescimento do mercado de trabalho formal.....	306
6.4 O papel das universidades e instituições do ensino técnico na dinâmica do agronegócio e formação de mão de obra especializada	323
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	359
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	365
ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM TRABALHADORES (ESPECIALIZADOS, NÃO ESPECIALIZADOS E GERENTES) E PROFESSORES	375
ANEXO B – LINK DOS QUESTIONÁRIOS ONLINE (PROFESSORES, ESTUDANTES E TRABALHADORES ESPECIALIZADOS.....	377

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro se destaca atualmente como uma das atividades econômicas mais consolidadas da economia nacional e a sua expansão para áreas interioranas possui notoriedade devido aos impactos e transformações socioespaciais decorrentes e evidencia o papel desempenhado pelo Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), já que se construiu uma imagem do país como celeiro do mundo.

A incorporação de recortes territoriais ao circuito da produção agropecuária moderna, ou seja, a introdução do pacote tecnológico na produção é realidade presente em boa parte dos estados brasileiros do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, como no caso dos Cerrados Piauienses, integrante da região MATOPIBA, representada pelas siglas iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Trata-se da formação das Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), caracterizadas pela introdução do pacote tecnológico na estrutura produtiva e no uso crescente de áreas de uso camponês na dinâmica da produção do agronegócio globalizado para a produção de *commodities*, sobretudo soja e milho, voltados para o mercado externo (ELIAS, 2017). A expansão do agronegócio para o campo brasileiro e efetivação da lógica de difusão do capital alterou de maneira significativa a estrutura produtiva e impulsionou o processo de reestruturação produtiva da atividade agropecuária.

A difusão do agronegócio, apoiada pelo Estado e liderada por empresas transnacionais, como a Bunge Alimentos, no caso piauiense, reforça a reestruturação produtiva da agricultura, alterando de maneira significativa a relação campo-cidade e com impactos diretos sobre a população local, como em intensas e severas transformações nas relações sociais de trabalho.

As transformações socioespaciais presentes nos Cerrados Piauienses a partir da reestruturação produtiva geram metamorfoses na dinâmica do mercado de trabalho, com impactos diretos sobre a divisão social e territorial do trabalho. Este último entendido como o elemento de diferenciação do ser social e de intermediação das relações entre os homens com a natureza, como indica Bezerra (2010).

Os processos de (des)territorialização de fenômenos impactam diretamente e intensamente nas transformações no mundo do trabalho, como no aumento da exploração e precarização das relações de trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2004). O agronegócio piauiense, focado no modelo sojicultor, expõe contradições evidentes, onde se presencia trabalhadores com baixíssima ou nenhuma qualificação profissional ao lado de profissionais especializados, como agrônomos, administradores, engenheiros, técnicos agrícolas, entre outros.

As políticas de apoio ao agronegócio, sobretudo na questão das infraestruturas, subsídios e créditos, reforçam o papel das pesquisas científicas frente às mudanças na dinâmica geográfica do trabalho com o intuito de compreender as transformações sociais engendradas na relação de parceria entre capital e Estado (BEZERRA, 2010).

As novas dinâmicas no mercado de trabalho e o processo de reorganização territorial do trabalho no campo poderão fornecer pistas sobre o conteúdo polissêmico do trabalho no campo. A reestruturação produtiva do capital no campo revela as ações do capital e do Estado e com consequências para o trabalho e para a classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2004b).

Em sua matriz metodológica, detalhada mais à frente, Elias (2017) pontua que os estudos sobre RPAs envolvem uma gama de questões que podem servir como norteadoras da pesquisa científica. No entanto, enfatiza que as territorialidades atreladas ao agronegócio possuem especificidades que necessitam de consideração, sobretudo pelo caráter de complexidades e desigualdades presentes no processo de difusão do agronegócio.

A consolidação do agronegócio na região dos Cerrados Piauienses gera intensas reconfigurações socioespaciais, como em novas dinâmicas sobre o trabalho. Dessa forma, este estudo se concentra na compreensão das novas dinâmicas impostas pela reestruturação produtiva da agropecuária no mercado de trabalho na região dos Cerrados Piauienses.

Nesse conjunto de transformações, a difusão do trabalho pautado em lógicas flexíveis, como a subcontratação, a terceirização e o desemprego estrutural se apresentam como novos contextos. Além disso, com a chegada de novos agentes e de novas formas de emprego e renda, a população local se vê diante da encruzilhada, sobretudo com a necessidade de mão de obra especializada em postos diretamente do trabalho agrícola e os vinculados aos serviços e comércio pertencentes ao circuito superior da economia urbana.

Nesse aspecto, baseando-se em Elias (2017), e considerando a relação entre o agronegócio e mercado de trabalho na região dos Cerrados Piauienses, sublinham-se duas questões norteadoras dessa pesquisa:

- Com a imposição da reestruturação produtiva do agronegócio enquanto atividade econômica, quais as novas dinâmicas presentes nos circuitos superior e inferior do mercado de trabalho agropecuário?
- Com o fortalecimento do consumo produtivo agropecuário nas cidades do agronegócio piauiense, quais as mudanças nos circuitos superior e inferior geradas a partir do estabelecimento de um novo modelo de economia urbana?

Dessa maneira, o objetivo central da tese é de **compreender as novas dinâmicas no mercado de trabalho na região dos Cerrados Piauienses a partir da reestruturação produtiva do agronegócio no âmbito regional.**

A análise será focada em dois aspectos: a) o circuito superior e inferior referentes ao trabalho agropecuário; b) as mudanças na economia urbana das cidades do agronegócio piauiense, Bom Jesus e Uruçuí, com ênfase no mercado de trabalho geradas pelas redes agroindustriais de apoio ao agronegócio, ou seja, as redes correlatas ao agronegócio, como lojas e empresas de vendas de maquinários e sementes especializadas, de insumos e implementos mecânicos, além dos laboratórios de pesquisa biotecnológica e prestadores de serviços e de logística¹.

Sendo necessário o estabelecimento dos seguintes objetivos específicos:

- a) Discutir o trabalho enquanto categoria analítica da geografia, sua relação com o agronegócio e a formação dos circuitos superior e inferior no processo de divisão do trabalho.
- b) Analisar a distribuição do mercado de trabalho agrícola formal no âmbito da região do MATOPIBA.
- c) Caracterizar o processo de reestruturação produtiva do agronegócio e seus rebatimentos sobre o mercado de trabalho piauiense, assim como identificar os principais agentes e discursos.
- d) Investigar as novas dinâmicas no mercado de trabalho piauiense e as transformações impostas pelo agronegócio no âmbito dos circuitos superior e inferior do trabalho agropecuário e a partir do aumento do consumo produtivo.

Para buscar respostas aos objetivos propostos, através dos procedimentos metodológicos estruturou-se os passos da pesquisa para consumir a busca por dados quantitativos e qualitativos para a construção do texto da tese, além de possibilitar articulação de ideias e entrelaçar a teoria ao trabalho e a realidade presenciada na região dos Cerrados Piauienses no âmbito das novas dinâmicas na esfera do trabalho, sobretudo no agropecuário.

¹ Baseando-se em Elias (2017).

2 CAMINHO METODOLÓGICO E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

2.1 Passos Metodológicos

Visando respostas aos objetivos propostos, seguiu-se como caminho metodológico a revisão bibliográfica e teórica, a realização de trabalhos de campo, de entrevistas (tradicionais e remotas), e a coleta, análise e correlação de dados estatísticos e informações alcançadas.

A metodologia foi pautada em pesquisa qualitativa, tendo como pressupostos, de acordo com Ramos e Pessoa (2017, p. 432) o de entender “como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias de um determinado espaço, lugar ou sociedade”. Pessoa (2018) considera que pesquisas qualitativas envolvem a consideração da realidade como subjetiva, polissêmica e que a construção social é diferente em cada sujeito. Assim, torna-se vital dar relevância ao que expressam, possibilitando uma análise mais abrangedora da realidade.

A utilização de dados estatísticos pode induzir o leitor a associar a pesquisa ao caráter estritamente quantitativo. No entanto, a realização de análises críticas, correlações e construção de ideias pautadas na revisão bibliográfica, permite alcançar outro estágio de análise e de concepção metodológica baseada no viés qualitativo.

Para o desenvolvimento da tese, seguiu-se as seguintes etapas metodológicas: 1) Revisão Bibliográfica; 2) Coleta de dados estatísticos; 3) Realização de trabalhos de campo e entrevistas na Serra do Quilombo e na cidade de Bom Jesus-PI; 4) Realização de entrevistas e aplicação de questionários de forma remota com trabalhadores (especializados e não especializados), estudantes e professores de universidades públicas de Bom Jesus e Uruçuí; 5) Construção e elaboração final da tese/ Preparação e defesa final.

O levantamento bibliográfico pautou-se na busca por referenciais que tratassem dos seguintes temas e processos ligados à pesquisa: Reestruturação Produtiva da Agropecuária; o trabalho no âmbito da Geografia; Desenvolvimento Regional; Reestruturação urbana regional e das cidades; Nova relação campo-cidade; Agronegócio; Modernização agrícola. Trata-se da etapa de gabinete, fase que antecede a busca por dados e a realização de trabalho de campo (MORAES, 2017). Nesse aspecto, buscou-se adentrar sobre a temática e identificar alguns dos principais autores, especialmente sobre a temática do trabalho e agronegócio, através de periódicos especializados, livros e trabalhos acadêmicos.

Nessa etapa, o contato com a ‘Revista Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho, do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho’, vinculado ao Departamento de Geografia da

Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da UNESP (Universidade Estadual Paulista ‘Júlio Mesquita Filho’) foi determinante, pois permitiu acesso a alguns dos principais autores da área. Ademais, a participação no Grupo de Trabalho sobre ‘Geografia do Trabalho’ no XIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), realizado em 2019 na cidade de São Paulo-SP, foi também fundamental, tendo em vista o contato direto com o professor Antônio Thomaz Júnior e demais participantes, como o professor Marcelo Mendonça.

Destaca-se que essa tese é continuidade de temáticas desenvolvidas durante a graduação e mestrado, ambos realizados na UnB. A monografia foi intitulada “Modernização no Sudoeste Piauiense: impactos na rede urbana regional, no meio ambiente e nas comunidades” (RUFO, 2013). A dissertação: “A inserção dos Cerrados Piauienses na dinâmica da agricultura moderna no Brasil Central: transformações na rede urbana do Sudoeste Piauiense” (RUFO, 2015). Dessa forma, trata-se de um estudo que já possui um arcabouço teórico e metodológico fruto da contiguidade temática e de recorte espacial.

É importante também salientar que se trata de uma região que possuímos conhecimento empírico, já tendo, na infância, residido no município de Monte Alegre durante oito anos e pelas diversas viagens realizadas desde o ano 2000. As raízes piauienses e a presença de parte dos familiares que residem nessa região facilitaram o entendimento das transformações promovidas pelo agronegócio, com impactos diretos na rede urbana regional e com transformações urbanas, processos mais aprofundados na dissertação de mestrado (RUFO, 2015).

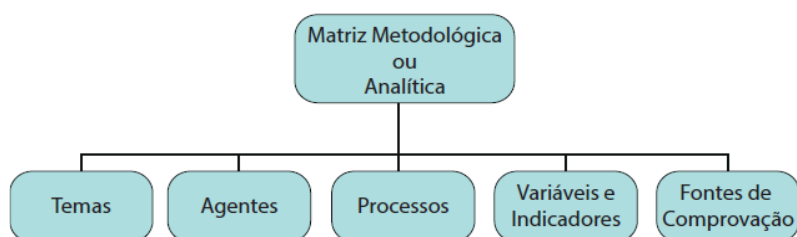
A segunda etapa da pesquisa foi a de levantamentos de dados estatísticos e informações em instituições públicas e, a partir disso, houve a elaboração de quadros, tabelas, gráficos e representações cartográficas. Os dados foram coletados através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho (PDET), que divulga anualmente os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e mensalmente o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), além do Portal ‘Perfil do Município’.

Outras instituições foram importantes: IBGE, via Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e da plataforma IBGE Cidades, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Piauí (CEPRO), o Atlas do Desenvolvimento Humano, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além das próprias instituições de ensino selecionadas para a breve análise da formação da mão de obra especializada nas cidades do agronegócio piauiense: Universidade Federal do

Piauí (UFPI), campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), de Bom Jesus-PI; Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Instituto Federal do Piauí (IFPI), ambas em Uruçuí-PI.

Utilizou-se parte da matriz metodológica ou analítica proposta por Denise Elias através do grupo de estudos intitulado “Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU)”. Elias (2017) considera que nos estudos em torno das Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA’s), deve-se considerar um conjunto de temas, agentes, processos, variáveis e indicadores. Observe-se na figura 1 o esquema da matriz metodológica:

Figura 1 - Matriz Metodológica proposta por ELIAS (2017)



Fonte: Elias (2017)

A autora estabelece quatro temas pilares: 1) reestruturação produtiva da agropecuária e a organização das redes agroindustriais; 2) as novas relações campo-cidade e a (re)estruturação urbano-regional; 3) a (re)estruturação da(s) cidade(s); 4) o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na escala intraurbana. Considerando os objetivos propostos, optou-se por selecionar os três primeiros temas. No entanto, torna-se inevitável também adentrar em questões atreladas às desigualdades socioespaciais na escala intraurbana, algo já abordado durante a dissertação de mestrado (RUFO, 2015). Nos quadros 1, 2 e 3 têm-se os temas, processos, variáveis e fontes de comprovação considerados em cada temática estruturante para a pesquisa, especialmente associadas às novas dinâmicas do mercado de trabalho a partir do agronegócio.

Quadro 1: Eixo 1 - Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Organização das Redes Agroindustriais

Tema	Processos	Variáveis e Indicadores	Fontes de Comprovação
<p style="text-align: center;">REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA E ORGANIZAÇÃO DAS REDES AGROINDUSTRIAIS</p>	Mudança dos sistemas técnicos agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade produzida e área colhida de soja e milho nas Unidades da Federação (UFs) em 1995, 2006 e 2017); • Número de estabelecimentos, quantidade produzida e área colhida de arroz (1995, 2006 e 2017); • Quantidade produzida de soja, milho, sorgo e algodão em toneladas (1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018); • Número de estabelecimentos agropecuários produtores de soja (1995, 2006 e 2017); • Número de máquinas agrícolas segundo tipo (2006 e 2017); • Número de estabelecimentos e cabeças de bovinos (1995, 2006 e 2017); • Capacidade estática segundo a modalidade de armazenagem dos municípios; • Tradings e empresas de capital estrangeiro instaladas nos Cerrados Piauienses; • Origem, segmento e número de funcionários das empresas do ramo agroindustrial; • Conflitos por terra e ameaças de morte (número de famílias afetadas e categorização); • Participação percentual dos empregos formais no setor agropecuário no total da área de estudo e no total do Piauí; • Espaços para realização de eventos agropecuários; • Frequência de vínculos de ativos de trabalhadores gênero no setor agropecuário (1997, 2007, 2017); • Trabalhadoras do setor agropecuário – origem, função, formação; • Trabalhadores especializados e não especializados: origem, função, grau de formação, etc.; • Número de funcionários permanentes e safristas por fazenda produtora ou empresa agrícola; • Movimentação de trabalhadores do setor agropecuário mês a mês (Admissões, desligamentos e saldo); • As 15 ocupações que mais admitiram no setor agropecuário entre outubro e novembro de 2019; • Escolaridade dos trabalhadores do setor agropecuário em 2009 e 2019; • Os 10 cargos com maior volume de contratações na área de pesquisa segundo a CBO (1997, 2007 e 2017); • Trabalho escravo na região de estudo – número de trabalhadores na denúncia, libertos e tipo de trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> • SIDRA/IBGE • RAIS/MTE; • Comissão Pastoral da Terra (CPT- Piauí); • Trabalhos de Campo
	Transformação das formas de uso, ocupação do espaço agrícola e o incremento da monocultura		
	Aumento do número de empresas agrícolas e <i>holdings</i> ; crescimento do poder político e econômico em detrimento da agricultura camponesa		
	Permanência do Estado como promotor da reestruturação produtiva da agropecuária		
	Novas dinâmicas no trabalho agrícola formal (capitalista).		
	Difusão das relações de trabalho capitalista com a formação e/ou crescimento do mercado de trabalho agrícola formal		
<p style="text-align: center;">Novos modos de sujeição do camponês e aumento dos conflitos sociais no campo</p>			

Fonte: ELIAS (2017), adaptada pelo autor.

Quadro 2: Eixo 2 - As novas relações campo-cidade e a (re)estruturação urbano-regional

Tema	Processos	Variáveis	Fontes de Comprovação
AS NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E A (RE)ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL	Especialização funcional da cidade e incremento da economia urbana, especificamente ao consumo produtivo agrícola	<ul style="list-style-type: none"> • Número de agências bancárias na área de estudo - 2020 • A população total, urbana, rural e a taxa de urbanização (2010); • Trabalhadores do setor da economia urbana; • Taxa de Desocupação (2010); 	<ul style="list-style-type: none"> • SIDRA/IBGE • MTE/RAIS • MTE/ CAGED • Atlas do Desenvolvimento no Brasil • Trabalhos de Campo.
	Crescimento do consumo produtivo agrícola, comércios e serviços direcionados ao agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> • População residente por local de nascimento (outros estados) 2010; 	
	Crescimento da urbanização		
	Migração Campo-Cidade		
	Incremento da categoria do trabalhador agrícola não rural (mora na cidade e trabalha no campo)	<ul style="list-style-type: none"> • A estrutura do emprego formal (qualificado ou não); • Frequência de vínculos ativos de trabalhadores por grandes setores do IBGE (1997, 2007, 2017); • Número de admitidos e desligados por grandes setores do IBGE (2007 e 2017); 	
	Incremento dos fluxos diários (de matéria-prima, de trabalhadores, de capital, de tecnologia, de informação) entre alguns dos espaços urbanos não metropolitanos e os espaços agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> • As 15 ocupações que mais admitiram nos setores de comércio, serviços e indústria em 2019 (Número de admissões, desligamentos e salário médio mensal) • O trabalho especializado associado ao agronegócio; • O emprego formal segundo diferentes setores econômicos; • O agrícola não rural (residente na cidade); 	
	Instalação de Novos agentes econômicos e crescimento do mercado de trabalho formal.	<ul style="list-style-type: none"> • As formas de sujeição formal dos camponeses pelo processo de difusão do agronegócio; • Economia urbana: número de empresas comerciais relacionadas; serviços vinculados; 	
Novos postos de trabalho; Precarização das relações trabalhistas- seletividade e contradições emergentes	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas comerciais relacionadas ao consumo produtivo; • Serviços vinculados (consultoria, aviação, manutenção de máquinas e equipamentos, informática, irrigação, etc.). • Estabelecimentos de agrotóxicos e prestadoras de serviços registradas atuantes nos Cerrados Piauienses 		

Fonte: ELIAS (2017), adaptada pelo autor.

Quadro 3: Eixo 3- A (Re)estruturação das cidades

Tema	Processos	Variáveis	Fontes de Comprovação
A (RE)ESTRUTURAÇÃO DA(S) CIDADE(S)	Especialização funcional da cidade (voltado ao agronegócio e o crescimento do consumo produtivo agrícola)	<ul style="list-style-type: none"> • Posição na ocupação (2010); • Escolaridade dos ocupados (2010); • Setor de Ocupação dos trabalhadores; 	<ul style="list-style-type: none"> • SIDRA/IBGE • MTE/RAIS • MTE/CAGED • Trabalhos de Campo • Sites das Universidades • Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
	Fluxos de trabalhadores urbanos especializados em algum ramo do agronegócio até as fazendas de produção	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Admitidos e Desligados por setor (2007, 2011, 2017); 	
	Fluxo de administradores de empresas agrícolas e agroindustriais entre diferentes fazendas das respectivas empresas;	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentação Agregada- admissões, desligamentos, nº empregos formais- 1º janeiro, total dos estabelecimentos e variação absoluta (2007, 2011, 2017); 	
	O aumento das verticalidades (fluxos de ordens, capital, conhecimento, tecnologia, locais de comando e consumo.	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições e Ensino de ensino superior e técnico: cursos de graduação associados ao agronegócio, alunos ativos, cursos de pós-graduação; 	
	A chegada de migrantes como mão de obra especializada.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudantes dos cursos especializados no agronegócio: vinculação, origem, tipo de moradia, composição familiar, entre outros dados; 	
A mão de obra local frente à nova realidade de exigência de qualificação	<ul style="list-style-type: none"> • Professores universitários: vinculação, origem, tipo de moradia, composição familiar, entre outros dados. 		

Fonte: ELIAS (2017), adaptada pelo autor.

A terceira etapa de execução da tese foi a de trabalhos de campo, com realização de levantamento fotográfico e imagético, registro de impressões e informações, além da execução de entrevistas a partir de um roteiro estruturado com trabalhadores do campo e das cidades, profissionais especializados e representantes de empresas agrícolas, professores e estudantes de universidades públicas das cidades de Bom Jesus e Uruçuí.

Destaca-se que a realização das entrevistas nas fazendas e empresas teve como premissa a busca por trabalhadores e profissionais divididos em três agrupamentos: a) gerentes ou proprietários de fazendas e/ou empresas; b) profissionais especializados de nível técnico e superior; c) trabalhadores com baixa qualificação profissional.

A partir desse ponto, um dos trabalhos de campo foi realizado na denominada Serra do Quilombo, em janeiro de 2020, mais especificamente nos municípios de Monte Alegre do Piauí, Gilbués e Bom Jesus, com visita a algumas fazendas e empresas agrícolas.

As saídas de campo reforçam o papel do pesquisador na observação dos processos analisados e entendimento real do objeto e como momento oportuno para o contato com os sujeitos envolvidos diretamente com a pesquisa. Como aborda Moraes (2017), o trabalho de campo é o momento que oportuniza a concretude da pesquisa, já que permite o contato com o fato estudado e a articulação com os conceitos teóricos correlatos. As entrevistas marcam e fazem a ponte entre pesquisador e o “pesquisado”. Conforme pontua Mendonça (2004, p. 53), ao analisar a questão do trabalho, é importante analisar as “configurações sociais construídas pelos sujeitos pesquisados”.

Através das saídas de campo e da realização de entrevistas, colheu-se inúmeros depoimentos e falas impactantes, instigantes e elucidatórias, sendo muito valorizadas no decorrer da transcrição e construção da tese. É uma forma de dar voz aos sujeitos da pesquisa e verificar as diferentes visões sobre determinados processos, temas e contextos. Nas entrevistas, valorizou-se a busca por informações importantes para o alcance dos objetivos, tais como locais de origem e de moradia, experiências de trabalho anteriores, constituição familiar, atividades complementares desenvolvidas, considerações sobre as suas condições de trabalho, perspectivas futuras, entre outros pontos.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para análise e utilização na redação final da tese². Privilegiou-se a originalidade dessas falas, com transcrição real e fiel ao que o entrevistado falou, como Whitacker et al. (2002) definem, independente do status social ou nível de escolaridade, deve-se manter a originalidade das falas, inclusive com os erros de

² Preservou-se a identidade dos trabalhadores, professores e estudantes participantes da pesquisa, ou seja, manteve-se o anonimato desses atores, tanto das entrevistas tradicionais, remotas e dos questionários online.

concordância verbal, como também deixar claro possíveis expressões, como sorriso, aflição, raiva, etc.

Na saída de campo realizada na Serra do Quilombo tivemos contato com três fazendas produtoras: Celeiro Sementes, no município de Monte Alegre do Piauí, e Bom Jardim e Colorado, em Bom Jesus, além das unidades armazenadoras da Bunge Alimentos e da CHS. Nesta etapa, entrevistou-se 7 trabalhadores, sendo cinco sem qualificação profissional, um trabalhador especializado e um gerente de fazenda.

Nas saídas de campo tivemos uma série de dificuldades, pois além do difícil deslocamento em razão das estradas em péssimas condições e pelas grandes distâncias, muitos dos trabalhadores se recusavam a conceder entrevista, sendo que uma fazenda visitada não houve autorização para nenhuma entrevista. Notou-se também que quando chegávamos nas instalações das fazendas, sempre havia um certo receio que fôssemos um fiscal vinculado ao MTE, sendo que alguns citavam inclusive a questão da autorização para conceder entrevistas e demonstravam insegurança e medo de desligamento da empresa pela concessão da entrevista. Além disso, nas fazendas produtoras de grãos, muitos dos funcionários estavam já em atividades no campo, ou seja, nas áreas de plantio, em movimento e cumprindo suas obrigações rotineiras, o que dificultou o contato para a realização das entrevistas.

Nesse período de estadia no Piauí, tivemos contato e entrevistamos, sem roteiro prévio, quatro trabalhadores informais que prestavam serviços nas fazendas da região, sendo dois pedreiros e dois catadores de raízes, todos de Monte Alegre-PI, onde estávamos nesse período.

A outra etapa do trabalho de campo foi em Bom Jesus, uma das cidades do agronegócio piauiense, também em janeiro de 2020, com o intuito de identificar as transformações da economia urbana e as novas dinâmicas no mercado de trabalho associadas ao agronegócio, e, principalmente obter informações em relação ao quadro de funcionários, origem, constituição e histórico das empresas, com o contato com trabalhadores e aplicação de pequenas entrevistas com roteiro prévio. Entrevistou-se trabalhadores das seguintes empresas: New Holland Jaraguá, Visão Agrícola, Agrifort e Agrex do Brasil - um total de cinco trabalhadores, sendo três sem qualificação profissional, um trabalhador especializado e um gerente de empresa.

Havia o planejamento para um segundo grande trabalho de campo previsto, especificamente, entre maio e julho de 2020, a fim de visitar as instituições de ensino técnico e superior das cidades do agronegócio piauiense e fazendas produtoras da Microrregião Alto Parnaíba Piauiense, sobretudo em Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, além de empresas das redes agroindustriais da primeira cidade. A escolha por esses meses se justifica por ser um período da entressafra, época que o quadro de funcionários das empresas e fazendas é reduzido

e poderíamos fazer um comparativo com o período da safra. Além disso, as universidades estariam em pleno funcionamento e possibilitando o contato com professores e estudantes, com roteiro programado e com marcações prévias, visando analisar a questão da formação da mão de obra especializada e sua inserção no mercado de trabalho local, tanto aqueles estudantes de nível técnico ou superior em cursos focados na questão do agronegócio. Para isso, elaborou-se dois roteiros de entrevistas, um destinado aos professores e outro aos estudantes.

Entretanto, todo esse planejamento foi impossibilitado devido ao contexto da pandemia de COVID-19, que surge entre o final de 2019 e início de 2020, chegando ao Brasil a partir de março de 2020, mudando completamente o cenário de pretensões, o contexto econômico, sanitário, e, infelizmente causando muitos óbitos no Brasil e no mundo.

Têm-se, portanto, a constituição de um cenário de incertezas e aflições para consumação da tese, já que o contexto pandêmico impossibilitou as saídas de campo pretendidas, primeiramente porque havia um risco sanitário em uma possível viagem, o que iria contra as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e os preceitos do isolamento social, e, paralelamente, muitas empresas, fazendas e grupos econômicos restringiram visitas, além do contexto do ensino remoto nas instituições de ensino públicas alvo desta pesquisa. Como afirmam Ramos e Pessôa (2007), a definição de temas de pesquisas e a sua construção, sobretudo no momento inicial de escolha de caminhos e possibilidades, já é, por si só, marcada por desconforto, aflição e o medo de algo em parte desconhecido. Nesse caso, a pandemia reforça ainda mais esses pressupostos e aumenta os desafios para produção da tese.

O contexto da pandemia impôs uma série de desafios e inquietações, sendo necessária a adaptação da metodologia para tentar sanar a falta dos últimos trabalhos de campo. Para isso, houve uma ampliação do período do doutorado através de dois pedidos de prorrogação do período para defesa no Programa de Pós-Graduação em Geografia e do afastamento da SEEDF. Com os pedidos, o prazo para defesa foi estendido em mais um ano, até final de 2021. O período de extensão de prazo serviu para realizar adaptações na metodologia de pesquisa para a busca de dados, enriquecimento, análise criteriosa dos dados coletados e finalização da tese. Para isso, construiu-se estratégias para adaptação da metodologia de busca de dados e entrevistas.

Primeiramente houve a realização de algumas entrevistas de forma remota com trabalhadores atuantes na região de pesquisa, com aplicação do mesmo roteiro de entrevistas utilizado no trabalho de campo em 2020. Para isso, buscou-se indicações através de uma rede de contato de mídias sociais, como *Facebook* e *Instagram*. Obteve-se êxito e alguns trabalhadores participaram da entrevista direta com utilização da plataforma *Google Meet* ou por vídeo chamada do *WhatsApp*. Muitos trabalhadores, por certo receio e timidez, até mesmo

pelo ambiente onde estavam, sinalizaram a preferência por realizar a entrevista através de áudios, algo que, pela dificuldade na busca de dados, foi prontamente aceito. Foram entrevistados 17 trabalhadores, sendo doze com qualificação profissional e cinco sem.

A partir das reuniões de orientação, construiu-se questionários *online* na plataforma *Google Forms* para aplicação com profissionais com qualificação profissional, pois o número de entrevistados pessoalmente e remotamente estava consideravelmente baixo. Além disso, seria uma oportunidade para enriquecer os dados da pesquisa, além de possibilitar a produção de gráficos e representações cartográficas. A busca pelos trabalhadores especializados também foi realizada através de uma rede de contatos por meio de indicações e pesquisa em redes sociais, onde enviava-se o link do questionário online para obtenção das respostas. Obteve-se certo êxito, já que 16 funcionários especializados responderam ao questionário.

Havia ainda a necessidade de contato com professores e estudantes das universidades selecionadas. Primeiramente buscou-se o contato de *e-mail* dos coordenadores e professores dos cursos voltados à questão do agronegócio, disponíveis através dos sites das instituições, com exceção da UESPI, que ainda não possui página oficial. Com isso, conseguiu-se 10 entrevistas com professores através do *Google Meet* e *WhatsApp*, utilizando o roteiro de entrevistas estruturado. Na entrevista com o professor e coordenador do curso de Agronomia da UFPI, campus CPCE – Bom Jesus-PI, Rodrigo Pereira, foi sugerido a construção de um questionário *online* para os estudantes e outro para os professores das universidades.

Em conjunto com o orientador de pesquisa, transformou-se o roteiro de entrevistas em questionário online, no entanto, com acréscimo de outras questões. A partir disso, houve o repasse do questionário online para professores e estudantes através de e-mail e por meio do professor Paulo Rodrigo Pereira da UFPI. O resultado dos questionários online para professores e estudantes foi surpreendente e obteve-se uma participação total de 22 professores e de 144 estudantes das três instituições de ensino.

Participaram da pesquisa 224 pessoas, dos quais 4 trabalhadores informais não especializados entrevistados de forma presencial; 30 trabalhadores especializados - sendo 2 entrevistados presencialmente, 12 de forma remota e 16 através de questionários; 12 trabalhadores não especializados, dos quais sete foram entrevistados durante o trabalho de campo e cinco de forma remota; 2 gerentes de fazendas/empresas entrevistados de forma presencial (Quadro 4).

Quadro 4: Resumo do quantitativo de participantes da pesquisa

Tipo de participante da pesquisa		Forma de entrevista/Participação			Total
		Tradicional (Presencial)	Remota	Questionário Online	
Trabalhadores	Informais não especializados	4	-	-	4
	Especializados (formais)	2	12	16	30
	Não Especializados (formais)	7	5	-	12
	Gerentes	2	-	-	2
Professores		-	10	22	32
Estudantes		-	-	144	144
Total geral de participantes da pesquisa					224

Fonte: Elaborada pelo autor.

Apesar da importância da participação direta, há um número considerável de pessoas e agentes que participaram indiretamente da pesquisa. Além disso, a vivência da região e o contato com a população local, sobretudo do município de Monte Alegre do Piauí, foram determinantes para a construção de ideias e alcance dos objetivos propostos.

Por último, é importante salientar que se construiu também um questionário online destinado aos gerentes e proprietários de fazendas da região produtora. Houve divulgação através de redes sociais e e-mail fornecidos pelos sites das fazendas produtoras. Entretanto, apesar dos esforços, ninguém participou. Como explicações possíveis para a não adesão, pode-se citar o receio dos proprietários e gerentes devido ao assunto da pesquisa ser a questão do trabalho, que é um tema polêmico, e que, certamente, leva-se muito para a questão da insegurança em torno de fiscalizações, denúncias ou até mesmo divulgação do nome da empresa, e, no caso de gerentes, medo de desligamento da fazenda/empresa.

O passo seguinte foi organizar, sistematizar e unir os dados colhidos através das entrevistas presenciais e remotas e dos questionários do *Google Forms*. Tais dados foram organizados em tabelas, quadros e planilhas para subsidiar a elaboração de gráficos e mapas, facilitando a análise das informações colhidas.

Os dados colhidos através dos trabalhadores das empresas e fazendas produtoras enriqueceram a pesquisa de uma maneira surpreendente, sobretudo através das entrevistas realizadas de forma remota. Apesar da importância do trabalho de campo presencial, certamente alguns dos dados colhidos e dos depoimentos que tivemos contato através das entrevistas de forma remota não seriam evidenciados em trabalho de campo. Percebeu-se que pelo fato de alguns dos trabalhadores darem essa entrevista no seu lar ou no período de descanso (a noite ou horário de almoço), algumas das respostas fluíram de melhor maneira.

A partir dessa análise dos dados colhidos, iniciou-se a fase de escrita das duas últimas seções da tese, onde propriamente houve a utilização direta dessas informações levantadas através das atividades de campo, entrevistas, presenciais e à distância, e questionários online. Os dados colhidos permitiram analisar os novos contextos e características geradas pelo agronegócio no âmbito do trabalho na região, especialmente no trabalho agropecuário e nos setores de comércio e serviços das cidades do agronegócio piauiense.

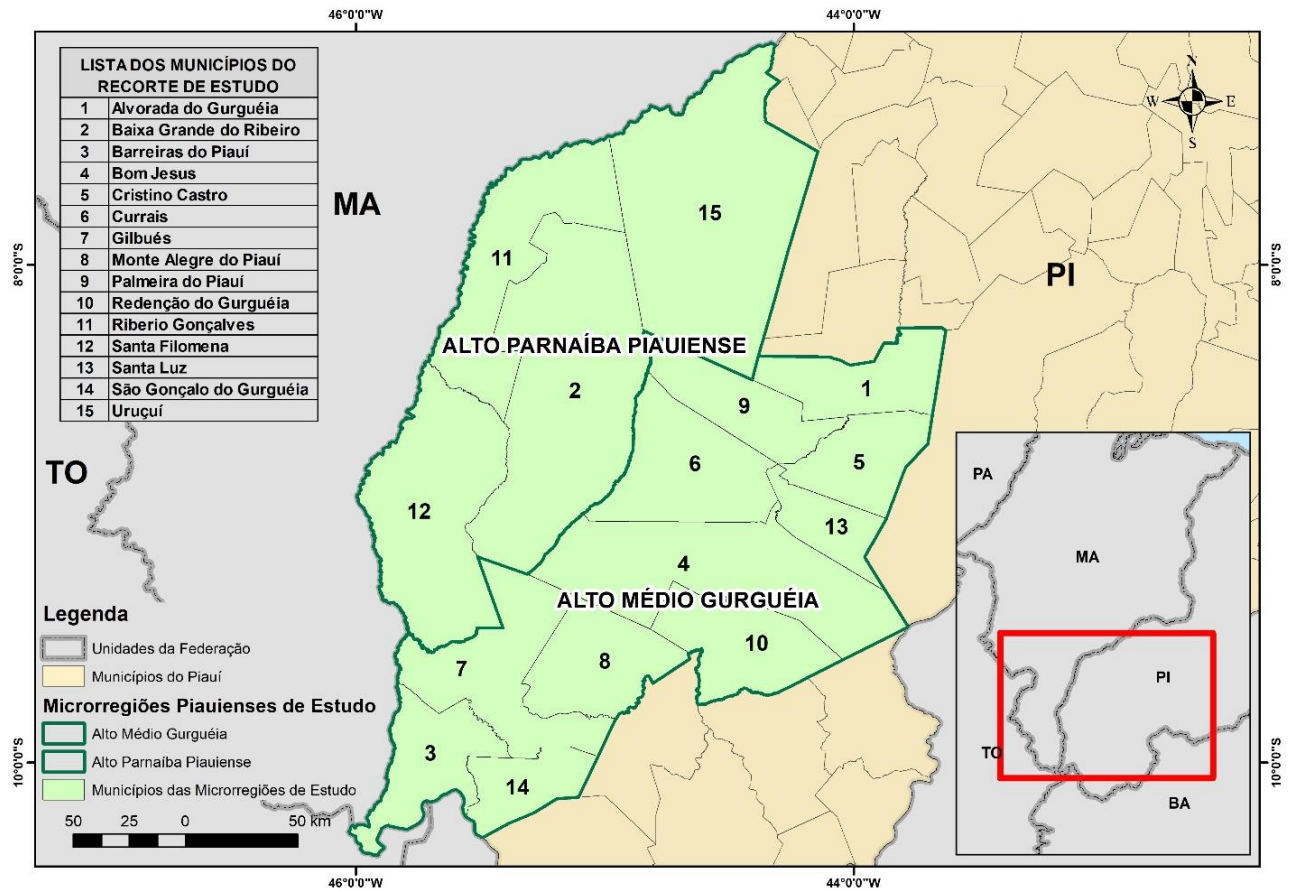
2.2 Apresentação da Pesquisa

O recorte de estudo compreende a Microrregião Alto Parnaíba Piauiense, com quatro municípios integrantes – Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí –, e o Alto Médio Gurguéia com onze – Alvorada do Gurguéia, Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Cristino Castro, Currais, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Palmeira do Piauí, Redenção do Gurguéia, Santa Luz e São Gonçalo do Gurguéia –, totalizando 15 municípios (Mapa 1). As análises compreendem como recorte temporal a década de 1990 até o presente momento.

Em conjunto, as duas Microrregiões Piauienses possuem 53.093,949 km² de área. Pela tabela 1, em termos populacionais, a área de estudo, em 2019, possui população estimada de 140 mil habitantes. Bom Jesus, com 25.387 habitantes, e Uruçuí, com 21.655 habitantes são os dois municípios mais populosos do recorte espacial, sendo, respectivamente, polos das Microrregiões Alto Médio Gurguéia e Alto Parnaíba Piauiense (IBGE, 2021).

Observa-se que os municípios que compõem as duas microrregiões possuem baixa densidade demográfica, com média de 2,48 hab./km², bem abaixo da nacional e do âmbito estadual. Entre os municípios com as maiores densidades demográficas estão Santa Luz, com 4,65 hab./km², o menor entre os municípios, Monte Alegre do Piauí, com 4,28 hab./km² e Bom Jesus com 4,14 hab./km². Observa-se, portanto, que no cenário interno, os quatro municípios que compõem o Alto Parnaíba Piauiense possuem densidade demográfica menor em comparação à média dos municípios do Alto Médio Gurguéia. O agronegócio se aproveita exatamente dessas condições e o Alto Parnaíba Piauiense foi selecionado pelos primeiros agricultores migrantes sulistas, com destaque para Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro.

Tratam-se, portanto, de um conjunto de pequenos municípios, onde Bom Jesus e Uruçuí se destacam em termos de concentração dos serviços, da infraestrutura de equipamentos urbanos, do comércio local e localização de agentes e empresas ligados ao agronegócio globalizado. Com destaque especial para Bom Jesus, que além de cidade do agronegócio, reúne condições para transformar-se, cada vez mais, em um polo regional (RUFO, 2015).

Mapa 1: Localização da área de estudo – Microrregiões Alto Paraíba Piauiense e Alto Médio Gurguéia**Tabela 1:** Municípios da área de estudo- População total em 2010 e projeção para 2020

Espacialidades	Municípios	População em 2010	População estimada em 2020	Área territorial em km ²	Densidade Demográfica em 2010 Hab./Km ²
BRASIL	-	190.755.799	211.755.692	8.510.345,538	22,43
Piauí	-	3.118.360	3.281.480	251.755,485	12,40
Microrregião Alto Paraíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	10.516	11.671	7.808,915	1,35
	Ribeiro Gonçalves	6.845	7.376	3.987,147	1,72
	Santa Filomena	6.096	6.254	5.293,693	1,15
	Uruçuí	20.149	21.655	8.413,016	2,40
	Total Microrregião	43.606	46.956	25.485,10	1,71
Microrregião Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	5.050	5.445	2.131,506	2,37
	Barreiras do Piauí	3.234	3.352	2.168,713	1,59
	Bom Jesus	22.629	25.387	5.471,024	4,14
	Cristino Castro	9.981	10.444	1.845,698	5,41
	Currais	4.704	4.968	3.156,657	1,49
	Gilbués	10.402	10.694	3.495,692	2,98
	Monte Alegre do Piauí	10.345	10.615	2.417,382	4,28
	Palmeira do Piauí	4.993	5.036	2.024,020	2,47
	Redenção do Gurguéia	8.400	8.796	2.470,531	3,40
	Santa Luz	5.513	5.882	1.185,398	4,65
São Gonçalo do Gurguéia	2.825	3.057	1.385,255	2,04	
Total Microrregião	88.076	93.676	27.608,849	3,19	
Total- Área de Estudo		131.682	140.632	53.093,949	2,48

Fonte: IBGE Cidades, 2021, elaborada pelo autor.

A tabela 2 apresenta a distribuição da população dos municípios da área de estudo no ano de 2010, onde observa-se um volume considerável de pessoas residentes em áreas rurais, sobretudo se compararmos com índices nacionais e estaduais. Alguns municípios possuem população rural maior - Currais, Monte Alegre, Palmeira, Alvorada do Gurguéia e São Gonçalo do Gurguéia. Em termos de população urbana, novamente destaque para Bom Jesus e Uruçuí.

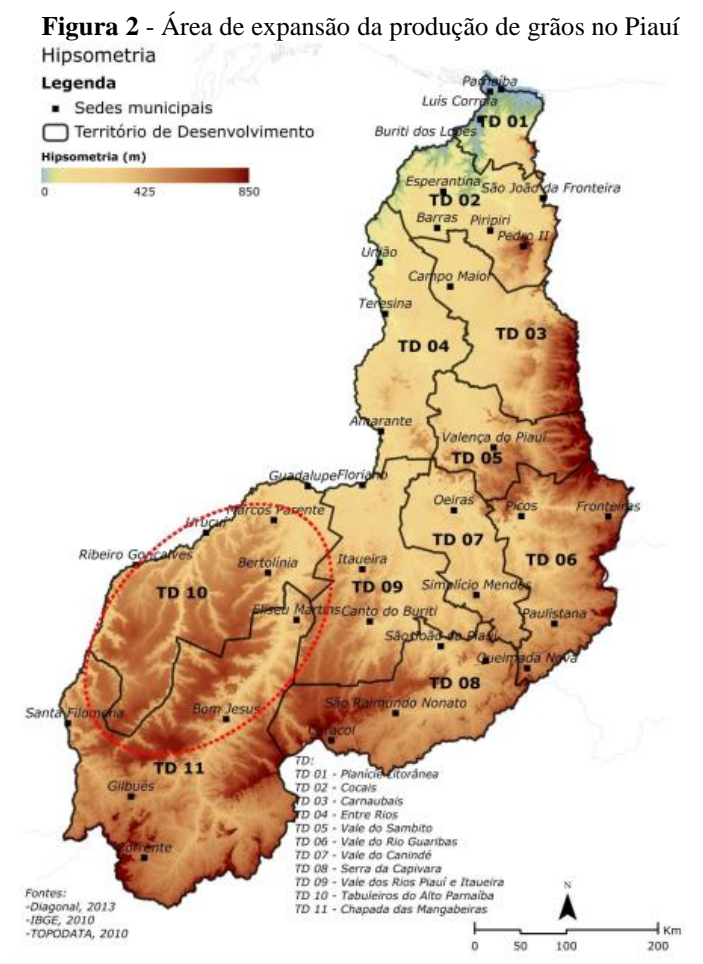
Segundo dados oficiais, o Cerrado piauiense possui área aproximada de 11 milhões de hectares. Desse total, há uma área estimada em 4,5 milhões de hectares com potencial para produção de grãos (PIAÚÍ, 2015). De acordo com Santos (2018), apesar da atividade de produção de grãos estar em franca expansão e desenvolvimento, grande parte dos agricultores, ruralistas, empresas agrícolas e o próprio Estado ainda consideram a ocupação insatisfatória, já que ocupa cerca de 1 milhão de hectares. Até mesmo o próprio Governo Piauiense, no seu Plano de Desenvolvimento Sustentável- PDS-2050 considera que do total da área de Cerrado com potencial para produção, excluindo algumas áreas para preservação ambiental e destinadas à agricultura familiar e assentamentos, cerca de metade a dois terços da área poderiam ser ocupados pelo agronegócio de grãos (PIAÚÍ, 2015).

Tabela 2: Dados Populacionais da área de estudo: População total, urbana e rural em 2010

Microrregião	Municípios	Total	Urbana	%	Rural	%
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	10.516	6.487	61,7	4.029	38,3
	Ribeiro Gonçalves	6.845	4.449	65,2	2.396	34,8
	Santa Filomena	6.096	3.544	58,1	2.552	41,9
	Uruçuí	20.149	15.505	77	4.644	23
	Total Microrregião	43.606	29.985	68,8	13.621	31,2
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	5.050	1.849	41,8	3.201	58,2
	Barreiras do Piauí	3.234	1.875	58	1.359	42
	Bom Jesus	22.629	17.623	77,9	5.006	22,1
	Cristino Castro	9.981	7.262	72,8	2.719	27,2
	Currais	4.704	924	19,6	3.780	80,4
	Gilbués	10.402	5.991	57,6	4.411	42,4
	Monte Alegre do Piauí	10.345	2.981	28,8	7.364	71,2
	Palmeira do Piauí	4.993	1.764	35,3	3.229	64,7
	Redenção do Gurguéia	8.400	5.335	63,5	3.065	36,5
	Santa Luz	5.513	3.109	56,4	2.404	43,6
São Gonçalo do Gurguéia	2.825	1.219	43,2	1.606	56,8	
Total Microrregião	88.076	49.932	56,7	38.144	43,3	
Total Área de Estudo		131.682	79.917	60,7	51.765	39,3
Piauí		3.118.360	2.050.959	65,8	1.067.401	34,2
BRASIL		190.755.799	160.925.792	84,4	29.830.007	15,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, 2010, elaborada pelo autor.

A área com potencial para ocupação para o plantio de grãos fica localizada exatamente em grande parte do nosso recorte de estudo, demarcada em vermelho na figura 2, esta retirada do estudo PDS 2050³:



Fonte: Piauí (2015).

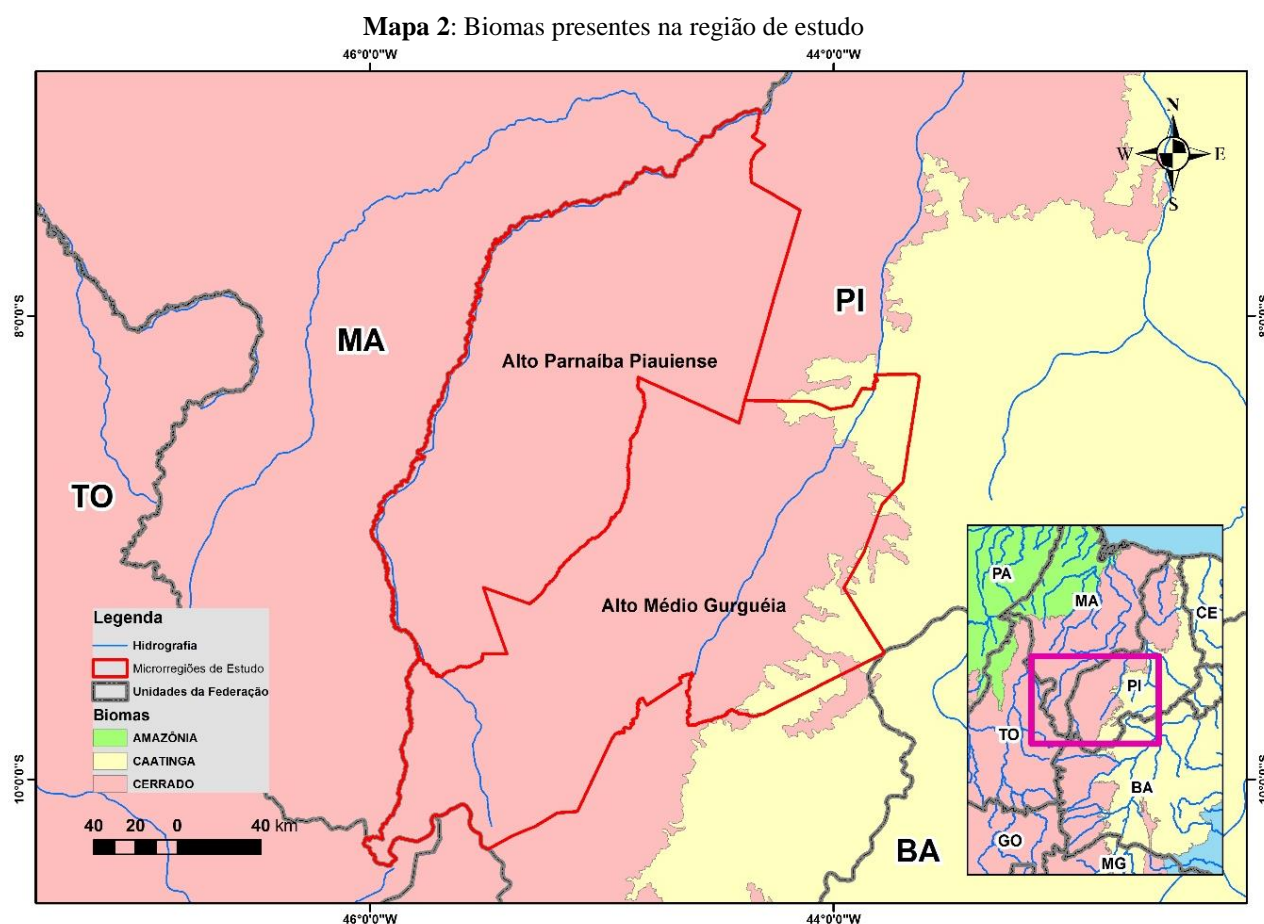
Ao longo da tese denominamos o nosso recorte espacial como Cerrados Piauienses, se referindo, portanto, às duas Microrregiões, onde há prevalência do Cerrado e onde se concentram os maiores municípios produtores de grãos do Piauí.

Grande parte do Piauí é coberto pelo Cerrado, bioma caracterizado pela presença dos planaltos de estrutura extremamente complexas, com superfícies aplainadas, inclusive com planaltos compartimentados, com altitude variando entre 300 e 1700 metros (AB' SABER, 2003). Especificamente no caso piauiense, as chamadas Serras que compõem os platôs são

³ Este estudo da CEPRO de 2015 leva em consideração os Territórios do Desenvolvimento Rural Sustentável do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No total São 11 territórios: 01- Planície Litorânea, 02- Cocais, 03- Carnaubais, 4- Entre Rios, 5- Vale do Sambito, 6- Vale do Rio Guaribas, 7- Vale do Canindé, 8- Serra da Capivara, 9- Vale dos Rios Piauí e Itauaíra, 10- Tabuleiros do Alto Parnaíba e 11- Chapada das Mangabeiras.

caracterizadas pelo grande aplainamento do relevo, sendo verdadeiras mesas tabulares, como define Pragrana (2011).

O nosso recorte de estudo fica localizado em áreas do Cerrado, com exceção de algumas manchas de Caatinga no Alto Médio Gurguéia. A porção sul piauiense é situada em uma zona de transição entre os biomas Caatinga, Cerrados e a Amazônia, como observa-se no mapa 2.



A região dos Cerrados Piauienses faz parte e é exemplo de territórios e de novas regionalizações geradas a partir dos processos de reestruturação produtiva e territorial brasileira e que apontam para novas realidades no campo e na cidade, como indica Elias (2017). Dessa forma, o Piauí faz parte de novas dinâmicas socioespaciais e econômicas atreladas diretamente ao agronegócio globalizado, tendo em vista que parte da porção Sudoeste do Estado integra a região do MATOPIBA, nova frente de expansão da agropecuária moderna no Cerrado.

Oficialmente, quatro Microrregiões piauienses integram o MATOPIBA: Alto Parnaíba Piauiense, Alto Médio Gurguéia, Bertolândia e Chapadas do Extremo Sul Piauiense, envolvendo um total de 33 municípios. Nesse estudo, priorizou-se a seleção das duas primeiras, tendo em

vista a maior representatividade que o agronegócio produtor de grãos, sobretudo soja e milho, possui nos seus quinze municípios pertencentes.

A tabela 3 apresenta os dados de produção de soja em 1995, 2006 e 2017, ou seja, dos últimos Censos Agropecuários do IBGE. É possível perceber a representatividade do agronegócio no Alto Parnaíba Piauiense e Alto Médio Gurguéia, pois são, consecutivamente, as maiores produtoras de soja entre as quatro microrregiões. As Microrregiões de Bertolândia e Chapadas do Extremo Sul Piauiense, apesar da potencialidade, ainda apresentam números de baixa expressividade no que diz respeito à produção de soja.

Tabela 3: Quantidade produzida de Soja - Microrregiões Piauienses do MATOPIBA (1995, 2006 e 2017)

Brasil; Unidade da Federação; Macrorregião; Microrregião	Quantidade Produzida (toneladas)		
	1995	2006	2017
Alto Médio Gurguéia (PI)	-	171.070	500.742
Alto Parnaíba Piauiense (PI)	20.245	577.705	1.280.208
Bertolândia (PI)	-	43.365	134.383
Chapadas do Extremo Sul Piauiense (PI)	-	X	33.102
Piauí	20.293	577.705	1.981.892
Nordeste	877.250	3.714.806	8.877.618
BRASIL	21.588.199	46.195.843	103.156.255

Fonte: Sidra/IBGE, elaborada pelo autor.

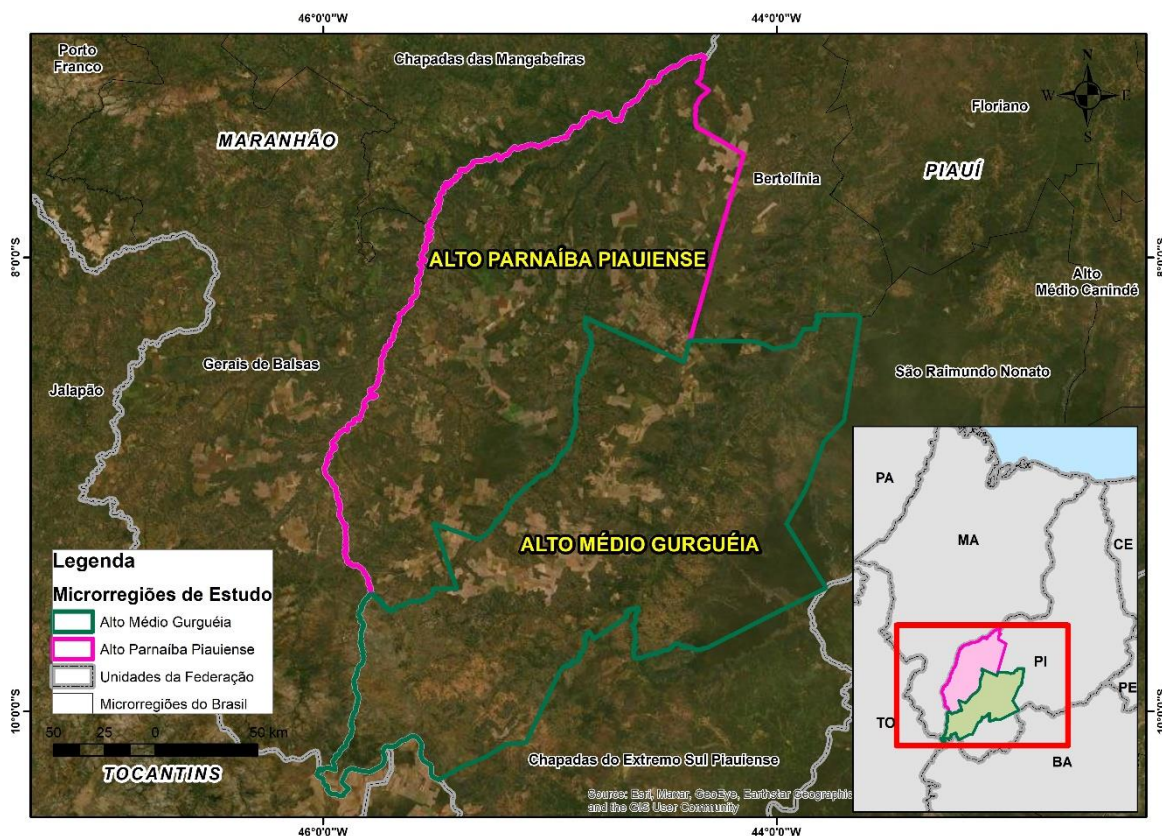
Observa-se que, assim como o Alto Médio Gurguéia e as Chapadas do Extremo Sul Piauiense, a Microrregião de Bertolândia não apresentava nenhuma tonelada produzida de soja no ano de 1995, entretanto, a partir de 2006, já figura como uma região com índices produtivos, totalizando 43.365 toneladas produzidas. Apesar do crescimento dos índices produtivos de soja nas Chapadas do Extremo Sul Piauiense, há ainda nessa microrregião vocação para a pecuária de corte e leiteira, com o município de Corrente como centro representativo dessa atividade.

A Microrregião Alto Parnaíba Piauiense é atualmente a maior produtora de soja do Piauí, entretanto, em 1995 apenas os municípios de Baixa Grande do Ribeiro, com 8.745 toneladas, e Uruçuí, com 11.500, apresentavam produção de soja, sendo, portanto, os pioneiros da produção de soja na região. Em 2006 já havia produção significativa de soja em todos os quatro municípios da Microrregião. Já o Alto Médio Gurguéia alcançou níveis expressivos em 2006 e 2017, com destaque para os municípios de Bom Jesus, Currais, Gilbués e Monte Alegre.

Portanto, as Microrregiões Alto Parnaíba Piauiense e Alto Médio Gurguéia são as que possuem números representativos no que tange à produção de soja, indicando os espaços em que o agronegócio concentrou mais investimentos, com potencial de expansão ainda evidente em muitas áreas e municípios, sobretudo no Alto Médio Gurguéia, onde há ainda um atraso em relação ao desenvolvimento da atividade se comparado ao Alto Parnaíba Piauiense. O mapa 3

permite visualizar perfeitamente as “manchas” do agronegócio de grãos sobre as áreas de platôs, justamente dentro do nosso recorte de estudo.

Mapa 3: Área de estudo – manchas do agronegócio de grãos



Fonte: IBGE (2021). Org. RUFO, T.F; Elab.: PERES, L.G.M.

Atualmente, considerando o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios piauienses, três municípios do nosso recorte espacial figuram entre os dez maiores: Uruçuí (terceiro), Baixa Grande do Ribeiro (sexto) e Bom Jesus (sétimo) (Tabela 4). Em Uruçuí, devido à presença da unidade fabril da Bunge Alimentos, a indústria de transformação também figura como principal atividade econômica juntamente com a agricultura. Em Bom Jesus, pela concentração de empresas das redes agroindustriais, o comércio também figura como um importante setor da economia municipal junto com a agricultura. Baixa Grande do Ribeiro, por ser o maior produtor de grãos, figura com uma economia forte no cenário estadual.

Quanto ao peso do setor agropecuário sobre o PIB municipal, os cinco maiores do Piauí estão da nossa área de estudo, sendo os municípios com maior produção de grãos do Piauí: Grande do Ribeiro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Bom Jesus e Currais. Portanto, três municípios do Alto Parnaíba Piauiense e dois do Alto Médio Gurguéia, tendo como principais produtos a soja, milho, algodão, milho e feijão, de acordo com a tabela 5.

Tabela 4: PIB dos municípios piauienses – os 10 maiores e as principais atividades econômicas

Posição	Municípios	Principal Setor	Principais atividades
1º	Teresina	Serviços - 84,04 %	Comércio e fabricação de bebidas
2º	Parnaíba	Serviços - 87,61%	Comércio varejista e atacado
3º	Uruçuí	Agropecuária - 41,67%	Agricultura e indústria de transformação
4º	Picos	Serviços - 89,09%	Comércio varejista e automotor
5º	Floriano	Serviços - 89,00%	Comércio varejista e automotor
6º	Baixa Grande do Ribeiro	Agropecuária - 72,57%	Agricultura e comércio
7º	Bom Jesus	Serviços - 48,33%	Agricultura e comércio
8º	Guadalupe	Indústria - 61,08%	Eletricidade e produção florestal
9º	Piripiri	Serviços - 46,87%	Confecção de vestuário
10º	Campo Maior	Serviços - 48,38%	Comércio e fabricação de produtos varejista

Fonte: PIAUÍ - CEPRO, 2020.

Tabela 5: Valor Adicionador Bruto (VAB) da Agropecuária⁴ – 5 maiores do Piauí

Posição	Municípios	VAB (R\$ 1.000)	Principais produtos
1	Baixa Grande do Ribeiro	643.099,78	Soja, Arroz e Algodão
2	Uruçuí	612.290,02	Algodão, Soja, Milho e Arroz
3	Ribeiro Gonçalves	275.179,55	Soja e Milho
4	Bom Jesus	256.991,99	Soja, Milho e Feijão
5	Currais	190.320,95	Algodão, Milho e Soja

Fonte: PIAUÍ – CEPRO (2020).

No entanto, o aumento do potencial econômico desses municípios, via agronegócio, não repercutiu positivamente em melhorias significativas na qualidade de vida da população local. Nota-se certa melhora ao longo dos anos no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), entretanto, com nível abaixo da média estadual e nacional, com exceção de Bom Jesus em 2010. Internamente, Uruçuí e Bom Jesus se sobressaem em relação aos demais municípios, sendo este último com os melhores indicadores ao longo dos anos (Tabela 6).

Diante da entrada do agronegócio de grãos nos Cerrados Piauienses, torna-se importante ressaltar que essa porção territorial do Nordeste era costumeiramente tachado como improdutivo e atrasado economicamente, e sua inserção na dinâmica do agronegócio representaria, segundo os agentes hegemônicos, a redenção econômica e social piauiense (ALVES, 2006).

Trata-se, nesse caso, de um modelo de gestão e construção de um território que se equipara ao que já foi efetuado em outros estados e regiões do Brasil (ALVES, 2004). Nesse caso, o estudo de novas fronteiras agrícolas, como os Cerrados Piauienses, aponta para a melhor compreensão do território brasileiro. Assim, o caso piauiense é um exemplo de uma região

⁴ Segundo Piauí (2020, p. 77) representa o “Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades”

envolvida com amplas transformações e alterações de suas dinâmicas econômicas, sociais, culturais, ambientais e no mundo do trabalho.

Tabela 6: IDH municipal – Municípios da área de estudo

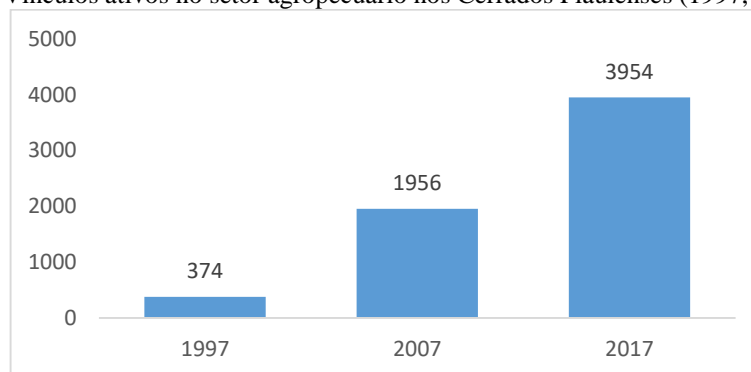
Microrregião	Municípios	1991	2000	2010
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	0,202	0,349	0,564
	Ribeiro Gonçalves	0,333	0,439	0,601
	Santa Filomena	0,281	0,393	0,544
	Uruçuí	0,294	0,432	0,631
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	0,273	0,403	0,578
	Barreiras do Piauí	0,358	0,413	0,557
	Bom Jesus	0,376	0,486	0,668
	Cristino Castro	0,344	0,460	0,566
	Currais	0,226	0,339	0,542
	Gilbués	0,313	0,411	0,548
	Monte Alegre do Piauí	0,300	0,387	0,578
	Palmeira do Piauí	0,279	0,428	0,557
	Redenção do Gurguéia	0,279	0,428	0,557
	Santa Luz	0,328	0,414	0,588
São Gonçalo do Gurguéia	0,229	0,384	0,560	
Piauí		0,362	0,484	0,646
BRASIL		0,493	0,612	0,727

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, 2010, elaborada pelo autor.

O agronegócio de grãos instalado na região dos Cerrados Piauienses impacta diretamente em transformações profundas sobre o mercado de trabalho local e impõe novas realidades de acordo com as exigências dos agentes hegemônicos, como, por exemplo, na necessidade de formação de mão de obra especializada, na flexibilização, exploração e precarização da mão de obra.

Pelo gráfico 1 nota-se que entre 1997 e 2017 houve um crescimento expressivo no número de vínculos ativos no setor agropecuário nessa região por meio da imposição do agronegócio de grãos. Entretanto, é papel do pesquisador entender mais profundamente as transformações empreendidas pelos eventos e processos hegemônicos, seus reais impactos, os fatores e condicionantes associados.

Nesse sentido, é inegável que o agronegócio dos Cerrados Piauienses gerou um volume considerável de empregos na região, cabe-nos, portanto, responder a alguns questionamentos básicos: Quem ocupa esses novos postos de trabalho gerados? Quais são os principais cargos com maior volume de contratações? Como se comporta essas contratações ao longo do ano? Em sua maioria esses cargos são caracterizados pelo caráter temporário ou permanente? Qual a origem predominante dos trabalhadores nos cargos que exigem maior qualificação e aqueles sem qualificação? Há utilização de trabalho informal nas empresas e fazendas produtoras? Como funciona o processo de formação de mão de obra especializada na região? Entre outros.

Gráfico 1: Vínculos ativos no setor agropecuário nos Cerrados Piauienses (1997, 2007 e 2017)

Fonte: MTE/RAIS.

Um dos principais pontos é como se comporta a população local diante dessa nova encruzilhada, pois a entrada do agronegócio gerou discursos fervorosos em defesa da atividade e com utilização da geração de emprego e renda como um dos grandes “escudos”, tanto por parte dos agricultores, como da mídia e do Estado. Isso resultou em grandes expectativas por parte da população local em torno dos possíveis novos cargos gerados e na tentativa de se inserir nesse novo mercado de trabalho.

O agronegócio chega na região nos anos 1990 encontra uma população “sedenta” por empregos e renda, já que os municípios da área de estudo possuem grandes taxas de trabalhadores no setor informal, ou seja, com pouca formalização da mão de obra, como indica a tabela 7. Pela concentração do setor de serviços e comércio em torno do agronegócio, Uruçuí e Bom Jesus possuem um certo destaque e uma realidade um pouco diferenciada.

Além disso, na grande maioria dos casos, os municípios da área de estudo ainda são dependentes dos repasses do Fundo de Participação de Municípios (FPM) e internamente associados à dinâmica dos cargos públicos municipais, além de dinâmicas do comércio e serviços associados aos aposentados, pensionistas e de beneficiários de programas sociais. Trata-se, assim, de um conjunto de municípios com grandes fragilidades econômicas e sociais.

Logicamente, a realidade piauiense possui algumas particularidades e especificidades sob o ponto de vista social, histórico e econômico, e, sobretudo na questão do trabalho. Elias (2017) confirma essa tendência das singularidades em processos hegemônicos ao defender que mesmo com o advento do processo de globalização, há ainda o estabelecimento de grandes distinções entre os lugares, e, no caso das regiões produtivas, isso vai depender, por exemplo, do tipo de atividade desenvolvida em cada área, visto que cada gênero agrícola possui características e necessidades específicas. Nesse aspecto, entender o perfil e o modelo de geração de emprego a partir desse tipo de agronegócio estabelecido nos Cerrados Piauienses será de grande importância e espera-se contribuir no debate sobre o trabalho.

Tabela 7: Posição na ocupação (2010) – Municípios da área de estudo

Microrregiões	Municípios	% de empregados com carteira- 18 anos ou mais	% de trabalhadores empregados sem carteira- 18 anos ou mais	% de trabalhadores do setor público- 18 anos ou mais	% de trabalhadores por conta própria- 18 anos ou mais	% de empregadores - 18 anos ou mais	Grau de formalização dos ocupados- 18 anos ou mais
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	23,96	29,83	7,23	16,94	0,93	32,59
	Ribeiro Gonçalves	23,21	35,72	1,64	18,12	0,40	27,23
	Santa Filomena	12,28	38,05	1,33	26,08	-	14,02
	Uruçuí	24,64	30,01	8,48	22,45	0,61	37,34
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	11,20	32,58	6,21	16,75	-	18,36
	Barreiras do Piauí	12,16	22,78	-	47,56	-	13,16
	Bom Jesus	21,02	36,33	7,00	22,74	2,79	32,85
	Cristino Castro	10,33	28,11	7,00	21,70	2,59	20,43
	Currais	9,79	22,12	2,56	16,85	1,91	12,53
	Gilbués	16,53	39,05	1,24	25,66	0,62	21,09
	Monte Alegre do Piauí	10,87	29,16	6,62	11,19	0,74	19,20
	Palmeira do Piauí	12,32	30,96	1,93	21,89	0,27	15,09
	Redenção do Gurguéia	8,06	40,57	6,84	17,10	0,74	17,90
	Santa Luz	14,44	40,43	5,58	21,39	1,17	21,44
	São Gonçalo do Gurguéia	24,58	29,75	2,72	17,13	0,86	27,30
	Piauí	26,39	28,46	6,16	23,27	1,07	36,52
	BRASIL	46,47	19,33	5,61	21,73	2,05	59,32

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, 2010, elaborada pelo autor.

Previamente, é necessário enfatizar que o processo de reestruturação produtiva da agricultura nos Cerrados Piauienses gera grandes reconfigurações socioespaciais e resulta em uma nova divisão social e territorial do trabalho através da complexificação das relações de trabalho relacionadas ao agronegócio. Sendo assim, parte-se das seguintes hipóteses:

- A reestruturação produtiva da agricultura nos cerrados piauienses impacta diretamente e intensamente na geração de um novo perfil de trabalhador e de mercado de trabalho, sobretudo com a ampliação do trabalho agrícola formal e informal e em transformações na economia urbana/mercado de trabalho nas cidades do agronegócio. Com isso, tem-se o surgimento de novos contextos sobre o trabalho nessa região, como a ampliação da precarização, da seletividade e das contradições.
- O agronegócio globalizado, enquanto atividade hegemônica e de vultosas proporções, gera grande expectativa de geração de emprego junto à população local, entretanto, não consegue absorver a mão de obra local, especialmente nos serviços mais especializados. Portanto, o agronegócio de grãos configura-se como atividade econômica seletiva e produtora de grandes contradições na dinâmica territorial e social do mercado de trabalho.

Diante disso, a tese possui como objetivo principal o de **compreender as novas dinâmicas no mercado de trabalho na região dos Cerrados Piauienses a partir da reestruturação produtiva do agronegócio no âmbito regional.**

Após esse processo inicial de apresentação da tese, o quadro 5 apresenta uma síntese das próximas seções, que, acrescidas das Considerações Finais, compreende sete seções:

Quadro 5: Síntese das seções da tese

Título das Seções	Objetivo Geral	Conceitos Chave
SEÇÃO 3: MERCADO DE TRABALHO E AGRONEGÓCIO: Circuitos superior e inferior da economia	Discutir o trabalho enquanto categoria de análise da Geografia e relacioná-lo ao processo de Reestruturação Produtiva e as mudanças relacionadas ao mundo do trabalho.	Trabalho; Reestruturação Produtiva; Agronegócio; Território; Precarização, plasticidade e heterogeneização do trabalho
SEÇÃO 4: A REGIÃO DO MATOPIBA E A DISTRIBUIÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO AGROPECUÁRIO FORMAL	Analisar as tendências de novas frentes de ocupação pelo agronegócio globalizado, a formação da Região Produtiva do Agronegócio MATOPIBA e a distribuição do mercado de trabalho agropecuário formal	Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA's); região; Cidades do Agronegócio; Trabalho Agropecuário.
SEÇÃO 5: AGRONEGÓCIO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS CERRADOS PIAUIENSES E OS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO	Caracterizar o processo de reestruturação produtiva do agronegócio na região dos cerrados piauienses e as novas dinâmicas no mercado de trabalho agropecuário, com ênfase no entendimento dos processos de precarização e seletividade do trabalho.	Modernização Agrícola; Trabalho; Precarização e seletividade do trabalho.
SEÇÃO 6: O MERCADO DE TRABALHO NOS CERRADOS PIAUIENSES A PARTIR DAS REDES AGROINDUSTRIAIS, DA NOVA RELAÇÃO CAMPO- CIDADE E (RE)ESTRUTURAÇÃO URBANA E DAS CIDADES	Investigar as novas dinâmicas no mercado de trabalho piauiense e as transformações impostas pelo agronegócio no âmbito dos circuitos superior e inferior do trabalho agropecuário e a partir do aumento do consumo produtivo agrícola e estabelecimento de um novo modelo de economia urbana nas cidades do agronegócio piauiense. Com isso, relacionar ao papel das unidades públicas da região na questão da formação da mão de obra especializada.	Redes Agroindustriais; Economia Urbana; (Re)Estruturação Urbana e Regional; Relação Campo-Cidade; Circuitos superior e inferior da economia urbana.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além das seções principais, a tese foi estruturada do seguinte modo: **1 Introdução, 2 Caminho Metodológico/Apresentação da Pesquisa e 7 Considerações Finais.**

Na Seção “**3 Mercado de Trabalho e Agronegócio: Circuitos superior e inferior da economia**” abordou-se o conceito de trabalho no âmbito da Geografia, o contexto da Geografia do trabalho e as reconfigurações territoriais, assim como os rebatimentos no mundo do trabalho a partir da Reestruturação Produtiva, bem como os circuitos superior e inferior, a partir da lógica do trabalho.

Na Seção “**4 Região do MATOPIBA e a distribuição do mercado de trabalho agropecuário formal**” apresentou-se um breve debate em torno da formação da região produtiva do MATOPIBA, os discursos acerca de sua criação e invencionismo regional, além de uma

breve análise da distribuição do mercado de trabalho agropecuário formal a partir de dados da RAIS e do CAGED.

Na Seção **“5 Agronegócio e Reestruturação Produtiva nos Cerrados Piauienses e os impactos sobre o mercado de trabalho”** iniciou-se com um breve histórico do processo de reestruturação produtiva do agronegócio piauiense e os rebatimentos sobre o mercado de trabalho agropecuário, com análise dos dados produtivos e referentes ao mercado de trabalho dessa região, utilizando os dados primários e secundários, com o objetivo de entender como a população local se comporta diante da oferta de novos postos de emprego em fazendas e empresas instaladas na região, além de compreender o processo de intensificação da exploração do trabalho, o caráter da seletividade e do aumento da precarização do trabalho.

Na Seção **“6 O Mercado de trabalhos nos Cerrados Piauienses a partir das redes agroindustriais, da nova relação campo-cidade e da (re)estruturação urbana regional e das cidades** abordou-se a constituição das redes agroindustriais presentes do agronegócio piauiense e a instalação de novos agentes econômicos, sobretudo da Bunge Alimentos, e as influências geradas no mercado de trabalho local, bem como o processo de especialização funcional das cidades do agronegócio piauiense, o incremento da economia urbana e do consumo produtivo agrícola. Abordou-se também o papel das instituições de ensino no processo de formação de mão de obra especializada, o potencial de inserção de egressos no mercado de trabalho do agronegócio, os discursos e as fragilidades.

Dessa forma, o contato com algumas ideias da Geografia do Trabalho, a contextualização do MATOPIBA e o devido aprofundamento e adentramento das questões específicas da pesquisa em torno da relação entre agronegócio e trabalho, permite apontar-se as intensas transformações na lógica do mercado de trabalho na região de estudo, indicando cenários de intensificação da exploração do trabalho e o protagonismo das grandes empresas agrícolas das redes agroindustriais. Nesse aspecto, as próximas seções permitem um olhar mais aguçado das questões da tese e as respostas para os problemas e objetivos propostos.

3 MERCADO DE TRABALHO E AGRONEGÓCIO: circuitos superior e inferior da economia

3.1 A categoria trabalho: considerações iniciais

A realidade brasileira atual exige esforços sobre o entendimento das transformações territoriais e socioeconômicas a partir da propagação de eventos hegemônicos, tal como o agronegócio globalizado, como define Elias (2017; 2021a; 2021b). A economia brasileira tem como base a exportação de *commodities* e o agronegócio é tido como o “motor”, salvação da economia e como caminho para o desenvolvimento. Portanto, como aborda Bezerra (2009, p. 117), o agronegócio é utilizado “como a grande bandeira dos empresários agrícolas para colocar o setor como um dos mais promissores da economia brasileira”.

A produção interna, em grande parte, é destinada ao mercado exterior, notadamente para a China, os países europeus, os Estados Unidos e parte do mercado asiático, como os países localizados no Oriente Médio e o Japão, como indicam relatórios oficiais (BRASIL, 2020; 2021) e estudos como o de Furtado e Alves (2020), que evidenciam a relação sino-brasileira pautada na exportação de grãos para o país asiático, sobretudo soja e algodão.

Há inclusive o discurso de que é a atividade econômica que mais gera empregos e renda no Brasil. Além disso, nos territórios em que a fronteira do agronegócio chega, há grande expectativas por parte da população na questão da geração de empregos. Entretanto, é papel do pesquisador desvendá-las, questioná-las e propor caminhos, alternativas e saídas para a realidade posta. Assim, um dos deveres é o questionamento das crenças e discursos que envolvem, por exemplo, o agronegócio brasileiro e as transformações sobre o trabalho. Em consonância às ideias de Carvalho e Oliveira (2021) e Bezerra (2009), o próprio termo agronegócio envolve discursos e ideologias internalizadas nas falas e posicionamentos através de atores hegemônicos, como da mídia, por exemplo.

Como aponta Thomaz Júnior (2003), há uma evidente fluidez da paisagem geográfica e de novas dinâmicas territoriais a partir da reestruturação produtiva e de severos impactos sobre o trabalho e a classe que vive do trabalho. As mudanças são intensas e, por isso, reforçam a necessidade de estudos científicos que avaliem os processos decorrentes e correlatos.

A análise da reestruturação produtiva deve ser ancorada de reflexões críticas e que possibilite uma visão criteriosa da reorganização do capital e seu projeto de dominação global (ANTUNES, 2003a). Tal necessidade é reforçada pelas características históricas do Brasil,

onde as desigualdades sociais são tratadas como naturais, realidade cruel imposta ao longo de anos de formação territorial, social e cultural.

Com isso, o debate a respeito das transformações no mundo do trabalho pode fornecer alternativas e pistas de como as desigualdades e contradições são historicamente construídas. Ao longo dos anos, desde o dito “descobrimento” do Brasil, o trabalho tem ditado o ritmo dos movimentos migratórios. A migração de imigrantes europeus no final do século XIX até a primeira metade do século XX, assim como a migração japonesa no final do século XIX, podem ser explicadas pela ótica do trabalho, além de obviamente questões políticas, históricas e econômicas pelo qual passavam esses povos em suas terras.

O cruel contexto de migração forçada de africanos para o Brasil Colônia também possui o trabalho como uma das motivações, nesse caso, o trabalho escravo, uma das cicatrizes terríveis, ainda abertas da história brasileira, e que contribui para o atual quadro de desigualdades sociais. A migração nordestina em direção ao eixo Centro-Sul do país, motivada por contextos sociais, naturais e políticos, além de outros movimentos migratórios, como de sulistas para áreas centrais do país, podem também ser explicadas a partir da lógica do trabalho, sob a ótica do capital. Na verdade, no caso brasileiro, os movimentos internos intra e extraterritoriais desde o advento do período colonial, passando pela fase imperial e o processo de redemocratização, da industrialização e finalmente atingindo ápice com o ciclo de globalização são explicados e possuem raízes atreladas à questão do trabalho.

Marx (2003, p. 457) expõe como o trabalho, enquanto categoria e atividade de uso da força de trabalho, é importante e deve ser centro do debate:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menchenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Concordando com Alves (2004), no Brasil, a migração de trabalhadores sempre teve papel destacado na reordenação espacial e transformação de porções territoriais brasileiras em áreas estratégicas para a reprodução do capital. A produção de territórios e de regiões agrícolas possui estreita ligação com movimentos migratórios em razão de exigências dos agentes hegemônicos, como grupos econômicos transacionais e nacionais, dentre os quais se sobressaem as empresas agrícolas e o Estado.

O contexto atual no Brasil, que aponta para discursos em favor das reformas, flexibilizações e afrouxamento das leis trabalhistas e previdenciárias, desafia a compreensão das transformações emergentes, ainda mais se tratando de discursos provindos de agentes hegemônicos, como o Estado em associação com empresas transnacionais, bancos e instituições financeiras. É justamente essa relação entre Estado e os agentes do agronegócio que Elias (2021a, p. 8) define como um dos “nós mais apertados” que conferem sustentação a essa atividade econômica. É compreensível, inclusive, afirmar que vivemos um momento perigoso, delicado e incerto, pois direitos fundamentais, adquiridos através de lutas da classe trabalhadora, correm um severo risco e potencializam tragédias sociais.

O sistema capitalista, segundo pressupostos de Mészáros (2011), através da sua dimensão vertical têm-se a estrutura de comando do capital, com preservação dos interesses capitalistas:

O que quer dizer: os interesses em assegurar a expansão contínua da mais-valia com base na máxima *exploração* praticável da totalidade do trabalho (embora, claro, em conjunção com as *taxas diferenciais* de exploração em diferentes países e indústrias através dos tempos, conforme se tornem possíveis pelas relações de força prevaletentes na estrutura global do capital). Tais interesses devem ser assegurados graças ao funcionamento adequado da estrutura de comando do capital, qualquer que seja o escopo e a complexidade da organização horizontal (a fragmentação/divisão e simultânea reunificação funcional) do total das jornadas de trabalho capitalisticamente *utilizáveis*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 614).

O capital, através do seu sistema de reprodução, dispõe de fortes mecanismos que garantem controle sobre o trabalho e, com isso, maximiza os lucros e a acumulação de capitais, “quebrando” e superando características da dimensão horizontal, ou seja, das especificidades em relação à organização interna dos diferentes países. Há, assim, sistemas de controle interligados. Como exemplo, a Bunge Alimentos, localizada no município de Uruçuí-PI, possui em sua base pressupostos fundantes de uma lógica externa e se aproveita das particularidades e de uma região considerada longínqua dos centros financeiro-econômicos do Brasil.

Novamente nas fortes palavras de Marx (2003, p. 460), têm-se dimensão dos mecanismos adotados pelo capital para apropriação da força de trabalho humana e para produção de desequilíbrios e contrastes:

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produzir privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.

Lukács (2012) cita o processo de industrialização e introdução das máquinas como elementos fundamentais para transformação do mundo do trabalho:

É o que ocorre no caso da circulação de mercadorias, em que determinadas formas próximas à natureza (o gado como meio geral de troca) são substituídas pelo dinheiro, que é puramente social; do mesmo modo, no mais-valor absoluto existem ainda determinados componentes “naturais”, enquanto no mais-valor relativo, originado do aumento da produtividade que rebaixa o valor da força de trabalho, surge já uma forma de exploração na qual o mais-valor e, portanto, a própria exploração podem crescer mesmo que o salário aumente; assim acontece na revolução industrial, em que a introdução das máquinas faz com que o homem e sua capacidade de trabalho não sejam mais os fatores determinantes do trabalho, que o próprio trabalho humano seja “desantropomorfizado” etc. (LUKÁCS, 2012, p. 222).

O trabalho é, dessa forma, uma categoria analítica que poderia ser mais explorada e utilizada nos estudos geográficos, já que possui grandes potencialidades para a análise das recentes transformações impostas aos territórios e diferentes espaços. Thomaz Junior (2002, p. 3) enfatiza: “De todo modo, poderíamos, ao menos apontar, que enquanto base fundante do discurso, o trabalho na Geografia foi entendido como mediação e não como tema central”. Por seu teor crítico, questionador e com poderosas categorias de análise, a Geografia é uma das importantes vias para análise do mundo do trabalho.

Mészáros (2011, p. 600), através da seguinte passagem indica que o elemento fundamental do capital não é o Estado, mas sim o trabalho:

Devido à inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado. Pois, paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital.

Tratar de uma temática tão complexa demanda um olhar diferenciado do pesquisador, tendo em vista sua relação com outras ciências do campo do conhecimento. Além de tudo, abordar o trabalho é considerar algo atrelado à essência do ser humano, que faz parte do seu cotidiano e de sua formação social e que indiscutivelmente o transforma em um ser social. Há, nesse caso, uma grande diferença entre trabalho e emprego, pois o segundo pode ser explicado pela ótica do capital, pela troca da força de trabalho.

Em uma sociedade capitalista, o emprego move sonhos, ambições, desejos e mexe com o imaginário das pessoas. Como aponta Moreira e Santos (2018), às vezes os trabalhadores são forçados a migrar para outras áreas, deixando para trás suas famílias, vivências, suas moradias e históricas, tudo se pautando na lógica do trabalho sob o viés do assalariamento. Evidenciando, como aborda Silva (2003), que o ato de migrar em busca de emprego não é necessariamente

uma opção, mas sim uma obrigação, uma imposição do capital. Dessa forma, mais que dados quantitativos, o pesquisador deve considerar os elementos subjetivos envolta do trabalho.

O trabalho desempenha o papel de interligação da relação entre o homem e a natureza. A partir dessa relação há a configuração/formação do espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia. Portanto, o trabalho é e deve ser encarado como categoria permanente desse campo do conhecimento científico. A Geografia do Trabalho deve ser tratada com protagonismo na busca de respostas às problemáticas presentes na atualidade, como aponta Thomaz Júnior (2002; 2003; 2011) e Mendonça (2004).

Conforme Mendonça (2004), o trabalho é o elemento essencial para a humanidade:

O trabalho é o elo emancipatório que aponta perspectivas para os trabalhadores e instrumentaliza a ação política desses sujeitos, rumo a uma sociedade plural e democrática. Assim, trata-se de interpretar as mudanças no mundo do trabalho, enquanto desdobramentos da reestruturação produtiva do capital e afirmar que embora multifacetado, fragmentado, polissêmico, o trabalho constitui-se como elemento primordial para a humanidade. (MENDONÇA, 2004, p. 83).

No caso brasileiro, a partir da década de 1990, há a introdução de um modelo de capitalismo e globalização diferenciados, inspirando-se em modelos e tendências neoliberais, como em novas formas de contratação, a adoção de tecnologias produtivas e na gradual substituição da força de trabalho pelas máquinas (ANTUNES, 2003b).

Silva (2003) cita tendências do processo de reestruturação produtiva no setor agropecuário, como a substituição e exclusão de boa parte dos trabalhadores, o aumento da exploração do trabalho, formas de controle e gestão diferenciadas, a imposição da acumulação de capitais, intensificação do uso da terra e incremento dos índices de rentabilidade através de técnicas de correção do solo, representadas pelo apoio da ciência e tecnologia, como também em novas formas de administração e gestão de recursos humanos: contratações pontuais, aproveitamento da mão de obra em variadas funções e imposição do trabalho noturno.

Silva (2003) sublinha o conceito de exclusão-inclusão precária ao definir o surgimento dos postos de trabalho precarizados e a inserção de trabalhadores nessa lógica de exploração maximizada do trabalho. Seria, portanto, mais uma maneira de intensificar os processos de exclusão. Ou seja, o que pode parecer como inclusão de pessoas ao mercado de trabalho, na verdade se trata de um tipo de inclusão precária que também é sinônimo de exclusão.

Previtali (2003) discorre sobre o processo de reestruturação produtiva:

Durante as últimas décadas as economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento vêm sofrendo profundas transformações. Observa-se um intenso processo de reestruturação produtiva do capital através da integração dos mercados

financeiros, fundamentado, por sua vez, no novo ideário político neoliberal de livre comércio e de uma menor presença do Estado como poder regulador das relações entre capital e trabalho. (PREVITALLI, 2003, p. 329).

À vista disso, evidencia-se a categoria trabalho no centro do debate, pois, através da “ausência” do Estado e da promoção de reformas e imposição de condições ideias que os agentes hegemônicos e representantes do capital impõem a exploração ao trabalho.

Lukács (2012), em sua profunda teoria sobre a ontologia do ser social, deixa claro que o trabalho, além de ser categoria central e fonte originária da atividade humana, é responsável pela transformação da natureza e através dele o próprio ser humano se transforma:

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita forças da natureza “a seu próprio domínio. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias, primas etc. O homem que trabalha “usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas a seu poder, atuando sobre elas de acordo com seu propósito”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos etc. existem objetiva e independentemente da consciência do homem; e tão somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. (LUKÁCS, 2012, p. 199).

Segundo Lukács (2013, p. 34) “Porém, a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência, e em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade”. Em outra passagem o autor complementa:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 35)

A atuação do homem através do trabalho o transforma em ser social, e este é produto essencial para sua existência. Através dos mecanismos do capital o trabalho torna-se elemento essencial para o processo de acumulação, concentração e expansão dos lucros. Harvey (1992) explicita que o sistema capitalista necessita ter o controle sobre dois elementos fundantes: a fixação dos preços de mercado e sobre a força de trabalho, como garantia de incremento de valor produtivo e da obtenção de lucros expressivos.

Destarte, um dos elementos essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, da forma como o capital deseja, está no controle sobre o trabalho, já que o trabalho sob o ponto de vista

do mercado, exige concentração ou a lida com instrumentos específicos, sendo necessário o que Harvey (1992) denomina de disciplinação da força de trabalho, visando o atendimento dos anseios do capital ou simplesmente como controle do trabalho.

Para isso, há necessidade de formas de organização e estratégias realizadas em torno da própria sociedade. Harvey (1992) cita caminhos para o controle do trabalho:

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e a formadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (HARVEY, 1992, p. 119).

O trabalhador então fica sujeito aos preceitos e ditames do capital em razão das necessidades que as empresas e representantes do capital possuem. É, portanto, o trabalho no centro do debate. No seu processo produtivo, a cultura da soja demanda pouca utilização de mão de obra se comparada a outras formas de cultivo, como, por exemplo, o da fruticultura ou até mesmo da cana de açúcar. Esse contexto foi possível a partir do avanço tecnológico e utilização de modernas máquinas agrícolas, gerando, portanto, a substituição da força de trabalho de muitos trabalhadores por uma só máquina.

É o processo de conversão do trabalho vivo em trabalho morto, como indica Mészáros (2011):

Graças à desumanização do próprio trabalho vivo, transformado em uma *mercadoria* que só pode funcionar (como uma força produtiva) e biologicamente se sustentar (como um organismo) adentrando a estrutura – e se submetendo às exigências materiais e organizacionais – das *relações de troca* dominantes, os principais obstáculos que limitavam pesadamente o escopo e o dinamismo dos sistemas produtivos anteriores são removidos com sucesso. Já que o trabalho vivo se transforma em “*carcaça do tempo*”, torna-se possível estruturar as jornadas de trabalho resultantes (reificáveis) – tanto horizontal como verticalmente – de acordo com as exigências da autorreprodução ampliada do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 621-622).

Mendonça (2004) é mais enfático e cita que os discursos do agronegócio em torno da ocupação de novas áreas, ao se intitular como salvação e como via para o progresso, precisa ser combatido, pois ao contrário das promessas e perspectivas, amplia-se profundamente o caráter dos impactos ambientais e em rebatimentos negativos para a classe trabalhadora:

O discurso do agronegócio, centrado na incorporação das terras “improdutivas” e/ou no fortalecimento da produção e da produtividade, mediante a densidade das áreas cultivadas com incremento técnico e tecnológico, redundando em crescente degradação dos recursos naturais e no aumento do desemprego no campo e na cidade. Esses discursos precisam ser desmascarados e ao fazê-lo é urgente reafirmar a viabilidade social e econômica de uma ampla reforma agrária no país, com a possibilidade de combinar diferentes usos e modalidades de exploração da terra, em consonância com as condições edafoclimáticas, as vivências e as experiências já construídas (MENDONÇA, 2004, p. 32).

Em outra passagem, Mendonça (2004, p. 92) enfatiza:

O crescimento econômico, sem possibilidade de promover o desenvolvimento social através da redistribuição de renda, reforma agrária, políticas públicas eficientes (saúde, educação, habitação, lazer etc.), não ameniza o *caos social* em que está mergulhada a maior parte da sociedade brasileira. A constituição de um projeto político da classe trabalhadora passa pela necessidade de compreensão da composição das classes sociais na atualidade. Quem são os trabalhadores? Que formas sociais o trabalho tem assumido? Talvez tenhamos que refletir acerca de uma *geografia da diferença*.

Assim, o modelo do agronegócio como salvação para os territórios e para a sociedade brasileira em detrimento da agricultura familiar⁵ deve ser amplamente questionado, já que a promessa de geração de renda, de emprego e a autodenominação de atividade salvadora e encarregada de gerar bem-estar para a classe trabalhadora, não necessariamente gera desenvolvimento social, ao contrário, amplia-se ainda mais as diferenças sociais e regionais, além da questão do desemprego e do caráter da insegurança do trabalho.

Elias (2021a, p. 6) caracteriza o agronegócio globalizado como “especialmente seletivo, socialmente excludente, economicamente concentrador e ambientalmente e culturalmente devastador.” Como movimento contraditório, essa atividade econômica contribuiu fortemente para o aumento da pobreza, urbana ou rural, e na intensificação das desigualdades socioespaciais, no incremento da violência e dos conflitos por terras e no âmbito do trabalho, processos sublinhados por Carvalho e Oliveira (2021), ao abordar a recente escalada de expropriações, pressões e violência sobre os povos do campo e das florestas.

Dessa forma, o modelo do agronegócio implantado no Brasil possibilita o crescimento econômico e têm-se notabilizado como atividade econômica carro chefe da economia brasileira, no entanto, não promove, de fato, transformações significativas na parte do verdadeiro desenvolvimento, pautado na distribuição de renda, em melhorias dos serviços públicos, entre os quais se destacam o saneamento ambiental, formas dignas de habitação, de educação e saúde. Dessa forma, Elias (2021a) define que as atuais características na forma-conteúdo do

⁵ Fatos enfatizados por Elias (2021b) ao questionar o foco no agronegócio em detrimento da agricultura familiar, como reforço aos índices ligados à fome e a insegurança alimentar no Brasil.

agronegócio globalizado presentes no Brasil permitem indicar a necessidade de sua rejeição e substituição.

Entende-se que a compreensão das novas dinâmicas no mercado de trabalho nos Cerrados Piauienses a partir da reestruturação produtiva do agronegócio, o objetivo da tese, necessita de uma discussão prévia sobre a categoria trabalho no âmbito da Geografia em razão de sua potencialidade no processo de entendimento das transformações territoriais sob o ponto de vista da categoria trabalho.

3.2 O contexto da Geografia do trabalho e as reconfigurações territoriais

Os estudos geográficos têm acompanhando as intensas transformações em curso no espaço geográfico, sobretudo aqueles gerados a partir da evolução de eventos hegemônicos ligados às diferentes facetas do processo de globalização, tais como Thomaz Júnior (2004; 2011), Santana e Mendonça (2009), Mendonça (2004), Bezerra (2010; 2012), Moreira e Santos (2018), Souza et al. (2016), entre outros.

A Geografia vem se preocupando com diferentes temáticas e abordagens e que muitas vezes são tratadas em outras áreas do conhecimento científico, como a discussão sobre o trabalho, defendido por Thomaz Júnior (2011; 2004) como um tema permanente da Geografia atrelado à regulação sociedade/espaço e o metabolismo homem-meio, com foco na compreensão das estruturas de poder e controle social do capital sobre a sociedade.

Dessa forma, há a necessidade de aproximação da geografia com as demais ciências sociais e humanas com o intuito de estabelecer uma abordagem interdisciplinar sobre a categoria trabalho. Para isso, é necessária a superação das dicotomias e fragmentações entre as diferentes áreas do conhecimento científico. A geografia, enquanto campo do saber científico de relevante papel de investigação da relação homem-meio, necessita estabelecer maior diálogo com as demais áreas do conhecimento científico com intuito de contribuir no entendimento das transformações impostas ao mundo do trabalho (SANTANA; MENDONÇA, 2009).

Santana e Mendonça (2009) reforçam a necessidade de entender o trabalho como elemento fundamental da relação entre a sociedade e a natureza,

Por outro lado, permite perceber que o trabalho ainda é um elemento fundamental na sociedade, como produtor de valores de uso é intrínseco a vida humana, condição fundamental na relação do homem com a natureza. Por isso, precisa se emancipar das relações capitalistas de produção e das mais diversas formas de exploração com que o capital o subordina. (SANTANA; MENDONÇA, 2009, p. 2).

A ciência geográfica possui papel singular nas análises atreladas ao mundo do trabalho, em razão do seu pulsante potencial de utilização das suas categorias analíticas principais nos estudos que englobam a questão do trabalho, como julga Mendonça (2004):

[...] a categoria trabalho é fundante na interpretação do espaço geográfico, possibilitando o *desvendamento* da relação capital x trabalho, seus contornos territoriais e perceber as tramas espaciais (re)criadas no processo de autoexpansão pelos “novos territórios”, hegemonzados pelas demandas colocadas pelo capital industrial e financeiro mundializados. (MENDONÇA, 2004, p. 99).

Entretanto, as investigações que contemplam essa temática ainda são escassas na área das ciências humanas e sociais, especialmente no caso da Geografia. Ou seja, há uma lacuna significativa nos estudos geográficos em torno do trabalho, apesar da grande importância que possui nos estudos com enfoque social (THOMAZ JÚNIOR, 2011; SOUZA et al., 2016).

A temática do trabalho é complexa e com múltiplas dimensões. O pesquisador deve tecer esforços para formular teorias igualmente complexas e desafiadoras. Todavia, essa necessidade não se resume apenas em inaugurar um novo campo da geografia, notadamente a Geografia do trabalho, ou de afirmar se ele existe ou não, mas sim de superar entraves e barreiras e encarar o trabalho como um tema também pertencente ao conhecimento geográfico (BEZERRA, 2012), como também confirma Mendonça (2004):

A relevância do tema trabalho, para a ciência geográfica, é tratada não enquanto uma nova corrente do pensamento geográfico, mas enquanto um “outro olhar” sobre a realidade social, enxergando “por dentro” a contradição, fundada na relação capital x trabalho. O trabalho como fundante – a essência do Homem, a hominização criadora e potenciadora, das ações humanas rumo à emancipação social. (MENDONÇA, 2004, p. 50).

Os estudos em torno da questão do trabalho, sob o ponto de vista geográfico, devem ser valorizados e potencializados, já que o trabalho é uma categoria com relevante capacidade de contribuição no entendimento das transformações sociais e territoriais em curso.

A preocupação dos estudos geográficos com a questão do trabalho mostra-se mais valorizada a partir do chamado movimento crítico de renovação a partir da segunda metade do século XX, preocupado com o entendimento das transformações contraditórias geradas pelo modelo de produção capitalista. Tal contexto se insere no quadro de renovação e revisão da Geografia pautada nas correntes positivistas (SOUZA et al., 2016). Nesse aspecto, o método marxista é a corrente geográfica que mais utiliza do debate acerca do trabalho, sendo uma categoria pouco explorada nas outras correntes de estudos, e muitas vezes, vista com certa desconfiança e até mesmo negada como categoria geográfica e encarada como uma corrente

pertencente aos estudos sociológicos, de historiadores, cientistas políticos, de economistas (SOUZA et al., 2016; THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Souza et al. (2016) pontua que,

A partir do movimento crítico da Geografia, a introdução do debate fundamentado no materialismo histórico dialético busca romper com essa dicotomia ao apontar a unidade sociedade natureza mediada pelo trabalho. Assim, é através do trabalho que o homem (que se torna ser social) entra em contato com a natureza, transformando a natureza e a si mesmo, as suas condições materiais de existência e a de toda sociedade. Portanto, o trabalho é a forma de intercâmbio fundamental do homem com a natureza, em uma relação indispensavelmente dialética. Ora, se não há reprodução humana sem a natureza e é pelo trabalho que o homem nessa intervém, essa é a condição central para o homem enquanto ser social e para o processo de produção do espaço geográfico – apreensão diretamente ligada a Geografia. (SOUZA et al., 2016, p. 287-288).

Lukács (2012, p. 108) deixa claro: “O trabalho é inclusive a atividade humana pela qual algo fundamentalmente novo, realmente novo, pela primeira vez ingressa na realidade”. Sendo assim, o trabalho é a essência fundamente do homem enquanto ser social.

Recorre-se novamente a uma importante passagem de Lukács (2013, p. 62): “É por isso que julgamos correto ver no trabalho o modelo de toda práxis social, de qualquer conduta social ativa”. Enquanto fator de formação do ser social, para o ser humano o trabalho é entendido também como capacidade de transformação da natureza. Nesse sentido, o trabalho é um processo entremeado na relação homem-natureza, sendo encarregado de transformar objetos e recursos naturais em valores de uso (MOREIRA; SANTOS, 2018; LUKÁCS, 2013).

Thomaz Júnior (2002) complementa:

Nesse sentido, já em nível superior à protoforma da práxis social, o trabalho é resultado de um pôr teleológico através do qual o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho enquanto fonte primária da articulação entre causalidade e teleologia é um processo entre atividade humana e natureza que se sintetiza na célula do ser social. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 4)

É através do trabalho que o ser humano se diferencia dos demais seres vivos, meio pelo qual exerce sua vitalidade, com papel determinante sob os aspectos materiais da vida e das relações sociais. O trabalho é a relação metabólica estabelecida entre o homem e a natureza (SANTANA; MENDONÇA, 2009; BEZERRA, 2010; 2012).

Nesse aspecto, há um conjunto de sentidos e significados que se relacionam ao mundo do trabalho e reforça a necessidade de não o encarar de forma reducionista como trabalho-mercadoria, ou seja, não tratar dessa categoria apenas pelo viés do emprego (CARVALHAL, 2008). Bezerra (2012, p. 26) trata dessa questão na seguinte passagem: “[...] a Geografia do trabalho não deve ser considerada apenas como um exercício estatístico de distribuição espacial próxima à ideia de uma geografia do emprego”.

Tampouco, como aponta Thomaz Júnior (2002), a Geografia deve resumir o trabalho apenas como categoria mediadora da relação homem-meio ou como elemento de transformação de paisagens naturais em paisagens humanizadas, tal como figura esse debate tão presente na Geografia escolar. Nesse caso, o autor tece crítica direta ao movimento de domínio do conhecimento geográfico pelo viés positivista, que apenas indica os processos relacionados ao trabalho e se distancia das contradições geradas a partir da relação metabólica entre homem e natureza. Thomaz Júnior (2002) complementa e atesta a lacunas e falhas nos estudos geográficos que envolvem a categoria trabalho:

Se pudéssemos puxar uma linha na história, o trabalho na Geografia, invariavelmente, esteve (des)sintonizado da sociedade (enquanto parte do processo social movido pela *fúria* reprodutiva do capital ancorada na extração de mais-valia e da vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante), portanto distante do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar seu projeto de dominação. Fora também da natureza, enquanto elemento distante do *corpus* natural e visto somente como atividades humanas, já que o homem já estava fora da natureza. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 4).

O espaço geográfico, a paisagem e o território revelam-se como categorias analíticas da geografia atreladas à temática do trabalho, pois, como frisa Thomaz Júnior (2002; 2011), as transformações territoriais e as reconfigurações das paisagens geográficas impactam diretamente nas novas dinâmicas impostas ao mundo do trabalho.

O deslocamento de trabalhadores pelos diferentes territórios, ou seja, a mobilidade do trabalho se caracteriza pelo movimento em busca de trabalho por parte dos sujeitos sociais, que muitas vezes lutam pela sua sobrevivência e de seus familiares (MOREIRA; SANTOS, 2018). Thomaz Júnior (2004b) assinala:

Assim, a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações (THOMAZ JÚNIOR, 2004b, p. 11).

O caráter de transformações no mundo do trabalho impacta diretamente no surgimento de novas dinâmicas territoriais e espacialidades (THOMAZ JÚNIOR, 2004a; 2004b). O território deve ser entendido, portanto, como estratégia capitalista para ampliação da mobilidade do capital, que visa a acumulação de capitais, além de intensificar a exploração do trabalhador. Nesse sentido, o ordenamento territorial deve ser elemento central na compreensão do metabolismo social do capital.

Mendonça (2004) reforça o papel dessa categoria nas análises sobre o mundo do trabalho sem deixar de lado o sentido social atrelado aos sujeitos pesquisados:

Dessa forma, a *leitura do território* carece da investigação sobre os movimentos sociais, implicando numa postura política de relevância na interpretação das múltiplas relações macrosociais e suas relações com as vivências e experiências construídas cotidianamente nesses territórios. As formas históricas de análise precisam ser distanciadas, para que possamos *des-velar* – retirar o véu que encobre – a realidade social. Isso não significa abrir mão dos postulados e princípios teórico-metodológicos, tampouco, da compreensão de que fazer pesquisa é uma ação política clara e necessária, mas, simplesmente sentir, ouvir, cheirar, apalpar, enxergar, viver as configurações sociais construídas pelos sujeitos pesquisados. (MENDONÇA, 2004, p. 53).

Diante disso, é necessário compreender que o território atualmente não obedece apenas aos ditames externos sob a lógica do capital transnacional, como também é local, é habitado e é espaço humano (CARVALHAL, 2008; SANTANA; MENDONÇA, 2009). Nesse sentido, há a necessidade urgente de consideração dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2006) para subsidiar o entendimento das questões que envolvam o trabalho no âmbito da luta pela terra, da reforma agrária e na busca de melhorias nas condições de vida (THOMAZ JÚNIOR, 2004b).

De acordo com Souza et al. (2016), o trabalho deve ser encarado como categoria universal nas ciências sociais, ou seja, não é exclusiva da ciência geográfica. No entanto, as diferentes correntes dos estudos geográficos devem encarar o trabalho como um dos componentes centrais nas análises, pois, é ele um dos elementos responsáveis pela produção do espaço geográfico. Têm-se, portanto, para os autores, na relação dialética entre sociedade-trabalho-natureza, um potencial para compreensão das transformações espaciais presentes no contexto de uma sociedade dividida por classes sociais e marcada por grandiosas contradições.

O trabalho é encarado inicialmente como condição ontológica humana, ou seja, o ser humano utiliza-se do trabalho e intervém nos recursos da natureza para satisfazer suas necessidades biológicas e culturais. Entretanto, com o estabelecimento do modo de produção capitalista, marcados por hierarquias estruturais de dominação e subordinação, o homem passa a produzir através do trabalho não mais para suas necessidades biológicas e culturais, e sim para satisfazer os interesses dos detentores dos meios de produção (SOUZA et al., 2016).

3.3 A Reestruturação Produtiva e os impactos no mundo do trabalho

A reestruturação produtiva pode ser explicada pelas mudanças no regime de acumulação fordismo/taylorismo a partir da década de 1970 para o modelo flexível de produção (toyotismo), caracterizado pela flexibilização do processo de produção, dos padrões de consumo e das relações de trabalho, apontando para flexibilidade e novas práticas de emprego e do trabalho,

como a imposição do trabalho temporário, a desproletarização, a precarização do trabalho, os novos modos de exploração do trabalho, assim como a acentuação dos efeitos do desemprego, repressão e cooptação do trabalhador (THOMAZ JUNIOR, 2011; SANTANA; MENDONÇA, 2009; ANTUNES, 2003a).

Antunes (2003a, p. 56) aborda que

O toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.

Thomaz Júnior (2004) lista as transformações nas bases técnicas e os novos contextos atrelados à inovação tecnológica:

O alastramento das técnicas importadas do Japão e adaptadas consoante os desígnios do comando das empresas, tais como: CCQ's, (Círculos de controle de Qualidade) *kanban/just-in-time*, *kaizen*, TQC (*Total Quality Control*), foram se adequando às novas tecnologias microeletrônicas na produção, repercutindo tanto do ponto de vista da concorrência capitalista, quanto - e é o que nos interessa - na *nova* subordinação forma intelectual do trabalho do *savoir faire* à lógica do capital, que o fordismo desprezava, e às instâncias de organização política, que vivenciaram os desdobramentos da administração participativa ou de parceria, o sindicalismo de participação. (THOMAZ JÚNIOR, 2004b, p. 18).

A produção de acordo com a demanda, o trabalho em equipe, o *just in time* (ajuste produção-tempo), estoques mínimos, estrutura horizontalizada, a parceria com empresas terceirizadas e o “emprego vitalício” são também características do modelo japonês. Dessa forma, rompe-se, por exemplo, com o modelo de trabalho parcelar, dando lugar ao baseado em equipes de trabalho e na polivalência (ANTUNES, 2003a; 2006).

O modelo flexível aponta para a necessidade de jornadas de trabalho flexíveis que funcionam de acordo com as demandas de mercado ou com a rotina de produção da empresa – por exemplo, quando necessário, o trabalhador poderia ultrapassar a sua jornada de trabalho habitual, com compensações em horas em períodos menos intensos sob o ponto de vista da produção. Outras premissas e padrões adotados foram a da contratação temporária, do trabalhador parcial e das subcontratações, reduzindo assim aquele tipo de trabalho mais tradicional e mais regular (HARVEY, 1992).

O toyotismo intensifica a exploração do trabalho, visto que o trabalhador lida com diferentes etapas da produção, assim como no aumento do ritmo e da velocidade da maneira de se produzir. Além disso, o controle do trabalho pelo sistema de luzes, onde o verde indicava que o funcionamento estava dentro dos padrões, o laranja representava o auge da produção e o

vermelho evidenciava falhas e diminuição do ritmo de produção, também exemplificam algumas das transformações impostas pelo modelo flexível (ANTUNES, 2003a).

Conforme Dupas (2001), a introdução de novas tecnologias representou a reestruturação e racionalização da estrutura produtiva, provocando impactos diretos na diminuição dos postos de trabalho, pois as novas tecnologias substituiriam a mão de obra, especialmente aqueles postos de trabalho menos qualificados. Trata-se, desse modo, do desemprego estrutural presente no período de globalização neoliberal e impulsionada pelos avanços tecnológicos (MOTA, 2013).

Como evidencia Mészáros (2011), a escassez da oferta de trabalho faz parte e é necessária para a fragmentação e divisão interna do trabalho em meio ao desenvolvimento tecnológico do sistema capitalista. Com isso, amplia-se as possibilidades e mecanismos de controle do trabalho por meio do aparato tecnológico (BENKO, 2002).

Mészáros (2011) faz importantes ressalvas quanto à questão do desemprego na escala global, que para muitos seria consequência apenas do avançado processo de desenvolvimento tecnológico e substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. O desemprego possui causas mais complexas e diversificados, como dos fatores sociais e econômicos.

Nas palavras de Dupas (2001),

Nesse período de crise, outro expediente foi a flexibilização do trabalho. As flutuações da demanda e as incertezas do cenário econômico serviram de motivação para tentar tornar totalmente variáveis todos os custos de mão de obra através de contratações em tempo parcial, modificação das funções com quebra das divisões rígidas das tarefas *multi-skilling*. Além disso, intensificou-se a busca por mão de obra alternativa de menor valor, o que induziu transferência de atividades da cadeia produtiva para outros países (DUPAS, 2001, p. 91).

É partir daí que o toyotismo começa a adaptar-se às necessidades e características particulares das lógicas nacionais. Assim, sua implantação no Ocidente envolveu a consideração das singularidades de cada território, país ou região (THOMAZ JÚNIOR, 2004b; ANTUNES, 2003a).

Antunes (2003a, p. 59) enfatiza:

Claro que sua adaptabilidade, em maior ou menor escala, estava necessariamente condicionada às singularidades e particularidades de cada país, no que diz respeito tanto às condições econômicas, sociais, políticas, ideológicas, quanto como à inserção desses países na divisão internacional do trabalho, aos seus respectivos movimentos sindicais, às condições do mercado de trabalho, entre tantos outros pontos presentes quando da incorporação (de elementos) do toyotismo.

O período que antecede a transição do modelo fordista para o flexível é marcado pelas crises econômicas das principais potências mundiais, notadamente dos Estados Unidos da

América (EUA), os países europeus e o Japão, além das economias emergentes do Sudeste Asiático em conjunto com a China. Com isso, o cenário de crise impacta nas modificações estruturais empreendidas pelo capital, ou seja, o processo de reestruturação produtiva do capital interfere diretamente em transformações no mundo do trabalho e estabelece novas realidades para as atividades econômicas, empresas, setores e países (SANTANA; MENDONÇA, 2009).

Para Antunes (2003a, p. 37-38) o binômio taylorismo/fordismo é

[...] expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração.

O trabalho parcelar, fragmentado, repetitivo e a rígida divisão de tarefas, também são características do modelo fordista. Os trabalhadores eram submetidos a uma rígida maneira de produzir baseada na divisão de tarefas, com ritmo de produção em série acelerado, com controle do tempo e dos movimentos dos operários. Nesse aspecto, o capital reduzia o trabalho a uma ação mecânica e repetitiva, reduzindo a escala da dimensão intelectual (ANTUNES, 2003a).

Conforme Antunes (2003a, p. 39):

Esse processo produtivo transformou a produção industrial capitalista, expandindo-se a princípio para toda a indústria automobilística dos EUA e depois para praticamente todo o processo industrial nos principais países capitalistas. Ocorreu também sua expansão para grande parte do setor de serviços. Implantou-se uma sistemática baseada na acumulação intensiva, uma produção em massa executada por operários predominantemente semiqualeificados, que possibilitou o desenvolvimento do operário-massa (mass worker), o trabalhador coletivo das grandes empresas verticalizadas e fortemente hierarquizadas.

Já Harvey (1992, p. 111) enfatiza que o fordismo simboliza que

[..] a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Confirmava-se então um modelo de produção que se consolida como via produtiva das principais potências econômicas mundiais. Entretanto, a partir da década de 1960, houve o início dos sinais de declínio e “envelhecimento” do padrão fordista/taylorista através do decréscimo da produção em massa (ANTUNES, 2003a; BENKO, 2002; DUPAS, 2001).

Uma das causas da queda do fordismo foi justamente a falta de capacidade de atenuar as contradições do capitalismo à época, que geraram movimentos de sindicatos e pressões dos trabalhadores. Entretanto, a principal causa está na rigidez desse modelo produtivo e que não proporcionaram maior liberdade e flexibilidade para o planejamento e com previsões muito otimistas do seu próprio desenvolvimento e em mercados de consumo muito inconstantes (HARVEY, 1992).

Nesse sentido, de acordo com Benko (2002, p. 115),

[...] a demanda de bens produzidos em série estagnou num período em que os mercados nos países adiantados estavam saturados e no momento em que os consumidores procuravam bens mais diversificados e apelavam para uma concepção mais elaborada. Nessa conjuntura, empresas menores e mais flexíveis que fabricavam e ofereciam bens e serviços diversificados, que empregavam mão de obra qualificada, começaram a tornar-se competitivas e deixavam pressagiar novo modelo de desenvolvimento denominado especialização flexível.

Nesse sentido, de acordo com Antunes (2006), além de flexibilização na forma de se produzir mercadorias a partir das demandas de mercado, o modelo toyotista exigiu também trabalhadores flexibilizados, ou seja, dispostos a oferecer sua força de trabalho de acordo com as necessidades da empresa e do mercado. Há, com isso, o surgimento de novas necessidades e características de organização do trabalho: “O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhos temporários ou subcontratação, dependendo das condições de trabalho”. (ANTUNES, 2006, p. 36).

Conforme Harvey (1992, p. 140):

Acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

As mudanças que o modelo de produção flexível impõe não se resumem, dessa forma, apenas ao fator organizacional ou a estrutura ou forma de se produzir, como também impacta diretamente em reconfigurações socioespaciais pelo mundo, ao induzir indústrias e setores capitalistas a investirem em áreas e recortes espaciais não tradicionais, impondo importantes transformações territoriais.

Entretanto, a transição do modelo baseado no taylorismo e fordismo para o modelo flexível não significou a completa eliminação das características de acumulação de capital anteriores, pois, de acordo com Antunes (2003a, p. 38), houve a utilização “de novos e velhos mecanismos de acumulação”. Assim, as mudanças não representaram metamorfoses efetivas

no modo de produção, mas sim no padrão de acumulação. Ou seja, é possível identificar, na verdade, continuidades e descontinuidades em relação ao padrão de produção anterior, mantendo, no entanto, as bases capitalistas.

A transição representou uma atitude do capital em resposta à crise econômica e sistêmica do modelo de produção capitalista, com profundos impactos sobre o trabalho. O toyotismo representou novos padrões de intensificação do trabalho, assim como o modelo fordista já fazia, entretanto, utilizando de estratégias diferenciadas de extração da mais valia. Têm-se, nesse caso, o avanço do toyotismo no mundo, as vezes mesclando-se com o fordismo ou mesmo o substituindo (ANTUNES, 2003a, 2006).

A transição do modelo de produção fordista para o de produção flexível foi, de todo modo, uma maneira de dar coesão ao sistema capitalista, tendo em vista a maior dispersão da mobilidade geográfica e da flexibilização do mercado de trabalho, com imposição de revoluções no setor tecnológico e informacional. Trata-se, dessa forma, da consolidação de um sistema mais coeso, forte e adaptável às dinâmicas do mercado (HARVEY, 1992).

Na seguinte passagem de Moreira (2003) têm-se a definição do processo de reestruturação produtiva baseada no modelo de produção flexível:

[...] reestruturação produtiva refere-se a nova regra de regulação do trabalho no âmbito das fábricas, que consiste na troca das normas fordistas pelas normas toyotistas de organização. A reestruturação industrial remete as inovações tecnológicas da terceira revolução industrial. Desse ponto de vista, a reestruturação pode ser entendida como o conjunto das trocas de meios técnicos que centram os fabricos nos processamentos da microeletrônica e da informática, isto implicando a implementação das regras de flexibilização da produção e do trabalho da reestruturação produtiva, combinando e confundindo assim reestruturação industrial e reestruturação produtiva. A reestruturação estatal e o conjunto das reformas neoliberais do Estado, cujo exemplo e a transferência do patrimônio público para o poder privado, via privatização das empresas estatais. Por fim, a reestruturação espacial e o novo ordenamento territorial que emana disso tudo. (MOREIRA, 2003, p. 19).

No contexto de transformações no mercado de trabalho a partir das novas lógicas de produção flexível, deve-se considerar a questão da precarização do trabalho, que, para Carvalhal (2008), assume papel fundamental no entendimento de um mercado de trabalho supostamente não precário. Para Mészáros (2011, p. 321),

Em outras palavras, os pilares duplos da sabedoria dos realistas são: (1) torne a força de trabalho precarizada, e (2) transforme em criminosos os que protestarem contra. Pois, se o sistema não tem condições de enfrentar a intensificação das contradições, ninguém deve nem pensar em lutar por outra alternativa.

O processo de precarização do trabalho consiste na diminuição dos salários, atrasos constantes nos pagamentos, parcelamento de salários ou na perda de direitos básicos, como

assinatura de carteira de trabalho, abono salarial, férias, horas extras, ou ainda pelas condições precárias do trabalho, como condições das habitações e alojamentos, etc. (SILVA, 2003).

A partir do comparativo de Harvey (1992) do modelo de produção fordista e o flexível, percebe-se claramente mudanças e continuidades na organização do trabalho, com evidentes transformações no seio do controle e da gestão do trabalho. As adaptações de mercado ao novo tempo e modo de produção incluem, por exemplo, a valorização do trabalho em grupo, a polivalência dos trabalhadores e a imposição de uma estrutura mais horizontalizada de organização do trabalho, de acordo com as particularidades das sociedades (Quadro 6).

Quadro 6: Comparativo de mudanças e continuidades no trabalho entre os modelos de produção fordista e flexível

Fordismo (baseada em economias de escala)	Modelo de produção flexível (just in time) (baseada em economia de escopo)
Realização de uma única tarefa pelo trabalhador	Múltiplas tarefas
Pagamento pro rata (baseada em critérios da definição de emprego)	Pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações)
Alto grau de especialização de tarefas	Eliminação da demarcação de tarefas
Pouco ou nenhum treinamento no trabalho	Logo treinamento no trabalho
Organização vertical do trabalho	Organização mais horizontal do trabalho
Nenhuma experiência de aprendizagem	Aprendizagem no trabalho
Ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador (disciplinamento da força de trabalho)	Ênfase na co-responsabilidade do trabalhador
Nenhuma segurança no trabalho	Grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários

Fonte: Harvey (1992), adaptado pelo autor.

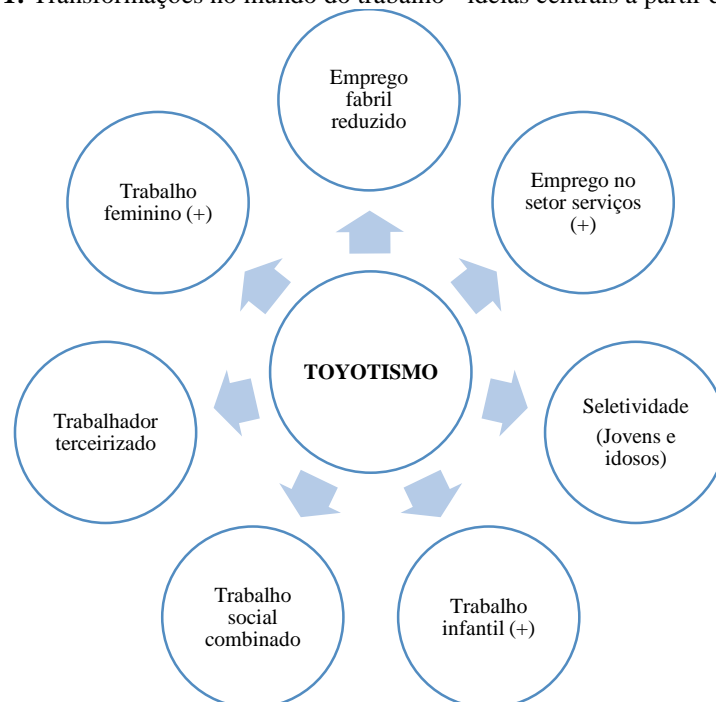
Logo, o Estado e as corporações empresariais utilizam-se do discurso e defesa de uma suposta modernização das relações trabalhistas, mascarando a intensificação da exploração ao trabalhador, que se vê na encruzilhada entre emprego e desemprego e a necessidade de adequação das novas diretrizes, normas e dinâmicas.

A reestruturação produtiva fica marcada pela industrialização de economias subdesenvolvidas, na diminuição dos custos de transportes, desindustrialização e transferência territorial das fábricas de países centrais para os periféricos. Ademais, o setor de serviços passa por um processo de fortalecimento e convive com o incremento da geração de empregos (SANTANA; MENDONÇA, 2009; DUPAS, 2001; ANTUNES, 2006).

A partir de Antunes (2006), sinteticamente evidencia-se as consequências do toyotismo sobre o mundo do trabalho. O autor cita sete mudanças importantes no âmbito do trabalho: 1) Redução do trabalho fabril, que passa a ser flexibilizado, desconcentrado e reestruturado; 2) Incremento dos trabalhadores terceirizados e subcontratados; 3) Incremento precarizado do

trabalho feminino; 4) Aumento do emprego no setor de serviços (apesar de que esse setor também sofre com o desemprego tecnológico); 5) Maior seletividade, com exclusão de jovens e idosos (estes últimos com dificuldades de requalificação para sua inserção no mercado de trabalho); 6) Inserção indiscriminada de crianças no mercado de trabalho, sobretudo em países asiáticos e latino-americanos; 7) Aumento do trabalho combinado (apud Marx, 1978) – participação de trabalhadores de diferentes partes do mundo no processo produtivo, intensificando a precarização e exploração do trabalho (Organograma 1).

Organograma 1: Transformações no mundo do trabalho - ideias centrais a partir de Antunes (2006)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021) a partir de Antunes (2006).

A partir desse momento, as fronteiras dos Estados Nacionais tornam-se mais flexíveis, móveis e mais acessíveis, condição imposta pela reestruturação produtiva do capital para a expansão dos novos e velhos agentes econômicos e financeiros. Para isso, as redes assumem papel primordial no processo produtivo, pois as sedes das empresas se ligam às suas novas filiais (MENDONÇA, 2004). Grandes indústrias do setor automotivo passam a priorizar as unidades/plantas como consequência da reorganização interna e como forma de aproveitar as tendências de mercado e das conjunturas econômicas. As indústrias aumentam o número de filiais pelo mundo e reduzem o tamanho de suas unidades e iniciam de fábricas em locais não usuais anteriormente, como em países periféricos, pequenas cidades e áreas rurais, aproveitando-se da oferta de mão de obra barata e em abundância (PREVITELLI, 2003).

O setor agropecuário pode ser citado como exemplo, pois a migração de empresas e indústrias para países em desenvolvimento não significou, de fato, o desenvolvimento pleno dessas economias em razão da grande dependência aos serviços e demandas específicas da indústria, como no setor tecnológico a partir de atividades de pesquisa e inovação. A presença de unidades fabris da Bunge Alimentos e da Cargill na região do MATOPIBA simboliza a dependência que essas regiões ainda possuem de centros econômicos do Brasil, em especial de São Paulo, onde se localizam os escritórios centrais inteligentes ligados diretamente ao mercado financeiro global e às sedes oficiais das empresas fora do país. Nesse sentido, as empresas se aproveitam da oferta de mão de obra abundante e barata (especializada ou não), do apoio do Estado, dos aspectos ambientais e da estrutura política desses espaços.

O processo de modernização da estrutura produtiva em países subdesenvolvidos evidenciou a aliança entre o capital transnacional e anseios das elites locais, como no caso da tecnificação da agropecuária brasileira: de um lado o capital transnacional objetivando a busca por novas áreas para expansão e encarregado de perpetuar o progresso e levar as receitas para a salvação econômica desses territórios; do outro lado, as elites brasileiras, alinhadas com estes preceitos e com defesa desses novos pressupostos, o que gerou a ampliação das desigualdades sociais e regionais pelo país e promoveu ainda mais a concentração do poder no domínio econômico e financeiro das elites (MENDONÇA, 2004).

Para Moreira (2003), trata-se de um novo ciclo de organização do capitalismo, notadamente caracterizado pela desvalorização gradual do modelo industrial de desenvolvimento – a reestruturação centra seu foco sob o modelo das finanças e não somente na indústria. O autor complementa: “A reestruturação refere-se as formas e escalas de espaço-tempo das sociedades modernas” (MOREIRA, 2003, p. 7). Ademais, o autor também chama a atenção para o desemprego, apresentando tal problemática como passível de análise a partir da luta de classes. Nessa questão, indica que houve diminuição da relação entre o emprego e o crescimento econômico, pois mesmo em cenários de pujança econômica, não necessariamente há incremento expressivo do emprego.

Assim, vivencia-se no período atual o contexto da fragmentação, complexificação e heterogeneização do mundo do trabalho, contexto abordado por Souza et al. (2016) em sua análise sobre a obra de Ricardo Antunes, na qual aborda o enfraquecimento das bases fordistas e expansão ocidental do toyotismo, que dá origem aos processos de flexibilização, desconcentração, desterritorialização e novas formas de trabalho. Como indica Bernardes (2007), há uma crise da modernidade ancorada na crise da sociedade do trabalho – com o

aumento da produção econômica de bens e serviços, através do processo de modernização do processo produtivo, há diminuição da capacidade de absorção do mercado de trabalho.

Mendonça (2002, p. 3) enfatiza esse contexto na seguinte passagem:

Como resposta à sua própria crise, inicia-se um processo de reorganização do capital financeiro, do capital produtivo e principalmente a reelaboração do sistema ideológico e político, acarretando um processo de reestruturação da produção e do trabalho. As novas formas de gestão, a desregulamentação das leis trabalhistas, o surgimento de novas categorias de trabalhadores, acarretaram mudanças no conteúdo do território, da relação cidade-campo e conseqüentemente na ação política dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, sob o viés geográfico, deve-se assumir o compromisso no entendimento das reconfigurações espaciais e territoriais (MENDONÇA, 2002). Essas mudanças em curso afetam diretamente o viés subjetivo ligado ao trabalho, sobretudo as novas realidades impostas à classe que vive do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002; ANTUNES, 2006). Diante do novo contexto de insegurança no trabalho, de precarização das relações trabalhistas e estagnação dos salários, enfraquecimento e flexibilização das leis trabalhistas e instituições públicas, há o aumento das doenças mentais como a depressão, advento apontado por Mota (2013) e a síndrome do pânico, indicada por Dupas (2001).

O lado subjetivo das mudanças no trabalho ainda permanece obscuro e tratado em segundo plano. Nesse sentido, as relações sociais e as alterações na identidade dos sujeitos sociais devem ser destacadas nos estudos sobre as relações de trabalho. Isto é, os estudos referentes à Geografia do trabalho devem estar focados a partir do olhar dos sujeitos e não meramente em um recorte de dados estatísticos que indiquem a distribuição espacial e territorial do emprego (BEZERRA, 2010; 2012; SANTANA; MENDONÇA, 2009). Thomaz Júnior (2004b, p. 17) afirma que “Podemos dizer que o capital não somente está roubando a subjetividade operária (ou o saber operário), mas também sua alma, sua capacidade de indignação”. Dessa forma, o autor sublinha outro caráter relativo à subjetividade do trabalhador, que é o da alienação do trabalhador.

No período atual, as relações subjetivas dos trabalhadores são decorrentes do quadro de inovações tecnológicas baseadas na liquefação das relações de trabalho e o processo de produção-circulação-consumo. As identidades dos sujeitos foram e são continuamente afetadas pelas dimensões financeira e estética do capitalismo contemporâneo.

De acordo com Elias (2021a), um dos pilares estruturantes do atual modelo capitalista funda-se na expropriação dos meios de produção e na alienação. A autora cita o agronegócio como atividade econômica hegemônica perpetuadora de discursos e ideologias que lhe conferem sustentação, como no caso do Brasil, onde há discursos e narrativas construídas pelo

Estado, pelas empresas hegemônicas e pela mídia, como na famosa propaganda da Rede Globo de Televisão, intitulada “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”. Para Carvalho e Oliveira (2021), a referida campanha publicitária coloca a maior emissora de televisão brasileira claramente em favor do que denominam de classe reinante do campo brasileiro, ou seja, ao lado dos atores hegemônicos do agronegócio e ligada à construção de conceitos, discursos e narrativas.

O lucro dos detentores dos meios de produção aumenta com a exploração da mão de obra do trabalhador. Estabelece-se uma contradição: as desigualdades aumentam com o crescimento dos donos dos meios de produção. Quanto mais o trabalhador produzir, mais ficará sob domínio do capital (mais pobre fica em meio à realidade), seu salário será sempre inferior ao que se produz. Há nesse caso, o estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação – elementos dominantes e alienantes. Pode-se apontar então que o capital é modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, visando a ampliação do valor de troca e a completa subordinação das necessidades humanas (SOUZA et al., 2016).

Conforme Thomaz Júnior (2004b, p. 11): “Ou seja, tanto no âmbito da produção (do trabalho) quanto da reprodução (da morada, do convívio social), o capital influencia decisivamente a práxis social dos trabalhadores, marcada historicamente pela fragmentação do trabalho da totalidade social”. Na contramão da visão de Thomaz Júnior e Souza et al (2016), há uma linha de autores que apontam para o fim do mundo do trabalho e a perda da centralidade da categoria trabalho, tendo como motivação o desenvolvimento tecnológico representado pela automação e modernização dos equipamentos. Dessa forma, o trabalho se torna força secundária no atual estágio de globalização tecnológica e econômica.

Antunes (2003b), cita, por exemplo, o termo *liofilização* organizacional – o processo gradual de substituição da força de trabalho humano (trabalho vivo) pelo trabalho das máquinas (trabalho morto). Seria, portanto, no caso brasileiro, a partir da década de 1980 e mais intensamente a partir de 1990, a oportunidade de impulsionar o processo de inserção brasileira na dinâmica da reestruturação produtiva e aumento da competitividade, dos novos padrões organizacionais e tecnológicos e como forma de reação aos movimentos sindicalistas efetuados do final da década de 1970.

Como enfatiza Antunes (2006), ao invés da diminuição da importância da categoria trabalho e de um suposto fim do mundo do trabalho, há, na verdade, o protagonismo de novas tendências, como do incremento do trabalho qualificado ou intelectualização do trabalhador, do trabalho abstrato e que ainda demanda a relação entre homem e os meios de produção – da interação entre trabalho morto e trabalho vivo.

Para exemplificar, Silva (2003, p. 62) cita o depoimento de uma entrevistada que, em um tom de desespero por estar desempregada, em situação de vulnerabilidade e sem renda, fala: “se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas”, fala essa que inclusive cede nome ao artigo. A trabalhadora estava desempregada em razão do constante processo de incorporação das máquinas no processo produtivo da cana de açúcar e, de certa forma, evidencia que mesmo a perda de trabalhos extremamente precários são lamentados e afetam diretamente a vida de muitos brasileiros.

O setor agropecuário segue a tendência de incorporação tecnológica e de novas técnicas ao processo de produção, com incremento do trabalho morto, como enfatiza Mendonça (2004, p. 72-73):

As inovações técnicas e tecnológicas alavancadas pela ciência e incorporadas ao processo produtivo, significaram a agregação de trabalho morto, pois grandes investimentos são permanentes na agricultura moderna com o intuito de elevar a produção e a produtividade do trabalho, redefinindo as funcionalidades regionais e as múltiplas relações sociais de produção e de trabalho.

Diminui-se, dessa forma, o trabalho vivo, com ampliação do desemprego e aumenta-se o teor de complexidade do trabalho diante dos novos quadros e reconfigurações, sobretudo sob o ponto de vista da precarização do trabalho, como define Mendonça (2004). Apesar das novas mudanças e dos novos contextos de substituição da força de trabalho humana, o capital jamais irá dispensar, de forma total, o trabalhador como elemento principal do processo produtivo, sendo o elo indispensável ao modo de produção capitalista, caracterizado, dentre outros aspectos, pela extração da mais valia. Dessa forma, o trabalho continua sendo fonte de valor da sociedade capitalista, o que sublinha a manutenção de sua centralidade (SOUZA et al., 2016; THOMAZ JÚNIOR, 2004; MÉSZÁROS, 2011). Conforme indica Antunes (2006, p. 161),

As máquinas inteligentes não podem extinguir o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera necessidade de encontrar *uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada*, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico.

As transformações estabelecidas no mundo do trabalho são resultantes de uma série de novos contextos, como o advento das tecnologias, as inovações e novas formas de gestão e controle do trabalho. Tais aspectos exemplificam as mudanças impostas pelo modelo de produção flexível, o qual estabeleceu uma nova divisão social-técnica-territorial do trabalho,

além de uma nova roupagem na organização do trabalho, da flexibilização dos contratos de trabalho e alterações no modo de produção (THOMAZ JUNIOR, 2011; POCHMANN, 2004; BENKO, 2002; ANTUNES, 2006).

A flexibilização do trabalho, imposta pelo contexto da reestruturação produtiva, representa, na verdade, a redução das conquistas trabalhistas e não significa necessariamente ser flexível em relação ao trabalho. Inclusive, como aponta Dupas (2001), a dissecação de direitos trabalhistas conquistados sob muita luta, têm sido um dos discursos do capital para o possível enfrentamento e redução do desemprego e de crises econômicas.

A reestruturação produtiva, sob o crivo do modelo de produção flexível, além de acentuar o processo de precarização do trabalho, estimulou o aumento da produtividade do trabalho, diminuiu o montante de empregos industriais e gerou aumento da intensidade do trabalho. Por consequência, a exigência sobre os trabalhadores aumenta de forma considerável, como por exemplo, na necessidade de trabalhadores polivalentes e dispostos a trabalhar em equipe (CARVALHAL, 2008; SANTANA; MENDONÇA, 2009). Além disso, Mendonça (2004) cita o processo de oferta de premiações individuais e coletivas a partir do alcance de metas, o incentivo pelo zelo de ferramentas de trabalho (limpeza e manutenções básicas) e o bom comportamento entre os trabalhadores, como critérios e novas exigências do modelo de produção flexível (toyotismo).

Mendonça (2002) sublinha que o Estado foi um dos agentes que permitiu e criou condições para a reestruturação do capital amparada em novas relações trabalhistas. Nesse sentido, as corporações transnacionais e nacionais se aproveitam das desregulamentações, privatizações e flexibilizações impostas pelo Estado.

Mészáros (2011) sublinha que os poderosos representantes do capital – do capital hegemônico de empresas transnacionais – não dispensaram o apoio e a proteção do Estado em relação aos seus anseios e necessidades de expansão, reprodução e acumulação de capital. Conforme Harvey (1992), o Estado sempre foi um agente necessário em meio às tendências neoliberais, já que é delegado como o responsável pela criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento das empresas:

A celebrada “mão invisível” do mercado, de Adam Smith, nunca bastou por si mesmo para garantir um crescimento estável ao capitalismo, mesmo quando instituições de apoio (propriedade privada, contratos válidos, administração apropriada do dinheiro) funcionam adequadamente. Algum grau de ação coletiva – de modo geral, a regulamentação e a intervenção do Estado – é necessário para compensar as falhas de mercado (tais como os danos estimáveis ao meio ambiente natural e social), evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio do monopólio quando este não pode ser evitado (em campos como transporte e

comunicações), fornecer bens coletivos (defesa educação, infraestruturas sociais e físicas) que não podem ser produzidos ou vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos, sinais de mercado aberrantes e o intercambio potencialmente negativo entre expectativas dos empreendedores e sinais de mercado (o problema das profecias auto-realizadas do desempenho do mercado). (HARVEY, 1996, p. 118).

Em conformidade com Moreira (2003), há nesse período de substituição do modelo industrial, baseado em uma geografia de um espaço organizado na produção de mercadorias, o espaço região, por outra de um espaço baseado e organizado em redes – o espaço tempo da rede, fundado na circulação de dinheiro.

A consolidação do modelo flexível afeta o trabalho e o trabalhador, reinventando também o Estado, que, a partir de agora, firma-se de acordo com as exigências do capital, como no caráter da despatrimonialização (MOREIRA, 2003). Além do Estado, como figura e ator territorial relevante, Harvey (2004b) lista outros agentes que também podem ser elencados, como blocos regionais, como a União Europeia, governos de regiões metropolitanas e regionais.

Os novos postos de trabalho gerados a partir do avanço da reestruturação produtiva e da revolução tecnológica impõem ao trabalhador desafios, pois muitas vezes não possuem relação direta com sua qualificação anterior, como aponta Dupas (2001). Antunes (2006) cita o processo de desespecialização dos operários, que impactados pela nova tendência de trabalho multifuncional, tem seu conhecimento questionado como insuficiente para a realização de atividades que demandam conhecimento especializado. O capital exige novas especializações e esses profissionais são obrigados a se readequarem para conquistar novos postos de trabalho.

O tipo de trabalho que o trabalhador irá desempenhar não é resultado apenas de suas escolhas e desejos, mas sim de necessidades e ditames do mercado. Assim, o trabalhador se adapta de acordo com as dinâmicas econômicas do mercado, às vezes trabalhando no setor primário, como também em outros setores, como comércio e serviços (MOREIRA; SANTOS, 2018). Com isso, a reestruturação produtiva não representou mudanças significativas em favor da classe trabalhadora, pois o que se observa é a intensificação e exploração do trabalho.

O novo contexto do mundo do trabalho reflete diretamente sobre a luta de classes e consequentemente nas condições socioeconômicas. Por isso, é vital sublinhar o papel do capital no processo de reconfiguração do trabalho, onde o foco principal está na constante busca por elevação dos índices de produtividade, dos ganhos e resultados econômicos satisfatórios. Há, com isso, um claro projeto de dominação do capital nos aspectos relacionados à gestão e controle do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2011).

Todos esses conjuntos de transformações no mundo do trabalho, na condução e maneiras de se produzir são resultados da reestruturação produtiva do capital. Processo

alavancado no Brasil a partir do final da década de 1980 e que gerou profundos impactos sobre a classe trabalhadora, seja no campo ou na cidade (THOMAZ JUNIOR, 2002; 2011; MOREIRA; SANTOS, 2018).

Antunes (2003b) aborda a importância da década de 1980, pois foi justamente a partir desse período que surgem os primeiros passos para a entrada definitiva do Brasil no processo de reestruturação produtiva, como novas formas de organização do trabalho e na informatização do processo produtivo. Entretanto, é inegável que, representativamente, a década de 1990 foi uma das mais decisivas no processo de reestruturação produtiva, especialmente em razão do contexto de reformas econômicas neoliberais, com impactos severos sobre o trabalho, além de acentuar as reconfigurações territoriais, espaciais e sociais na ótica da luta de classes.

A consolidação do neoliberalismo favoreceu significativamente a expansão e adaptação do modelo toyotista nos países ocidentais. A reestruturação produtiva do capital foi abalizada como via alternativa para superação da crise em muitos países centrais e periféricos, como no caso do Brasil, que, após a chamada década perdida, a de 1980, introduz fortes mecanismos neoliberais em sua economia, como na liberalização econômica. A década de 1990 no Brasil impulsionou as desregulamentações, que afetaram diretamente o mundo do trabalho a partir de imposições e exigências de organismos e entidades neoliberais para aumento da produtividade, como na intensificação das jornadas de trabalho, maior controle de qualidade, a produção de acordo com a demanda, etc. (ANTUNES, 2003a).

O modelo de acumulação flexível origina o período denominado de globalização neoliberal (MOTA, 2013). Inclusive, Dupas (2001) considera que o sistema liberal-productivismo foi uma alternativa do capitalismo para a crise econômica mundial – o sistema tinha como principal objetivo a flexibilização dos mecanismos de controle e regulação do Estado e da esfera de atuação dos sindicatos.

Durante a década de 1970 os gastos do Estado se tornaram estratosféricos e geraram forte endividamento através da tomada de empréstimos e financiamentos, como no caso do Brasil, sob regime militar (1964-1984). Dessa forma, após isso, gestou-se um campo fértil para discursos neoliberais em favor da redução do gasto público e pela efetivação de maior abertura econômica e valorização do capital privado (BENKO, 2003).

Para Siqueira (2010, p.13), “Nos anos 1980, a crise da dívida externa teve grave repercussão na economia brasileira, sobretudo pelos efeitos paralisantes sobre atuação do Estado (deteriorização do déficit fiscal e financeiro) e pela expansão da inflação”. Assim, a década de 1980 foi marcado pela “paralisia” do Estado frente às problemáticas sociais e relacionadas ao desenvolvimento regional. Com isso, os primeiros governos do novo período

democrático ficaram marcados pela aproximação aos preceitos econômicos e financeiros neoliberais, como na imposição de privatizações de empresas públicas.

Os discursos em prol dos preceitos neoliberais se fortaleceram diante das instabilidades, jogando forte pressão sobre o papel do Estado, “forçado” a reduzir e enxugar sua esfera de atuação. Foi a defesa do Estado Mínimo, como aponta Dupas (2001), com a imposição de rótulos negativos, como a de Estado ineficiente, incapaz de conduzir a gestão dos governos.

Atrelado a esse contexto, há, no cenário internacional, o fortalecimento do discurso em torno da competitividade dos Estados, onde aqueles que tivessem vantagens comparativas se sairiam melhor, pressupondo a degradação das condições de trabalho, como na configuração de um mercado de trabalho guiado em baixos salários, longas jornadas de trabalho e flexibilização das leis trabalhistas (HARVEY, 2004a).

A forma de se planejar efetuadas pelos países periféricos até a década de 1970 é tratada como não aceitáveis. Para isso, a inserção dos Estados nas novas dinâmicas empreendidas pelo período tecnológico era necessária, baseando-se em três aspectos fundamentais: a) a implantação de novas formas de emprego; b) a substituição de funções tradicionais por outras ditas mais dinâmicas; c) aceleração da implementação de projetos de desenvolvimento visando a rápida modernização capitalista (SANTOS, 1979).

É a partir da década de 1990 que há uma ampliação da reestruturação produtiva no Brasil, com incorporação de inovações técnicas e organizacionais no processo produtivo. Tudo isso sob os ditames e preceitos econômicos neoliberais, com a devida redução do papel do Estado e, conseqüentemente, dos investimentos públicos nas áreas sociais (SANTANA; MENDONÇA, 2009; THOMAZ JÚNIOR, 2002; 2004; 2004b; SIQUEIRA, 2010). Para Castillo (2005), é nesse período que a globalização atinge os países periféricos e impõe algumas exigências, como a de aumentar a competitividade através da redução dos custos, a fluidez territorial, com a melhoria dos sistemas de transporte e comunicação, e a implementação de ajustes fiscais, desregulamentações e flexibilizações.

O processo de reestruturação do mercado de trabalho brasileiro simboliza clara estratégia de ampliação do horizonte de territórios onde é possível intensificar a exploração da mão de obra, os submetendo a condições degradantes e precárias (CARVALHAL, 2008; MOREIRA e SANTOS, 2018). Assim, o contexto brasileiro revela inúmeras contradições referentes à questão do trabalho, pois a reestruturação produtiva do capital resultou em conseqüências negativas para a classe trabalhadora, especialmente com a (des)territorialização dos atores sociais, como na expulsão de indígenas e camponeses da sua terra (THOMAZ JUNIOR, 2011; SANTANA; MENDONÇA, 2009).

Previtalli (2003) enfatiza que o processo de reestruturação se aproveita exatamente das especificidades e particularidades brasileiras e da condição subalterna do país no cenário de divisão internacional do trabalho para ampliar ainda mais obtenção de lucros, da acumulação de capitais e, sobretudo na ampliação da exploração do trabalho através de reformas e mudanças no mundo do trabalho brasileiro.

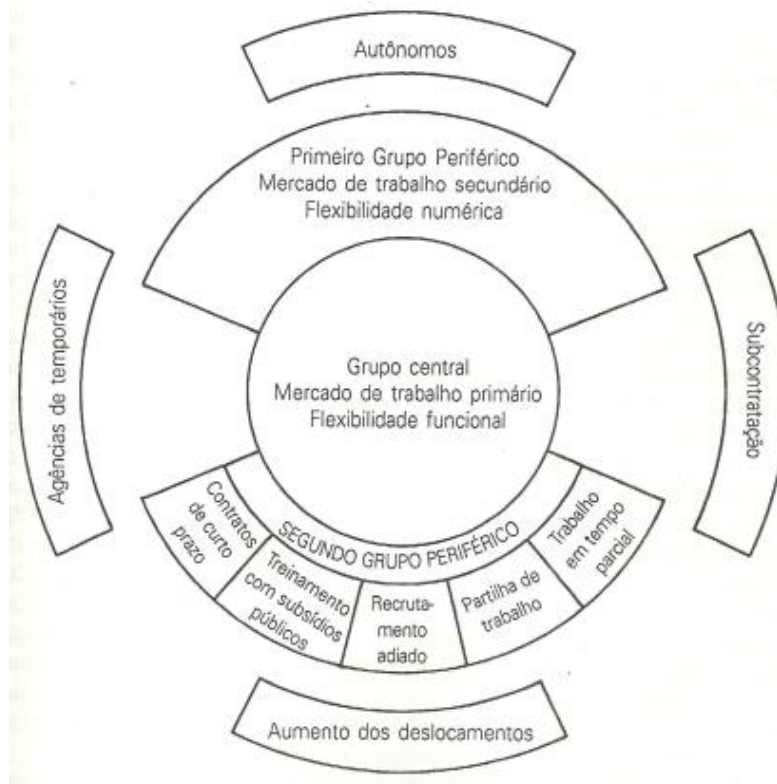
O processo de expropriação dos meios de produção é uma das metas do capital e dos agentes hegemônicos, a fim de transformar sujeitos em força de trabalho disponível, ou seja, a transformação da força de trabalho em mercadoria. Dessa forma, intensificam-se os deslocamentos de trabalhadores pelo território (MOREIRA; SANTOS, 2018).

A partir da reestruturação do capital, o Brasil ganha novos contextos no âmbito do trabalho: o contrato temporário; mudanças e reformas nas leis trabalhistas obedecendo a preceitos neoliberais; os ganhos por produção e por metas; o incremento do trabalho informal; crescimento da geração de emprego no setor de serviços; desemprego tecnológico; o crescimento do ingresso precarizado e flexibilizado da mulher no mercado de trabalho, o que simboliza e exalta contraditoriamente a emancipação e a subordinação da mulher no mercado de trabalho. Além da configuração de um mercado de trabalho antagônico e desigual - ou seja, a divisão do trabalho precarizado de um lado e, do outro, um trabalho altamente especializado (THOMAZ JÚNIOR, 2002; 2011; CARVALHAL, 2008; SANTANA; MENDONÇA, 2009).

Harvey (1992) faz uma breve divisão e caracterização do mercado de trabalho do modelo flexível de produção (Figura 3). Ao centro estão funcionários que ainda gozam de certa segurança no seu emprego, com algumas perspectivas de melhorias e direitos trabalhistas. São funcionários em tempo integral, ou seja, essenciais ao desenvolvimento da empresa - são trabalhadores geograficamente móveis. Este perfil tem encolhido cada vez mais.

Na periferia estão dois grupos: Um primeiro de trabalhadores que se caracterizam pelos empregados em tempo integral e com habilidades que são acessíveis no mercado, como de trabalhadores pouco especializados e de trabalho rotineiro. São tipos de trabalhadores que são facilmente substituídos em razão da grande oferta de mão de obra. Já o último grupo é composto por tipos de trabalhadores que possuem ainda mais oferta no mercado, com disponibilidade para trabalhos pontuais, trabalho em tempo parcial, temporários e subcontratados. Ou seja, pertencem a um grupo de trabalhadores com sazonalidade e caracterizados pelo aspecto temporário de contratação (HARVEY, 1992).

Figura 3 - Estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível



Fonte: Harvey (1992, p. 143)

“A atual tendência dos mercados é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 1992, p. 144). Dessa forma, as empresas têm priorizado trabalhadores dispostos a cumprir suas obrigações e ser remunerado em determinados períodos e com poucos direitos trabalhistas. Gera-se, com isso, uma pressão internacional pela desregulamentação de leis trabalhistas de alguns países que ainda mantém certas garantias aos trabalhadores e direitos fundamentais, como seguro-desemprego, seguridade social, abono salarial, entre outros, como no caso do Brasil atualmente.

Conforme Antunes (2003a, p. 54),

Desenvolve-se uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores. Em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O trabalho “polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho.

As aspas utilizadas pelo autor em algumas das palavras traduzem os novos contextos do modelo de produção flexível, evidenciam o caráter dos discursos, de ilusões e farsas construídas pelo capital. Quando na verdade, os novos quadros apontaram para a ampliação da precarização, exploração e intensificação do trabalho.

Antunes (2006) cita o processo de estranhamento vinculado ao trabalho, já que o trabalho torna o homem um ser social (aquele trabalho concreto para sua realização através pelo e no trabalho), ou seja, aquele para atender suas necessidades biológicas e vinculados aos recursos da natureza e sem a ótica capitalista. Sob a perspectiva capitalista, a utilização da força de trabalho para produção de mercadorias voltadas para o processo de comercialização faz do trabalho algo estranhado. Perverte-se, portanto, e o deixa sem sentido a partir do momento que sua força de trabalho se torna instrumento de produção de uma mercadoria que não lhe pertence e contribui diretamente para a manutenção do seu status social e econômico.

Já dizia Marx (2003, p. 461):

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência (*Bedürfnisses*), mas somente um meio para satisfazer carências (*Bedürfnisses*), fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação.

Lukács (2012) complementa essas ideias, associando a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato através dos mecanismos do capital (valor de uso e valor de troca) e a criação de valor:

A metamorfose do trabalho, em ligação com a relação cada vez mais explicitada entre valor de uso e valor de troca, transforma o trabalho concreto sobre um objeto determinado em trabalho abstrato que cria valor, o qual culmina na realidade do trabalho socialmente necessário. (LUKÁCS, 2012, p. 219).

Lukács (2012) salienta que a constituição de todas sociedades de classe envolveu um elemento importante para se analisar o mundo do trabalho – a violência. Os elementos de coerção estão presentes desde o processo de escravidão até o avanço do capitalismo financeiro e informal. Logo, a violência foi um instrumento coercitivo a serviço do capital.

Moreira e Santos (2018) assinalam:

Assim, as transformações do período de acumulação flexível se revelam com clareza também na organização do trabalho, uma vez que o deslocamento dos trabalhadores, outrora ligado a uma grande oferta do mercado de trabalho nos setores industriais,

hoje, tem um número maior de sujeitos alocados nos trabalhos temporários, característica essa inerente à flexibilização dos mercados e ao caráter da mobilidade e da plasticidade do trabalho no contexto da urbanização contemporânea, que expressa e adequa-se às condições que a reestruturação produtiva tem imposto para os trabalhadores. (MOREIRA, SANTOS, 2018, p. 321).

Nesse aspecto, as transformações emergentes no mundo do trabalho fazem com que os trabalhadores se coloquem diante de condições precarizantes e muitas vezes se adaptem a novas realidades. Thomaz Júnior (2011) traz a discussão da plasticidade do trabalho atrelado às novas espacialidades e dinâmicas econômico-territoriais, representando a heterogeneização das atividades realizadas e o tipo de trabalho desempenhadas pelos trabalhadores e sua predisposição forçada de inserção no mercado de trabalho.

Thomaz Júnior (2011) elabora uma lista dos setores integrantes da classe trabalhadora a partir da reestruturação produtiva:

a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da venda da sua força de trabalho; b) aqueles que se garantem com relativa *autonomia* em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores não proprietários dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho domiciliar urbano e familiar na agricultura, e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses desterrados e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, sob diferentes modalidades de subproletarização (temporário, *part time*, etc.), da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2011, p. 109-110).

A reestruturação produtiva, sustentada pela parceria entre capital e o trabalho e através da efetivação e manutenção de estruturas de dominação do trabalho, impõe a derrota política e ideológica do trabalho. Portanto, um dos objetivos dessa relação de dominação do capital sobre o trabalho está na tentativa de transferência dos conflitos trabalhistas, acompanhados pelos sindicatos e partidos políticos, para dentro das empresas. Nesse sentido, os grupos empresariais objetivam o crescimento do seu poder de decisão sobre as causas trabalhistas e o consequente enfraquecimento dos sindicatos e representações políticas (THOMAZ JÚNIOR, 2004a).

Pressupostos enfatizados por Harvey (1992) confirmam que os empresários e capitalistas se aproveitaram da marginalização e enfraquecimento dos sindicatos e da grande oferta de mão de obra disponível em razão dos acentuados índices de desempregados no período pós 1970. A reestruturação produtiva, baseada na desorganização e fragilização das formas de resistência da classe trabalhadora, impõe intensa fragilização do movimento sindical no Brasil a partir dos anos 1990 (THOMAZ JÚNIOR, 2004a).

O contexto atual, mostra a emergência de um mundo do trabalho cada vez mais caracterizado pela individualização, onde os trabalhadores tendem a romper vínculos com seus

sindicatos, gerando perda de unicidade das categorias profissionais. Para Dupas (2001), o modelo fordista demandava intensa utilização da mão de obra e os sindicatos possuíam grande poder de negociação com as empresas, inclusive estendendo-se essa realidade para países em desenvolvimento. No entanto, com o advento do modelo flexível de produção, houve a diminuição do trabalho intensivo e incremento do capital intensivo, com fortes rebatimentos sobre a classe trabalhadora e a conseqüentemente diminuição do poder dos sindicatos e o surgimento do desemprego estrutural.

Já para Antunes (2003a), nos países centrais, sobretudo no caso dos países europeus, ainda sob o modelo fordista, os sindicatos e partidos políticos já apresentavam sinais de subordinação aos preceitos e mecanismos do poder capitalista e de reprodução do capital. O papel de mediar a relação entre capital e o proletariado, com o objetivo de manter a seguridade social, as condições de trabalho e salariais tornou-se premissa central dos sindicatos e organizações políticas, a fim de manter o compromisso firmado anteriormente com o Estado com o intuito de promover o bem-estar social da sociedade (ANTUNES, 2003a).

O “compromisso anterior” apontado por Antunes (2003a) diz respeito ao período do Estado do Bem-estar social, que segundo Mota (2013), é o momento em que o Estado assume o papel de distribuidor de parte das conquistas e benesses à classe trabalhadora, apesar da exploração e precarização do trabalho. Nesse caso, o autor considera importante ressaltar que apesar de se estabelecer como um sistema contraditório e instável, o capitalismo possui diferentes fases e vertentes, assumindo, em alguns momentos, características mais brandas, como no período em destaque conhecido como ‘Era de Ouro’ do capitalismo.

No entanto, é preciso considerar que as benesses oferecidas pela política do *Welfare* (Estado de bem-estar social) se restringem a um conjunto de países, sobretudo aquelas nações já desenvolvidas, como no caso dos países da Europa Ocidental. Portanto, os países da periferia do capitalismo global são excluídos desse período considerado mais vantajoso para a classe trabalhadora.

O Estado torna-se um dos agentes fundamentais na promoção do bem-estar social e o movimento operário o concebe como uma atenuante do domínio do capital. Desse modo, cria-se certo fetichismo de Estado, pois é esse agente que lida com questões ligadas à seguridade social e aos aspectos salariais e das convenções coletivas. Portanto, o Estado é encarado pelo proletariado como o Estado-providência - encarregado de efetivação das demandas sociais e mediador de conflitos. No período fordista já há, portanto, o crescimento da burocratização, fragilização e do corporativismo dos sindicatos, como no distanciamento das bases em relação às direções sindicais (ANTUNES, 2003a; BENKO, 2002; DUPAS, 2001).

Apesar do alto dinamismo econômico e financeiro, Antunes (2003a) indica sinais de queda e as motivações iniciais que culminaram com a crise do fordismo:

O ciclo de expansão e vigência do Welfare State, entretanto, deu sinais de crise. Além das várias manifestações de esgotamento da sua fase de “regulação” keynesiana, às quais nos referimos anteriormente, houve a ocorrência de outro elemento decisivo para a crise do fordismo: o ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o conseqüente transbordamento da luta de classes. (ANTUNES, 2003a, p. 42).

De acordo com o autor, nesse período houve a eclosão de crises do movimento operário, sobretudo do operário-massa, que na época configurava-se como a maior parcela dos trabalhadores do modelo fordista/taylorista. As condições degradantes de trabalho, com a imposição de atividades repetitivas e maçantes, deram origem ao “transbordamento, ruptura e confrontação” ao modelo vigente, baseado especialmente no controle social da produção e deixando o trabalhador de lado na questão da organização do trabalho.

A partir disso, o modelo fordista/taylorista inicia seu processo de esgotamento e saturação a partir do desinteresse e cansaço da classe trabalhadora que levaram a movimentos grevistas, a diminuição do tempo e do ritmo de trabalho a partir de outras estratégias, como na manutenção excessiva de máquinas. Houve assim, queda da produtividade e lucratividade (ANTUNES, 2003a; MOTA, 2013). Instaura-se então, a partir da década de 1960, uma crise no modelo de produção e na tentativa de acumulação excessiva de capitais. Entretanto, as ações dos trabalhadores foram enfraquecendo devido ao caráter já consolidado durante muitos anos (ANTUNES, 2003a). Aos poucos, em razão das constantes crises econômicas, a partir da década de 1970, o Estado diminui cada vez mais os investimentos da política de bem-estar social e intensifica os ataques ao movimento sindical (HARVEY, 1992).

Com isso, o capital se reorganiza e inicia o processo de renovação do modelo de produção e impondo desafios à classe trabalhadora. A partir do movimento de crise do capital, imposto pós 1970, percebe-se que os trabalhadores tinham plena capacidade de organização, providos de inteligência e auto-iniciativa. Ou seja, notou-se que os trabalhadores significavam mais do que apenas força bruta (ANTUNES, 2003a). É a partir de então que o toyotismo ganha força como modelo de produção, baseando-se no desenvolvimento tecnológico, em novas formas de administração, heterogeneização, complexificação e plasticidade, repercutindo diretamente no setor agropecuário e impactando em novas configurações e transformações no âmbito do trabalho, como no caso da entrada do agronegócio no país, discussão do próximo tópico.

3.4 A reestruturação produtiva do agronegócio, circuitos superior e inferior da economia e transformações no mundo do trabalho brasileiro

A reestruturação produtiva, fundada em princípios globalizantes, associada ao crescimento da demanda do mercado interno urbano e atendimento das exigências externas, propiciou consolidação do agronegócio no Brasil (ELIAS, 2017) e

[...] tudo isso resultou na exacerbação da agricultura capitalista, com significativo incremento da agricultura empresarial, apoiada em um modelo técnico, econômico e social de produção globalizada que propicia novas e complexas possibilidades para a acumulação ampliada do capital no setor, o qual chamaremos aqui de agronegócio globalizado. Esse setor tem referência planetária e recebe influência das mesmas normas que regem os outros aspectos da produção econômica no período histórico atual, incluindo a competitividade e a financeirização. (ELIAS, 2017, p. 40).

O termo agronegócio nasce em 1957 nos EUA através de pesquisadores de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, estudiosos das áreas de administração e marketing, tendo como premissa conceitos atrelados às noções de produção, distribuição de insumos agrícolas, armazenagem e processamento (SANTOS, 2016). Como expõe Elias (2021a; 2021b), o termo agronegócio é construído pensando-se nas atividades agropecuárias, como também nos setores correlatos a montante e a jusante, além disso, a própria formação da palavra (agro + negócio) já passa a ideia de uma ampla atividade econômica que visa o lucro e a acumulação de capital.

O agronegócio, portanto, é uma das faces do processo de globalização econômica e financeira, sendo uma atividade que exige intenso uso de tecnologias no processo produtivo, assim como pesquisa e inovação. A sua dinâmica e evolução acompanham o andamento das conjunturas econômicas e políticas em nível internacional, inclusive sob os ditames das bolsas de valores, dos investimentos em fundos de pensão, entre outros aspectos.

O agronegócio globalizado é símbolo da congregação de capitais industriais, bancários, agrários e à junção vertical de empresas multinacionais e nacional. O agronegócio contempla uma gama de negócios que envolvem aspectos administrativos, contábeis, financeiros, logísticos, gestão de recursos humanos, setor informacional de banco de dados e controle de qualidade e de processos, automação industrial e comercial e marketing (SANTOS, 2016).

Santos e Silveira (2001, p. 118) assinalam:

O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos de informações, a disponibilidades de crédito, a velocidade de circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional.

Fica claro que o conceito de agronegócio vai além dos fatores produtivos em si, como as fazendas produtoras com uso intensivo de tecnologias e maquinários ou as empresas agrícolas de produção de *commodities*, pois contempla tanto os produtores, como os empresários, investidores e o mercado financeiro e econômico (SANTOS, 2016). Como defendem Martins (2006) e Elias (2021b), trata-se da aproximação da agricultura com os demais setores da economia, com destaque para os capitais industriais, surgindo as agroindústrias, associadas à industrialização da agricultura – compreendidas como “toda atividade industrial de beneficiamento, processamento ou transformação que tem matéria-prima produtos originados da agropecuária.” (ELIAS, 2021b, p. 13).

O agronegócio está diretamente relacionado à Revolução Verde, iniciada nos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XX, no contexto do pós-guerra, que promoveu o incremento de procedimentos tecnológicos na agricultura, dentre as quais se destacam o desenvolvimento e uso de máquinas agrícolas, de adubação química e produção de fertilizantes, insumos e sementes especiais e selecionadas. Nesse período, houve a migração de fábricas e empresas do setor militar para o setor do agronegócio, com a produção de maquinários altamente tecnológicos e inovadores e que provocaram uma redução da utilização da mão de obra humana. Havia também um conjunto de promessas e de ideias fantasiosas, como a de melhorar a qualidade da sociedade e reforçar a segurança alimentar através do aumento da produção e produtividade mundial (PESSÔA, 2013).

Nesse caso, um dos discursos era o de superação da fome e do contexto de insegurança alimentar da população mundial, sobretudo nos países mais pobres, como no caso do Brasil (ELIAS, 2006), onde o campo passa a ser encarado sob o viés do discurso da modernidade (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021). No entanto, tal objetivo não se transforma em algo real e factível, tendo em vista que as corporações transnacionais, organismos financeiros e hegemônicos objetivam quase que unicamente a expansão do lucro e ganhos financeiros. Contraditoriamente, a pobreza e a miséria ainda são realidades cruéis presentes em diferentes partes do planeta, como no caso do aumento da fome do Brasil nos últimos anos, fato indicado por Elias (2021b).

Posto isso, o discurso por trás da Revolução Verde e a afirmação do agronegócio pode ser relacionado à teoria de Santos (2010), na qual caracteriza o processo de globalização como uma fábula, como perversidade e como possibilidade. Assim, as promessas e discursos em favor da modernidade e da superação da fome da população mundial tornam-se distantes. Os avanços tecnológicos do agronegócio ficaram restritos aos proprietários dos meios de produção, há com

isso, o reforço negativo em características pré-existentes, como a concentração da estrutura fundiária, o aumento dos conflitos no campo, a insegurança alimentar, entre outros aspectos.

Para Santos (1979), a Revolução Verde e o surgimento do agronegócio, evidenciam mais propriamente um discurso do que uma realidade concreta, já que envolve um contexto de publicidade e de promessas que não se traduzem em algo palpável e tangível. Trata-se de um projeto de dominância dos agentes hegemônicos sobre os aspectos tradicionais ligados à terra e as comunidades tradicionais.

Nesse contexto de Revolução Verde, o Brasil, país dito do Terceiro Mundo e periférico, é encarado como um terreno fértil para a imposição, expansão e consolidação do agronegócio como atividade econômica base da economia nacional. Santos (1979, p. 15) afirma que “Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e se reorganizarem em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial”.

Goldfarb (2015) atribui à criação da Organização Mundial para o Comércio (OMC), em 1990, um dos fatores que impulsionaram o setor agroalimentar no mundo, devido à ampliação das possibilidades de comércio entre os países membros, com maior abertura comercial de muitas economias naquele momento, dentre os quais se sobressaem justamente aquelas com destacado processo de industrialização, porém, com papel ainda periférico no cenário internacional. Foi o caso de países como a China, o Brasil, Índia, Argentina e México.

O Sul e o Sudeste do Brasil foram as primeiras regiões brasileiras ocupadas de forma mais intensa pela agricultura moderna. Todavia, em razão do encarecimento das terras nessas regiões e o aumento do custo com mão de obra, houve a busca por novos recortes territoriais para a expansão do agronegócio, como no caso do Centro Oeste brasileiro (ELIAS, 2006). Nesse processo de expansão há um papel destacado para a cultura da soja. Goldfarb (2015) pontua alguns fatores responsáveis pelo processo de expansão do cultivo desse grão no Brasil. Um deles foi a ocorrência em 1975 de intensas geadas no Sul brasileiro, que prejudicou intensamente a produção de outras culturas, entre eles o café, obrigando muitos produtores a migrar para a cultura da soja. Além disso, a autora cita o aumento dos direitos dos meeiros e as leis de salário mínimo, aumentando os custos com mão de obra.

É nesse contexto que as áreas dos cerrados do chamado Brasil Central ganham centralidade e interesse de corporações transnacionais, que, apoiadas pelo Estado, promovem a intensificação das ocupações em diferentes partes dessa porção territorial brasileira, que compreende a região Centro-Oeste e parte dos estados nordestinos da Bahia, Piauí e Maranhão, além de porções territoriais do Tocantins, Pará, Rondônia e Minas Gerais.

A expansão da fronteira agrícola para variadas áreas do Cerrado brasileiro, com protagonismo das empresas agrícolas multinacionais, do Estado e dos grandes agricultores, evidencia a relação ontológica-territorial da relação global-local, acompanhando o modelo de desenvolvimento do modo de produção capitalista pelos *fronts* agropecuários e impulsionando novas regionalizações, contexto do MATOPIBA.

De acordo com Elias (2021b), o modelo de produção atual fortalece ainda mais os atores hegemônicos, como empresas transnacionais vinculadas ao agronegócio, influenciando diretamente no que deve ser consumido pela população, como na imposição dos alimentos ultraprocessados, tendo a soja e milho como matéria prima para fabricação de variados produtos industrializados, como enlatados, bebidas, biscoitos, embutidos, etc.

O deslocamento de empresas e agricultores elucidada a busca de áreas com maior disponibilidade de mão de obra barata, ou seja, com menores custos e a com a devida imposição de um mercado de trabalho precário, frágil e explorador (POCHMANN, 2004). A busca por novos territórios e a inserção/formação de novas regiões na dinâmica do agronegócio evidencia a tendência de realocação do capital em busca de vantagens e ganhos econômicos.

Santos (2016) sublinha que a ocupação de diversificados lugares do planeta possui como objetivo a busca por benefícios competitivos e possibilidades de aumento dos lucros e visando o crescimento das empresas no cenário nacional e internacional. Para além disso, há uma tendência atual de setores indústrias e empresas de buscarem áreas interioranas e não somente as regiões metropolitanas, como era anteriormente. Antunes (2003a, p. 50) salienta que “o capital tem uma tendência expansionista intrínseca ao seu sistema produtivo, a “qualidade total” deve tornar-se inteiramente compatível com a lógica da produção destrutiva”. Nesse sentido, têm-se a clara associação do Estado e mercado, e, dessa forma, as políticas públicas e os esforços do Estado dão foco aos interesses e estratégias empresariais, sobretudo com o advento do atual Governo Federal brasileiro, fatos corroborados por Elias (2021b).

Santos (1979) cita o Estado como financiador de grandes firmas e fornecedor de infraestruturas, onde paralelamente divide o seu poder com os monopólios e uma pequena parcela da população. O que confirma a lógica da busca incessante por novos espaços globalizados pelo capital financeiro, com o objetivo de interligá-los e comandá-los. A apropriação dos territórios está ligada a questão do poder através da ação de agentes em disputas territoriais (SANTANA; MENDONÇA, 2009).

Nesse caso, a modernização da agricultura faz parte do processo de reestruturação produtiva da agropecuária, com introdução de mecanismos tecnológicos, pacotes de inovação

e formas de gerenciamento diferenciadas. Gera-se, com isso, intensas transformações do meio natural, além de alterações econômicas e sociais nos espaços de expansão do agronegócio.

A reestruturação produtiva da agricultura é caracterizada por dois importantes processos: degradação dos recursos naturais e das relações de trabalho. A reestruturação produtiva através da introdução de novos objetos técnicos permite maior conectividade dos espaços globalizados, o que imprime a eliminação gradual das fronteiras e a livre circulação do capital, o que pode afetar negativamente o mundo do trabalho (SANTANA; MENDONÇA, 2009; MENDONÇA, 2002).

A reestruturação produtiva e o contexto do neoliberalismo foram responsáveis pela exploração do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado pela presença de mão de obra barata e com relativa qualificação. Nesse aspecto, a economia brasileira vem sendo adequada constantemente, desde o governo Collor de Melo, aos preceitos do Consenso de Washington, através de abertura econômica e paridade cambial, além da desvalorização do movimento sindical (CARVALHAL, 2008).

Goldfarb (2015) cita que tanto no Brasil, como alguns outros países da América Latina, como a Argentina, a partir da adoção de políticas neoliberais visando o atendimento de demandas externas e dos agentes hegemônicos, houve até meados de 1990 uma diminuição considerável do Estado na questão da regulação, na área de financiamento e no desenvolvimento de pesquisas agropecuárias. A partir do final da década de 1990 e início do século XXI houve uma mudança de contexto:

A partir do ano 2000, um novo pacto se estabeleceu entre Estado, grande propriedade e setor agroindustrial para reinserir o país no comércio internacional. Esse pacto redefiniu o papel do Estado como viabilizador de infraestrutura para a exportação de *commodities* e fornecedor de crédito, além de dinamizar o mercado de terras. Tudo isso com o objetivo de estimular a “commoditização” do campo e manter a desigual estrutura fundiária do país (GOLDEFARB, 2015, p. 34).

A década de 1990 possui um relevante simbolismo em relação ao desenvolvimento e concentração das atenções do mercado ao setor agropecuário, com intensa concentração de capitais nas áreas atreladas à produção e processamento de alimentos, no setor biotecnológico e na produção de insumos e implementos agrícolas.

O contexto do neoliberalismo favorece a condução de políticas macroeconômicas que propiciaram impactos diretos sobre o mundo do trabalho e evidencia a revisão do papel do Estado diante dos agentes hegemônicos, promovendo reformas estruturantes relacionadas ao trabalho (POCHMANN, 2004). Nesse contexto, Dupas (2001) salienta que os problemas referentes à questão do desemprego, do subemprego e da informalização tendem a se

intensificar nos países periféricos, como no Brasil. Entretanto, Harvey (2004a) chama a atenção para as derrotas sofridas pela classe trabalhadora nos países desenvolvidos, que antes tinham condições mais privilegiadas, citando inclusive o incremento da mão de obra semi-escrava em países como os Estados Unidos.

Pochmann (2004) assinala que a nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) estabeleceu a ampliação das simetrias entre as nações desenvolvidas e aquelas ditas subdesenvolvidas ou emergentes/em desenvolvimento. Trata-se, portanto de uma DIT marcada pelas disparidades, desigualdades e contradições. Conforme Thomaz Júnior (2004),

Então, muito se materializa territorialmente em nome da restauração de formas e procedimentos de dominação, que contêm novos processos de trabalho, de redefinição dos requisitos de qualificação e (re)qualificação do trabalhador, de (re)definição de políticas públicas, de reformas nos códigos de leis, por exemplo da CLT e das cláusulas trabalhistas e da proteção social da Constituição, bem como dos demais assuntos da agenda social, como as reformas tributária e previdenciária e os programas sociais do governo. (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 15-16).

Na realidade brasileira, durante o processo de industrialização, as elites agrárias se fortalecem em virtude de sua íntima relação com o Estado, onde este último promove a instalação de infraestrutura de base, o que sublinha uma íntima relação do Estado com as elites, viciadas na intervenção estatal (MOREIRA, 2013).

Os discursos em favor das reformas e flexibilização das leis trabalhistas contribuíram para a ampliação da exploração do trabalhador brasileiro, e impactando diretamente no aumento do desemprego, da informalidade e insegurança no emprego. O que confirma a lógica defendida por Harvey (1992; 2004a), na qual afirma que o Estado neoliberal não é apenas promotor de ambientes favoráveis, sendo também idealizador de intervencionismos diretos principalmente no tocante ao controle do trabalho, promovendo reformas e desregulamentações que favoreçam a atração de investimentos privados e que promovam o aumento do emprego, o que certamente intensifica o caráter da precarização do trabalho.

O Estado torna-se um dos promotores e apoiadores do processo de reestruturação produtiva da agropecuária através de investimentos de capital e na promoção de empréstimos e incentivos fiscais com o objetivo da transformação produtiva e tecnológica. As empresas transnacionais transferiram sua produção a partir da oferta de melhores condições relacionadas aos custos de operacionalização e produção, além dos incentivos fiscais e das políticas do Estado destinadas ao incentivo aos grandes setores da economia.

Configura-se, dessa forma, o que Pochmann (2004) denomina de um multicolonialismo renovado, pois as empresas transnacionais expandem suas atividades para outros países com

vantagens comparativas, como mão de obra barata e desprotegida, e com condicionantes internos favoráveis, ampliando a exploração do trabalho.

Esse contexto é citado por Harvey (2004b), ao pontuar que o capitalismo se utiliza repetidas vezes de ajustes espaciais e reorganizações geográficas, tendo como objetivo a busca de soluções para crises estruturais do sistema:

O capital excedente de um lugar pode encontrar emprego noutra lugar em que as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas. Vantagens em termos de localização desempenham para capitalistas individuais um papel semelhante aos derivados das vantagens tecnológicas, e em certas situações essas vantagens podem substituir-se entre si. (HARVEY, 2004b, p. 83).

Tal tendência é confirmada no Brasil, onde o Estado ofereceu condições favoráveis para a atração de capitais, como no ramo da agropecuária moderna. Como por exemplo, com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), imposto na década de 1970 com o intuito de promover transformações na produção industrial e no setor agropecuário (MOREIRA, 2012). A partir desse momento há impactos diretos na composição social da classe trabalhadora, nas relações sociais presentes nas cidades e no campo, e acarretando severamente na exploração do trabalho e da classe que vive do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002; 2004).

De acordo com Souza et al. (2016, p. 294),

O espaço geográfico, sendo produto histórico e social, vai reproduzir tais contradições da sociedade dividida em classes sociais, materializando as ações contraditórias do metabolismo de reprodução do capital, que se referenda nos espaços de produção da riqueza, que não se converte em espaços de riqueza da produção, e que reproduz, igual e contraditoriamente, os espaços da miséria, como condição a reprodução do mais valor.

Os autores assinalam que a fonte de sustentação do processo de reestruturação produtiva baseou-se no tripé capital, trabalho e Estado. Por conseguinte, o capital em associação com o Estado impõe reconfigurações no mundo do trabalho, o que resulta em novas configurações econômicas e sociais em determinados espaços ditos dinâmicos de produção de riqueza e contraditoriamente de acentuação da pobreza e das mazelas sociais.

O processo de sucateamento das relações trabalhistas tem se agravado no Brasil, sobretudo pela condição secundária do país no cenário internacional, além de suas características de profundas desigualdades sociais, regionais e econômicas (MOREIRA, 2013). Assim, a inserção brasileira na nova DIT foi realizada de maneira precária e submissa aos anseios do capital e impondo à classe trabalhadora um aumento significativo da degradação do trabalho (POCHMANN, 2004).

Esse contexto gerou a ampliação das expulsões de trabalhadores do campo a partir da reestruturação produtiva da agropecuária e potencializou a precarização das condições de trabalho no campo e nas cidades, como no aumento do desemprego estrutural, da desterritorialização de camponeses, do incremento da urbanização, crescimento da massa de trabalhadores urbanos em razão da modernização do campo e perdas expressivas nas lutas sindicais (SANTANA; MENDONÇA, 2009; MOREIRA, 2013).

O Estado brasileiro, em extrema concordância com os interesses do capital, face aos interesses populacionais enfraquece a questão da luta trabalhista e o poder de mobilização dos trabalhadores envolvidos com o movimento de luta pela terra no Brasil, como o da Reforma Agrária (THOMAZ JÚNIOR, 2004b). Para Moreira (2013), no Brasil há mais do que simplesmente uma reestruturação produtiva, trata-se também de uma ideologia de dominação, exclusão e marginalização de boa parte da sua sociedade. Há, nesse sentido, clara tendência de legitimação do pacto histórico pautado na concentração econômica e em diferentes tipos de monopólios, como o da terra, dos escravos, da indústria e dos serviços essenciais. Nesse aspecto, para o autor, há no Brasil a permanência de uma sociedade escravista tanto de homens livres urbanos como em áreas rurais em regiões de fronteira.

Moreira e Santos (2018) ressaltam:

O projeto desenvolvimentista no qual o Estado brasileiro se pautou a partir de meados do século XX para planejar ações no país com base na cidade industrial, um Brasil urbano com sua produção voltada para o mercado externo e a modernização do campo, reflete desde então na intensa mobilidade territorial de trabalhadores. Atualmente, essa mobilidade dentro do contexto de reestruturação produtiva do capital assume novas nuances. Permanecem velhas estruturas e aparecem novas formas encontradas pelo capital para subjugar a classe trabalhadora (MOREIRA; SANTOS, 2018, p. 326).

Portando, a reestruturação produtiva fortalece o agronegócio em novos recortes territoriais brasileiros e reconfigura os aspectos socioespaciais nessas áreas, como por exemplo, com mudanças no âmbito do mercado de trabalho. Segundo Bezerra (2010), nos espaços de agronegócio consolidado, o capital se aproveita da mão de obra originada anteriormente de relações não capitalistas, ou seja, na ótica dos camponeses locais, trabalhadores do campo e pequenas atividades econômicas de subsistência, ou seja, uma mão de obra abundante e barata, sobretudo em funções mais braçais e com menos qualificação profissional.

Assim, quando se observa o fortalecimento do agronegócio em áreas interioranas do Brasil, percebe-se claramente o advento de uma grande atividade econômica e hegemônica em municípios que anteriormente estariam condenados à estagnação econômica e que agora passam a entrar na rota de atividades ligadas ao agronegócio, ditas modernas e supostamente

promotoras do desenvolvimento econômico e social. Quando na verdade, não passa de estratégias por melhores condições de acumulação, exploração do trabalho e do território. Portanto, a consolidação do agronegócio brasileiro envolve um pacote monstruoso composto por discursos de defesa que visam disseminar inverdades sobre a sociedade brasileira e com o objetivo de manutenção das estruturas de poder e favorecimento por parte do Estado.

Na seguinte passagem, Carvalhal (2008) sublinha o contexto de reestruturação produtiva que exige também um conjunto de reformas e adequações dos territórios onde as atividades e eventos hegemônicos se instalam.

A adequação destes territórios nacionais é facilmente identificadas nos programas de ajustes patrocinados pelas entidades internacionais de gestão do capital, cuja cantilena incansável prega a necessidade de reformas estruturais nas relações econômicas, mas que revelam o objetivo de ampliar a competição entre os lugares para atraírem o capital. Desta forma as grandes corporações buscam de forma geral a redução substancial dos custos de produção, escolhendo entre as alternativas possíveis a combinação de mão de obra barata e “dócil”, frágil legislação trabalhista e ambiental, além de requerer dos trabalhadores a formação profissional adequada para a exploração do capital, que implica tanto em habilitações técnicas, quanto num comportamento produtivo adequado (CARVALHAL, 2008, p. 129).

O quadro de fragilidades das leis trabalhistas e ambientais favorece a consolidação e expansão de eventos hegemônicos e a conseqüente ampliação das desigualdades. Atrelado a isso, o Brasil é caracterizado também pela falta de cidadania política. Ademais, há na verdade uma cidadania falsa baseada no consumo, com a manutenção de uma sociedade concentradora e excludente.

Moreira (2013, p. 19) afirma que “A elite tem uma cultura de classe rural, fechada em si e para dentro de si mesma, ao tempo que está aberta para o exterior, atenta para os refinamentos da elite externa, numa mistura de rudeza cabocla e *finesse* iluminista.” Dessa forma, a categoria trabalho possui papel fundamenta na análise abstrato-concreta das contradições do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, o território assume um ponto central nas análises sobre o mundo do trabalho, visando, por exemplo, elucidar a distribuição territorial do trabalho em diferentes recortes espaciais.

Para Dupas (2001), no alto das cadeias produtivas, há o predomínio de contratos de trabalho formais e maior disponibilização de benefícios no trabalho, apesar de recentes tentativas de flexibilização do circuito superior. Entretanto, na base das cadeias produtivas há a presença de extensas fragilidades, pois o capital aproveita da oferta de mão de obra barata, com pouca formação e estabelece relações informais e precárias de trabalho.

Dupas (2001, p. 116) aponta que “Novas formas de emprego tendem a se desenvolver, substituindo relações tradicionais entre capital e trabalho e gerando crescimento do setor

informal e forte flexibilização do emprego, com consequências apenas parcialmente estabilizadoras da oferta total de trabalho”.

Santos (1979), em seu trabalho intitulado “O Espaço Dividido – Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, estabelece a diferença entre o chamado circuito superior e o circuito inferior. O circuito superior seria aquele provindo diretamente da modernização tecnológica e comandado por lógicas externas. Já o inferior é formado por atividades de pequenas dimensões, formado, sobretudo pela população pobre e com forte enraizamento com as dinâmicas locais.

O circuito inferior é aquele que permite aos não incorporados pelos circuitos modernizados tecnologicamente de alcançar rendimento e postos de trabalho (CATAIA; SILVA, 2013). Segundo Santos (1979),

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da modernização, uma um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas. (SANTOS, 1979, p. 29).

O autor complementa na seguinte passagem:

Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não- “capital intensivo” pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão. (SANTOS, 1979, p. 31).

No âmbito do agronegócio, os agentes hegemônicos se aproveitam das fragilidades do circuito inferior da economia presentes na maior parte das cidades dos países subdesenvolvidos (SANTOS, 1979). As corporações têm ampliado o seu poder de dominação sobre o espaço através da imposição de seus anseios e necessidades. Segundo Harvey (2004a), o processo de globalização atual revela a tendência de centralidade de poder em torno das corporações, com o estabelecimento de fusões e a busca por novos mercados, confirmando a divisão do trabalho.

Dupas (2001) indica que os postos de empregos formais crescem de forma menos acelerada que o nível dos investimentos e há tendência de concentração dos postos de trabalho mais precários e da miséria no setor informal, ou seja, no circuito inferior da economia. Para Pochmann (2004), são os trabalhadores dos países periféricos que mais sofrem com o processo de reestruturação produtiva, pois boa parte da mão de obra concentra-se nos setores primários e secundários.

Atualmente milhões de pessoas fazem parte do chamado mercado informal de trabalho, no circuito inferior da economia (SANTOS, 1979). Dupas (2001) caracteriza o setor informal do trabalho na seguinte passagem:

A característica do setor informal é de trabalhadores isolados, muitas vezes inventando seu próprio trabalho, com grande mobilidade de atividades e horários flexíveis. Quanto à jornada de trabalho, o típico é a anomalia; trabalha-se muito pouco, sobrepõem-se várias jornadas, quase sempre por falta de alternativa, raramente opção. É difícil imaginar um ator sindical tradicional que possa fazer algo de eficaz em defesa desses trabalhadores que, aliás, têm justificadas razões para desconfiar de que ações coletivas possam resolver problemas. (DUPAS, 2001, p.58).

Na verdade, não se trata de uma relação de dualismo entre o circuito superior e inferior da economia – os dois possuem origem e causas imbricadas. Apesar disso, o circuito inferior mostra-se dependente do circuito superior. Trata-se de uma relação contraditória e, ao mesmo tempo, combinada – uma relação dialética. Há a existência de uma massa de pessoas vivendo com salários baixos ou de atividades ocasionais, enquanto há uma minoria com renda elevada, criando assim diferentes capacidades de acesso aos produtos, bens e serviços. A diferença fundamental entre os dois circuitos está na questão da tecnologia e organização. O circuito superior faz uso de tecnologias intensivas, já o circuito inferior do trabalho intensivo com capital reduzido (SANTOS, 1979).

Santos (1979, p. 35) cita que “o emprego oferecido por qualquer dos circuitos é, portanto, o resultado da combinação dessas variáveis”. Com isso, aumenta-se a tendência de redução dos postos de trabalho no circuito superior em razão do uso intensivo de tecnologia, entretanto, com o cenário de aumento da oferta do emprego no setor de serviços, grande parte gerada em regiões com maior desenvolvimento, tanto no exterior como dentro do país.

Mészáros (2011) já apontava sobre a promessa de geração de emprego no setor de serviços como maneira de balancear as demissões e saldo negativo do setor industrial, que passou por intensa modernização. Trata-se, conforme o autor, de uma falácia, já que esse setor também passou a sofrer e conviver com a questão do desemprego. Além disso, é importante analisar quais os tipos de empregos gerados, em sua maioria precarizados, mal remunerados e em condições de insegurança do trabalhador e de caráter temporário.

Santos (1979, p. 35) acrescenta: “[...] o emprego, no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital. O contrato frequentemente assume a forma de um acordo pessoal entre patrão e empregado [...]”. O circuito inferior é o responsável por fornecer ocupação para aquela população sem qualificação da cidade e os migrantes também com pouca especialização funcional.

Nesse caso, o emprego do setor informal é caracterizado pela baixa remuneração, sobretudo com o advento do trabalho temporário. No entanto, é nesse circuito que se concentra a maior parte dos empregos, alavancado pela pobreza e pela necessidade de inserção no mercado de trabalho (SANTOS, 2009).

Por meio da lógica de divisão dos dois circuitos da economia urbana, surgem tendências de ampliação dos desequilíbrios sociais e regionais, pois algumas áreas são encaradas como vantajosas para o capital e muitos trabalhadores são excluídos das novas dinâmicas empreendidas pelo capital em regiões produtivas, como as do agronegócio globalizado. Cataia e Silva (2013) apontam para novos contextos presentes no circuito inferior da economia, como ascensão do crédito e de novas tecnologias, o aumento da interdependência entre os lugares e a relação com os circuitos espaciais de produção.

Santos (2009) já estabelecia algumas considerações em torno disto, e, inclusive, evitava o uso do termo ‘tradicional’ para caracterizar o circuito inferior, tendo em vista sua subordinação à modernização e a sua utilização em parte. Nesse sentido, com as rápidas mudanças em curso, o circuito inferior passa também por acentuadas transformações, sobretudo a partir da incorporação da tecnologia em parte de suas atividades (CATAIA; SILVA, 2013).

Uma característica fundamental do circuito inferior é a fluidez do emprego, pois, por não demandar especialização para a realização do trabalho, muitos trabalhadores migram de uma ocupação para outra (SANTOS, 1979). Confirma-se uma das características da reestruturação produtiva do capital – o da instabilidade do emprego, ampliado através do trabalho temporário, e no caso de certas atividades econômicas, como o agronegócio, pela sazonalidade. Para Martins (2006), o trabalho temporário é uma manifestação e característica inerente e sinalizadora do desenvolvimento capitalista dentro da agricultura.

O Estado, associado aos monopólios, permite a acentuação da pobreza e da miséria através de sua política econômica e fiscal favorável aos agentes hegemônicos, como na questão da precarização do trabalho. Conforme Santos (1979),

Na maior parte dos países subdesenvolvidos o preço do capital e o do trabalho não ficam imutáveis numa situação de progresso técnico. Como o número de empregos que não exigem qualificação é elevado no circuito superior, isso permite a utilização de uma parcela da mão de obra que vem do outro circuito. O preço dessa mão de obra é fixado pelas atividades modernas, mas em função dos fatores de oferta e de demanda existentes no setor doméstico. Como a demanda desse tipo de emprego aumenta sem parar, ocorre uma tendência à queda do salário. (SANTOS, 1979, p.149).

O Estado é conivente com os anseios capitalistas, deixando a massa de trabalhadores renegados e condenados ao trabalho precário, à insegurança, aos baixos salários e instabilidades. Condições ideais em meio a um Estado burguês regulador de conflitos de classes

e administrador das necessidades de diferentes setores, como o agrário e o financeiro, são premissas para o desenvolvimento da atividade capitalista, como sublinha Harvey (2004b).

Assim, a configuração do circuito superior e inferior da economia, a presença de trabalho estável e flexibilizado, têm, cada vez mais, desunido a classe trabalhadora, provocando “rachas” e desunião dentro de uma mesma classe de trabalhadores. Dupas (2001) cita visões de Manuel Castells, que a grande oferta de trabalho é característica do período atual e que o avanço tecnológico na verdade não elimina postos de trabalho, pelo contrário, criam-se novos. Na visão desse autor, há expansão da mão de obra remunerada, especialmente com a introdução da mulher no mercado de trabalho. No entanto, o autor chama atenção que as condições de trabalho, além do tipo e do nível das remunerações são os verdadeiros problemas.

Harvey (1992) cita a tendência de utilização da força de trabalho feminina como estratégia de redução dos custos, pois alguns postos de trabalhos centrais, ocupados por homens, com melhor remuneração, são substituídos por mulheres, com remuneração menor e com segurança do emprego menor. É, portanto, uma inserção da mulher no mercado de trabalho de forma precarizada, insegura e injusta.

O agronegócio globalizado coloca um conjunto de reconfigurações socioespaciais nos espaços de sua reprodução, como nas transformações impostas ao mercado de trabalho, na imposição do viés do trabalho assalariado. Com a chegada dos novos agentes, como empresas, agricultores, bancos e redes de revenda de máquinas agrícolas, há reconfigurações tanto na economia urbana de algumas cidades, com expansão do trabalho agropecuário formal.

Entretanto, é preciso considerar os processos contraditórios gerados a partir da dinâmica de ampliação do trabalho assalariado. Pois, o agronegócio globalizado exige mão de obra especializada em alguns segmentos do processo produtivo. No entanto, as empresas muitas vezes recorrem, na maioria das vezes, à mão de obra provinda de outras regiões, e até mesmo, em alguns casos, de fora do país, como corrobora Elias e Pequeno (2007).

O agronegócio globalizado fortalece um pequeno conjunto de cidades médias e locais, reestruturando sua economia urbana a fim de reforçar o consumo produtivo agrícola, provocando o aumento das migrações, tanto a migração ascendente, ou seja, a migração da população do campo para as cidades locais, como da migração descendente, promovida pela chegada de mão de obra especializada (ELIAS; PEQUENO, 2007). Silva (2003) afirma que os agentes do agronegócio demandam dos trabalhadores, cada vez mais, a especialização funcional, até mesmo para profissões que teoricamente não havia esse tipo de exigência – deseja-se, dessa forma, que o trabalhador tenha diferentes habilidades além das suas funções básicas.

Com isso, a população local fica à margem dos cargos que envolvem maior especialização, como de agrônomos, administradores, engenheiros, zootecnistas, veterinários, técnicos agrícolas, entre outros. Resta então, para grande parte da população local, os cargos com pouca ou nenhuma exigência de qualificação, como trabalhadores volantes, de manutenção, serviços gerais, catadores de raízes, entre outros. Têm-se, nesse caso, a consolidação de dois mercados de trabalho diferentes: de um lado o trabalho especializado e do outro o trabalho braçal.

O agronegócio globalizado se aproveita da mão de obra abundante e barata presente em cidades próximas, ou seja, aquela mão de obra disponível no circuito inferior da economia. Trata-se, portanto, de um processo contraditório, pois os agentes hegemônicos envolvidos com a atividade agropecuária moderna vislumbram a intensificação da exploração da mão de obra e conseqüentemente, a ampliação dos lucros e acumulação de capital. Fatos que corroboram e repercutem na criação de novas regiões agrícolas, como do MATOPIBA, tema da próxima seção.

4 A REGIÃO DO MATOPIBA E A DISTRIBUIÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO AGROPECUÁRIO FORMAL

4.1 Iniciando o debate: a formação de regiões a partir de discursos do progresso

Em análise sobre o processo de industrialização, Santos (1979) defende que nem sempre é esse o caminho capaz de aliar crescimento e desenvolvimento econômico, pelo contrário, há a consolidação de um “pseudodesenvolvimento”. Da mesma forma, pode-se analisar a imposição do agronegócio como meio e caminho para o crescimento econômico brasileiro – deve-se questionar o caminho trilhado por vastos territórios nacionais em conformação com o agronegócio globalizado, atividade que impõe um conjunto perverso de transformações socioespaciais.

Como Castillo (2005), é urgente a indagação se é através do agronegócio que o Brasil trilhará o caminho do verdadeiro desenvolvimento econômico e social. Tendo em vista que o projeto brasileiro de desenvolvimento econômico, baseado no agronegócio globalizado, integra uma dinâmica internacional, onde os discursos de modernidade e do dito progresso prevalecem sobre o desenvolvimento equilibrado, com o objetivo de atender aos anseios da classe trabalhadora. Nesse sentido, nota-se, na figura do Estado, papel preponderante no atendimento das exigências e dos anseios dos agentes hegemônicos, fato verificado no MATOPIBA, que é uma região configurada através no discurso do progresso.

Nesse caso, é esse o caminho para o desenvolvimento dos aspectos socioeconômicos do MATOPIBA? A resposta pare óbvia tendo em vista as contradições impostas pelo agronegócio globalizado. Entretanto, essa atividade econômica possui defensores ferozes, com discursos prontos para a legitimação desse ramo produtivo. As empresas transnacionais e nacionais, as mídias, organismos financeiros e o próprio Estado são exemplos de fiéis escudeiros do agronegócio.

Justamente esses fiéis parceiros do agronegócio, representado pelo capital hegemônico, que impulsionaram e criaram um discurso em favor da expansão da fronteira agrícola para os recortes territoriais o qual o MATOPIBA está situado institucionalmente. É uma região demarcada pelo próprio Estado como uma região geoeconômica, assim como a Amazônia, como aborda Mathias (2018), se referindo aos pressupostos de Geiger (1969).

Santos (2018) cita que o interesse de agentes hegemônicos e atuação do Estado na região também tiveram como causa a dificuldade e entraves para ocupação efetiva de partes da

Amazônia. Nesse sentido, ocupar os cerrados do MATOPIBA não gerou tanto debate e repercussão de causas ambientais, facilitando o processo de expansão da fronteira agrícola.

Nesse caso, é necessário a construção de argumentos contrários e construtivos em torno dos caminhos trilhados pelo Brasil em torno do agronegócio. Dentre esses aspectos, se destacam os impactos diretos sobre o meio ambiente e sobre as populações, como na precarização e intensificação do trabalho. O MATOPIBA, portanto, é um verdadeiro canteiro de transformações, impondo dificuldades ao pesquisador no que diz respeito ao acompanhamento dessas mudanças.

O reconhecimento das transformações e os seus reais significados devem ser objeto do pesquisador, sobretudo com o contexto político vivido pelo Brasil após 2016, o qual Elias (2021a) denomina de Golpe Parlamentar⁶, e intensificado a partir das eleições de 2018, que contribui fortemente para maior abertura do país aos preceitos do grande capital privado, como de empresas transnacionais e elites políticas e econômicas do agronegócio, intensificando assim as desigualdades socioespaciais e os conflitos presentes no campo e nas cidades.

A região do MATOPIBA pode ser interpretada como síntese do processo de formação territorial da porção Centro-Norte do Brasil, a partir de preceitos globalizantes, onde o Estado atua de forma centralizadora no beneficiamento de agentes hegemônicos, excluindo os menos favorecidos — comunidades tradicionais, gerazeiros, vazanteiros, indígenas, quilombolas, assentamentos da reforma agrária e agricultores familiares —, ou seja, grupos que não necessariamente vivem do agronegócio ou fazem parte das redes de produção globais, contexto abordado por Rufo, Araújo Sobrinho e Araújo (2019), Rufo e Araújo Sobrinho (2015; 2018), especialmente no caso piauiense.

Deve-se evitar, dessa forma, interpretar o MATOPIBA apenas sob o viés do agronegócio e como palco de atividades hegemônicas, já que há uma rede de pequenos e imponentes atores sociais na região. Estes estão sendo coagidos, pressionados e explorados pela dinâmica de reprodução do capital via agronegócio globalizado e expansão das redes agroindustriais, colocando os povos cerradeiros, expressão de Mendonça (2004), os trabalhadores da terra e as riquezas naturais e sociais em ameaça. Dessa forma, não pretendemos tratar do MATOPIBA apenas pelo viés dos próprios agentes hegemônicos perpetuadores dessa criação e invencionismo regional.

⁶ Outros autores denominam de Golpe Jurídico Parlamentar, Golpe Político Parlamentar. Regala (2021) fala em golpe político-jurídico-parlamentar-midiático-machista, pelas posições e declarações de políticos e da mídia pelo simples fato da presença de uma mulher na Presidência do país.

Em seu recente trabalho, Haesbaert (2021) aponta para a compressão da região por meio dos atores locais, da sua cultura, do seu modo de vida e valorização dos aspectos relacionados à raça/etnia e gênero. Desse modo, não há como analisar diferenciações regionais sem atrelar o contexto das desigualdades socioeconômicas ao condicionante racial-patriarcal.

Sob a perspectiva territorial-ontológica, vista em Lukács (2012), Escobar (2015) reforça a necessidade de entendimento do território a partir das populações locais, sobretudo porque são nestes espaços que as comunidades estabelecem relações sociais, não somente uma relação entre sujeito e objetos naturais presentes nos territórios – são espaços de inter-relações. O autor reforça:

El ‘territorio’ es el espacio –biofísico y epistémico al mismo tiempo– donde la vida se enactúa de acuerdo a una ontología particular, donde la vida se hace ‘mundo’. En las ontologías relacionales, humanos y no- humanos (lo orgánico, lo no-orgánico, y lo sobrenatural o espiritual) forman parte integral de estos mundos em sus múltiples interrelaciones. (ESCOBAR, 2015, p. 98).

Nesse sentido, o MATOPIBA deve ser encarado na perspectiva dos próprios atores locais e regionais, como na figura 4, sobretudo por abrigar uma massa populacional com índices elevados de pobreza e dificuldades sociais, mas com vasta riqueza imaterial, de conhecimento antigo, tradicional e de valorização dos aspectos naturais e culturais.

Essa população local, como vazanteiros, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, em sua maioria, nem ao menos sabem o significado do termo MATOPIBA ou MAPITIBA, como anteriormente era conhecido. Isso ficou evidente através do exemplo do caso piauiense, onde através do contato com a população local, notou-se essa questão.

Figura 4 - O MATOPIBA sob a perspectiva dos povos tradicionais da região



Fonte: MATHIAS (2018). Disponível em: <https://bitly.com/p9vkW>.

O MATOPIBA, é, portanto, sob a perspectiva do Estado e dos agentes hegemônicos, uma região político-normativa, como aborda Haesbaert (2021)⁷ – um espaço construído pelos planejadores. Nota-se, dessa forma, a associação do Estado em atendimento às exigências dos atores dominantes do segmento econômico do agronegócio, como empresas monopolistas nacionais e multinacionais.

O termo MATOPIBA obviamente é muito difundido entre os componentes do agronegócio piauiense, sobretudo pelos agricultores e trabalhadores das empresas agrícolas e fazendas. A própria constituição formal da região advém de uma das grandes expoentes do agronegócio brasileiro – Kátia Abreu, na época, ano de 2015, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Segundo Mathias (2018), o MATOPIBA torna-se foco do governo de Dilma Rousseff, com o intuito de ampliar ainda mais a atividade nas regiões centrais do Brasil e aumentar as receitas via incremento dos índices produtivos.

Mathias (2018) apresenta o discurso da ex-presidente no ato de assinatura do plano de desenvolvimento do MATOPIBA:

“Que país, que no século 21, pode se dar ao luxo de ter uma fronteira agrícola? A sétima economia do mundo, o Brasil. O Brasil tem, nessa área, uma das maiores oportunidades de crescimento, de desenvolvimento, de mostrar a sua competitividade, o seu potencial e a sua prosperidade para todos os brasileiros, não só para os brasileiros dessa região, porque isso faz a roda da economia girar. E quando ela gira, ela beneficia com emprego e renda; ela beneficia com novas oportunidades; ela beneficia com mais infraestrutura de qualidade. Ela beneficia todo o país”. (MATHIAS, 2018, on-line)

Nota-se, nesse caso, o claro objetivo de ocupação e a utilização do discurso de progresso através da geração de emprego e renda. Cabe-nos, portanto, questionar e apontar tais narrativas construídas através de agentes políticos e econômicos em torno da criação de uma região agrícola que supostamente beneficiaria o povo. Certamente haveria maior impulso produtivo, reestruturação urbana de algumas cidades, maior frenesi da economia de muitos municípios, conseqüentemente, dos estados pertencentes ao MATOPIBA e no âmbito nacional, já que representou mais de 11% da produção de soja brasileira em 2018⁸, com perspectivas de crescimento.

Para isso, passou-se a concentrar esforços no direcionamento de políticas públicas e investimentos para dotar a região de aparatos técnicos essenciais à agricultura, dentre os quais se concentram os investimentos na Ferrovia Norte-Sul, que ligaria o centro do Brasil ao norte

⁷ Haesbaert (2021) trabalha em seu recente livro a perspectiva da de(s)colonial da região e do território, tendo como base os povos locais latino-americanos, como indígenas, comunidades quilombolas, afrodescendentes, etc.

⁸ Disponível em: https://bityli.com/5qqhZ_

maranhense, em asfaltamento, manutenção e construção de rodovias e a desconcentração de instituições de ensino superior visando a formação de mão de obra.

Na verdade o objetivo de formação de uma região agrícola que contemplasse sobretudo os cerrados nordestinos remota o início da década de 1970, sob gestão dos governos militares, com investimentos e direcionamentos de recursos para as áreas de assistência técnica, projetos de irrigação e eletrificação rural, além da perspectiva do financiamento e isenções para facilitação do projeto de modernização técnica e tecnológica do agronegócio, gestado inicialmente no oeste baiano e tendo como um dos pontos idealizadores e difusores o fortalecimento do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado).

Dessa forma, o MATOPIBA possui uma diversidade social e histórica de grande valor e importância. No entanto, pelo seu caráter recente e “distante do centro econômico e populacional brasileiro, segue tendo pouca proporção no cenário nacional. No entanto, a mídia, como uma das parceiras do agronegócio globalizado, tem difundido a região no cenário nacional através da exaltação em torno dos índices produtivos, de uma suposta geração massiva de empregos e renda, sempre apresentando exemplos positivos de trabalhadores que “melhoraram de vida” ou na perspectiva de agricultores sulistas que desbravaram as fronteiras e literalmente abriram terreno para o agronegócio no cenário regional do MATOPIBA. Processo denominado por Favareto et al. (2019, p.374) de “mito do empreendedorismo heroico do agronegócio” ou ainda com construções de semióforos a partir de representações simbólicas e imagéticas de regiões brasileiras como celeiro do mundo, ou seja, da construção de narrativas em defesa do crescimento econômico e do controle da produção agrícola, visões de Araújo e Oliveira (2016) e de Carvalho e Oliveira (2021) a respeito das áreas de Cerrado e na Amazônia brasileira, como no caso do MATOPIBA.

A mídia e os defensores do agronegócio e do MATOPIBA, contudo, não apresentam as problemáticas relacionadas ao crescimento desordenado de algumas cidades, dos inúmeros e severos impactos ambientais, como na utilização desenfreada dos recursos hídricos para projetos de irrigação, da exploração da mão de obra e perpetuação do trabalhador precarizado, e, inclusive, sendo uma região do desemprego, onde muitos jovens e adultos tem que sair todos os anos em busca de oportunidades de emprego em outros centros ou regiões metropolitanas.

Com o atual contexto político e econômico do Brasil, há a consolidação de obscuridades em torno do que pode vir a acontecer e a se tornar o MATOPIBA. Flexibilização das leis ambientais, o debate em torno da posse de arma, inclusive para o homem do campo, a reforma

trabalhista e previdenciária e o aumento das liberações de venenos⁹, põem em xeque o futuro de inúmeros moradores e trabalhadores locais presentes nessa extensa região de cerrados.

Institucionalmente, o departamento criado para construir estudos e estimular o crescimento do MATOPIBA foi extinto em 2016, já sob governo de Michel Temer, com alegação do corte de verbas e do contingenciamento de gastos. No entanto, como abordam Almeida, Sodré e Mattos Júnior (2019), é errado pensar que essa região está fadada ao fim ou que os investimentos e a atenção do Estado tenham diminuído. Percebe-se, na verdade, um movimento contrário a essa tendência, com aumento dos indicadores produtivos e que indicam a consolidação do MATOPIBA, obviamente com a imposição de severos e preocupantes impactos socioeconômicos.

Em discurso no senado em 2016, no mesmo dia após o fim do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, a senadora Kátia Abreu, grande liderança da construção ideológica dessa região, enfatizou:

“Infelizmente o Mapa [Ministério da Pecuária e Agricultura] achou por bem desmanchar o departamento criado para atender essa última região de fronteira agrícola do país. Mas o Matopiba não depende mais da vontade de um governador, um governo federal, um ministério. O Matopiba é uma realidade que não volta mais atrás. Os empresários decidiram que o Matopiba é o lugar: é a última fronteira agrícola do país”. (MATHIAS, 2018, on-line).

Uma das idealizadoras do que podemos denominar projeto MATOPIBA acertadamente indica sinais futuros da região e aponta para a consolidação da região. Trata-se de um fato, pois ideologicamente e economicamente, o MATOPIBA já é constituído por grupos econômicos nacionais e internacionais, com uma gama de produtores (muitos deles com propriedades em todo o Brasil e até mesmo fora) e capital estrangeiro.

E ainda pelo caráter contemporâneo de associação da bancada do agronegócio instalada na Câmara dos Deputados com atual presidente, Jair Bolsonaro, com amplo apoio da frente econômica desse setor, representada por empresas agrícolas e por agricultores (muitos deles também políticos e artistas), as pretensões de formação regional e consolidação final do MATOPIBA parece estar completamente alinhada aos preceitos da atual gestão, que amplamente defende a expansão do agronegócio pelo país, inclusive em áreas territorialmente e socialmente complexas, como áreas de preservação permanente e em terras indígenas, sobretudo através da desregulamentação e fragilização de leis ambientais.

⁹ Nesse último ponto, Regala (2021) faz importantes considerações em torno do risco à saúde e aos prejuízos ambientais com a utilização desenfreada de agrotóxicos e sementes transgênicas no setor agropecuário, sobretudo com o contexto do atual governo e com expansão da fronteira agrícola no Brasil.

Recentes visitas do presidente ao Piauí e Maranhão indicam um direcionamento de recursos e atenção ao contexto do MATOPIBA, com inauguração de obras, como a ponte que liga os municípios de Santa Filomena-PI com Alto Parnaíba-MA, uma demanda forte do setor produtivo do agronegócio na região visando aprimorar, baratear e facilitar o transporte da produção agrícola e deslocamento entre os dois estados.

No evento de inauguração da ponte construída sobre o Rio Parnaíba, no início de 2021, o presidente da Caixa Econômica, Pedro Guimarães, indicou e citou o nome do MATOPIBA e alguns pontos interessantes para análise: a) No Maranhão houve a criação do maior volume de agências da Caixa no âmbito o território nacional, com 19 agências; b) criação de agências Agro da Caixa, ou seja, destinadas e com foco exclusivo para a agricultura – uma em Balsas-MA, e duas no Piauí, em Bom Jesus e Uruçuí. Portanto, uma aproximação clara de um banco público disposto a financiar o agronegócio instalado no MATOPIBA.

Nesse mesmo evento, percebeu-se falas direcionadas ao MATOPIBA e que indicam a continuidade e até mesmo fortalecimento da criação ideológica dessa região. O Ministro de Infraestrutura, Tarcísio Freitas, no evento de inauguração da ponte¹⁰, destacou:

“A gente percebeu... nossa, que potencial que essa região tem, que potencial, que região rica do nosso Brasil, a famosa região do nosso MATOPIBA, que de fato vai ser um celeiro pro mundo, vai se destacar no Brasil, e aí nós temos que olhar essa região de forma diferenciada... A riqueza tá aqui, o futuro tá aqui, o desenvolvimento vai vim pra cá. E aí a gente pensa: essa ponte tá na 235 que tá começando lá no litoral de Sergipe, em Aracajú e atravessa o Estado da Bahia, que por sinal, nós já entregamos na Bahia 160 km de pavimentação da BR 235, ela ingressa em Pernambuco, que a gente tá federalizando e depois volta para a Bahia e há 3 semanas a gente iniciou a pavimentação de mais 60 km em Campo Alegre de Lourdes-BA, depois ela ingressa aqui no Piauí e estamos fazendo a pavimentação da 235 – de Guaribas até Caracol, até a divisa... e aí nós chegamos aqui em Santa Filomena, atravessamos o Rio Parnaíba. E o que ainda vai ser feito? Nós vamos fazer um projeto da 235 no Maranhão e fazer o projeto da 235 no Tocantins, porque com 260 km de pavimentação, a gente vai ligar essa região à ferrovia Norte-Sul. Quantos km a gente vai economizar em relação ao que a gente pega pra subir para o Porto de Itaqui? Olha como a logística vai ficar mais barata... e se a logística fica mais barata, o produtor vai investir mais. Essa região tem tudo para ser muito grande, para se desenvolver muito. Como a gente tá falando de história, a balsa, aqui vai ficar para história, vai ficar no passado. Não vai parar por aqui, hoje nós vamos autorizar outra ponte: que é a ligação de Ribeiro Gonçalves com Tasso Fragoso, porque a 330 é super importante pro agronegócio. Tá autorizado a abrir o processo licitatório para entregar essa próxima ponte. O senador falou da importância do agro aqui no Maranhão, a gente tem que olhar Balsas com carinho e vai ganhar um novo aeroporto, senador, e claro, nós vamos insistir na federalização da MA-0066, porque ela é importante. Nós tamo fazendo no Maranhão a duplicação da 135... Nós estamos alargando a 235 aqui no Piauí, nós estamos fazendo a pavimentação da 222. Nós vamos reconstruir as estradas do Maranhão que ficaram esquecidas.” (TVBRASIL, 2021).

¹⁰ Fala do Ministro disponível no vídeo do canal da TV Brasil no Youtube de evento de inauguração da Ponte de Santa Filomena/PI – Alto Parnaíba/MA com duração de 1h17min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HSmAox9uovk>> Acesso em 17 jun. 2021.

Fica claro, pelo teor do discurso, que o MATOPIBA ainda é centralidade na política do Estado. O ministro cita diretamente a região, elencando qualidades e como futuro celeiro agrícola brasileiro. Fica evidente também que há um conjunto de pesados investimentos em melhorias de infraestrutura para atender a demandas dos agentes do agronegócio, como em rodovias, aeroportos, pontes, etc. É um exemplo claro de um discurso a favor das demandas do agronegócio ou do papel servil do Estado em relação aos agentes econômicos. Não se fala em desenvolvimento social ou em atendimento das demandas da população mais carente do MATOPIBA, mas sim nos anseios das elites agrárias e políticas regionais.

Almeida, Sodré e Mattos Júnior (2019) citam o processo de internalização do MATOPIBA através do programa Agro + que atende a demandas do setor através de pacotes de investimentos e difunde a nova roupagem da política agrária brasileira. Os autores indicam preocupações em torno desse tipo de política pública:

O Agro+ traz em sua essência os mesmos objetivos do MATOPIBA, a exploração ilimitada do cerrado para produção de grãos, sem dimensionar as problemáticas ambientais e sociais para os povos que ali vivem. A continuidade dessa expansão coloca em risco a existência de segmentos camponeses secularmente estabelecidos nessas regiões ameaçando, assim, a existência de um modo de vida bastante específico erigido na relação com a terra/território (s). Esses projetos desenvolvimentistas, assim como outros já implantados na região, como é o caso do PRODECER, afetam principalmente as comunidades tradicionais que dependem da biodiversidade do cerrado, algumas se quer tem suas demandas históricas atendidas, como por exemplo, a regularização de seus territórios. (ALMEIDA; SODRÉ, MATTOS JÚNIOR, 2019, p. 251).

As mudanças e benesses econômicas promovidas pela construção intencional e ideológica do MATOPIBA ficam restritas a um pequeno conjunto de municípios, seus centros urbanos e a uma pequena parcela da população, onde as empresas e agricultores são os mais contemplados pelas novas lógicas econômicas. O que certamente confirma que o planejamento e desenvolvimento regional no Brasil são essencialmente baseados em grandes atividades e não no desenvolvimento dos lugares e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A partir de Favareto et al. (2019, p. 250) fica claro:

O Matopiba não é só, portanto, uma região produtiva, mais que isso é um território exemplar no qual se pode vislumbrar, de maneira viva, um conjunto de contradições que marcam as formas de apropriação espacial nos marcos do modelo de desenvolvimento brasileiro atual, sobre as quais não são poucas as controvérsias sociais e científicas.

Com o processo afirmação do agronegócio globalizado, as cidades e os agentes locais perdem autonomia no que diz respeito à sua produção, estabelecidas a partir de agora por

dinâmicas e agentes externos. As empresas agrícolas, em associação com o Estado, ditam os ritmos dos círculos espaciais de produção e impõem novas realidades sobre o mercado de trabalho local (SANTOS; SILVEIRA, 2001), impostas por dinâmicas do capital sobre o trabalho (BEZERRA; ELIAS, 2011).

Nesse aspecto, pretende-se evidenciar que a realidade do sul do Piauí, onde está nosso recorte de pesquisa, está conectada e atrelada com o contexto do MATOPIBA enquanto região formalizada pelo Estado e como região fruto de um discurso e de promessas de crescimento e pujança econômica, tendo como um dos pressupostos e “escudos” a questão da geração de trabalho sob a perspectiva do capital.

4.2 Caracterização territorial prévia do MATOPIBA

A criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA foi fundamentada pelo decreto presidencial nº 8.447, de 06 de maio de 2015, na época sob o Governo Dilma, do Partido dos Trabalhadores (PT). A região é composta da seguinte maneira: 38% da área total pertence ao Tocantins, 33% ao Maranhão, 18% à Bahia e 11% ao Piauí. Essa proposta de delimitação foi elaborada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), idealizado através de acordo entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Foram integradas 31 microrregiões e 337 municípios dos quatro estados, envolvendo uma área total de 73.173.484,58 hectares e contemplando uma população de aproximadamente 6 milhões de habitantes (BRASIL, 2015).

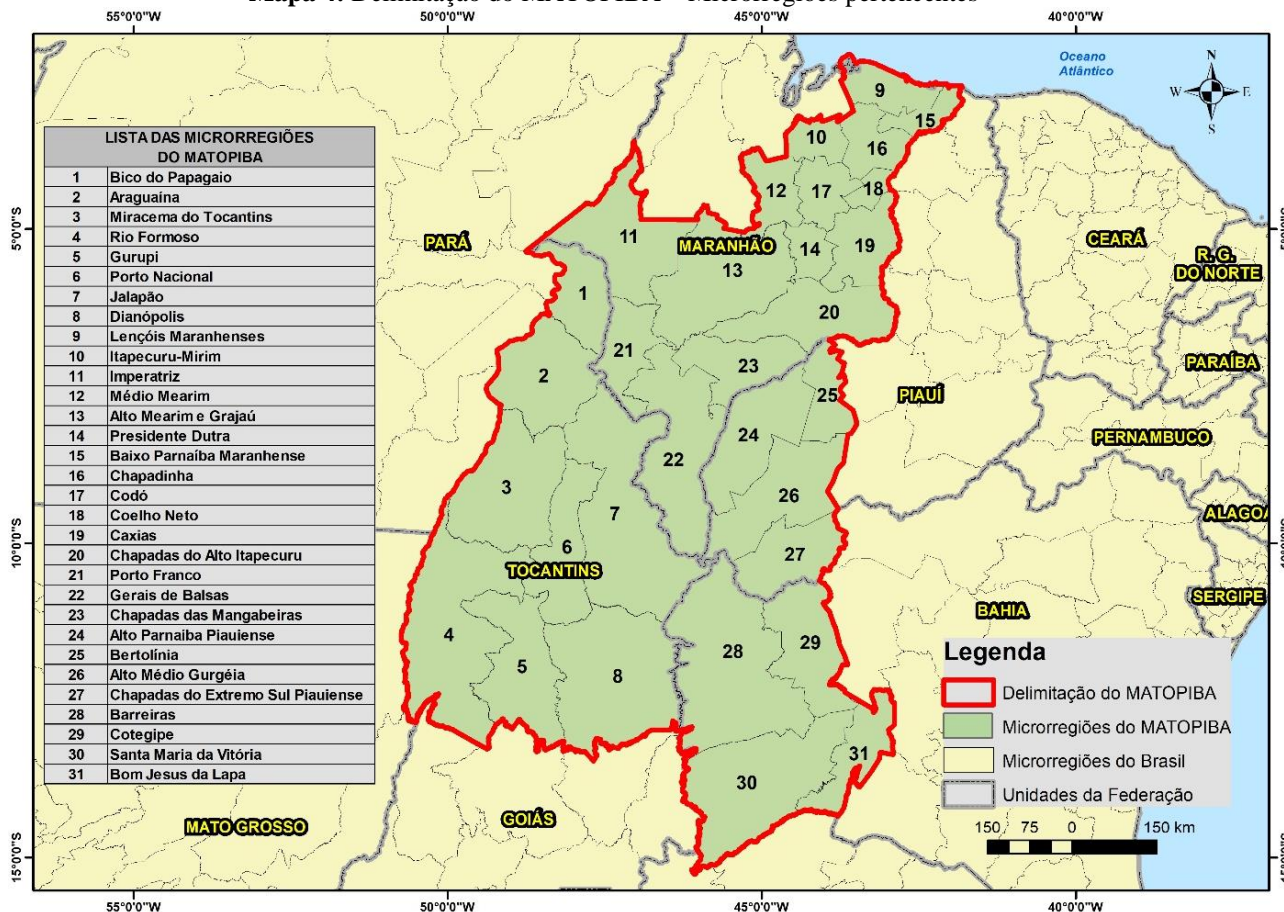
A consumação da Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA não foi concretizada em virtude do contexto político de golpe jurídico-parlamentar vivenciado a partir de 2016 e com a advento das eleições presidenciais de 2018, onde a ex ministra Kátia Abreu perde parte de sua influência política (BEZERRA; GONZAGA, 2019).

No entanto, como já apresentou-se, há uma perspectiva positiva sob o aspecto dos defensores do agronegócio e do MATOPIBA alinhados com os anseios do atual presidente e, inclusive, já há uma forte pressão de ruralistas e setores do capital financeiro por mudanças e alterações no projeto na sua forma e conteúdo, interessados inclusive na apropriação da terra por estrangeiros, como aponta Santos (2018), o que certamente preocupa pela possibilidade de aumento das dimensões dos impactos e dos rebatimentos socioeconômicos.

A localização dessa região pode ser observada no mapa 4. O Maranhão possui 15 microrregiões e 135 municípios pertencentes, o Tocantins com 8 microrregiões e 139

municípios, o Piauí com 4 microrregiões e 33 municípios e a Bahia com 4 Microrregiões e 30 municípios, formando a área territorial do MATOPIBA:

Mapa 4: Delimitação do MATOPIBA – Microrregiões pertencentes



Fonte: BRASIL (2021) – Embrapa Territorial. Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Na tabela 8 observa-se os dados populacionais referentes às Microrregiões do MATOPIBA no ano de 2010. A população em 2010 representava 5.901.789 habitantes. A Microrregião mais populosa é a de Imperatriz no Maranhão. Palmas-TO é a única capital localizada na região, integrante da Microrregião de Porto Nacional, a quarta mais populosa do MATOPIBA. Entre as 20 microrregiões mais populosas do MATOPIBA, 18 delas estão localizadas nos estados do Maranhão e Tocantins. As duas restantes são as Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória, do Estado da Bahia.

Tabela 8: Dados populacionais das Microrregiões do MATOPIBA (2010)

Nº	UF	Microrregião	População	% Relativa
1	MA	Imperatriz	566.701	9,60%
2	MA	Caxias	416.131	7,05%
3	MA	Médio Mearim	411.884	6,98%
4	TO	Porto Nacional	322.655	5,47%
5	MA	Alto Mearim e Grajaú	311.548	5,28%
6	BA	Barreiras	286.246	4,85%
7	TO	Araguaína	278.791	4,72%
8	MA	Codó	263.300	4,46%
9	MA	Chapadinha	219.678	3,72%
10	MA	Itapecuru Mirim	210.676	3,57%
11	MA	Chapadas do Alto Itapecuru	209.373	3,55%
12	TO	Bico do Papagaio	196.389	3,33%
13	MA	Presidente Dutra	191.029	3,24%
14	BA	Santa Maria da Vitória	178.317	3,02%
15	MA	Lençóis Maranhenses	176.114	2,98%
16	BA	Bom Jesus da Lapa	171.237	2,90%
17	TO	Miracema do Tocantins	142.322	2,41%
18	MA	Baixo Parnaíba Maranhense	139.136	2,36%
19	TO	Gurupi	137.233	2,33%
20	MA	Gerais de Balsas	130.436	2,21%
21	TO	Dianópolis	118.121	2,00%
22	TO	Rio Formoso	116.001	1,97%
23	BA	Cotegipe	114.886	1,95%
24	MA	Porto Franco	109.843	1,86%
25	PI	Alto Médio Gurguéia	89.584	1,52%
26	MA	Coelho Neto	87.335	1,48%
27	PI	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	82.578	1,40%
28	TO	Jalapão	71.941	1,22%
29	MA	Chapadas das Mangabeiras	68.011	1,15%
30	PI	Alto Parnaíba Piauiense	43.605	0,74%
31	PI	Bertolínia	40.688	0,69%
População total do MATOPIBA			5.901.789	

Fonte: BRASIL (2015), dados Censo Demográfico 2010.

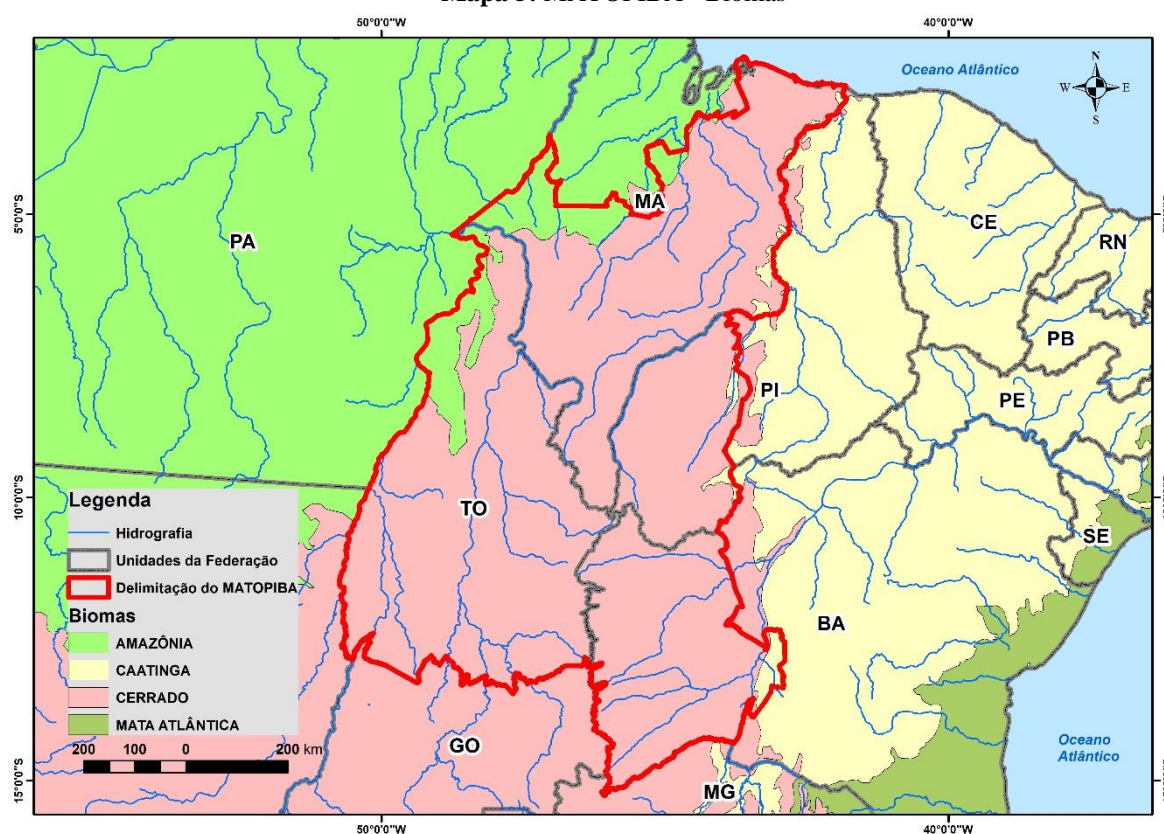
Trata-se de uma extensa área com predominância do Cerrado, como pode ser observado no mapa 5. Nota-se a predominância da vegetação dos cerrados na área territorial do MATOPIBA, mais especificamente 66.543540,87 hectares, 90,94% da região. São 5.319.628,40 hectares de bioma amazônico, presente no Tocantins e no oeste maranhense, configurando 7,27% do recorte territorial. Já de Caatinga são 1.203.107,22 hectares, o que representa apenas 1,64% da área. A Amazônia Legal representa um total de 61,74% do MATOPIBA, com uma área de 45.176.161,94 hectares (BRASIL, 2015).

É interessante ressaltar que todo o Tocantins faz parte do MATOPIBA, sendo o único dos quatro estados integrantes nessa situação, fato que pode ser explicado por sua importância geoestratégica, notadamente pela presença importantes rodovias, como o conjunto Belém-Brasília, de importantes eixos ferroviários, como a Ferrovia Norte-Sul, ou ainda pelos recursos naturais aliados da atividade agropecuária moderna, como a abundância de recursos hídricos, com potencial de geração de energia elétrica, além de recursos minerais, como o calcário.

Além disso, há no Tocantins importante região de pecuária moderna, localizada ao norte, na área de influência do município de Araguaína, conhecida popularmente como a ‘capital do boi gordo’ (GOMES JÚNIOR, 2015). O que denotaria ao MATOPIBA como uma região produtiva expoente da integração grãos-carne, ou seja, da interligação e complementaridade entre a cadeia produtiva de grãos e da pecuária moderna.

No entanto, apesar de todas essas possíveis explicações para a inserção de todo o estado do Tocantins no MATOPIBA, têm-se no aspecto político a maior razão, pois, como indicam Bezerra e Gonzaga (2019), o Tocantins teve grande representação política interna no apoio à formação da região, como da ex-Ministra e governadora, Kátia Abreu (MDB-TO) e o ex-governador e deputado, Carlos Gaguim (DEM-TO).

Mapa 5: MATOPIBA - Biomas



Fonte: BRASIL (2020) – Embrapa Territorial. Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Fica claro, nesse caso, que a inserção de todo o Tocantins foi um exemplo de um apelo político e um exagero, pois parte desse Estado é composto por áreas inapropriadas para ocupação agrícola mecanizada, como o Parque Nacional do Jalapão.

O MATOPIBA localiza-se em uma área com predominância do clima tropical e equatorial, num extenso território onde se localiza as Bacias hidrográficas do Tocantins-Araguaia, do Parnaíba, Atlântico Norte Ocidental e do São Francisco. Contempla uma extensa

área de predominância das áreas planálticas (BRASIL, 2015), relevo este que, de acordo com Ab' Saber (2003), abrange grande massividade, com altitude média de 600 a 1100 metros e dotados de superfícies aplainadas.

4.3 Breve contextualização da formação do MATOPIBA

O agronegócio globalizado inicia na década de 1970 a ocupação de porções territoriais do eixo Norte e Nordeste, imediatamente após a ocupação do Centro Oeste brasileiro. Trata-se, portanto, do quadro de desconcentração da estrutura produtiva localizado no eixo Sul-Sudeste, sob o comando da cidade de São Paulo.

Até a década de 1970, havia forte concentração do desenvolvimento econômico brasileiro na área de influência de São Paulo. No entanto, a partir dessa década, as deseconomias de aglomeração presentes na grande São Paulo, como a poluição, o encarecimento da terra dos aluguéis, acompanhados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do Governo Ernesto Geisel (1974-1979), com foco nos incentivos fiscais estabelecidos através das superintendências de desenvolvimento, houve o início a desconcentração da indústria em torno de São Paulo (SIQUEIRA, 2010).

É possível afirmar que o movimento de interiorização da indústria coincide também com a interiorização do agronegócio globalizado em recortes territoriais do Brasil Central. Mendonça (2004) cita que esse movimento de ocupação dessa porção central do Brasil seria uma forma de retomada da Marcha para o Oeste, com antecedentes que vem desde o final do século XIX e iniciada através de Getúlio Vargas – seria o momento de consumir a ocupação dos “vazios demográficos”¹¹.

Assim, inicialmente as ocupações foram estabelecidas no Centro Oeste e posteriormente para áreas do Norte e Nordeste, com a imposição do agronegócio como alternativa para o crescimento e um suposto desenvolvimento econômico, além de confirmar a lógica da posição do Brasil na DIT como país fornecedor bens primários. A partir disso, é possível afirmar que com o encarecimento das terras, da mão de obra e do “inchaço” da atividade agropecuária no eixo Sul e Sudeste ou Região Concentrada, como aponta Santos e Silveira (2001), houve a desconcentração também do agronegócio para outras regiões brasileiras, como o Centro Oeste e mais recentemente a formação do MATOPIBA.

¹¹ Os asteriscos servem para reafirmar que esses espaços, ao contrário do que era e ainda é propagado, são dotados de gente, de povos tradicionais importantes, cidades históricas e com presença de riqueza natural, histórica e social.

O processo de expansão do agronegócio globalizado para novos recortes territoriais brasileiros possui a soja como carro chefe, que para Goldfarb (2015) torna-se a *commodity* mais importante da agropecuária brasileira a partir da década de 1970 justamente em razão da expansão da área plantada e dos índices de produtividade no Brasil, apesar de sua relevância já ter iniciado a partir dos anos 1960. Nesse sentido, a ocupação do Centro-Oeste e de parte do oeste baiano foi determinante para a elevação dos índices produtivos.

Goldefarb (2015) cita que o processo de territorialização do agronegócio para áreas do Cerrado brasileiro só foi possível a partir dos investimentos em pesquisas para o desenvolvimento de sementes adaptadas ao clima tropical, pois, anteriormente, até a década de 1970, a produção de soja no Brasil era restrita às regiões com temperaturas amenas, ou seja, nos climas temperados e subtropicais, presentes na porção sul do Brasil.

Nesse caso, Bezerra e Elias (2011, p. 105) abordam que “deste modo, o agronegócio é apresentado ideologicamente como meio de chegar ao crescimento econômico e inserir o Nordeste na crescente onda de mundialização do capital”. Os autores destacam o contexto vivido por diferentes regiões do Nordeste, inseridas tanto no cultivo de frutas tropicais, como de grãos, com destaque para a soja e milho e efetivação da associação grãos-carne.

O Estado atua de forma a atender os investidores e implanta uma série de benefícios e facilidades aos mesmos, como no financiamento, do fornecimento de crédito e de isenções fiscais (PESSÔA, 2013). O II PDN foi uma das políticas do Estado para alavancar o processo de reestruturação produtiva da agricultura nas novas áreas a partir da década de 1970. Esse plano de desenvolvimento previa investimentos no setor tecnológico, incentivos à produção de fertilizantes, de defensivos agrícolas e na realização de pesquisa e construção de todo um aparato técnico e tecnológico em torno da agricultura moderna.

Entre outros aspectos, a criação das superintendências de desenvolvimento também se destaca como política do Estado visando a afirmação da agricultura moderna. Nesse sentido, a Superintendência de Desenvolvimento Superintendência do Centro Oeste (SUDECO), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) surgem com o intuito de promover o processo de desenvolvimento regional baseado na ocupação dos cerrados dessas regiões, sendo responsáveis pela implementação de infraestrutura e na disponibilização de incentivos financeiros (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2009; ARAÚJO, 1993; PESSÔA, 2013).

Além disso, o Estado atuou na formulação do Sistema Nacional de Créditos, na criação da Embrapa e com os Programas Especiais de Desenvolvimento Agrário (ARAÚJO, 1993; PESSÔA, 2013). A atuação do Estado pode ser notada a partir da criação da Embrapa Soja, em

1975, com a realização de pesquisas sobre essa *commodity*. Algumas instituições públicas, como a Universidade Federal de Viçosa e Epamig, em Minas Gerais, a Embrapa Cerrados, no Distrito Federal, a Embrapa Agropecuária Oeste e Empaer, no Mato Grosso do Sul, a Coodetec, Indusem e FT- Sementes, no Paraná, se destacaram em pesquisas e na atuação estatal no desenvolvimento e consolidação da soja como carro chefe do agronegócio brasileiro. Surgiram também, a partir do final da década de 1990, como resultado da Lei de Proteção de Cultivares, alguns programas privados de pesquisas sobre a cultura da soja, como da Fundação Mato Grosso, da Syngenta, Pionner, Milênia e Monsoy (GOLDEFARB, 2015).

Em conformação com as superintendências de desenvolvimento, foram criados o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), o Programa de Desenvolvimento do Nordeste (Polonordeste) e o Programa de Desenvolvimento da Amazônia (Polamazônia) (OLIVEIRA, 1999). O primeiro focado na cadeia produtiva grãos-carne, o segundo no desenvolvimento da indústria da zona da mata e em parte do Sertão Nordestino e o último no setor agromineral na região da Amazônia.

O Polonordeste, criado em 1974, foi um dos primeiros programas focados no Nordeste e que também serviu como base para ocupação de áreas consideradas improdutivas e desprovidas de dinamismo econômico. O Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo) também foi direcionado a essa região, dando foco em projetos de irrigação e integração da agricultura seca com a irrigada, com interligação com obras do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) (SANTOS, 2018).

Santos (2018) aborda que

Os dois programas/projetos, independentemente dos objetivos presentes nos seus documentos base, serviram, primeiro, como um forte atrativo para captação de recursos externos para a amortização de juros da dívida externa por parte dos Governos do Ciclo Militar (dívida que possibilitou o auge da modernização industrial e agrícola), facilitaram a penetração do capital (estatal) no campo, em regiões de modernização retardatária, via crédito e inversões em infraestrutura econômica, que foram efetuadas sem articulação, com um processo de reestruturação das malhas fundiárias que apresentavam características bastante concentradoras nos estados do Nordeste. E possibilitaram que as oligarquias locais reinventassem suas relações de poder nos espaços regionais. (SANTOS 2018, p. 581-582).

As políticas do Estado durante os governos militares fortaleceram e ampliaram o caráter de concentração das decisões e o fortalecimento das elites locais. Assim, foi o momento oportuno para a consumação da aliança entre o capital privado (empresas transnacionais), o Estado (com pesados investimentos e facilitação) e as oligarquias regionais presentes em parte do MATOPIBA.

Houve a parceria entre o Brasil e o Japão através do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), criado em 1974, tendo os estados do Centro Oeste, além de parte de Minas Gerais e o oeste da Bahia como alvos prioritários para expansão da fronteira agrícola (OLIVEIRA, 1999), que mais tarde chega também aos cerrados maranhenses, tocantinenses e piauienses, estes integrados na última fase. Segundo Mathias (2018), o próprio fortalecimento da Embrapa, enquanto instituição de pesquisa, serviu como base para fomentar e fortalecer as pesquisas de melhoramento genético de culturas agrícolas e do desenvolvimento de sementes adaptadas ao clima regional.

Santos (2018) caracteriza o PRODECER e nos seus pressupostos de atuação:

O PRODECER foi julgado um programa prioritário, singular, longo, de grande relevância e importância estratégica para alavancar o processo de modernização conservadora e de desenvolvimento agrícola no país. O público selecionado (empresas, agricultores e cooperativas) contou com um conjunto de instrumentos, desde crédito rural subsidiado (uma de suas mais importantes ferramentas), seguros agrícolas, preços mínimos, programas de pesquisas agrônomicas e extensão rural, além dos incentivos fiscais, inseridos em uma estratégia fundamentada no seguinte tripé: 1) sistema de incentivos financeiros e fiscais, voltado para o aumento da produção e dos investimentos, para a melhoria do sistema de comercialização e para a transformação tecnológica; 2) disseminação da adoção de insumos modernos; e, 3) desenvolvimento de programas agrícolas dirigidos aos produtos básicos do Centro-Oeste e Nordeste. (SANTOS, 2018, p. 583).

Logo, o PRODECER pode ser considerado a principal política do Estado brasileiro para efetivação do MATOPIBA, sobretudo no caso dos cerrados do oeste da Bahia, primeiro recorte ocupado e que foi contemplado pelo programa a partir de 1985. O que confirma que desde o II PND, juntamente com políticas de expansão e reordenamento dos investimentos para outras regiões, o MATOPIBA foi alvo de severos investimentos do Estado (SANTOS, 2018).

No caso do oeste baiano, Santos (2018) cita o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO) e, no caso dos cerrados do Piauí e Maranhão, do Programa Corredor de Exportação Norte (PCNE), via Fundo de Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) – intensifica-se, dessa forma, os empréstimos, financiamentos e incentivos fiscais.

De acordo com Leal e França (2010), através da SUDENE, houve a propagação de programas de incentivo à reestruturação produtiva da agropecuária, como exemplo, o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), ligados ao FNE e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, criados a partir de 1988, responsáveis pela expansão da fronteira agrícola para o Maranhão e o Piauí.

Através dessas políticas de incentivo, financiamento e disponibilização de crédito, houve a substituição de atividades tradicionais já instaladas nas áreas recém inseridas na rota do agronegócio. Para Favareto et al. (2019), a atuação do Estado na construção do MATOPIBA

se resume a partir de três eixos: 1) estímulo à produção de elementos tecnológicos no processo produtivo, sobretudo a partir de pesquisas agropecuárias científicas/estatais de adaptação de culturas agrícolas para o Cerrado, via fortalecimento da Embrapa; 2) Criação de um sistema nacional voltado para extensão rural e assistência técnica – possibilitando a disseminação das tecnologias no processo produtivo; 3) Criação de um amplo sistema nacional de crédito rural direcionada para aquisições de terras e promoção do pacote tecnológico.

A atuação do Estado se efetiva e atrai um número expressivo de novos agentes para o MATOPIBA, no entanto, é somente a partir de 1990 que há o início da intensificação das ocupações dos cerrados da região, especialmente no Maranhão e Piauí (LEAL; FRANÇA, 2010). O oeste baiano, polarizado pelo município de Barreiras, foi a primeira porção territorial da região inserida na dinâmica da agricultura moderna, a partir da década de 1970, tendo um crescimento acentuado e tornando-se, rapidamente, símbolo da ascensão do MATOPIBA como região produtiva, já que possui um avançado estágio de “amadurecimento” do agronegócio.

Prova desse crescimento acelerado pode ser notado quando se observa o antigo distrito de Mimoso do Oeste, hoje, Luís Eduardo Magalhães (LEM), que anteriormente era apenas um pequeno povoado com um posto de gasolina como estabelecimento mais importante. A partir dos anos 2000 o antigo distrito torna-se município e atualmente uma das maiores cidades baianas, com acelerado processo de reestruturação urbana.

Haesbaert (1998) sublinha que os primeiros agricultores sulistas chegam nessa região e deparam-se com características do Centro-Oeste. De fato, para Alves (2005), o oeste baiano é a área mais consolidada em relação ao agronegócio e líder dessa RPA (ELIAS, 2017), pois centraliza atividades de suporte ligadas às redes agroindustriais. Além do pioneirismo e concentração dos agentes hegemônicos, como os grupos transnacionais produtivos e de insumos, o oeste baiano também é privilegiado sob a ótica dos recursos naturais, com presença das extensas mesas tabulares e chapadas, com aplainamento do relevo e que levam um viajante, por exemplo, seguindo pela BR-020, a perder de vista e a cansar da paisagem quase homogênea de vastidão plana e de cultivos. Também é uma região que propicia um grande volume de utilização de agricultura irrigada e de pivôs centrais, proveniente da sua localização no aquífero Urucuia, um dos maiores do Brasil, como indicam Pereira, Porcionato e Castro (2018).

O oeste baiano, representado sobretudo pelas cidades de LEM e Barreiras, é uma região com uma potencialidade já alcançada e usufruída pelos agentes hegemônicos, como aponta Santos (2016), com presença das mais destacadas empresas de comercialização de grãos, como a Bunge Alimentos, Cargill, ADM e Amaggi, como também de empresas representantes do

segmento de revenda de máquinas e insumos agrícolas, como John Deere, Syngenta, Bayer e Basf, entre outras.

O sul do Maranhão também deve ser destacado, ocupado também a partir do final da década de 1970, sob liderança da cidade de Balsas, inicia o processo de modernização da agricultura, com base principalmente na pecuária moderna e no cultivo de grãos, tendo o arroz como o cultivo inicial. No entanto, a década de 1980 simboliza e evidencia os sinais mais claros de modernização agrícola e inserção da região no agronegócio globalizado, com intensificação da produção a partir da década de 1990, com aumento da produção agrícola de soja.

A ocupação dos cerrados do MATOPIBA apresenta características em comum entre os diferentes estados integrantes, como no impulso à modernização conduzida por agricultores sulistas, com destaque para os gaúchos, pela participação efetiva do Estado na política de facilitação de crédito e isenções fiscais, pela aquisição de vastas extensões de terras, com preço baixo, e pela participação efetiva da política pública do PRODECER (ALVES, 2004).

Conforme Siqueira (2010), durante a década de 1990, apesar do crescimento concentrado entre 1993 a 1997, alavancado pelo Plano Real, o Brasil teve taxas de crescimento econômico modestas. Com isso, somente a partir de 2004, já sob Governo Lula (2003-2010), houve a retomada do crescimento econômico brasileiro, alavancado pela melhoria das relações externas brasileiras, pelo crescimento do comércio mundial e, sobretudo pela elevação do preço das *commodities*, com destaque para a soja, milho, carnes e o setor sucroalcooleiro, que provocou o que Goldfarb (2015) denomina de *commoditização* do campo brasileiro, tendo a China como futuro maior parceiro comercial brasileiro.

Castillo (2005) classifica as *commodities* como produtos primários importantes no cenário econômico internacional e que compreende o acompanhamento das Bolsas de Valores. Goldfarb (2015, p. 51) destaca o final da década de 1990 como decisiva para valorização das *commodities* no cenário econômico brasileiro:

Com a grande crise fiscal do final da década de 90 e os sucessivos empréstimos contraídos junto ao FMI, o governo decide mudar a estratégia do sistema econômico brasileiro e passa a apostar na reinserção do país no comércio internacional por meio das *commodities* primárias, tanto agrícolas como minerais. Reestrutura-se o Sistema Nacional de Crédito Rural e o mercado de terras para esse fim.

É justamente a partir da metade da primeira década do século XXI que a reestruturação produtiva da agropecuária é imposta como modelo de desenvolvimento econômico de porções territoriais de estados como o Piauí no contexto do MATOPIBA, como resultado da expansão e consolidação da fronteira agrícola em outros espaços. Portanto, a configuração dessa região

evidencia que a consumação de sua formação está intimamente atrelada ao contexto do alto crescimento econômico brasileiro após o fim do Governo FHC e início do Governo Lula, focado, sobretudo no modelo do agronegócio e disciplinados em preceitos neoliberais, apesar das diferenças no âmbito das políticas sociais.

Logo após 2003, sob Governo Lula, o Estado implementou políticas de incentivo para determinados setores, como o agronegócio e a indústria automotiva, além de aumentar a atenção em determinadas regiões brasileiras. Esse período também fica marcado pela redução da participação do setor industrial na composição do PIB e na geração de emprego, acompanhado do aumento dos setores de comércio e serviços (SIQUEIRA, 2010).

Com isso, efetiva-se a desconcentração da estrutura produtiva brasileira, que no entender de Siqueira (2010), é alavancada pela procura por áreas com condições de trabalho consideradas mais vantajosas ao capital, como baixos salários, além da disponibilidade de recursos e condições naturais favoráveis, e, claro, da implementação de novas infraestruturas de apoio às atividades econômicas.

A criação do Plano e Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA foi impulsionada por discursos e pressões políticas na Câmara dos Deputados, com destaque para a ex-Ministra da Agricultura Kátia Abreu (MDB-TO), com grande protagonismo no âmbito da cadeia produtiva do agronegócio (BEZERRA; GONZAGA, 2019).

Os autores citam inclusive que a Frente Parlamentar em Defesa do Desenvolvimento da Região do MATOPIBA, criada para elaborar os planos e políticas para o desenvolvimento econômico da região, foi presidida pelo filho da ex-ministra, o deputado Irajá Abreu (PSB-TO). Os discursos da frente parlamentar, analisados por Bezerra e Gonzaga (2019), evidenciam o viés econômico, como a valorização da questão do mercado de trabalho, além da defesa do MATOPIBA como região celeiro agrícola e com capacidade de abastecimento de parte do mercado mundial, com condicionantes favoráveis a esse quadro.

As condições favoráveis incluem elementos naturais e geoeconômicos. Dentre os naturais, destaca-se a necessidade de um relevo com topografia adequada, ou seja, com aplainamento, o que favorece diretamente o trabalho das máquinas. Dentre os geoeconômicos pode-se citar o apoio do Estado e da tecnologia na questão do melhoramento genético, da correção dos solos e aquisição de insumos (CASTILLO, 2005; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A seleção de novos *fronts* (CASTILLO, 2005; SANTOS; SILVEIRA, 2001) para a instalação de atividades econômicas, como a agropecuária moderna, é precedida de amplos estudos dos investidores em torno das reais necessidades de investimentos de capital, das

potencialidades produtivas e das possibilidades do alcance de uma atividade produtiva verdadeiramente rentável (SANTOS, 1985).

Entretanto, apesar da desconcentração da estrutura produtiva, representada pelo MATOPIBA, há ainda concentração das decisões, dos centros financeiros, das sedes dos principais agentes no eixo Sul-Sudeste, sobretudo com a liderança da cidade de São Paulo, que ainda pode ser taxada como o coração econômico brasileiro, sendo “o núcleo difusor do padrão agrário moderno” (BEZERRA; ELIAS, 2011, p. 108). O MATOPIBA é, nesse caso, resultado de ditames originários da região dessa região de comando do Brasil, onde estão localizados os principais agentes atrelados ao agronegócio globalizado e ao contexto internacional em relação às redes agroindustriais atreladas à produção de alimentos, exportação de gêneros agrícolas e exigências internacionais produtivas e consumidoras.

É, portanto, uma desconcentração-concentrada-centralizada (MOREIRA, 2012), pois apesar da redistribuição da estrutura produtiva, não houve o mesmo na esfera das decisões, estratégias e da centralidade econômica e financeira em torno da região Centro-Sul, que evolui também as cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, entre outras.

Assim, com a desconcentração-concentrada da estrutura produtiva brasileira, altera-se também a chamada Divisão Inter-regional do trabalho (DIRT). Novas regiões são gestadas a partir da lógica de reestruturação produtiva, como é caso do MATOPIBA, que ao implementarem estruturas técnicas modernas agropecuárias, possibilitaram expressivo salto da produção agrícola brasileira, transformando o país em um dos maiores produtores de *commodities* e grande fornecedor de bens primários no cenário econômico internacional (ELIAS, 2011).

Como forma de elucidar o processo de desconcentração-concentrada, pode-se citar o caso da multinacional Cargill, que possui uma unidade de processamento de soja localizada no município de Barreiras, oeste baiano, porção territorial de comando da região do MATOPIBA, como observado no quadro 7.

Quadro 7: Unidades de processamento de soja da Cargill no Brasil

Município e UF	UF	Endereço
Uberlândia	MG	Rua Will Cargill, 880, Distrito Industrial
Ponta Grossa	PR	Rodovia BR376, KM506, Distrito Industrial
Três Lagoas	MS	Rua Egídio Thomé, 5700, Parque Industrial
Primavera do Leste	MT	Rodovia Bro70, KM286, Setor Industrial
Rio Verde	GO	Rodovia Estrada Anel Viário S/NR, Faz. São Thomaz Aboboras, Zona Rural
Barreiras	BA	Rodovia BR 020, KM 604 NR 242

Fonte: Site da Cargill, acesso em 24 de abril de 2020: https://www.cargill.com.br/pt_BR/localidades.

A Cargill possui unidades de processamento de soja nos estados de Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia, todas elas localizadas em cidades

importantes do ponto de vista estratégico e sendo também importantes cidades médias e do agronegócio em suas regiões produtivas. Observa-se concentração dessas unidades no Centro Oeste, com presença em três dos quatro estados dessa região, hoje, a maior produtora de soja do Brasil.

Quando se observa a localização do escritório central da Cargill no Brasil, localizado em São Paulo-SP, do Centro de Inovação da América Latina e do escritório de Nutrição Animal, em Campinas-SP, do centro de pesquisa da empresa, em Mogi Mirim-SP, nota-se que há concentração das decisões, do processo de inovação e do comando em São Paulo, centro financeiro do Brasil. Lógica semelhante ocorre em relação às unidades industriais da empresa, localizadas em Itapira-SP, Chapecó-SC, Toledo-PR e Goianira-GO, evidenciando que além da concentração das decisões e do comando, também há concentração da produção industrial da empresa no eixo Centro-Sul do país. Nessa lógica, em sua maioria, os produtos da Cargill com maior valor agregado são produzidos fora das regiões produtoras de soja.

É importante deixar claro que Cargill e Bunge exercem o comando do agronegócio do MATOPIBA, com plantas industriais e de processamento da soja presentes no oeste baiano, localizadas, respectivamente, em Barreiras e LEM. Segundo Santos (2016), as duas empresas exercem papel preponderante no comando da rede agroindustrial da soja presente no oeste da Bahia, instaladas na região a partir da década de 1990, e, como essa porção territorial lidera o cenário regional, pode-se afirmar que há um comando também no âmbito do MATOPIBA.

Santos (2016) apresenta o quadro de domínio e dos efeitos dessa hegemonia das duas empresas no cenário do Oeste Baiano:

A Bunge e a Cargill estão presentes no Oeste Baiano desde os anos 1990. Representam os maiores empreendimentos industriais da região, movimentando a economia, os fluxos e a geração de empregos no setor. Esses grupos empresariais possuem negócios diversificados, atuando da comercialização ao esmagamento de grãos, do financiamento agrícola à produção e venda de fertilizantes, e se beneficiam de uma hegemonia exercida sobre a logística, em especial, o sistema de armazenamento. Ambas as empresas foram atraídas, entre outros fatores, pela isenção tributária oferecida pelo Governo da Bahia, e sua infraestrutura aproveitou as plantas industriais já existentes na região. (SANTOS, 2016, p. 169).

O diferencial dessas duas empresas multinacionais no cenário do oeste baiano e também no âmbito do MATOPIBA, já que a Bunge instala uma unidade de processamento no município de Uruçuí-PI em 2002, está na questão da capacidade de armazenagem, fato preponderante para o domínio das aquisições das produções das fazendas produtoras de grãos, sobretudo de soja.

São duas empresas que rompem a barreira do processamento da soja, atuando também na disponibilização de empréstimos e até mesmo consultoria para os produtores da região. No

entanto, ambas possuem o Centro Sul como local de concentração das decisões e indicativos econômicos. É, portanto, um exemplo da desconcentração industrial caracterizada ainda pela concentração do processo decisório e de comando no eixo Sul-Sudeste do Brasil.

A ocupação do MATOPIBA faz parte do contexto de apropriação de novos *fronts* agrícolas, apontados por Castillo (2005) em referência à Santos e Silveira (2001), estabelecendo novos contextos produtivos, como na intensificação da implantação do sistema de transporte, assim como de armazenagem, logística e processamento.

Castillo (2005) considera a soja como protagonista nessa dinâmica de ocupação dos cerrados, *commodity* que exige um amplo aparato tecnológico. O autor divide em dois momentos históricos a produção de soja no Brasil: o primeiro momento compreende as décadas de 1960 e 1970, com a produção do grão no sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O segundo período, a partir de 1980 até os dias atuais, marca a consolidação da soja no país, com expansão das atividades para novos *fronts* em direção aos Cerrados, como nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, em razão do apoio do Estado no período anterior, com o objetivo de incentivar novas ocupações e aumento do potencial agrícola.

A consolidação e imposição do agronegócio no MATOPIBA como atividade e modelo de crescimento econômico marca o segundo período proposto por Castillo (2005), ou até mesmo inaugura um novo período. E, além do mais, enfatiza o papel das redes de produção em torno da soja, com a formação de uma ampla RPA, termo de Elias (2017).

É preciso enfatizar que quando se fala em agronegócio da soja, há um conjunto de outros tipos de culturas agrícolas cultivadas no MATOPIBA, servindo muitas vezes como meio para estabelecer o sistema de rotação de culturas, dentre as quais se destacam o milho, algodão e sorgo, por exemplo. Além disso, há também paralelamente o cultivo de eucaliptos, a criação de bovinos, tanto de corte como leiteiro, com aproveitamento de parte da produção para a engorda dos animais, assim como suínos, caprinos e aves.

O contexto de relevância da soja como um dos fios indutores da modernização agrícola e a expansão da fronteira agrícola é definido por Goldfarb (2015) como o processo de “sojização” do campo brasileiro. Para a autora, a forte expansão da produção de soja levou a consolidação dessa *commodity* como “responsável” pelas intensas reconfigurações espaciais presentes nos espaços de expansão do agronegócio globalizado focado na produção desse grão.

A partir de Mendonça (2004), a modernização da agricultura pode ser considerada como parte do processo de reestruturação produtiva do capital com impactos diretos sobre os trabalhadores e caracteriza-se pela incorporação das técnicas e novas tecnologias nas áreas

rurais. No entanto, como defende o próprio autor e também Paulino (2006), no caso brasileiro, trata-se de uma modernização extremamente conservadora, tendo em vista que contribuiu diretamente para a ampliação da concentração da estrutura fundiária e a expulsão de famílias camponesas de sua terra, entre outros tantos aspectos contraditórios e nocivos.

Quanto à questão fundiária, é importante ressaltar que o MATOPIBA é um território alvo do processo especulativo que envolve a lógica de compras e investimentos em extensas glebas de terras por agentes e grupos econômicos privados especulativos – conhecidos também como fundos de pensão – dispostos a lucrar com a aquisição e venda de terras. Denominados por Carramillo (2019) como processo de estrangeirização de terras ou *land grabbing*, em razão da crise mundial de 2008, alterando o perfil de investimentos dessas empresas e tendo terras brasileiras como alvo de investidores estrangeiros, também confirmado por Frederico e Bühler (2019).

Segundo Favareto et al. (2019, p. 357), “esse grupo de latifundistas pouco ou nada produz, mas se vale do poder político alicerçado na propriedade fundiária e no que ela significa como fonte de poder simbólico para transformar estes trunfos em formas de barganhar com o Estado benefícios que compensam sua ineficiência”. Mathias (2018, on-line) cita essa lógica no seguinte trecho:

Com um capital de aproximadamente 866 bilhões de dólares, o TIAA-CREF (Teachers Insurance and Annuity Association – College Retirement Equities Fund) investe em tudo que prometa bom retorno. Mas ele não faz isso diretamente e, sim, cria empresas (holdings) com a finalidade de administrar diferentes tipos de aplicações financeiras por meio da participação em outras empresas. No caso em questão, o TIAA-CREF criou uma holding; a holding criou uma empresa brasileira de capital estrangeiro; essa empresa se associou em 2008 a uma grande empresa brasileira do setor do açúcar e etanol (Cosan) para criar a Radar S/A cujo negócio é especular com o preço de terras.

Através da Cosan o capital estrangeiro estaria mais predisposto a investir em terras brasileiras, visto que ainda há uma regulamentação que impõe limites nesse tipo de operação por agentes de fora do Brasil. De acordo com Carramillo (2019), a TIAA CREF foi um dos grupos com maior nível de lucro através do investimento e valorização de terras, inclusive, esse grupo é o maior no segmento de investidores de terras no mundo. O grupo investidor, via Cosan, também criou a Radar Propriedades Agrícolas S/A, sendo responsável pela aquisição de terras para promover o processo especulativo.

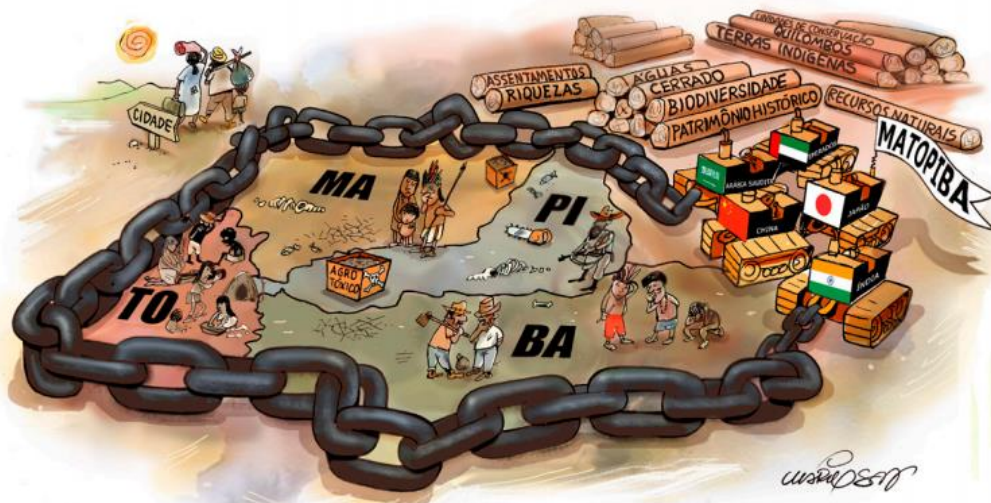
Quadro este que revela claramente o impulso do processo especulativo em torno da aquisição de terras no âmbito do MATOPIBA. Com isso, o caráter de complexidade da questão fundiária na região se torna ainda mais desafiador de se entender, tendo em vista que a compra

da terra por agentes estrangeiros diversifica ainda mais essas questões. No âmbito do MATOPIBA já há uma extensa rede de empresas e grupos econômicos com participação de capital internacional, que, como aborda Favareto et al. (2019), são mais de 38 empresas com essas características, dentre as quais destacam-se a George Soros, JP Morgan, Mitsubishi, J. Safra, Credit Suisse e TIIA- Cref.

Há também grupos empresariais brasileiros que atuam em “parceria” com investimento estrangeiro, funcionando como uma espécie de intermediário/“laranja”, dispostos a dar andamento ao projeto de expansão das fazendas com esse tipo de investimento para obtenção e aquisição de grandiosos lucros através da venda de terras após sua completa valorização e ápice de produtividade. Essa parceria entre produtores locais com investidores estrangeiros é uma maneira de obter lucros a partir da experiência dos agricultores brasileiros, pois muitos investidores não dispõem de conhecimento prévio sobre plantio, das melhores áreas para cultivo, experiência em lidar com entraves e características locais através de meios legais e ilegais, além de conhecimentos práticos sobre o processo de abertura de novas áreas, na retirada de posseiros ou moradores locais dessas áreas, entre outros tipos de conhecimento e relações horizontais (FREDERICO; BÜHLER, 2019).

Têm-se a formação de um caráter perigoso, pois, à medida que apropriação da terra se instaura, se efetiva também o controle sobre recursos naturais essenciais e estratégicos em meio a um futuro sombrio em relação à questão dos recursos hídricos e da biodiversidade (FAVARETO et al., 2019). Assim, a estrangeirização da terra no MATOPIBA coloca os povos tradicionais da região em perigo em razão do aumento das pressões sobre seus recursos naturais, históricos e patrimoniais, como demonstra a mensagem da Figura 5.

Figura 5 - Processo de estrangeirização da terra no MATOPIBA



Fonte: Blog Outras Palavras. Disponível em: <https://bitly.com/ZPzf9B>.

Furtado e Alves (2020) abordam os pesados investimentos da China na região do MATOPIBA decorrentes das novas necessidades presentes no modo de vida e na dieta do povo chinês, associada à insuficiente oferta de terras agricultáveis, alavancados a partir de 2004, período de *boom* do agronegócio focado na produção de grãos no Brasil, intensificando os investimentos em aquisições de terras por grupos empresariais e no setor de infraestrutura (de transportes, ferroviários, rodoviário, portuários, etc.), com o intuito de manter a segurança alimentar da população chinesa.

Trata-se, portanto, da consolidação de latifundiários estrangeiros desconhecidos e sem um mínimo de preocupação com as problemáticas locais e interessados unicamente na obtenção do lucro a partir da valorização do preço da terra. No início das ocupações das terras agricultáveis do MATOPIBA havia uma disponibilidade de terras a preços baixos se comparado com o padrão praticado em regiões agrícolas mais consolidadas, notadamente no Sul, Sudeste e Centro-Oeste brasileiro. A partir da consolidação do agronegócio globalizado na região, houve uma gradual valorização do preço da terra e hoje já atinge patamares elevados, sobretudo no caso do oeste baiano.

Frederico e Bühler (2019) abordam que o oeste baiano já atingiu, em 2013, o preço médio do hectare em cerca de 16 mil reais, ou seja, aquelas áreas de chapadas com aplainamento do relevo e com boas condições de produção passaram por um grande processo de valorização. Hoje em dia, o valor do hectare já atinge um patamar absurdo e varia entre 20 até 30 mil/ha, como pode ser observado a través de anúncios de vendas de terras no oeste baiano em sites de vendas especializados, onde são ofertadas fazendas já equipadas.

Mathias (2018) cita um exemplo da ação do próprio Estado visando alavancar o processo de ocupação do MATOPIBA, verificado no caso do Tocantins:

Outro caso emblemático deste “desenvolvimento” é o Projeto Agrícola Campos Lindos, no Tocantins. Criado em 1997 pelo então governador José Siqueira Campos, o projeto é caracterizado no meio acadêmico como uma reforma agrária às avessas. O político desapropriou por improdutividade a fazenda Santa Catarina, destinando seus 90 mil hectares para grandes produtores (dentre eles, a senadora Kátia Abreu) que pagaram apenas R\$ 10 por hectare. Mas, é claro, aquelas terras não estavam vazias. (MATHIAS, 2018, on-line).

Segundo a autora, havia um total de 160 famílias vivendo na denominada Serra do Centro durante mais de cem anos, dos quais só restaram apenas 70 delas e que passaram a viver em áreas destinadas à reserva legal, com amplas disputas judiciais até isso ser consumado. Atualmente Campos Lindos-TO é um dos líderes em termos produtivos, sobretudo na questão da soja, no entanto, com um amplo cenário de pobreza, sendo uma cidade extremamente pacata.

Assim, sob a perspectiva dos produtores e do capital hegemônico, o projeto se sucedeu da maneira desejada, assim como outros exemplos verificados no MATOPIBA, como Formosa do Rio Preto-BA, Baixa Grande do Ribeiro-PI e Balsas-MA, entre outros municípios com índices produtivos elevadíssimos.

Conforme pressupostos de Pizarro (2017), os governos militares pós 1964 viam na modernização da agricultura brasileira uma oportunidade e via de saída para inserção definitiva do Brasil no cenário das economias desenvolvidas economicamente, sendo necessário o direcionamento da política de ocupação de novas fronteiras agrícolas na porção central brasileira, que engloba partes do Cerrado e da Amazônia. O autor define o processo de modernização agrícola como o momento de inserção das tecnologias e técnicas empreendidas durante a década de 1950 na chamada Revolução Verde no âmbito do setor agropecuário.

Fica claro, assim, que a modernização da agricultura passa pela adoção e incorporação da tecnologia no processo produtivo, com o objetivo de integrar o setor agropecuário ao industrial, já que, a partir daquele momento, parte da agricultura tornou-se agroindústria, como consequência das novas necessidades de inserção do pacote tecnológico, como máquinas modernas que facilitaram o processo de preparação do solo, plantio, pulverizações, colheita e etc., além dos implementos, sementes selecionadas, defensivos agrícolas, sistemas de acompanhamento e gestão do plantio. Dessa forma, objetiva-se o aumento dos índices produtivos e, sobretudo, o aumento dos lucros, efetivado também pela redução do uso da força de trabalho e pela inserção de mais terras ao circuito produtivo.

Para Santos (1985) os espaços atingidos pela modernização, ou seja, no caso do MATOPIBA, pela modernização da agricultura e a imposição reestruturação produtiva, não são selecionados por pura casualidade. Ao contrário disso, o autor, cita que os espaços que recebem processos hegemônicos são designados por permitirem o crescimento e reprodução do capital.

A mobilidade do capital e a reestruturação econômica produtiva impõem novas características às regiões e estados brasileiros, inclusive, esse movimento relativiza e às vezes até desconsidera os limites territoriais, como as fronteiras estaduais, municipais e até mesmo entre os países.

O MATOPIBA é criado seguindo tais preceitos, sublinhando o quanto é delicado tratar sobre as questões que envolvem o processo de regionalização no atual estágio de globalização, onde as fronteiras, limites e distâncias são questionados em razão do crescimento de atividades econômicas globalizantes, sobretudo com o desenvolvimento das redes de telecomunicações, as interligações econômicas e intensificação dos fluxos acelerados (SILVEIRA, 2006; HAESBAERT, 2010; RUFO; ARAÚJO SOBRINHO; ARAÚJO, 2019).

Entretanto, Haesbaert (2010) enfatiza que a região deve ser vista como produto e produtora das dinâmicas atreladas à globalização e fragmentação, ou seja, também possui sua relevância e não se pode decretar o seu fim enquanto conceito e fato. Tais espaços alvo do agronegócio globalizado, especialmente as áreas de cerrados, que eram anteriormente espaços de reserva destinados ao cultivo de commodities. Elias (2012) e Elias e Pequeno (2007), inspirando-se nas ideias de Milton Santos, intitulam esses recortes territoriais como ‘exército de lugares de reserva’ para o agronegócio.

Nesse sentido, a lógica de inserção de novas áreas nas dinâmicas produtivas se impõe em áreas com características específicas, como a de ocupação demográfica rarefeita e com grande disponibilidade de terras a preços baixos e mão de obra barata e abundante. Assim, o MATOPIBA é a “continuidade” de uma ampla área produtiva presente no contexto da América do Sul, notadamente representada pela região Sul, parte do Sudeste, Centro-Oeste e até mesmo de fronteiras agrícolas localizados em países vizinhos, como no Paraguai, Argentina e Uruguai. Do cone sul ao norte do Brasil há uma vasta área ocupada por atividades agropecuárias modernas, que incluem o cultivo de grãos, frutas, cana de açúcar, café, além da criação bovina, aves e suínos, atividades minerais e geração de energia elétrica.

O mapa 6, elaborado a partir de um produto cartográfico chamado ‘Global Food Security-support Analysis Data (GFSAD) Cropland Extent South América’, da Nation Aeronautics and Space Administration (NASA) através de Zhong, Y. et al. (2017) e construído por meio de imagens LANDSAT, MODIS e do SRTM, com resolução espacial de 30 metros, identifica a extensão das áreas agrícolas da América do Sul. É perceptível a presença da fronteira agropecuária desde o sul ao norte deste subcontinente, com tendências recentes de avanço sobre a Amazônia e para áreas dos cerrados nordestinos e do Norte do Brasil, coincidindo com o Arco do Desmatamento na região amazônica.

Fica claro que o Brasil figura como o destaque em volume de áreas agrícolas juntamente com os vizinhos Uruguai, Paraguai e Argentina. Sendo assim, o MATOPIBA integra o conjunto dessas extensas áreas agrícolas, sendo produto da expansão agrícola decorrente da busca por novos espaços para implementação de áreas de cultivo de grãos, da criação de gado de corte e da expansão das redes agroindustriais.

É possível observar inclusive a atuação das mesmas empresas nesses vastos territórios citados. Além das já conhecidas, como a Bunge e a Cargill, há também a atuação de empresas brasileiras na Argentina e no Paraguai, como a Amaggi, que possui escritórios de representação nos dois países. Como aponta Goldfarb (2015), há também no território brasileiro a presença de empresas do agronegócio argentinas, como é o caso da El Tejar, com escritório na cidade de

Primavera do Leste, no Mato Grosso, além da Los Grobo, com atividades presentes nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, da Adecoagro que possui escala de atuação no MATOPIBA, com produção de grãos e também cana de açúcar.

Mapa 6: Áreas Agrícolas na América do Sul



Fonte: Zhong, Y. et al (2017). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Nesse caso, pode-se afirmar que essas regiões são regidas por um conjunto de forças poderosas em articulação, como Estado, empresas multinacionais e nacionais, assim como toda a rede de produção local e os mercados receptores da produção (LEAL; FRANÇA, 2010). A formação de extensas regiões do agronegócio está atrelada à lógica e padrões de consumo presentes no contexto mundial, como as tendências de aumento do consumo de derivados da soja, frutas frescas, de carne vermelha e aves (ELIAS; PEQUENO, 2007).

A divisão territorial do trabalho, produto da reprodução do capital através da especialização produtiva de certas regiões, resulta na configuração espacial de espaços de concentração espacial de determinados setores produtivos (CARVALHAL, 2008). Conforme Santos (1979, p. 157) “A divisão do trabalho também é um instrumento da expansão capitalista. Uma vez que se estabeleceu a separação das atividades, o resultado de cada uma delas se torna uma mercadoria”.

Nesse caso, a dinâmica de reprodução do capital produz espaços de acordo as demandas do mercado capitalista. A formação do MATOPIBA induz um conjunto de amplas transformações socioespaciais, como por exemplo, na configuração de novas paisagens, sobretudo com a intensificação do desmatamento, emergência e crescimento de centros urbanos, aumento dos fluxos de veículos, de pessoas e na implantação de objetos técnicos, no entanto, distribuídos irregularmente pelo território.

Favareto et al. (2019) cita um exemplo elucidativo sobre a questão do desmatamento na região: “Somente entre 2013 e 2015 foram subtraídos 18.962 km² da cobertura florestal do Cerrado, boa parte do Matopiba. Isso significa que a cada dois meses desapareceu o equivalente à área da cidade de São Paulo em florestas”. Segundo os autores, como justificativa para amenização desse grande prejuízo ambiental, há o discurso que de que esse sacrifício é necessário para emergência de um suposto progresso. Dentre essas promessas está justamente a geração de emprego e renda para essa região e possíveis melhorias nos indicadores sociais, quando na verdade as benesses econômicas ficam restritas a um número limitado de municípios, de empresas e, sobretudo de pessoas.

A dinâmica de produção do espaço pelo capital necessita da formação de paisagens ancoradas em “relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão global do trabalho e das funções” (HARVEY, 2004a, p. 87). A redução do tempo e do custo de deslocamento, sobretudo com a implantação de infraestruturas rodoviárias de telecomunicações, a construção de infraestruturas físicas fixas e o apoio do Estado na construção da organização territorial, são algumas das necessidades para a

configuração de novos espaços para a reprodução capitalista, apontadas por Harvey (2004a) e Santos (1985).

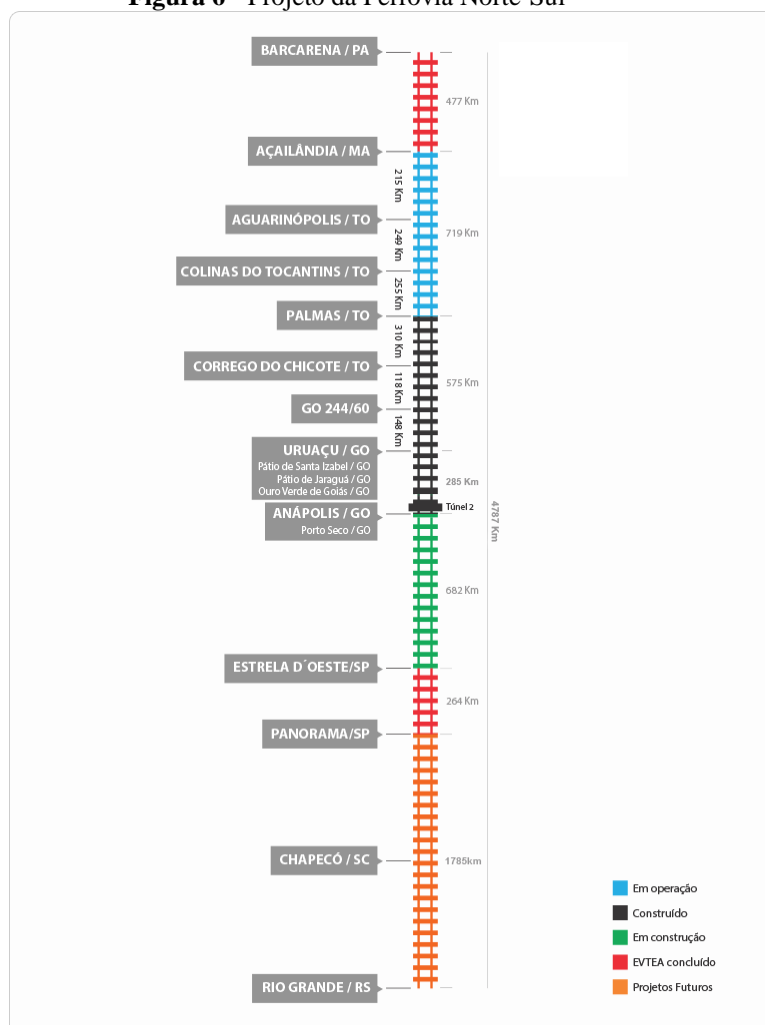
Todas essas necessidades são reforçadas nas novas áreas sojícolas, pois grande parte delas fica distante de portos exportadores, necessitando assim de armazenamento, que envolve secagem, classificação e condições de umidade adequadas, para depois transporta para os terminais de exportação. Assim, o Estado e as empresas estabeleceram a introdução de sistemas de engenharia a fim de facilitar o processo de escoamento da produção (CASTILLO, 2005).

O “projeto” do Estado de constituição e consolidação do MATOPIBA ao cenário de produção agrícola e como polo exportador de commodities envolve um amplo pacote de investimentos em variadas áreas, como a de energia elétrica, fortalecimento da estrutura e construção de portos e infraestruturas de armazenagem, assim como em ferrovias, rodovias e até mesmo na utilização de hidrovias.

Dentre os projetos em execução está a Ferrovia Norte-Sul, projetada estrategicamente como espinha dorsal da malha ferroviária brasileira, idealizada desde o governo Sarney (1985-1990). Ao final terá mais de 4 mil quilômetros de extensão, atravessando vários estados brasileiros, desde o Maranhão, passando por Tocantins, Goiás, Minas Gerais até chegar em São Paulo. Atualmente já há partes concluídas e em operação que compreende desde Açailândia-MA até Estrela d’Oeste-SP (Figura 6). Houve concessão do trecho entre Açailândia e Porto Nacional e do trecho entre Porto Nacional até Estrela d’Oeste- SP (que se divide em duas ramificações, de Porto Nacional-TO até Anápolis e de Ouro Verde de Goiás até Estrela D’Oeste-SP.¹²

¹²Informações colhidas no site do PPI da Ferrovia Norte Sul. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/ferrovia-ef-151-sp-mg-go-to-ferrovia-norte-sul>.

Figura 6 - Projeto da Ferrovia Norte-Sul



Fonte: PPI (Governo Federal). Disponível em: <https://bitly.com/jWHnp>.

A ferrovia Transnordestina é outro projeto que envolve diretamente o MATOPIBA que já possui trechos executados, outros iniciados, em revisão e em contratação, que originalmente envolve a ligação dos Portos de Pecém-CE e Suape-PE até o município de Eliseu Martins-PI, pertencente à Microrregião de Bertolínia-PI e que também integra o MATOPIBA, com intenções futuras de construção de um trecho final de Eliseu Martins-PI até Porto Franco no Maranhão, ligando assim a Ferrovia Transnordestina à Ferrovia Norte-Sul (Figura 7).

Há ainda, o projeto da Ferrovia de Ligação Oeste-Leste, em construção, que se estende do município de Figueirópolis-TO até o Porto Sul, em Ilhéus-BA. A obra se divide em três trechos e segundo dados do site do Programa de Parcerias Investimentos do Governo Federal (PPI) está na seguinte situação: O primeiro trecho de Ilhéus-BA a Caetité-BA, com extensão de 537 km, com 73,6% da obra de execução física já finalizada em 2019. Um segundo trecho de Caetité-BA até Barreiras-BA, com extensão total de 485 km, com cerca de 36% das obras executadas. O trecho final envolve Barreiras/BA até Figueirópolis-TO, com extensão

aproximada de 505 km, ainda em fase de estudos. Dessa forma, o projeto seria a interligação com a Ferrovia Norte-Sul, integrando assim os estados do Tocantins e Bahia e passando pela cidade de Barreiras-BA, importante cidade média do MATOPIBA.

Figura 7 - Localização da Ferrovia Transnordestina



Fonte: CNS, disponível em: <https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/tlsa/>

Portanto, os três projetos de ferrovias – Norte-Sul, Transnordestina e Integração Oeste-Leste – integrariam assim os quatro estados do MATOPIBA e o Estado atenderia o desejo das forças hegemônicas do agronegócio da região. Como já há alguns trechos concluídos e outros em construção e em estudos, fica difícil definir o período de possível finalização dos projetos e se isso vai se consumir realmente.

Certamente, caso estes projetos se consumem, a realidade do MATOPIBA sofrerá ainda mais reconfigurações socioespaciais e intensificará seu o processo de ocupação, com possibilidade de atração de novos agentes econômicos, dentre os quais se destacam agroindústrias, fábricas e empresas com foco em aves e suínos, produtos embutidos, entre outros, como já é verificado em outras regiões com agronegócio mais consolidado e já em uma fase avançada de industrialização da agricultura, como no caso do Sudeste Goiano – região com presença de redes transnacionais e nacionais de produção agroindustrial – ou ainda do Triângulo Mineiro, onde há complexos agroindustriais avançados. Nesse aspecto, os investimentos massivos do Estado no MATOPIBA podem transformar ainda mais essa região e sinaliza preocupações em torno de questões ligadas à segurança dos povos tradicionais da região, como os trabalhadores da terra, expressão de Mendonça (2004).

O MATOPIBA, em resumo, que se baseia em uma estrutura produtiva concentrada e focada na produção de grãos, sobretudo da soja, não permite uma diversificação e

desconcentração da estrutura produtiva que beneficie diversos setores da sociedade local. Nesse sentido, essa região, como resultado da construção baseada em discursos e normativas legais, fica restrita à produção de soja, tendo outras culturas agrícolas como pano de fundo, como também a pecuária (FAVARETO et al., 2019).

Por meio da reestruturação produtiva do capital, houve um conjunto de transformações no seio das organizações das maiores empresas transnacionais, presentes em diversos setores da economia global, como no caso do MATOPIBA, a Bunge Alimentos, a Cargill e a ADM (Archer Daniels Midland LTDA), empresas que exercem comando da atividade agropecuária moderna nessa região. Dessa forma, essa região, de acordo com Santos (2016), é comandada por agentes econômicos extra regionais com o recebimento de capitais predominantemente de fora da região.

O estágio de globalização econômica atual permite que essas empresas, dotadas de concentração extrema de capitais e associadas ao Estado, não produzam diretamente a soja ou o milho, por exemplo, mas “curiosamente” exercem total controle da produção estabelecida em RPA’s, com a compra da produção, às vezes antecipada, do fornecimento de insumos, de maquinário e financiamento da produção, comercialização da produção, da armazenagem, esmagamento, como aborda Castillo (2005).

O capital se aproveita das particularidades e especificidades de cada porção territorial, onde os pequenos produtores ficam sob o domínio das redes de produção do agronegócio. Para Castillo (2005), enquanto o Estado ainda se preocupa com o território e com a sociedade, as empresas objetivam alcançar o lucro, a acumulação de capital e o uso, às vezes temporário, do território. Entretanto, os investimentos privados nos diferentes territórios do MATOPIBA não necessariamente dinamizam a economia dos municípios em que são instalados os cultivos, já que há o processo de seletividade e exclusão, sobressaindo ainda o caráter de exploração dos territórios, da população e do meio ambiente.

Dessa forma, a formação regional do MATOPIBA, inspirando-se em Castilho (2016), é resultado da agregação ou singularizações de outras porções regionais, expondo que, em períodos distintos, muitas regiões surgem em decorrência de outras, ou seja, uma região nasce em razão da necessidade de outra, e, nesse aspecto, evidencia-se o caráter centralizador das ações em torno das classes dominantes, ligadas às atividades econômicas, como as empresas e organismos financeiros (HORTA, 2013). A partir de Moreira (2014), constata-se que grande parte do MATOPIBA já possui certas características na paisagem parecidas com as verificadas no eixo Centro-Sul brasileiro, pois o oeste baiano, sul do Maranhão e do Piauí vem sendo “invadidos” por novos agentes extra regionais e recebido capitais e capitalistas externos.

O Centro-Oeste brasileiro já passou por esse processo, pois surge em razão de demandas de outras regiões, especialmente Sul e Sudeste, na transferência da agropecuária moderna para o novo *front* de expansão da agroindústria localizado na região central do país (MOREIRA, 2012). Assim, o MATOPIBA se insere no contexto de expansão de atividades hegemônicas da atividade agropecuária decorrentes dos ritos econômicos de produção e consumo do Centro-Sul brasileiro, e, sobretudo do mercado externo, como o chinês, o europeu e o norte-americano.

O MATOPIBA, analisado enquanto região, ainda carece de maior identidade regional, conceito diferente do de identidade da região, pois os processos e transformações estão atuando com grande intensidade (CORRÊA, 1987; HAESBAERT, 2010). Essa região mostra-se cada vez mais atrelada aos aspectos econômicos do que propriamente com a identidade dos seus habitantes e com a ideia de uma circunscrição regional, com a cultura e com os aspectos sociais, pois ela é resultado da construção arquitetada por agentes hegemônicos.

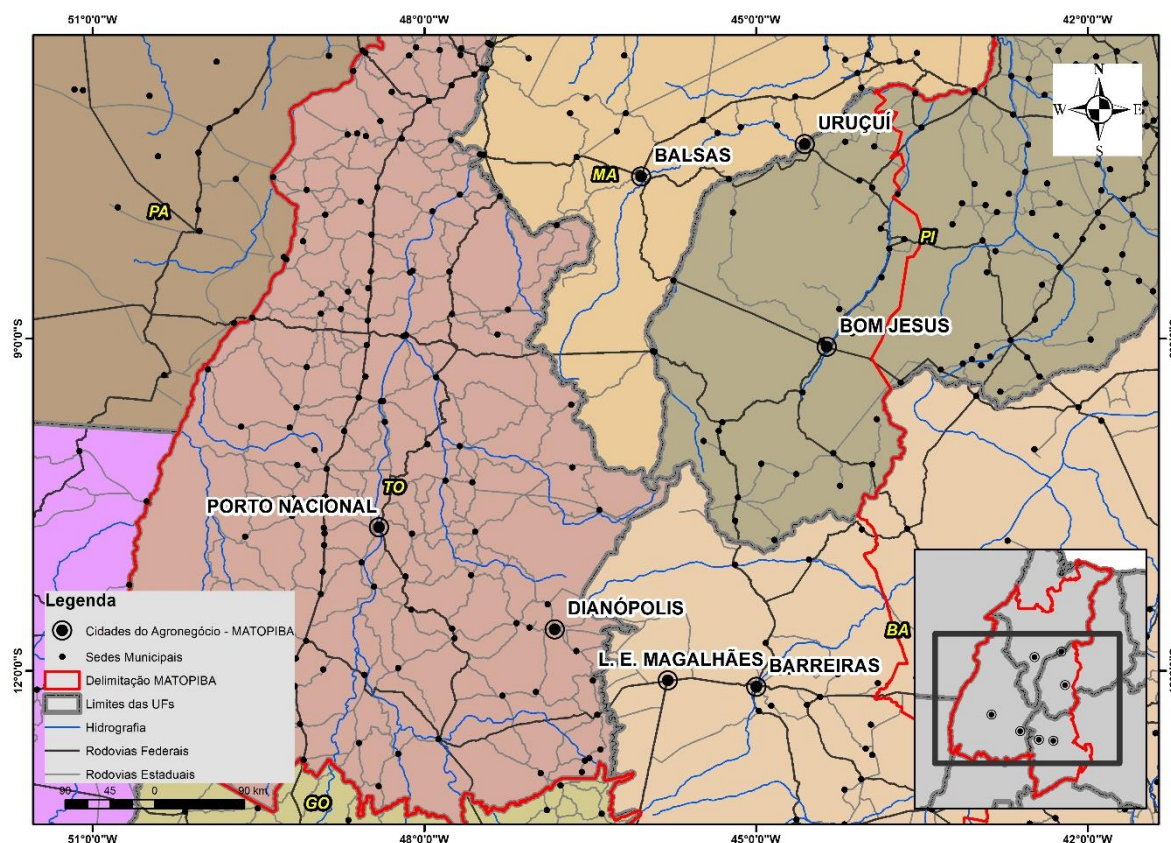
Dessa forma, o MATOPIBA traz consigo um arsenal de discursos que a tem como caminho para o progresso socioeconômico. Nesse sentido, falta ao MATOPIBA o que Santinha (2014) denomina de princípio da coesão territorial e regional, ou seja, trata-se de uma região que não é pautada no desenvolvimento socioeconômico harmônico, equilibrado e equitativo, como no contexto de intensas transformações socioespaciais presentes nas cidades do agronegócio.

4.4 As cidades do agronegócio do MATOPIBA

Em cada estado do MATOPIBA há cidades representativas do agronegócio, conhecidas como cidades do agronegócio: Barreiras e LEM, na Bahia, Bom Jesus e Uruçuí, no Piauí, Dianópolis, no Tocantins, e Balsas, no Maranhão, como se observa no mapa 7.

No Tocantins, Porto Nacional também se destaca como uma cidade do agronegócio. No entanto, preferimos citar Dianópolis pela escolha do recorte territorial para a análise das transformações no mercado de trabalho agropecuário formal. Além disso, essa cidade vem desempenhando importante papel de comando nessa parte do Tocantins, inclusive tendo seu nome emprestado à sua microrregião. Dianópolis faz parte de uma microrregião com contiguidade territorial com o oeste baiano, a liderança regional, o que confere um grau maior de inter-relação entre esses espaços do MATOPIBA.

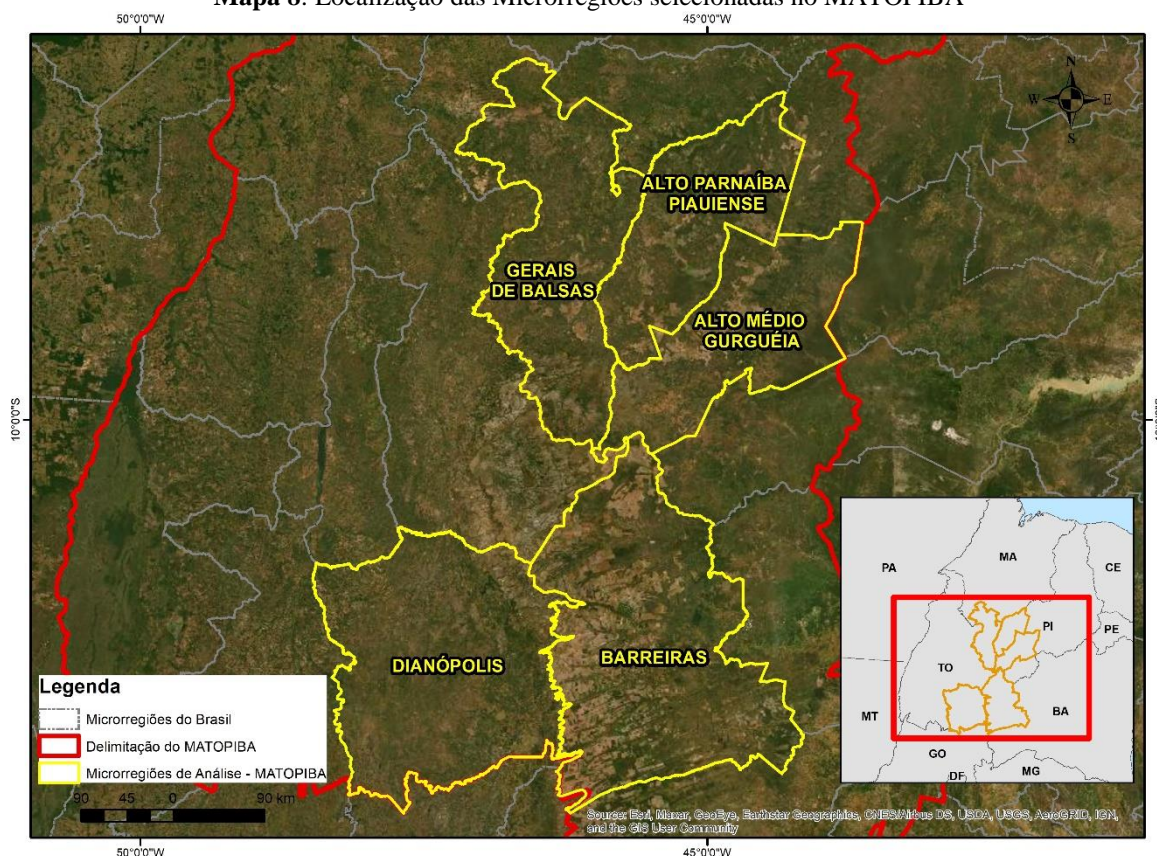
Mapa 7: Localização das cidades do agronegócio do MATOPIBA



Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Esta representatividade das cidades, fazendo pontes socioespaciais com o conceito regional e territorial do MATOPIBA, está relacionada à ideia de uma integração escalar ao papel de integração espacial a partir da regionalização, situações conceituais e concretas analisadas por Correa (1987) e Horta (2013). Em conformidade com Elias e Pequeno (2007), cidades do agronegócio são os centros urbanos em que as funções de atendimento às exigências e necessidades do agronegócio globalizado são hegemônicas em comparação com as demais.

Devido ao tamanho e complexidade do MATOPIBA e como forma de facilitar o entendimento das novas conjunturas presentes nas cidades do agronegócio da região, selecionou-se as Microrregiões Alto Médio Gurguéia e Alto Parnaíba Piauiense, localizadas no Piauí e contempladas como recorte espacial desta tese, a Microrregião de Barreiras, na Bahia, de Gerais de Balsas, no Maranhão, e de Dianópolis, no Tocantins (Mapa 8). São nessas microrregiões que estão presentes as principais cidades do agronegócio dos quatro estados do MATOPIBA, com exceção do caso tocantinense, que possui outras cidades importantes no segmento agropecuário, como Araguaína, localizada ao norte do estado e representante da pecuária moderna estadual, além de Porto Nacional, de Pedro Afonso, Gurupi e Campos Lindos, cidades simbólicas do agronegócio de grãos.

Mapa 8: Localização das Microrregiões selecionadas no MATOPIBA

Fonte: BRASIL (2021) – Embrapa Territorial. Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

A tabela 9 consta os dados populacionais referentes a essas microrregiões. Nota-se crescimento da participação da população urbana em todas. No Alto Médio Gurguéia há um índice de população rural ainda expressivo. Considerando que as Microrregiões possuem pequenos municípios, muito mais ligados à dinâmica do campo, é possível afirmar que há índices de população rural significativos, sobretudo no caso piauiense. O Alto Parnaíba Piauiense foi a que mais sofreu com incremento percentual urbano (13,27%). Quanto ao crescimento absoluto da população urbana, destaca-se Barreiras-BA (incremento de 69.969 habitantes). Ressalta-se que a participação da população urbana no Alto Parnaíba Piauiense, Gerais de Balsas-MA e Barreiras-BA foi maior em comparação aos seus próprios estados. O Alto Médio Gurguéia e Dianópolis permanecem com índices de população urbana inferiores aos seus próprios estados.

A realidade das cidades do agronegócio no MATOPIBA e seu entorno demonstram grande crescimento da urbanização, e inclusive, com a criação de novos municípios, povoados e distritos. Têm-se, portanto, a partir da nova relação campo cidade e da maior integração das atividades agropecuárias às cidades do agronegócio, que oferecem serviços destinados ao consumo produtivo agrícola, a consumação de um verdadeiro processo de revolução do urbano, como denominam Elias e Pequeno (2007).

Tabela 9- Síntese dos dados populacionais dos municípios do agronegócio do MAPITOBA (2000-2010)

Brasil, U.F e Microrregião Geográfica	Situação do domicílio									
	2000					2010				
	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%
Alto Médio Gurguéia (PI)	77.275	37.594	48,65	39.681	51,35	88.076	49.932	56,69	38.144	43,31
Alto Parnaíba Piauiense (PI)	36.543	20.279	55,49	16.264	44,51	43.606	29.985	68,76	13.621	31,24
Barreiras (BA)	206.331	146.126	70,82	60.205	29,18	286.118	216.095	75,53	70.023	24,47
Dianópolis (TO)	112.172	68.665	61,21	43.507	38,79	118.110	84.081	71,19	34.029	28,81
Gerais de Balsas (MA)	105.256	69.341	65,88	35.915	34,12	130.425	96.579	74,05	33.846	25,95
Bahia	13.085.769	8.769.524	67,02	431.6245	32,98	14.016.906	10.103.022	72,08	3.913.884	27,92
Maranhão	5.657.552	3.363.108	59,44	229.4445	40,56	6.574.789	4.149.092	63,11	2.425.697	36,89
Piauí	2.843.428	1.788.330	62,89	1.055.098	37,11	3.118.360	2.051.074	65,77	1067286	34,23
Tocantins	1.157.690	863.752	74,61	293.938	25,39	1.383.445	1.090.125	78,8	293.320	21,2
BRASIL	169.872.856	137.925.238	81,19	31.947.618	18,81	190.755.799	160.934.649	84,37	29.821.150	15,63

Fonte: SIDRA/IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010, organizada pelo autor.

Pela tabela 10 observa-se os dados referentes a cada cidade do agronegócio presente no MATOPIBA. Nas duas cidades piauienses, houve um incremento da participação do urbano sobre a população total – Uruçuí estabelece uma variação de 11,63% e de 9,05% em Bom Jesus. A menor variação nesse quesito foi de Balsas, no Maranhão.

Tabela 10: População Residente por Situação do Domicílio dos principais municípios do MATOPIBA

Municípios	Situação do domicílio									
	2000					2010				
	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%
Barreiras (BA)	131.335	115.849	87,82	16.065	12,18	137.427	123.741	90,04	13.686	9,96
LEM (BA)	-	-	-	-	-	60.105	54.881	91,31	5.224	8,69
Balsas (MA)	60.163	50.144	83,35	10.019	16,65	83.528	72.771	87,12	10.757	12,88
Bom Jesus (PI)	15.924	10.961	68,83	4.963	31,17	22.629	17.623	77,88	5.006	22,12
Uruçuí (PI)	17.011	11.112	65,32	5.899	34,68	20.149	15.505	76,95	4.644	23,05
Dianópolis (TO)	15.428	12.616	81,78	2.812	18,22	19.112	16.444	86,04	2.668	13,96

Fonte: SIDRA/IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010, organizada pelo autor.

Bom Jesus-PI e Uruçuí-PI, entre as cidades do agronegócio do MATOPIBA, são justamente, os municípios menos urbanizados e com menor população, o que pode apontar para o caráter tardio da inserção desse recorte territorial na dinâmica da agricultura moderna brasileira. Quanto ao crescimento absoluto da população urbana, destaque para as cidades de Balsas-MA, com incremento de 22.627 habitantes na população urbana. Barreiras-BA, com aumento de 7.992 habitantes e Bom Jesus com incremento de 6.662 habitantes também se destacam. As cidades de Dianópolis e Uruçuí são aquelas com menor incremento absoluto no número de habitantes residentes no urbano. Em relação ao crescimento relativo da população urbana, há destaque para as cidades de Bom Jesus, com crescimento de 60,77% da sua população urbana. Balsas com 45% e Uruçuí com 39,53% de crescimento também se destacam.

Pela tabela 10 é possível perceber a ausência dos dados de LEM-BA no censo demográfico do IBGE de 2000. Foi justamente nesse ano que o município foi criado e desmembrado de Barreiras. A população do ano 2000 era de cerca de 20 mil habitantes, conforme indica Alves (2005). Nesse caso, fica evidente o rápido e intenso crescimento populacional do município de LEM-BA, que tem sido resultado da atração de quantidades expressivas de migrantes. A cada ano essa cidade torna-se mais importante no cenário do oeste baiano e no âmbito do MATOPIBA, pela agregação de pessoas, empresas, equipamentos públicos e representações do agronegócio.

Importante ressaltar que os municípios baianos com maior produção agrícola são: Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Barreiras, LEM, São Desidério, Correntina, Jaborandi e Cocos. Como pontuam Frederico e Bühler (2015), com exceção de LEM, todas as sedes desses municípios se encontram distantes das áreas de cultivo, ou seja, ficam em áreas de

fundo de vale, próximas aos cursos de água afluentes do Rio São Francisco. LEM se localiza exatamente próxima aos cultivos agrícolas das áreas de chapadas do oeste baiano, o que torna essa cidade ainda mais representante de novas tendências urbanas e de um modelo de ocupação do território pautado no agronegócio.

Essa nova tendência de ocupação das áreas das chapadas para constituição de povoados e distritos segue sendo fortalecida e outros novos municípios podem surgir em um futuro próximo. Como exemplo, pode-se citar o caso de dois distritos em que há um destacado crescimento urbano e concentração de redes agroindustriais de atendimento do setor do agronegócio globalizado – é o caso do Distrito de Rosário¹³, pertencente ao município de Correntina, na fronteira da Bahia com o Goiás e com Minas Gerais, e do Distrito de Roda Velha¹⁴, pertencente a São Desidério-BA. Em ambos os casos já existem pressões pelo processo de desmembramento e a presença de importantes empresas do ramo agropecuário, como da John Deere Agrosul, com sede em LEM e com várias unidades espalhadas pelo MATOPIBA.

Apesar do acentuado papel de LEM no segmento do agronegócio, a cidade de Barreiras-BA constitui-se ainda como centro polarizador dos cerrados nordestinos, tendo em vista alguns fatores, como a construção de Brasília que acabou por ceder à Barreiras importante localização geográfica, ao tornar-se ponto de passagem para a população que migrava para a recém criada capital brasileira, localizando-se, portanto, no entroncamento de ligação entre as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país (ALVES, 2005).

Apesar de ser um município novo, com apenas 19 anos, LEM cada vez mais reconfigura sua paisagem, tanto urbana como rural, com a expansão física da mancha urbana e maior ocupação das áreas de Cerrado, como na presença de plantas industriais de empresas transnacionais, como a Bunge e a Cargill, dentro do perímetro urbano, próximo às áreas residenciais e de outras importantes redes agroindustriais, redes atacadistas de supermercados, lojas de eletrodomésticos, do setor automotivo, de implementos, máquinas e insumos agrícolas, como a John Deere, New Holland, Case IH, Massay Ferguson, Semeato, entre outras.

Na verdade, no contexto do MATOPIBA, as cidades de LEM e Barreiras exercem o papel de liderança e controle desta RPA. Santos (2016, p. 159) cita a importância e a escala de influência desses dois centros urbanos no contexto regional: “Essas duas cidades possuem um raio de influência que alcança, até mesmo, municípios do sul do Piauí (Bom Jesus e Uruçuí),

¹³ Rosário é um caso particular e já apresenta um grande avanço na questão urbana. Cabe destacar também que este Distrito envolve disputas judiciais entre os Estados da Bahia e de Goiás, onde este último pleiteia partes de suas terras localizadas na fronteira entre os dois estados.

¹⁴ Ambos os Distritos, Rosário e Roda Velha, ficam localizados às margens da BR-020 e apresentam destacado dinamismo econômico e crescimento da sua mancha urbana.

Leste de Goiás (Posse) e Leste de Tocantins (Dianópolis)”. Sendo assim, o raio de influência das duas cidades ultrapassa os limites do MATOPIBA oficial, com escala de polarização no Leste do Goiás, com destaque para a cidade de Posse, além de outras cidades como Alvorada do Norte e Simolândia.

Este raio de influência das duas cidades é resultado da concentração de importantes empresas ligadas ao agronegócio globalizado, dentre as quais se destacam a Bunge, a Cargill, as duas mais importantes do cenário regional, como também da ADM, Maggi & LDC- Louis Dreyfus, Noble, Multigrains e SLC Agrícola. São empresas que, através de sua atuação na região, impõe novas realidades econômicas e transformações no mercado de trabalho, pois há geração de emprego e renda, além de alterações na paisagem no campo e na cidade, geradas a partir da instalação de suas estruturas físicas e pelo fato de determinarem a área plantada e especificidades dos padrões produtivos (SANTOS, 2016).

É usual que haja nessas cidades representantes do agronegócio a ocorrência de eventos destinados à exposição e comercialização dos produtos – é o caso das feiras e exposições agropecuárias, que, de acordo com Souza (2018), no caso do MATOPIBA, são responsáveis pela difusão das novas tecnologias e inovações para o processo produtivo e como forma de impulsionar o consumo produtivo nessas cidades. Além disso, expõem a importância das cidades do agronegócio dessa região, já que as maiores feiras do agronegócio são realizadas em LEM-BA, a Bahia Farm Show, e a Agrobalsas, em Balsas-MA. Há ainda as feiras realizadas no Piauí, mais especificamente na cidade de Bom Jesus, a Piauí Agro Show, e a Agridins, realizada na capital do Tocantins. Tais exposições enaltecem o consumo produtivo agrícola e são responsáveis por grandes negociações e por um volume expressivo de circulação de pessoas, que incluem trabalhadores, agricultores, empresários, estudantes de universidades, etc.

Dessa forma, as cidades do agronegócio do MATOPIBA carregam consigo o “peso” de serem a referência do agronegócio e são sede de importantes empresas pertencentes aos circuitos de cooperação da agropecuária moderna conectadas diretamente ao mercado internacional e atreladas ao mercado financeiro global. Pode-se afirmar também que, por abrigarem um conjunto de empresários e agricultores, essas cidades vêm convivendo com novas realidades urbanas e econômicas, como no surgimento de bairros de alto padrão justamente para atender essa classe de renda mais elevada.

Apesar de representarem e elucidarem as “bolhas de crescimento econômico” dentro do MATOPIBA, na visão Favareto et al. (2019), a constituição dessa região ainda não foi capaz de gerar centros urbanos consolidados, fortes e capazes de induzir o desenvolvimento da região, como é o caso das cidades de LEM e Barreiras, na Bahia, e Balsas, no Maranhão, construídas

e desenvolvidas ideologicamente pelos representantes do agronegócio e atualmente as mais importantes no cenário do MATOPIBA em relação ao setor produtivo, visto que são cidades onde há extrema concentração da riqueza e que não favorece a formação de bases de desenvolvimento local a partir de empreendedores da própria região. Ou seja, não há diversificação das atividades econômicas nessas cidades, ao contrário disso, parte da riqueza gerada e do excedente é transferido para fora do MATOPIBA.

As cidades do agronegócio do MATOPIBA convivem atualmente com realidades contraditórias e que promovem a acentuação dos problemas sociais, como a expansão desordenada da mancha urbana, aumento das periferias e problemas de infraestrutura, como falta de saneamento ambiental adequado, de escolas e rede de saúde. Dessa forma, as cidades locais e médias passam a conviver com problemáticas “novas” e já presentes em centros urbanos maiores, como sublinha Elias e Pequeno (2007).

Elias e Pequeno (2007) expõem suas impressões em torno das duas cidades baianas:

Em Barreiras (BA), e especialmente em Luís Eduardo Magalhães (BA), é possível notar a clara distinção entre os alvos do mercado imobiliário, a partir do eixo de ligação entre as duas cidades como lócus preferido para loteamentos de melhor padrão, ao contrário das vias de saídas para o Piauí (Barreiras) e Brasília (Luís Eduardo Magalhães), locais em que as famílias de menor poder aquisitivo têm se assentado, ainda que desprovidas de infraestrutura. (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 35).

Para os autores, esse contexto de favelização é ainda mais grave em regiões recentemente ocupadas, como é o caso das cidades do agronegócio do MATOPIBA, intensificando o surgimento de bairros e povoados precarizados próximos das áreas de cultivo de grãos. Como Alves (2005) aborda, essas franjas urbanas precarizadas são destinadas à moradia de uma complexidade de indivíduos, como moradores já instalados nessas cidades anteriormente, posseiros que perderam sua terra em áreas rurais e de trabalhadores ou desocupados dessas cidades.

Como resultado da expulsão de parte da população do campo para as cidades e da atração que as cidades do agronegócio e regiões agrícolas exercem na população, há, nesses espaços, a consolidação de ilhas de riqueza, dinamismo econômico e do luxo, e, contraditoriamente, ilhas de pobreza, caracterizadas pelas infraestruturas precárias, do desemprego, da fome e da miséria.

No Piauí, as cidades de Bom Jesus e Uruçuí exercem a centralidade em torno do agronegócio em virtude da reestruturação e transformação do urbano, pela atração de mão de obra e de novos moradores, além da diversificação da economia urbana, com destaque para os

setores de comércio e serviços (RUFO, 2015; RUFO; ARAÚJO SOBRINHO, 2018; ALVES, 2005).

No entanto, Bom Jesus, com a transformação da sua funcionalidade, demonstra que além de atender às demandas do agronegócio, também vem ampliando o seu papel urbano e funcional em razão da atração de novas infraestruturas e equipamentos urbanos, como universidades, bancos e instituições comerciais e financeiras (RUFO, 2015). Uruçuí também apresenta um conjunto de transformações, como no surgimento de novos bairros urbanos totalmente diferenciados em relação ao restante da cidade e pela concentração de grandes grupos atrelados ao agronegócio, como a Bunge e a Amaggi.

No Maranhão, Balsas exerce comando das ações em relação à agricultura moderna na Microrregião Gerais de Balsas. A cidade possui uma expressiva população urbana e apresentou o maior crescimento nesse quesito entre o ano de 2000 e 2010. Possui quase 90% da sua população vivendo no âmbito do urbano e diferencia-se do contexto dos municípios do sul do maranhense, onde a maior parte dos municípios vizinhos apresenta população rural expressiva (ALVES, 2005). Balsas extrapola os limites maranhenses e exerce comando em parte das atividades agropecuárias de municípios piauienses, como Santa Filomena, Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves.

Em razão disso, para alguns autores, como Elias (2017), apesar das cidades de Barreiras e LEM exercerem o comando da Região Produtiva do MATOPIBA, é possível estabelecer o debate acerca do papel de Balsas nessa região, pois ao desempenhar funções de comando sobre alguns municípios piauienses, certamente já possível afirmar que essa cidade pode estar formando sua própria Região Produtiva do Agronegócio.

Apesar do contexto de dinamismo econômico, as cidades do agronegócio do MATOPIBA convivem então com problemáticas relacionadas à favelização, como resultado do crescimento desordenado das cidades. Os moradores dessas áreas são muitas vezes originários de outros pequenos municípios do próprio estado, de áreas rurais próximas e até mesmo de outras regiões do país, que atraídos pela promessa de desenvolvimento dessas cidades ou derivado de sua expulsão do campo, migram em direção às cidades do agronegócio.

Os novos espaços ocupados nas cidades tendem a se concentrar no seu entorno, se estabelecendo muitas vezes em locais sensíveis ambientalmente, como vales e em áreas de proteção ambiental, com condições precárias de infraestrutura, notadamente verificadas pela presença de barracos, às vezes de madeirite (ELIAS; PEQUENO, 2007).

Os bairros precarizados passam a fazer parte das cidades do agronegócio, intensificando os contrastes, pois nesses centros urbanos também há a presença de condomínios e bairros com

alto padrão de moradia, onde se concentra a população com maior poder aquisitivo, processo este denominado de segregação voluntária (ELIAS; PEQUENO, 2007).

Contexto promovido, segundo Elias e Pequeno (2007), pelo mercado imobiliário, com a implementação de novos loteamentos, construção de moradias para aluguéis, como as *kits e flats*, de prédios residenciais e comerciais, alavancando o processo de verticalização e diferenciação dessas cidades do agronegócio, realidade perceptível na figura 8:

Figura 8 - Processo de verticalização em LEM, Bahia- Brasil



Fonte: Orla Notícias. Disponível em: <https://bityli.com/QkIIZh>.

O viajante que passa em Barreiras-BA, LEM-BA ou até mesmo em Bom Jesus-PI, verifica o caráter diferenciado dessas cidades no âmbito das suas características urbanas, com maior presença de prédios, de carros, pessoas e dinâmicas dos comércios e serviços singularizados. A cada ano, a paisagem se reconfigura de maneira acelerada e impulsionadas pelas transformações no âmbito da economia urbana.

Esse mesmo viajante, que segue em direção ao Piauí, via BR 020/BR 135, primeiramente passa por LEM e depois em Barreiras, mais adiante, a cerca de 30 km depara-se com Riachão das Neves-BA, logo mais com um pequeno trecho de Santa Rita de Cássia-BA e finalmente com Formosa do Rio Preto-BA, última cidade baiana antes da fronteira com o Piauí. Esse trajeto permitirá perceber as acentuadas diferenças entre as cidades, possibilitando compreender que o agronegócio amplia as desigualdades regionais e beneficia de forma desigual os centros urbanos, incrementando a seletividade e exclusão socioespacial.

Carlos (1998) trata da fragmentação do solo via apropriação privada e faz alusão ao processo de segregação espacial, pois os homens atualmente são reconhecidos e rotulados pelo lugar onde residem. Elias e Pequeno (2007) abordam a ampliação das desigualdades socioespaciais e da exclusão socioespacial no âmbito das regiões produtivas do agronegócio por meio do crescimento urbano desordenado, surgimento de bairros precarizados e de zonas de concentração da população com renda mais elevada, como em condomínios residenciais.

Em Bom Jesus-PI há um processo ainda embrionário de verticalização. No entanto, já é possível identificar alguns prédios residenciais na cidade, como da figura 9, um pequeno prédio de três andares, mas que possui uma organização e estrutura diferenciada em relação ao padrão notado nas demais cidades circunvizinhas, como no caso de Currais, com pouquíssimo dinamismo econômico. Além de se constituírem como cidades do agronegócio, esses centros urbanos também se configuram como cidades universitárias, pois abrigam campus de universidades federais e estaduais, além de instituições privadas de ensino e institutos de educação/ensino superior e técnico, atraindo inúmeros estudantes de outros municípios e até mesmo de outras regiões.

Figura 9 - Processo de verticalização em Bom Jesus-PI



Fonte: O autor, 2020.

Estes, impossibilitados de se manterem, buscam formas alternativas de composição de renda, como o trabalho no comércio local, aumentando a oferta de mão de obra barata nessas cidades, além de aquecerem o mercado imobiliário, ao ponto que muitos procuram residências, *kits*, repúblicas de estudantes e apartamentos para alugar durante o período de realização do

curso. Por possuírem uma oferta maior de instituições de ensino, inclusive escolas particulares, além das próprias escolas da rede municipal e estadual de ensino, muitos estudantes de municípios vizinhos optam por buscar essas instituições das cidades do agronegócio. Como é o caso de Bom Jesus, no Piauí, que atrai estudantes de cidades vizinhas e distantes, que pela localização, os obriga a buscar moradia na cidade, normalmente compartilhada com outros estudantes para divisão dos custos com aluguel, já outros buscam casas de parentes ou residem em casas cedidas temporariamente.

Siqueira (2010, p. 30) aborda que

[...] é possível avançar acrescentando que, no âmbito das transformações da divisão social do trabalho e da extensão das relações sociais de produção nos territórios nacionais, são engendrados, ao mesmo tempo, redes urbanas e sistema de cidade que se organizam hierarquicamente, com distintos portes, densidades, complexidades e zonas de influência.

A autora complementa que é no seio dessas redes de cidades que se estabelece a acumulação de capitais, assim como a instalação de novos agentes, de estruturas físicas, além de estabelecerem forte atração de trabalhadores/moradores, constituindo um novo mercado de trabalho. Além do fluxo populacional em direção às cidades do agronegócio do MATOPIBA, destaca-se que há também, de acordo com SANTOS (1985), o fluxo de informações, de ordens e de mais-valia, sendo orientados de acordo com a hierarquia entre as cidades pelas necessidades estabelecidas e dinâmica econômica, como no caso da RPA do MATOPIBA.

Nota-se nessas cidades a intervenção pública através da construção das habitações de interesse social, representados pelos novos bairros urbanos em áreas da periferia das cidades, com ausência de condições adequadas de infraestrutura, desprovidos de identidade e desconectados da realidade do restante da cidade. Tal ação é realizada através de planos estaduais e federais de habitação, contribuindo para alavancar o crescimento desordenado das cidades (ELIAS; PEQUENO, 2007).

A emergência das cidades do agronegócio no MATOPIBA, como no caso de LEM-BA na Bahia, Bom Jesus-PI, Balsas-MA e Dianópolis-TO, evidencia a tendência de surgimento de novas dinâmicas socioespaciais, como na centralização de certas ações econômicas, de equipamentos urbanos, infraestrutura e de atração de mão de obra em cidades do interior do país, aumentando a importância das cidades médias e de pequeno porte no Brasil.

As cidades são espaços onde nascem os processos decisórios, o comando e o ritmo das transformações em torno do agronegócio globalizado. Nesse caso, algumas das cidades médias e locais são fortalecidas e passam por processos de reconfigurações de sua funcionalidade

(ELIAS; PEQUENO, 2007). No entanto, apesar do dinamismo econômico, obedecem a ordens externas e constituem espaços de processos contraditórios e perversos.

Pode-se afirmar, portanto, que as cidades do agronegócio do MATOPIBA são ricas, dinâmicas e pontos luminosos¹⁵, porém, pobres e contraditórias, ao apresentarem um conjunto de processos de exclusão social e aumento da pobreza urbana e rural. E, ao mesmo tempo, o crescimento econômico e *boom* econômico não se convertem em mudanças verdadeiras e profundas na esfera social – a vida das pessoas não melhora a partir da dinâmica do agronegócio, inclusive na questão do emprego, pois uma relevante massa de trabalhadores fica à margem dos novos postos de trabalho, que em sua maioria exigem um mínimo de especialização, experiência profissional e formação superior ou técnica.

A consolidação da fronteira agrícola nos cerrados dos estados nordestinos do MATOPIBA alavanca as desigualdades regionais, como resultado do foco da produção agrícola pautada na produção de grãos (RUFO, ARAÚJO SOBRINHO, ARAÚJO, 2019) processo este que para Moreira (2012, p. 272), revela que essa região “se quebra numa porção oriental e ocidental que se dão as costas.”.

Santos e Silveira (2001) sublinham a complexificação das trocas e das relações entre as diferentes regiões e lugares, pois, com as mudanças em torno da produção, muitas vezes uma cidade não se relaciona intimamente com suas vizinhas, no entanto, estabelece contato com outras mais distantes, localizadas em outras regiões ou até mesmo com centros urbanos de fora do país. Portanto, não se pode falar apenas em circuitos regionais de produção, mas sim em circuitos espaciais de produção que se multiplicaram nos últimos tempos e deram origem a mecanismos de solidariedade ou círculos de cooperação em torno dos fluxos, tanto de informações, capitais e ordens. O MATOPIBA confirma a lógica dos círculos espaciais de produção e cooperação, estes últimos estabelecidos muitas vezes em lugares distantes.

Após essa caracterização inicial, é possível afirmar que o MATOPIBA está em conformidade com as tendências de desequilíbrios regionais e ampliação das desigualdades regionais e sociais. Os lugares ditos dinâmicos ou luminosos atraem capitais, pessoas e novos agentes, deixando aqueles lugares opacos, sem brilho, de fora das supostas benesses e dinâmicas do capital impostas pela reestruturação produtiva (SANTOS; SILVEIRA, 2001; ELIAS; PEQUENO, 2007).

A inserção de novos recortes territoriais em processos de modernização, no caso de reestruturação produtiva da agropecuária, induz a formação de espaços diferenciados dentro do

¹⁵ Conceito de Santos (1999). Pontos luminosos seriam espaços de concentração e densidade técnica e com conteúdo informacional. Os territórios opacos são desprovidos de dinamismo e caracterizados pela lentidão.

Brasil. Santos (1985) denomina essa tendência de formação de polos internos, responsáveis pela acentuação das especializações funcionais e a determinação de uma hierarquia funcional.

A seleção de espaços privilegiados impulsiona os desequilíbrios territoriais e evidencia a política de desenvolvimento regional no país, baseada no atendimento dos interesses de atores hegemônicos e o esquecimento dos agentes locais (ROCHA NETO; BORGES, 2011), como no caso do MATOPIBA.

4.5 Análise da distribuição do mercado de trabalho agropecuário formal nas principais microrregiões do MATOPIBA

Antes de estabelecer o debate em torno da distribuição e comportamento do trabalho agropecuário formal, é interessante analisar os dados referentes a reestruturação produtiva do agronegócio no MATOPIBA. A tabela 11 permite visualizar os dados referentes ao número e área dos estabelecimentos agropecuários nos anos 1995, 2006 e 2017. Entre 1995 a 2017, houve aumento dos estabelecimentos agropecuários em todas as microrregiões. No entanto, observa-se a diminuição dos estabelecimentos entre 2006 e 2017 nas Microrregiões de Barreiras, Dianópolis e Gerais de Balsas. Esse fato pode evidenciar tendências de ampliação da concentração da estrutura fundiária no âmbito do MATOPIBA.

Outro ponto que denota intensificação do processo de concentração fundiária se dá a partir da área dos estabelecimentos agropecuários: com exceção da Microrregião de Dianópolis, que apresentou queda acentuada no período considerado, nota-se aumento nas demais microrregiões, sobretudo na de Barreiras e no Alto Parnaíba Piauiense.

Tabela 11: Número e Área dos Estabelecimentos agropecuários (1995, 2006, 2017)

Microrregiões MATOPIBA	Nº estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área dos Estabelecimentos Agropecuários (ha)		
	1995	2006	2017	1995	2006	2017
Alto Parnaíba- PI	2.838	2.662	3.119	753.057	840.442	1.451.175
Alto M. Gurguéia- PI	5.207	7.054	7.452	755.730	898.081	1.003.324
Barreiras- BA	7.955	11.343	10.558	2.642.126	2.570.466	3.406.876
Gerais de Balsas- MA	5.924	5.580	4.846	1.316.834	1.363.491	1.456.937
Dianópolis- TO	6.545	8.123	7.228	2.721.132	2.414.396	1.946.868

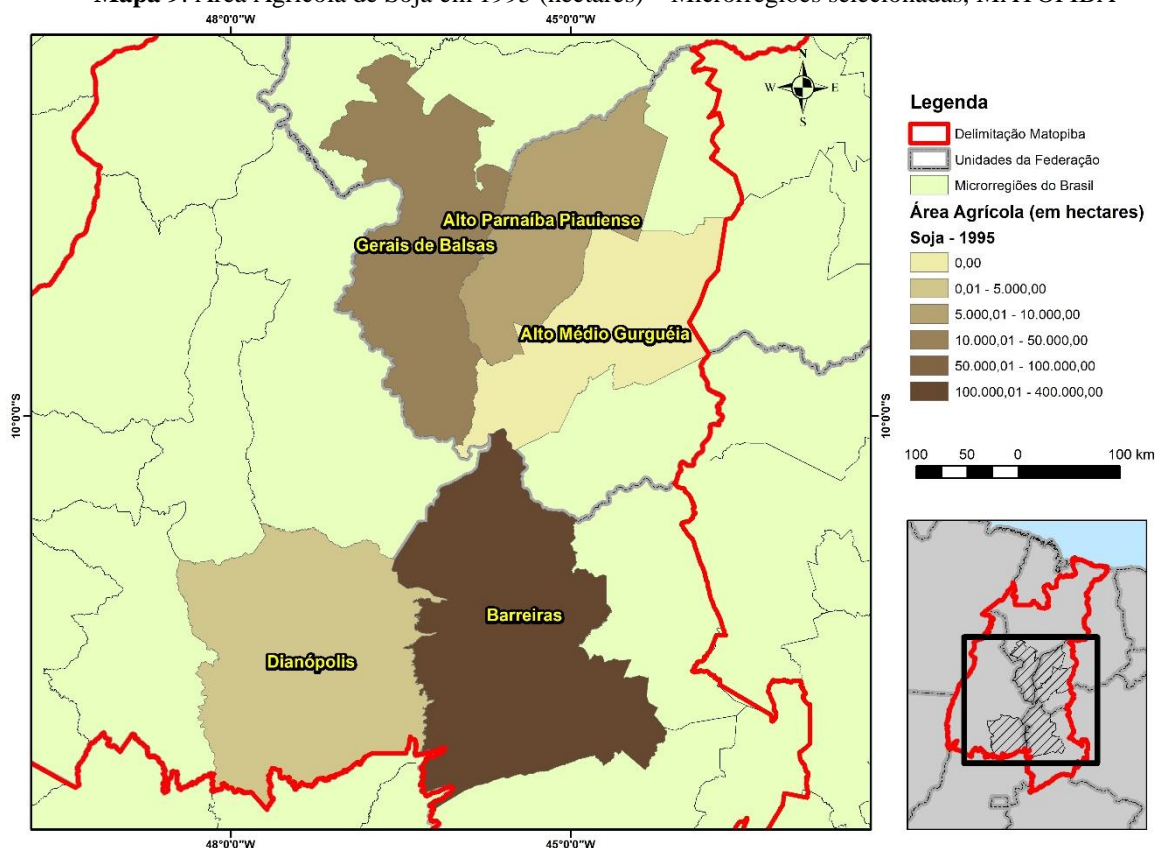
Fonte: IBGE/SIDRA- Censo Agropecuário (1995, 2006 e 2017), elaborada pelo autor.

Entre os principais grãos cultivados no MATOPIBA estão a soja e o milho. Pelos mapas 9, 10 e 11 é possível observar a evolução da área plantada de soja nas microrregiões selecionadas entre 1995, 2006 e 2017. A Microrregião de Barreiras já possuía uma área plantada expressiva em 1995, a saber, 307.377 hectares, Gerais de Balsas com 42.484 hectares plantados, o Alto Parnaíba Piauiense com 8.610 hectares, Dianópolis com 1.053 hectares e no Alto Médio

Gurguéia não havia produção de soja. Em 2006 há incremento da área plantada em todas as microrregiões, com grande salto nos Cerrados Piauienses. Em 2017 a Microrregião de Barreiras alcança mais de um milhão de hectares plantados de soja, com o Alto Parnaíba Piauiense superando meio milhão, ultrapassando, portanto, Gerais de Balsas no Maranhão. Não houve grande expansão da área plantada de soja em Dianópolis-TO.

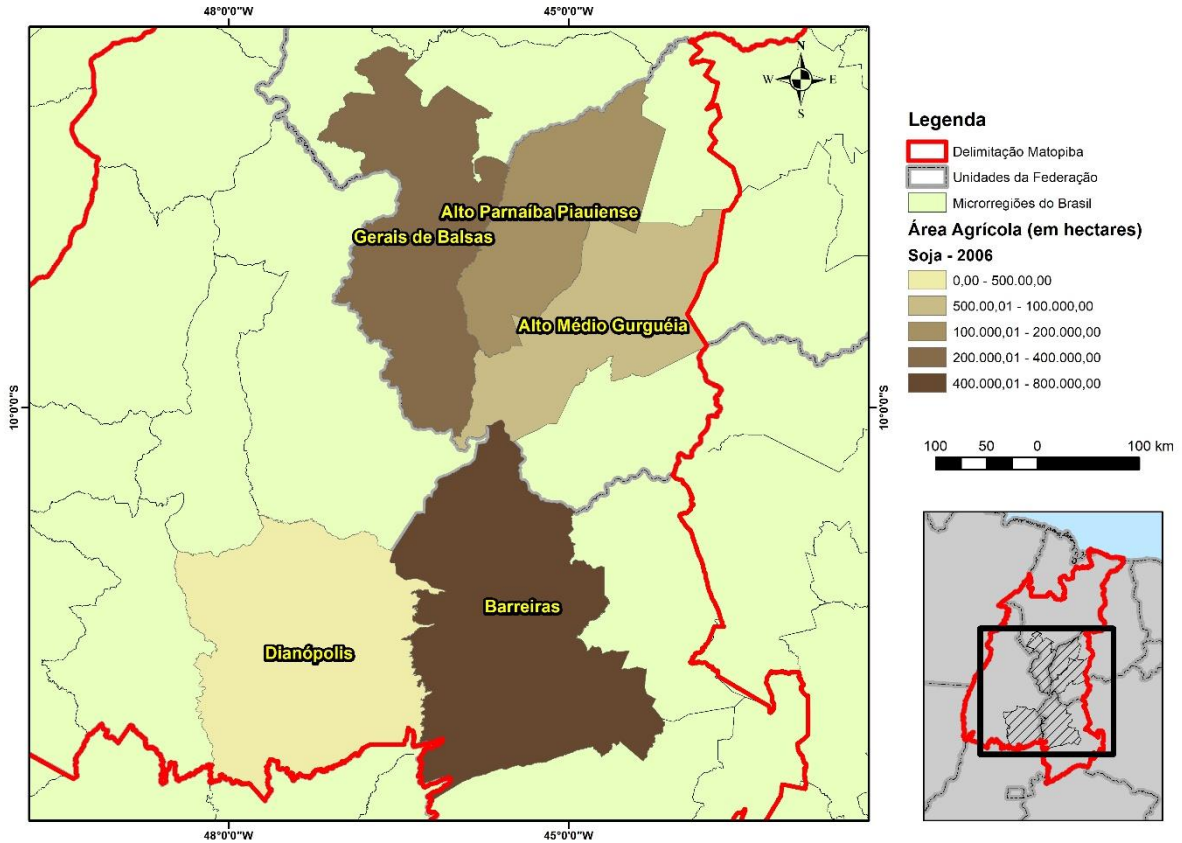
Já os mapas 12, 13 e 14 apresentam a evolução da produção de soja (em toneladas) entre 1995, 2006 e 2017. Nota-se claro domínio da Microrregião de Barreiras no circuito produtivo da soja, com mais de quatro milhões de toneladas produzidas em 2017. O Alto Parnaíba Piauiense teve incremento de 1.246.401 toneladas, já o Alto Médio Gurguéia, que nem ao menos apresentava produção de soja no ano de 1995, alavancou sua produção para 514.896 toneladas. Entre as microrregiões elencadas, atualmente o Alto Parnaíba Piauiense é a segunda em produção de soja, ultrapassando a Microrregião de Gerais de Balsas em 2017.

Mapa 9: Área Agrícola de Soja em 1995 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



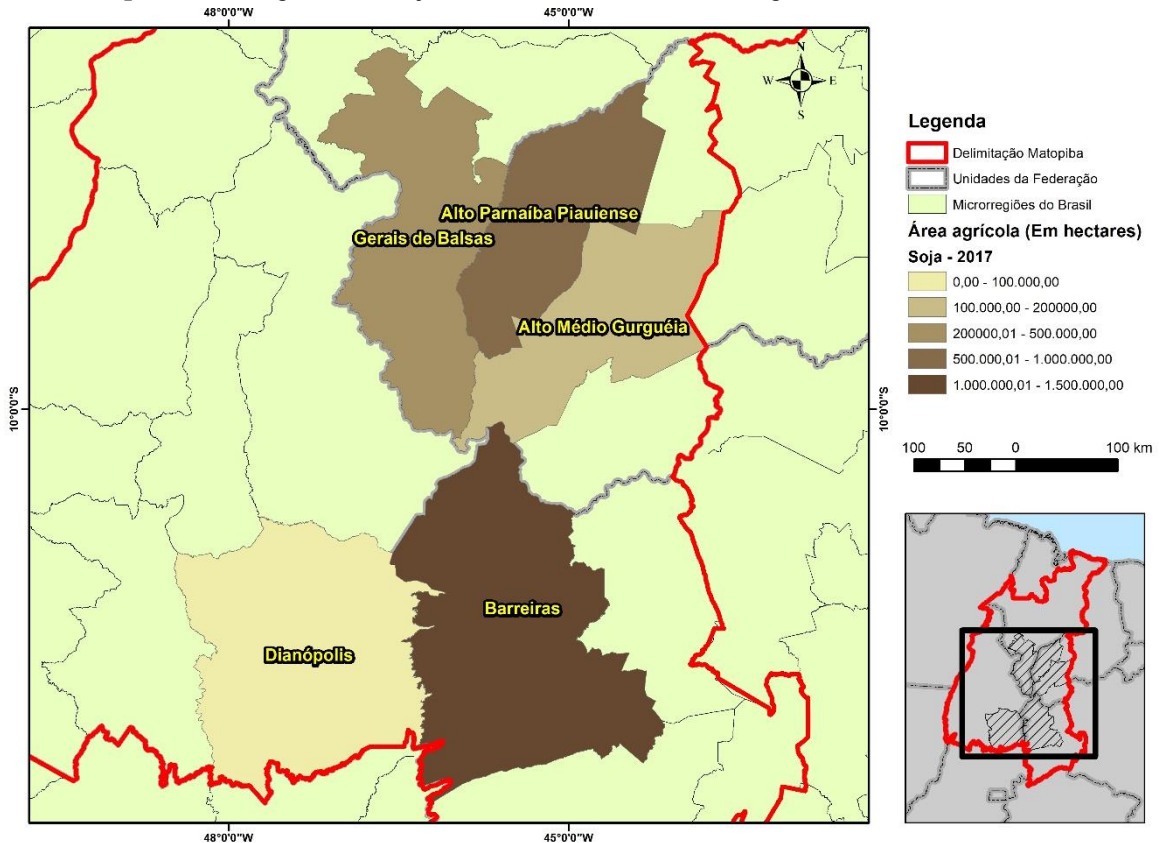
Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Mapa 10: Área Agrícola de Soja em 2006 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



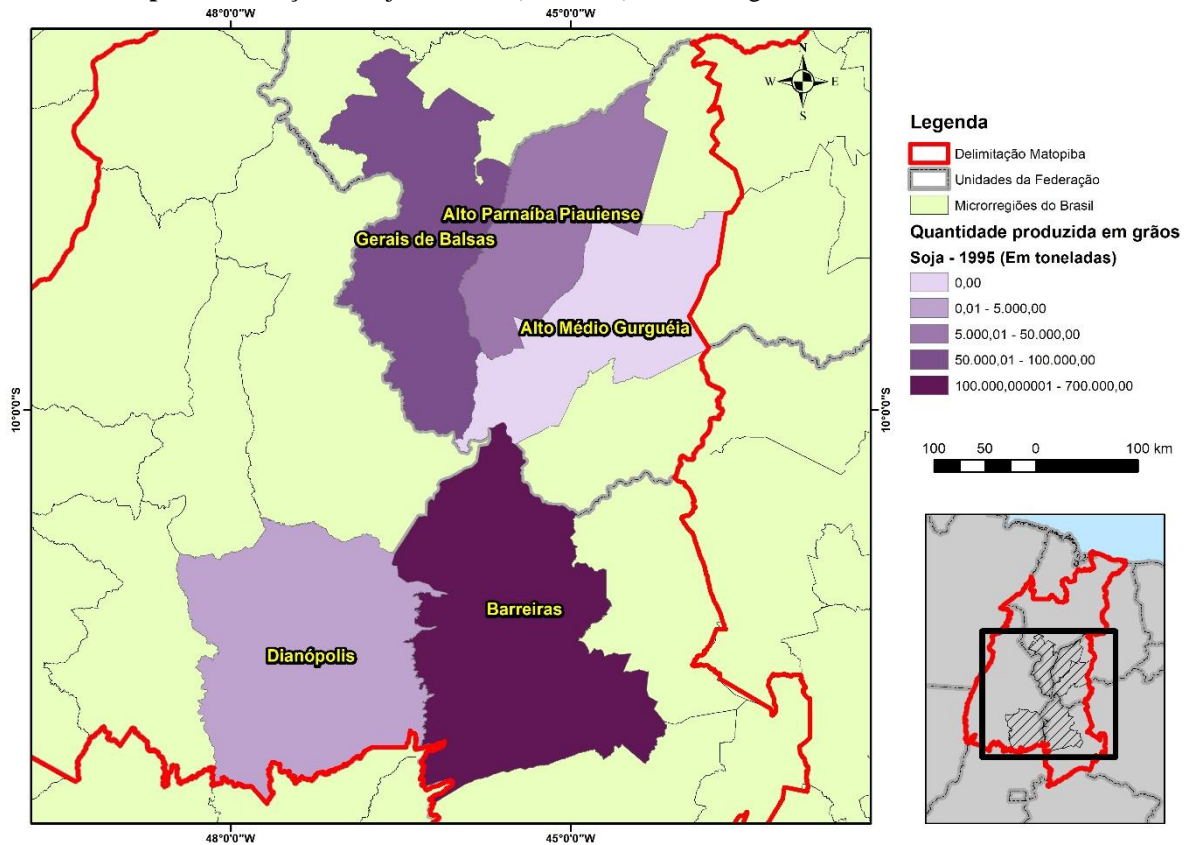
Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Mapa 11: Área Agrícola de Soja em 2017 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



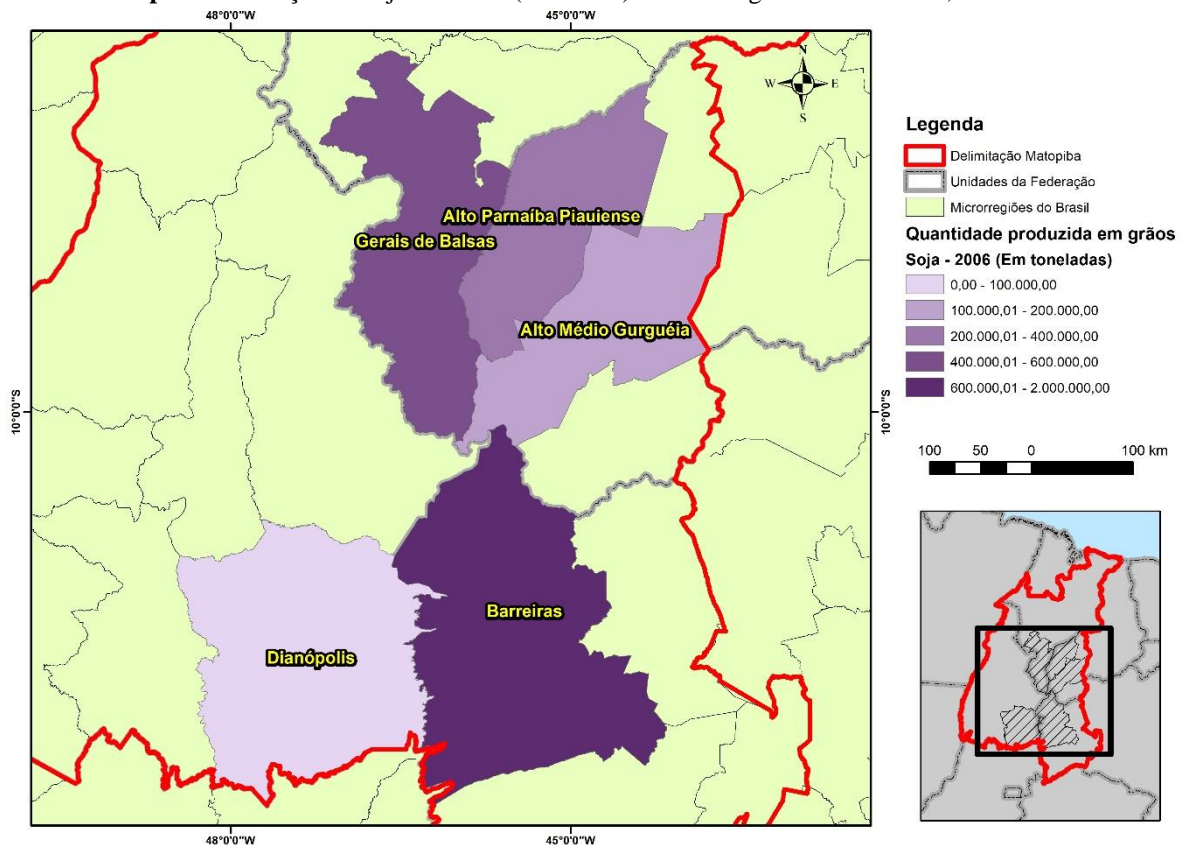
Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Mapa 12: Produção de soja em 1995 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



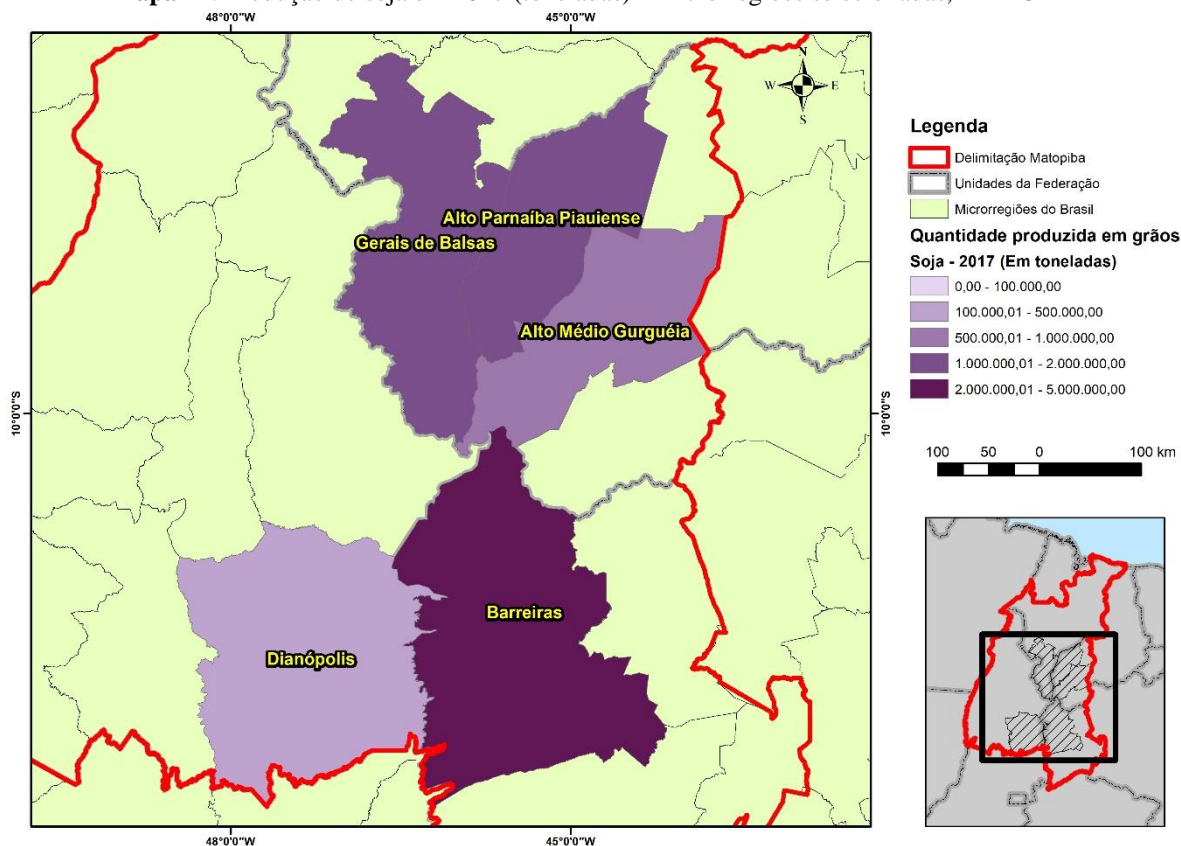
Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Mapa 13: Produção de soja em 2006 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

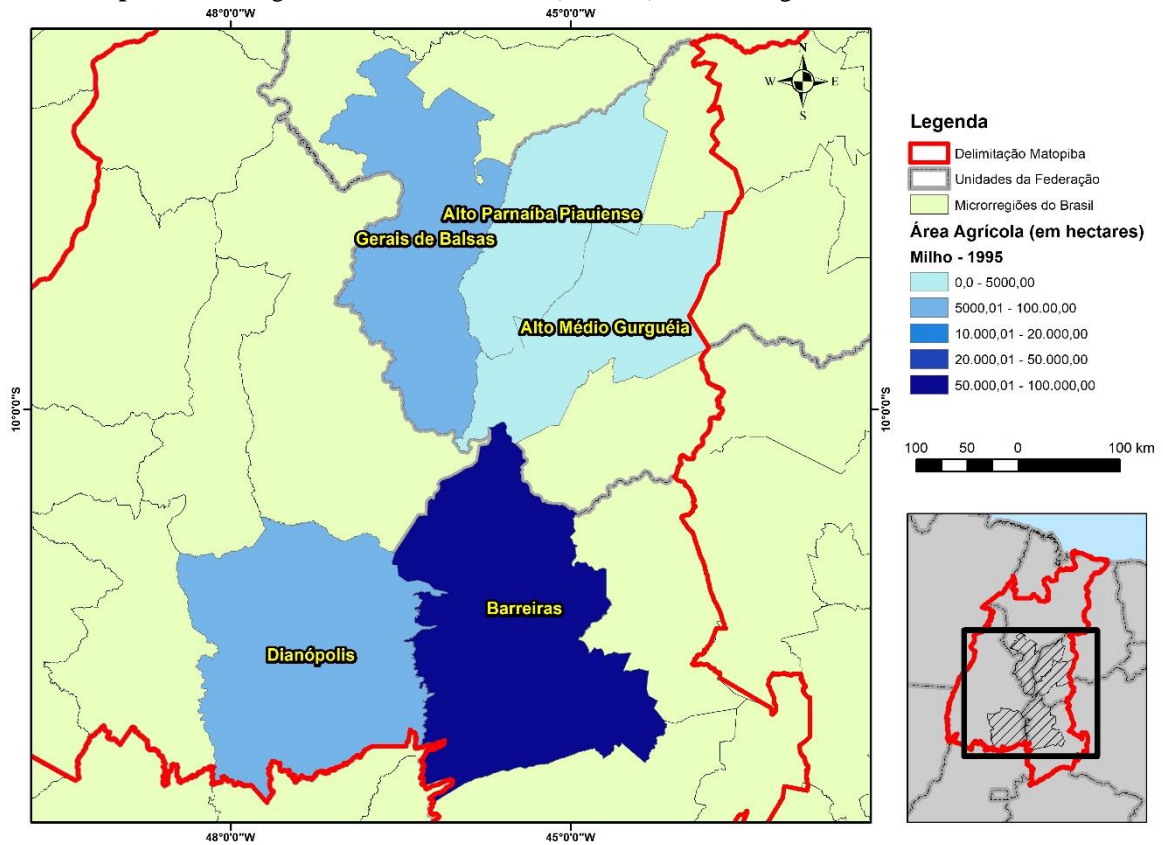
Mapa 14: Produção de soja em 2017 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

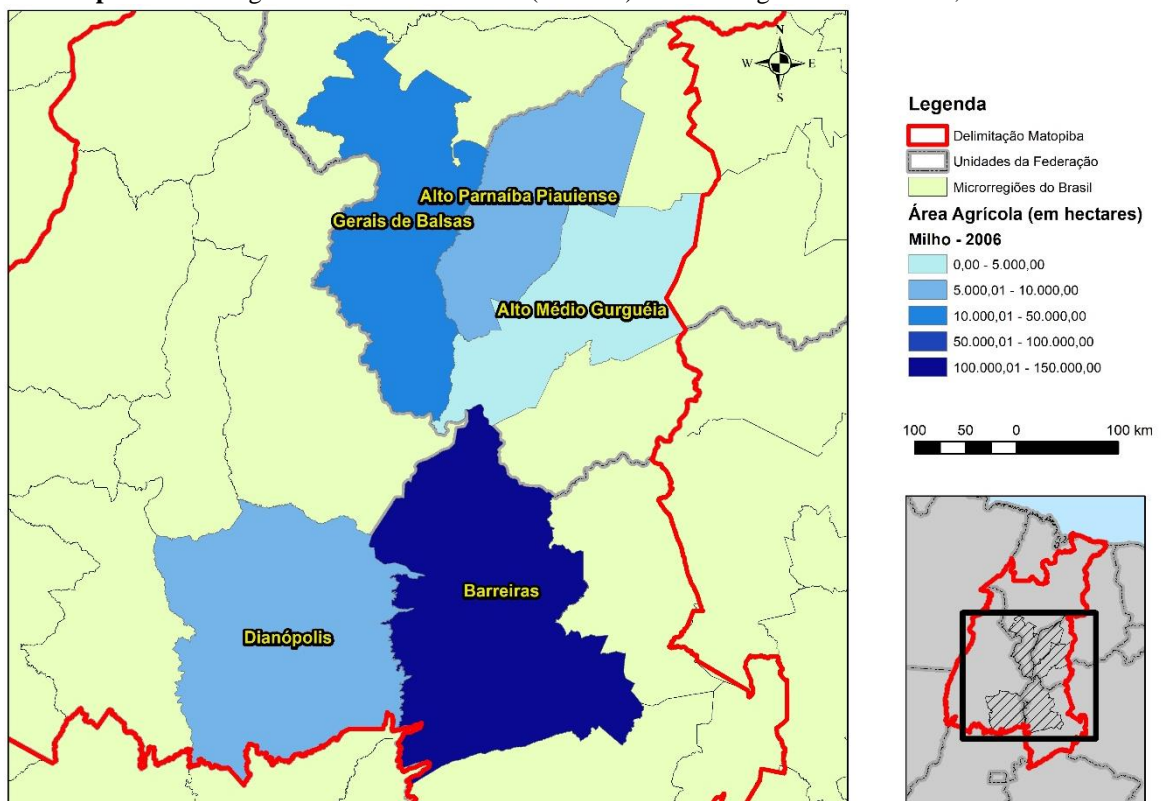
Em relação à área colhida de milho, pelos mapas 15, 16 e 17, é possível apontar o aumento das áreas de cultivo no período compreendido. Interessante notar que apesar de possuir área plantada menor que o Alto Parnaíba Piauiense, a Microrregião de Barreiras-BA possui índices produtivos maiores, comprovados pelos mapas 18, 19 e 20. A Microrregião de Dianópolis-TO possui os menores índices produtivos e um nível bem abaixo dos demais, apesar do crescimento entre 1995 e 2017. Especificamente em relação à produção agrícola de milho, Barreiras-BA, Alto Parnaíba Piauiense e Gerais de Balsas-MA estão em um nível acima, tendo o Alto Médio Gurguéia num estágio intermediário, em franco crescimento. Por conseguinte, os índices produtivos de milho se assemelham aos de soja em termos do peso da participação das microrregiões.

Mapa 15: Área Agrícola de milho em 1995 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



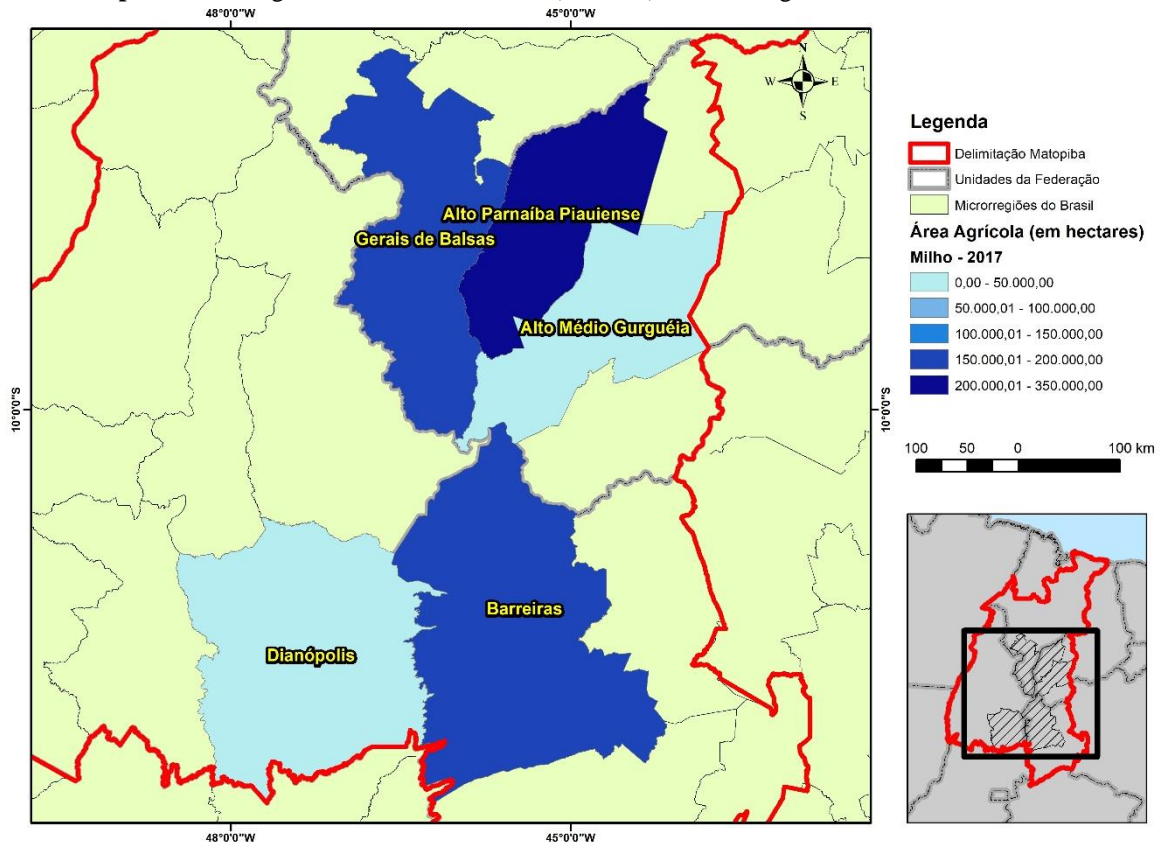
Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Mapa 16: Área Agrícola de milho em 2006 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



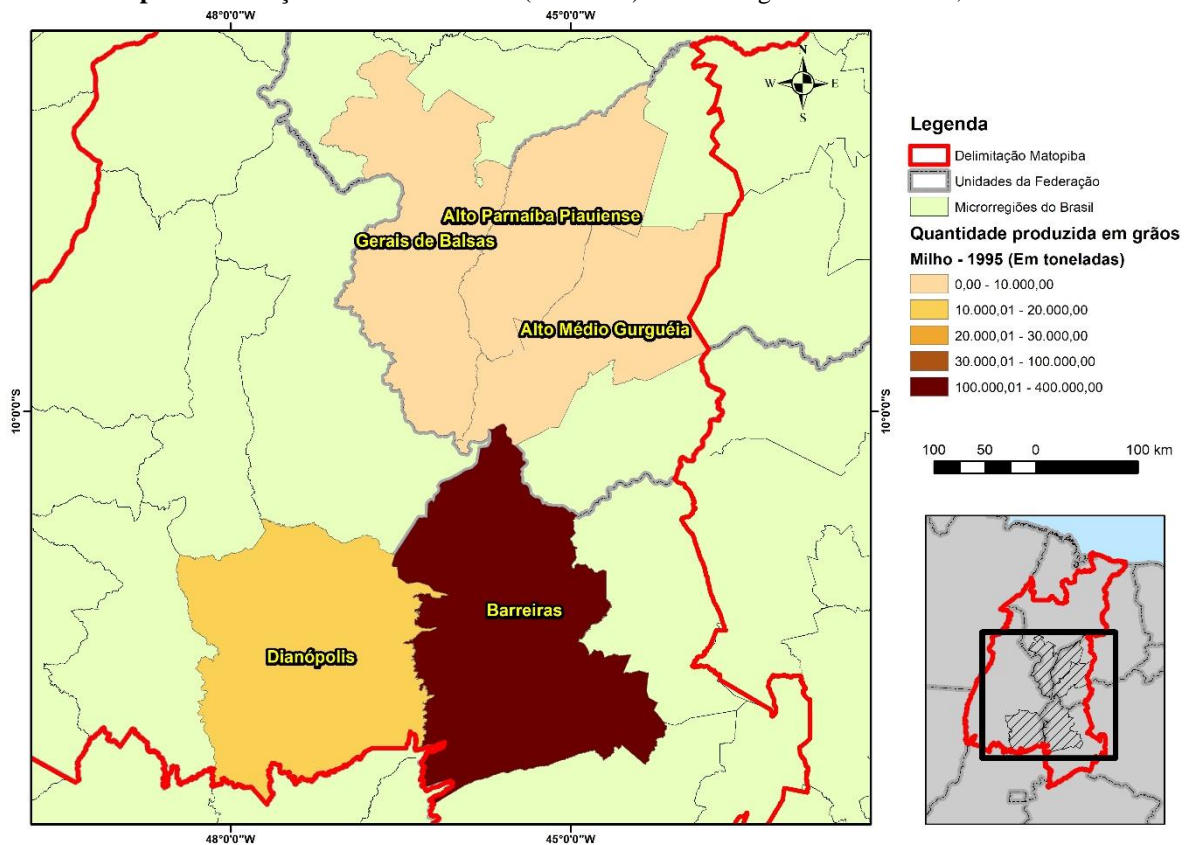
Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Mapa 17: Área Agrícola de milho em 2017 (hectares) – Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



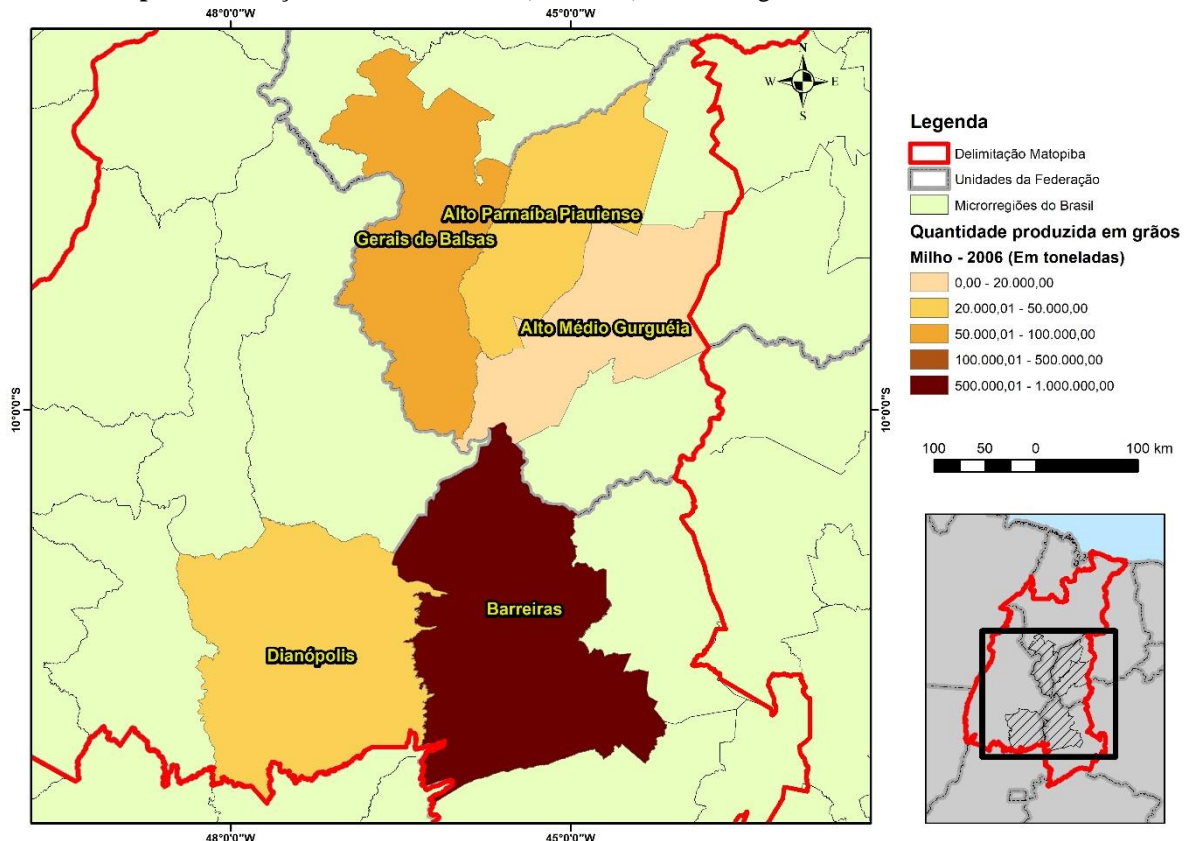
Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Mapa 18: Produção de milho em 1995 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



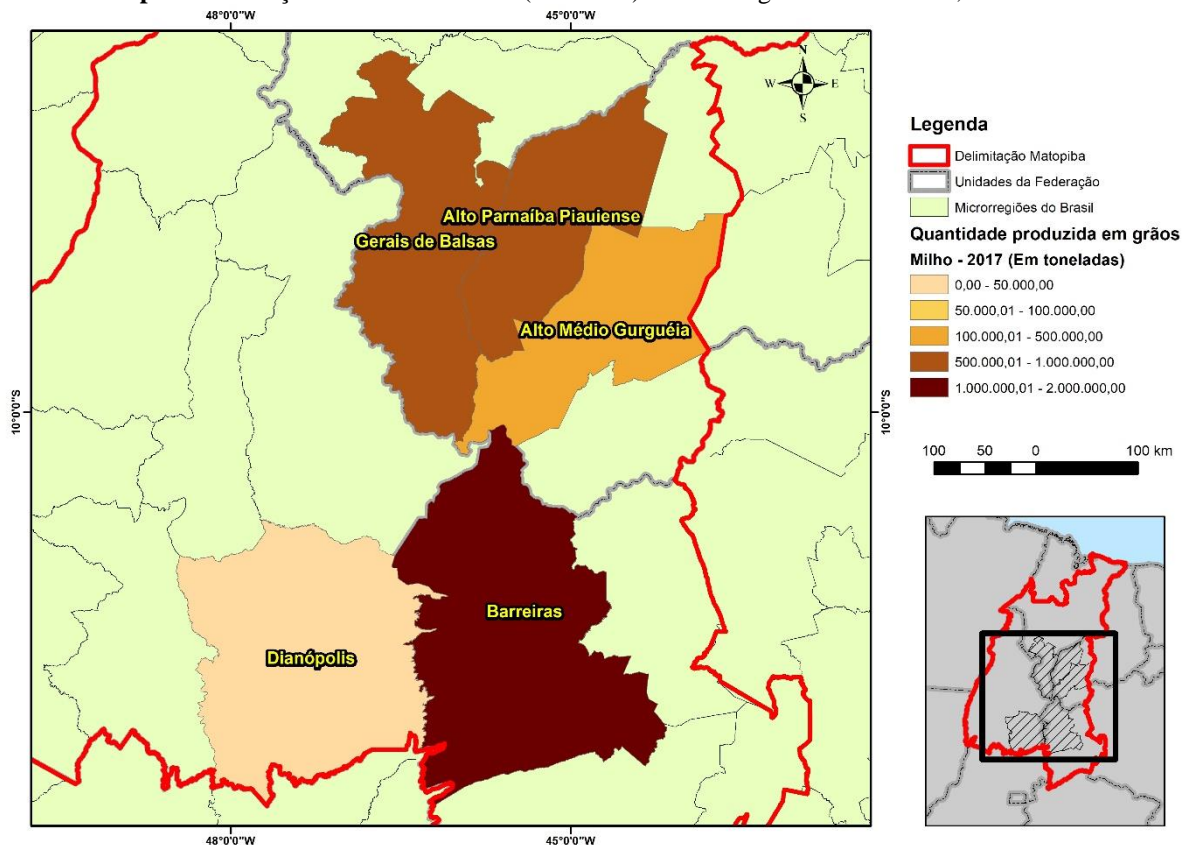
Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.

Mapa 19: Produção de milho em 2006 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Mapa 20: Produção de milho em 2017 (toneladas) - Microrregiões selecionadas, MATOPIBA



Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Fica claro, nesse caso, o estabelecimento do agronegócio produtor de grãos nas regiões elencadas pertencentes ao MATOPIBA, como resultado de estratégias do capital para intensificar o processo de acumulação de capital, que, para isso, impõe investidas em áreas com acentuadas fragilidades sociais e econômicas, como no interior do Brasil. O oeste baiano, representado pela Microrregião de Barreiras-BA, é o líder da região produtiva do MATOPIBA, evidenciado através dos elevados índices produtivos de produção de grãos, como soja e milho, demonstrados nos mapas anteriores, e pelo seu avançado estágio de modernização da agricultura. No entanto, deve-se considerar o sul dos estados do Maranhão e do Piauí, pois há uma tendência natural de aumento da área plantada e da produção agrícola ao longo dos próximos anos nessas duas porções territoriais.

Além da agroindústria frutícola, instalada na Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, o Nordeste brasileiro recebe atenção do Estado no âmbito da agroindústria de produção de grãos, sobretudo da soja, ocupando áreas do oeste da Bahia e sul do Piauí e Maranhão e cria-se, dessa forma, uma região no velho espaço regional nordestino, conforme Moreira (2012). Como aponta Mathias (2018), é comum a designação do MATOPIBA de “Novo Nordeste” – têm-se um novo espaço regional dentro da mais antiga região brasileira, dotado de uma agricultura tecnificada e com pressupostos de agentes hegemônicos externos.

No entanto, é importante salientar que dentro do MATOPIBA há um evidente processo de concentração produtiva, pois como lista Favareto et al. (2019), apenas sete das 31 microrregiões concentram metade do PIB da região, a maioria regiões produtoras. Esse processo contribui para intensificar as diferenças internas da região Nordeste, pois, à medida que partes da Bahia, Maranhão e Piauí são inseridas na rota da produção agropecuária moderna, há o aumento dos desequilíbrios e desigualdades regionais.

O processo de reestruturação produtiva em diferentes territórios intensifica a expulsão de camponeses do campo e os obriga a buscar qualquer tipo de trabalho. Contraditoriamente à valorização da terra e produção de riqueza destinada ao mercado externo e atendendo aos interesses capitalistas, amplia-se a pobreza e miséria (SOUZA et al., 2016). Dessa forma, a categoria trabalho é fundamental para o entendimento das novas dinâmicas do campo, como no caso do movimento dos trabalhadores para as cidades do agronegócio.

As diferenças salariais entre os trabalhadores do campo e as cidades impulsionam a migração campo-cidade. Têm-se, assim, a transferência da pobreza do campo para as cidades (SANTOS, 1979). Segundo Carvalho (2008) enfatiza as estratégias do capital e uso dos territórios e da força de trabalho como forma de ampliação da acumulação de capitais:

O quadro do mercado de trabalho local revela em parte as estratégias do capital, que se evidenciam na busca por melhores condições de acumulação, ampliando as alternativas de exploração do trabalho e uso do território, na medida em que os esforços locais para atração de investimentos e de desenvolvimento permitem essa ampliação de alternativas, inclusive com participação das entidades de representação dos trabalhadores nos diversos fóruns e negociações tripartites locais, regionais ou nacionais. Isso é particularmente percebido nos municípios do interior do Brasil, em que a estagnação econômica é marcante, aparecendo os investimentos, que invariavelmente se apresentam como portadores da modernidade capitalista, protagonistas do desenvolvimento econômico e social, mas que podem ser interpretados como a oportunidade do avanço capitalista a partir dos escombros da pauperização intencional de amplos territórios. (CARVALHAL, 2008. p. 126).

Através da tabela 12 é possível verificar o quadro do emprego agropecuário formal no período entre 1997 e 2017. Pode-se notar o aumento dos vínculos formais em todas as Microrregiões, acompanhando o aumento dos indicadores produtivos a partir do processo de reestruturação produtiva da agropecuária na região.

Tabela 12: Vínculos ativos no setor agropecuário nas Microrregiões selecionadas do MATOPIBA (1997 a 2017)

Microrregiões/UFs	1997	2007	2017
Alto Parnaíba Piauiense- PI	269	1.548	2.872
Alto Médio Gurguéia- PI	105	408	1.082
Barreiras- BA	1.582	10.883	14.146
Dianópolis- TO	188	891	1.595
Gerais de Balsas- MA	570	2.249	3.967
Bahia	47.689	78.571	90.371
Maranhão	4.486	17.624	19.256
Piauí	3.239	5.172	8.238
Tocantins	4.442	13.016	20.619

Fonte: MTE/RAIS/CAGED, dados organizados pelo autor.

Barreiras-BA e Gerais de Balsas-MA foram as duas microrregiões com maior número de vínculos ativos no setor agropecuário no ano de 2017. Entretanto, ainda existem acentuadas diferenças entre a Microrregião de Barreiras e as demais. Em 2017, por exemplo, o quantitativo de vínculos formais no setor agropecuário foi de 14.146 empregos, superando os vínculos somados das outras quatro microrregiões, que totaliza 9.516 empregos. É uma evidência do processo de concentração da estrutura produtiva e de agentes do agronegócio, como empresas agrícolas, grupos empresariais e produtivos, gerando, dessa forma, um maior volume de empregos no setor agropecuário nessa porção do oeste baiano.

Os vínculos formais no setor agropecuário em Barreiras representaram 15,65% do total verificado da Bahia no ano de 2017, o que aponta que esse estado possui uma diversificação da sua estrutura produtiva no setor agropecuário – fato evidenciado pela presença da fruticultura praticada às margens do Rio São Francisco e afluentes, pela produção de cacau, café, feijão, coco, cana de açúcar, entre outros, setores com empregabilidade maior.

No Alto Médio Gurguéia 13,13% e 34,86% no Alto Parnaíba Piauiense quanto ao gerado no Piauí, somando um total de 48% dos vínculos formais ativos no setor agropecuário em 2017, ou seja, quase metade dos empregos formais do setor de todo o Estado. Os vínculos ativos em Gerais de Balsas representaram 20,60% do total do Maranhão em 2017, já Dianópolis, representou 7,73% do total do Tocantins em 2017.

A tabela 13 apresenta as diferenças absolutas e variação relativa no âmbito das cinco microrregiões. Quanto ao crescimento absoluto no período, destaque para Barreiras, Gerais de Balsas e Alto Parnaíba Piauiense. Já o Alto Médio Gurguéia possui índices intermediários e o Dianópolis os mais baixos. Em relação ao crescimento relativo, observa-se números expressivos nas microrregiões piauienses. Curiosamente, o Alto Médio Gurguéia apresentou o maior crescimento relativo entre 2007 e 2017, evidenciando que, no caso piauiense, há temporalidades espaciais no âmbito do agronegócio nas duas microrregiões.

Tabela 13: Variação absoluta dos vínculos ativos no setor agropecuário nas Microrregiões selecionadas do MATOPIBA (1997 a 2017)

Microrregiões/UFs	Diferença Absoluta			Variação Relativa (%)		
	1997-2007	2007-2017	1997-2017	1997-2007	2007-2017	1997-2017
Alto Parnaíba Piauiense- PI	1.279	1.324	2.603	475,46	85	967
Alto Médio Gurguéia- PI	303	674	977	288,57	165	930
Barreiras- BA	9.301	3.263	12.564	587,92	29,98	974
Dianópolis- TO	703	704	1.407	373,93	79	748
Gerais de Balsas- MA	1.679	1.718	3.397	294,56	76,38	595

Fonte: MTE/RAIS/CAGED, dados organizados pelo autor.

Na tabela 14 é possível evidenciar a movimentação entre admitidos e desligados no setor agropecuário entre o ano de 2007 e 2017. Nota-se diminuição das admissões na Microrregião de Barreiras, certamente por ser a mais consolidada no âmbito do MATOPIBA, com a tendência de arrefecimento dos índices de geração de emprego em certos períodos, características do agronegócio de culturas temporárias, com maiores índices de emprego nos períodos de safras, contribuindo para maior sazonalidade da mão de obra.

Tabela 14: Número de admitidos e desligados no setor agropecuário nas Microrregiões selecionadas do MATOPIBA (1997 a 2017)

Microrregiões MATOPIBA	2007			2017		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Alto Parnaíba Piauiense- PI	1.391	-1.075	316	1.965	-1.686	279
Alto Médio Gurguéia- PI	225	-262	-37	656	-661	-5
Barreiras-BA	24.981	-24.522	459	13.123	-12.509	614
Dianópolis-TO	275	-260	15	665	-698	-33
Gerais de Balsas-MA	2.160	-1.790	370	3.262	-2.937	325
Bahia	87.224	-84.570	2.654	60.468	-59.665	803
Maranhão	19.141	-19.369	-228	13.028	-13.127	-99
Piauí	3.180	-2.925	255	5.894	-5.378	516
Tocantins	6.988	-7.360	-372	9.669	-9.743	-74

Fonte: MTE/CAGED, dados organizados pelo autor.

Quanto ao crescimento absoluto do número de admitidos, houve o seguinte quadro: no Alto Parnaíba crescimento de 574 admissões, de 431 no Alto Médio Gurguéia, decréscimo de 11.858 em Barreiras, aumento de 390 em Dianópolis e de 1.102 em Gerais de Balsas. Quanto ao crescimento relativo, houve a seguinte situação: crescimento de 41,26% no Alto Parnaíba, de 191,55% no Alto Médio Gurguéia, de 141% em Dianópolis, de 51% em Gerais de Balsas e com queda de 47,46% em Barreiras.

Nota-se saldo positivo em 2017 nas Microrregiões de Barreiras, Alto Parnaíba Piauiense e Gerais de Balsas, as três áreas de maior consolidação do agronegócio globalizado e com maior número de admitidos no setor agropecuário em 2017. Nesse caso, é possível estabelecer algumas considerações em torno do mercado de trabalho agropecuário formal no recorte selecionado, dentre as quais o claro aumento dos vínculos empregatícios; a concentração do emprego agropecuário na Microrregião de Barreiras-BA e as tendências de crescimento do agronegócio e dos postos de trabalho nos Cerrados Piauienses.

Entretanto, Bezerra e Elias (2011, p. 110) ressaltam que:

Não é, porém, do nosso interesse comemorar a criação de empregos formais no campo e na cidade como a panaceia para o histórico conflito entre capital e trabalho. Partimos do pressuposto segundo o qual somente a emancipação da classe trabalhadora e, portanto, a destruição do metabolismo societal do capital, poderá libertar a sociedade da exploração do trabalho abstrato, da violação ao direito da liberdade e de uma vida plena de realizações não contempladas no projeto de sociedade balizada pelo valor de troca.

Nesse sentido, apesar do dinamismo em torno do agronegócio e notadamente pelo incremento do emprego agropecuário formal, é preciso fazer algumas considerações acerca do trabalho. Segundo Favareto et al. (2019) realmente existem alguns ganhos a partir da perpetuação do agronegócio no MATOPIBA, como, por exemplo, nos poucos empregos gerados, no entanto, insuficientes, sazonais e deficitários, tendo em vista o volume dos investimentos das empresas e dos seus ganhos econômicos e o tipo de emprego gerado, em sua maioria braçais.

Apesar da insuficiência em relação ao número de empregos gerados, essas pequenas benesses podem explicar o motivo pelo qual grande parte da sociedade brasileira apoia esse modelo de crescimento econômico do país e no âmbito regional do MATOPIBA. Cria-se uma ilusão de que o agronegócio baseado na produção de grãos gera um volume expressivo de empregos diretos e uma grande absorção da mão de obra local. Ao contrário disso, o mercado de trabalho agropecuário gerado a partir da entrada do agronegócio no MATOPIBA revela-se como insuficiente e precarizado, visto que há uma massa de trabalhadores que não consegue postos de trabalho em razão da exigência de especialização e experiências profissionais – sendo

os poucos postos de trabalho ocupados pelos não especializados, caracterizados por baixas remunerações, condições precárias, as vezes até análogas ao trabalho escravo, além de serem contratados a partir de lógicas toyotistas, ou seja, em modelos baseados no trabalho temporário, na subcontratação e terceirização.

Alves (2005, on-line) aborda o exemplo do agronegócio piauiense:

O restante da população - os não especializados ou os agricultores de subsistência e, frequentemente, seus filhos - pouco se insere na nova economia sul piauiense. Quando muito essa população consegue ocupar-se temporariamente nas fazendas recém formadas, cujas tarefas são em especial as de limpar as áreas desmatadas que se destinarão à produção de grãos, sobretudo soja. As relações de trabalho com esses grupos são precárias: recebem quantias irrisórias pelo seu trabalho e não são raras situações em que se tornam presas fáceis para os agenciadores que, juntamente com os fazendeiros modernizados, transformam-nos em trabalhadores escravos.

As características do trabalho agropecuário nessa região pouco mudaram, passando apenas por uma nova roupagem. Apesar das fiscalizações e maior tendência de formalização da mão de obra, ainda é frequente o trabalho precarizado, com serviço braçal acentuado e exagerado, exploração da força de trabalho e mecanismos de controle da força de trabalho e até mesmo a existência de trabalho escravo em alguns casos denunciados ou encontrados.

Utilizou-se dois anos como exemplo da existência de conflitos trabalhistas na região, 2012 e 2018¹⁶. Pelos dados da tabela 15, nota-se a existência de trabalho escravo na região e concentração do número de casos no Maranhão e Tocantins. Considerou-se os dados dos municípios de cada estado pertencente ao MATOPIBA, ou seja, foram excluídos os dados de municípios de fora dessa região, mas no processo de análise e coleta dos dados ficou claro que há concentração dos conflitos trabalhistas justamente nos municípios pertencentes a essa região.

Segundo Santana (2019), apesar do Brasil ser considerado uma referência de combate ao trabalho escravo, os dados totais de trabalho escravo da região indicam números expressivos e geram preocupações quanto ao futuro da escada de conflitos, sobretudo pelo atual contexto político vivenciado no Brasil, notadamente a partir do golpe parlamentar em 2016.

Tabela 15: Trabalho escravo no MATOPIBA- 2012-2020

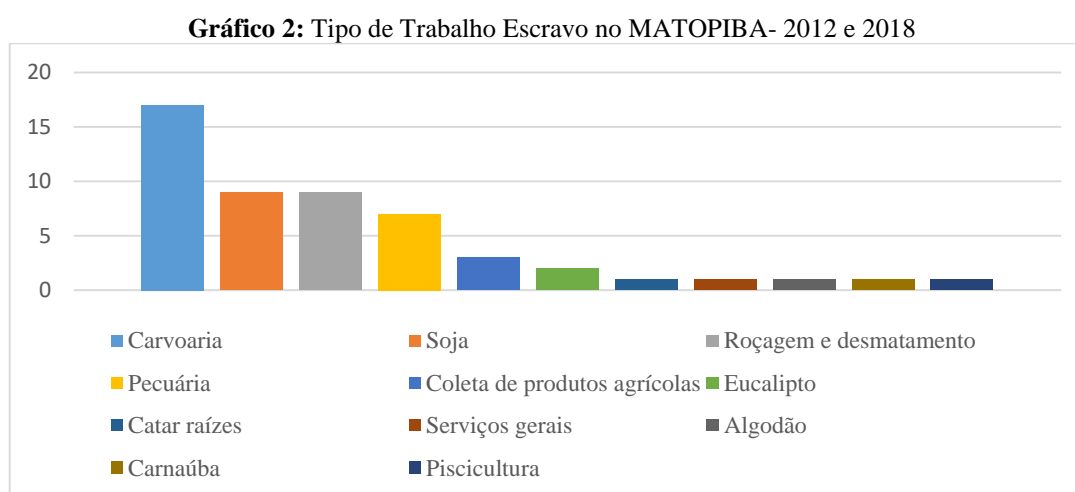
Ano	Números de casos					Nº trabalhadores nas denúncias					Número de trabalhadores resgatados				
	MA	TO	PI	BA	Total Região	MA	TO	PI	BA	Total Região	MA	TO	PI	BA	Total Região
2012	9	22	6	7	44	93	360	57	132	642	35	321	57	52	465
2018	2	5	1	1	9	33	20	54	3	110	33	9	54	3	99
Total	11	27	7	8	53	126	380	111	135	752	68	330	111	55	564

Fonte: CPT- 2012-2018, adaptada e elaborada pelo autor.

¹⁶ A escolha dos anos foi realizada de maneira aleatória, priorizou-se um ano antes da criação do PDA-Matopiba e outro já após o processo de institucionalização e maior consolidação da região no cenário nacional.

Entre 2012 e 2018 foram identificados 53 casos de trabalho escravo, com um número total de 752 trabalhadores envolvidos nas denúncias e 564 resgatados. Comparando-se o número de casos entre os dois anos, nota-se uma diminuição dos conflitos, no entanto, ainda com números expressivos. No Piauí, por exemplo, apesar da redução no número de casos de seis para um, houve quase uma manutenção do número de trabalhadores nas denúncias.

No processo de coleta dos dados dos dois anos, percebeu-se concentração dos conflitos em municípios com índices produtivos elevados e com concentração da estrutura fundiária. Quando analisados e divididos por tipo de conflito, a partir do gráfico 2, nota-se uma diversidade de situações em relação ao cenário de trabalho escravo rural no período.



Fonte: CPT- 2012-2018, elaborado pelo autor.

Os conflitos trabalhistas em torno do trabalho escravo foram concentrados no âmbito das carvoarias, pois alguns dos municípios pertencentes ao MATOPIBA possuem esse tipo de atividade, na maioria dos casos ilegais, visando principalmente o abastecimento do complexo siderúrgico de Minas Gerais. No entanto, também é evidente a concentração do trabalho escravo na área de agricultura moderna e pecuária. No âmbito da agricultura destacam-se casos de trabalho escravo relativos à cultura da soja e alguns outros associados a esse setor, como roçagem e desmatamento, catação de raízes, algo frequente, inclusive apontado e listado nos trabalhos de campo na região do sul do Piauí, da coleta de produtos agrícolas, além dos casos que envolvem o trabalho escravo em outras culturas agrícolas, como do eucalipto e algodão.

Interessante ressaltar que a soja é uma cultura agrícola que demanda pouca utilização de mão de obra, dessa forma, a existência de números expressivos de casos e de trabalhadores envolvidos são dados que se tornam preocupantes e indicam a existência de um número expressivo de exploração indiscriminada da força de trabalho. Como apontam Pereira,

Porcionato e Castro (2018), a soja, vinculada às *commodities*, é classificada como capital-intensiva e indica grande uso de máquinas, insumos, como colheitadeiras e plantadeiras, diminuindo a exigência e o uso da força de trabalho humano, reduzindo postos de trabalho.

São dados expressivos e nos leva a imaginar a quantidade de casos não contabilizados e que também envolveriam o trabalho escravo ou análogo, sem levar em consideração, por exemplo, o número expressivo de situações com péssimas condições de trabalho ou o caso de trabalhadores sem vínculo formal, ou seja, os inúmeros trabalhadores que prestam serviços sem assinatura da carteira trabalho e sem direitos trabalhistas.

Na figura 10 observa-se um exemplo de trabalhadores resgatados em Riachão das Neves, localizado no oeste baiano, um município com dados produtivos expressivos e vizinho de Barreiras. Na ocasião, a reportagem da Secretaria de Previdência indicou o resgate de seis trabalhadores sem registro em carteira de trabalho, prestando serviço em um ambiente sem energia elétrica e água potável e com péssimas condições de higiene e de habitabilidade dos alojamentos, com execução de tarefas arriscadas, como aplicação de agrotóxicos sem uso dos equipamentos preventivos e de proteção e sem treinamento para tal. A reportagem cita a fala do auditor fiscal da Superintendência Regional do Trabalho da Bahia (SRTE-BA), que aborda sobre a alimentação dos trabalhadores resgatados: “A carne que consumiam era conservada em sal e ficava dependurada em um varal ao relento”.

Figura 10 - Trabalhadores escravos resgatados no Oeste Baiano pela Justiça do Trabalho



Fonte: Secretaria de Previdência, reportagem disponível em: <https://bitly.com/Vsz3p>.

Em seu estudo, Favareto et al. (2019) faz uma interessante classificação dos municípios do MATOPIBA através da correlação de dados estatísticos de produção agrícola e os indicadores sociais:

Grupo A – Municípios com alta produção e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios ricos**. **Grupo B** – Municípios com alta produção e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios injustos**. **Grupo C** – Municípios com produção baixa e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios saudáveis**. **Grupo D** – Municípios com produção baixa e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios pobres**. (FAVARETO et al., 2019, p. 366, grifos do autor).

Através dessa classificação, concluiu-se que muitos dos municípios do MATOPIBA foram classificados como pobres – dos 337 municípios, 196 foram classificados nesse grupo, ou seja, com produção agrícola baixa e indicadores sociais aquém dos seus estados. Apenas 45 municípios foram classificados como ricos (alta produção e com indicadores sociais acima da média estadual); 29 como saudáveis (produção baixa e indicadores sociais acima da média estadual) e 67 como injustos, ou seja, municípios que mesmo tendo índices produtivos elevados, permanecem ainda com indicadores abaixo da média estadual.

Fica claro, dessa forma, que são poucos os municípios dessa região que associam dados produtivos elevados e melhoria dos indicadores sociais, prevalecendo assim um gigantesco conjunto de municípios pobres, com deficiências sociais graves e problemáticas econômicas significativas. Por isso, “Em síntese, em termos espaciais, existe mais pobreza e injustiça do que riqueza no Matopiba” (FAVARETO et al., 2019, p. 369).

Pereira, Porcionato e Castro (2018) realizaram um estudo sobre os aspectos socioeconômicos do MATOPIBA utilizando indicadores sociais e econômicos e constaram que do ano 2000 a 2014 houve um crescimento acelerado do PIB da região. No entanto, não houve uma distribuição de renda proporcional ao aumento da riqueza gerada, ou seja, a distribuição de renda e a valorização do desenvolvimento inclusivo ficaram marginalizados.

Há no MATOPIBA a dialética da integração regional por meio da intensa movimentação de recursos e agentes agroindustriais e orientada pelos preceitos e interesses de corporações visando o mercado internacional e impondo intensas transformações no seio urbano e rural, sem, contudo, promover mudanças melhorias em problemáticas locais (RUFO; ARAÚJO SOBRINHO; ARAÚJO, 2019).

A perpetuação desse modelo de agronegócio no MATOPIBA pode intensificar os conflitos sociais e econômicos, decorrentes da manutenção de aspectos atrelados a não equidade

no processo de distribuição de renda e a geração de um mercado de trabalho seletivo, precarizado e que não dá segurança jurídica e de renda para a população local, tendo em vista as características das culturas agrícolas desenvolvidas e do modelo de contratação praticado na região, baseado no caráter temporário e sazonal.

Em decorrência das atividades geradas, há a perpetuação de um modelo de agronegócio baseado em culturas agrícolas de concentração de terras, de capital, de recursos e de tecnologias empregadas no processo produtivo. Os agentes que ganham, de fato, de maneira assombrosa com o agronegócio implantado na região são os grupos multinacionais ligados ao agronegócio e os proprietários latifundiários (PEREIRA; PORCIONATO; CASTRO, 2019), com intensa exploração da mão de obra local e regional e dos recursos naturais a partir da instalação de um modelo de agronegócio que privilegia a exportação das *commodities* para atendimento de demandas internacionais.

O agronegócio do MATOPIBA produz uma gama de efeitos perversos. Os poucos efeitos positivos são espacialmente limitados e insuficientes, com benefícios que não possuem grande durabilidade para a sociedade local. Ao contrário disso, os efeitos contraditórios são muito evidentes, sobretudo na esfera dos conflitos fundiários e no âmbito do trabalho.

Para Santos (1985), a expansão do meio técnico científico traz, como consequência, a expulsão dos residentes locais e a chegada de mão de obra forasteira, em razão das novas exigências de produção e da necessidade de maior controle político dos trabalhadores. Dessa forma, o autor considera o contexto das migrações forçadas, tanto em razão do mercado de trabalho, como também de antigos proprietários, que em decorrência da incapacidade financeira ou técnica, se vê obrigado a migrar para outro local.

Santos (1985, p. 46) cita o contexto da desculturização ocasionada pela chegada de novos agentes e pelo movimento de maior densidade de capital.

[...] na medida em que a substituição das pessoas, a alteração dos equilíbrios sociais de poder, a introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante largo tempo e que se veem substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem fundamento puramente mercantil.

A territorialidade do capital unifica campo e cidade sob o viés do assalariamento e intensifica a subordinação da mão de obra familiar (CARVALHAL, 2008; MOREIRA; SANTOS, 2018). A partir disso, pode-se associar o processo de desculturização aos processos de desterritorialização, que para Haesbaert (2006), trata-se na verdade da configuração de multiterritorialidades.

Há no interior das cidades do agronegócio o aumento do circuito inferior em razão da modernização, do aumento do movimento migratório e dos índices de urbanização. Como consequência, observa-se a expansão da oferta de mão de obra abundante e barata, condição extremamente vantajosa para os agentes hegemônicos. Trata-se, nesse caso, ao que Mendonça (2004) julga como interesses mercadológicos, como a oferta satisfatória de mão de obra, com facilidade no processo de contratação e na disposição dos trabalhadores em buscar qualquer tipo de trabalho – configurando assim uma força de trabalho manipulável, adestrada e muito acessível. Trata-se do inchaço do circuito inferior a partir da migração de trabalhadores do campo e de migrantes sem qualificação de outras regiões (SANTOS, 1979). Processo este visualizado a partir dos dados populacionais e do emprego no recorte do MATOPIBA selecionado.

A formação de regiões com especialização produtiva atrelada à necessidade de maior acumulação de capital não seria possível sem o saber técnico e científico. À medida que esse processo se intensifica, as transformações no seio do trabalho também se acentuam (SANTOS, 1985). Em consonância com Dupas (2001), há no atual período de globalização forte tendência de aumento dos investimentos a partir do processo de reestruturação produtiva, no entanto, as oportunidades de emprego não necessariamente acompanham o ritmo dos investimentos e não se convertem em boas condições de trabalho.

No caso do MATOPIBA, há de se considerar, que apesar do aumento do emprego formal no setor agropecuário e nos demais setores, como de comércio e serviços, o nível de investimento do Estado e dos agentes transnacionais e nacionais, como empresas agrícolas, é infinitamente maior em termos proporcionais aos postos de trabalho gerados. E mesmo estes, são caracterizados pelos baixos salários, pela precarização, pelo trabalho temporário e muitas vezes em condições degradantes.

Mesmo na esfera do trabalho formalizado, como no âmbito das fábricas e empresas agrícolas, é possível notar movimentos reivindicatórios, como na figura 11, que mostra a paralisação das atividades pelos trabalhadores da Cargill localizada em Barreiras-BA, que emprega cerca de 500 pessoas. Nesse movimento, segundo notícia do Portal ‘Se Liga Barreiras’, os funcionários lutavam por equiparação salarial e de benefícios em relação à unidade da Cargill de Ilhéus-BA, onde se pratica pagamentos e vantagens maiores em relação à unidade da empresa do oeste baiano. Ou seja, são funcionários de uma gigante do setor, uma das empresas transnacionais dominantes no âmbito do MATOPIBA, mas que não oferece condições desejáveis e equiparáveis aos seus funcionários.

Figura 11 - Funcionários da unidade Cargill em Barreiras em greve



Fonte: Jornal Se Liga Barreiras, disponível em: <https://bitly.com/Xbvq4>.

Muitos trabalhadores da região do MATOPIBA circulam entre os diferentes estados integrantes e, muitas vezes, não possuem um local fixo de trabalho. Para Dupas (2001), essa realidade condiz com as características do modelo de produção flexível, onde as empresas, organizadas em rede, precisam também de trabalhadores em rede, ou seja, com tempo e relações de trabalho também flexíveis – de um trabalhador geograficamente móvel e com atuação regional para o atendimento dos anseios das empresas.

Nesse caso, considera-se que o Estado deve estar engajado na promoção de políticas sociais e de melhorias das condições de trabalho e não somente focado na indução do crescimento econômico e aumento da produtividade (DUPAS, 2001). No entanto, na visão do autor, “O Estado contemporâneo não sente mais responsável pelo pleno emprego” (2001, p. 218). O processo de intensificação da reestruturação produtiva, atrelada ao contexto dos mercados financeiros globais, impõe ao trabalhador o aumento dos desgastes, tal como a segurança no emprego e sobre sua formação profissional, como aponta Harvey (2004a).

Para Moreira e Santos (2018),

Grande parte da classe trabalhadora frente a essas transformações e impelida pelos condicionantes do mercado do trabalho encontra nos deslocamentos a única alternativa para conseguir garantir a sua subsistência. Compreende-se, com base na leitura marxista pautada na análise da contradição capital x trabalho, que esse movimento se configura enquanto mobilidade do trabalho e a sua análise deve se fundamentar nas condições históricas impostas pelo capital para que ocorra o deslocamento de trabalhadores pelo território. (MOREIRA; SANTOS, 2018, p. 320).

Conforme os mesmos autores, os trabalhadores são colocados diante de uma encruzilhada:

A mobilidade do trabalho surge enquanto resultado da expropriação e transformação da força de trabalho em mercadoria. A partir do momento que o trabalhador é expropriado de sua terra, seus instrumentos de trabalho e do conhecimento sobre o processo de produção, esse trabalhador se torna despossuído dos meios de produção. Portanto, a sua condição de “trabalhador livre” o obriga a vender a única mercadoria que dispõe, a sua força de trabalho. (MOREIRA; SANTOS, 2018, p. 325).

Desse modo, é importante considerar os processos contraditórios gerados pela mobilidade do capital e reestruturação produtiva, como evidenciam Souza et al. (2016) no caso dos trabalhadores do campo:

No campo uma forte expressão desse processo é a pluriatividade, tendo em vista que se explora duplamente os camponeses e proletários do campo, que se tornam, ainda mais, precarizados, subempregados, terceirizados e hifenizados. (SOUZA et al., 2016, p. 298).

A mão de obra abundante e barata é formada a partir da lógica de enfraquecimento e deteriorização da agricultura familiar, dos camponeses e dos pequenos proprietários de terras.

A mobilidade do trabalho é também uma forma buscada pelo trabalhador para garantir a reprodução social. Ora camponês, ora operário, ora desenvolvendo serviços autônomos ou na informalidade. Mais do que, simplesmente, alternativas buscadas pela classe trabalhadora para sobreviver, essa realidade representa a dificuldade concreta com que esses se reproduzem, tendo, na maioria das vezes, que desempenhar dupla ou tripla jornada de trabalho, multiplicando-se, alienando-se. (SOUZA et. al., 2016, p. 304).

A fluidez do emprego no circuito inferior é uma das características do período atual (SANTOS, 1979), onde muitos trabalhadores buscam postos de trabalho com baixas remunerações, mas que servem para manter a sobrevivência das famílias, fazendo-os aceitar a imposição do trabalho precarizado, realidade verificada no MATOPIBA.

O modelo de construção do MATOPIBA baseado na produção de grãos não se mostra suficiente para geração de emprego e renda para a população local – tampouco para mudar radicalmente a situação de vida dessas pessoas. Dessa forma, é necessária a busca de outras vias para conduzir essa região ao verdadeiro desenvolvimento.

O recorte do MATOPIBA já possuía desigualdades sociais notórias antes da entrada do agronegócio, como enfatiza Favareto et al. (2019), fruto da construção histórica da sociedade brasileira. Entretanto, o agronegócio contribui para ressignificar e acentuar os traços perversos já existentes, gerando também novas contradições e transformações. Há necessidade, portanto, de mudanças diretas no modelo de desenvolvimento imposto ao MATOPIBA – em alterações no modelo de agronegócio, nas formas de organização, nas suas características mais perversas e, obviamente, isso passa pela valorização das populações locais.

5 AGRONEGÓCIO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS CERRADOS PIAUIENSES E OS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

5.1 Reestruturação Produtiva do agronegócio piauiense e as transformações no mercado de trabalho agropecuário

O foco das iniciativas de cultivo de soja nos Cerrados Piauienses ocorreu na no Alto Parnaíba Piauiense a partir da década de 1990, sob forte influência do município de Uruçuí, onde os primeiros agricultores sulistas se instalaram. Apesar do movimentado mercado de terras na região entre a década de 1980 até o final da década de 1990, este início foi mais caracterizado pela aquisições, possessões e invasões de extensas glebas de terras para valorização futura e como reserva de mercado. Reydon e Monteiro (2006) e Leal (2013) consideram também a década de 1970 como o início desse processo especulativo, no entanto, para os autores, a década de 1990 representa, de fato, a efetivação produtiva da agricultura tecnificada, com a soja como grande símbolo do processo de modernização agrícola.

Neste aspecto, torna-se interessante analisar a ocupação dos Cerrados Piauienses tendo as duas Microrregiões, Alto Parnaíba Piauiense e Alto Médio Gurguéia, como referências. A partir deste ponto, percebe-se, através dos dados quantitativos, da vivência da região e dos trabalhos de campo, que o cultivo de soja só foi expandido para outros municípios a partir do início do século XXI. Naquele momento, o Alto Médio Gurguéia ganhou status de nova fronteira agrícola dentro da realidade dos Cerrados Piauiense. Portanto, a ocupação dessa região piauiense deve ser compreendida levando-se em consideração os dois tempos e diferenças do processo de inserção das áreas de chapadas/platôs de cada microrregião compreendida.

Além dessas diferenças de intensidade e ocupação dentro do Piauí, é de igual importância entender que também existem distinções entre os tempos de ocupação e início das produções em cada estado integrante do MATOPIBA, como visto na seção 4. Nesse sentido, entre os quatro estados do MATOPIBA, o Piauí juntamente com o Tocantins, na metade da década de 1990 ainda estavam em processo das primeiras iniciativas de produção de soja. Já a Bahia e o Maranhão, com relevante representatividade dos municípios de Barreiras-BA (LEM ainda não existia nesse momento) e Balsas-MA, já despontavam como grandes produtores, sobretudo no caso do oeste baiano.

Com exceção do caso do oeste baiano, que estava já na década de 1990 em um patamar elevado para a realidade do MATOPIBA, nos estados do Maranhão e do Tocantins já havia maior difusão do agronegócio para mais de uma Microrregião. Já no caso piauiense, havia certa

polarização da atividade em apenas dois municípios e que hoje figuram como os maiores produtores – Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí, pertencentes ao Alto Parnaíba Piauiense.

O Alto Parnaíba Piauiense, historicamente, possui relação próxima com a região produtora de Balsas no Maranhão. Nesse caso, a incorporação dos Cerrados Piauienses na dinâmica produtiva do agronegócio de grãos possui em suas bases influências das primeiras ocupações e cultivos instalados no Maranhão, fato que ainda prevalece, pois, os municípios piauienses próximos possuem Balsas como uma referência para aquisição de insumos e certos serviços que Uruçuí não possui.

Dessa forma, Uruçuí se conecta com intensidade com Balsas-MA, numa relação de complementariedade, já que alguns municípios maranhenses, pertencentes à Microrregião Chapadas das Mangabeiras, como Benedito Leite, vizinho a Uruçuí e separados apenas pelo Rio Parnaíba, e São Domingos do Azeitão, distante cerca de 56 km, possuem certa dependência de Uruçuí em alguns serviços e em comércio atrelados direta e indiretamente ao agronegócio, como, por exemplo, serviços bancários e na aquisição de máquinas agrícolas e insumos.

Já o Alto Médio Gurguéia possui uma ligação mais estreita com o oeste da Bahia e isso fica comprovado pela análise dos serviços agroindustriais presentes em Bom Jesus, com a presença de lojas e empresas com sede e representações dessa parte da Bahia, como é o caso da AgroSul, revendedora da John Deere com sede em LEM, como também pela movimentação de veículos, caminhões e máquinas agrícolas com placa de municípios do oeste baiano.

O cenário atual piauiense do agronegócio, desse modo, aponta para uma dependência de Balsas-MA e das cidades de Barreiras e LEM, na Bahia. Nesse sentido, torna-se importante a compressão de alguns dados e fatos que fizeram com que o Piauí tenha um cenário marginalizado em relação aos demais integrantes do MATOPIBA, em especial em relação à Bahia e ao Maranhão.

Ao analisar os dados referentes à produção de soja nos principais estados produtores do Brasil no período de 1995 e 2017, chega-se a conclusões que indicam diferenças do tempo de ocupação e início dos projetos de cultivo de soja entre os estados pertencentes ao MATOPIBA.

Pela tabela 16, em 1995, no Piauí havia um pouco mais de 20 mil toneladas produzidas de soja, em 2006 havia 577.705 toneladas, um incremento de 557.412 toneladas ou 2.746,81%. Entre 2006 e 2017 houve uma variação absoluta de 1.404.187 toneladas, representando uma variação percentual de 243,06%. Entre 1995 a 2017, houve uma variação absoluta de 1.961.599 toneladas e uma variação percentual de 9.666,38%. Quanto à área colhida, entre 1995 e 2006 houve um incremento de 212.644 hectares ou 2.462,58%. Entre 2006 e 2017 um crescimento

de 459.742 hectares ou 207,76%. No intervalo entre 1995 e 2017, houve aumento de 672.386 hectares, o que representa um crescimento total de 7.786,75% da área colhida de soja.

Tabela 16: Quantidade produzida e Área colhida – Estados com maior produção de soja (1995, 2006 e 2017)¹⁷

Brasil e Unidade da Federação	Quantidade Produzida (Toneladas)			Área Colhida (Hectares)		
	1995	2006	2017	1995	2006	2017
BRASIL	21.588.199	46.195.843	103.156.255	9.240.301	17.883.297	30.722.657
Rondônia	1.504	150.567	800.293	744	50.949	242.205
Pará	221	58.635	1.155.228	190	18.291	343.670
Tocantins	14.097	546.525	2.017.693	7.041	224.487	728.150
Maranhão	135.123	786.174	1.939.221	62.326	296.255	667.059
Piauí	20.293	577.705	1.981.892	8.635	221.279	681.021
Bahia	721.320	2.348.832	4.954.412	355.101	906.968	1.532.306
Minas Gerais	864.894	2.022.563	4.666.585	442.943	770.985	1.354.790
São Paulo	850.480	1.024.988	2.761.916	396.615	395.281	788.871
Paraná	6.070.723	8.763.847	15.252.347	2.176.502	3.494.751	4.271.463
Santa Catarina	408.861	726.474	1.909.053	167.680	273.992	533.089
Rio Grande do Sul	4.253.171	7.929.789	17.311.971	2.246.922	3.494.509	5.189.633
Mato Grosso do Sul	1.796.994	3.872.197	8.064.607	746.168	1.464.392	2.445.309
Mato Grosso	4.438.946	11.747.265	29.778.544	1.740.392	4.186.476	8.862.732
Goiás	1.960.112	5.514.272	10.201.843	863.422	2.037.571	2.972.796

Fonte: SIDRA/IBGE, elaborada pelo autor.

Os números do Piauí referentes à variação percentual, tanto da quantidade produzida como da área colhida, ficam atrás ou no mesmo patamar apenas dos estados da região Norte, como Tocantins, Rondônia e Pará, que, assim como o Piauí, foram inseridos mais tardiamente no circuito produtor de soja, sobretudo a partir do final da década de 1990 e mais intensamente a partir dos anos 2000.

Para Elias (2017) os agentes hegemônicos do agronegócio selecionaram no Brasil áreas destinadas à reserva ou como novas fronteiras agrícolas, como partes das regiões Norte e Nordeste e do Centro Oeste brasileiro. Partes das regiões Sul e Sudeste, representam, portanto, áreas consolidadas e com mais tempo de integração ao circuito superior do agronegócio, como pode-se comprovar pela tabela 16.

Em 1995, por exemplo, os líderes da produção de soja no Brasil eram, respectivamente, o Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, este último já crescente. A partir de 2006 essa diferença aumenta e o Centro-Oeste torna-se líder absoluto de produção de soja, evidenciando que o processo de inserção das áreas do Cerrado brasileiro como celeiro agrícola brasileiro obteve êxito.

Portanto, juntamente com o Tocantins, Pará e Rondônia, o Piauí entra na rota do agronegócio a partir da década de 1990, pois em 1995, os quatro estados citados tinham menos

¹⁷ Somente considerados os estados com produção acima de 500 mil toneladas de soja no ano de 2017.

de cem mil toneladas de soja produzidas. O Estado do Maranhão também pode ser integrado a essa lista. Entretanto, quando a análise foca especificamente no caso dos estados do MATOPIBA, a Bahia já estava em estágio bem avançado, com 721.320 toneladas de soja produzidas, com o Maranhão como segundo no ranking e os estados do Piauí e Tocantins com índices aproximados, distantes e em outra realidade se comparada aos dois primeiros.

Alves (2004) enfatiza que o período que compreende o final da década de 1980 e início da década seguinte, o fluxo migratório de agricultores e novos agentes começam a apontar para a região sul do Piauí, no entanto, diferentemente do caso da Bahia e do Maranhão, a região dos Cerrados Piauienses caminhava a passos mais lentos no processo modernização da agricultura.

A efetivação do agronegócio no sul maranhense e, principalmente no oeste baiano, levaram os agentes hegemônicos a terem o sul do Piauí como novo alvo das ocupações a partir da década de 1990 (REYDON; MONTEIRO, 2006). Entre os novos agentes, se sobressaem as empresas agrícolas, nacionais e multinacionais, redes agroindustriais e agricultores com poder financeiro expressivo através incentivos financeiros, como empréstimos ou isenções fiscais.

Compreende-se, dessa forma, que a inserção dos Cerrados Piauienses foi uma estratégia e ato final para alavancar de vez o agronegócio e a formação de uma região produtiva constituída pelos três estados nordestinos e mais o Tocantins, obedecendo a lógica de inserção de novas áreas aos circuitos produtivos. Naquele momento, entre as décadas de 1980 a 1990, havia consenso por parte do Governo do Piauí de que o sul piauiense tinha grande potencialidade para o desenvolvimento da agricultura tecnificada, como já acontecia nos estados vizinhos. Havia a necessidade de maiores investimentos do Estado através de programas e políticas de crédito, que representariam um “empurrão” para a efetiva inserção da região piauiense na rota do agronegócio globalizado e no circuito produtivo da soja.

Ações e fases podem ser apontadas no processo de modernização agrícola dos Cerrados do Piauí, dentre os quais se destacam a implementação de programas e políticas governamentais, sobretudo com o objetivo de atender as exigências dos agentes hegemônicos envolvidos nesse processo e impulsionar a modernização da atividade agrícola piauiense.

Os programas e ações tinham como foco a disponibilização de crédito para a atividade agropecuária e, no início, também para projetos de reflorestamento (ALVES, 2004). Nessa linha, o FINOR, implementado em 1988 por meio do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, atuou através de linhas de créditos ofertas pelo Banco do Brasil e Banco Nordeste destinadas à implantação do agronegócio na região sul piauiense.

Neste momento, também havia pressão significativa envolta da estrutura fundiária, em razão do desejo de empresas e agricultores para a disponibilização de terras públicas a preços

irrisórios (ALVES, 2004), além disso, as isenções fiscais faziam parte da lista de desejos dos agentes encarregados de inserir os Cerrados Piauienses como nova fronteira agrícola.

A partir da segunda metade da década de 1990 há intensificação da chegada de novos migrantes e empresas agrícolas na porção sul do Piauí. A apropriação dos cerrados nordestinos, segundo Alves (2004, p. 48) “[...] segue um percurso de ocupação inicialmente pelas bordas Sul (Barreiras) e Oeste (Balsas) e logo se expande ao centro geográfico dos cerrados nordestinos, no sul do Piauí.” A partir do início do século XXI, o Piauí passa a ter número expressivos de produção de soja, e como exemplo, dentro do MATOPIBA, em 2006, o Maranhão era o segundo maior produtor, com 786.184 toneladas produzidas de soja, já o Piauí possuía um total de 577.705 toneladas produzidas; em 2017, o Piauí consegue superar os números maranhenses.

O fato do Piauí ultrapassar, por exemplo, o estado de Santa Catarina na produção de soja, estado sulista e já com antiga tradição na área, aponta que a região dos Cerrados Piauienses passou por um processo acelerado de reestruturação das suas bases produtivas. Em 1995 e 2006 Santa Catarina possuía índices de produção de soja elevados em relação ao Piauí. A partir de 2017, o Piauí alcança os níveis produtivos de Santa Catarina, inclusive a ultrapassando.

Um das estratégias iniciais para a efetivação das ocupações e como forma de consumir as novas áreas abertas dos Cerrados Piauienses para os plantios foi a produção de arroz. Trata-se de uma cultura agrícola que possui boa adaptabilidade aos solos dos cerrados e alternativa para vendas para o mercado interno, já que é base da alimentação brasileira.

As primeiras fazendas produtoras da região dos platôs piauienses tinham no arroz uma alternativa de “maturar” os solos e deixá-los mais preparados para a recepção de novas culturas agrícolas, sobretudo a soja e o milho. Pela tabela 17, nota-se a diminuição considerável do número de estabelecimentos produtores, da quantidade produzida e da área colhida de arroz entre 1995 a 2017 na região de estudo, tendência também verificada no âmbito do Nordeste e especificamente no caso do estado do Piauí.

Pela tabela 17, nota-se que em 1995 havia alguns municípios com índices expressivos de produção de arroz, como Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí, justamente os dois pioneiros na questão da produção de grãos, indicando que os cultivos foram iniciados com o arroz e posteriormente migrando para a produção de soja. Na maioria dos municípios da área de pesquisa houve, de fato, aumento da produção de arroz entre 1995 e 2006, no entanto, com redução expressiva entre 2006 e 2017.

Na década de 1990 já havia uma quantidade expressiva de fazendas abertas e preparadas para a recepção da cultura agrícola da soja. A partir disso, intensificou-se a substituição do uso

camponês das terras dos platôs/chapadas piauienses e em suas imediações. Com o contexto de inserção das culturas agrícolas destinadas à exportação, houve a intensificação do processo de substituição de outras lavouras.

A partir do final de década de 1990, no caso piauiense, há uma redução da quantidade produzida de arroz tanto nas fazendas dos platôs piauienses onde haviam as primeiras experiências de cultivos, como também do uso familiar e coletivo das áreas de chapadas/platôs em que hoje se concentram as fazendas produtoras do agronegócio globalizado no Piauí.

Goldfarb (2015) cita a tendência de substituição de outras lavouras pela soja e a valorização dessa *commodity* em comparação às demais, tratando-a como símbolo do agronegócio globalizado e também como forma de valorização e exacerbação das empresas nacionais e multinacionais atreladas diretamente ao complexo de grãos e demais setores, como é o caso da Cargill, Bunge Alimentos, Amaggi, entre outras.

A partir da década de 1990 houve um acelerado crescimento da produção de soja (Tabela 17). Nesse período inicial os municípios do Alto Parnaíba Piauiense já estavam consolidados como produtores de soja. No Alto Médio Gurguéia, a partir de 1997 têm-se o início das primeiras experiências de produção, intensificando entre 2003 e 2006.

A inserção de mais áreas ao circuito produtivo da soja englobou o Alto Médio Gurguéia e os primeiros agricultores intensificam o processo de abertura de novas áreas para o cultivo de grãos na Serra do Quilombo¹⁸, um conjunto de platôs localizados, em sua maioria, nessa Microrregião específica. Dessa forma, a entrada de novos municípios como produtores de soja do Alto Médio Gurguéia, como Bom Jesus, Currais, Palmeiras, Gilbués e Monte Alegre contribuiu para o crescimento dos índices produtivos.

Em 2006, enquanto o Alto Parnaíba Piauiense possuía um total de 577.705 toneladas de soja produzidas, o Alto Médio Gurguéia figurava como 171.070 toneladas, uma diferença absoluta de 406.635 toneladas e uma variação relativa de 70,4%. Em 2017 o Alto Parnaíba Piauiense produziu 1.280.208 toneladas e o Alto Médio Gurguéia 500.742, uma diferença absoluta de 779.466 toneladas e variação relativa de 60,9%. Neste caso, percebe-se que o Alto Médio Gurguéia, encabeçado por Bom Jesus, vem diminuindo a diferença entre os índices produtivos em relação ao Alto Parnaíba Piauiense, certamente em decorrência da incorporação de outros municípios e de novas áreas no circuito da produção de soja.

¹⁸ As áreas de platôs são nomeadas na região, no entanto sem uma divisão tão clara e exata. Localmente há as Serras do Quilombo, da Laranjeira, do Pirajá e o conjunto de serras do Uruçuí. Grande parte das Serras do Quilombo e da Laranjeiras ficam em Bom Jesus e Currais, pertencentes ao Alto Médio Gurguéia, sendo que Baixa Grande, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí possuem extensas áreas de platôs na Serra do Uruçuí.

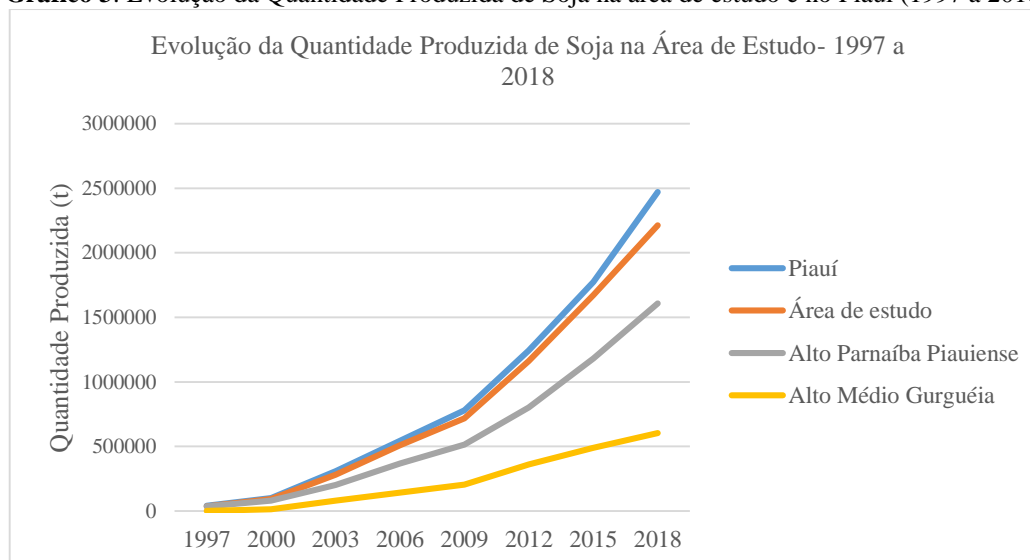
Tabela 17: N° de Estabelecimentos, quantidade produzida e área colhida de arroz na área de estudo (1995, 2006 e 2017)

Micro.	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Arroz em casca								
		N° de estabelecimentos agropecuários (unidades)			Quantidade produzida (toneladas)			Área colhida (hectares)		
		1995	2006	2017	1995	2006	2017	1995	2006	2017
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	689	398	398	19.558	8.653	8.823	11.042	4.038	3.727
	Ribeiro Gonçalves	320	178	110	4.351	6.407	229	2.340	2.742	147
	Santa Filomena	513	214	93	3.308	13.140	4.464	1.817	5.128	1.907
	Uruçuí	725	639	316	7.800	21.979	3.825	5.563	9.531	1.777
	Total Microrregião	2.247	1.429	917	35.018	21.979	17.340	20.762	21.439	7.558
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	*	64	14	*	1.561	14	*	923	13
	Barreiras do Piauí	147	17	15	234	23	10	269	25	17
	Bom Jesus	725	408	32	2.436	6.949	1.724	2360	3.599	879
	Cristino Castro	469	115	3	1.944	107	X	1009	191	X
	Currais	*	218	49	*	5.017	2.137	*	3.593	1.404
	Gilbués	487	383	86	1.749	891	303	1619	627	199
	Monte Alegre do Piauí	400	464	280	887	7.365	388	951	1.735	235
	Palmeira do Piauí	302	140	43	841	1.277	45	633	790	30
	Redenção do Gurguéia	294	274	50	414	882	54	549	591	49
	Santa Luz	207	129	3	222	86	120	331	146	41
	São Gonçalo do Gurguéia	*	-	42	*	-	20	*	-	21
Total Microrregião	3.031	2.212	617	8.727	24.158	4.818	7.722	12.220	2.891	
Total área de estudo		5.278	3.641	1.534	43.745	46.137	22.158	28.484	33.659	10.449
Piauí		97.291	72.405	37.422	160.678	299.244	64.225	127.214	129.029	37.007
Nordeste		451.650	262.884	131.129	947.113	1.675.507	255.290	676.521	745.131	134.492
BRASIL		927.619	396.628	179.881	8.047.895	9.687.838	11.056.719	2.968.126	2.417.611	1.716.600

Fonte: IBGE/SIDRA, adaptada pelo autor.

A tabela 18 mostra os dados da produção agrícola de soja entre 1997 e 2018¹⁹. Fica notório que os municípios do Alto Médio Gurguéia entram de vez como produtores de soja, com índices produtivos mais significativos, por volta do ano 2003, que é exatamente o ano que sucede o da instalação da Bunge Alimentos em Uruçuí e o consequente processo de intensificação da produção agrícola nos Cerrados Piauienses. Já o gráfico 3 evidencia a evolução da quantidade produzida de soja no âmbito do Piauí e da área de estudo, onde é possível notar que o crescimento dos índices produtivos do Estado do Piauí segue a tendência dos verificados na região de estudo. Fica claro que a partir de 2009 o Alto Médio Gurguéia inicia sua escalada de crescimento da produção de soja, ano em que também simboliza um crescimento ainda maior no Alto Parnaíba Piauiense, que já apresentava índices representativos de produção no início do século XXI.

Gráfico 3: Evolução da Quantidade Produzida de Soja na área de estudo e no Piauí (1997 a 2018)



Fonte: SIDRA/IBGE, adaptada pelo autor.

Em 1997 o Alto Médio Gurguéia produziu 607 toneladas de soja e já em 2003 chega a 79.429 toneladas, o que representa um incremento de 78.822 toneladas e um crescimento percentual de 12.985,5%. Entre 1997 e 2006 houve um incremento de 141.421 toneladas ou 23.298,35%. Já entre 1997 e 2018, um intervalo de vinte e um anos, os números impressionam, pois houve um aumento de 603.251 toneladas e um crescimento percentual total de 99.382,37%.

¹⁹ Importante lembrar que o Censo Agropecuário possui metodologia diferenciada em relação aos levantamentos realizados pela Produção Agrícola Municipal (PAM), apesar de ambos serem de responsabilidade do IBGE. Portanto, como exemplo, o ano de 2006, se comparados os índices entre os dois levantamentos, há diferenças evidentes entre os números, já que o Censo Agropecuário se revela mais completo do ponto de vista da coleta de dados.

A década de 1990 representou, dessa maneira, “apenas” a instalação inicial da produção de soja no Alto Médio Gurguéia, em outros termos, a atividade que era experimental no final do século XX, torna-se expressiva nessa microrregião no início do próximo século. Até mesmo no Alto Parnaíba Piauiense há um crescimento a partir do início dos anos 2000. É justamente esse período que Goldfarb (2015) considera como marco da intensificação e alçada do agronegócio de grãos no Brasil, com alcance de números e índices extremamente expressivos, sobretudo com o aumento da área plantada, explicada pela expansão da fronteira agrícola para diferentes estados brasileiros e a intensificação da produção agrícola, simbolizando o relançamento de vez do modelo de agronegócio baseado na produção do complexo grãos-carne destinados, sobretudo, à exportação.

No âmbito do recorte de pesquisa, observa-se que o agronegócio ainda não chegou em municípios como Cristino Castro e Santa Luz. Barreiras do Piauí apresentou projetos experimentais em alguns anos, porém, encerrados posteriormente. Redenção do Gurguéia e São Gonçalo do Gurguéia foram recentemente incorporados e já apresentam índices de produção de soja. Como Leal (2013) constata, são municípios com tendência de compor a região produtora ou ainda como municípios com experimentos de produção de soja.

Tais municípios citados possuem pouca oferta de áreas de platôs. Apesar disso, alguns produtores têm investido em áreas dos baixões ou em “manchas” de platôs existentes em alguns desses municípios, como é o caso de São Gonçalo e Redenção do Gurguéia, este último com grande oferta de água proveniente do Vale do Gurguéia, onde atualmente há uma extensa área destinada à produção de soja, inclusive com uso de infraestruturas de irrigação (Figura 12).

Figura 12 - Utilização de sistemas de irrigação na Fazenda Nossa Senhora de Fátima, às margens da BR-135-Redenção do Gurguéia-PI



Fonte: Portal Meio Norte. Disponível em: <https://bitly.com/SmruLP>.

Tabela 18: Produção Agrícola Municipal de Soja na área de estudo - 1997 a 2018

Micro.	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Soja em grão							
		Quantidade Produzida (Toneladas)							
		1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	20.903	37.748	35.316	89.231	189.588	321.985	476.015	635.538
	Ribeiro Gonçalves	-	4.276	47.558	86.431	85.038	142.401	244.241	290.719
	Santa Filomena	-	6.586	13.826	31.332	51.275	83.186	159.234	174.869
	Uruçuí	14.688	32.386	104.599	160.780	189.045	253.415	302.828	506.509
	Total Microrregião	35.591	80.996	201.299	367.774	514.946	800.987	1.182.318	1.607.635
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	-	1.500	5.821	5.913	11.168	20.964	19.802	5.509
	Barreiras do Piauí	250	1.410	-	-	-	-	-	-
	Bom Jesus	-	3.454	49.770	69.016	85.830	122.358	155.916	238.461
	Cristino Castro	-	-	-	-	-	-	-	-
	Currais	-	-	4.581	28.017	35.757	59.025	98.288	154.871
	Gilbués	357	1.920	9.453	16.185	26.993	66.402	121.872	104.936
	Monte Alegre do Piauí	-	2.232	5.064	14.709	17.609	50.058	56.198	79.512
	Palmeira do Piauí	-	2.280	4.740	8.188	24.542	39.425	25.494	12.445
	Redenção do Gurguéia	-	-	-	-	1.440	2.896	9.058	3.420
	Santa Luz	-	-	-	-	-	-	-	-
	São Gonçalo do Gurguéia	-	-	-	-	-	450	2.383	4.704
Total Microrregião	607	12.796	79.429	142.028	203.339	361.578	489.011	603.858	
Total área de estudo		36.198	93.792	280.728	509.802	718.285	1.162.565	1.671.329	2.211.493
Piauí		40.520	100.963	308.225	544.086	780.580	1.242.574	1.772.722	2.469.650
Nordeste		1.275.616	2.063.859	2.525.363	3.467.918	4.421.442	6.099.400	8.386.412	11.534.301
BRASIL		26.392.636	32.820.826	51.919.440	52.464.640	57.345.382	65.848.857	97.464.936	117.912.450

Fonte: SIDRA/IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM), adaptada pelo autor.

Pelos dados da tabela 18, fica claro que Redenção do Gurguéia ainda não é um município com grande produção de soja, sendo inserido na rota produtiva a partir de 2009. É exatamente o período de instalação da Fazenda Nossa Senhora de Fátima (Figura 12), localizada em uma área dos baixões com maior aplainamento do relevo e onde atualmente se desenvolve cultivos de soja, milho e arroz. Segundo reportagem do Portal Meio Norte, são seis pivôs centrais, cada um cobre uma área de 105 hectares, o que faz a fazenda possuir uma área irrigada de mais de 600 hectares de terras. A referida fazenda produtora fica às margens da BR 135, sentido Bom Jesus, distante cerca de 15 km da cidade de Redenção do Gurguéia, onde é possível observar grandes dimensões dos cultivos e uma intensa utilização das águas do vale do Gurguéia. Trata-se de um exemplo da inserção de novos municípios à rota produtiva de grãos.

Entretanto, muitos municípios ficam completamente fora do eixo de produção agrícola tecnificada e à margem do processo de reestruturação das bases produtivas e surgimento de novos dinamismos e contextos econômicos, evidenciando o caráter de concentração e seletividade espacial do agronegócio. Há, nesse caso, a clara possibilidade de acentuação das desigualdades regionais dentro de uma região produtiva. Segundo Elias (2017), esse contexto de disparidades regionais exalta o processo de fragmentação do espaço agrícola brasileiro.

Pela tabela 18, percebe-se que a produção de soja da região de estudo em 1997 representava apenas 2,84% da produção do Nordeste, já em relação ao Piauí 89,33%; em 2009 representava 16,25% da produção do Nordeste e 92,01% do Piauí e em 2018 representou 19,17% da produção nordestina e 89,55% do Piauí. Assim, houve uma ampliação da produção de soja no conjunto de municípios da área de estudo e conseqüentemente um incremento da participação dessa produção na região Nordeste, onde a Bahia e o Maranhão figuram como grandes produtores. A partir de 2018 nota-se uma diminuição da participação percentual do conjunto de municípios da área de estudo em relação ao Piauí, no entanto, com índices próximos a 1997, o que indica algumas experiências de produção de soja em municípios fora do nosso recorte espacial de estudo, ou seja, indica sinais de avanço da fronteira agrícola dentro do Piauí.

Entre 1997 e 2018 houve um salto impressionante na quantidade produzida de milho (tabela 19), a segunda cultura agrícola mais importante dos Cerrados Piauienses, com uma diferença absoluta de 1.255.933 toneladas e uma variação relativa de mais de 23.000%.

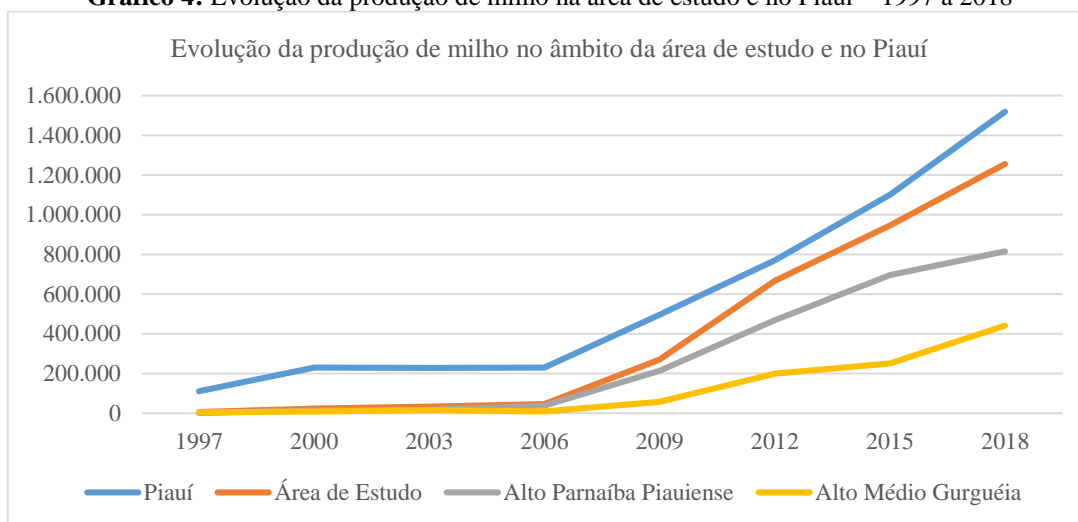
Tabela 19: Quantidade Produzida de Milho - 1997 a 2018

Micro.	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Milho em grão							
		Quantidade Produzida (Toneladas)							
		1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	324	3.506	2.920	11.192	54.878	99.181	209.179	301.255
	Ribeiro Gonçalves	96	363	12.623	12.954	50.458	81.853	77.633	54.095
	Santa Filomena	720	2.549	1.776	6.205	20.706	21.532	27.262	82.974
	Uruçuí	134	8.073	401	6.928	87.167	266.139	381.450	377.018
	Total Microrregião	1.274	14.491	17.720	37.279	213.209	468.705	695.524	815.342
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	173	180	4.583	1.292	5.160	9.243	13.992	21.676
	Barreiras do Piauí	150	1.330	180	45	220	198	163	132
	Bom Jesus	525	2.224	2.862	932	18.096	82.625	92.198	129.026
	Cristino Castro	318	794	972	720	900	216	108	630
	Currais	150	378	456	1.314	974	28.662	61.533	141.642
	Gilbués	391	680	1.079	336	12.200	42.370	29.919	64.965
	Monte Alegre do Piauí	200	500	904	354	7.007	20.030	24.295	42.768
	Palmeira do Piauí	158	306	598	2.763	7.794	13.032	20.578	34.011
	Redenção do Gurguéia	399	378	525	135	450	1.548	4.476	3.555
	Santa Luz	1.350	1.800	3.000	1.440	3.600	540	640	1.800
	São Gonçalo do Gurguéia	210	160	200	94	360	300	2.903	386
Total Microrregião	4.024	8.730	15.359	9.425	56.761	198.764	250.805	440.591	
Total área de estudo		5.298	23.221	33.079	46.704	269.970	667.469	946.329	1.255.933
Piauí		110.831	229.328	228.388	229.533	496.279	769.387	1.101.439	1.518.094
Nordeste		2.136.871	2.948.801	2.945.630	3.167.819	4.799.396	3.881.633	5.864.238	5.833.630
BRASIL		32.948.044	32.321.000	48.327.323	42.661.677	50.719.822	71.072.810	85.283.074	82.366.531

Fonte: SIDRA/IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM), adaptada pelo autor.

O gráfico 4 elucida o aumento da produção de milho ao longo dos anos considerados no âmbito da área de estudo e evidencia que a partir de 2015 a produção agrícola dos Cerrados Piauienses praticamente alcança patamares de todo o Piauí. Entre o Alto Parnaíba Piauiense e o Alto Médio Gurguéia há grandes diferenças em termos produtivos, no entanto, essa última microrregião, pelo caráter ainda mais recente de ocupação, pode apresentar aumento da produção de milho e também nas demais culturas agrícolas nos próximos anos.

Gráfico 4: Evolução da produção de milho na área de estudo e no Piauí – 1997 a 2018



Fonte: SIDRA/IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM), adaptada pelo autor.

Pode-se entender o processo histórico de ocupação dos Cerrados Piauienses pelo agronegócio de grãos e a modernização agrícola dessa região a partir de outros dados, como em relação ao número de estabelecimentos agropecuários de cultivo de soja entre 1995 e 2017, com crescimento absoluto de 239 estabelecimentos e crescimento relativo de 5.975% (Tabela 20).

Em 1995 só haviam quatro propriedades produtoras de soja, localizadas em Baixa Grande do Ribeiro e em Uruçuí. Já em 2006, o número de unidades produtoras de soja multiplica-se de forma impressionante e percebe-se a inserção gradual do Alto Médio Gurguéia no circuito de produção de grãos, com destaque para Bom Jesus e Currais. Mais contemporaneamente, os municípios com a maior quantidade de estabelecimentos produtores de soja são, respectivamente, Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Santa Filomena, Bom Jesus e Currais.

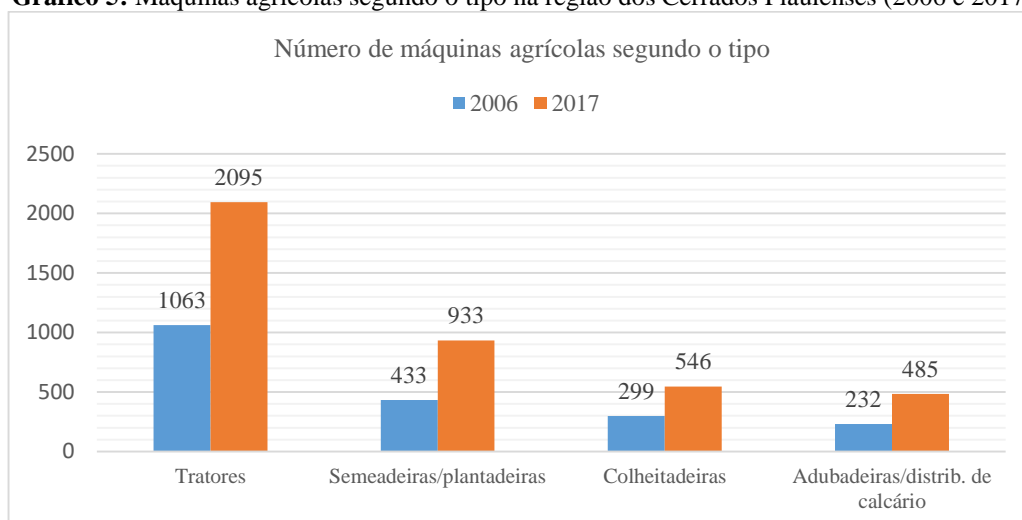
Tabela 20: N° de estabelecimentos agropecuários com produção de soja na área de estudo (1995, 2006 e 2017)

Microrregião	Município, UF, Grande Região, e Brasil.	N° de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		
		1995	2006	2017
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	3	15	37
	Ribeiro Gonçalves	-	11	17
	Santa Filomena	-	29	35
	Uruçuí	1	54	83
	Total Microrregião	4	109	172
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	*	2	3
	Barreiras do Piauí	-	-	-
	Bom Jesus	-	29	27
	Cristino Castro	-	-	-
	Currais	*	17	23
	Gilbués	-	6	6
	Monte Alegre do Piauí	-	5	3
	Palmeira do Piauí	-	4	5
	Redenção do Gurguéia	-	-	2
	Santa Luz	-	2	-
	São Gonçalo do Gurguéia	*	-	2
	Total Microrregião	-	65	71
Total área de estudo		4	174	243
Piauí		5	184	273
Nordeste		1.144	1.317	1.544
BRASIL		242.999	217.015	236.245

Fonte: IBGE/SIDRA, adaptada pelo autor (2021).

Um dos dados que exemplifica o processo de tecnificação e modernização agrícola por meio da inserção do pacote tecnológico na produção é a inserção de máquinas agrícolas no processo produtivo de grãos, como tratores, semeadeiras/plantadeiras, colheitadeiras, adubadeiras e máquinas distribuidoras de calcário, tipos de máquinas associadas às fases de preparação do solo, plantio, manutenção, colheita e correções do solo durante o rígido calendário agrícola das fazendas produtoras.

Pelo gráfico 5 observa-se aumento em todos os tipos de máquinas agrícolas entre 2006 e 2017, que é exatamente o período que o agronegócio de grãos piauiense se intensifica de forma mais acentuada. No âmbito dos tratores um aumento absoluto de 1.032 novas máquinas e um crescimento relativo de 97%. Quanto ao número de semeadeiras/plantadeiras, colheitadeiras e adubadeiras/distribuidoras de calcário também há um aumento impressionante, pois praticamente em todas há em 2017 o dobro do número verificado em 2006. De certa forma, esses dados sintetizam o processo de tecnificação da agricultura e a crescente substituição de grande parte da força de trabalho pelas máquinas, diminuindo postos de trabalho, sobretudo no processo de produção da soja, uma cultura agrícola que demanda menos mão de obra.

Gráfico 5: Máquinas agrícolas segundo o tipo na região dos Cerrados Piauienses (2006 e 2017)

Fonte: SIDRA/IBGE, adaptado pelo autor.

A tabela 21 apresenta a distribuição dessas máquinas agrícolas ao longo dos anos no âmbito dos municípios pertencentes às microrregiões de estudo. Nota-se concentração das máquinas agrícolas no Alto Parnaíba Piauiense e um destaque para Uruçuí, já no Alto Médio Gurguéia, Bom Jesus se sobressai. No âmbito do Piauí há concentração das máquinas agrícolas justamente na nossa área de estudo: em 2017, por exemplo, o número de semeadeiras/plantadeiras representou 73,58% de todo o estado.

Tabela 21: Número máquinas agrícolas segundo tipo na área de estudo (2006 e 2017)

Microrregião	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Máquinas agrícolas segundo tipo							
		Tratores		Semeadeiras e/ou plantadeiras		Colheitadeiras		Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	
		2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	152	399	61	215	46	X	23	X
	Ribeiro Gonçalves	134	167	37	99	33	75	9	39
	Santa Filomena	124	266	59	137	32	85	31	68
	Uruçuí	225	491	118	217	81	155	69	138
	Total Microrregião	635	1.323	275	668	192	427	132	330
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	36	59	15	18	X	11	6	11
	Barreiras do Piauí	-	X	-	-	-	-	-	-
	Bom Jesus	174	251	73	79	43	43	43	53
	Cristino Castro	17	14	X	-	X	-	X	-
	Currais	66	120	27	75	27	X	26	X
	Gilbués	21	71	6	30	9	X	X	X
	Monte Alegre do Piauí	40	85	14	X	10	X	7	14
	Palmeira do Piauí	28	90	17	17	8	11	9	10
	Redenção do Gurguéia	19	30	X	9	3	X	X	X
	Santa Luz	26	35	3	8	X	-	X	4
	São Gonçalo do Gurguéia	X	16	-	6	-	X	-	X
Total Microrregião	428	772	158	265	107	119	100	155	
Total área de estudo		1.063	2.095	433	933	299	546	232	485
Piauí		3.813	5.049	2.701	1.268	558	626	364	721
Nordeste		62.444	83.866	33.465	17.503	9.430	8.208	5.818	9.624
BRASIL		820.718	1.229.907	318.273	357.793	116.081	172.199	147.884	253.206

Fonte: SIDRA/IBGE, adaptada pelo autor (x – dados indefinidos, número de informantes pequeno).

De acordo com o avanço do agronegócio de grãos em novas regiões produtivas, há uma tendência natural de inserção de outras culturas agrícolas, intensificando o processo de maior diversificação produtiva com aproveitamento do período da entressafra e utilizando os solos de forma mais acentuada, como é o caso do sorgo e do algodão.

A tabela 22 contempla a quantidade produzida de sorgo de 1997 a 2018, onde é possível evidenciar que há a inserção dessa cultura agrícola em alguns municípios a partir de 2009 e com salto em termos produtivos depois de 2012, sobretudo do Alto Parnaíba Piauiense. Destaque para Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí. No Alto Médio Gurguéia apenas os municípios de Bom Jesus e Currais figuram como produtores de sorgo. A produção no âmbito total da região de estudo representa quase a totalidade da produção de sorgo estadual.

Comparando esses dados produtivos com uma região mais consolidada do ponto de vista do agronegócio de grãos, como a Microrregião de Barreiras-BA, percebe-se claramente diferenças acentuadas: de 2003 a 2009 houve produção de mais de 40 mil toneladas, caindo para 17.478 toneladas em 2012 e com mais de 90 mil toneladas a partir de 2015. Em 2018 Barreiras produziu 91.427 toneladas de sorgo, representando 47,16% de toda produção do Nordeste, quase a metade, portanto²⁰.

Pela tabela 23, percebe-se que a região de estudo começou a ter índices produtivos de algodão representativos a partir de 2006, com mais de 9 mil toneladas produzidas, com destaque novamente para Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí, este último o maior produtor, como também para Santa Filomena que já apresentou dados produtivos expressivos em 2006, 2009 e 2012. No Alto Médio Gurguéia, destaque para Currais que em 2018 foi o segundo maior produtor de algodão de toda a região de estudo. A produção de algodão dos Cerrados Piauienses, sobretudo a partir de 2009 praticamente representa o total do Piauí. Em relação ao Nordeste, em 2018, por exemplo, representava apenas 1,54%.

Na Microrregião de Barreiras-BA há uma escala totalmente diferente, com índices produtivos elevadíssimos: 100.085 toneladas em 2000, 217.331 toneladas em 2003, em 2006 e 2009 com mais de 700 mil toneladas, a partir de 2012 com pouco mais de um milhão de toneladas de algodão. A Microrregião de Barreiras é dominante no âmbito do Nordeste, já que em 2018, por exemplo, a sua produção agrícola representou 73,94% de toda a região.

²⁰ Dados oficiais do IBGE- SIDRA, Produção Agrícola Municipal.

Tabela 22: Quantidade Produzida de Sorgo na área de estudo - 1997 a 2018

Micro.	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Sorgo em grão							
		Quantidade Produzida (Toneladas)							
		1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	-	-	-	-	990	2.160	642	10.176
	Ribeiro Gonçalves	12	-	-	-	-	-	15.996	8.460
	Santa Filomena	-	-	-	-	-	-	-	-
	Uruçuí	-	-	-	-	3.300	-	4.980	3.717
	Total Microrregião	12	-	-	-	4.290	2.160	21.618	22.353
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	-	-	-	-	-	-	-	-
	Barreiras do Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bom Jesus	-	-	-	-	-	-	2.250	240
	Cristino Castro	-	-	-	-	-	-	-	-
	Currais	-	-	-	-	-	1.170	150	-
	Gilbués	-	-	-	-	-	-	-	-
	Monte Alegre do Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-
	Palmeira do Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-
	Redenção do Gurguéia	-	-	-	-	-	-	-	-
	Santa Luz	-	-	-	-	-	-	-	-
	São Gonçalo do Gurguéia	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Microrregião	-	-	-	-	-	1.170	2.400	240	
Total área de estudo		12	-	-	-	4.290	3.330	24.018	22.593
Piauí		22	-	-	-	4.398	3.570	24.278	23.013
Nordeste		33.379	49.423	108.254	125.176	132.946	40.164	180.751	193.826
BRASIL		542.581	792.759	1.804.919	1.604.920	1.853.934	2.016.873	2.136.450	2.281.316

Fonte: SIDRA/IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM), adaptada pelo autor.

Tabela 23: Quantidade Produzida de Algodão na área de estudo - 1997 a 2018

Micro.	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Algodão herbáceo em caroço							
		Quantidade Produzida (Toneladas)							
		1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	-	-	-	5.796	7.403	24.557	13.531	1.125
	Ribeiro Gonçalves	1	-	-	-	-	-	-	-
	Santa Filomena	-	-	-	3.861	3.600	7.800	-	-
	Uruçuí	-	-	432	-	12.566	35.078	9.251	15.830
	Total Microrregião	1	-	432	9.657	23.569	67.435	22.782	16.955
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	-	-	-	-	-	-	-	-
	Barreiras do Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bom Jesus	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cristino Castro	27	-	-	-	-	-	-	-
	Currais	-	-	-	-	-	-	360	4.160
	Gilbués	-	-	-	-	-	5.402	-	-
	Monte Alegre do Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-
	Palmeira do Piauí	-	-	-	-	-	1.875	1.875	-
	Redenção do Gurguéia	-	-	-	-	-	-	-	-
	Santa Luz	-	-	-	-	-	-	-	-
	São Gonçalo do Gurguéia	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Microrregião	27	-	-	-	-	7.277	2.235	4.160	
Total área de estudo		28	-	432	9.657	23.569	74.712	25.017	21.115
Piauí		5.733	4.753	2.611	24.999	26.153	74.820	50.875	24.943
Nordeste		129.539	244.201	325.865	885.996	997.734	1.407.141	1.338.017	1367.272
BRASIL		821.271	2.007.102	2.199.268	2.898.721	2.897.542	4.969.064	4.007.326	4.956.125

Fonte: SIDRA/IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM), adaptada pelo autor.

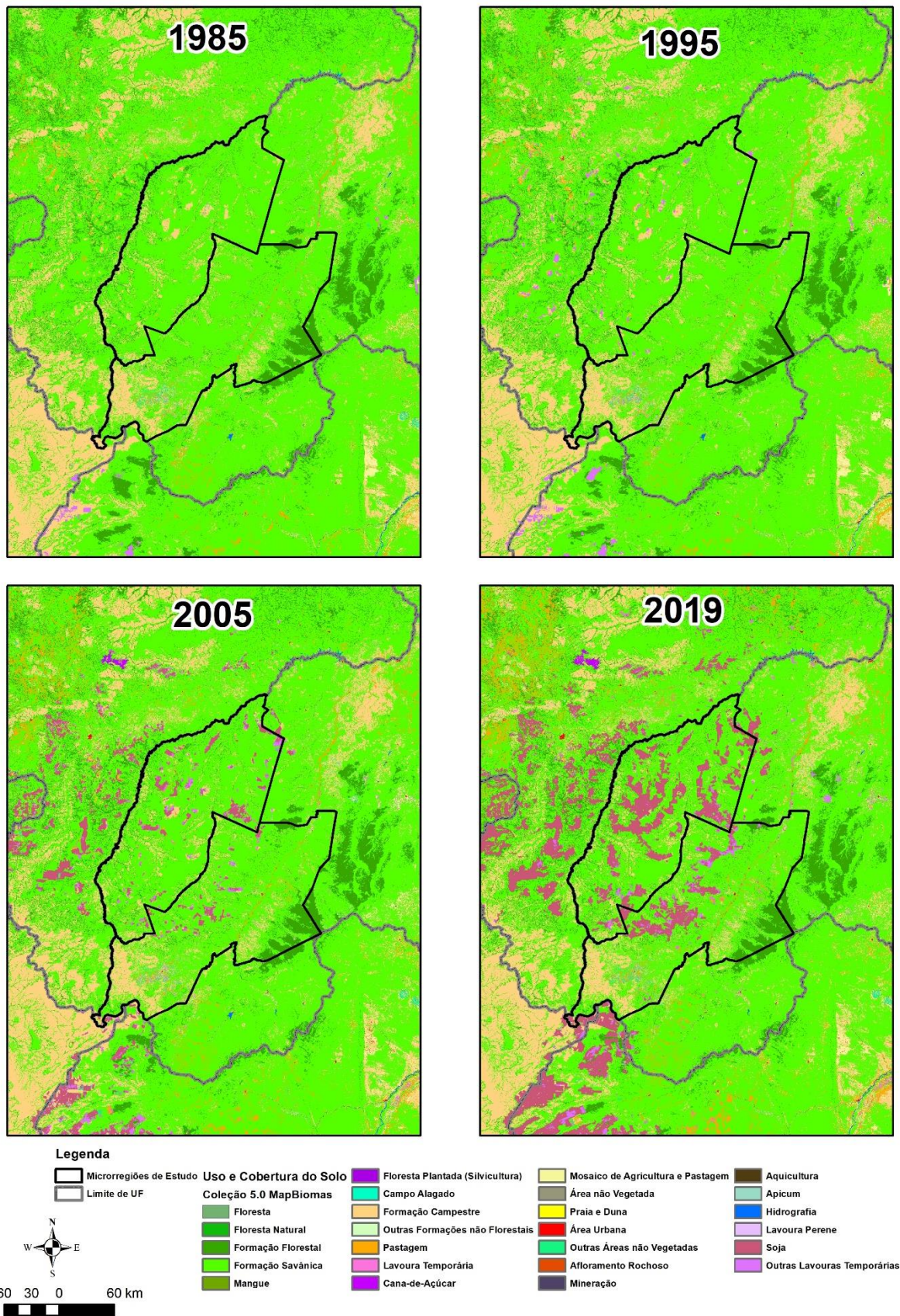
Quando questionamos em relação ao uso de pivô central, por exemplo, e da presença de outras culturas agrícolas, a agrônoma da Celeiro Sementes cita a tendência de inserção do Alto Médio Gurguéia e as dificuldades na questão do desenvolvimento da cultura do algodão que exige mais gastos e investimentos em máquinas agrícolas sofisticadas:

“Não, aqui na Serra do Quilombo pelo que eu sei não tem nenhum fazendeiro que tem pivô, nenhum. Nunca vi cana de açúcar, agora algodão já vi sim, a fazenda vizinha fez um teste, né?... Mas esse ano, por exemplo, decidiram que não vão plantar devido ao alto custo, que algodão é cultura muito cara pra se plantar e pra... e se você não tem os equipamentos pra colher... os maquinários, os implementos, a na verdade, pra fazer a colheita, enfim, você precisa fazer uma terceirização e essa terceirização é muito alta porque as máquinas de algodão elas são caras, né?... Porque daí também precisa do rolo, né... aqueles enfardados que ficam... enfim, né, que carregam direto na carga inteiro, então é todo um processo bem complicado o algodão assim, é uma cultura bem cara. E eucalipto sim, aqui por exemplo, nós temos uma unidade de beneficiamento, a fazenda tem eucalipto, tem uma área bem relativa assim aqui em volta da sede e todas as fazendas que tem unidades de beneficiamento plantam eucalipto por causa da fornalha, né?... por causa dos silos e tal, que precisa ter, por exemplo, quando as sementes vem no nível de, por exemplo, no nível de semente, de umidade de colheita, quando ela tiver indo lá pros doze, é o ideal pra colher semente, então por exemplo, se um dia... é o ideal, né, mas já teve caso da gente conseguir colher, teve casos de conseguir não, teve casos de forçar, né... por períodos de chuvas perder muitos talhões e a gente teve que colher ela mais úmida e ir pro secador secar pra... tava com qualidade, mas devido chuvas e perdas de vários outros talhões, aconteceu isso de forçar uma umidade mais alta pra guardar aquelas sementes, só que daí ela precisa de ficar no secador, secar, passar pro todo outro processo.” (Agrônoma, Celeiro Sementes, entrevista concedida, 2021).

Nesse sentido, a região ainda tem como foco a produção de soja e milho, no entanto, com tendências de maior diversificação de culturas agrícolas, como algodão e sorgo. A agrônoma cita o eucalipto, muito utilizado em fazendas com presença de unidades de beneficiamento e que necessitam aquecer as caldeiras através da combustão da madeira para o processo de secagem dos grãos através de temperaturas e condições de armazenagem ideais.

Pelos dados referentes à produção de soja, milho, arroz, sorgo e algodão, é possível apontar que a região dos Cerrados Piauienses passou por uma intensa transformação no uso e ocupação dos solos. Pelo Mapa 21, construído a partir do MAPBIOMAS (2021), observa-se o avanço das áreas de cultivo de grãos, sobretudo de soja, já que em 1985 praticamente não havia áreas de cultivo, sendo a década de 1990 em diante, decisiva para a expansão das culturas temporárias. Fica visível, portanto, a conversão do cerrado em áreas de agricultura tecnificada, como também em áreas de pastagens.

Mapa 21: Uso e cobertura do solo na área de estudo (1985, 1995, 2005 e 2019)



Fonte: MAPBIOMAS (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

A tabela 24 permite visualizar a evolução das classes de cobertura entre 1985 e 2019. Fica claro a redução das formações do cerrado e do aumento da área das lavouras temporárias, com destaque para o avanço da área de cultivo de soja, que em 2019 representou 14% do total da área de estudo.

Tabela 24: Área das classes de cobertura na área de estudo

1985		1995	
Classe de Cobertura	Área (hectares)	Classe de Cobertura	Área (hectares)
Formação Florestal	362.986,28	Formação Florestal	352.031,56
Formação Savânica	4.143.597,02	Formação Savânica	4.124.063,00
Formação Campestre	706.890,92	Formação Campestre	716.992,97
Pastagem	50.138,37	Pastagem	59.407,28
Mosaico de Agricultura e Pastagem	288,43	Mosaico de Agricultura e Pastagem	70,43
Infraestrutura Urbana	358,32	Infraestrutura Urbana	941,16
Outras Áreas não vegetadas	53.431,33	Outras Áreas não vegetadas	39.530,79
Hidrografia	1.775,30	Hidrografia	1.171,15
Outras Lavouras Temporárias	4.103,65	Outras Lavouras Temporárias	29.361,25
Total	5.323.569,61	Total	5.323.569,61
2005		2019	
Classe de Cobertura	Área (hectares)	Classe de Cobertura	Área (hectares)
Formação Florestal	360.490,05	Formação Florestal	356.894,89
Formação Savânica	3.874.468,92	Formação Savânica	3.313.483,54
Formação Campestre	691.968,04	Formação Campestre	622.102,00
Pastagem	71.765,82	Pastagem	86.955,20
Mosaico de Agricultura e Pastagem	51,46	Mosaico de Agricultura e Pastagem	94,68
Afloramento Arenoso/Duna	1,16	Infraestrutura Urbana	2.042,34
Infraestrutura Urbana	1.325,43	Outras Áreas não Vegetadas	55.295,40
Outras Áreas não Vegetadas	45.501,73	Hidrografia	1.311,38
Hidrografia	1.369,55	Soja	752.453,58
Soja	164.859,85	Outras Lavouras Temporárias	132.936,59
Outras Lavouras Temporárias	111.767,59	-	-
Total	5.323.569,61	Total	5.323.569,61

Fonte: MAPBIOMAS (2021), elaborada pelo autor.

Em todos os índices produtivos fica evidente que Baixa Grande do Ribeiro é o grande destaque, sendo, hoje, o maior produtor de grãos da região dos Cerrados Piauienses. O município de Uruçuí era líder na produção de soja entre os anos 2000 a 2006, e, a partir de 2009, Baixa Grande do Ribeiro assume a dianteira, condição que permanece até o presente momento. Esse município até 1993 pertencia a Ribeiro Gonçalves, quando no ano seguinte é elevado à categoria de município.

O motivo do desmembramento é explicado pelo processo intensivo de ocupação pelo agronegócio das terras destinadas ao cultivo de grãos. Baixa Grande do Ribeiro, de certa forma, nasce em razão do agronegócio, sendo, desde seu surgimento, um verdadeiro município do fazer produtivo ou, sendo mais específico, um município do agronegócio. Assim, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Uruçuí são os municípios com destaque no cenário do agronegócio de

grãos, sendo os dois últimos, além de grandes produtores, locais de concentração das redes agroindustriais de insumos, implementos, serviços e máquinas agrícolas, portanto, cidades do agronegócio piauiense.

Alguns motivos levam Baixa Grande do Ribeiro a ter um elevado índice de produção de soja e das demais culturas agrícolas, dentre eles está o fato de figurar como o segundo município piauiense em extensão territorial (Quadro 8). Nesse caso, pode-se fazer uma simples associação, pois aqueles municípios com as maiores áreas territoriais, são também os que se destacam em termos produtivos. Dos dez municípios com as maiores áreas territoriais do Piauí, seis estão localizados entre os pertencentes ao nosso recorte de estudo, o que indica que a região dos Cerrados do Piauí representa uma grande porção territorial deste estado. O Alto Parnaíba Piauiense possui uma área de 25.485,207 km², já o Alto Médio Gurguéia possui um total de 27.748,648 km², totalizando 53.233,855 km². O Piauí possui 251.756,515 km², portanto, as duas microrregiões correspondem a 21,14% do território piauiense (IBGE, 2019).

Quadro 8: Os dez maiores municípios piauienses em área territorial

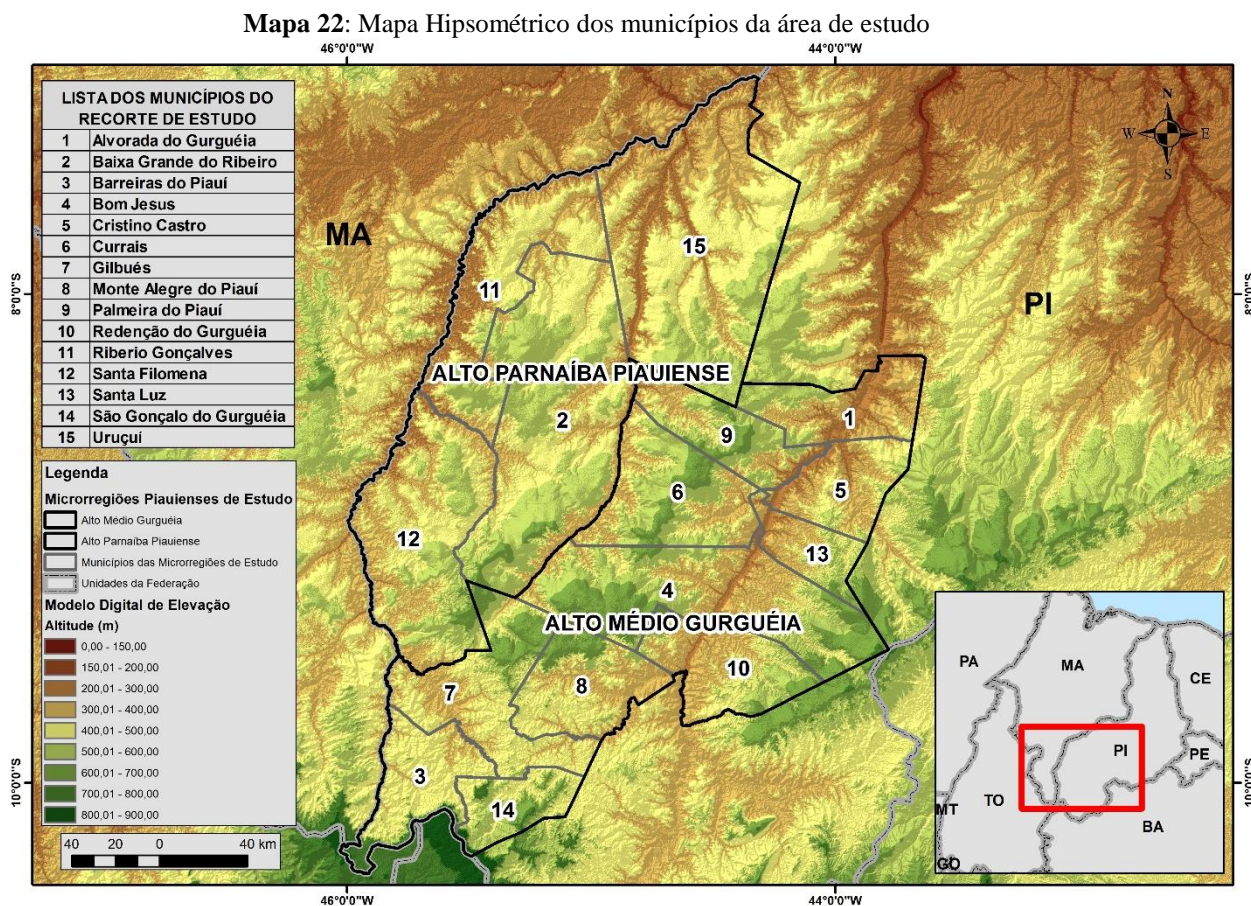
Posição	Município/PI	Área (Km ²)	% do Estado do Piauí
1º	Uruçuí	8.411,89	3,34
2º	Baixa Grande do Ribeiro	7.808,91	3,10
3º	Bom Jesus	5.469,36	2,17
4º	Santa Filomena	5.285,45	2,09
5º	São Miguel do Tapuio	4.988,19	1,98
6º	Pimenteiras	4.562,90	1,81
7º	Canto do Buriti	4.325,64	1,71
8º	Ribeiro Gonçalves	3.978,94	1,58
9º	Dom Inocêncio	3.870,16	1,53
10º	Gilbués	3.494,95	1,38

Fonte: IBGE (2019), adaptada pelo autor.

A região do sul do Piauí foi historicamente construída através da pecuária extensiva. As primeiras ocupações deram prioridade aos locais próximos de cursos de rios e córregos. Assim, através das grandes extensões de terras para criação do gado, o sul do Piauí foi sendo formado a partir dessa lógica fundiária, constituindo-se também como uma área territorial menos povoada em relação ao norte piauiense, próximo da capital Teresina, onde há maior quantidade de municípios, de áreas territoriais menores, porém, de maior contingente populacional.

Assim sendo, o sul do Piauí concentra municípios com territórios maiores e com presença dos platôs do Cerrado, observados no Mapa 22, em sua maioria na cor verde e alguns em amarelo. É possível perceber que há diferenças evidentes quanto à presença dos platôs comparando-se as duas microrregiões, pois o Alto Parnaíba Piauiense possui áreas maiores de platôs, com elevação entre 400 a 700 metros. No entanto, o Alto Médio Gurguéia também

dispõe de um conjunto expressivo de platôs, que associado aos índices produtivos ainda baixos comparados ao Alto Parnaíba Piauiense, indica possibilidade de expansão da atividade nesse recorte territorial.



Observa-se que Baixa Grande do Ribeiro é um grande município, representando 30,64% de sua Microrregião e, além disso, apresenta uma extensa área com predominância das chapadas/platôs que possuem as condições ideais e desejáveis para o cultivo de grãos advindos da agricultura tecnificada, sobretudo a questão do aplainamento do relevo. O mesmo se aplica a Uruçuí, que juntamente com Baixa Grande do Ribeiro possuem as maiores áreas propícias ao cultivo de grãos pelo agronegócio globalizado.

Reydon e Monteiro (2004) caracterizam as chapadas piauienses como áreas de superfícies planas com leves ondulações e com altitude média de 600 metros, com a presença de escarpas abruptas com média de cem metros de altura. Essas áreas são conhecidas popularmente como serras e são rodeadas pelos chamados Gerais, áreas de fundos de vales e das encostas dos platôs com disponibilidade de pastagem natural e vegetação mais exuberante. Entretanto, pela presença da nova realidade imposta pelo agronegócio, há mudanças

significativas nessas características e que apontam para uma elevada degradação ambiental derivada do intenso desmatamento, ocupação indevida das terras e queimadas.

Pelo quadro 8, observa-se também que todos os quatro municípios do Alto Parnaíba Piauiense figuram entre os dez maiores do Estado do Piauí, fato que contribui fortemente para que essa microrregião liderar os índices produtivos, por dispor de maiores áreas de platôs. No Alto Médio Gurguéia, há os municípios de Bom Jesus, o terceiro maior do Piauí e o quarto entre os produtores de soja no ano de 2018, e de Gilbués, o décimo maior em extensão territorial e terceiro maior produtor de soja do Alto Médio Gurguéia.

Nesse caso, a combinação entre áreas territoriais de grandes dimensões com a presença das chapadas/platôs transforma os municípios da região dos Cerrados do Piauí como alvos para a efetivação e expansão do agronegócio. Nesse ponto, o agronegócio entra inicialmente através do Alto Parnaíba Piauiense, se fixa no Piauí e, a partir de 2002, ganha novos horizontes decorrentes do início das instalações da unidade fabril da Bunge Alimentos no município de Uruçuí, fato que acabou repercutindo para a inserção de novas áreas de chapadas de municípios localizados no Alto Médio Gurguéia à região produtora.

A chegada da multinacional em Uruçuí impulsionou a produção de soja no Alto Parnaíba, o que demandou maior utilização de terras. As áreas dos platôs de Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena já não seriam suficientes pela proporção que atividade ganhava nos Cerrados do Piauí. Os produtores e empresas agrícolas necessitavam, cada vez mais, de novas terras e horizontes para intensificar o processo produtivo e difundir o agronegócio da região. Foi dessa forma que, a partir do início do século XXI, liderados por Bom Jesus, alguns municípios do Alto Médio Gurguéia iniciam, de fato, a produção de soja. Em 2006, Monte Alegre do Piauí, Currais, Gilbués e Palmeira do Piauí já figuram com dados representativos referentes à quantidade produzida e área colhida de soja.

O processo de inserção dos Cerrados Piauienses ao circuito da produção agrícola moderna deve ser encarado como uma ação promovida e incentivada pelo Estado, sobretudo, por meio de políticas públicas e ações implementadas a partir da década de 1980. Dentre essas ações, o PRODECER. No caso piauiense, o foco estaria no fortalecimento dos corredores viários e de exportação, com o objetivo de promover o escoamento da produção efetivada no Piauí por meio dos Portos de Itaqui e Ponta da Madeira, em São Luís-MA (ALVES, 2004).

As mudanças nos Cerrados do Piauí vão além das infraestruturas e das transformações produtivas, pois, de certo modo, representaram conjunturas referentes ao que Alves (2004) denomina de um novo perfil técnico, econômico, social, cultural e espacial na região sul do Piauí. O processo de ocupação inicial da Microrregião Alto Parnaíba Piauiense baseou-se no

apoio do Estado aos projetos de reflorestamento, sobretudo com a produção de caju, que para Reydon e Monteiro (2006), serviu apenas como justificativa para angariamento de empréstimos, para legitimar a especulação produtiva e como garantia de composição de um extenso e valioso mercado de terras.

A concentração fundiária foi uma das perversas consequências desse processo especulativo. Soma-se a isso a falta de coordenação do Estado na questão da regulação do acesso às terras e o favorecimento dos agentes hegemônicos, tais como empresas agrícolas e investidores, fatos que impulsionaram os conflitos fundiários e resultaram em consequências extremamente negativas para parte da população local, sobretudo as residentes em áreas rurais e próximas dos cultivos de grãos (REYDON; MONTEIRO, 2006).

A partir da década de 1970 o Governo do Piauí delega à Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) a coordenação da questão fundiária da região do cerrado piauiense, sobretudo com a responsabilidade de repasses de terras a preços simbólicos e irrisórios aos novos produtores e especuladores (REYDON; MONTEIRO, 2004).

Favareto et al. (2019, p. 359) detalha mais o processo de transferência de terras públicas aos supostos novos agricultores a partir do final da década de 1970 por meio do COMDEPI:

Em 1976 foram alienadas extensas áreas. Calcula-se algo em torno de dois milhões de hectares em cinco diferentes frentes naquela região. Estas áreas foram repassadas a particulares em glebas de até três mil hectares para pessoas físicas, e até vinte e cinco mil hectares para pessoas jurídicas. A motivação inicial era transformar aquela porção do território, até então com baixa dinâmica econômica ligada à pecuária extensiva, em polos de produção e beneficiamento de caju e produção de madeira.

O Governo Piauiense estimulou a ocupação das terras dos cerrados, muitas vezes adquiridas de forma ilegal, além disso, houve a distribuição de lotes para agricultores que chegavam à região. Alves (2006) cita suspeitas de servidores do Instituto de Terras do Piauí (Interpi²¹) e da COMDEPI, com participação em esquemas de corrupção no processo de titulação das chamadas terras devolutas por pessoas ou grupos e empresas privadas.

O Governo Piauiense faz até mesmo a contratação de técnicos e empresas de divulgação para a construção e divulgação de propagandas enaltecendo os Cerrados Piauienses (ALVES, 2006), que seriam a partir daquele momento a nova fronteira agrícola brasileira ou novo *front* agrícola (FREDERICO, 2008; CASTILLO, 2005).

²¹ O Interpi também foi criado com o intuito de distribuir terras aos supostos novos produtores no setor de reflorestamento a partir do caju, dessa vez com porções de terras menores nas áreas dos baixões. No entanto, o projeto econômico não obteve êxito e, também, serviu apenas como forma de aumentar o processo de especulação fundiária na região, que mais à frente se tornaria alvo de investidores e agricultores sulistas, sobretudo a partir da década de 1990 (FAVARETO et al., 2019).

O Polonordeste, implementado através do Decreto 74.794, de 30 de outubro de 1974, foi condutor e centralizador de ações envolta de projetos de irrigação no Nordeste, sobretudo naquelas regiões onde havia histórico de secas prolongadas. Especificamente no caso piauiense, o programa beneficiou diretamente médios e grandes agricultores, mesmo padrão ocorrido em outras áreas do Nordeste, o que revela a clara intenção de beneficiar essa tipologia de produtores rurais. Assim, o Estado, através desses produtores, teve um resultado mais imediato dos índices produtivos e das metas vislumbradas, sobretudo no aumento das exportações/equilíbrio da balança comercial (ALVES, 2006).

O Polonordeste tinha como objetivo principal o de alavancar a implantação e melhorias de instalações e infraestruturas básicas, como de rodovias, na área de eletrificação e nas redes de telecomunicações, para assim promover a integração do Piauí à rota do agronegócio globalizado (REYDON; MONTEIRO, 2004; LEAL, 2013).

O Fiset, criado no mesmo ano e período do FINOR, é outro exemplo de direcionamento de política pública para o setor agropecuário. No Piauí, teve como foco a destinação de recursos para projetos de reflorestamento, também para plantações de caju, com financiamento do Banco do Brasil, via Instituto de Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (LEAL, 2013). No entanto, não houve um desenvolvimento efetivo dos projetos de produção de caju e de outros tipos de reflorestamento, como de manga, ampliando assim o processo de concentração fundiária e estimulando a apropriação indevida de terras na região visando os recursos dos programas governamentais, como o FINOR e o Fiset (ALVES, 2006).

Nenhum dos programas consumou o desenvolvimento agropecuário e florestal das regiões semiárida e dos Cerrados do Piauí, pelo contrário, intensificou a concentração fundiária no Piauí, com apropriação ilegal de terras públicas (ALVES, 2006). Os rebatimentos são percebidos até hoje, com brigas na justiça e conflitos fundiários. Há também claras evidências e provas de que a intensificação da concentração fundiária e conflitos fundiários só aumentam no Piauí, com pequenos produtores, moradores locais e os trabalhadores da terra prejudicados, como define Mendonça (2004), ao se referir aos camponeses e trabalhadores rurais.

O FINOR foi uma importante política pública para o impulso do agronegócio do sul do Piauí, e, pensando no contexto macrorregional, tinha como foco os investimentos no setor pecuário nordestino, que naquele momento pautava-se na criação de gado solto e uso das pastagens naturais. O FINOR era atrelado à SUDENE e possuía linhas de créditos do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste direcionadas à modernização do setor agropecuário de alguns recortes específicos do Nordeste, como o sul do Piauí (ALVES, 2006; LEAL, 2013).

O FINOR pode ser considerado um dos condicionantes para a constituição da região de pecuária mais forte no Piauí, representada pelo município de Corrente (com mais de 30 mil cabeças de gado), além do destaque para Parnaaguá, que, hoje, possui o maior rebanho bovino do sul do estado, com 44.989 cabeças. No entanto, esse programa não transformou, de fato, a região em um grande polo pecuário. Com a presença do agronegócio de grãos e os investimentos de alguns agricultores na criação de gado de corte, há uma tendência natural que isso contribua para mudanças desse padrão a partir da associação e cooperação entre os dois setores, pecuária e agricultura moderna na região dos Cerrados do Piauí.

Por meio dos trabalhos de campo e do contato com a região e população local foi possível identificar alguns exemplos de agricultores produtores de grãos realizando fortes investimentos na área da pecuária moderna, em fazendas de gado na região do Vale do Gurguéia (baixões) e até mesmo nas áreas de cultivo, como forma de estimular e promover a rotação de culturas. A figura 13 evidencia uma fazenda de criação de bovinos, localizada nas áreas de platôs do município de Monte Alegre-PI, próximo das bordas da Serra do Quilombo, ainda em estágio inicial, mas que já possui extensas áreas de pastagens para engorda do gado. Essa fazenda não cultiva soja diretamente, funciona para a criação de bovinos e cultivo de alguns grãos, como milho e arroz, sendo boa parte da propriedade destinada ao arrendamento.

A existência de fazendas de gado nas serras indica que muitos agricultores utilizam os pastos como forma de proteger os solos e promover a rotação de culturas, com aproveitamento da pastagem cultivada para a engorda de animais de corte.

Figura 13 - Áreas de pastagens e criação de bovinos nos platôs piauienses



Fonte: O autor (2020).

Através da tabela 25 nota-se o incremento do número de estabelecimentos agropecuários com bovinos e da variação de 26,22% do número de bovinos entre 1995 e 2017 na área de estudo. O Alto Médio Gurguéia possui uma quantidade de bovinos bem superior ao Alto

Parnaíba Piauiense, com destaque para os municípios de Bom Jesus²² e Monte Alegre do Piauí, com tendências de crescimento em municípios como Currais e Santa Luz.

Monte Alegre do Piauí é, dessa forma, exemplo de município que vem crescendo do ponto de vista da pecuária juntamente com a agricultura moderna, pois quase dobrou o quantitativo de bovinos entre 1995 e 2017 e desponta também como um dos quatro maiores produtores de soja do Alto Médio Gurguéia. O crescimento da pecuária no município foi resultado das aquisições de terras de investidores provindos de outros estados para a formação de pasto e criação de gado. Nesse município, às margens da BR 135, Teresina-PI, é possível perceber a existência de fazendas de gado em crescimento e um mercado aquecido de terras, com placas e anúncios de vendas de propriedades. O caso de Monte Alegre do Piauí evidencia uma região que se transforma cada vez mais a partir da especulação fundiária.

Há, portanto, expansão de fazendas de gado tanto nas áreas de platôs, como forma de rotacionar as culturas agrícolas e aproveitar períodos sem cultivo de grãos, como também em áreas dos baixões²³. O professor W.L, do IFPI- Campus Uruçuí, curso de Agronomia, em entrevista concedida enfatiza o processo de diversificação das atividades e o uso da pecuária como forma de complementação dos ganhos econômicos dos grupos empresariais, empresas e agricultores:

“[...] São várias empresas que se instalaram na região em função disso, são várias fazendas que exploram a atividade agrícola no cerrado, tanto produção de grãos, arroz, feijão, a soja e o milho, que é o carro chefe, principalmente a soja e também o milho e o algodão que já desponta em algumas áreas e pastagem também, porque na rotação de culturas o pessoal estão adotando bastante, então no período de entre safras ai... colocam na verdade o gado pra fazer o pasteio, coloca na verdade pra aproveitar não só pra cobertura do solo, mas também para uma atividade lucrativa, que é a produção de carne. [...]” (Prof. W.L, IFPI – Campus Uruçuí- PI, entrevista concedida em 2020).

Nesse processo de diversificação de atividades, os baixões tornam-se alvos inevitáveis de investidores e dos agricultores. No entanto, ainda é um processo inicial, embrionário, visto nos trabalhos de campo e no contato com a população local. Conclui-se, portanto, que se essa lógica prevalecer e aumentar, há uma tendência natural do aumento dos conflitos por terras, como também no aumento dos impactos ambientais e rebatimentos sobre o mercado de trabalho local.

²² Em Bom Jesus, entre 1995 e 2006 há uma redução do número de bovinos, no entanto, essa redução foi influenciada pela emancipação de Currais, que anteriormente pertencia a esse município.

²³ Áreas de altitudes menores, próximas aos cursos d' água da região e onde se localizam os centros urbanos do sul piauiense. Já os platôs representam as áreas de maior altitude e aplainamento do revelo e onde estão as fazendas produtoras de grãos da região.

Tabela 25: Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos (unidades) e nº de bovinos (cabeças) na região de estudo

Microrregiões	Municípios	Nº de estabelecimentos agropecuários com bovinos (unidades)		Nº de cabeças de bovinos nos estabelecimentos agropecuários (cabeças)		
		2006	2017	1995	2006	2017
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	498	532	12.512	11.147	13.805
	Ribeiro Gonçalves	217	246	9.842	12.980	9.278
	Santa Filomena	317	389	10.998	12.381	14.381
	Uruçuí	538	550	13.818	20.523	20.823
	Total Microrregião	1.570	1.717	47.170	57.031	58.287
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	336	255	*	9.169	7.382
	Barreiras do Piauí	184	190	8.463	6.000	4.647
	Bom Jesus	515	460	32.006	24.036	27.183
	Cristino Castro	288	291	11.545	6.822	5.415
	Currais	258	288	*	5.564	14.683
	Gilbués	578	466	16.450	12.916	10.671
	Monte Alegre do Piauí	638	878	12.652	15.191	24.805
	Palmeira do Piauí	328	352	9.124	7.067	7.540
	Redenção do Gurguéia	314	299	12.201	11.408	12.423
	Santa Luz	299	315	3.702	15.967	14.231
	São Gonçalo do Gurguéia	257	247	*	8.515	6.253
Total Microrregião	3.995	4.041	106.143	122.655	135.233	
Total área de estudo		5.565	5.758	153.313	179.686	193.520
Piauí		75.469	69.750	1.704.389	1.667.456	1.427.467
Nordeste		972.959	869.317	22.841.728	25.833.159	21.684.276
BRASIL		2.678.392	2.522.487	153.058.275	176.147.501	172.719.164

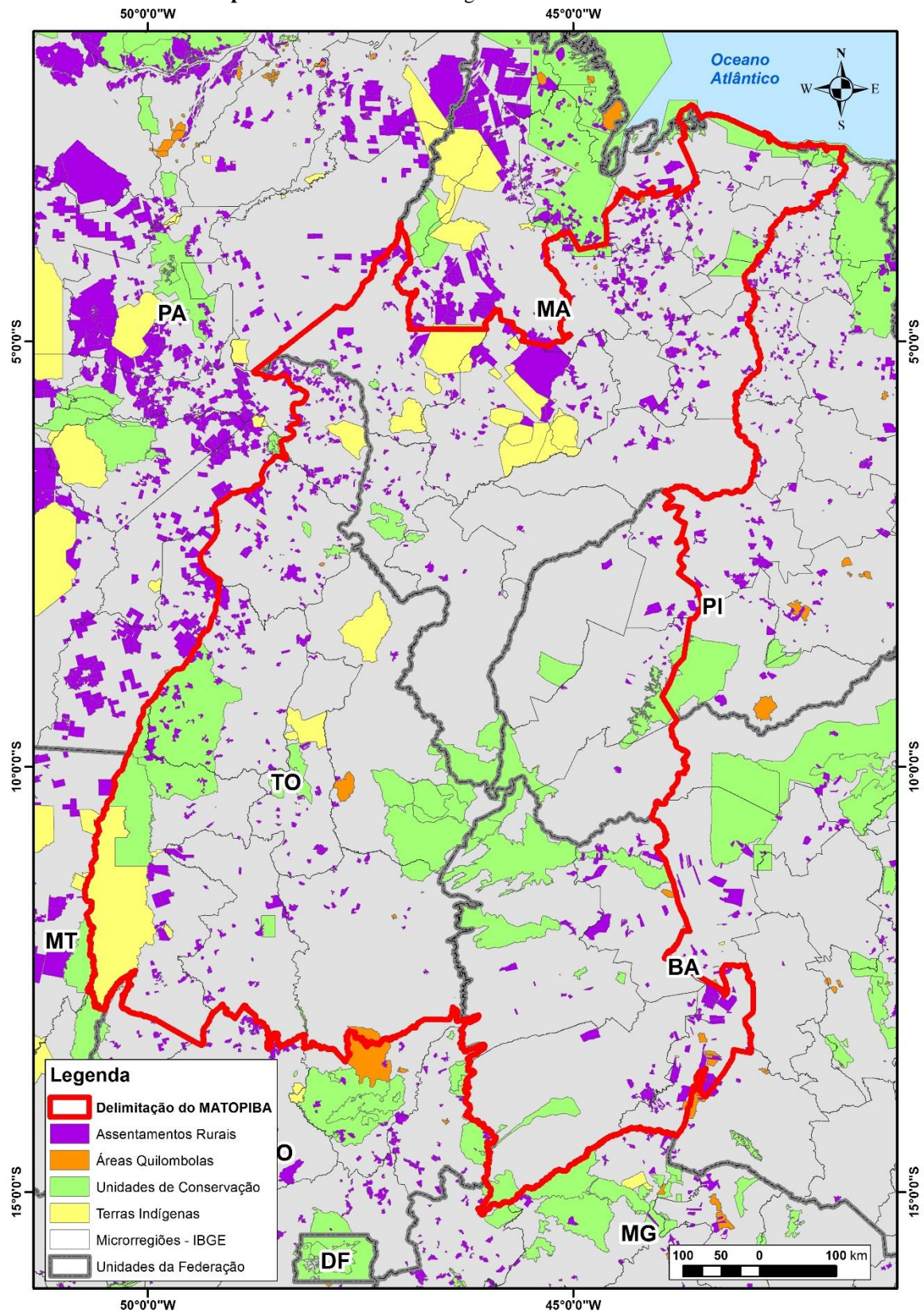
Fonte: IBGE/SIDRA, adaptada pelo autor (2021). *Não emancipado.

No âmbito do MATOPIBA, o Piauí é o integrante com menos ocorrências de conflitos por terra. Almeida, Sodré e Mattos Júnior (2019) apresentam os dados da CPT de 2008 e 2016:

Tendo como referência o ano de 2008, início dos primeiros estudos que balizaram a criação da Região, até o ano de 2016 quando houve a sua desinstitucionalização federal, contabilizamos 1.343 conflitos por terra. Desse total, o Maranhão registrou 1.009 casos, o correspondente a 75% do total. Logo em seguida, no estado do Tocantins foram registrados casos, o que equivale a 16% dos conflitos. Os estados da Bahia e do Piauí, respectivamente, registram 84 e 35 conflitos por terra, em dados percentuais, isso responde a 6% e 3% dos conflitos por terra registrados no MATOPIBA (CPT, 2008, 2016). (ALMEIDA, SODRÉ, MATTOS JÚNIOR, 2019, p. 252-253).

Nesse sentido, o Piauí ainda não é terreno de conflitos do mesmo nível presenciado no Maranhão e no Tocantins, estados que possuem características singulares do ponto de vista ambiental e social, como a presença de zonas de transição com o bioma amazônico, além da maior presença de assentamentos da reforma agrária, terras indígenas e quilombolas demarcadas e movimentos sociais mais organizados e coesos, conforme é possível perceber pelo mapa 23.

Mapa 23: Áreas e territórios legalmente atribuídos no MATOPIBA



Fonte: BRASIL (2021) – Embrapa Territorial. Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

As quatro microrregiões piauienses pertencentes ao MATOPIBA possuem apenas unidades de conservação e alguns assentamentos rurais, no entanto, em menor quantidade

comparadas aos demais integrantes da região. Nesse caso, na visão dos empresários e grandes agricultores, a região dos Cerrados Piauienses é considerada mais “calma” do ponto de vista social e de disputas por terras, o que estimula ainda mais investimentos de empresas agrícolas e agricultores, complexificando o quadro econômico, social e agrário do sul do Piauí.

Entretanto, não se pode diminuir e camuflar os conflitos existentes, pois são extremamente violentos, perigosos e preocupantes, sendo a população local, sobretudo a camponesa, a mais exposta e vulnerável a uma série de riscos que envolvem o uso da sua terra, ameaças de morte e repressão. Somente para exemplificar a existência de conflitos por terras e ameaças de morte na região, utilizou-se como base o ano de 2020, constantes no quadro 9:

Quadro 9: Conflitos por terra e ameaças de morte na área de pesquisa em 2020

Conflitos por Terra				
Município	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Bom Jesus	Área Ordem Mercedário da Igreja Católica	11/01/2020	2	Pequeno proprietário
Bom Jesus	Comunidade Salto II	15/01/2020	16	Posseiro
Bom Jesus	Comunidade Salto I	31/07/2020	10	
Gilbués/ Bom Jesus	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/ Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/Assent. Rio Preto	07/05/2020	41	Posseiro
Gilbués/ Bom Jesus	Povo Gamela Barra do Correntim	30/06/2020	14	Indígenas
Gilbués/ Bom Jesus	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/ Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/Assent. Rio Preto	01/09/2020	41	Posseiro
Gilbués	Comunidade Brejo do Miguel	07/09/2020	12	Posseiro
Santa Filomena	Com. Ribeirinha Chupé	28/02/2020	13	Posseiro
Santa Filomena	Com. Ribeirinha Chupé	06/03/2020	13	Posseiro
Santa Filomena	Barra da Lagoa	30/06/2020	11	Posseiro
Ameaças de Morte				
Municípios	Nome do Conflito	Data	Vítimas	Categoria
Gilbués	Comunidade Melanciais/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/ Riacho dos Cavalos/ Brejo das Éguas/Serra Partida/Assentamento Rio Preto	01/09/2020	1	Posseiro

Fonte: CPT (2020).

Os dados da CPT de 2020 indicam a existência de 10 conflitos por terras e uma ameaça de morte, que, excluindo-se a repetição dos casos, envolveu um total 119 famílias e uma vítima de ameaça. A maioria dos conflitos envolve posseiros, nesse sentido, contempla trabalhadores da terra que já viviam em determinadas áreas rurais, como as próximas de áreas de veredas ou a rios da região, nas áreas dos baixões, desenvolvendo suas atividades de subsistência, como a criação do gado solto, de caprinos e ovinos, de aves, do cultivo de pequenas roças e com

utilização do sistema roça de toco, com desmatamento a partir de foices e machados, técnicas de queimadas e rotação dos locais de cultivo.

Percebe-se a ocorrência de um conflito que envolve o povo indígena Gamela que vive na zona rural de Bom Jesus e Gilbués, e que luta pela manutenção e demarcação de suas terras em meio a pressões de grileiros, invasores de terras e de agricultores da região. Conforme a CPT (2020), o povo indígena é formado por cerca de 228 famílias que vivem no Piauí, localizadas em povoados da zona rural de alguns municípios do sul piauiense: Vão do Vico, em Santa Filomena, Morro D'Água e Prata, em Baixa Grande do Ribeiro, Barra do Corretim, Assentamento Rio Preto e Tamboril/Território Corrente dos Matões, em Bom Jesus, Pirajá e Laranjeiras, no município de Currais (parte dos conflitos do quadro 9 envolvem tais comunidades). Dessa forma, todas as comunidades estão inseridas em municípios produtores de grãos e recebem pressões em torno da terra e da água, impactando diretamente seu estilo e modo de vida.

O Relatório de 2020 da CPT detalha alguns conflitos existentes no Piauí e indica que a Fazenda Alvorada, da família Fritzens, com sede no município de Gilbués, Serra do Quilombo, possui conflitos acentuados com a Comunidade Melanciais localizada neste mesmo município, composta por 38 famílias vivendo próxima do Rio Uruçuí Preto. Essa mesma comunidade é ainda impactada pelas Fazendas produtoras denominadas Paraíba e Roda de Ferro, e também por grileiros atuantes nessa região.

O relatório CPT (2020) traz detalhes sobre os conflitos por terras e a ameaça de morte:

Importante destacar que este não é o primeiro episódio de violação de direitos ocasionado pelo Senhor Celso pois, o mesmo já vem derrubando cercas, fazendo aceiros, expulsando famílias de suas áreas coletivas e afirmando que cercará toda a região em que vivem e trabalham estas famílias. Não o bastante, no dia 04 de Agosto de 2019, o mesmo ameaçou o morador do território, Valdim Alves, ordenando que retirasse uma das cercas construídas pela comunidade e caso não fizesse, Celso afirmou que iria “Pinicá-lo com um facão”. As famílias registraram boletim de ocorrência no 10º DRPC de Corrente no Piauí, mas até o incidente do dia 07 de maio de 2020, não se sabe que encaminhamentos foram tomados em relação ao registro. [...] No mesmo mês a Fazenda Alvorada enviou dois agrimensores no território para medir pontos geográficos dentro da área da comunidade, a equipe se identificou-se como seno da Secretaria de meio Ambiente do Estado, mas não houve mais explicações à comunidade. Em novembro de 2019 a Fazenda Alvorada expulsou as famílias da sua área coletiva de solta do gado e das roças. Com auxílio da polícia e jagunços da fazenda, chegaram à comunidade ribeirinha do território Melanciais e colocaram uma parte do gado das famílias para o outro lado do rio. A ação foi realizada durante toda parte da tarde com a presença da polícia militar. (CPT, 2020, p. 248-249).

Na região de estudo também há a tendência de movimentos de aquisições de terras nas áreas dos baixões para destinação de áreas de reserva. Por conseguinte, o produtor agrícola

adquire vastas extensões de terras para possibilitar o aumento da sua área de cultivo nas áreas dos platôs. Nesse sentido, a Comunidade Melancias, de Gilbués, fica dentro de áreas que supostamente pertencem a fazendas produtoras da região, envolvendo a disputa de titularidade das terras. É caso da Fazenda Alvorada, que tem impossibilitado e dificultado o uso das terras dos baixões, especialmente de áreas de brejo e soltas para pastagem do gado, além disso, a comunidade também sofre com os impactos ambientais gerados pelas áreas de lavoura, como da poluição do Rio Uruçuí Preto, de acordo com dados da CPT (2020).

No âmbito do MATOPIBA há aumento dos conflitos por terras a partir da procura das áreas dos fundos de vale para destinação às reservas legais, prática da apropriação ilegal dessas terras. O problema desse processo está no fato de que os baixões são locais historicamente ocupados por milhares de famílias camponesas e pequenos agricultores, em pequenos e médios povoados, vilas e distritos (FAVARETO et al., 2019).

Fica claro, portanto, que o sul do Piauí vem se tornando alvo de investidores e agricultores como consequência do processo de esgotamento e valorização das terras de áreas agrícolas, como o oeste baiano. O sul piauiense torna-se foco das ocupações, sobretudo por ainda dispor de vastas extensões de terras para cultivo de grãos e para a pecuária intensiva, especialmente na Microrregião Alto Médio Gurguéia.

Desde a década de 1970 os Cerrados Piauienses vem sendo alvo de especulação fundiária e seguiu duas lógicas. Inicialmente envolveu o processo especulativo promovido pelo Estado visando atrair investidores e impulsionar um suposto crescimento econômico e dar a essa região uma atividade econômica símbolo. Posteriormente, a partir do final da década de 1980, com a atenção redobrada para a região, muitos dos primeiros “agricultores” venderam suas terras e os compradores iniciam os investimentos na abertura das primeiras fazendas produtoras de soja (REYDON; MONTEIRO, 2004).

Os primeiros agricultores chegantes ao sul do Piauí eram, sobretudo, de agricultores provindos do Centro Sul Brasileiro, principalmente do Rio Grande do Sul e Paraná, como também de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. A partir da década de 1980 em diante surge o movimento migratório de sulistas interessados na aquisição de terras baratas na região do sul do Piauí (REYDON; MONTEIRO, 2004; ALVES, 2006; ALVES, 2004; REIS; MORAES, 2011).

Alves (2006) divide o processo migratório em direção os Cerrados Piauienses em dois grupos distintos e complementares: o primeiro originário do sul do Brasil, sobretudo do Paraná e do Rio Grande do Sul, num grupo inicial de 70 famílias provindas do município de Santa Rosa - RS. Essa primeira ramificação é menos comum no Piauí, já que foi uma fronteira agrícola

ocupada mais recentemente pelo agronegócio. Estes foram responsáveis pela ocupação de terras no município de Uruçuí, inclusive com a fundação da comunidade e núcleo urbano denominado de Nova Santa Rosa - em alusão ao município gaúcho – localizado na Serra do Uruçuí e dando origem ao primeiro povoado com status de distrito desse município, sendo um núcleo urbano com certa expressão para a realidade local.

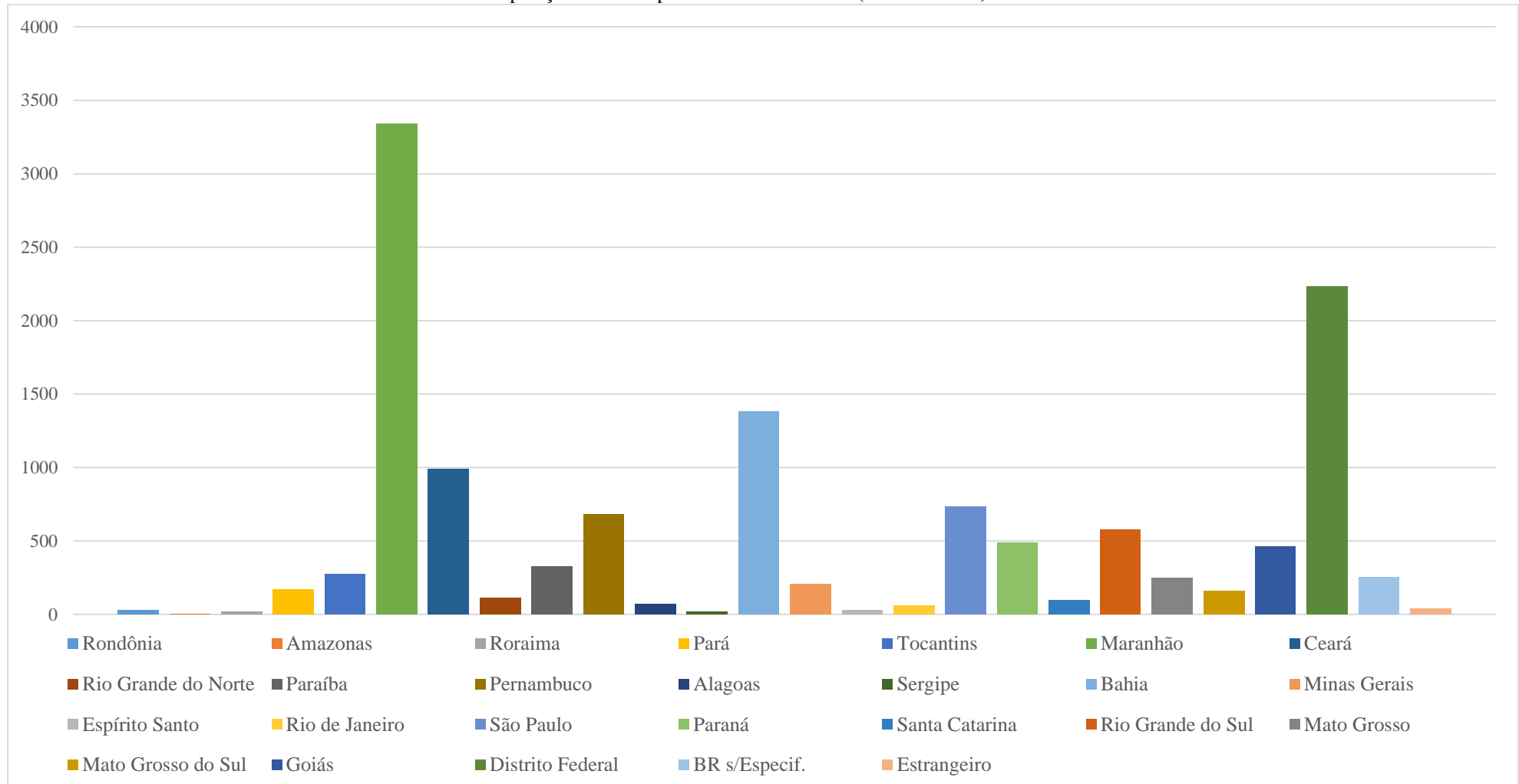
Favareto et al. (2019) considera o povoado Nova Santa Rosa um símbolo do agronegócio piauiense, de um novo modelo de ocupação desse território e do chamado empreendedorismo heroico, abordado na seção 4. Essa tendência de ocupação dos platôs para constituição de um núcleo urbano rompe a tradição do sul do Piauí, que é ocupação dos vales. Trata-se de um núcleo urbano constituído para abrigar uma parte dos agricultores sulistas residentes nessa região e abriga empresas agrícolas, como unidades de armazenagens da Bunge e do grupo Amaggi.

A segunda ramificação de migrantes, segundo Alves (2004; 2006), é composta por uma variedade de locais de origem, no entanto, são ainda descendentes de europeus que já estão realizando uma segunda ou terceira migração. É o caso, por exemplo, de migrantes dos estados do Centro Oeste brasileiro, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Goiás, ou até mesmo de estados vizinhos como Maranhão e Bahia. Na segunda ramificação há também migrantes provenientes de fora do Brasil, como de regiões agrícolas localizadas no Paraguai.

Todas as duas ramificações possuem traços em comum, como a descendência de europeus e sua vinculação direta com a agricultura moderna, além disso, há a presença de um espírito desbravador herdado dos seus familiares e antepassados que saíram da Europa em direção ao Brasil, importante fluxo migratório que o país recebe no século XIX (ALVES, 2004; 2006) e também na formação da rede regional gaúcha, destacada por Haesbaert (1998).

Essa corrente migratória de sulistas, sobretudo do Rio Grande do Sul e do Paraná, em direção ao sul do Piauí impactou diretamente na configuração da população atual, que já apresenta índices expressivos de pessoas com origem de estados sulistas, até mesmo porque esses agricultores acabam influenciando a vinda de familiares e de trabalhadores “gaúchos” para atuação nos Cerrados Piauienses. Portanto, o sul do Piauí, com presença de muitos residentes com origem de estados vizinhos, como Maranhão e Bahia, como também do Distrito Federal e São Paulo (em razão de fatores históricos de correntes migratórias), começa a receber influência também de estados mais distantes da sua realidade histórica, como Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Goiás, etc., conforme indica o gráfico 6.

Gráfico 6: População residente por local de nascimento (outros estados) - 2010



Fonte: SIDRA/IBGE (2010).

Como exemplo, uma das fazendas visitadas foi a Celeiro Sementes, em Monte Alegre do Piauí, que possui como dono José Tiecher Eirelli, catarinense que migrou para o Goiás e estabeleceu investimentos no município de Luziânia, posteriormente com investimentos no oeste baiano e, mais à frente, no sul piauiense. Atualmente o grupo possui escritório central em Brasília, mais exatamente no Lago Sul.

Da primeira ramificação cita-se, como exemplo, a família Fritzen, do grupo Alvorada, localizada em Gilbués, que veio diretamente do Rio Grande do Sul, município de Humaitá. Uma reportagem da Gazeta do Povo cita que a família vendeu 400 hectares de terras no Sul, veio em direção ao Piauí e atualmente cultiva cerca de 400 hectares de terra, com criação de gado em mais quatro mil hectares e com uma reserva de 6 mil hectares ainda para processo de abertura para a agricultura moderna e mais 10 mil hectares de áreas de reserva legal.

Trata-se de uma família migrante sulista que elucida o processo de crescimento da pecuária intensiva presente na região, o que confirma que o agronegócio de grãos presente nos Cerrados Piauienses pode também impulsionar a criação de bovinos, já que atualmente é uma atividade econômica vantajosa, especialmente pelo preço atual da carne. Esses agricultores produtores de grãos aproveitam parte da produção para acelerar e finalizar o processo de engorda de animais.

O gerente da New Holland Jaraguá de Bom Jesus, sulista, residente em Bom Jesus, evidenciou através de entrevista esse processo de complementariedade da agricultura moderna e pecuária intensiva na região:

“Elas (a agricultura e pecuária) estão começando a se interligar. Muita gente em baixo (nos baixões) aqui tá começando a ver a agricultura diferenciada e em cima o pessoal já tá ajeitando uma pecuária em cima da agricultura também. Hoje, por exemplo, os Fritzens planta, tem gado. Os Manganelli têm gado, a Fazenda Laranjeira tem consorciamento de pecuária e agricultura. Os Fritzens, os irmãos Manganelli... a Fazenda Laranjeira... os irmãos Prietros... Os Fritzens da Fazenda Alvorada e os Manganellis já ficam em Monte Alegre e Gilbués, agora os Pietros e a Laranjeira ficam no município de Currais... A Laranjeira hoje já tem 6 mil cabeças de gado. Eles estão utilizando muito da agricultura para alimentar o gado... pega o feno, milho, soja, faz tudo isso e faz uma criação de gado em confinamento.” (Gerente da New Holland Jaraguá de Bom Jesus, entrevista concedida em 2020).

Na fala é possível notar a citação de várias famílias e grupos, todos eles de origem sulista, tanto de primeira como de segunda ramificação. Entre esses é citado justamente a família Fritzens, com extensas possessões, como da figura 14, onde é possível notar o consorciamento entre agricultura e pecuária.

Figura 14 - Fazenda Alvorada, da família Fritzen em Gilbués- PI



Fonte: Gazeta do Povo (2018). Disponível em: <https://bityli.com/1RLobg>.

Em entrevista, a agrônoma empregada na Fazenda Celeiro, em Monte Alegre-PI, de origem gaúcha, município de Três de Maio-RS, destacou a tentativa de manter suas tradições, no entanto, aberta a certos costumes e tradições locais:

Eu participo aqui do CTG, do Centro de Tradições Gaúchas, que é CTG a sigla. A região aqui do Piauí, eu não sei se toda ela tem, enfim, eu só residio em Bom Jesus, mas eu sei que Luís Eduardo tem, tem outras regiões que tem bastante pessoas da região sul, gaúchos, todas elas têm CTG. Sim, eu tomo mate todo dia, porque é uma tradição, né?... O chimarrão, como churrasco, né? (risos)... É, eu uso guaiaca, bombacha, roupa de gaúcho aqui na fazenda, não perdi os meus costumes, nem minha tradição, né... não perdi, não quero perder também não. Meu sotaque deu uma, tipo... quem conversa comigo de perto, ver que eu sou gaúcha, tem um érre (referindo-se a letra R), tu já deve ter percebido que as vezes algumas pessoa que conversam comigo me acham meio grossa assim né, mas é meu jeito. Eu falo com meus amigos por áudio, do Rio Grande do Sul, e eles falam que eu já tô piauiense. Mas é pela questão assim... não que minha voz mudou, mas pela questão de tá trabalhando todo dia com pessoas daqui. Ai a gente começa a colocar um não no final da frase, fala um 'oxe', fala várias palavras que aqui falam e que eu não tinha costume de falar, né?...” (Agrônoma – Fazenda Celeiro, entrevista concedida em 2020).

Haesbaert (1997) aponta para o processo de re-territorialização da cultura gaúcha mesmo após o processo migratório, notado a partir da fala da agrônoma gaúcha que tenta manter suas tradições e preserva ainda laços com colegas gaúchos dentro do seu novo local de moradia e através de uma verdadeira rede de contatos presente na região do MATOPIBA, onde muitas famílias mantêm ainda relações, independente do estado onde residem.

Localmente é usual entre a população local do termo “gaúcho” para se referir a qualquer agricultor da região produtora, seja ele de origem do próprio estado do Rio Grande do Sul, como também do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul

ou do Goiás. Isso também ocorre com muitos trabalhadores sulistas instalados no Piauí, que por exemplo, são agrônomos, administradores, gerentes ou operadores de máquinas que migraram para o Piauí em busca de trabalho ou como contratado através de indicação ou apadrinhamento, como é o caso da agrônoma gaúcha da Fazenda Celeiro, indicada à época pelo seu atual esposo, também gaúcho e que já atuava na região há cinco anos.

Fica claro, pela vivência da região e pelos trabalhos de campo, que os “gaúchos” são vistos de duas formas localmente: primeiramente são encarados como sujeitos determinados, destemidos, sendo, portanto, admirados. No entanto, também são tachados de invasores ou de exploradores dos solos piauienses. Dessa forma, os “gaúchos” são simultaneamente venerados e odiados por diferentes extratos da população local – odiados por aqueles expulsos ou pressionados a sair de suas terras ou ainda impactos pelas fazendas na questão ambiental – venerados por uma parte da população que se deslumbra com o agronegócio, sobretudo em razão do *marketing* que essa atividade carrega nacionalmente, ou ainda por funcionários atuantes nessas fazendas e que possuem ganhos salariais consideráveis em comparação com a realidade local e que, a partir disso, veem na defesa do agronegócio uma maneira de manutenção do seu emprego e status social.

À medida que as ocupações de terras por sulistas se intensificavam, a inserção de elementos técnicos nos espaços rurais e urbanos seguiram a mesma direção nos Cerrados Piauienses (ALVES, 2006). Isso representou a introdução do modelo de agricultura tecnificada na região, processo atrelado ao contexto da reestruturação produtiva do capital, com mudanças e reconfigurações na estrutura agrária, novas formas de uso e ocupação do espaço agrícola, novas lógicas econômicas e culturais em relação aos plantios.

Esse processo de incorporação e abertura de novas áreas representou o momento de intensificação do processo de desmatamento dos Cerrados Piauienses, com ampla retirada da vegetação e substituição de vastos espaços verdes pelos meios técnicos, como na implantação de infraestruturas das fazendas, com construção de armazéns, de casas, alojamentos, além do preparo do solos e ampla utilização de máquinas agrícolas para completa retirada da vegetação, para posteriormente facilitação do trabalho das máquinas agrícolas responsáveis pelo plantio, pulverização, colheita, etc.

Homogeneizou-se, dessa forma, a paisagem que antes pertenciam aos Cerrados e que agora cedem lugar às imensidões verdes ou no que podemos denominar de “desertos verdes” por serem responsáveis pela diminuição da riqueza da fauna e da flora do cerrado, que pelas características de aplainamento do relevo possibilitam o “encontro” das áreas de cultivo com o céu, formando linhas do horizonte intermináveis, interrompidas vez ou outra por pequenos

“quadrados” de eucaliptos que ficam envolta de sedes de fazendas produtoras, como na figura 15, ou por máquinas agrícolas atuando no cultivo de áreas ainda não plantadas, na colheita ou na preparação dos solos.

Figura 15 - Formação das imensidões verdes ou “desertos verdes” nos Cerrados Piauienses



Fonte: O autor, 2020.

Os impactos ambientais após a retirada da vegetação dos cerrados refletem diretamente nas comunidades e povoados rurais que se localizam “aos pés” das “serras”/platôs da região, pois, como não há tanto respeito pelas leis ambientais, o desmatamento acaba ocorrendo muito próximo às bordas dos platôs, e, quando chove, detritos e areia são carregados para as áreas de vales da região, impactando diretamente nos pequenos cursos d’água e intensificando o assoreamento de nascentes, córregos, riachos e rios.

O agronegócio globalizado, desse modo, configura-se como uma atividade extremamente contraditória, já que, ao mesmo tempo, está conectada ao mundo globalizado através da bolsa de valores, também contribui diretamente e alavanca a destruição dos recursos naturais e o modo de vida camponês da região.

O processo de reestruturação agrícola, impulsionado pelo o que Alves (2004) denomina de territorialização de empresas e de famílias sulistas focada na produção agropecuária moderna, sobretudo o da soja, repercute diretamente no mundo do trabalho dessa região piauiense, tema que, segundo Elias (2017), permite a melhor compreensão da divisão social e territorial do trabalho presente em regiões produtivas agrícolas.

A questão do trabalho é um dos fatos mais importantes para análise dos impactos que a agricultura moderna produz em regiões agrícolas, sobretudo porque é exatamente nesse discurso que os grandes agentes dos agronegócio, como empresas agrícolas nacionais e

multinacionais, o Estado e agricultores, se apoiam e justificam a entrada e a expansão do agronegócio globalizado, já que, no processo inicial, há uma série de “promessas” de maior dinamismo e inserção da população local na dinâmica do emprego e renda a partir de uma suposta geração de emprego de forma expressiva. É, portanto, um discurso de defesa da produção e propagação da riqueza a partir do agronegócio de grãos.

De todo modo, é importante deixar claro que um dos impactos que o agronegócio produz nos espaços de sua reprodução é justamente a geração de emprego e renda. Entretanto, cabe-nos questionar e entender quais são esses tipos de emprego, a quem se destina, quais são as lógicas e dinâmicas socioespaciais geradas a partir disso?

São todos questionamentos possíveis e importantes, sobretudo por tratarmos de um conjunto de municípios com um exército de mão de obra barata, em sua maioria sem qualificação profissional, com indicadores sociais baixos e com elevados índices de pobreza e de desemprego. A partir da entrada do agronegócio na região, gerou-se um conjunto de expectativas e esperanças em novas possibilidades de emprego e renda por parte da população local. Com essa lógica, amplia-se na região os fluxos de pessoas e de novos agentes em busca de oportunidades econômicas diferentes.

Apesar do processo de modernização agrícola reduzir a necessidade de mão de obra em decorrência do uso intensivo de tecnologias no processo produtivo, de fato, o agronegócio de grãos ainda carece de mão de obra, desde os cargos que exigem maior qualificação profissional até aqueles que não exigem nenhuma especialização, aqueles empregos mais atrelados ao serviço braçal, ou seja, com utilização do vigor físico.

A análise da mobilidade da população passa pelo entendimento da compreensão do mundo do trabalho (ALVES, 2004). Para Reydon e Monteiro (2004), um dos traços iniciais do agronegócio instalado na região dos Cerrados Piauienses é a utilização de mão de obra de baixo e baixíssimo custo e estabelecendo novas dinâmicas no mercado de trabalho, como no aumento do trabalho agropecuário assalariado.

Antes de explorar alguns dados em relação ao mercado de trabalho agropecuário, é importante deixar claro que alguns dados podem parecer irrisórios e inexpressivos quando no processo de análise. No entanto, é preciso enfatizar que se trata de uma região pouco populosa, onde Bom Jesus, o município mais populoso possui cerca de 25 mil habitantes, onde não havia tanta tradição na lógica do emprego formal, como ainda não há completamente, tendo em vista que o agronegócio de grãos, encabeçado pela soja, gera oferta de trabalho insuficiente se comparado às dimensões das propriedades e áreas de cultivo.

Apesar disso, pela tabela 26, fica evidente que o trabalho agropecuário formal no âmbito da área de estudo vem aumentando sua participação sobre o total do Piauí, representando atualmente quase metade dos vínculos estaduais do estado. Dentro da área de estudo observa-se concentração dos empregos agropecuários no Alto Parnaíba Piauiense, no entanto, há uma tendência de diminuição dessa participação ao longo dos próximos anos a partir do crescimento da participação do Alto Médio Gurguéia.

Tabela 26: Participação percentual (%) dos empregos formais no setor agropecuário no total da área de estudo e no total do Piauí

Microrregião	Dentro da área de estudo			Piauí		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Alto Parnaíba Piauiense	71,93	79,14	72,64	8,30	29,93	34,86
Alto Médio Gurguéia	28,07 ²⁴	20,86	27,36	3,24	7,88	13,13
Área de estudo - total	100	100	100	11,54	37,81	47,99

Fonte: MTE, RAIS, elaborada pelo autor.

A tabela 27 evidencia o incremento dos vínculos no setor agropecuário entre 1997 e 2017: entre 1997 e 2007 houve uma variação de 423%, de 102% entre 2007 a 2017 e de 957% entre 1997 a 2017.

Entre os municípios da área de estudo, destaque para Baixa Grande do Ribeiro, que além de maior produtor de soja, possui também o maior índice de vínculos no setor agropecuário, representando 33,7% do total da região de estudo. Uruçuí com 26% e Bom Jesus com 9,7% também se destacam nesse quesito. Esses três municípios possuem em conjunto um total de 69,4% dos vínculos ativos no setor agropecuário da região.

Na verdade, os quatro municípios do Alto Parnaíba Piauiense destacam-se na questão dos empregos agropecuários, concentrando 72,64% dos vínculos formais ativos do setor em 2017. No Alto Médio Gurguéia, pode-se afirmar que além de Bom Jesus, apenas os municípios de Monte Alegre do Piauí e Currais possuem certo destaque nesse quesito.

Observam-se também grandes diferenças nos índices dos vínculos entre os gêneros masculino e feminino, com concentração no primeiro. Nesse sentido, há ainda uma marcante lacuna na questão da inserção da mulher no mercado de trabalho agropecuário, pois, de fato, ainda existe um preconceito e resistência para a atuação das mesmas no âmbito das fazendas produtoras e empresas agrícolas. No entanto, esses índices vêm crescendo, possivelmente pelo

²⁴ Em 1997 a participação dos vínculos do trabalho agropecuário do Alto Médio Gurguéia foi “puxada” pelo índice elevado em Cristino Castro de empregos no setor agropecuário, certamente por uma alguma experiência no âmbito da agricultura, no entanto, esse município atualmente não está inserido na rota produtiva por não possuir espaços de platôs. Há uma tendência de inserção da fruticultura tecnificada em razão da disponibilidade de água a partir do Vale do Gurguéia e dos inúmeros poços artesianos presentes nessa região, especialmente nesse município.

aumento do número de mulheres formadas em cursos superiores e técnicos relacionados ao agronegócio.

Tabela 27: Frequência de vínculos ativos de trabalhadores por gênero no setor agropecuário na área de estudo (1997, 2007 e 2017)

Microrregião	Município	Vínculos ativos no setor agropecuário, por gênero								
		1997			2007			2017		
		Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	24	1	25	515	29	544	1.236	95	1.331
	Ribeiro Gonçalves	123	16	139	257	20	277	263	20	283
	Santa Filomena	0	0	0	41	7	48	208	21	229
	Uruçuí	103	2	105	631	48	679	930	99	1.029
	Total Microrregião	250	19	269	1.444	104	1.548	2.637	235	2.872
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	-	-	-	111	9	120	34	1	35
	Barreiras do Piauí	0	0	0	4	5	9	81	16	97
	Bom Jesus	0	0	0	78	11	89	343	42	385
	Cristino Castro	101	1	102	5	1	6	6	0	6
	Currais	-	-	-	22	3	25	144	6	150
	Gilbués	0	0	0	38	10	48	55	13	68
	Monte Alegre do Piauí	0	0	0	54	4	58	213	17	230
	Palmeira do Piauí	3	0	3	31	2	33	58	7	65
	Redenção do Gurguéia	0	0	0	10	1	11	14	2	16
	Santa Luz	0	0	0	7	0	7	16	0	16
	São Gonçalo do Gurguéia	-	-	-	2	0	2	10	4	14
Total Microrregião	104	1	105	362	46	408	974	108	1.082	
Total da área de estudo		354	20	374	1.806	150	1.956	3.611	343	3.954
Piauí		2.723	476	3.239	4.723	449	5.172	7.544	694	8.238

Fonte: MTE/RAIS, elaborada pelo autor.

Em Uruçuí, por exemplo, atualmente o município com maior quantitativo de mulheres entre os vínculos ativos, em 1997 só haviam duas mulheres trabalhando formalmente no setor agropecuário, subindo para 48 mulheres em 2007 e para 99 em 2017. No entanto, esse número final só representa 9,62% do total de vínculos ativos no município. Na área de estudo, em 2017, o número de vínculos ativos de mulheres representou somente 8,67%.

Para ilustrar, entre os 48 trabalhadores participantes da pesquisa, apenas 8 mulheres foram identificadas, representando 17% do total e demonstrando o caráter seletivo dos postos de trabalho gerados, ocupados em sua maioria por homens. Entre as oito mulheres entrevistadas ou que responderam ao questionário, sete possuíam formação superior – sendo cinco formadas em agronomia, uma em engenharia florestal e uma em zootecnia. Apenas duas das trabalhadoras possuíam vínculos com empresas de revenda de insumos, uma vendedora com ensino médio completo e uma analista de crédito em uma empresa de revenda de máquinas agrícolas, ambas em Bom Jesus (Quadro 10).

A maioria das trabalhadoras estava diretamente envolvida com o trabalho agropecuário através de fazendas produtoras de grãos, sendo que uma delas é empregada em uma fazenda de criação de bovinos em Bom Jesus e com atuação também no município de Codó-MA. Duas das trabalhadoras nasceram fora do Piauí, uma no Rio Grande do Sul e outra no Maranhão.

Pelo perfil das trabalhadoras especializadas, nota-se que a maioria, cinco no total, possui formação em universidades piauienses, atuando na própria região atualmente. Um dos fatos observados nos trabalhos de campo e a partir do contato com a região é que a inserção da mulher no mercado de trabalho agropecuário mais diretamente – aqueles atrelados à produção de grãos nas fazendas –, é muito reduzido em comparação ao quantitativo de homens. Assim, boa parte das mulheres trabalhadoras nas fazendas possuem formação superior, notadamente em cargos com funções agrônomicas e administrativas das fazendas, como também nas áreas de nutrição, já que uma parte das fazendas possui controle do cardápio semanal e mensal da alimentação dos funcionários, além da presença de técnicas de segurança do trabalho. Há também um pequeno volume de trabalhadoras que atuam como cozinheiras em empresas terceirizadas que fornecem a alimentação para as fazendas ou como ajudantes de cozinha nas próprias fazendas.

Quadro 10: Quadro resumo das trabalhadoras entrevistadas/do questionário online

Nome	Município de nascimento	Fazenda/Empresa	Município onde trabalha	Cargo/Função	Formação/ Universidade	
1	L.A	Bom Jesus-PI	Agrifort	Bom Jesus	Vendedora	Ensino Médio
2	A.R	Bom Jesus-PI	John Deere Agrosul	Bom Jesus	Analista de crédito	Engenharia Florestal UFPI
3	J.R	Três de Maio-RS	Celeiro Sementes	Monte Alegre do Piauí	Agrônoma (Analista de controle de qualidade)	Engenharia Agrônoma SETREM-RS
4	L.L	Monte Alegre-PI	Fazenda Cerrato	Baixa Grande do Ribeiro	Agrônoma/Administradora da fazenda	Engenharia Agrônoma UFPI
5	T.M	Floriano-PI	Fazenda/Empresa indefinida	Uruçuí	Assistente comercial (transporte de cargas, vendas de grãos, rações e insumos)	Engenharia Agrônoma UESPI
6	A.T	Teresina-PI	Fazenda/Empresa indefinida	Uruçuí	Assistente de controle (Liderança, acompanhamento de manejo, programação de painéis, planejamento)	Engenharia Agrônoma/Técnico em Agropecuária UESPI
7	A.U	Uruçuí-PI	Fazenda/Empresa indefinida	Uruçuí	Responsável técnica (Planejamento, controle produtivo)	Engenharia Agrônoma UESPI
8	A.L	Pio XII- MA	Fazenda/Empresa indefinida	Bom Jesus-PI; Codó-MA	Zootecnista (Gerente de Pecuária)	Zootecnia UFPI

Fonte: Trabalhos de campo; entrevistas online e questionários.

À propósito, uma das lógicas evidenciadas nos trabalhos de campo é a terceirização de empresas para prestações de serviços nas fazendas, especialmente aquelas que trabalham com máquinas agrícolas ou serviços relacionados aos agrotóxicos. Um dos entrevistados da pesquisa estava ocupando o cargo de vigilante da Norte-Sul Segurança Privada, empresa terceirizada na Cerro Azul, uma das fazendas do Grupo Insolo:

“A Fazenda que eu trabalho aqui é o grupo Insolo, meu cargo aqui é segurança, ou seja, faz parte da segurança da fazenda, da vigilância e meu cargo é... faço a segurança da portaria, controlo entrada e saída de veículo, chegada de material e tudo, né?... ou seja, nós aqui somos os olhos da fazenda. A gente é terceirizado, a fazenda contratou nossa empresa para prestar nosso serviço na fazenda. Ela presta serviços pra toda as redes da Insolo, presta serviços em quase todos as redes do Maranhão, ou seja, Correios, fazendas... o mais é fazendas e correios, entendeu? E aqui na fazenda tem dois funcionários, na área de segurança, eu e outro rapaz.” (Vigilante - Fazenda Cerro Azul, Grupo Insolo, empresa terceirizada Norte-Sul Segurança Privada).

A referida empresa possui sede em Balsas-MA e presta serviços para várias fazendas da região. Segundo Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2020), com o advento da lei de terceirização (13249/2017), houve uma ampliação dessa lógica no Brasil, tendo em vista que a lei permite terceirizações das atividades fim das empresas e a não obrigatoriedade dos sindicatos para lidar com as rescisões e no processo de contratação de trabalhadores.

Um das características do trabalho agropecuário relacionado à produção de grãos, sobretudo da soja e do milho, no caso piauiense, é o caráter temporário dos postos de trabalho, já que no período da safra há maior número de funcionários nas fazendas, normalmente com contratos pré-determinados com duração de três meses, sobretudo entre outubro e dezembro, que é o período de plantio, denominados localmente de safristas.

A tabela 28 identifica a oscilação do saldo entre admitidos e desligados do setor agropecuário entre 2007 e 2017. Nota-se grandes variabilidades no período compreendido, com saldo de 279 em 2007, de 829 em 2011 e de 274 em 2017. Apesar de haver um crescimento de 62,19% do número de admitidos entre 2007 e 2017, percebe-se tendência de recuo nas novas admissões tendo em vista que entre 2007 e 2011 houve aumento de 112,31% e uma redução de 23,60% entre 2011 e 2017.

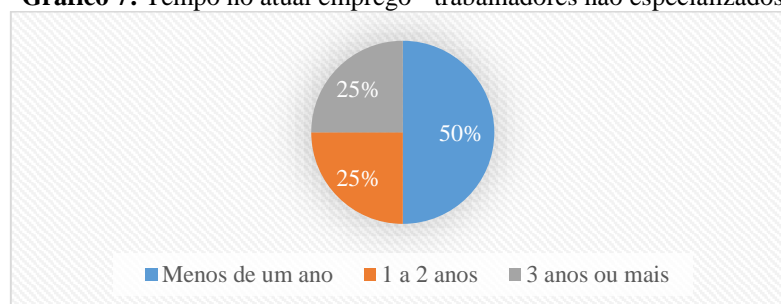
Por volta de 2011 há o auge do agronegócio de grãos na região dos Cerrados Piauienses e o processo de abertura de novas fazendas e construção de instalações físicas, como alojamentos, casas etc., demandando mais contratações para variados cargos. No entanto, na medida em que as fazendas intensificaram o processo de tecnificação e finalizaram o processo de abertura das novas áreas, houve recuo no número de trabalhadores admitidos.

Tabela 28: Número de Admitidos, Desligados e Saldo no setor agropecuário na área de estudo (2007, 2011 e 2017)

Microrregião	Município	Número de Admitidos e Desligados no setor agropecuário								
		2007			2011			2017		
		Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	299	-221	78	1.219	-755	464	944	-822	122
	Ribeiro Gonçalves	319	-242	77	229	-183	46	204	-141	63
	Santa Filomena	42	-31	11	105	-65	40	244	-270	-26
	Uruçuí	731	-581	150	596	-477	119	573	-453	120
	Total Microrregião	1.391	-1.075	316	2.149	-1.480	669	1.965	-1.686	279
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	32	-36	-4	44	-53	-9	8	-8	0
	Barreiras do Piauí	5	-2	3	25	-21	4	94	-76	18
	Bom Jesus	49	-31	18	206	-170	36	151	-160	-9
	Cristino Castro	3	-9	-6	0	0	0	2	-2	0
	Currais	28	-32	-4	243	-118	125	128	-77	51
	Gilbués	46	-43	3	195	-177	18	61	-51	10
	Monte Alegre do Piauí	50	-48	2	365	-386	-21	153	-215	-62
	Palmeira do Piauí	12	-9	3	169	-158	11	53	-57	-4
	Redenção do Gurguéia	0	-52	-52	1	-2	-1	1	-4	-3
	Santa Luz	0	0	0	3	-1	2	1	-4	-3
São Gonçalo do Gurguéia	-	-	-	31	-36	-5	4	-7	-3	
Total Microrregião	225	-262	-37	1.282	-1.122	160	656	-661	-5	
Total da área de estudo		1.616	-1.337	279	3.431	-2.602	829	2.621	-2.347	274
Piauí		3.180	-2.925	255	7.311	-6.210	1.101	5.894	-5.378	516

Fonte: MTE/RAIS, elaborada pelo autor.

Entre os trabalhadores não especializados entrevistados (saídas de campo e entrevistas via webconferência), de um total de 16 pessoas, 50% estavam há menos de um ano na fazenda pelo qual trabalhavam ou prestavam serviços, caso de quatro funcionários informais que tivemos contato. A outra metade se divide entre trabalhadores que já estavam no trabalho atual entre um ano e dois anos e aqueles com 3 anos ou mais (Gráfico 7).

Gráfico 7: Tempo no atual emprego - trabalhadores não especializados

Fonte: Dados do trabalho de campo/Entrevistas via webconferência.

A presença de alguns cargos nos dados alavancou o grupo de trabalhadores que já estão há mais tempo nas fazendas ou empresas, como de vigilante, caseiro e vendedores das lojas de revenda de insumos. Apesar da existência desses cargos com maior durabilidade, o mercado de trabalho local no âmbito do agronegócio apresenta características de uma alta rotatividade, com

trabalhadores migrando entre fazendas ou empresas, ou ainda assinando a carteira de trabalho apenas nos períodos das safras, sobretudo próximo no período do plantio, entre outubro e dezembro, e ainda no período de colheita, entre fevereiro e março, ou para realização de trabalhos pontuais, como na contratação de pedreiros ou consultoria agrícola avulsa.

Muitos dos trabalhadores participantes mudaram de fazenda ou perdeu o emprego um tempo depois do período das entrevistas. Alguns deles mudaram de empresa/fazenda duas vezes no intervalo de menos de 6 meses ou ainda aqueles colocados na “reserva” – dispensado devido ao término da colheita para esperar por uma nova oportunidade de trabalho, conforme necessidades da fazenda. Alguns poucos trabalhadores safristas dispensados após o período das safras conseguem algum outro emprego em fazendas produtoras de maior nível de investimento e que cultivam culturas agrícolas de rotação, como o sorgo e o milheto, por exemplo. Dessa forma, esse trabalhador fica um determinado período em uma fazenda e logo depois migra para outra. Pelo fato de serem cargos temporários, muitos moradores locais acabam desestimulados a buscar emprego nas fazendas produtoras.

É bastante usual a contratação temporária dos chamados trabalhadores safristas, normalmente com contratos de 3 meses. Seriam, portanto, trabalhadores do primeiro e segundo grupo da periferia de tipos de trabalho considerados por Harvey (1992) – trabalhadores fáceis de serem substituídos, com pouca qualificação e nível de especialização. Mendonça (2004) cita o caso de funcionários que preferem não assinar a carteira de trabalho por períodos muito curtos, pois seria uma maneira de sujar a carteira, fato também que pode ser evidenciado na realidade dos Cerrados Piauienses. Prática essa que revela formas e tentativas de controle do trabalho, ao ponto que muitos desses trabalhadores prestam serviços sem formalização.

Por isso, atualmente no Brasil há discursos de empresários e agricultores na questão da flexibilização das leis trabalhistas visando facilitar o processo de contratação e, no preceito dos liberais, seria uma forma de impulsionar o emprego e a geração de renda, quando na verdade estão tentando fugir do pagamento dos direitos trabalhistas. No atual governo, por exemplo, sobretudo antes da pandemia, há discursos em favor da chamada carteira verde-amarela, que seria uma opção do trabalhador para prestar serviços e abrindo mão de alguns direitos trabalhistas, diminuindo assim os custos para os patrões.

Entre as fazendas e empresas multinacionais visitadas em trabalho de campo e instaladas na Serra do Quilombo, há um quantitativo de trabalhadores fixos, ou seja, trabalhadores permanentes que permanecem na fazenda durante todo o ano. No período da safra, com a contratação dos safristas, o número de trabalhadores aumenta de forma expressiva (quadro 11).

Quadro 11: Número de funcionários das empresas e fazendas - trabalhos de campo/entrevistas online

Fazenda/ Empresa	Localização	Tipo de produção/ serviço	Origem Período de instalação	Quadro de funcionários	
				Nº fixos	Nº Período da safra*
Bunge Unidade Armazenadora	Bom Jesus, zona rural, Serra do Quilombo	- Compra e armazenagem de grãos -Trading	- Fundação na Holanda em 1818 com sede nos EUA atualmente - Inaugura o ponto de armazém em 2002 Filiais: América do Norte e Central; Europa, Ásia, Oriente Médio. No Brasil – São Paulo (escritório central).	6	45
CHS Unidade Armazenadora	Bom Jesus, zona rural – Serra do Quilombo	- Compra de grãos; Armazenagem de grãos - Trading	Fundada em 1929 nos Estados Unidos. Sócios: Multigrain, Mitsui e a companhia brasileira PMG Trading. Começa a operar no Piauí em 2013 Filiais: Europa, Ásia, América do sul. No Brasil – São Paulo (escritório central).	10	25
Agrex do Brasil (Armazém)	Bom Jesus, zona rural, Serra do Quilombo	- Compra de grãos; Armazenagem de grãos - Trading	Antiga Ceagro Agrícola (1995); Mitsubishi Corporation como grande acionista	10	30
Celeiro Sementes	Monte Alegre do Piauí, zona rural – Serra do Quilombo	Sementeira (Produção de soja, milho, milheto, sorgo, etc). - Produção de sementes selecionadas para o plantio	- Escritório central em Brasília - Atuação no oeste baiano/sul do Piauí desde 2004	84	110
Fazenda Bom Jardim (Grupo Manganelli)	Bom Jesus, zona rural, Serra do Quilombo	Produção de grãos (soja, milho, milheto, etc)	Atuação desde o início dos anos 2000 na região	30	45
Fazenda Colorado Agrícola	Bom Jesus, zona rural, Serra do Quilombo	Produção de grãos (soja, milho, milheto, etc)	Atuação desde 2011 na região	30	45
Fazenda Santa Isabel	Monte Alegre do Piauí/Bom Jesus	Produção de grãos (soja, milho, milheto, etc)	Sem Informações	60	80
Fazenda Cerro Azul - Insolo	Baixa Grande do Ribeiro	Produção de grãos (soja, milho, milheto, etc)	Insolo – constituída em 2008 Harvard Asset Management – capital financeiro Escritório em Balsas-MA	70	90
Fazenda Cerrato	Baixa Grande do Ribeiro, zona rural, Serra do Uruçuí	Produção de grãos (soja, milho, algodão, milheto, etc.)	Atuação na região desde o início dos anos 2000.	12	15
Total aproximado de funcionários				312	480

Fonte: Trabalho de campo e entrevistas/Feliciano; Rocha (2015); Frederico; Almeida (2019). * número aproximado.

Os dados das fazendas Colorado Agrícola, Santa Isabel, Cerro Azul (Insolo) e Cerrato foram coletados através de entrevistas realizadas de forma remota, sendo as demais de forma presencial em trabalho de campo. Dessa forma, foram 3 empresas do ramo de compra de grãos (*tradings*) – Bunge, CHS e Agrex do Brasil – e mais seis fazendas produtoras. Percebe-se que o número de trabalhadores aumenta bastante na época da safra: foram aproximadamente 312 funcionários do quadro permanente, subindo para 480 no período da safra, variação absoluta de 168 funcionários e variação relativa de 53,85%.

Apesar de serem dados aproximados, tendo em vista que em alguns casos são informações repassadas por trabalhadores, sem tanta exatidão, percebe-se que as empresas e fazendas operam com quadro de funcionários reduzido no período da entressafra, especialmente no caso das unidades de armazenagem de grãos da Bunge, CHS e Agrex do Brasil, onde praticamente o número de funcionários serve para manutenção e controle das instalações.

No período da safra, as unidades de recepção de grãos das *tradings*, principalmente da Bunge, possuem maior movimento a partir do recebimento da produção de fazendas da região. O encarregado de silos da Bunge Alimentos de Bom Jesus destacou em entrevista a necessidade de maior agilidade no período da safra, gerando assim maior número de contratações de trabalhadores temporários:

“Referente aos serviços são os recebimentos durante a safra, devido a necessidade de aproveitamento ao máximo de recebimento da soja, período que a empresa vai ter o lucro (abordando a questão dos desafios da empresa). Porque depois da safra não vai ter quase nada para receber. Porque também tem outras empresas que são concorrentes. Se o produtor vim aqui e não conseguir entregar com rapidez, ele vai procurar outra empresa para vender sua produção. A agilidade tem que ser grande para receber toda a produção possível. Se ele vier com a soja dele já no ponto... porque se ele não colher no tempo certo ele vai começar a perder, perder na lavoura... Se ele vier aqui e tiver demorando, ele vai procurar outra que seja mais rápida. Então durante o período da safra, é a correria para estar com tudo perfeito para receber o número maior de volume por dia.” (Funcionário da Bunge Alimentos – Encarregado de silos, Unidade Armazenadora de Bom Jesus, entrevista concedida em 2020).

Portanto, as empresas com atuação na compra de grãos, no caso da Bunge, CHS e Agrex do Brasil, empregam poucos funcionários no período da entressafra, mantendo apenas trabalhadores encarregados de organização e manutenção das estruturas. No entanto, é importante observar que as instalações dessas empresas são grandiosas (Figuras 16 e 17), o que denota tecnificação e automação das unidades, exigindo assim pouca mão de obra, sobretudo no caso da unidade de Armazenagem da Bunge de Bom Jesus.

Figura 16 - Instalações da CHS, Serra do Quilombo, Bom Jesus-PI



Fonte: O autor, 2020.

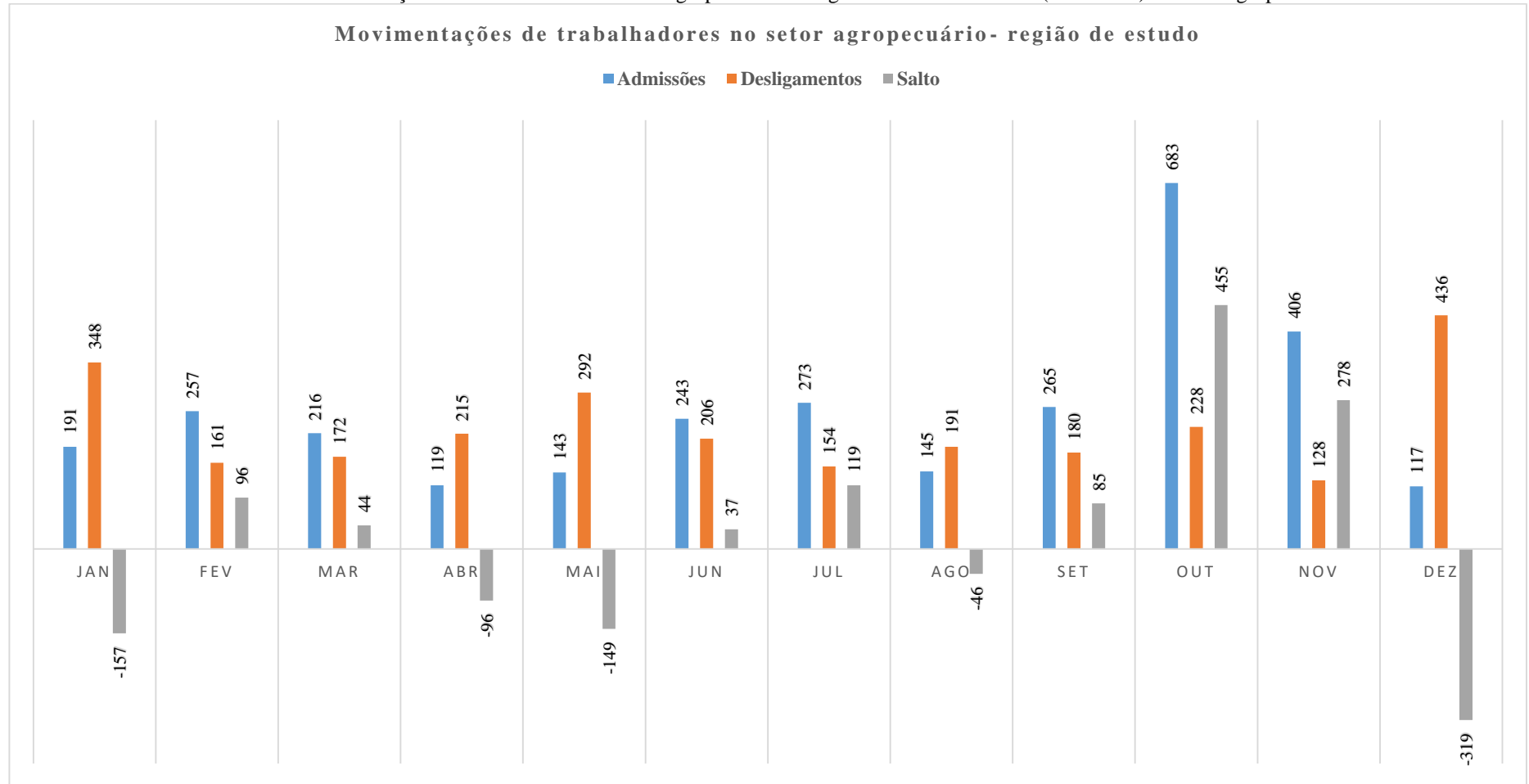
Figura 17 - Unidade Armazenadora da Bunge Alimentos na Serra do Quilombo, Bom Jesus-PI



Fonte: O autor, 2020.

O gráfico 8 indica as movimentações de trabalhadores de janeiro a dezembro no ano de 2019, com número de admissões, desligamentos e o saldo (variação absoluta entre contratações e demissões) no setor agropecuário. Observa-se que os meses de outubro e novembro tiveram o maior volume de contratações e com maiores saldos, justamente o período de plantio. Junho e julho também tiveram um volume expressivo de contratações e com certa estabilidade no número de desligamentos, período que se inicia o preparo dos solos a partir da correção com calcário ou abertura de novas áreas para cultivo.

Em contrapartida, os meses de dezembro e janeiro apresentam o maior volume de desligamentos de trabalhadores, período em que se encerra o plantio da soja. Entre abril e maio há também um grande volume de desligamentos de funcionários, já que são meses que sucedem a fase de colheita das principais culturas agrícolas, soja e milho.

Gráfico 8: Movimentações de trabalhadores no setor agropecuário na região de estudo em 2019 (mês a mês) no setor agropecuário

Fonte: Perfil do município, CAGED, 2019.

Em razão da inconstância e variabilidade do período chuvoso na região, apesar de as vezes ser intenso, o plantio pode ocorrer um pouco depois em relação a outras regiões produtoras, como o Centro Oeste. Neste caso, em alguns anos, o comportamento das movimentações de contratações, desligamentos e o saldo podem variar conforme o andamento do período chuvoso, pois impacta diretamente no período de plantio e colheita.

Como outubro e novembro são os meses com maior volume de admissões de trabalhadores no setor agropecuário, pelos quadros 12 e 13, identifica-se os cargos, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com maior quantitativo de contratações, assim como o salário médio mensal, os desligamentos e o saldo nesses dois meses considerados. Os cargos com maior quantitativo de admissões estão os relacionados ao trabalho de abertura de novas áreas, ao plantio e beneficiamento das culturas agrícolas, sobretudo com cargos que exigem maior plasticidade do trabalho, como afirma Thomaz Júnior (2004; 2011): trabalhador volante da agricultura, tratorista agrícola, operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, operador de colheitadeira, trabalhador agropecuário em geral, cargos de motoristas (passeio e caminhão) e cozinheiros em geral.

Destacam-se também cargos da área administrativa das empresas e fazendas, como assistentes administrativos, auxiliar de escritório, além daqueles que exigem maior qualificação e com salário médio mensal maior em relação aos demais, como técnico agrícola e supervisor de exploração agrícola. No entanto, nota-se que os cargos de tratorista agrícola e operador de máquinas possuem uma certa valorização salarial em relação aos demais, pois trata-se de uma profissão que exige um conhecimento técnico e operacional.

Quadro 12: As 15 ocupações que mais admitiram do setor agropecuário entre outubro e novembro de 2019 no Alto Parnaíba Piauiense

Ocupações CBO 2002	Salário Médio Adm.	Admissão	Desligamento	Saldo
41015:Tratorista Agrícola	1.575,08	131	31	100
622020:Trabalhador Volante da Agricultura	1.360,33	128	43	85
621005:Trabalhador Agropecuário em Geral	1.164,66	127	78	49
641010:Operador de Maquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	1.739,45	87	17	70
411010:Assistente Administrativo	698,80	25	2	23
513205:Cozinheiro Geral	1.217,32	22	18	4
641005:Operador de Colheitadeira	1.525,70	20		20
321105:Tecnico Agrícola	1.759,33	18	4	14
782510:Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	1.812,93	15	3	12
311710:Colorista Têxtil	1.122,93	14	3	11
620105:Supervisor de Exploração Agrícola	3.254,14	14	5	9
411005:Auxiliar de Escritório, em Geral	1.272,73	11	2	9
622730:Trabalhador na Cultura de Soja	1.516,80	10	-	10
513505:Auxiliar nos Serviços de Alimentação	1.211,86	7	2	5
517410:Porteiro de Edifícios	1.256,33	6	-	6

Fonte: Perfil do município/CAGED, 2019.

Quadro 13: As 15 ocupações que mais admitiram do setor agropecuário entre outubro e novembro de 2019 no Alto Médio Gurguéia

Ocupações CBO 2002	Salário Médio Adm.	Admissão	Desligamento	Saldo
622020: Trabalhador Volante da Agricultura	1.153,41	163	31	132
641010: Operador de Maquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	1.580,82	73	8	65
513205: Cozinheiro Geral	1.270,68	22	8	14
641015: Tratorista Agrícola	2.283,64	14	-	14
782305: Motorista de Carro de Passeio	1.846,00	11	-	11
782510: Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	2.415,67	9	2	7
621005: Trabalhador Agropecuário em Geral	1.829,57	7	-	7
321105: Técnico Agrícola	2.100,00	6		6
519910: Controlador de Pragas	1.203,00	5	1	4
514320: Faxineiro (Desativado em 2010)	958,00	4	3	1
411005: Auxiliar de Escritório, em Geral	1.278,67	3	1	2
919110: Lubrificador de Veículos Automotores (Exceto Embarcações)	1.716,67	3	-	3
620105: Supervisor de Exploração Agrícola	2.495,67	3	-	3
514120: Zelador de Edifício	1.642,67	3	-	3
414105: Almoxarife	1.875,00	2	1	1

Fonte: Perfil do município/CAGED, 2019.

Novas formas de contratação e organização do trabalho nos Cerrados Piauienses propiciariam a ampliação da exploração ao trabalho, com o objetivo de maximização dos lucros e ganhos econômicos das empresas, onde as redes de produção globais entram na região e promovem a inserção de novas realidades no mundo do trabalho, como na lógica do trabalho formal, entretanto, baseado em contratações temporárias e que não geram formas de emprego que passam mais “tranquilidade” ao trabalhador, pois, de certa forma, ele deve estar preparado

para sua dispensa de acordo com o ritmo de produção das fazendas produtoras ou de acordo com as conjunturas econômicas de mercado.

Um dos aspectos que chamou a atenção a partir dos trabalhos de campo e entrevistas, foi o fato de que nas fazendas os funcionários possuem uma função especificada no contrato de trabalho ou em carteira de trabalho, mas acaba desempenhando uma gama de funções no dia a dia das fazendas e empresas. Assim, o funcionário é “forçado” a ter uma adaptabilidade e ser capaz de desenvolver uma variada e extensa lista de obrigações, serviços e tarefas. Com isso, em alguns casos, para o cumprimento de obrigações técnicas, os trabalhadores são estimulados a aprender a desempenhar novas funções dentro das fazendas, é o caso de caseiros, funcionários de serviço geral e trabalhadores volantes da agricultura que cumprem muitas vezes também a função de motorista, de transportador, de organização de produtos e equipamentos das fazendas.

Trata-se, portanto, de uma adaptabilidade do trabalhador visando a manutenção do seu emprego, ampliando assim a exploração da sua força de trabalho e evidenciando tendências do processo de acumulação flexível e reestruturação produtiva, apontado por alguns autores, como Previtali (2003) e Antunes (2003b), como estratégia de acúmulo de funções para impor a diminuição do quadro de funcionários e, assim reduzir os gastos com folha de pagamento, simbolizando uma prática comum em multinacionais e relações de produção pós-fordistas.

Mendonça (2004) denomina esse processo de subalternidade do trabalhador – o trabalhador deve estar preparado para praticamente todo tipo de serviço ou demanda exigida, citando o velho termo “deve ser pau pra toda obra” –, aquele que não se encaixa nesse perfil é sumariamente dispensado e pela grande oferta de mão de obra, os empresários e agricultores não veem a dispensa de funcionários como um problema.

O operador de máquinas da Fazenda Colorado enfatiza:

“Eu sou operador de máquinas agrícolas e também opero munck, trabalho aqui... tem um caminhão munck aqui, trabalho com caminhão munck. Aqui na fazenda a gente faz de tudo... operador de máquinas, outra hora tá no trator, outra hora tá no caminhão, aí eu também soldo, faço solda elétrica”. (Operador de máquinas agrícolas, Fazenda Colorado Agrícola, entrevista concedida em 2020).

O trabalhador do almoxarife da mesma fazenda detalha suas funções: “Cuido dos controles de entrada e saídas de tudo. Exerço função de motorista apenas para levar os colaboradores da Cidade para a Fazenda. ” Um outro trabalhador, da Fazenda Santa Isabel, de Monte Alegre do Piauí, atualmente operador de máquinas, detalhou que iniciou na fazenda como auxiliar de mecânico e ao longo dos anos exerceu diversas funções e obrigações ligadas aos serviços gerais.

Dessa forma, é muito comum que os trabalhadores assumam funções diversas e com o tempo migrem de cargo ou ainda acumulando funções. Essa tendência acontece tanto nos cargos não especializados, como também naqueles que exigem qualificação. Foi possível perceber que há agrônomos empregados em fazendas que cumprem dupla função: exercem o trabalho focado nas questões agrônômicas e também de administração/gerência da fazenda.

Como foi o caso da agrônoma da Fazenda Cerrato, município de Baixa Grande do Ribeiro, que citou: “Geralmente nas fazendas pequenas tipo aqui o agrônomo faz sua função e administra também”. Um outro agrônomo, também gerente de uma fazenda de Uruçuí, detalhou suas funções: “Programação de atividades Agrícolas, voltado para monocultura, elaboração de relatórios técnicos, gestão de pessoas, gestão de custos, projeção de safras, acompanhamento de estoque e comercialização de produtos originados na fazenda.” Dessa forma, as fazendas de menor porte, para diminuição dos custos, contratam agrônomos que acumulam funções relacionadas às questões administrativas e produtivas.

Dessa forma, têm-se na região dos Cerrados Piauienses a configuração de um mercado de trabalho dividido em três segmentos bem nítidos (Organograma 2): **a)** na base da pirâmide, uma massa de **trabalhadores com baixa ou sem especialização profissional**, como trabalhadores volantes da agricultura, serviços gerais, caseiros, catadores de raízes, além de outros profissionais que não possuem curso superior, mas que detém certo grau de conhecimento técnico, como operadores de máquinas, vigilantes, almoxarifes, etc.; **b)** no centro da pirâmide estão os **trabalhadores especializados com formação superior e técnica**, sobretudo de agrônomos, técnicos agrícolas, administradores, engenheiros, representantes técnicos; **c)** no topo da pirâmide e em menor número os **gerentes de fazendas**²⁵, com remunerações diferenciadas e com responsabilidades sobre a administração da fazenda.

Apesar dessa proposta de divisão simplificada, é importante ressaltar que os trabalhadores da terra (MENDONÇA, 2004) também integram a classe trabalhadora e compõem o mercado de trabalho dessa região. Nos dados dos trabalhadores não especializados há trabalhadores residentes nos baixões piauienses e que se encaixam nesse perfil. Mendonça (2004) reforça sobre a questão das diferenciações e divisões dentro do trabalho agropecuário:

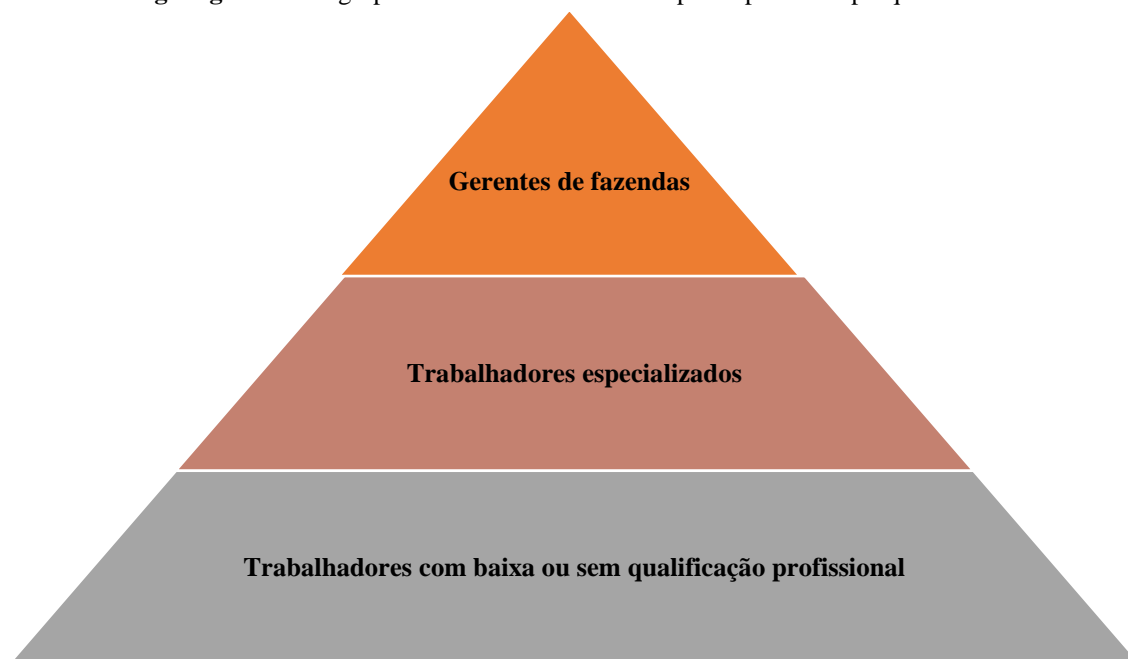
A mecanização das lavouras comerciais intensifica o controle da força de trabalho, diferenciando e segmentando os trabalhadores em permanentes e temporários. Nessas categorias tem-se uma hierarquização, conforme a origem e as funções exercidas nas empresas rurais. Os trabalhadores temporários se dividem em safristas (contrato de trabalho por tempo determinado) e em volantes (boia-fria), na maioria dos casos, sem

²⁵ Cabe ressaltar que os proprietários de fazendas produtoras integram outra fração da estrutura social do trabalho, – são os donos dos meios de produção – integram outro nível, em um patamar bem superior acima dos gerentes e profissionais especializados.

contrato de trabalho formal, e arremetidos pelos gatos. Os trabalhadores também são diferenciados entre qualificados e não-qualificados, assim como por faixa etária, sexo e local de moradia. (MENDONÇA, 2004, p. 254).

Existe, nesse sentido, uma divisão clara entre qualificados e não qualificados. É a partir dessa divisão que analisaremos boa parte dos dados dos trabalhadores e as dinâmicas na questão do trabalho na região dos Cerrados Piauienses, sobretudo na análise de informações coletadas através de entrevistas/questionário online.

Organograma 2: Agrupamentos dos trabalhadores participantes da pesquisa



Fonte: O autor, 2021.

Antes de aprofundar para análise das reconfigurações e as características do trabalho agropecuário, vale ressaltar que não excluímos os trabalhadores das redes de insumos envolvidos diretamente – trabalhadores vendedores sem especialização (total de três entrevistados) e aqueles trabalhadores especializados de empresas de assistência, revenda de máquinas, insumos e afins, no total de seis entrevistados, pois considera-se que os mesmos estão diretamente envolvidos com as fazendas produtoras de soja da região, já que muitos deles trabalham diretamente com prestação de serviços e vendas para fazendas de grãos da região, então considera-se também um trabalhador do ramo agropecuário indiretamente.

De acordo com Silva (2003), nos estudos sobre transformações no mundo do trabalho a partir de atividades agropecuárias modernas, deve-se considerar entre outros aspectos a regionalidade, gênero e as divisões ocupacionais. Dessa forma, considerando esses fatores e os

agrupamentos dos trabalhadores participantes da pesquisa, aponta-se alguns dados e informações relevantes coletadas(os).

Entre os 48 trabalhadores participantes da pesquisa, 29 possuem origem piauiense, com concentração nos municípios de Bom Jesus e Monte Alegre do Piauí, além de três de Uruçuí. Em relação aos trabalhadores dos demais estados, destaque para o Maranhão, com cinco trabalhadores, Rio Grande do Sul com quatro, Bahia com três e São Paulo com dois. Mato Grosso do Sul, Paraíba, Goiás, Alagoas e Ceará tiveram um representante cada. Têm-se uma distribuição espacial que chama atenção pela mobilidade de trabalhadores originários do Centro-Sul brasileiro (Mapa 24):

Mapa 24: Origem de todos os trabalhadores participantes da pesquisa

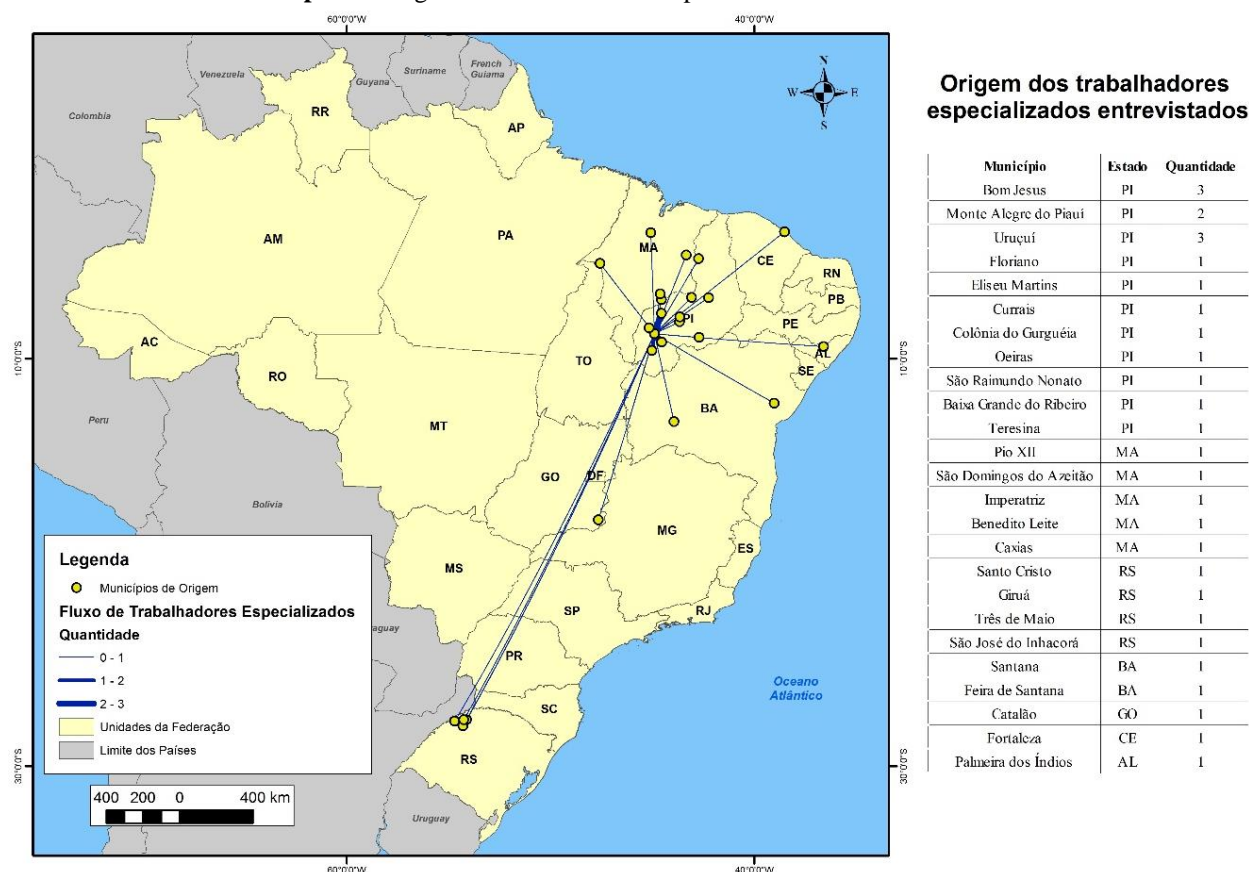


Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Por mais que o número de trabalhadores seja restrito, chama a atenção o quantitativo de pessoas originárias do Rio Grande do Sul, indicando que existe um quantitativo expressivo de sulistas na região do sul do Piauí, tanto de agricultores, como de trabalhadores especializados e não especializados também originários do Sul do Brasil e que acompanham as empresas e seus patrões, familiares ou amigos, algo notado através das entrevistas e trabalho de campo.

Entre os trabalhadores especializados, de um total de trinta, 16 são originários do Piauí (53,33%), cinco do Maranhão (16,67%), quatro do Rio Grande do Sul (13,33%), dois da Bahia (6,67%), tendo ainda um trabalhador do Goiás, um do Ceará e um de Alagoas. O mapa evidencia 25 a distribuição espacial da origem desses trabalhadores – novamente chama a atenção os fluxos de trabalhadores do Centro-Sul do Brasil em direção aos Cerrados Piauienses.

Mapa 25: Origem dos trabalhadores especializados entrevistados



Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Alves (2004) considera a categoria de trabalhadores migrantes como aquela que se adapta às exigências do mercado. São, portanto, os trabalhadores especializados seguindo a tendência da territorialização das empresas. Como é o caso da agrônoma gaúcha da Fazenda Celeiro Sementes:

“Bom, faz dois anos e 2 meses que eu tô aqui no Piauí, residindo em Bom Jesus, tenho casa na verdade, mas eu moro aqui na fazenda. Eu vim através do meu então atual namorado, agora esposo, que já trabalhava aqui, né? Veio pra cá, trabalha há uns 5 anos aqui e vim através dele. Mas assim, já conheci a Bahia, tenho tios que moram em Luís Eduardo, nessa região Roda Velha aí, e já tinha interesse de depois de formada vir pra essa região pra cá. (Engenheira Agrônoma da Celeiro Sementes, Monte Alegre do Piauí, entrevista concedida em 2020).

Um outro trabalhador especializado, originário de Catalão-GO, técnico agrícola da Fazenda Colorado de Bom Jesus, conta um pouco dos motivos que o levaram a chegar no Piauí:

“É uma longa história cara... meu irmão veio para cá em 2005, dois irmãos meu, através de um amigo deles que indicou para eles virem para cá porque os cerrados piauienses eram muito grandes, tinha muita vaga, muita oportunidade e vaga de emprego. Aí eles vieram para cá em 2005. Passou 2005, 2006, 2007 e 2008, meu irmão abriu uma revenda própria para ele de insumos agrícolas... sementes, de tudo... do plantio à colheita: adubo, defensivo, semente, tratamento de semente. Depois de um tempo com ele instalado aqui (o irmão), ele foi e chamou um dos meus irmãos para vir para cá para trabalhar com ele, aí esse outro irmão meu veio em 2012. Aí ele ficou 2012, 2013, aí em 2014 ele me chamou também. Eu vim... mas era para eu trabalhar com ele, só que aí não deu certo. Aí eu parti para as fazendas para pegar mais prática, ter mais bagagem de conhecimento nessa área”

Dos entrevistados, 14 são trabalhadores especializados de outros estados brasileiros. Dentro deste grupo nota-se dois perfis: a) um primeiro grupo de trabalhadores especializados com origem de outros estados e com formação superior nas universidades locais, como a UFPI e a UESPI, sobretudo dos campus de Bom Jesus e Uruçuí, totalizando 7 trabalhadores, sendo cinco maranhenses, um baiano e um gaúcho; b) um segundo grupo de trabalhadores especializados vindos de outros estados brasileiros e com formação superior fora do Piauí, composto por 7 trabalhadores, sendo três gaúchos, um baiano, um goiano e um cearense (Quadro 14).

Quadro 14: Estados de origem e instituição formadora dos profissionais especializados vindos de fora do Piauí

Grupo	Trabalhador/Empresa/Fazenda	Estado de Origem	Instituição formadora/UF
a) Formados no Piauí	O.- Syngenta	MA	UFPI- Bom Jesus-PI
	Á. L.- Indefinido	MA	UFPI – Bom Jesus
	V. P.- Indefinido	MA	UFPI – Bom Jesus
	I.- Indefinido	MA	UESPI- Uruçuí- PI
	R. A. - Indefinido	MA	UESPI- Uruçuí- PI
	K. G. - Indefinido	BA	UFPI – Bom Jesus
	M. Pirelli	RS	CTBJ- UFPI-PI
b) Formados fora do Piauí	J. Celeiro Sementes	RS	SETREM- RS
	G- Indefinido	RS	SETREM- RS
	L- Indefinido	RS	SETREM- RS
	M- Indefinido	AL	UFAL- AL
	R- Indefinido	BA	UFRB - BA
	A- Indefinido	CE	UFC- CE
	I.- Faz. Colorado	GO	UFG - GO

Fonte: Trabalhos de campo e entrevistas/questionários online.

Nesse sentido, uma parte considerável da amostra é formada de ex-estudantes das universidades públicas piauienses, sobretudo de Bom Jesus e Uruçuí, e que após a formação acaba ingressa no mercado de trabalho local através de oportunidades de emprego nas fazendas produtoras e empresas de suporte ao agronegócio local. As universidades locais possuem

muitos estudantes maranhenses e os mesmos acabam ingressando no mercado de trabalho local. Em um dos casos, o trabalhador é gaúcho, veio em busca de trabalho na região através de conhecidos e acabou cursando técnico agrícola no Colégio Técnico de Bom Jesus e atualmente atua como representante comercial de peças e acessórios aos produtores da região

Os 16 trabalhadores especializados com origem piauiense se formaram em sua maioria na UFPI, na UESPI ou ainda, no caso dos técnicos, em instituições de formação técnica locais, como o Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ), vinculado à UFPI, Escola Família Agrícola Vale do Gurguéia e Escola Família Agrícola de Eliseu Martins, com exceção de um trabalhador especializado piauiense, formado em administração e encarregado administrativo que buscou formação à distância através da faculdade privada São Luís, no Maranhão.

Outro ponto notado foi a presença dos trabalhadores operadores de máquinas agrícolas, estas que desafiam os limites da própria natureza, como enfatiza Silva (2003), pois são capazes de operar 24 horas por dia e, assim, impõem aos trabalhadores o trabalho noturno no processo de plantio, no período das colheitas e preparação do solo.

Como já apontado por Marx (2003), o trabalho é uma forma de evidenciar as contradições impostas pelo capital, na qual, por exemplo, com o processo de modernização e introdução das máquinas no processo produtivo, muitos dos trabalhadores são dispensados, forçados e submetidos a outros tipos de trabalhos mais braçais e extremamente precarizados, já outros são transformados em parte das máquinas, ou seja, aqueles que cumprem funções de operação e manutenção das máquinas e aparelhos tecnológicos.

Os operadores de máquinas agrícolas, como da figura 18, são profissionais que precisam estar abertos a novas tendências e tecnologias, pois, constantemente, surgem novas máquinas agrícolas. Por essas características, nem todos os trabalhadores possuem habilidades necessárias à operação e manuseio das máquinas, sendo, portanto, um tipo de trabalho mais segmentado e seletivo.

Figura 18 - Operador de máquinas em atividade na Serra do Quilombo, Gilbués-PI



Fonte: O autor, 2020.

Um dos trabalhadores informais que tivemos contato aborda que esse cargo envolve um pouco da questão de status social, pois, muitas vezes, os trabalhadores se auto intitulam operadores de máquinas, quando na verdade operam outras máquinas menores e não diretamente no plantio, colheita e preparo dos solos:

“Tem. Nessa área aí tem muitos. Nem todos os trabalhadores têm a oportunidade de serem operadores de máquinas, normalmente pegam as máquinas que recolhem lixo, aí dizem ser operadores... Eles pensam que só porque estão ali mexendo com máquinas... mas não são nada não. Não pegam colhedeira e nem trator para gradear não. Daqui de baixo o único que trabalhou em máquinas pesadas e teve oportunidade boa foi o Ailson dos Patos, que hoje trabalha para a prefeitura de Monte Alegre nas máquinas pesadas. Daqui de baixo o único que se ‘salvou’ foi ele, mas também trabalhava a noite inteira... pesado...” (Trabalhador informal, entrevista concedida em 2020, se referindo ao caso de um trabalhador de Monte Alegre do Piauí, residente de um dos povoados rurais desse município).

Entre os 16 trabalhadores com baixa ou sem qualificação, incluindo quatro informais, 13 são piauienses, há ainda mais 3 trabalhadores de fora, um paraibano e dois paulistas (Quadro 15). Dessa forma, além dos especializados, por mais que em menor número, também há uma parte dos trabalhadores com baixa ou nenhuma especialização originários de outros estados brasileiros e que atuam na região dos Cerrados Piauienses, tanto de forma temporária, prestando serviços, como definitivamente, inclusive com constituição de família e residência no sul do Piauí, como é o caso do caseiro da Fazenda Bom Jardim, um senhor de aproximadamente 50 anos, paraibano, com residência em Redenção do Gurguéia e que trabalha em uma fazenda muito distante dos seus familiares, mas que por conta da busca por emprego, se submeteu a migrar para o sul do Piauí renda (figura 19).

Quadro 15: Origem dos trabalhadores não especializados

Município	Estado	Quantidade
Bom Jesus	PI	7
Monte Alegre do Piauí	PI	6
São Paulo	SP	2
Alagoinha	PB	1
Total		16

Fonte: Trabalhos de campo e entrevistas.

Ou ainda do caso do mecânico agrícola da empresa Maxum Case (figura 20), que presenciou-se prestando serviço em uma das fazendas do Grupo Manganelli em Bom Jesus-PI, trabalhador originário de São Paulo, que veio para LEM, sede da empresa, para atuação na região do MATOPIBA prestando serviços para fazendas produtoras de grãos e que cumpre funções de acordo com a demanda:

“Como nós somos terceirizados, nós pegamos... é muita máquina aqui, aí então nós estamos dando um gás mesmo para terminar. Ai a gente fica uma semana, vai embora, aí volta. É opcional (a questão de dormida) ... Se a fazenda oferece uma estrutura boa, a gente dorme. Como nós somos terceirizados, a gente dorme em hotel também. Depende muito das condições das fazendas. Como nós atendemos várias fazendas... Bahia, Tocantins e parte do Goiás...” (Mecânico Agrícola da Maxum Case, entrevista concedida em 2020).

Figura 19 - Caseiro da Fazenda Bom Jardim

Fonte: O autor, 2020.

Figura 20 - Mecânico Agrícola da Maxum Case atuando em fazenda produtora dos Cerrados Piauienses



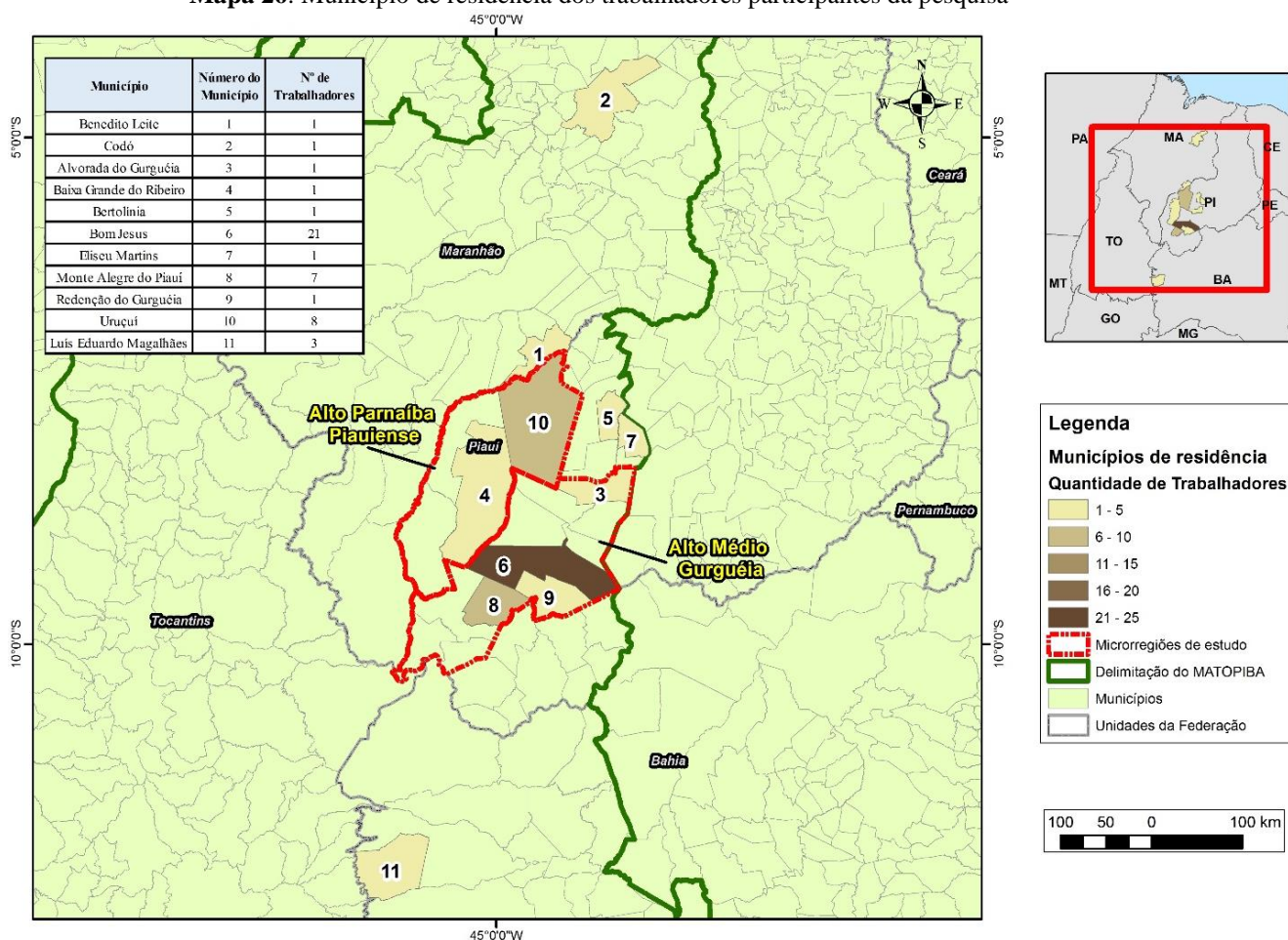
Fonte: O autor, 2020.

O outro trabalhador não especializado de fora do Piauí, nascido e criado em São Paulo, atualmente trabalha como almoxarife na Fazenda Colorado e chegou na região em 2014. Segundo depoimento do trabalhador, houve uma oportunidade de ida para o sul do Piauí a partir da empresa que administrava a fazenda, com sede em São Paulo, dessa forma, através de indicação, optou por migrar através do grupo empresarial e há seis anos trabalha na mesma fazenda. Esse trabalhador já atuou como vendedor em um shopping de São Paulo e nessa região cursou administração até o quinto período, no entanto, encerrou pela questão da falta de tempo.

Nos três casos, o processo migratório deve ser visto como um ato forçado e imposto pelo capital e não propriamente como uma opção, como menciona Silva (2003) ou Marx (2003), tendo em vista a necessidade de buscar suprir suas carências – trabalho de mortificação e de auto sacrifício. Portanto, com a instalação do agronegócio nos Cerrados Piauienses há o incremento de migrações e muitos trabalhadores tornam-se itinerantes em busca de qualquer forma de trabalho que lhe dê sustentação por algum período.

Pelo mapa 26 observa-se a distribuição espacial do local de moradia de todos os trabalhadores participantes, com concentração nas duas cidades do agronegócio piauiense, Bom Jesus e Uruçuí, com certo destaque para Monte Alegre do Piauí, já que os quatro trabalhadores do setor informal residem nesse município. Apenas cinco trabalhadores residem fora do Piauí, três em LEM-BA, e dois no Maranhão, um em Benedito Leite e outro em Codó.

Mapa 26: Município de residência dos trabalhadores participantes da pesquisa



Fonte: IBGE (2021). Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

Quanto ao local de residência, a maioria reside em zonas urbana, total de 33 trabalhadores (69%), sendo 15 residentes na zona rural (31%), o que denota um fluxo constante de trabalhadores que residem em cidades locais e regionais e estabelecem um fluxo entre o seu local de moradia e as fazendas produtoras, como também há o caso de trabalhadores que residem na zona rural e se deslocam para as cidades para trabalhar no setor de serviços relacionados às redes agroindustriais de apoio ao agronegócio.

Somente no âmbito dos trabalhadores especializados, nota-se que a maioria reside nas cidades do agronegócio piauiense, sendo que três deles residem fora do Piauí – dois no Maranhão (Benedito Leite e Codó) e um na Bahia (LEM) (Quadro 16).

Quadro 16: Município onde residem os trabalhadores especializados

Município	Estado	Quantidade
Bom Jesus	PI	14
Uruçuí	PI	8
Monte Alegre do Piauí	PI	1
Baixa Grande do Ribeiro	PI	1
Alvorada do Gurguéia	PI	1
Eliseu Martins	PI	1
Bertolândia	PI	1
Benedito Leite	MA	1
Codó	MA	1
Luís Eduardo Magalhães	BA	1
Total		30

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Os trabalhadores não especializados pertencentes à amostra residem principalmente em Bom Jesus e Monte Alegre do Piauí, com destaque também para Currais. Há apenas um que reside em LEM-BA (Quadro 17).

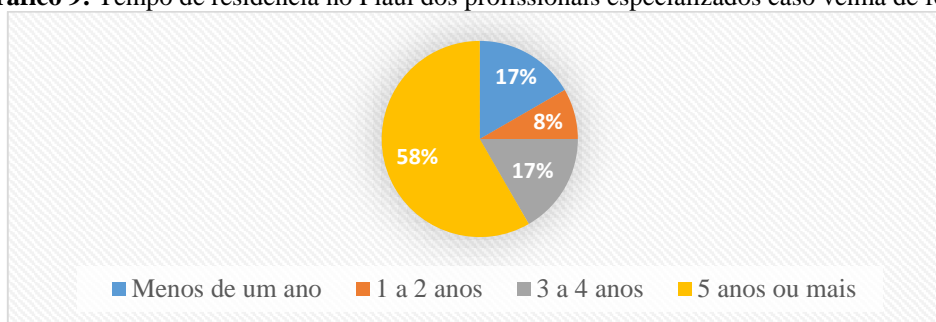
Quadro 17: Municípios onde residem todos os trabalhadores não especializados

Município	Estado	Quantidade
Bom Jesus	PI	6
Monte Alegre do Piauí	PI	6
Currais	PI	2
Redenção do Gurguéia	PI	1
Luís Eduardo Magalhães	BA	1
Total		16

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Dessa forma, a partir do cruzamento dos dados, dos 19 trabalhadores com origem de fora do Piauí (sendo 3 trabalhadores não especializados, 14 trabalhadores especializados e 2 gerentes), 13 deles moram atualmente no Piauí (68,42%) e 5 deles residem fora: um gerente, um trabalhador não especializado e um trabalhador especializado que moram em LEM-BA; e dois trabalhadores especializados residentes no Maranhão.

Subtende-se que a maioria dos trabalhadores originários de outros estados acaba residindo no próprio Piauí, tanto no caso dos especializados, como dos não especializados. Neste último caso, de um total de 12 trabalhadores especializados originários de fora do Piauí, grande parte já está morando no Piauí há mais de cinco anos, sete no total (58%), dois (17%) estão residindo no Piauí entre 3 a 4 anos, mesmo número de trabalhadores que residem no Piauí há menos de um ano. Apenas um trabalhar reside no Piauí entre 1 e 2 anos (Gráfico 9).

Gráfico 9: Tempo de residência no Piauí dos profissionais especializados caso venha de fora²⁶

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Considerando as subdivisões entre os trabalhadores, nota-se que entre os não especializados ou com baixa especialização é mais comum a residência na zona rural dos municípios (Quadro 18). O que indica que boa parte desses trabalhadores é formada por mão de obra de origem camponesa da região, sobretudo no caso de lavradores, como é o caso dos quatro trabalhadores informais que também possuem pequenas extensões de terras nos baixões do município de Monte Alegre, com pequenas criações de animais para subsistência familiar.

Quadro 18: Local de moradia dos trabalhadores participantes da pesquisa

Local de Moradia	Quantidade							
	Não Especializados	%	Especializados	%	Gerentes	%	Total	%
Zona urbana	10	62,5%	21	70%	2	100%	33	69%
Zona rural	6	37,5%	9	30%	-	-	15	31%
Total	16	100%	30	100%	2	100%	48	100%

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Observou-se a partir dos trabalhos de campo que muitos trabalhadores estão literalmente morando nas fazendas, mesmo que de forma temporária, em casas e com presença de familiares, o que não foi o caso de nenhum dos trabalhadores entrevistados, porém, é importante ressaltar que há esse tipo de trabalhador. Considerou-se o local de moradia que esses funcionários retornam no período de folgas e férias, ou seja, onde possuem suas verdadeiras casas e o seu lar, mas, em muitos casos, as fazendas tornam-se seus lares provisórios durante boa parte do ano, sobretudo no período das safras.

Há ainda o caso de trabalhadores que moram ou já moraram durante determinados períodos em fazendas da região, como é o caso do gerente administrativo da Fazenda Celeiro Sementes que residiu junto com sua família na própria fazenda durante dois anos:

²⁶ Dois trabalhadores especializados não responderam à pergunta do questionário online, já que era uma pergunta não obrigatória para responder. Pressupõe-se que apenas trabalham na região e ainda moram em outros estados, como no caso do Maranhão e Bahia, estados vizinhos.

“Eu mesmo cara vim de uma família... nasci na roça, vida muito simples, mas sempre hoje eu sou feliz porque tenho meu serviço, tenho meu salário e eu faço o que eu gosto. Igual por exemplo... porque que não está tão 100% é porque minha família não pode estar perto de mim, você ta entendendo? A questão da distância... só que isso é questão de conciliação e organização. Igual eles fizeram: moraram 2 anos aqui comigo, aqui dentro mesmo... aquela primeira casa (apontando) era da nossa família. A gente tinha uma escolinha aqui dentro credenciada pelo MEC, tudo certinho, vinculada ao município de Monte Alegre e meu filho estudava aqui. A escola teve que fechar um tempo depois. Fechou porque faltaram alunos, por exemplo, eu tinha dois aí o outro rapaz tinha mais dois, só que daí, como era só até a quinta série minha mulher teve que ir pra cidade. Minha esposa pediu licença e ficou 2 anos com a gente aqui. Ela é concursada em Riachão das Neves-BA na área administrativa.” (Gerente Administrativo da Celeiro Sementes, entrevista concedida em 2020.)

Dos 48 trabalhadores participantes, 25 são solteiros (52,08%) e 23 são casados (47,92%). Entre os trabalhadores não especializados é maior o índice de casados e entre os especializados é comum a presença dos solteiros, algo notado a partir dos trabalhos de campo e das entrevistas (presenciais e à distância) (Quadro 19).

Quadro 19: Estado Civil de todos os trabalhadores especializados e não especializados/2 gerentes de fazenda/empresa

Estado Civil	Quantidade			
	Não Especializados	Especializados	Gerentes	Total
Casado	9	12	2	23
Solteiro	7	18	-	25
Total	16	30	2	48

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Quanto à composição familiar dos trabalhadores, nota-se também uma divisão clara entre as famílias com 1 a 3 membros e aquelas com 4 a 6 membros. Entre os trabalhadores especializados subentende-se que as famílias são menores em relação aos trabalhadores não especializados (Quadro 20).

Quadro 20: Quantidade de membros familiares dos trabalhadores entrevistados/questionário online

Classes	Quantidade por tipo de trabalhador			
	Não Especializados	Especializados	Gerentes	Total
1 a 3 membros	5	21	-	26
4 a 6 membros	11	9	2	22
7 ou mais membros	-	-	-	0

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Antes de apresentar os dados de formação e escolaridade dos trabalhadores participantes da pesquisa, torna-se necessário analisar dados oficiais da RAIS sobre esse aspecto dos trabalhadores do setor agropecuário. Nesse sentido, selecionou-se dois anos para promover um comparativo e evidenciar a evolução dos indicadores, 2009 e 2019. Pela tabela 29, nota-se que há maior quantidade de trabalhadores do setor agropecuário com formação incompleta no

ensino fundamental, ensino médio completo e fundamental incompleto. O número de analfabetos é representativo e apresentou certa manutenção nesse intervalo. Em todos os segmentos houve crescimento do número de trabalhadores. No entanto, é importante ressaltar a baixa participação dos trabalhadores com ensino superior completo em relação aos demais com fundamental e médio (completos e incompletos).

Tabela 29: Escolaridade dos trabalhadores do setor agropecuário na área de estudo (2009 e 2019)

Micro	Analfabeto		Fund. Incompleto		Fundamental completo		Médio Incompleto		Médio Completo		Superior Incompleto		Superior Completo		Total	
	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Alto Parnaíba Piauiense	53	32	996	1.187	298	621	72	292	184	953	11	39	32	150	1.646	3.274
Alto Médio Gurguéia	17	54	326	1.729	124	813	42	397	120	1.376	5	51	18	207	652	4.627
Total - área de estudo	70	86	1.322	2.916	422	1.434	114	689	304	2.329	16	90	50	357	2.298	7.901

Fonte: MTE/RAIS.

Dos trabalhadores participantes da pesquisa, 47,92% possuem formação superior no nível de graduação, 10,42% com formação técnica e mais 6,24% no nível de especialização (pós-graduação). Dessa forma, 64,58% da amostra possuem formação técnica, superior ou com pós-graduação. Foram 10,42% com ensino fundamental completo ou incompleto e 25% com ensino médio (Quadro 21). No entanto, apesar da maior presença de trabalhadores especializados, os dados não refletem a realidade dos trabalhadores agropecuários dos Cerrados Piauienses, já que o índice ficou maior devido ao questionário online aos trabalhadores especializados, com 22 pessoas participantes. Dessa forma, a realidade dos trabalhadores do setor agropecuário local evidencia que há uma concentração de pessoas com formação de ensino médio e fundamental (completos e incompletos), como fica claro pela tabela 29.

Entre os trabalhadores não especializados notou-se a presença de cinco com ensino fundamental incompleto – 4 deles eram trabalhadores informais. O outro trabalhador com ensino fundamental incompleto era caseiro em uma das fazendas, com origem paraibana. Quanto aos gerentes, um possui formação em Administração e o outro, gerente administrativo da Celeiro Sementes, possui ensino médio completo.

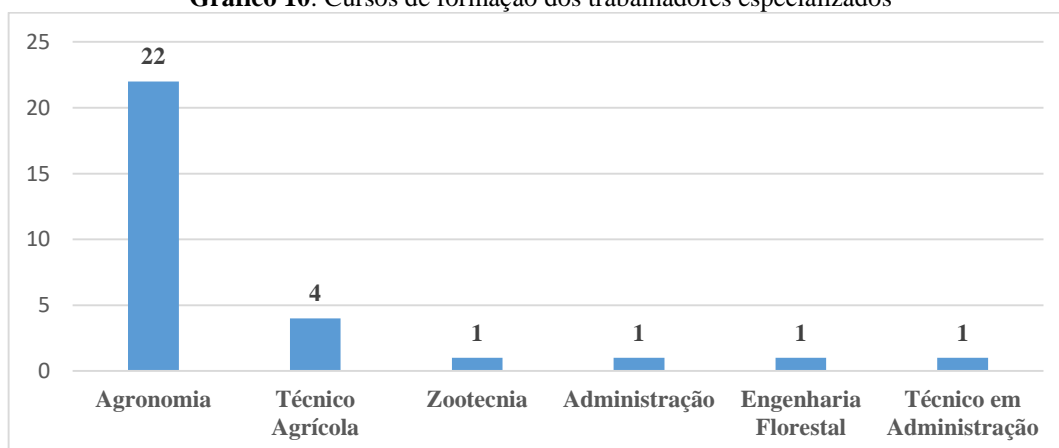
Quadro 21: Grau de formação de todos os trabalhadores

Classes	Quantidade por tipo de trabalhador							
	Não Especializados	%	Especializados	%	Gerentes	%	Total	%
Ensino Fundamental (completo e incompleto)	5	31,25%	-	-	-	-	5	10,42%
Ensino Médio completo	11	50,75%	-	-	1	50%	12	25%
Técnico	-	-	5	16,67%	-	-	5	10,42%
Graduação	-	-	22	73,33%	1	50%	23	47,92%
Especialização	-	-	3	10%	-	-	3	6,24%
Mestrado	-	-	-	-	-	-	-	-
Doutorado	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	16	100%	30	100%	2	-	48	100%

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Vale ressaltar que alguns dos trabalhadores não especializados com ensino médio normalmente exercem funções que exigem algum curso complementar, como de vigilante ou ainda habilitação para condução de veículos, no caso daqueles que transportam cargas ou conduzem veículos das fazendas. Tais cargos apresentam profissionais com remunerações um pouco acima da média dos demais cargos dessa categoria de trabalhadores não especializados.

Dos 30 trabalhadores especializados, 83% possuem formação superior e 17% formação técnica. Entre os cursos de formação, destaque para Agronomia, com 22 representantes, 4 técnicos agrícolas, um de zootecnia, um de administração, um de engenharia florestal e um técnico em administração (Gráfico 10).

Gráfico 10: Cursos de formação dos trabalhadores especializados

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Dos 16 participantes do questionário online, 50% afirmaram ser o seu primeiro emprego e 50% apontaram que já passaram por uma ou mais experiências de trabalho. Certamente, é uma breve indicação e pista de que o mercado de trabalho no âmbito dos profissionais

especializados é composto por jovens que se formaram recentemente, facilitando assim a aceitação em assumir cargos com menor remuneração.

Na verdade, tanto no caso dos trabalhadores especializados, como dos não especializados, é possível identificar dois perfis de trabalhadores – um primeiro grupo, em menor número, que já atuou em outras cidades brasileiras em diferentes cargos, tanto formal como informal, como também aqueles trabalhadores sem nenhuma experiência anterior e que agora oferecem sua força de trabalho nas fazendas e empresas atuantes na região, seja de camponeses que deixam suas pequenas atividades para ocuparem cargos de trabalho nas fazendas produtoras ou de recém formados em cursos direcionados ao agronegócio, como agrônomos, técnicos agrícolas, administradores, entre outros.

Muitas das fazendas e empresas estão investindo na qualificação dos profissionais através de palestras e participação em cursos preparatórios. Através do contato com trabalhadores especializados percebeu-se que muitos deles fazem cursos e participam de eventos em diferentes locais, como em Barreiras-BA, LEM-BA e até mesmo fora do MATOPIBA.

Entre os cargos mais comuns considerando o total dos trabalhadores, destaque para o de técnico agrícola, com quatro representantes, agrônomos, operadores de máquinas agrícolas, entre outros cargos ocupados por trabalhadores com baixa qualificação, como catadores de raízes e pedreiros (Gráfico 12). Notou-se, através dos trabalhos de campo, que existe a estratégia de algumas fazendas de contratar agrônomos para assumir outras funções relacionadas com a área, porém, com outra denominação ou até mesmo como técnicos agrícolas, com ganhos salariais inferiores aos agrônomos.

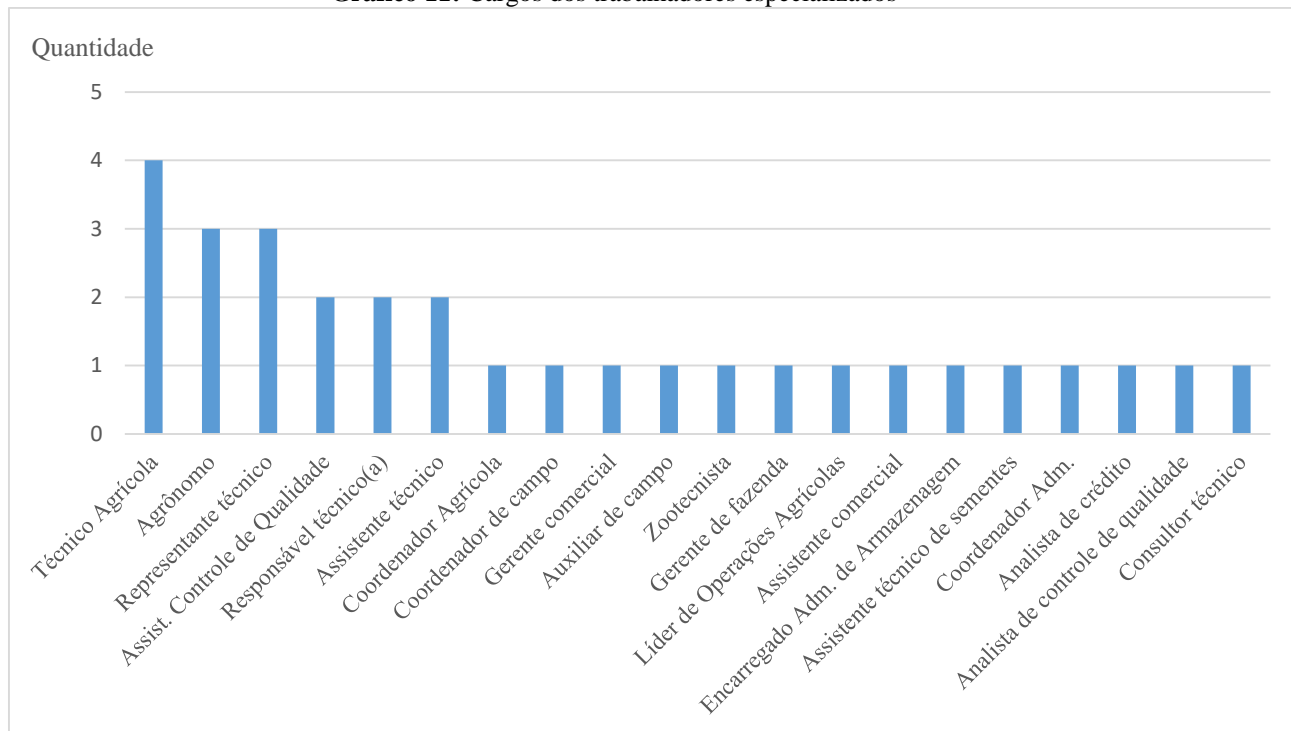
A agrônoma da fazenda Celeiro Sementes, formalmente é contratada como analista de controle de qualidade sênior da parte laboratorial, e que atua também na parte técnica de produção da fazenda, com vistorias de campo, no entanto, reclama, quanto às perspectivas futuras na fazenda:

“Assim, minhas perspectivas são boas, mas assim... gostaria de virar engenheira agrônoma da fazenda, né? Ser RT, tanto da parte da semente, como... talvez só da semente que é meu foco, mas gostaria de ser RT, de assinar. Tenho CREA, quando formei eu fiz no Rio Grande do Sul e quando cheguei aqui fiz o visto pro Piauí e até hoje não atuo com meu CREA e gostaria muito... meu sonho é atuar com meu CREA. No momento eu não sou RT. RT é responsável técnico, tem uma pessoa acima de mim, o meu chefe, que assina, entendeu? Que é agrônomo também.” (Agrônoma da Fazenda Celeiro Sementes, entrevista concedida em 2020.)

Dessa forma, grande parte dos profissionais formados contratados para atuação nas fazendas assume funções diversas e que possuem um pouco mais de desvalorização salarial em

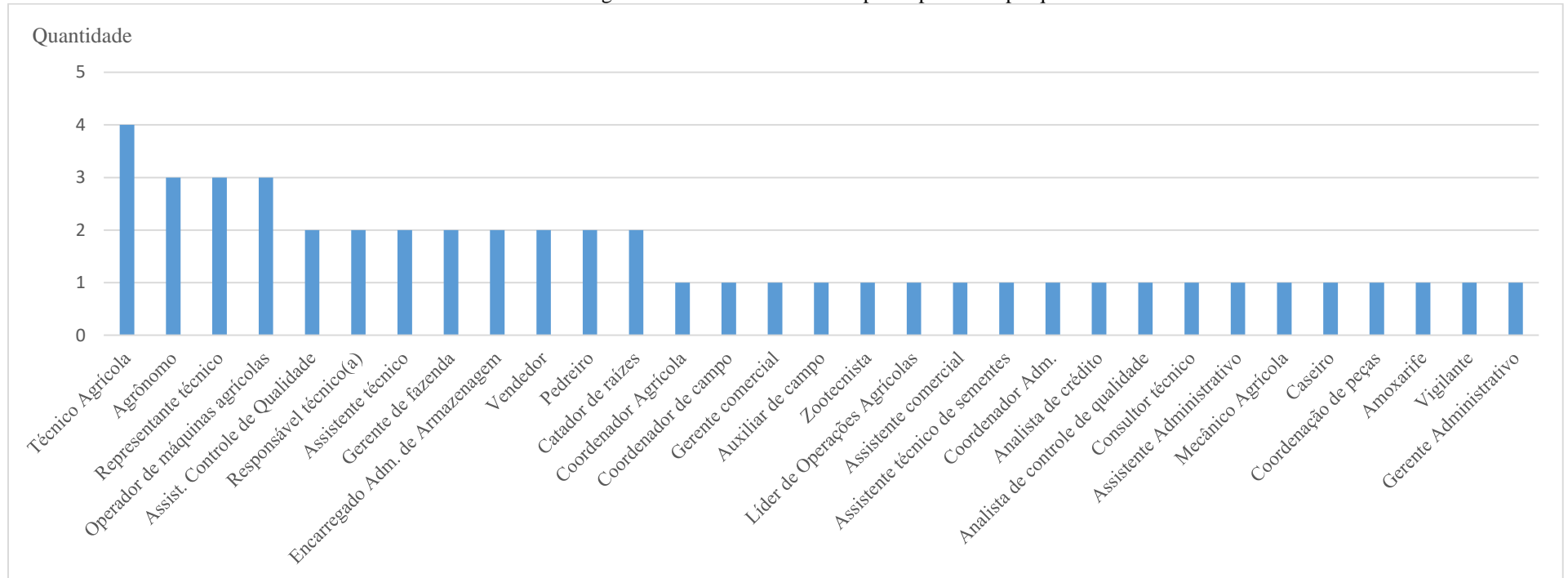
comparação com aqueles profissionais em cargos mais sofisticados, como indica o gráfico 11 – dos cargos listados pelos trabalhadores especializados participantes da pesquisa.

Gráfico 11: Cargos dos trabalhadores especializados



Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Pelos exemplos das funções listadas e exercidas pelos trabalhadores (quadro 22), nota-se acentuada variedade e o caráter de polivalência em relação às tarefas cumpridas, pois, muitos deles cumprem funções alheias aos seus cargos formais. O depoimento do agrônomo da Agrex permite dividir esses profissionais em dois segmentos: aqueles que ficam propriamente nas fazendas produtoras e aqueles que trabalham para empresas de apoio aos produtores, sobretudo no fornecimento de insumos, como sementes, agrotóxicos e afins, tendo esse profissional a função de desenvolver ensaios e tentar atrair o produtor a comprar o produto da empresa.

Gráfico 12: Cargos de todos os trabalhadores participantes da pesquisa

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

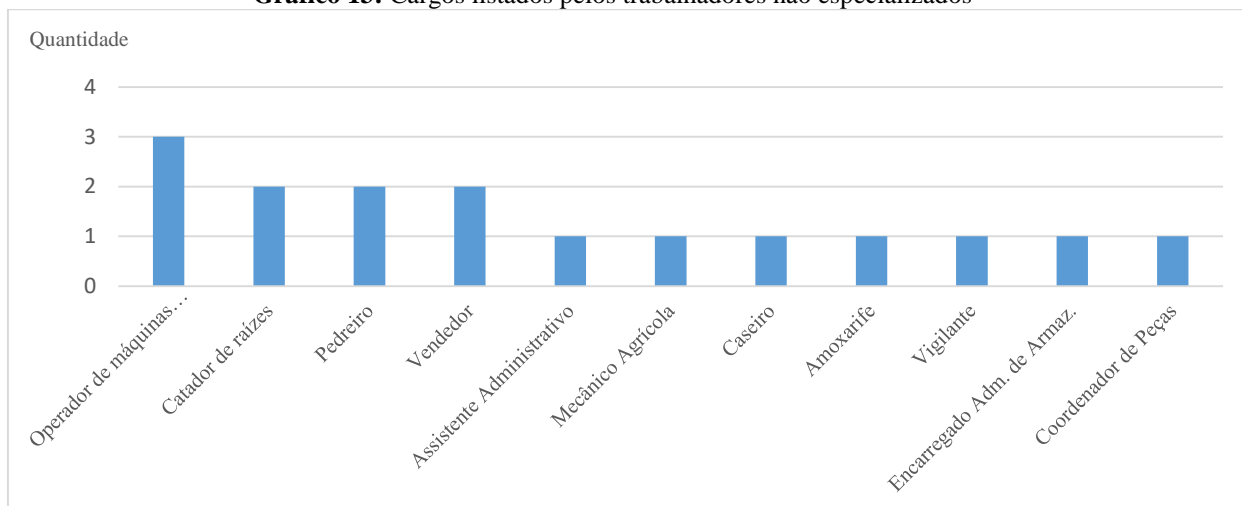
Quadro 22: Exemplos de funções listadas pelos trabalhadores

Cargo	Fazenda/ Empresa	Funções listadas pelos trabalhadores
Assistente Administrativo	Celeiro Sementes	“Eu mexo com a parte de faturamento de notas fiscais, pesagem de caminhões, desenvolvimento e organização da Fazenda.
Encarregado Administrativo de Armazenagem	Celeiro Sementes	“Parte de pesagem, balança, parte de organização administrativa, recursos humanos, organização e parte administrativa como um todo.”
	Bunge Bom Jesus	“São muitas funções. Basicamente encarregado pela produção, pela qualidade, manter o produto... manter a qualidade, recebimento, armazenagem, contratações de safristas.”
Gerente Administrativo de Fazenda	Celeiro Sementes	Eu sou gerente administrativo. Então toda essa parte administrativa... portaria, almoxarifado, parte de faturamento, controle e toda a parte de organização é tudo comigo. A operação... manutenção, organização e controle de entrada e saída.”
Agrônomo	Agrex do Brasil	“Assistência Técnica em sementes. Trabalho no campo, fico no escritório para dar uma ajuda, fico no escritório de segunda a sexta em horário comercial, mas caso surja alguma demanda eu trabalho aos sábados. minha função no campo é desenvolver ensaios... eu desenvolvo ensaios para mostrar nossos materiais dentro da fazenda, por exemplo, a gente tem diversos materiais de soja pra venda e diversos materiais de milho pra venda... e ai eu desenvolvo, como se fosse pesquisa de universidade, só que numa área bem maior e na realidade o produtor da forma que ele quiser e eu que desenvolvo, eu que cuido desses ensaios. eu preciso conquistar esse cliente e quero vender soja e milho pra ele na próxima safra. Ai eu desenvolvo o trabalho lá, mostro nossos materiais, se a gente colher bons frutos ele compra na gente.”
Técnico Agrícola	Colorado Agrícola	Trabalho na parte de plantio, tratos culturais da soja, todos os tratos culturais, né... monitoramento de pragas e doenças, monitoramento de plantas infectantes da cultura, as plantas indesejadas no caso, né?! Todos os tratos culturais do plantio até a colheita. Monitoramento e acompanhamento de pragas, deficiências... tudo”
Operador de máquinas agrícolas	Colorado Agrícola	“Eu sou operador de máquinas agrícolas e também opero munck, trabalho aqui... tem um caminhão munck aqui, trabalho com caminhão munck. Aqui na fazenda a gente faz de tudo... operador de máquinas, outra hora tá no trator, outra hora tá no caminhão, ai eu também soldo, faço solda elétrica”.
	Fazenda Alvorada	“Trabalho colhendo, plantando, gradeando, essas coisas ai...”
Caseiro		Organização da fazenda, limpeza etc.
Almoxarife	Fazenda Colorado	“Cuido dos controles de entrada e saídas de tudo. Exerço função de motorista apenas para leva os colaboradores da Cidade x Fazenda.”
Mecânico Agrícola	Maxum Case	“Atuo na manutenção de máquinas”.

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Os cargos mais comuns listados pelos profissionais com baixa ou sem especialização foram de operador de máquinas agrícolas, catadores de raízes e pedreiros (informais), vendedores de empresas do segmento de insumos (Gráfico 13).

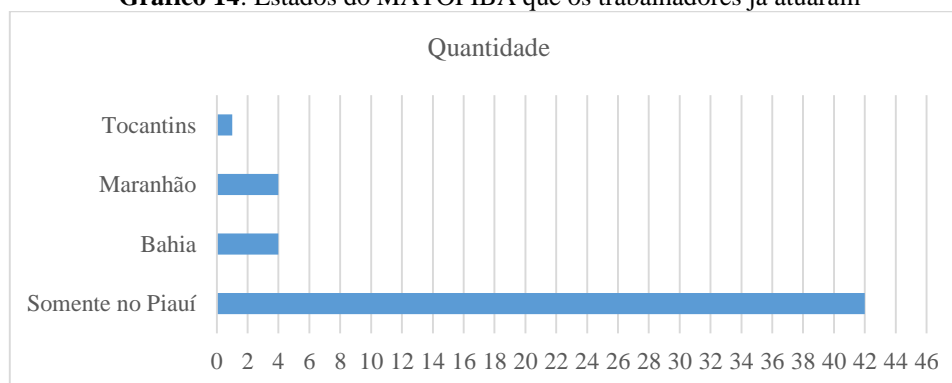
Gráfico 13: Cargos listados pelos trabalhadores não especializados



Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Na região do MATOPIBA, como já visto, há a atuação de grupos empresariais e de produtores em comum, assim, seria natural que essa mão de obra circulasse entre os estados pertencentes a essa região, no entanto, isso não refletiu nos dados apresentados pelos 48 trabalhadores, pois grande parte declarou que já trabalhou somente no Piauí entre os quatro estados da região. Somente quatro pessoas já atuaram no Maranhão e na Bahia e somente duas no Tocantins. O único trabalhador que já atuou nos quatro estados foi o mecânico agrícola da Maxum Case de LEM que possui uma atuação regional (Gráfico 14).

Gráfico 14: Estados do MATOPIBA que os trabalhadores já atuaram



Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

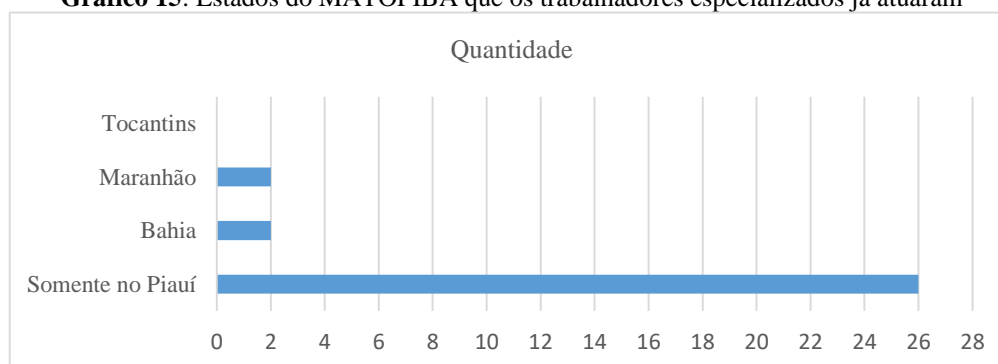
O gerente administrativo da Celeiro Sementes comentou sobre a atuação de trabalhadores em outros estados do MATOPIBA e cita um fator interessante:

Hoje, isso acontece pouco, porque hoje as empresas... como o agronegócio é muito rápido, você tem que aproveitar bem o tempo e as vezes não se consegue fazer essa escala porque Bahia e Piauí praticamente plantam junto, então as vezes as atividades estão acontecendo ao mesmo tempo. Não tem como o trabalhador sair daqui... então se busca colaboradores que já são do estado e da região, facilita porque tá mais próximo. Isso acontece como fazendas ou empresas que tem muitas atividades e ai conseguem fazer uma escala nesse sentido”. (Gerente administrativo da fazenda Celeiro Sementes, entrevista concedida em 2020).

A mobilidade entre fazendas produtoras de diferentes estados se dá mais em cargos altamente especializados, sobretudo de empresas que prestam serviços no âmbito do MATOPIBA ou cargos da alta administração e das questões agronômicas das fazendas produtoras. Como foi o caso do próprio gerente em questão: “Eu acredito assim... a minha vinda para aqui foi através de uma indicação porque a diretoria que veio para cá tocar e administrar o agronegócio aqui era uma administração que trabalhava na Bahia. Como eu já trabalhava lá e já tinha a confiança lá, ganhei a confiança deles, me trouxeram para cá”.

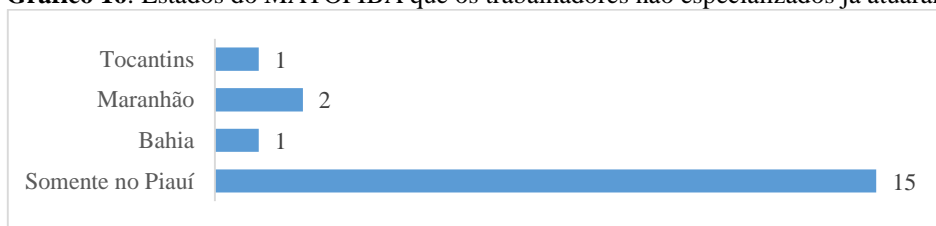
Entre os trabalhadores especializados permanece o mesmo padrão, pois a maioria já trabalhou apenas no Piauí. Apenas dois dos trabalhadores especializados declararam já ter atuado no Maranhão, mesmo número no caso da Bahia. Sendo assim, pode-se afirmar que o sul do Piauí, no caso do agronegócio, é receptor de mão de obra, tanto de estudantes que vem de fora e se formam nas universidades locais e atuam nas fazendas e empresas da região, como de profissionais especializados já formados em outros estados (Gráfico 15).

Gráfico 15: Estados do MATOPIBA que os trabalhadores especializados já atuaram



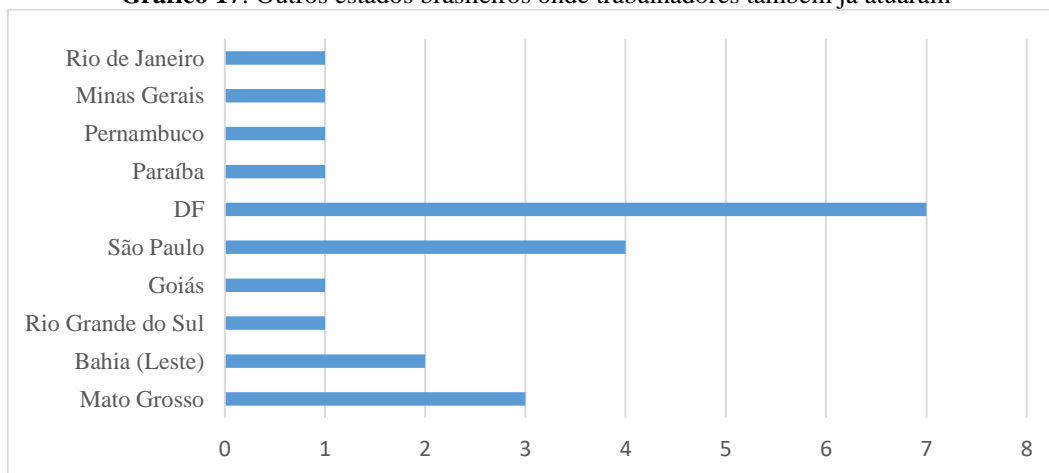
Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

A tendência permanece com os trabalhadores não especializados, com poucos trabalhadores atuando fora do Piauí no contexto do MATOPIBA (Gráfico 16).

Gráfico 16: Estados do MATOPIBA que os trabalhadores não especializados já atuaram

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

Considerando os demais estados que não integram o MATOPIBA já há uma atuação maior desses trabalhadores participantes da pesquisa, com destaque para o DF, com sete declarantes, já que parte do sul do Piauí possui uma relação próxima com Brasília, além de São Paulo, com quatro declarantes e do Mato Grosso com três. Considerando-se apenas os trabalhadores especializados, dois citaram o Mato Grosso, dois o leste baiano (fora do MATOPIBA), um o Rio Grande do Sul e um o Goiás (Gráfico 17). Já entre os trabalhadores não especializados, há uma atuação mais representativa em outros estados brasileiros, já que seis declararam já ter atuado no DF, dois em São Paulo, um na Paraíba, um em Pernambuco, um em Minas Gerais e um no Rio de Janeiro. Há, portanto, maior circulação entre os trabalhadores não especializados para outros estados brasileiros de fora do eixo MATOPIBA, algo não tão comum entre os trabalhadores especializados da amostra.

Gráfico 17: Outros estados brasileiros onde trabalhadores também já atuaram

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionários online.

A partir dos dados preliminares fica claro que o agronegócio gerou transformações no âmbito do trabalho agropecuário, com incremento do número de admitidos ao longo dos anos. No entanto, nota-se extrema segmentação e seletividade nos cargos ocupados, além da intensificação da dominação da força de trabalho e da classe trabalhadora, tendo em vista que

a região possui uma massa de mão de obra disponível e disposta a aceitar qualquer tipo de emprego para garantir um mínimo visando manter o sustento familiar.

Entretanto, apesar das transformações, é vital evidenciar que há ainda permanências no âmbito da classe trabalhadora com pouca tradição na questão do emprego formal, sobretudo pelo fato do agronegócio e as transformações no seio do trabalho ainda serem recentes. Nesse sentido, os próximos tópicos podem ajudar no processo de entendimento de como a população local é encarada pelos agentes do agronegócio, como se comporta diante da geração de novos postos de trabalho e na caracterização do trabalho gerado pelo agronegócio.

5.2 A população local frente à nova realidade de novos postos de emprego e de geração de renda

Com o avanço do agronegócio na região dos Cerrados Piauienses e o incremento do trabalho agropecuário surgem modelos de trabalho diferenciados, alheios ao padrão anteriormente estabelecido, pela emergência de novos postos de trabalho, de renda e de novas funções. É a partir disso que os trabalhadores passam a conviver com realidades pautadas sob a ótica do capital, sobretudo no caso dos cargos com menos exigência de qualificação, pois esse trabalhador vai ter contato com algo estranho para ele, algo novo e com ambientes de trabalho completamente diferenciados.

Um ponto a se sublinhar, antes de aprofundar na análise de alguns dados, é que nos municípios da área de pesquisa ainda prevalece um grande volume de trabalhadores do setor informal. As principais fontes de renda são programas federais de distribuição de renda, como o Bolsa Família, além de trabalhadores contratados pelas prefeituras, trabalhadores do pequeno comércio local, além de aposentados e pensionistas. Além disso, esses municípios dependem dos repasses de recursos federais e estaduais e sua dinâmica econômica está atrelada ao dinheiro recebido. São municípios onde ainda prevalece os bicos, seja na área de agricultura de pequeno porte, como na área de construção civil, entre outros casos.

Pelo quadro 23 é possível observar os 10 cargos com maior volume de contratações nos anos de 1997, 2007 e 2017. Nota-se um incremento das contratações e as exigências por novos profissionais para atuar nas fazendas produtoras de soja. Nos três anos considerados o cargo com maior quantitativo de contratações foi o de trabalhador volante da agricultura – somente nesse cargo houve um aumento de 800 contratações ou 601,5%. Um outro cargo que se destaca é de trabalhador agropecuário em geral, além de tratorista agrícola, operador de máquinas e beneficiamento de produtos e cozinheiro geral.

Um dado interessante é que em 2007 e 2017 surgem novos cargos entre os 10 com maior volume de contratações: trabalhador de extração florestal, em geral, trabalhador na cultura da soja, serrador de madeira, servente de obras, colorista têxtil, operador de máquinas florestais estáticas e técnico agrícola – cargos e funções para o atendimento das novas necessidades do agronegócio local, como para abertura de novas áreas de cultivo, de profissionais especializados no âmbito do cultivo de grãos, na operação de máquinas e equipamentos para auxiliar no processo produtivo, além de trabalhadores do setor de construção civil, tendo em vista o surgimento de novas fazendas produtoras e a necessidade de construção de infraestruturas de armazenagem, alojamentos e moradias para trabalhadores, etc.

Muitos dos postos de emprego são ofertados em funções que exigem pouca qualificação da mão de obra, pois o maior volume de contratações se dá nos seguintes cargos: trabalhador volante da agricultura e trabalhador agropecuário em geral – ambos os cargos representaram 51,75% do somatório dos 10 cargos com maiores contratações em 1997, 35,11% em 2007 e 42,74% em 2017. Nesse sentido, como abarcam diversos tipos de trabalhadores, são ocupados por trabalhadores encarregados de funções diversas, como serviços gerais, carregamento de materiais, ajudantes gerais, limpeza das instalações, etc. Apesar da exigência por profissionais especializados ter aumentado nos últimos anos, o maior volume de contratações ainda se concentra em cargos com remunerações menores e com maior carga de trabalho braçal.

Quadro 23: Os 10 cargos com maior volume de contratações no setor agropecuário, segundo CBO 2002 - Ocupação (1997, 2007 e 2017) - Total área de estudo

1997		2007		2017	
Cargo	Número de contratações	Cargo	Número de contratações	Cargo	Número de contratações
Trabalhador Volante da Agricultura	133	Trabalhador volante da agricultura	530	Trabalhador Volante da Agricultura	933
Trabalhador Agropecuário em Geral	104	Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	384	Tratorista agrícola	742
Tratorista agrícola	87	Tratorista agrícola	330	Trabalhador Agropecuário em Geral	573
Operador de máquinas e beneficiamento de produtos	73	Trabalhador Agropecuário em Geral	188	Operador de máquinas e beneficiamento de produtos	491
Auxiliar de Escritório, em Geral	18	Trabalhador de Extração Florestal, em Geral	173	Cozinheiro Geral	248
Cozinheiro Geral	16	Cozinheiro em geral	115	Colorista Têxtil	155
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	10	Trabalhador na Cultura de Soja	100	Operador de Máquinas Florestais Estáticas	112

Supervisor de Exploração Agrícola	7	Operador de Maquinas de Beneficiamento de Produtos	95	Motorista de Caminhão	91
Almoxarife	5	Serrador de madeira	94	Técnico Agrícola	90
Mecânico de Manutenção de Maquinas, em Geral	5	Servente de obras	93	Auxiliar de Escritório em Geral	89
Total	458	Total	2.102	Total	3.524

Fonte: MTE, CAGED.

Ficou evidente através dos trabalhos de campo e pela vivência da região a emergência do processo de estranhamento do trabalhador que anteriormente era camponês e não estava habituado a novas regras e conceitos, dentre os quais se destacam a rígida rotina de trabalho e os horários fixos; o sistema de folgas (que muitas vezes gera saudades de seus familiares e do seu lugar); restrições, como a quase proibição dos trabalhadores saírem das fazendas no período da noite para retornar às suas casas. Há relatos de trabalhadores que consomem bebida alcoólica durante sua folga nas fazendas (normalmente sem exagero e mais discretamente), algo proibido e evidenciando o processo de resistência às regras e disciplinamento.

Um dos trabalhadores informais entrevistados, pedreiro, enfatiza o fato de muitos não desejarem emprego na serra justamente pela questão do distanciamento familiar:

“Meu irmão é pedreiro também, mas não gosta muito de ficar em cima da serra, ainda mais porque ela leva um ajudante que fica colocando coisa na cabeça dela pra descerem logo. Ai em cima tem muita gente, mas eu vou quando não tem jeito mesmo. Ai em cima é bom de emprego... se o cara subir querendo trabalhar, é difícil voltar sem arrumar emprego. Nessa área de obras né?! Que é muito bom. A convivência com a família é pouca. Eu tenho um cunhado que mora em Bom Jesus com minha irmã, trabalha na serra e ele só desce de 15 em 15 dias e só pode ficar apenas um dia e meio com a família a já tem que voltar para a fazenda. Chega no sábado meio dia e tem que retornar no fim do domingo para iniciar o trabalho na segunda feira”

O fato de afirmar que só sobe para a serra em busca de trabalho “somente se não tiver jeito” indica a resistência de alguns trabalhadores aos empregos do agronegócio, logicamente devido à falta de adaptação ao excesso de trabalho, das jornadas intensas, aos prazos e regramentos, e, como pontua Reis e Moraes (2011), a questão do disciplinamento dos corpos dos/das trabalhadores/as, como a obrigação de utilização de uniforme, cuidados com limpeza do local de habitação, utilização de EPIs, entre outros aspectos.

É, portanto, a evidência das novas lógicas e padrões na esfera do trabalho agropecuário, pautados na intensificação da exploração do trabalhador a partir de preceitos ligados ao desejo por eficiência, maior produtividade, o estabelecimento de longas jornadas de trabalho, a tentativa de manter sempre que possível o trabalhador dentro das dependências das fazendas

produtoras, a imposição de rotinas e horários de trabalho muito rígidos e a cobrança por pontualidade, organização, responsabilidade, comprometimento, entre outros aspectos.

Reis e Moraes (2011) abordam a questão do disciplinamento do corpo e da resistência de trabalhadores rurais no processo de aceitação aos novos tipos de trabalho, trabalhando com o conceito de meio ambiente de trabalho, que envolve tanto o espaço físico como as condições referentes à saúde física e mental e aspectos atrelados à afetividade dos trabalhadores. Os fatores relacionados à reestruturação produtiva, como gestão do tempo, da conduta, o emprego das tecnologias no âmbito da agropecuária oferece novas realidades aos trabalhadores que anteriormente estavam habituados ao trabalho camponês, com aumento dos riscos a partir do contato e manuseio das máquinas e implementos/ferramentas de trabalho e produtos químicos (agrotóxicos). As autoras afirmam:

Sem dúvida, o conjunto de transformações referidas trouxe avanços no trabalho agrícola como a diminuição, em muitos casos, da penosidade laboral, em diversas tarefas. Mas a utilização indevida de tecnologias modernas na agricultura, a jornada de trabalho excessiva, a inobservância das leis de proteção à saúde e segurança do/a trabalhador/a, a precariedade de infraestrutura da região, dentre outros, causam a degradação tanto do meio ambiente, mais amplamente pensado (uso de agrotóxicos, contaminação de fontes hídricas, desmatamentos, erosão, etc), quanto do meio ambiente de trabalho rural, com novos riscos à vida desse/as trabalhadores/as rurais. (REIS; MORAES, 2011, p. 117).

Outra forma de estranhamento com a nova realidade está na alimentação – muitos reclamam da repetição dos cardápios e de alguns pratos específicos, como a repetição da carne de porco ou o seu consumo no período noturno, pois há ainda na região um certo preconceito e resistência ao seu consumo (muitos acreditam ser uma “carne pesada” e que faz mal à saúde), como apontaram Reis e Moraes (2011).

Há, evidentemente, um choque cultural entre o piauiense e o gaúcho. Muitos trabalhadores citam o termo “abusar” e enjoar de determinadas situações ou fatos, como no consumo dos alimentos ou da própria rotina de trabalho (trabalhos repetitivos e carga elevada de trabalho), situações também evidenciadas por Reis e Moraes (2011).

Apesar de evidências de choque cultural, é possível notar que há influências da cultura piauiense e gaúcha uma sobre a outra. Um exemplo é a mudança de gosto na questão da alimentação, pois uma pequena parte dos trabalhadores piauienses acaba se habituando às refeições ofertadas nas fazendas, sobretudo de assados e frituras. Dessa forma, adaptado a esse tipo de alimentação, quando retorna à sua casa, acaba sentindo diferenças na alimentação. Em relação aos gaúchos, sobretudo os mais jovens, mudam um pouco sua forma de falar e utiliza

expressões piauienses, como o uso da palavra ‘não’ ao final das frases, como destacou a agrônoma gaúcha da fazenda Celeiro Sementes.

Um dos aspectos destacados em boa parte das entrevistas e no contato com sujeitos da região é a sinalização da falta de profissionais especializados para atuação nos cargos que exigem maior qualificação. Os trabalhadores especializados sublinharam a necessidade de maior qualificação da mão de obra local, além disso, uma parte considerável dos informantes declarou que há mão de obra disponível, no entanto, com oportunidades de trabalho escassas ou ainda que a mão de obra local não está preparada para os novos cargos que tem surgido na região. Poucos consideraram que a mão de obra local é qualificada para os novos postos de trabalho (Gráfico 18).

Gráfico 18: Avaliação da mão de obra local diante do novo cenário de geração de emprego a partir do agronegócio



Fonte: Questionário online.

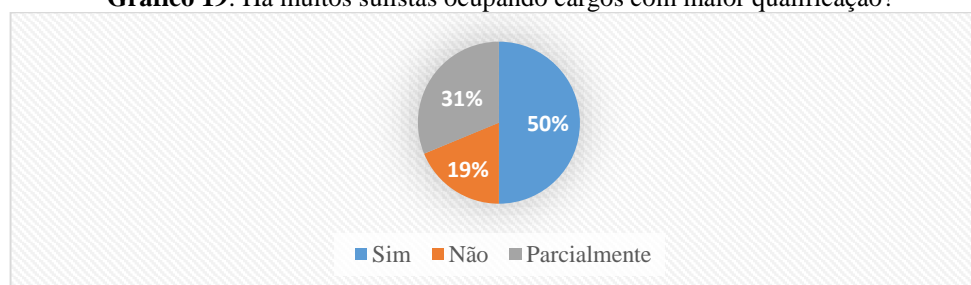
Quando indagados sobre a ocupação dos cargos que exigem maior qualificação (formação superior ou técnica), 75% responderam que são ocupados principalmente por trabalhadores de outros estados brasileiros e 25% responderam que são ocupados por trabalhadores do próprio Piauí. O depoimento da Agrônoma da Celeiro Sementes elucidava essa questão e expõe o fato de muitos proprietários de fazendas sulistas trazerem mão de obra de fora, expondo a questão da desqualificação da mão de obra piauiense:

“Aqui, por exemplo, eu vejo que tem pessoas totalmente desqualificados pros cargos que atuam, né? Não sei porque talvez a... porque aqui onde eu tô só tem eu e outra menina que somos gaúchas, nessa fazenda que eu tô a maioria do pessoal é daqui mesmo do Piauí, totalmente regional, mas existem outras fazendas, eu posso citar exemplos assim, que tem fazendas que os donos são gaúchos e que trouxeram pessoas qualificadas do Rio Grande do Sul para trabalhar dentro das fazendas deles, entendeu? Conheço aqui... tem muito fazendeiro da região sul, São Paulo pra baixo, a maioria é da região sul.”

É nítido que alguns empregadores recorrem à mão de obra de outros estados, inclusive do Sul e Sudeste, para ocupar alguns dos postos de emprego ofertados na região, normalmente através das redes de contatos que se traduzem nos cargos de confiança.

Em relação ao questionamento da presença de sulistas atuando na região, metade dos participantes considera que há sim uma grande presença desses trabalhadores ocupando vagas de emprego. Para 31% há uma presença parcial dos sulistas no mercado de trabalho local e apenas 18,8% consideraram que há pouca presença desses migrantes no mercado de trabalho da região (Gráfico 19).

Gráfico 19: Há muitos sulistas ocupando cargos com maior qualificação?

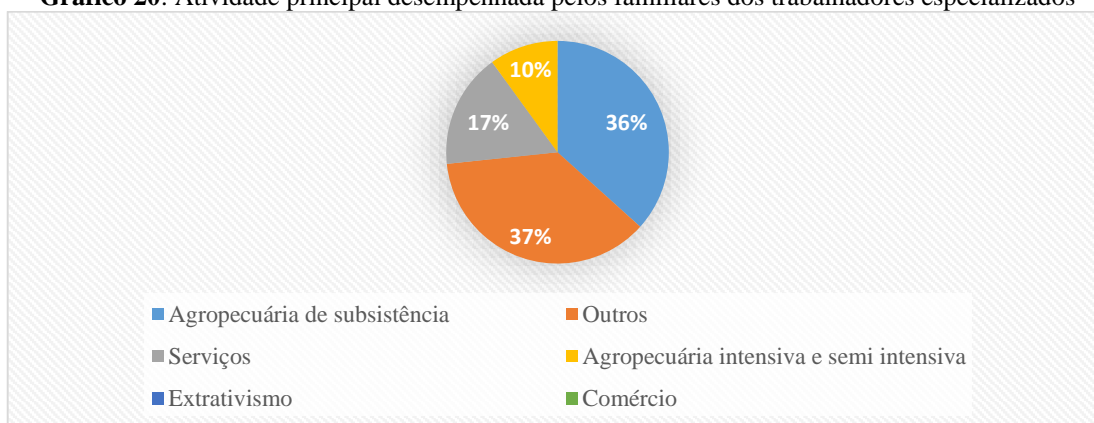


Fonte: Questionário online para os trabalhadores especializados.

O técnico agrícola da Fazenda Colorado Agrícola, de origem goiana, é enfático:

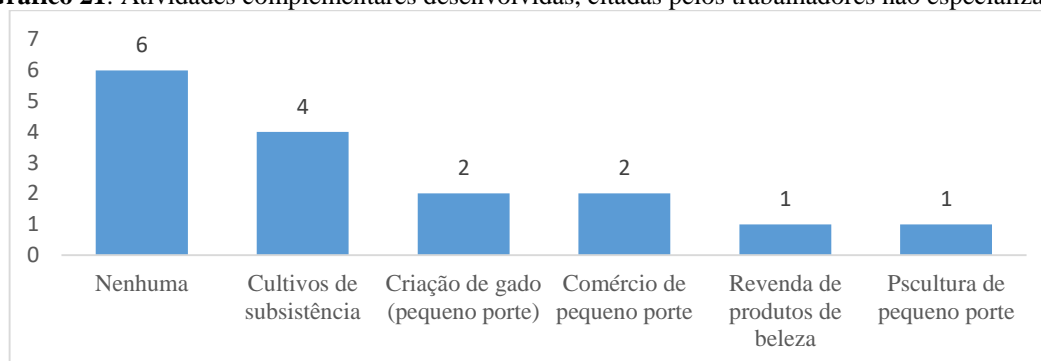
“A mão de obra aqui pelo que eu já percebi desde 2014, ela não é... vamos dizer assim... não dá conta de conter esse mercado, porque mão de obra especializada na sua maioria vem de fora mesmo, os gerentes, os técnicos, os agrônomos... tem alguns agrônomos formados aqui mas... aqui se você for olhar, agrônomo formado mesmo, técnico agrícola, formado aqui na universidade de Bom Jesus, que trabalha aqui nas fazendas mesmo, igual na área da agricultura mesmo, você pode contar no dedo, se tiver, um ou dois... a maioria parte para outra área ou forma e não exerce a profissão, ou lá na frente arruma um outro emprego, vai para outra área diferente.... É uma mão de obra... ela é... ela tem deficiências sim. A mão de obra própria aqui da região tem deficiências sim. A maioria das pessoas que trabalham são de fora mesmo. A maioria.”

Pelo gráfico 20 evidencia-se que parte dos trabalhadores, especializados ou não, possui alguma terra particular ou pequena propriedade em áreas da zona rural dos municípios do sul do Piauí, sendo, portanto, ou já sendo em algum tempo pequenos produtores rurais, focados sobretudo na questão da agricultura familiar, como na criação de pequenas quantidades de bovinos, de caprinos, cultivo de cereais e pequenas plantações (roças).

Gráfico 20: Atividade principal desempenhada pelos familiares dos trabalhadores especializados

Fonte: Questionário online para os trabalhadores especializados.

A maior parte dos trabalhadores sem especialização não possuem atividades complementares significativas, alguns poucos com cultivos de subsistência, criação de gado e comércio de pequeno porte (Gráfico 21).

Gráfico 21: Atividades complementares desenvolvidas, citadas pelos trabalhadores não especializados

Fonte: Trabalhos de campo e entrevistas

Os quatro trabalhadores informais desenvolvem atividades complementares, sendo que um deles cria uma pequena quantidade de gado para consumo do leite e desenvolve piscicultura de pequeno porte (para subsistência e venda do excedente). Um outro trabalhador informal possui um pequeno bar numa comunidade rural de Monte Alegre-PI. Sendo, portanto, trabalhadores rurais que oferecem sua força de trabalho nas fazendas produtoras de maneira pontual e sem registro em carteira (Quadro 24).

Quadro 24: Funções e atividades complementares desenvolvidas pelos trabalhadores informais

Trabalhador informal	Função	Atividades Complementares desenvolvidas
Trabalhador 1- U.C	Pedreiro / Operador de Motosserra	- Pequenas roças; Bicos e obras
Trabalhador 2- W.B.S	Pedreiro	- Pequenas roças; Criação de gado (leite e venda do excedente); Piscicultura de pequeno porte (consumo próprio e venda do excedente); Bicos e obras
Trabalhador 3- E.B.F	Catador de raízes	- Pequenas roças; Criação de suínos (consumo próprio); Criação eventual de gado; Bicos como servente de pedreiro
Trabalhador 4- P. P	Catador de raízes	- Pequenas roças; Caça e pesca para consumo próprio; Possui um pequeno bar na zona rural de Monte Alegre do Piauí

Fonte: Trabalhos de campo

O primeiro trabalhador informal, pedreiro e operador de motosserra, residente na zona rural de Monte Alegre do Piauí relatou que parte dos seus serviços é voltado para a construção de casas e alojamentos nas fazendas da região, como na Celeiro e Alvorada, localizadas respectivamente em Monte Alegre do Piauí e Gilbués. Basicamente seu trabalho consiste na prestação de serviços na área de construção civil através de empreitas e com contratações de ajudantes para auxiliar no trabalho. Ele afirma:

“É mais é casa mesmo (*tipo de construção que mais atua*). Lá em cima tem mais casas do que aqui embaixo. Somente na Fazenda Alvorada, no Diego, eu tenho 12 casas para dar acabamento. Fico por lá nos alojamentos... Passo é semanas e mês sem descer. As vezes vou em Bom Jesus fazer algumas obras, normalmente de donos de fazendas. Eu mexo com lenha, com obra de casas. É eu corto lenha para o povo aí com o motor serra.” (Trabalhador informal, pedreiro, entrevista concedida em 2020).

O Pedreiro afirma que os trabalhos surgem mais no período da seca e que coincide com a entressafra, pois as chuvas atrapalham as obras. É nesse intervalo que muitos proprietários de fazendas realizam obras para melhorar a infraestrutura das instalações, como de alojamentos, galpões, casas, escritórios, entre outros. Também é nesse período que há contratação de catadores de raízes – que basicamente assumem a função de limpar as novas áreas abertas para facilitar o trabalho das máquinas agrícolas, um tipo de trabalho extenuante e que muitas vezes se assemelha ao trabalho escravo.

Uma parte considerável da população local residente na zona rural, sobretudo camponeses e pequenos produtores rurais, eram e em alguns casos raros ainda são habituados com o trabalho coletivo – os mutirões – e trocas de serviços, denotando assim formas de cooperação. Essa tendência tem diminuído, mas, com o tempo, através do processo de perda da terra e aumento dos custos de produção, as formas de cooperação entre camponeses tendem a aumentar. Trate-se de um sistema de trocas de favores e de trabalho como forma de pagamento aos serviços prestados e com prevalência do sistema de roças de toco, aquelas abertas no

machado, por mais que a abertura de pequenas roças também vem aumentando a utilização de tratores para preparação dos solos, sendo utilizados, em muitos casos, máquinas das prefeituras locais ou com pagamento a particulares para execução dos serviços.

Através das entrevistas e saídas de campo foi possível perceber, entre outros aspectos, que muitos trabalhadores piauienses de algumas fazendas sofrem no processo inicial de trabalho pelo fato de ser a sua primeira experiência profissional. Muitos jovens e adultos nunca tiveram carteira assinada ou contato com um contrato de trabalho, com isso, são submetidos a novas realidades e regras que não estavam habituados. As áreas de produção agrícola dos Cerrados Piauienses podem ser caracterizadas pela monotonia, sem muitas opções de lazer. Nesse caso, muitos trabalhadores sentem a falta de sua família e de sua rotina cotidiana anterior.

Outro ponto que chama a atenção está na questão da rotulação da população piauiense como preguiçosa e incapaz de seguir normas de trabalho. O preconceito vai além disso, recaindo sobre a questão da inserção dessa população nos novos postos de trabalho gerados, pois, mesmo diante de uma população que vem sendo treinada e formada para os cargos mais especializados através das instituições públicas locais, há ainda resistência na inserção dos locais nesses postos de trabalho, ponto possível de ser observado no depoimento do piauiense coordenador administrativo da Fazenda Colorado Agrícola de Bom Jesus:

“Olha na nossa região tem a Universidade Federal que tem a escola Agrícola. Eu me formei aqui em técnico agrícola. E o mercado ele é propício, cara, mas a cultura é outra porque... o agronegócio é dominado pelo pessoal que veio de fora e ele tem a gente da região como um pessoal preguiçoso, então não... o pessoal não é aproveitado... o pessoal que é estudado, que tem todo o conhecimento, não é aproveitado e o mercado de uma certa forma ele é meio desequilibrado, porque as vezes tem um pessoal que não é formado na região, que não tem um conhecimento técnico, mas mesmo assim exerce a função. Então pra gente aqui é meio que frustrante na região de Bom Jesus. Isso é uma realidade... Lógico, tem as oportunidades, tem um ou outro que tem oportunidade e que consegue, mas pra gente, a grande maioria é visto de uma outra forma.” (Coordenador Administrativo da Fazenda Colorado Agrícola, entrevista concedida em 2020).

O agrônomo entrevistado da Fazenda Celeiro aborda o processo de resistência de inserção de profissionais da região, no entanto, cita que esse quadro tende a melhorar:

A mão de obra especializada vinda de fora é de boa qualidade, geralmente são sulistas quem vem para o Piauí trabalhar na produção de grãos do nosso cerrado, grande parte dos profissionais que atuam hoje na região é proveniente de outros estados, porém muitas fazendas estão acabando com essa resistência em contratar os profissionais do nosso estado, graças ao conhecimento, dedicação, responsabilidade e desempenho dos nossos profissionais. (Agrônomo da Fazenda Celeiro Sementes, entrevista concedida em 2020).

Logicamente, há evidências que apontam para o crescimento da inserção de trabalhadores especializados da própria região, no entanto, ainda é grande a presença de sulistas

nesses cargos. Essa insuficiente inserção da mão de obra local nesses postos de trabalho também se justifica pelo preconceito e rotulação da população piauiense.

Mendonça (2004) cita os personagens Jeca Tatu e Mazzaropi, do autor Monteiro Lobato, para exemplificar essa questão dos estereótipos construídos sobre o sertanejo ou homem do campo:

A construção imagética do camponês e do *trabalhador da terra*, inclusive no cinema, tais como as figuras do Jeca Tatu e Mazzaropi, baseado no livro *Jecatuzinho* de Monteiro Lobato, ainda se processa como algo exótico e diferente, mas estereotipado. Evidentemente, no conteúdo dessas imagens persiste a ideia, ainda generalizada de que os *trabalhadores da terra*, camponeses e proprietários rurais pouco tecnificados, não lidam adequadamente com a higiene corporal, estão arraigados à tradição e às crenças sem relevância nas áreas urbanas, além de serem avessos ao progresso técnico como reprodução da ideologia do atraso. (MENDONÇA, 2004, p.146).

A lógica do preconceito com os trabalhadores piauienses é apontada pelos trabalhadores locais, como também pelos próprios sulistas, escancarando que há, de fato, uma resistência e rotulação do trabalhador piauiense, sendo muitas vezes tachado como preguiçoso, improdutivo e desinteressado. Isso fica evidente no depoimento de uma agrônoma sulista que atua na região:

Uma coisa que a gente assim, não tô falando por todos (risos), mas assim, tem pessoas que eu vejo aqui, sabe, o modo de vida do piauiense em si é totalmente diferente do Rio Grande do Sul, por exemplo, as pessoas daqui... nossa, eu tive uma recepção muito grande aqui, assim, são pessoas que te recepcionam muito bem, são pessoas muito amáveis assim, não tenho o que falar daqui, é uma região que hoje eu amo, não quero sair daqui, se eu sair daqui eu só quero ir pra Bahia, né?, Luís Eduardo por quê pro Rio Grande do Sul eu não quero voltar, mas assim, são pessoas assim, que eu vejo assim, que... (fica sem palavras), elas... tem aquilo ali, por exemplo, tem uma coisa e elas tão feliz com aquilo, entendeu? Tão feliz por mais simples que ela tiver, é isso que eu vejo do povo piauiense, entendeu? Já o gaúcho ele não é assim, eu vou falar totalmente por mim, sou uma pessoa ambiciosa, sou ambiciosa, quando assim, eu quero isso, eu vou atrás disso, se não tem isso, eu vou tentar pro lado parecido disso, entendeu? Eu sou... vai assim, uma luta, uma garra, eu vejo um pouco diferente das pessoas daqui, não... é um pouco diferenciado, sabe? Eu sou uma pessoa ambiciosa, mega esforçada, dedicada, tudo que eu vou pra fazer eu não faço só a obrigação, eu faço mais que ela, entendeu? Aqui, por exemplo, eu conheço várias pessoas daqui da região que, por exemplo, que fazem o seu básico e tá bom e é aquilo ali, entendeu? Claro, conheço várias pessoas daqui também que dão mais que o seu básico, por exemplo, que nem eu vou citar o Diogo, né? É um exemplo de profissional aquele menino, ele é totalmente esforçado, dedicado, faz muito mais que a obrigação, é um excelente profissional, mas quando ele optou por sair daqui, ele viu que tava sendo desvalorizado, que ele gostaria de ser mais valorizado, e tal, né?... foi uma opção dele, mas são casos e casos, mas eu vejo que por um lado tem exceções, claro, assim como eu to falando dele, né? Assim de outras pessoas que trabalharam comigo, né? Mas eu vejo assim, que a gente, é mais aquele ditado bem gaúcho mesmo né: é mais sangue nos olhos.” (Agrônoma sulista que atua na região dos Cerrados Piauienses, entrevista concedida em 2020).

Dessa forma, é possível notar a rotulação e construção de estereótipos, que culminam em resistências à inserção de trabalhadores piauienses na dinâmica do agronegócio local. Trata-

se de uma fala que inclusive reforça uma suposta superioridade a partir de um possível maior comprometimento dos trabalhadores sulistas em comparação aos piauienses.

Como sublinha Reis e Moraes (2011), a população local possui origem camponesa e que, historicamente, não foi socializada no ritmo e aos padrões empresariais e do capital, como na rotina rígida de horários e normas específicas. O ritmo costumeiro se difere do padrão do capital, tendo em vista que parte desses trabalhadores faz parte de uma cultura baseada no trabalho na roça e em pequenas produções em determinadas épocas do ano.

O ritmo de produção dos moradores locais da zona rural é orientado pelo clima – com duas estações bem definidas: inverno (período chuvoso), de outubro a abril, e verão (período seco), entre maio a setembro. No período chuvoso o foco se dá na produção agrícola de pequeno porte para subsistência e venda do excedente, como arroz, milho, feijão, fava, etc. Na seca o foco está no manejo do gado, caprinos e ovinos, na produção de farinha ou da rapadura, como também é o período em que os moradores locais procuram rendas extras na região através de bicos e trabalhos informais, muitas vezes tendo que migrar temporariamente para centros urbanos de fora do Piauí, como Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (REIS; MORAES, 2011).

Assim, o padrão diferenciado das fazendas produtoras de grãos, com um calendário de cultivo rígido que envolve preparo do solo, plantio e colheita, assusta parte dos trabalhadores piauienses empregados nessas propriedades, já que ficam longos períodos longe da família e com poucas liberações para visitas fora do ambiente da fazenda.

A questão do preconceito dos sulistas com os trabalhadores locais reside em fatores culturais, sendo que parte dos empregadores enxerga a mão de obra local como desqualificada. Os trabalhadores locais são rotulados como improdutivos e desorganizados, como enfatiza Reis e Moraes (2011), no seguinte relato a partir de um trabalho de campo:

Na concepção de empregadores, além da falta de educação escolar, trabalhadores/as locais “não possuem hábitos de higiene”, o que prejudica alojamentos, instalações sanitárias e refeitórios. Nessas instalações, nas fazendas visitadas, observamos placas com avisos como: “dar descarga no vaso sanitário”, “manter o ambiente limpo e organizado”, “não sujar as paredes”, ou “não entrar no ambiente com botas”. Em uma delas, o gerente de recursos humanos informou sobre a proibição a trabalhadores de adentrarem o refeitório com camiseta regata (sem mangas), para tentar cultivar neles “hábitos de boas maneiras, educação e higiene”. Em outra, repreendem-se trabalhadores que “sujam camas e ambientes, e deixam a farda, sem lavar”, inclusive com cobrança de multa pecuniária, geralmente no valor de cinco reais por infração. As várias tentativas de “cultivar o hábito de higiene” nos trabalhadores chegam a extrapolar o bom senso, como a cobrança de taxas para quem infringe às regras disciplinares da empresa. (REIS; MORAES, 2011, p. 120).

Segundo Alves (2004), há no sul do Piauí, atualmente, a sobreposição e “confronto” entre dois movimentos: o velho e o novo. O modelo velho é o da população local, focado no

modelo tradicional e pela lógica interna, muito atrelado e ditado pelos aspectos naturais e pelas relações de trabalho distantes da ótica do mercado (trabalho abstrato), ou seja, onde o foco não é unicamente o dinheiro e os ganhos econômicos. Prevalece nessa população ainda o trabalho concreto, aquele baseado nas relações com a natureza e em atividades de subsistência.

O novo é o modelo do agronegócio, pautado na tecnificação da agricultura e inserção dos Cerrados na dinâmica globalizada do agronegócio, controlado por empresas agrícolas monopolistas, redes agroindustriais e com protagonismo de famílias e grupos empresariais sulistas, como agricultores e empresários da região produtiva. É o movimento onde o tempo e o ritmo são regidos pelo capital e com intensificação das reconfigurações no mundo do trabalho, com imposição da racionalidade do trabalho abstrato por parte dos novos grupos econômicos presentes na região (ALVES, 2004).

A construção e concepção dos dois modelos de tempos diferentes afeta diretamente na organização dos espaços urbanos e agrícolas da região dos Cerrados do Piauí (ALVES, 2004). De certa forma, os produtores e empresários sulistas, sujeitos que compõe o modelo de tempo “novo”, enxergam que estão carregando uma grande responsabilidade ao presumivelmente levar o progresso e avanço econômico para uma parcela da população piauiense, caracterizados e tachados supostamente pelo atraso, lentidão e pobreza. Para parte dos agentes sulistas instalados no Piauí há a visão de que o piauiense é sujeito incapaz de lidar com as novas tendências de modernidade. Logicamente, essa não é uma visão difundida por todos os “gaúchos” da região, porém, é inegável que ela existe e que é um fato a ser combatido.

Claramente, o atendimento das demandas de agentes hegemônicos, como a disponibilização de empréstimos, financiamentos e implantação de infraestrutura, evidencia a lógica de não priorização dos componentes sociais e econômicos das populações tradicionais. Mostra, portanto, que os interesses da população local ficam marginalizados em meio ao suposto progresso gerado pelo agronegócio.

Mendonça (2004) clarifica ainda mais essa visão na seguinte passagem:

Ora, pensar uma política agrícola para gerar mais empregos no campo a partir da modernização capitalista da agricultura, tal qual foi implementada pelas grandes empresas rurais, significa não perceber que essas medidas atendem apenas aos interesses expansionistas do grande empresariado e, jamais, significará solução para os graves problemas vivenciados pelos camponeses e trabalhadores da terra e, tampouco, para as questões ambientais. (MENDONÇA, 2004, p.32).

Além de não atenderem totalmente a população local, os poucos trabalhadores inseridos são colocados diante de novos padrões de intensificação e de exploração do trabalho,

promovendo o caráter da precarização e incentivando o processo de seletividade do trabalho, temas do próximo tópico.

5.3 Os processos de precarização e seletividade no trabalho agropecuário formal no contexto regional

É inegável que o agronegócio do complexo grãos-carne gera emprego e que o número de admissões de trabalhadores aumentou nos últimos anos, seja de forma formal ou informal, como já apresentado. No entanto, as dimensões e a proporção que o agronegócio globalizado possui no Piauí mostra que essa geração de emprego é muito pequena.

A incorporação de pessoas ao trabalho precário e de condições não adequadas é para Silva (2003) uma fissura aberta gerada diretamente por processos de exclusão e um exemplo do processo de exclusão-inclusão-precária. Nesse sentido, as novas formas de emprego geradas se encaixam exatamente nesse contexto, visto que uma parte considerável dos novos postos de emprego são caracterizados pelo caráter da contratação temporária ou pela informalidade e ainda pela exploração do trabalhador através de longas jornadas de trabalho. Os novos postos de emprego podem ser classificados, portanto, como temporários, precários, inconsistentes ou eventuais. Trata-se de uma atividade que envolve muito capital, mas que na verdade gera pouco retorno para o pleno desenvolvimento da região.

Há nesse processo de geração de emprego uma exclusão evidente de uma massa de trabalhadores que não se adequa aos novos postos de emprego, por não dispor de especialização ou experiência, ou simplesmente pelo fato de serem mulheres e pessoas de idade avançada. Não se observou nos trabalhos de campo, por exemplo, a atuação destacada de pessoas acima de 40 anos. Nesse sentido, para as fazendas e agricultores, há supostas vantagens na contratação de jovens abaixo de 30 anos ou até mesmo dos solteiros, algo observado, já que uma parte considerável dos trabalhadores tinha esse perfil, sobretudo agrônomos e profissionais especializados. Um trabalhador sem família constituída, de certa forma, é bem visto pelas chefias, já que as chances de abandono do emprego pela questão da falta ou saudade dos familiares tornam-se mais reduzidas.

Além do perfil de jovens e solteiros, grande parte dos agricultores e empresários locais dá preferência na contratação de mão de obra de profissionais de outros estados, sobretudo de sulistas, pois muitos deles não possuem família constituída na própria região, não desejando, por exemplo, visitar parentes ou familiares a cada fim de semana ou periodicamente. Dessa

forma, esses funcionários “forasteiros” acabam ficando longos períodos nas fazendas e disponíveis para possíveis necessidades ou ao trabalho do dia a dia das propriedades.

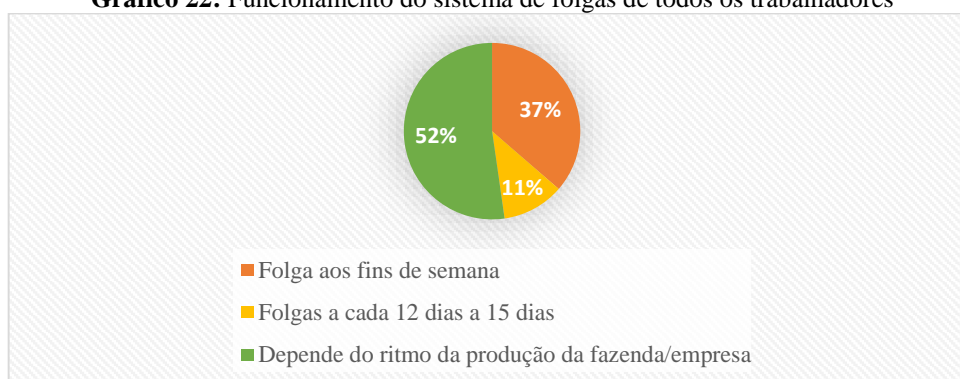
Um empregado morador da própria região, com origem piauiense e que possui familiares nas cidades próximas, certamente desejará visitá-los frequentemente, o que pode contribuir para desfalques em razão de faltas em períodos essenciais, como durante as safras. Esse perfil de trabalhadores dispostos a ficar longos períodos longe das famílias é mais aceito pelos empregadores, tendo outras vantagens, como menor tendência de processos trabalhistas ou questões judiciais, além disso, na maioria dos casos, são trabalhadores com larga experiência no ramo agrícola, dispostos e acostumados a enfrentar os desafios de viverem em regiões longínquas e com dificuldades logísticas.

Frequentemente esse perfil de trabalhador aceita condições que outros não aceitam, como acordos de trabalho e até mesmo a dispensa de direitos trabalhistas. São princípios do modelo de produção flexível aplicados na realidade das fazendas, priorizando a questão do aumento da produtividade.

Como uma das estratégias dos empresários e agricultores, a manutenção do funcionário por muito tempo nas dependências da fazenda os deixam mais resguardados de possíveis problemas: como faltas ao trabalho, atrasos e acidentes no percurso da fazenda até as casas dos funcionários, aumentando assim a produtividade no trabalho.

Entre todos os trabalhadores entrevistados, com exceção dos informais, as folgas da maioria deles dependem do ritmo de produção das fazendas – um total de 52%. Outros funcionários ficam nas fazendas entre 12 a 15 dias (11%) e 37% afirmaram ter folgas aos fins de semana, tendo em vista que muitos trabalham para empresas do setor de insumos e implementos agrícolas (Gráfico 22).

Gráfico 22: Funcionamento do sistema de folgas de todos os trabalhadores



Fonte: Entrevistas e questionário online.

Dessa forma, o trabalhador que fica na fazenda durante 15 a 30 dias sem “descer” para as cidades (tendo em vista que as fazendas ficam em áreas mais elevadas, os platôs), não oferece tantos riscos ao seu empregador e o mantém disponível praticamente em tempo integral. Isso se aplica ainda mais aos funcionários safristas, sobretudo aqueles migrantes, ou seja, provindos de outros estados e que possuem familiares fora do Piauí ou em cidades distantes.

Algumas fazendas praticamente proíbem a saída das suas dependências fora do período de folga, tendo em vista que há controle de entrada e saída de pessoas nas portarias, supostamente para evitar os atrasos, falta de condições físicas para o trabalho (sonolência), perigo de acidentes no percurso para casa, entre outros aspectos.

Um outro ponto observado é que boa parte dos trabalhadores não recebe pelas horas extras. Dos trabalhadores especializados que responderam ao questionário online, somente metade afirmou receber em dinheiro pelas horas adicionais trabalhadas. Assim, há a prática de acúmulo de horas extras, onde muitas fazendas compensam através de folgas. É comum situações inusitadas, pois muitas vezes os trabalhadores podem ficar longos períodos longe das fazendas, sobretudo na entressafra, em uma espécie de férias para compensar o banco de horas acumulado.

Alguns trabalhadores se incomodam em ficar muitos dias nas fazendas produtoras, áreas com poucas opções de lazer, espaços de convivência ou para realização de esporte. Entretanto, já há preocupações em torno dessas questões e algumas fazendas já dispõem de salas de jogos, campos de futebol, quadras de futsal, praças, além de Internet, que possibilita um maior contato com parentes e familiares. São maneiras de os patrões agradarem os seus funcionários, inclusive com eventuais churrascos e dias de pequenas festas e confraternizações.

Sobre os longos períodos dos trabalhadores nas fazendas produtoras, a agrônoma da Fazenda Celeiro Sementes expõe:

Em relação assim ao povo, aqui por exemplo, eu vejo muito aqui na fazenda, relato daqui mesmo da fazenda onde eu trabalho: o povo parece que não consegue ficar 20 dias aqui, pra mim, se eu tiver trabalhando, claro que as vezes é “judiado”, a gente quer tá na sua casa ou outra coisa assim, mas eu não reclamo de trabalho, de trabalhar, entendeu? É assim, de tá 15, 20 dias, se tiver que passar um mês... eu já passei 45 dias sem descer pra cidade, entendeu? Não é um problema pra mim, se eu tiver trabalhando e ocupando a minha cabeça e fazendo o que eu gosto... Eu vejo muito isso aqui: ‘ah, quero descer, tamo muito dias aqui em cima, fazendo aqui, não tem o que fazer’, não tem muito lazer aqui. Sim, a gente entende, que aqui é muito precário em situação de lazer mesmo, não tem muito o que a gente fazer, não tem muita junção durante a semana pra dar uma descontraída, mas aqui tem fazendas que tem também, que tem muito lazer, tem muita coisa diferente assim, mas nessa parte não tem o que reclamar, assim, não posso falar nada, eu sou diferente, eu tenho outro pensamento em relação a isso: se é pra eu ficar aqui no final de semana, meu, eu fico de boa, sabe? Se me der qualquer atividade pra fazer aí, por exemplo, já fiquei muito tempo agora, janeiro, fevereiro, onde safra tava em andamento e a gente preparando pro enchimento de

grãos e tal, indo pra maturação, eu fiquei vários fins de semana aqui e eu ficava com um sorriso no rosto, entendeu? Gosto mesmo do que faço e não tenho o que reclamar. Acho na verdade, quem reclama muito dessa questão assim, de ficar meio que preso aqui é porque é... sei lá... é um ponto errado assim, talvez não gosto muito do que faz, trabalha por... pra manter uma família, podia tá em outro lugar, quem sabe, podia fazendo outra coisa, eu não sei, sabe, eu não sei a cabeça das pessoas, mas é o que vejo assim, sabe, é... no tempo que a gente vive assim, é agradecer por ter um emprego, ainda mais no meio dessa pandemia aí, do que ficar nessas questões... empacando nessas questões. O mercado acredito que daqui pra frente vai ficar muito seletivo, né? Porque depois da pandemia, vai ficar só... vai exigir qualificação dos profissionais, acredito eu, por isso que eu tô buscando o tempo todo me qualificar, evoluir, tanto no profissional, como no pessoal. ” (Agrônoma sulista que atua na região dos Cerrados Piauienses, entrevista concedida em 2020).

Trata-se de uma fala que retrata o processo de aceitação, naturalização e conformação da precarização do trabalho, inclusive no âmbito de uma trabalhadora com formação superior. Evidencia-se também a intensificação da exploração ao trabalhador no período da pandemia e a utilização do trabalho como forma de rebaixar ou desqualificar a população local.

Quando se questiona a capacidade de o agronegócio inserir a população local nos postos de trabalho mais especializados, não se trata de mascarar que existe o contexto da precarização dessas funções, ou seja, que assim como os postos de trabalho braçais, os funcionários especializados também são submetidos a intensas jornadas de trabalho, a condições de trabalho não apropriadas.

Tanto o trabalhador braçal como o especializado são submetidos à precarização e exploração demasiada da sua força de trabalho. Conforme Mendonça (2004, p. 305): “O trabalho sob o controle do capital é sempre precarizado. A precarização é condição para o capitalismo assegurar as condições sociais de produção e de reprodução”.

Marx (2003) e Mendonça (2004) citam o processo de estranhamento no âmbito do trabalho, onde o trabalhador não enxerga o processo de precarização e se entrega totalmente aos preceitos do capital, sem impor ou questionar qualquer forma de trabalho. Foi possível perceber isso nos trabalhos de campo e entrevistas, pois a maioria dos trabalhadores enaltece o agronegócio como propulsor do crescimento econômico e idealizador de benesses na região, sem, contudo, visualizar ou ter dimensão dos efeitos perversos sobre a classe trabalhadora.

Entre falas de exaltação do agronegócio, selecionou-se duas:

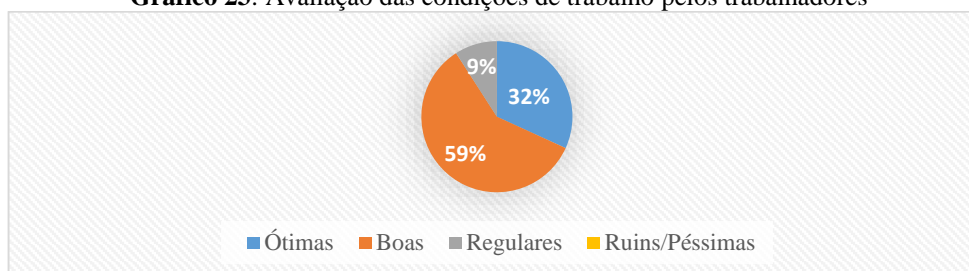
“A região também é muito boa, os grandes investidores que vem para aqui, para o estado, para as localidades e para as comunidades... eu acho que isso aqui hoje é... Vou te falar a verdade: minha vida pessoal quem mudou foi o agronegócio. Eu vou contar um pouquinho da minha história...” (Gerente Administrativo da Fazenda Celeiro Sementes, entrevista concedida em 2020).

“Cara, bastante positiva na verdade. O agronegócio chegou pra gente em 2000, 1999... Final do século XX foi quando iniciou aqui a vinda do pessoal do sul pra cá e de lá pra cá eu acredito se a gente pensar em desenvolvimento socioeconômico na nossa

região, não só em Bom Jesus, mas também Baixa Grande do Ribeiro... nossa região aqui... nosso sul do Piauí aqui, desenvolveu bastante as cidades, o número de pessoas e de estudantes e de trabalhadores. (Agrônomo da Agrex do Brasil, entrevista concedida em 2020).

Pelo gráfico 23 é possível apontar que existe uma boa avaliação das condições de trabalho por parte dos trabalhadores, com exceção dos informais, desconsiderados dessa análise, tendo em vista que 59% avaliaram suas condições de trabalho como boas, 32% como ótimas e apenas 9% como regulares.

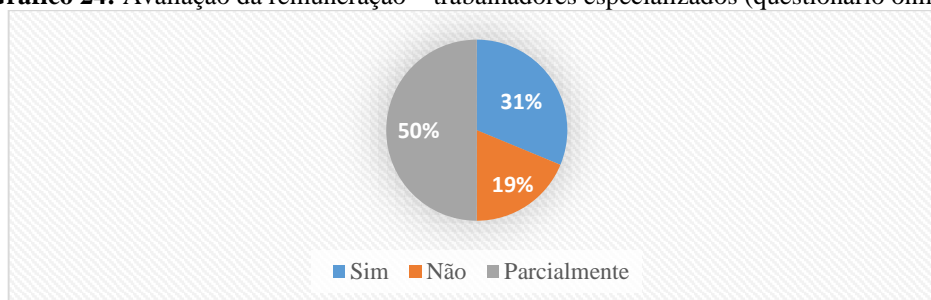
Gráfico 23: Avaliação das condições de trabalho pelos trabalhadores



Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionário online.

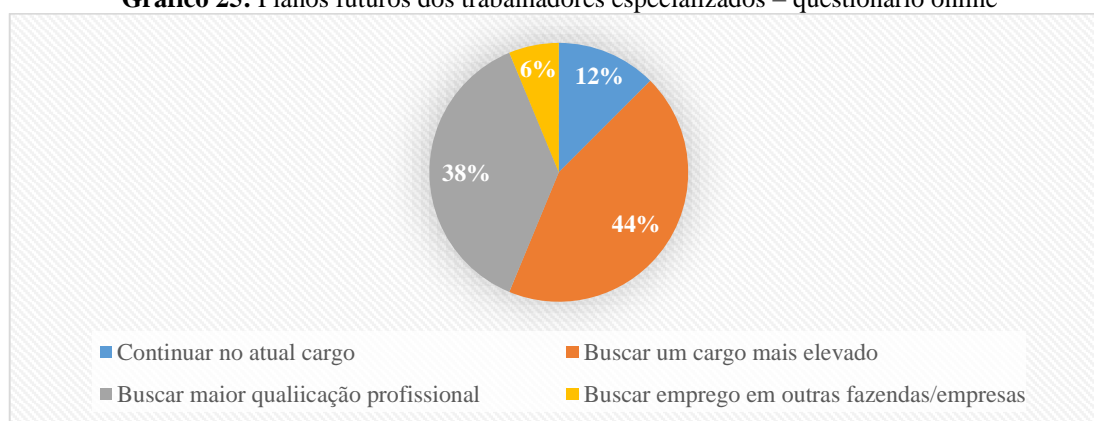
A maioria dos trabalhadores pretende continuar no atual emprego. De um total de 44 trabalhadores, 39 (89%) indicaram a intenção de permanecer e apenas cinco (11%) pretendem sair do atual emprego por diferentes motivos. Pelo gráfico 24 percebe-se que entre os trabalhadores especializados participantes do questionário online, 50% estão satisfeitos parcialmente com suas remunerações, 31% satisfeitos e 19% não satisfeitos. Indicando, portanto, boa avaliação nesse quesito.

Gráfico 24: Avaliação da remuneração – trabalhadores especializados (questionário online)



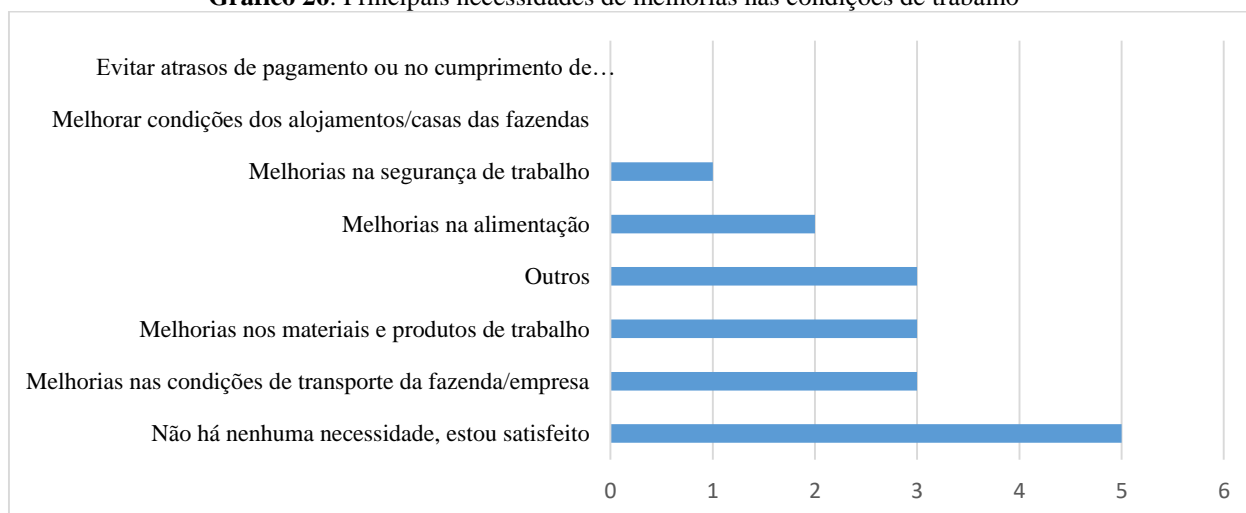
Fonte: Questionário online.

Foi questionado quanto aos planos futuros dentro das fazendas/empresas e no âmbito profissional (no questionário online). Dos 16 participantes, sete (43,8%) indicaram a intenção de buscar um cargo mais elevado, seis (37,5%) indicaram a busca por maior qualificação profissional, dois (12,5%) pretendem continuar no atual emprego e apenas um (6,3%) pretende buscar outra fazenda ou empresa (Gráfico 25).

Gráfico 25: Planos futuros dos trabalhadores especializados – questionário online

Fonte: Questionário online.

Dentre as principais necessidades listadas pelos trabalhadores especializados estão: melhorias nas condições de transporte da fazenda/empresa, nos materiais e produtos de trabalho, na alimentação e na segurança de trabalho. Cinco afirmações consideraram não haver nenhuma necessidade de melhoria e três apontaram para outras necessidades de trabalho não listadas entre as opções. Nenhum deles citou a questão de melhorias em alojamentos e casas das fazendas ou no cumprimento de obrigações trabalhistas (Gráfico 26).

Gráfico 26: Principais necessidades de melhorias nas condições de trabalho

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionário online.

Um dos pontos mais citados como necessidade de melhoria está na questão do transporte dos trabalhadores, pois a maioria das fazendas não dispõem de transporte próprio e no dia de folga, normalmente aos fins de semana, os trabalhadores tem que regressar às suas casas com transporte particular, a maior parte em motocicletas, que pelas condições das estradas e imprudências, gerando acidentes nesses percursos. A figura 21 mostra a condição de uma das estradas alguns trabalhadores residentes em Monte Alegre do Piauí sobem para trabalhar em

fazendas localizadas neste e em outros municípios, utilizada para acessar as fazendas e empresas visitadas no trabalho de campo realizado em 2020. A subida foi realizada de moto e um dos trechos muito íngremes nos obrigou a literalmente descer da moto para facilitar a subida, indicando que a mesma apresenta sérios riscos aos trabalhadores que a utilizam, sobretudo no período chuvoso.

Uma das trabalhadoras entrevistadas cita essa necessidade:

“As condições que a gente vive aqui na fazenda é muito boa, né? A gente tem uma casa, tem de tudo que uma casa de mobília precisa. Não tem assim, TV, essas coisas assim, mas são fatores externos. Tem outros alojamentos e tal, os alojamentos são mais precários, mas a única que me falta aqui... é assim... que eu vejo ser muito necessário é transporte né? Cada um vem com seu carro próprio, com a sua moto própria, na verdade isso não é o esquema porque como tem muito funcionário... acontece às vezes muitos acidentes e tal, então é o que realmente tá faltando aqui, muito né? Uma coisa que a gente fica implicando aqui direto e que necessita ter.” (Agrônoma sulista que atua na região dos Cerrados Piauienses, entrevista concedida em 2020.)

Figura 21 - Subida serra no povoado Jatobá - Monte Alegre do Piauí-PI



Fonte: O autor, 2020.

A necessidade de melhorias na alimentação foi citada por dois trabalhadores especializados, com associação com à questão cultural, tendo em vista que parte dos camponeses que oferecem sua força de trabalho acaba não se adaptando ao tipo de cardápio oferecido nas fazendas produtoras e empresas agrícolas. Notadamente, a repetição de cardápio e com pouca variedade são problemas relatados por alguns desses trabalhadores.

Entretanto, a questão da alimentação foi bem avaliada nas entrevistas, já que muitas fazendas possuem cardápio variado, servindo as três refeições e mais lanches na parte da manhã

e tarde, supervisionado por nutricionistas. Nas fazendas há locais apropriados para as refeições dos trabalhadores, como espaços de refeitórios e restaurantes. Também é comum que alguns trabalhadores façam sua própria comida no seu local de moradia ou alojamento, pois alguns deles possuem disponibilidade de fogão, no entanto, é uma opção pessoal, já que a fazenda oferece alimentação. Mendonça (2004) cita que uma das estratégias para mascarar o processo de diferenciação interna entre os funcionários reside no fato de todos os funcionários se alimentarem no mesmo local – forma de dar um “ar” de igualdade entre os funcionários, inclusive com o mesmo cardápio, como também uma forma de deixar o ambiente mais calmo politicamente e evitar greves, pressões e a justiça do trabalho.

Somente um dos participantes do questionário online citou a necessidade de melhorias na segurança de trabalho. No entanto, não é incomum o acontecimento de acidentes de trabalho nas fazendas produtoras, tendo em vista a lida com equipamentos e infraestruturas perigosas. Pouco tempo depois de nossa visita a uma das fazendas produtoras, houve um acidente com um trabalhador residente na zona rural de Monte Alegre do Piauí, trabalhador volante da agricultura, que executava uma tarefa e foi atingido violentamente por uma ferramenta de trabalho que caiu sobre seu pé e danificando parte dos seus dedos. Esse trabalhador encontra-se atualmente afastado de suas funções e com dificuldades para locomoção.

Há dessa forma uma tendência evidente de aumento dos acidentes de trabalho e do agravamento da saúde dos trabalhadores, que muitas vezes não estão preparados para cumprirem determinadas funções ou mesmo porque a atividade em si já carrega um teor de perigo, pois muitos assumem funções diferentes do seu contrato de trabalho. Antunes (2003b) já citava o aumento das Lesões por Esforços Repetitivos (LER), algo comum com trabalhadores do setor agrícola.

Outra questão preocupante observada a partir de relatos de moradores locais são as intoxicações por agrotóxicos devido às manipulações erradas e que causam acidentes de trabalho, alergias, coceiras, boca seca, vermelhidão nos olhos, sensação de sede ininterrupta, entre outros aspectos, o que pode indicar que casos de câncer podem se agravar nos próximos anos, tanto dos trabalhadores que lidam diretamente com esses produtos, como os moradores das áreas dos baixões e que possuem contato com água contaminada pelos agrotóxicos.

Além de explorado, o trabalhador se submete a grandes riscos diários, ao manusear, por exemplo, equipamentos pesados, pontiagudos ou até mesmo por risco de choque elétrico pelas condições das instalações elétricas de algumas fazendas de menor porte, pela lida com veículos, etc. Como aborda Silva (2003), o trabalhador não é apenas explorado pelo capital, como também consumido e exterminado em alguns casos.

Normalmente algumas fazendas produtoras estabelecem parcerias com empresas terceirizadas para disponibilização de cursos e de materiais preparatórios aos trabalhadores com foco na preparação para que os mesmos consigam assumir variadas funções e cargos. É, nesse caso, uma maneira de institucionalizar a polivalência das funções de trabalho e como forma de resguardar a fazenda/empresa em torno da segurança do trabalho, pois muitas deles ofertam cursos ministrados por profissionais da segurança do trabalho, que ensinam, por exemplo, sobre os materiais e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando na verdade, no dia a dia das fazendas, não há uma fiscalização tão rígida do uso desses equipamentos de segurança do trabalho. Reis e Moraes (2011) identificaram em trabalho de campo exatamente essa dificuldade e carência na utilização dos EPIs, com alguns trabalhadores citando a questão da falta de costume ou o calor excessivo como justificativa para não utilização.

Há relatos entre de moradores da região da existência de supostas alianças entre fiscais vinculados à questão do trabalho, ou seja, nas vistorias e no processo de fiscalização há evidências de corrupção por parte dos fiscais e dos empregadores. No entanto, isso não foi citado diretamente por nenhuma das entrevistas, essas questões foram colocadas por moradores locais nas conversas informais sobre alguns temas.

As melhorias das condições de alojamentos e casas não foram citadas por nenhum dos trabalhadores, pelo contrário, foram pontos elogiados. Nos trabalhos de campo houve dificuldade para visitação da parte interna dessas instalações (Figuras 22 e 23).

Figura 22 - Casas destinadas aos trabalhadores da Fazenda Celeiro Sementes, Monte Alegre do Piauí-PI



Fonte: O autor, 2020.

Figura 23 - Alojamentos da Fazenda Bom Jardim, Bom Jesus-PI



Fonte: O autor, 2020.

Entretanto, apesar de não podermos entrar nas instalações, no geral as condições de habitabilidade dos funcionários parecem adequadas, logicamente que com diferenças do nível de infraestrutura. A estrutura das casas da Fazenda Celeiro, por exemplo, prioriza a individualidade, tendo casas mais distantes uma das outras, com refeitório localizado na parte esquerda da figura 23.

A boa avaliação dos alojamentos e casas não esconde possíveis problemas em algumas fazendas, tendo em vista que muitos dos trabalhadores, sobretudo os não especializados, residentes em áreas rurais da região, possuem residências próprias que muitas vezes não possuem, por exemplo, banheiro dentro da casa, ou seja, condições de habitabilidade adequadas. Nesse sentido, as instalações de habitações das fazendas superam tais condições e fazem com que haja uma ótima avaliação dessas infraestruturas.

As melhores condições de renda dos trabalhadores permanentes das fazendas acabam idealizando a propaganda do agronegócio, e muitos moradores locais começam a perceber que alguns “funcionários da serra” vivem com condições de renda melhores que os demais. No entanto, esse processo mascara a realidade e esconde o viés da precarização da massa de trabalhadores sob o regime temporário.

Há atualmente o contexto dos trabalhadores que se veem atraídos por promessas de empregos e pela atratividade de certas atividades econômicas, muitas vezes fantasiosas e exageradas com supostas possibilidades de geração de emprego e renda para a população local. Nota-se, desse modo, que a face moderna defendida pelos agentes representativos do agronegócio, como empresas agrícolas, agricultores e empresários, já que para os mesmos o agronegócio seria a salvação de uma região supostamente condenada ao fracasso e baixo

dinamismo econômico, não repercute da maneira como é pensada, pois acaba ampliando aspectos nada habituais, controversos e polêmicos, como na precarização do trabalho e até mesmo com a ocorrência de trabalho escravo, comprovadas por vistorias e relatórios do MTE.

Realizou-se um pequeno levantamento dos casos de trabalho escravo computados pela CPT, através do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, referência nessa questão. Os dados de 2012 a 2020 do Piauí constantes nos relatórios de conflito no campo evidenciam que, apesar da maior parte dos casos ocorrerem fora da região de estudo, sobretudo associados às carvoarias, desmatamento e atividades extrativistas (sobretudo extração da carnaúba).

Identificou-se casos no âmbito das duas microrregiões nos anos de 2012, 2018, 2019 e 2020, totalizando 9 conflitos que envolveram trabalho escravo, com 170 trabalhadores envolvidos nas denúncias, sendo todos libertos através de ações que envolvem a fiscalização do MTE e Ministério Público do Trabalho (MPE) (Quadro 25).

Entre os municípios constantes na lista de casos de trabalho escravo, figuraram Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Monte Alegre do Piauí, Baixa Grande do Ribeiro e Alvorada do Gurguéia, com destaque para Bom Jesus que figura duas vezes na lista. Dessa forma, as ocorrências de trabalho escravo foram mais comuns no Alto Médio Gurguéia, pois, do Alto Parnaíba Piauiense somente Baixa Grande do Ribeiro constou na lista. Sugere-se, dessa forma, que pelo fato de ser uma área mais recente do ponto de vista do agronegócio, a ocorrência de trabalho escravo ocorre com maior frequência.

Quadro 25: Dados de trabalho escravo na região de estudo e em todo o Estado do Piauí (2012 a 2020)

Ano	Municípios	Nome do Imóvel (Ocorrências)	Trab. Na denúncia	Libertos	Tipo de trabalho
2012	Barreiras do Piauí	Faz. Ipê/Adão	10	10	Soja, milho, arroz, catar raízes
		Faz. Ipê/João	12	12	Soja, milho e arroz
	Bom Jesus	Fazenda Colorado	14	14	Soja
	Monte Alegre do Piauí	Fazenda Esperança/Curalim	15	15	Extração de madeira e carvoaria
		Fazenda Mineiros	6	6	Soja
	Total Área de Estudo	5	57	57	-
	Total Piauí	6	66	66	-
2013	Total Piauí	1	26	26	-
2014	Total Piauí	4	160	160	-
2015	Total Piauí	3	70	52	-
2016	Total Piauí	5	97	97	-
2017	Total Piauí	2	29	4	-
2018	Baixa Grande do Ribeiro	Fazenda São João	54	54	Soja
	Total Área de Estudo	1	54	54	-
	Total Piauí	2	74	74	-
		Fazenda Estrela	15	15	Pecuária

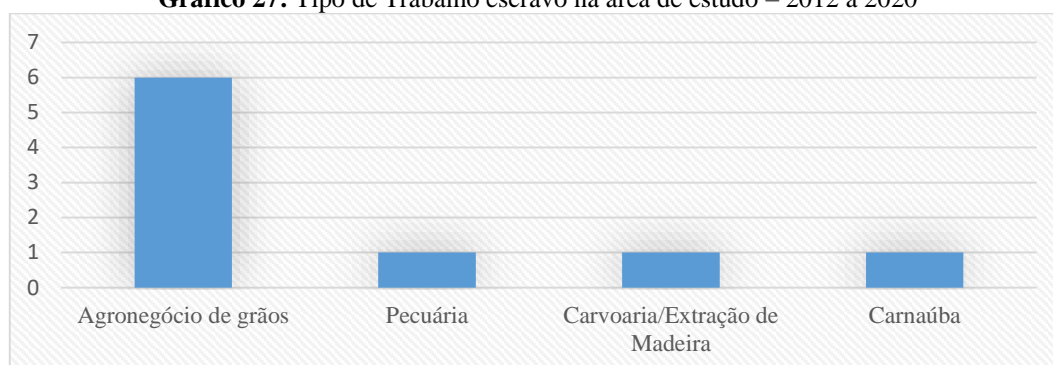
2019	Bom Jesus	Fazenda Santa Clara	29	29	Soja
	Total Área de Estudo	2	44	44	-
	Total Piauí	7	105	105	-
2020	Alvorada do Gurguéia	Sem informação	15	15	Carnaúba
	Total Área de estudo	1	15	15	-
	Total Piauí	3	43	43	-
2012 a 2020	Total Conflitos trabalhistas na área de Estudo	9	170	170	-
	Total Conflitos trabalhistas- Piauí	33	670	627	-

Fonte: CPT (2012 a 2020).

A lógica do trabalho precarizado e escravo se intensifica e nota-se que o Piauí, anteriormente conhecido como fornecedor de mão de obra para atuação em outros estados brasileiros, como para o corte de cana de açúcar em municípios paulistas e goianos, passa também a ter casos comuns de trabalho escravo na própria região, tanto decorrentes do avanço do agronegócio, como também em atividades de carvoaria e na extração da cera de carnaúba.

Entre os tipos de trabalho escravo computados nesse período considerado, destacam-se os vinculados ao agronegócio de grãos, totalizando 6 casos, além disso, identificou-se um caso associado à pecuária, um de carvoaria/extração de madeira e um de atividades vinculadas à extração de carnaúba. Dos casos computados atrelados ao agronegócio de grãos, destaque para a cultura da soja, citado diretamente em todos os casos (Gráfico 27).

Gráfico 27: Tipo de Trabalho escravo na área de estudo – 2012 a 2020



Fonte: CPT (2012 a 2020).

Um trabalho muito comum na região e que apresenta certa aproximação ao trabalho escravo, inclusive figurando entre uma das ocorrências, é o de catação de raízes, desempenhado por dois dos trabalhadores informais com quem tivemos contato. Um deles, residente em Monte Alegre do Piauí, zona rural, era o responsável por cooptar trabalhadores para exercer a função de retirada de sobras da vegetação e de fragmentos/pedaços de raízes. O trabalhador apresentou certa insegurança quando soube que o foco da pequena conversa trataria sobre o trabalho de

catação de raízes, no entanto, de forma breve, destacou que o foco está em pessoas de sua confiança e que estejam dispostos a ganhar um dinheiro extra em determinadas épocas do ano, sobretudo no período de preparo do solo e no processo de abertura de novas áreas para o plantio. O dinheiro ganho era pago por quantidade produzida/realizada – a cada hectare trabalhado, o trabalhador ganhava 50 reais.

Um outro catador de raízes, cooptado pelo gato, residente em Monte Alegre-PI, já realizou este tipo de serviço, mas confessa que não suportou muitos dias devido à precariedade das condições de trabalho, como a exposição ao sol quente, o trabalho extenuante e a baixa remuneração. Segundo o trabalhador eram pagos 50 reais a cada hectare trabalhado, o que tornava quase impossível o ganho maior do que essa quantia devido à extensão das terras e ao trabalho exigido. Citou também as condições precárias das pequenas instalações que eram colocadas para descanso: “A água que a gente bebia era quente e com gosto salgado, toda salobra... e o freezer que eles colocava as garrafa d’água tava desmantelado, a água era quente”. Por alegar questão de segurança, o entrevistado preferiu não divulgar o nome da fazenda para qual prestou serviço, no entanto, afirmou ser uma fazenda de menor porte localizada no mesmo município onde reside.

Devido ao caráter das condições inadequadas de trabalho, essa prática é feita de maneira discreta e há um medo das fiscalizações. De certa forma, a existência de trabalhadores dispostos a assumir tais funções revela que o agronegócio globalizado se aproveita das características locais, dentre as quais se destacam a reserva de mão de obra barata e abundante. Apesar de serem ocorrências pontuais, notamos que algumas fazendas, sobretudo aquelas menores, possuem ainda mais visível o processo de precarização do trabalho, com condições de trabalho degradantes e exploração da mão de obra, além disso, muitos tipos de trabalho tem em suas bases uma aproximação com o trabalho escravo. Mendonça (2004) cita o termo escravidão assalariada – ou seja, o trabalho sob o ponto de vista do capital e caracterizado pela necessidade de o trabalhador aceitar as imposições do capital.

Em uma das fazendas visitadas, onde há uma pequena produção de grãos, sobretudo de milho e arroz, com criação de bovinos, houve recusa na realização da entrevista, justamente pelo medo dos patrões. Basicamente o caseiro da fazenda estava morando na fazenda e com seu filho residindo também no local. A única informação que conseguimos é que no período escolar essa criança “desce” para estudar e fica morando na casa de parentes no interior de Monte Alegre do Piauí. As instalações para moradia da fazenda visualmente eram totalmente diferentes das demais e havia um certo abandono e desleixo com a parte estética e de organização.

Um outro aspecto notado é que os trabalhadores do agronegócio de grãos dos Cerrados Piauienses não possuem tradição de participação em sindicatos, o que é um facilitador para a ótica do capital hegemônico intensificar a exploração dos trabalhadores. Entre os 30 trabalhadores especializados participantes da pesquisa, apenas dois deles são filiados a algum sindicato – uma agrônoma gaúcha pertencente ao sindicato de produtores rurais de Três Marias-RS, pois a família cultiva grãos no Sul, o outro é um agrônomo piauiense que atua na região de Uruçuí e faz parte do sindicato rural deste município.

Entre os trabalhadores atuantes na região, há também uma parcela provinda de outros estados, inclusive nos cargos menos especializados, onde os mesmos realizam o processo migratório em busca de emprego e renda. Nos Cerrados Piauienses, há, por exemplo, baianos e maranhenses, muitas vezes levados por agricultores ou gerentes de fazendas para atuação na região em razão do aspecto da confiança e até mesmo pela ótica de indicações. Há também o caso de trabalhadores não qualificados de origem sulista que acompanharam as famílias sulistas em direção ao sul do Piauí para trabalhar na operação de máquinas agrícolas, por exemplo.

É o caso, de um senhor de 78 anos, atualmente residente no município de Gilbués e que anteriormente trabalhava em uma fazenda produtora de pequeno porte, localizada no município de Monte Alegre do Piauí. De origem de Pelotas, no Rio Grande do Sul, o senhor em questão acompanhou seu patrão e foi em direção ao Mato Grosso. Posteriormente muda-se para o sul do Piauí, por volta o início dos anos 2000, onde mais uma vez acompanha seu chefe, também gaúcho do mesmo município. O trabalhador em questão atualmente vive apenas de sua aposentadoria rural, sendo dispensado pelo patrão em razão de sua idade avançada e saiu sem receber direitos trabalhistas completos, apenas os dias trabalhados.

Presenciou-se situações que comprovam o medo que alguns funcionários possuem relação aos seus patrões. Um dos entrevistados chegou a nos questionar se haveria a citação do seu nome, da fazenda ou do seu patrão. Segundo o mesmo, “esses gaúchos são muito sistemáticos...” Por envolver seu emprego, muitos trabalhadores apresentaram receio e resistência em participar das entrevistas e questionários *online*.

Certamente muitos dos trabalhadores acabam escondendo, inclusive para seus familiares, as situações desagradáveis que passam no dia a dia das fazendas produtoras. São trabalhadores que, de alguma forma, são forçados a permanecer no silêncio ou na proibição de memória, como aponta Silva (2003), que ainda aborda a questão da exploração moral, que se resume no medo e insegurança. São empregos precarizados, mas desejados por muitos. Aqueles que são empregados possuem apreço por continuar, mesmo que continue sendo extremamente explorado e colocado em situações degradantes.

6 O MERCADO DE TRABALHO NOS CERRADOS PIAUIENSES A PARTIR DAS REDES AGROINDUSTRIAIS, DA NOVA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E DA (RE)ESTRUTURAÇÃO URBANA REGIONAL E DAS CIDADES

6.1 Organização das redes agroindustriais e o poderio da Bunge Alimentos no agronegócio piauiense

Segundo Elias (2017),

A agropecuária brasileira passa por um processo de reestruturação produtiva, abalizada na racionalidade do atual sistema temporal. Seu funcionamento é regulado pelas relações de produção, distribuição e consumo globalizados, direcionando-se, cada vez mais, para atender à crescente demanda do mercado urbano interno e à produção de commodities para exportação. Verificam-se profundas transformações no seu processo produtivo. (ELIAS, 2017, p. 40).

As regiões produtivas formam pedaços do espaço total das redes agroindustriais globalizadas, onde tais espaços se abrem aos preceitos das influências globais e novas práticas econômicas do mundo globalizado (ELIAS, 2017). Atualmente as redes agroindustriais possuem elevado protagonismo no processo de reestruturação produtiva e impõem exigências atreladas aos seus interesses, o que gera grandes impactos nas bases técnicas, sociais e econômicas dos lugares e da atividade agropecuária tecnificada (SANTOS, 2016).

Alves (2006) aborda que as lógicas da instalação de empresas em determinadas regiões, com no sul do Piauí, fundam-se na existência de grupos empresariais que objetivam explorar o mercado consumidor da região, como as de revenda de máquinas e insumos agrícolas. Trata-se do que Antunes (2003b), denomina de realocização de empresas, sobretudo do setor industrial, ou seja, esses agentes efetivam mudanças geográfico-espaciais a fim de intensificar a acumulação de capital, contribuindo diretamente para o processo de superexploração do trabalho e se aproveitando intensamente das potencialidades locais e características específicas que lhe permitam o alcance dos objetivos.

O Estado possui conivência com as redes agroindustriais e oferece grande apoio na promoção de instalações de novas infraestruturas apropriadas ao desenvolvimento do agronegócio globalizado em regiões agrícolas, que para Santos (2016), passam a encarar o processo de especializações territoriais, ou seja, na relevância de certos tipos de atividades econômicas, como na produção de *commodities* destinadas principalmente ao mercado externo.

As redes agroindustriais participam ativamente dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação do agronegócio globalizado. Neste caso, participam ativamente no

atendimento das demandas e necessidades do processo produtivo, assim como para efetivação da circulação e consumo das *commodities* (SANTOS, 2016).

Como destaca Mendonça (2004), a agroindústria é expressão da fusão entre a agropecuária e a indústria, união dos setores que possibilitou intensas transformações no padrão produtivo e na forma de organização do agronegócio que se torna uma atividade globalizada.

As redes agroindustriais, segundo Santos (2016, p. 178) são

compostas por grandes empresas de capital aberto, sob o domínio de fundos estrangeiros ou de empresários nacionais ligados a outros ramos da economia, que exploram um modelo de produção que combina economia de escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais, não deixando espaço para pequenos produtores.

Neste aspecto, esses agentes hegemônicos do agronegócio participam direta e indiretamente do processo produtivo, já que são os agentes responsáveis pela compra de parte da produção, como também do fornecimento de insumos, maquinários e até mesmo do fornecimento de empréstimos e financiamento da produção agrícola.

Quanto à capacidade de financiamento dos cultivos, Goldfarb (2015) aborda que a década de 1980 foi determinante para a consolidação desse quadro no Brasil, pois foi um período marcado pela redução da capacidade de financiamento do Estado e na questão dos subsídios, gerando diminuição no fornecimento de crédito aos agricultores, sobretudo na região Centro-Oeste, naquele momento o novo foco de expansão do agronegócio brasileiro.

Com isso, abriu-se uma oportunidade e um campo aberto para os mecanismos privados de financiamento agrícola. As *tradings* e empresas hegemônicas das redes agroindustriais, como bancos, processadoras e produtores agrícolas, passaram a ter um papel destacado no fornecimento de empréstimos, financiamentos e oferta de consultoria para os agricultores. Ampliando, portanto, o caráter de dominância e protagonismo das empresas transnacionais e nacionais do agronegócio no Brasil, formando o contexto de financeirização. Foi, desse modo, a retirada do papel do Estado na questão da regulação e financiamento do desenvolvimento do agronegócio (GOLDFARB, 2015).

Elias (2021; 2017) cita que redes agroindustriais se conectam e são representadas pelas indústrias de sementes transgênicas, de agrotóxicos, de máquinas agrícolas e insumos químicos; ao setor de serviços através de laboratórios de pesquisa biotecnológica e de melhoramento genético, de aviação, ao setor tecnológico, empresas de distribuição comercial, automação e assistência técnica; ao comércio focado no consumo produtivo agrícola, como de empresas e lojas de revenda de implementos, insumos e fertilizantes; como também em associação aos

agentes econômicos e financeiros, tais como bancos, fundos de investimentos, bolsas de valores); bem como supermercados, redes de marketing e armazenagem.

No entanto, nem todos os círculos de produção e componentes dos círculos de cooperação estão presentes nas RPA's, pois alguns deles estão fora e fazem parte de outra etapa do processo de produção de commodities (ELIAS, 2017). Portanto, não necessariamente uma região produtiva terá laboratórios de pesquisa biotecnológica, por exemplo. Muitas vezes, esses estabelecimentos estarão em outros estados e até mesmo fora do país em razão do processo de interligação entre as redes de produção e pelo avançado processo de desenvolvimento tecnológico e científico presente fora do Brasil, como nos Estados Unidos, países da Europa, Japão e mais recentemente na China.

No Brasil, as grandes corporações impõem sua hegemonia sobre a produção agropecuária. Elias (2017; 2021a) destaca o processo de monopolização do território pelo capital através de empresas como Nestlé, Bunge, Cargill, Del Monte, ADM, Louis Dreyfus, Maggi. Esses agentes se apoderam da produção agropecuária brasileira através da entrada do capital em novos territórios e pela monopolização territorial via capital (ELIAS, 2017).

Goldfarb (2015) enfatiza que o protagonismo das grandes corporações e seus poderes em relação aos territórios no Brasil é resultado das políticas neoliberais estabelecidas em alguns países da América Latina a partir da década de 1990 e mais intensamente a partir dos anos 2000, resultando em novos padrões de circulação dos alimentos e um novo padrão alimentar no mundo, processo que autora denomina de 'Regime Alimentar Corporativo Financeirizado' em razão do protagonismo dos financiamentos e dos investimentos nas produções por meio da bolsas de valores (mercados futuros/contratos futuros).

Goldfarb (2015, p. 33) define o conceito de regime alimentar:

Entendemos por *regime alimentar* a forma como se organiza a produção, circulação e distribuição dos produtos alimentares no mundo a partir de um determinado momento histórico no qual se constitui uma divisão internacional do trabalho, o que vai constituir circuitos mundiais de distribuição de alimentos. Atualmente, esse regime caracteriza-se pelo poder de monopólio exercido por grandes corporações transnacionais que atuam na produção, processamento e comercialização de alimentos, bem como na produção de insumos químicos e biotecnológicos e ainda na oferta de financiamento para o setor.

Aponta-se, desse modo, que os agentes hegemônicos atrelados ao agronegócio globalizado, sobretudo no caso brasileiro, dominam o segmento em variadas áreas e etapas do processo produtivo ou do regime alimentar.

O contexto da financeirização é importante para a compressão do papel ativo das instituições financeiras, já que nas ambições dessas instituições sobressaem o capital produtivo

(GOLDFARB, 2015). Nesse sentido, as empresas hegemônicas, mesmo não propriamente produtoras de produtos agrícolas e minerais, possuem domínio do agronegócio brasileiro, por seu papel no mercado financeiro global.

A região dos Cerrados Piauienses é baseada em racionalidades e exigências distantes. Trata-se de uma região que surge como consequência de forças externas/modernizantes e onde as redes agroindustriais globalizadas exercem comando sobre o processo produtivo. Elias (2017), *apud* Santos (1996), defende que nas regiões produtivas as verticalidades se sobrepõem às horizontalidades. A autora, entretanto, faz uma importante ressalva:

Mas, em contrapartida, as horizontalidades são extremamente difundidas, haja vista a expansão das atividades econômicas, pelo aumento da população e do mercado de trabalho, pela chegada de novos agentes econômicos representativos das atividades modernas, pelos inúmeros e diários fluxos de matéria e de informação, etc. (ELIAS, 2017, p. 31).

Nesse aspecto, as horizontalidades devem ser consideradas, entre as quais se destacam as mudanças e incremento do mercado de trabalho e pelas novas características econômicas das regiões produtivas, especialmente nas cidades do agronegócio, onde há maior pujança econômica em razão de alterações no comércio e serviços que refletem diretamente sobre a economia urbana dessas cidades.

Apesar das mudanças e alterações de suas dinâmicas locais, as regiões produtivas são espaços do fazer do agronegócio globalizado (ELIAS, 2017). Assim, as regiões produtivas do agronegócio fogem do conceito clássico de região, na qual há entendimento de um espaço dotado de certa autonomia em relação ao contexto nacional e mundial. Como já apontado, a MATOPIBA nasce em razão da união e simbiose entre interesses públicos e privados, com destaque natural para os anseios do Estado e corporações transnacionais, dentre as quais a Bunge Alimentos, a Cargill e a ADM exercem comando dessa região.

Tratam-se de *tradings*, ou seja, os grupos e empresas que atuam de forma hegemônica na exportação de grãos (FREDERICO, 2008), mas que não possuem relação direta na produção, atuantes nos segmentos de incentivos através de crédito, na compra da produção agrícola, na questão de armazenagem e comercialização dos grãos, pela concentração de capitais e capacidade extraordinária de investimentos e aquisições, além do fornecimento de consultorias e assistências técnicas.

Frederico e Bühler (2019) classificam empresas do segmento das redes agroindustriais em dois tipos: a) a montante (empresas fornecedoras de insumos, crédito e sementes) e a jusante

(*tradings companies*), encarregadas de comprar a produção das fazendas e no fornecimento de assistência técnica e de empréstimos para financiamento das lavouras.

Em cada estado integrante do MATOPIBA há atuação das *tradings companies*. No caso do oeste baiano há unidades da Cargill, localizada no município de Barreiras, e da Bunge Alimentos, localizada em LEM-BA. No Piauí, a Bunge Alimentos possui a liderança no cenário da região produtiva, com unidade fabril em Uruçuí-PI. No entanto, existem outros grupos importantes, tais como a CHS, Agrex, Amaggi, além de representações da Cargill.

Além desses grandes grupos, há também alguns menores, porém, representativos pela atuação no segmento da comercialização de grãos e diretamente no processo produtivo, focadas também no processo especulativo através de compra de vastas extensões de terras e transformação dessas áreas em fazendas com boa infraestrutura e bons índices produtivos.

O poderio da Bunge Alimentos nos Cerrados Piauienses e seu papel preponderante para a formação e consolidação da região produtiva exemplifica como as grandes empresas agrícolas e redes agroindustriais são agentes protagonistas na atual configuração e organização do espaço, fatos sublinhados por Elias (2017). A presença da Bunge em Uruçuí, uma pequena cidade, evidencia o processo de seletividade espacial (SANTOS, 2016) decorrente da concentração das estruturas e das novas dinâmicas econômicas em apenas algumas cidades.

Como já mencionado a produção de soja no Piauí até o início da primeira década de século XXI foi marcada pela concentração da produção na Microrregião Alto Parnaíba Piauiense, sob influência de Uruçuí e com destaque para Baixa Grande do Ribeiro em termos produtivos. Após a instalação da unidade de processamento de soja em Uruçuí a partir de 2002, com inauguração em 2005, notou-se expansão das fazendas produtoras para outros municípios presentes na Microrregião Alto Médio Gurguéia.

A tendência de aumento dos índices produtivos em regiões produtivas após a instalação de unidades de armazenagem e de complexos agroindústrias é confirmada por Goldfarb (2015), quando apresenta os efeitos da entrada da Cargill no processamento de soja no Sul do Brasil, entre os quais se destacam o aumento da área plantada.

As empresas hegemônicas do agronegócio, ou “Gigantes do Grão”, como denomina Frederico (2008), utilizam estratégias específicas para impor seu projeto de dominância sobre os territórios, com uso de caminhos variados para alcance desses objetivos, realizada de maneira agressiva e impositiva, monopolizando o território. A capacidade de armazenagem em razão da instalação de unidades de silos aliada ao poderio em relação às estruturas tecnológicas e técnicas conferem às *tradings* dominância na questão do processamento dos grãos e, conseqüentemente, na capacidade de negociação com os produtores locais, com pouca estrutura de armazenagem.

Segundo Frederico (2008) a classificação em razão da modalidade divide os armazéns em dois tipos: convencionais e silos graneleiros. Os primeiros são destinados à armazenagem com produtos ensacados, já os graneleiros permitem a armazenagem dos grãos e possibilitam sua conservação e beneficiamento, ou seja, são mais adequados para estocagem de soja e milho, por exemplo, que exigem condições ideais de temperatura e técnicas de limpeza e conservação específicas e apropriadas.

A tabela 30 apresenta os dados referentes à capacidade estática de armazenagem segundo sua modalidade. Nota-se que no âmbito da modalidade convencional, o total da área de estudo não possui grande representatividade sobre o total do Piauí, a saber 14,40%. No entanto, na modalidade graneleiro, já há um destaque no âmbito estadual, pois concentram 93,04% das estruturas de armazenagem deste tipo, o que aumenta a participação sobre a capacidade de armazenagem total do Piauí – 86,46%.

Entre as duas Microrregiões observa-se a capacidade de armazenagem maior do Alto Parnaíba Piauiense, o que denota a presença de um agronegócio mais desenvolvido sob o ponto de vista dos índices produtivos e das estruturas envolta das fazendas e produtores, sobretudo nos municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí. No Alto Médio Gurguéia os municípios de Bom Jesus, Monte Alegre, Currais, Gilbués e Palmeira possuem destaque em termos de armazenagem de grãos do tipo graneleiro.

Chega-se, portanto, no seguinte questionamento: quais seriam as empresas, grupos econômicos com papel relevante nesse papel de armazenagem? Para exemplificar os fatos, selecionou-se os municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí, no Alto Parnaíba Piauiense, e de Bom Jesus e Monte Alegre do Piauí, no Alto Médio Gurguéia, constantes nas tabelas 31, 32, 33 e 34.

Tabela 30: Capacidade estática segundo a modalidade de armazenagem em 2020

Microrregião	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Modalidade dos armazéns					
		Convencional		Graneleiro		Total	
		Quantidade	Capacidade (t)	Quantidade	Capacidade (t)	Quantidade	Capacidade (t)
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	1	2.387	17	282.794	18	285.181
	Ribeiro Gonçalves	1	1.602	3	39.769	4	41.371
	Santa Filomena	-	-	6	68.145	6	68.145
	Uruçuí	2	2.818	13	259.699	15	262.517
	Total Microrregião	4	6.807	39	650.407	43	657.214
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	1	504	1	4.812	2	5.316
	Barreiras do Piauí	1	1.350	3	13.672	4	15.022
	Bom Jesus	-	-	15	81.936	15	81.936
	Cristino Castro	-	-	-	-	-	-
	Currais	-	-	2	38.753	2	38.753
	Gilbués	-	-	6	48.113	6	48.113
	Monte Alegre do Piauí	2	5.063	10	90.816	12	95.879
	Palmeira do Piauí	-	-	4	41.977	4	41.977
	Redenção do Gurguéia	-	-	-	-	-	-
	Santa Luz	-	-	-	-	-	-
	São Gonçalo do Gurguéia	-	-	-	-	-	-
	Total Microrregião	4	6.917	41	320.079	45	326.996
	Total – Área de estudo		8	13.724	80	970.486	88
Piauí		49	95.245	92	1.043.019	141	1.138.264

Fonte: CONAB (site oficial) <http://sisdep.conab.gov.br/capacidadeestatica/>

Tabela 31: Unidades Armazenadoras em Baixa Grande do Ribeiro-PI

Armazenador	Endereço	Tipo	Capacidade (t)
Auke Dijkstra e Ouros	Fazenda Boa Esperança	Silo	8.102
		Graneleiro	17.280
Bunge Alimentos	Rod PI 397 Km 45	Graneleiro	29.898
Cajupi- Cia Agrícola do Piauí	Fazenda São João	Graneleiro	5.563
Dagoberto Antonio Faedo	Fazenda Faedo	Graneleiro	5.790
Dirceu Montani	Povoado Almesegs Km 14	Bateria de Silos	7.898
Ernest Milla e Outros	Rod. PI 397, Km 45	Bateria de Silos	17.930
		Graneleiro	21.640
Franor S/A - Ariel Horovitz	Sentido Almesegs Km 18	Bateria de Silos	16.404
Galileia Agroindústria LTDA	Fazenda Galileia	Silo	38.230
Ilton Walker	Povoado de Almesegs S/N	Bateria de Silos	919
Ipe Agroindustrial LTDA	Zona Rural Baixa Grande do Ribeiro	Graneleiro	42.291
		Bateria de Silos	11.353
Luíz Quirino Peteck	Rod. Transzero Sentido Bunge	Graneleiro	9.690
Pinesso Agropastoril LTDA	Rod PI 254 Km 74 - Gilbués - Santa Filomena	Bateria de Silos	1.327
Risa S/A	Estrada Baixa Grande do Ribeiro/Bom Jesus 15 Km à Esquerda.	Convencional	2.387
		Graneleiro	11.927
		Bateria de Silos	36.552

Fonte: CONAB, adaptada pelo autor.

Tabela 32: Unidades Armazenadoras em Uruçuí-PI

Armazenador	Endereço	Tipo	Capacidade (t)
Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh Grãos S.A.	Estrada Vicinal Municipal Fazenda Nova Bonita	Graneleiro	53.730
Brasil Agrícola LTDA	Rod. Transcerrado Km 50	Bateria de Silos	8.500
Bunge Alimentos S/A	Rod PI 247 Km 23 s/nº	Graneleiro	99.418
	Av dos Gaúchos s/nº	Bateria de Silos	26.366
Canel-Central Agrop. Nova Era LTDA	Rod Waldemar Bortolozzo Km 47	Bateria de Silos	7.270
		Chapiçá/zu Chines	21.747
Celso Werner	Fazenda Emílio - Nova Santa Rosa	Graneleiro	5.66
		Bateria de Silos	5.385
Emerson Obata	Eixão 15 Km de Nova Santa Rosa	Convencional	2.002
Rineu José Busatto	Fazenda Santa Bárbara	Graneleiro	5.515
Pedro Salvador Prestes Zimmerman	Data Pratinha - Fazenda Independência.	Convencional	816
Risa S/A	Rod. PI 247 Km, 30	Bateria de Silos	5.196
		Graneleiro	11.657
Serra Branca Agrícola S/A	Est. Povoado Flores, Km 70	Bateria de Silos	5.385
Thomas Kudiess	Rod PI 247 Km 11 - Fazenda Betel	Graneleiro	3.870

Fonte: CONAB, adaptada pelo autor.

Tabela 33: Unidades Armazenadoras em Bom Jesus

Armazenador	Endereço	Tipo	Capacidade (t)
Altair Luiz Matiello	Fazenda Quilombo	Graneleiro	1.558
Antonio Alberto Breitenbach	Fazenda São Luiz	Graneleiro	3.404
Bunge Alimentos S/A	Rod Transcerrados s/nº	Bateria de Silos	32.130
Celito Afonso Piovesan	Faz. Estrela	Graneleiro	4.952
Cezar Marafon	Serra do Quilombo - Fazenda Três Irmãos	Graneleiro	4.468
Clacir Secco	Fazenda Vô Eugênio	Graneleiro	2.169

Igor Comparin	Fazenda São Pedro - Serra do Quilombo	Graneleiro	5.473
João Carlos Fiúza Kremer	Fazenda São Carlos	Graneleiro	4.062
José Anchieta Martins Rosal	Fazenda Gentil (Projeto Manga D'Água)	Graneleiro	2.422
Nelci Carlos Barcella	Serra do Quilombo - Fazenda Três Irmãos	Silo	2.402
Ronaldo Marafon	Serra do Quilombo - Fazenda Vô Desidério	Graneleiro	3.996
		Graneleiro	3.996
Valdocir Slaviero	Fazenda Slaviero - Rod Transcerrado Km 15	Graneleiro	3.404
Valtério Bemvegnu Manganeli	Fazenda Flor Da Serra	Graneleiro	3.433
		Graneleiro	4.067

Fonte: CONAB, adaptada pelo autor.

Tabela 34: Unidades Armazenadoras em Monte Alegre do Piauí

Armazenador	Endereço	Tipo	Capacidade (t)
Agenor Périco	Fazenda Javali - Serra do Quilombo	Graneleiro	1.593
Agrex do Brasil S.A.*	Serra do Quilombo – Faz. Lira Carneiro	Graneleiro	25.987
	Fazenda Novo Horizonte - Serra do Quilombo	Graneleiro	4.443
Agrop. Serra dos Patos	BR 135, Km 135 - Fazenda Serra dos Patos	Convencional	4.104
Airton Rost de Borba	Fazenda Borba -Chapada Serra do Quilombo	Graneleiro	6.070
Ceagro Agronegócios S.A.* ²⁷	Serra do Quilombo s/n	Graneleiro	25.987
	Fazenda Novo Horizonte - Serra do Quilombo	Graneleiro	4.443
Jandir Barcella	Fazenda 3 Irmãos III - Serra do Quilombo	Graneleiro	1.155
Janir Antonio Dezordi	Fazenda Jacuí	Graneleiro	6.091
José Antonio Marafon	Fazenda Santana - Serra do Quilombo	Convencional	959
Nivaldo José Dos Santos	Fazenda Agrosantos - Serra do Quilombo	Graneleiro	9.750
Valmir José Bordignon	Fazenda Santa Isabel	Graneleiro	5.297

Fonte: CONAB, adaptada pelo autor.

Prevaecem os sistemas de armazenamento privados, já que, segundo Frederico (2008), também podem pertencer ao poder público ou controlados por cooperativas. O autor destaca que até a década de 1980 havia um predomínio do controle das unidades de armazenagem de propriedade pública – do Estado, das cooperativas e associações. No entanto, a partir do avanço do agronegócio no Brasil e da fronteira agrícola para novos *fronts* agrícolas, as grandes empresas investiram na construção de suas próprias infraestruturas ou na aquisição de estruturas pré-existentes, públicas, de cooperativas e associações.

²⁷ (*) Na nossa visão há uma repetição das empresas, tendo em vista que a Ceagro Agronegócios se transforma em Agrex do Brasil a partir da entrada do capital estrangeiro do Grupo Mitsubishi. Neste caso, há repetição.

No caso piauiense, a Bunge se aproveita das fragilidades das pequenas empresas e grupos, sobretudo na questão do gerenciamento, como foi o caso da Cooperativa Triticula Santa Rosa (Cotrirosa), estabelecida no Distrito Nova Santa Rosa em Uruçuí, adquirida pela multinacional, especialmente devido à presença das instalações e estruturas presentes da cooperativa (ALVES, 2006).

O processo de aquisição de infraestruturas públicas ou de cooperativas pelos grandes grupos mostra que, segundo Alves (2006), um dos principais objetivos é a eliminação da concorrência e a possibilidade de crescimento dos pequenos grupos, com a imposição e subordinação dos agricultores locais, sobretudo a partir do financiamento, fornecimento de insumos e o domínio do processo de comercialização dos grãos.

Alves (2006) cita a rápida ascensão da Bunge e o controle do agronegócio instalado na região dos Cerrados Piauienses:

A expansão da Bunge no Piauí foi veloz; em pouco tempo havia construído (ou comprado de outros) unidades de armazenamento e montado uma planta de fábrica para beneficiamento de farelo e óleo de soja, com capacidade de esmagamento diário de 4.000 toneladas do produto. Na outra ponta do processo de produção, no setor a montante, detém a maioria das empresas de adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas, e controla parte significativa do segmento, tais como a Serrana, a IAP, a Maná e a Ouro Verde. Sujeita, assim, o produtor a uma completa dependência dos interesses econômicos da empresa. (ALVES, 2006, p. 253).

A Bunge Alimentos no cenário dos Cerrados Piauienses é dominante no âmbito do agronegócio de grãos, sobretudo pela sua capacidade de armazenagem e esmagamento de grãos, além do fornecimento de empréstimos mais facilitados aos produtores e o controle na questão da aquisição da produção dos agricultores da região.

Pelos dados das tabelas 31, 32, 33 e 34, fica nítido que há dominância dos grandes grupos econômicos e das empresas gigantes do agronegócio na questão da armazenagem, sobretudo da Bunge Alimentos. Além dessa, há destaque para outras empresas que já possuem atuação em grande escala e com presença de capital estrangeiro através de grupos econômicos externos – Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh Grãos, com uma grande estrutura presente no Distrito de Nova Santa Rosa, município de Uruçuí, da Agrex do Brasil, localizada em Monte Alegre do Piauí e da CHS em Bom Jesus- PI.

Como exemplo, a Amaggi possui atuação de destaque no cenário nacional, principalmente no Centro Oeste, como também no MATOPIBA, em especial no oeste baiano. A Amaggi Louis Dreyfus foi fundada em 2009 com capital brasileiro e francês e, mais recentemente, com capital japonês, com a entrada do grupo Zen-Noh. Já a Agrex do Brasil surge em 1995 inicialmente como Ceagro, com posterior integração ao grupo Los Grobo no

ano de 2008 e com entrada da Mitsubishi Corporation a partir de 2012 como acionista. Atualmente possui atuação no Piauí, Bahia, Tocantins, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Pará (FELICIANO; ROCHA, 2019).

O quadro 26 apresenta as principais empresas do segmento de *tradings* atuantes nos Cerrados Piauienses, com a especificação de origem e fundação, atuação e ano da instalação no Brasil e no Piauí. Bunge Alimentos e CHS possuem atuação internacional, já a Agrex do Brasil, a Amaggi e CGG Trading possuem atuação nacional, com participação de capital estrangeiro.

Quadro 26: Principais *tradings* instaladas nos Cerrados Piauienses

Empresas	Origem/Fundação	Filiais	Atuação	Ano de instalação no Brasil	Ano de instalação no Piauí
Bunge Alimentos S/A.	Fundada em Amsterdam na Holanda em 1818. Sede atual em White Plains, EUA.	América do Norte, América do sul, Europa, Ásia, Oriente Médio, Caribe.	Financiamento, assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, logística. Ação global.	1905, em Santos – São Paulo	Em 2005. Financiamento, comercialização e logística
CHS Comércio, Serviços e Soluções Agrícolas Ltda.	Fundada em 1929 nos EUA. Multigrain, Mitsui e a companhia brasileira PMG Trading como sócias.	Europa, Ásia, América do sul. No Brasil – SP.	Financiamento, produção, Comercialização, armazenamento, processamento, logística. Ação global.	Instalada no Brasil em 2003.	Em 2015. Financiamento, comercialização, logística.
Amaggi & LD Commodities S/A.	Fundada em 2009. Empresa brasileira com capital Francês.	MA, TO e PI.	Financiamento, produção, comercialização, armazenamento, logística.	Fundada no Brasil em 2009.	Em 2014. Comercialização e logística.
Agrex do Brasil S/A.	Fundada em 1995 como Ceagro, integrou-se ao grupo Los Grobo em 2008. Mitsubishi Corporation torna-se acionista em 2012. Passa a se chamar Agrex do Brasil.	PI, GO, MT, BA e TO.	Sementes próprias, agrotóxicos, fertilizantes, assistência técnica, produção financiamento, comercialização, armazenamento, logística.	Fundada no Brasil em 1995.	Em 2004. Financiamento, comercialização, logística.
CGG Trading S/A.	Fundada em 2010. Empresa brasileira com capital japonês.	MT, PI, GO, MG e TO.	Financiamento, produção, armazenamento, comercialização e escoamento logístico.	Fundada no Brasil em 2010	Em 2013. Financiamento, comercialização e logística.

Fonte: Adaptado a partir de Feliciano e Rocha (2019).

Para alguns dos trabalhadores entrevistados, foi questionado quais empresas considera dominantes no segmento de agronegócio da região. Todos citaram a Bunge como a principal, no entanto, há um destaque para as demais empresas como CHS, Amaggi, Agrex do Brasil, além de representações da Cargill.

“Bunge, CHS, são grandes *tradings* que compram soja e negociam para a exportação. A Cargill não tem aqui na região, mas tem a Agrex, que é uma trading que negocia a parte de insumos e grãos” (Gerente Administrativo da Celeiro Sementes, entrevista concedida em 2020).

“Bunge, CHS, Cargill, Agrex. Acredito que a Bunge. A Cargill. Aqui em Bom Jesus não tem Cargill, mas ela atua forte aqui na região. A empresa trabalha com comercial, através de representantes, ele compra a produção e já tira direto do produtor. Aí tem a Agrex também aqui, que faz a compra também. Essa é vizinha, depois da Bunge é ela.” (Encarregado Administrativo da CHS, entrevista concedida em 2020)

O professor W. L, do IFPI de Uruçuí enfatiza, no entanto, que é partir da Bunge que há estruturação do agronegócio dos Cerrados Piauienses:

“A partir do ano 2000 com o surgimento e instalação da Bunge Alimentos aqui em Uruçuí, na verdade a Bunge foi o carro chefe, que trouxe... que fez todo esse Cerrado ser desbravado e ser da forma que é hoje, tá certo? É uma empresa que em compras e vendas ela predomina, né, isso aí é de fato. Você passa ali em frente a unidade e você vê a movimentação que é. Agora existem também outras empresas na região que participam de uma fatia de comercialização, compra e vendas de grãos, tá certo? Mas a Bunge Alimentos é a principal aqui na região, porque além da unidade sede que ela tem instalada aqui no Uruçuí, aqui na rodovia que dá acesso à Teresina e Floriano, ela tem instalada outras unidades na região, tem uma na Nova Santa Rosa, que é um distrito que pertence ao município de Uruçuí, e unidades instaladas em Baixa Grande, em Ribeiro Gonçalves (*Na verdade em Santa Filomena*), em Currais e Bom Jesus. Então assim, é a que está presente de fato na região, tá certo? Existem outras que compram aí, mas não tem a estrutura que a Bunge dispõe.” (Professor W.L, entrevista concedida em 2020).

Há também destaque para grupos empresariais com atuação local e regional, com capital e investidores estrangeiros e com composição de sociedades com atuação destacada no agronegócio da região, entre os quais pode-se apontar a RISA S.A e a Insolo Agroindustrial. Atualmente a RISA S.A possui escritório central na cidade de Balsas-MA, originada através de investimentos de proprietários gaúchos no município de Baixa Grande do Ribeiro, inicialmente denominada de Companhia Agrícola do Ribeirão. A empresa atua na área de produção agrícola de grãos, como também na esfera de defensivos, fertilizantes, logística, revenda de máquina agrícolas e atuação como *trading*.

A RISA S.A possui lojas de revenda de máquina agrícolas da multinacional CASE e serviços de suporte em peças e serviços. Atualmente possui três unidades localizadas em Balsas-MA, Uruçuí-PI e Baixa Grande do Ribeiro-PI. Além de estruturas presentes no Piauí, possui

em Balsas-MA armazéns com capacidade para 30 mil toneladas e de 35 mil em São Luís-MA, no Portal da Madeira/Itaqui. É um grupo com atuação regional, no sul piauiense e maranhense (Figura 24), possui grande capacidade de armazenagem e que lhe confere certa independência em relação às Gigantes do Grãos, já que realiza comercialização da sua produção própria para o exterior.

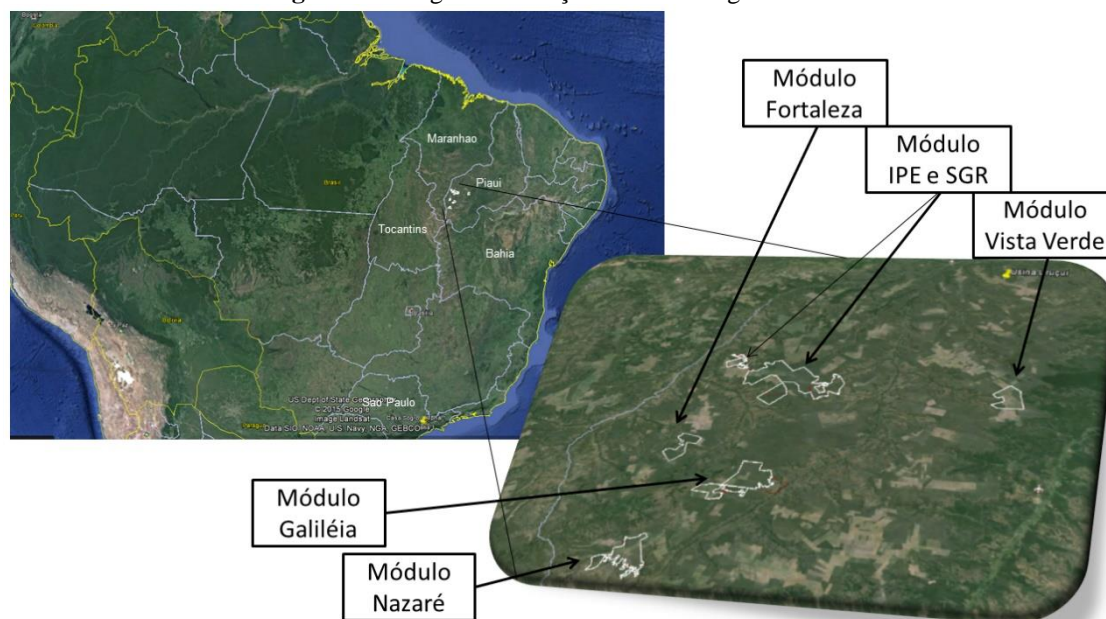
Figura 24 - Região de atuação da RISA S.A



Fonte: RISA S.A, Disponível em: <https://risasa.com/segmentos/risa-agricultura/>.

A Insolo Agroindustrial também é um grupo de destaque de atuação regional, com escritórios em São Paulo e em Balsas-MA e proprietária de grandes fazendas do sul do Piauí, com expressiva capacidade produtiva e de infraestrutura, tais como a Galileia, Fortaleza, Ipê, Nazaré e Vista Verde, localizadas nos municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Santa Filomena, constantes na figura 25.

Portanto, as duas empresas referidas apresentam similaridades: constituídas por famílias sulistas, consórcios e capital estrangeiro, formadas a partir de aquisições e fusões e que atualmente apresentam grande protagonismo no âmbito produtivo e em outros segmentos, sobretudo a RISA S.A. Ambas possuem como sede a cidade de Balsas-MA, o que demonstra um pouco da importância dessa cidade do agronegócio para parte dos cerrados do Piauí.

Figura 25 - Região de atuação da Insolo Agroindustrial

Fonte: Site oficial da Insolo, <http://www.insolo.com.br/regiao-de-atuacao.html>.

Nos Cerrados Piauienses também há a atuação de empresas de capital financeiro que atuam no segmento de especulação fundiária e no âmbito da produção agrícola. Frederico e Almeida (2019) listam os agentes da escala Tempo-Mundo – empresas com investidores internacionais – atuantes no MATOPIBA. No quadro 27 elencou-se aquelas que possuem atuação nos Cerrados Piauienses. Nota-se protagonismo do capital financeiro de origem brasileira, norte-americana, argentina, japonesa e de europeia, como da Alemanha e Suíça.

A relação de empresas com capital financeiro internacional atuantes nos Cerrados Piauienses contém grandes grupos internacionais, como a Mitsubishi com participação na Agrex do Brasil, o grupo TIAA-CREF com capital investido através da Radar, uma das maiores empresas desse segmento do mundo, além de outras instituições como a Havard Asset com participações no grupo Insolo.

Favareto et al. (2019) citam o exemplo da SLC Agrícola e da Radar no caso piauiense:

Grandes empresas como a SLC Agrícola, SLC Land Co. e a Radar S/A possuem terras no sul do Piauí. Segundo a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018), a Radar é uma empresa resultante da sociedade entre a Cosan S/A e o fundo de pensão TIAA-CREF (Teachers Insurance and Annuity Association of America – College Retirement Equities Fund). A SLC Agrícola S/A (sigla da Schneider Logemann Company) atua em todo o Matopiba. A SLC Land Co. é o braço imobiliário da SLC Agrícola S/A, em sociedade com o fundo de investimento inglês Valiance Capital. Estas empresas adquiriram terras na última década e meia, a partir de fazendas formadas no período anterior por colonizadoras que respondem a processos judiciais por grilagem, como é o caso da Codeca – Colonizadora De Carli, muito atuante no sul do Maranhão (FAVARETO et. al., 2019, p. 359).

Quadro 27: Empresas de capital financeiro controladoras de empresas agrícolas atuantes nos Cerrados Piauienses

Capital Financeiro	País de Origem	Empresa Agrícola	Área de grãos no MATOPIBA (em mil ha)	Estados com fazendas produtoras
Vinci Partners Touradji Capital (Hedge)	Brasil EUA	Sollus Capital	30	MA/PI/TO/BA
SLC Participações S.A. Credit Suisse Deutsche Bank Neuberger Berman LLC	Brasil Suíça Alemanha EUA	SLC Agrícola	340	MA/PI/BA/MSGO/MT
Gávea Investimentos Otaviano Pivetta BTG Pactual Salo Davi Seibel Bonsucex Holding Silvio Tini de Araújo EWZ investments LLC (Socopa)	Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil	Vanguarda Agro S.A.	250	MT/PI/BA
Cresud JP Morgan Whitefrias Inc. Cape Town LLC. CSHG Asset Management S.A.	Argentina EUA EUA Suíça	BrasilAgro	177	MA/MG/TO/MS/PI/GO /MT
Harvard Asset Management (família Iochpe)	Brasil	Insolo Agroindustrial	100	MA/PI
Vision Brazil Investments Irmãos Francioni Grupo Golin Fundos internacionais de private equity	Brasil Brasil Brasil EUA/UE	Tiba Agro	348	BA/PI/GO/MT
TIAA-CREF Cosan	EUA Brasil	Radar	130	MA/TO/PI/GO/MT/BA
Mitsubishi Paulo Fachin	Japão Brasil	Ceagro Agrícola (Agrex do Brasil)	94	MA/TO/PI/GO/MG/BA
Coteminas/Josué Gomes GFN Agrícola Agrícola Estreito Valor Grains LLC Sojitz Group	Brasil Brasil Brasil EUA Japão	Cantagalo General Grains	151	MG/PI/GO/MT

Fonte: Adaptada a partir de Frederico e Almeida (2019).

Frederico e Almeida (2019) enfatizam que a presença desses grupos investidores e especulativos nos Cerrados Piauienses e no âmbito do MATOPIBA tem agravado os conflitos por terras, promovido a concentração fundiária, a expulsão de camponeses e moradores locais de suas terras e intensificado a divisão territorial do trabalho e a exploração do trabalho.

Apesar do protagonismo de alguns grupos regionais e da presença de empresas agrícolas especulativas e investidoras, o agronegócio piauiense é dominado pelas empresas multinacionais e nacionais na questão da armazenagem de grãos no segmento das *tradings*, sobretudo da Bunge Alimentos, que possui unidades de armazenagem em cinco municípios da

área de estudo: em Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí e Santa Filomena, no Alto Parnaíba Piauiense, e em Bom Jesus e Currais, no Alto Médio Gurguéia (Tabela 35).

Tabela 35: Unidades de Armazenagem da Bunge Alimentos nos Cerrados Piauienses

Município	Endereço	Capacidade (t)	Tipo
Baixa Grande do Ribeiro	Rod. PI 397 KM 45	29.898	Graneleiro
Bom Jesus	Rod. Transcerrados s/nº	32.130	Bateria de Silos
Currais	Entroncamento Rod PI 392 com Rod. Transcerrados	30.229	Graneleiro
Santa Filomena	Estrada Santa Filomena	31.780	Bateria de Silos
Uruçuí	Rod. PI 247 KM 23 s/nº	99.418	Graneleiro
	Av. dos Gaúchos, Distrito de Nova Santa Rosa	26.366	Bateria de Silos

Fonte: Conab <https://bitly.com/erzokp>.

Em Uruçuí há a unidade de processamento de soja (Figura 26), com grande capacidade de armazenagem para recepção dos grãos, juntamente com a unidade de armazenagem localizada no distrito de Nova Santa Rosa. As duas unidades representam 47,91% de toda a capacidade de armazenagem do município.

Figura 26 - Unidade fabril da Bunge Alimentos em Uruçuí-PI



Fonte: Google Earth, foto do Portal Fazendas Piauí. Disponível em: <https://bitly.com/Gs0H7>.

Tanto o funcionário entrevistado da Bunge de Bom Jesus, como outros entrevistados apontaram a unidade fabril de Uruçuí possui cerca de 500 funcionários, o que faz com que a movimentação de pessoas e de veículos seja considerável e com grande participação na dinâmica de geração de emprego no município, como sublinhado pelo professor W. L., do IFPI-Uruçuí:

“[...] ela é uma empresa que tem contribuído bastante com a geração de emprego na região, tá... na verdade são vários empregos e que são gerados lá diretamente, internamente, porque são várias pessoas que trabalham lá e também empresas que estão redor e que dão suporte no setor de transporte, na manutenção, no setor de combustível, então assim: tem todo um complexo ali que gira em função da Bunge na rodovia. Até que eu sei a matéria prima que eles trabalham é mais grossa, esmagamento, tá certo? Sai daqui o óleo pronto pra ser refinado em refinarias e esses outros subprodutos do setor de esmagamento, tá certo?...” (Professor W.L, IFPI, entrevista concedida em 2020).

Deve-se destacar que a escolha dos locais para instalação das unidades armazenadoras da Bunge possui todo um contexto estratégico e envolve a seleção de municípios com elevados índices produtivos, além da proximidade de grandes fazendas produtoras, de estradas e rodovias importantes para transporte e estocagem dos grãos. Assim, as unidades armazenadoras possuem como objetivo principal a estocagem da produção agrícola adquirida pela empresa, para posterior encaminhamento à unidade da Bunge em Uruçuí, encarregada da etapa de esmagamento dos grãos para obtenção do óleo e do farelo de soja.

Como no setor de produção de grãos, que sofreu grandes efeitos dos processos de incorporação técnica e modernização das atividades agrícolas, a unidade fabril da Bunge Alimentos instalada em Uruçuí também possui um quadro de modernização de suas atividades que permite ter suas instalações e atividades controladas em grande parte pelo ritmo de máquinas e equipamentos ultramodernos encarregados das etapas de processamento dos grãos, com consequente redução do quadro de funcionários.

A Bunge soma uma capacidade total de 249.821 toneladas nos Cerrados Piauienses, o que representa 25,38% de toda a capacidade de armazenagem da região. Especificamente na modalidade graneleiros, a capacidade de armazenagem da Bunge equivale a 25,74% do total verificado da área de estudo, um índice muito representativo, já que há nessa região a atuação de outros grandes grupos e empresas agrícolas, como a CHS, a Agrex, a CGG Trading, a Amaggi e até mesmo de representações da Cargill, que possui uma grande unidade de processamento da soja em Barreiras-BA e várias unidades armazenadoras no sul do Maranhão.

Dessa forma, a Bunge Alimentos exerce o papel de liderança no cenário regional piauiense e sua capacidade de armazenagem impacta diretamente no poder de compra e ao processo de comercialização da soja produzida na região. Para Alves (2006), há dois períodos de instalação de empresas na região sul do Piauí: um primeiro momento, entre as décadas de 1970 a 1980, representa a instalação de empresas e grupos econômicos, em sua maioria nordestinos, impulsionados pela crescente onda de incentivos por parte do Estado, sobretudo com o crédito bancário e incentivos fiscais através dos programas da SUDENE. O segundo período, a partir da metade da década de 1990, representou o incremento das instalações de

grandes grupos empresariais e econômicos provindos do sul do Brasil, inclusive com capital estrangeiro e de empresas transnacionais, como a Bunge Alimentos, que se instala na região justamente no início do século XXI e, após isso, domina o setor do agronegócio no sul do Piauí.

A presença das unidades de armazenagem de grãos da Bunge determina inclusive o preço médio das terras presentes nas Serras do Uruçuí e do Quilombo, tendo em vista que quanto maior a proximidade de uma propriedade/fazenda dessas instalações, maior será sua valorização em razão da maior facilidade de escoamento da produção.

Notou-se, por exemplo, através de trabalho de campo, que o asfaltamento do trecho de 40 km da Rodovia Transcerrados²⁸ entre a BR 135 e a Serra do Quilombo se estende justamente até a área de localização da unidade de armazenagem da Bunge Alimentos (Figura 27), localizada no município de Bom Jesus, apontando justamente uma medida do Estado para beneficiar o processo de transporte da produção.

Figura 27 - Final do asfaltamento da Transcerrados- Trecho entre a Bunge e a BR 135



Fonte: O autor, 2020.

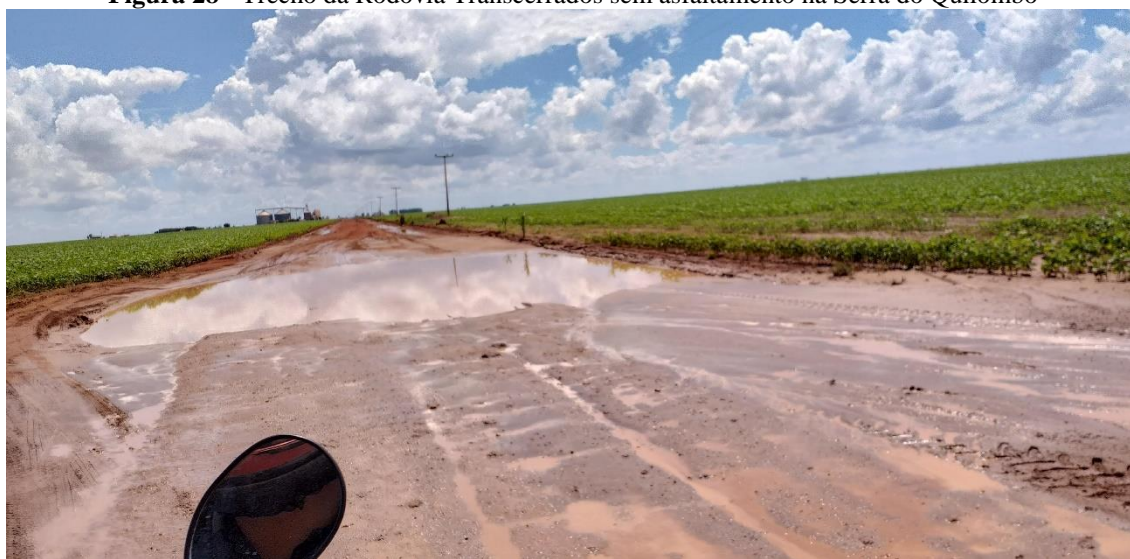
Os produtores dessa região possuem elevada dependência dos grandes grupos do agronegócio, em especial da Bunge Alimentos. Atrelada às deficiências no âmbito das estruturas de armazenagem, os produtores também enfrentam desafios relacionados aos elevados custos com o transporte da produção para outras partes do Brasil. Dessa forma, os produtores se colocam diante de uma encruzilhada: arriscar o transporte de seus produtos para

²⁸ Rodovia PI-262 e PI 397, com maior parte sem asfaltamento que se estende de Sebastião Leal, próximo de Uruçuí, à Monte Alegre do Piauí. Recentemente, em julho de 2021 houve a assinatura da concessão da Parceria Público Privada (PPP) do trecho da Transcerrados entre Sebastião Leal a Redenção do Gurguéia, com mais de 270 km de extensão. O outro trecho, da Bunge em Bom Jesus até Monte Alegre, será de responsabilidade do Estado do Piauí.

outras partes do Brasil ou comercializar a sua produção junto à Bunge Alimentos ou outras empresas da região.

Além do elevado custo de transportes, os produtores e empresas transportadoras enfrentam as degradantes condições das estradas locais, sobretudo aquelas localizadas nas áreas de “serras”, como pode ser observado na figura 28, que integra a rodovia Transcerrados, trecho localizado no município de Bom Jesus, próximo das instalações da unidade de armazenagem da Bunge Alimentos.

Figura 28 - Trecho da Rodovia Transcerrados sem asfaltamento na Serra do Quilombo



Fonte: O autor, 2020.

Segundo Goldfarb (2015), o poder das empresas hegemônicas pode ser exemplificado através da capacidade de armazenagem, resultando em interferências e estabelecimento de tendências de/no mercado, já que podem optar por vender por encomenda ou estocar o máximo possível, ampliando assim o seu poder na esfera especulativa.

No caso das empresas do agronegócio com atuação nos Cerrados Piauienses, sobretudo a Bunge Alimentos, possui destacado papel na compra antecipada das safras dos produtores, além do fornecimento de insumos e implementos para pagamento através da safra, contexto conhecido como “soja verde” – quando o produtor vende sua produção antes mesmo do plantio ou da colheita. As *tradings* atuantes nos Cerrados Piauienses desempenham importante papel na questão do financiamento das safras, oferecendo facilidades aos produtores locais em comparação aos bancos, como aborda um dos entrevistados:

“Bunge, Cargill, a Agrex, a CHS... todas são empresas que tão dominando o mercado. E outra, hoje a burocracia bancária é muita grande e nessas empresas aí o cara financia a lavoura dele dando em troca o produto de garantia, então viabiliza muito. Eles

financiam a safra... Você vai lá... “nós vamos te dar 3 milhões, vamos dividir isso em saca de soja e você vai ficar devendo tantas sacas de soja”. Quer dizer, você colheu, você tem que entregar para poder pagar. E no banco muitas das vezes o pessoal pega até fazenda, pega uma coisa ou outra... então eles viabilizam lá bastante isso daí” (Gerente da New Holland Jaraguá, Bom Jesus, entrevista concedida em 2020).

As grandes empresas também atuam no fornecimento de máquinas agrícolas, como tratores e colheitadeiras, com parcerias com outras empresas revendedoras da área, seguida de uma engenharia financeira que envolve também a imposição de garantias referentes à safra dos produtores (GOLDFARB, 2015). As gigantes do grão, nesse caso, tornam-se cada vez mais monopolistas ao se tornarem agentes financiadores, aliada ao fato de também fornecerem produtos e insumos diversos aos produtores. Trata-se, portanto, da transformação dos lugares em espaços de decisão verticalizados, ao ponto que, atrelada à eliminação/diminuição de concorrências, impõem seus desejos e ambições no âmbito local (ALVES, 2006).

Antecedendo a entrada das grandes multinacionais, é costumeiro a reprodução de discursos enaltecendo de grandes empresas e do capital estrangeiro, como foi no caso da Bunge Alimentos em Uruçuí-PI no ano de 2002, que para Alves (2006) foi carregada de discursos em prol da modernidade e da defesa de uma suposta prosperidade que poderia ser gerada a partir da instalação da unidade de processamento. A Bunge seria o símbolo da modernização do Sul do Piauí, até então carente da presença de grandes grupos.

Desde a instalação da Bunge Alimentos nos cerrados piauienses, o polo das relações de produção e de comercialização de grãos na região passa a ser dessa empresa. Sua presença no Piauí foi marcada por uma agitação geral tanto entre os produtores agrícolas modernizados e comerciantes quanto nos setores governamentais. Estes últimos disponibilizaram todos os suportes (incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura etc.) para poder a empresa manifestar interesse pelo Piauí. A sensação mantida por todos era a de que a presença da empresa nos cerrados constituiria uma alavanca definitiva para a inserção do sul do Estado na mesma dinâmica de desenvolvimento de outras regiões de fronteira agrícola mais consolidadas. E quando ela ameaçou desmontar toda sua estrutura e deixar o Piauí, em decorrência de conflitos jurídicos com ambientalistas, a população de Bom Jesus e Uruçuí se mobilizou e organizou manifestações nas ruas para defender a permanência da empresa. (ALVES, 2006, p. 252).

Entretanto, a expectativa não condiz com a realidade, quando se analisa, por exemplo, o real impacto na questão ambiental e sobre o trabalho na região, tendo um amplo apoio do Estado através de um volume considerável de incentivos e vantagens oferecidas, como na isenção de ICMS durante quinze anos e melhoria nos sistemas viários, telecomunicações e na parte da questão energética (ALVES, 2006).

Os últimos governos piauienses esperavam da Bunge maiores investimentos na planta industrial para produção de produtos de maior valor agregado, como margarinas, maioneses e óleo de soja, e que supostamente gerariam maior volume de empregos, tendo em vista que a

unidade de Uruçuí processa a soja somente para a produção de óleo bruto sem refino e para produção de farelo de soja, sendo o refino feito em Pernambuco, na unidade de Ipojuca, e mais recentemente na Bunge de LEM-BA. De certa forma, há uma certa decepção do governo local com as promessas iniciais de grandes investimentos e de geração de emprego na região por parte da empresa.

Nas entrevistas realizadas em campo, notou-se, por exemplo, que os empregos indiretos gerados pela Bunge são mais ressaltados do que propriamente os diretos. Nesse sentido, a empresa se aproveita das vantagens oferecidas e de outros agentes da região, como agricultores e grupos empresariais do agronegócio, para expandir seus lucros e intensificar o domínio sobre a atividade agrícola.

Os empregos diretos gerados pela Bunge Alimentos foram concentrados em pessoas transferidas de outras regiões para a unidade em Uruçuí-PI, sendo que havia todo um pacote de promessas em torno novos negócios a partir da Bunge Alimentos, sobretudo por parte dos empresários, proprietários e especuladores (ALVES, 2006), fato que inegavelmente se consumou em alguns segmentos, pois a Bunge acaba impulsionando a produção agrícola da região e, conseqüentemente, há também esse efeito em variados setores, como na rede de empresas fornecedoras de insumos, implementos e de assistência técnica e produtiva.

As mudanças almeçadas no pacote de promessas da Bunge Alimentos quando na sua instalação, não chegam, de fato, ao nível desejado, já que, por exemplo, há ainda uma série de fragilidades, sobretudo na insuficiente inserção da população na nova dinâmica de geração de emprego e renda a partir do capital privado da empresa.

Além das *tradings* nos Cerrados Piauienses, é importante ressaltar a presença de empresas atacadistas representantes de grandes multinacionais do segmento agroindustrial através de unidades, filiais ou revendedoras, tais como da John Deere, New Holland, Case IH, assim como empresas revendedoras de peças de veículos e afins, como da Goodyer e Pirelli, que além do fornecimento direto de produtos desses fabricantes, também prestam um papel de protagonismo na oferta de consultorias, assistência técnica e operacional aos produtores agrícolas da região. Há também uma atuação destacada no setor de máquinas, veículos e fertilizantes e com associação às linhas de crédito ou parcelamento dos seus produtos.

A economia urbana das cidades do agronegócio piauiense, sobretudo de Bom Jesus, possui grande ligação e influência do oeste baiano, que é o grande núcleo de comando do MATOPIBA. É no oeste baiano, sobretudo em LEM-BA, que se concentram várias representações das principais empresas atuantes na questão da revenda de máquinas agrícolas, implementos, insumos e derivados. Algumas empresas do segmento de revenda de insumos e

máquinas agrícolas instaladas em Bom Jesus e Uruçuí são filiais de empresas do oeste baiano, como é o caso da Agrosul, revendedora da John Deere (Figura 29), como também da Jaraguá, revendedora da New Holland, e da Maxum, revendedora da Case.

Figura 29 - Agrosul John Deere em Bom Jesus-PI



Fonte: O autor, 2020.

Além da sede em LEM-BA, a Agrosul John Deere possui unidades localizadas em Barreiras-BA, em São Desidério, especificamente no Distrito de Roda Velha, no Distrito de Rosário pertencente à Correntina-BA, em Formosa do Rio Preto, além de mais três unidades no Piauí, instaladas em Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Uruçuí. A Jaraguá New Holland possui sede em LEM-BA e filiais em Bom Jesus e Uruçuí.

A Maxum-Case Agriculture também possui matriz em LEM-BA e filiais no Distrito de Roda Velha (São Desidério-BA), no Distrito de Rosário (Correntina-BA) e uma em Bom Jesus-PI. Há também a revendedora da Case Agricultura da RISA S.A, com matriz em Balsas-MA, com filial em Uruçuí e mais recentemente em Baixa Grande do Ribeiro-PI.

Além das empresas do segmento de máquinas agrícolas, há em Uruçuí e Bom Jesus uma variedade de empresas comerciais de outros ramos, como de assistência técnica, revenda de sementes especializadas, de agrotóxicos, implementos, defensivos, entre outros. Entre as empresas atuantes no segmento comercial e de prestação de serviços de agrotóxicos, identificou-se quinze a partir da listagem de 2020 da Agência de Defesa Agropecuária do Piauí (ADAPI), constantes no quadro 28. Nota-se concentração dessas empresas em Bom Jesus, com dez no total, quatro em Uruçuí e uma em Gilbués, evidenciando o peso das cidades do agronegócio piauiense na questão das redes agroindustriais.

Quadro 28: Estabelecimentos de Agrotóxicos registradas atuantes nos Cerrados Piauienses

Empresa	Município	Atividade
Agrex do Brasil S.A	Bom Jesus	Comerciante
Prosul Comercial Agrícola Ltda.		Comerciante
Associação Comercial dos Cerrados Piauienses (ACOCEP)		Prestador de Serviços
Produtécnica Nordeste		Comerciante
Plant-Bem		Comerciante
Solutta		Comerciante
Plantec Agrícola		Comerciante
Cultivar Agrobusiness Ltda.		Comerciante
COPALEM (Cooperativa de Produtores Rurais de LEM-BA)		Comerciante
Produtiva Agropecuária		Comerciante
Agrovid@	Gilbués	Comerciante
Alvo Agrícola	Uruçuí	Comerciante
New Agro		Comerciante
RISA S.A		Comerciante
INPEV		Comerciante

Fonte: ADAPI, 2020, disponível em: <https://bitly.com/Tih36>.

Observa-se a presença da Agrex do Brasil no segmento de comercialização de agrotóxicos, empresa que também lida com a compra da produção agrícola, como também de empresas regionais, como a Produtécnica e a RISA, com sedes em Balsas-MA. Além dessas comerciantes e prestadoras de serviços, há ainda uma gama de outras empresas distribuidoras, algumas delas bem conhecidas e gigantes do setor, que atuam na disponibilização dos seus produtos no Piauí, tais como Syngenta, com sedes em LEM-BA e Paulínia-SP, a Du Pont de Balsas-MA e Paulínia-SP, Monsanto de São José dos Campos-SP e Bayer S/A de LEM-BA.

Um outro importante segmento no âmbito dos serviços está em empresas que trabalham com aplicação de agrotóxicos através de pequenas aeronaves. A ADAPI aponta a existência de sete empresas registradas com atuação nessa área, sendo apenas uma com endereço fixo no Piauí, em Sebastião Leal, município próximo de Uruçuí (Quadro 29). As demais estão localizadas no Maranhão – uma em Balsas e duas em Davinópolis, além de uma no Mato Grosso do Sul e outra no Recife-PE.

Quadro 29: Empresas Prestadoras de Serviços na Aplicação de Agrotóxicos no Piauí

Empresa	Endereço
Anápolis Aviação Agrícola Ltda.-ME	Av. Ulisses Guimarães, nº 1408, Sebastião Leal-PI
New Fly Aviação Agrícola Ltda.	Av. Raimundo Félix, s/n angrar - Fátima - Balsas-MA
Amazonia Aviação Agrícola	Rod BR 010 Km 1341 s/n sala 02 - Davinópolis-MA
Serrana Aviação Agrícola	Aeroporto municipal - hangar 3 – z. rural - São Gabriel do Oeste-MS
Aéreo Terra Aviação Agrícola Ltda.	Chácara, s/n, Aeródromo - J LEM, Zona Rural - LEM-BA
Globo Aviação Agrícola Ltda.	Rod BR 010 Km 1341 s/n sala 01 - Davinópolis-MA
Multiave Ltda.	Av. Caxanga, nº 5034, Bairro Caxanga - Recife-PE

Fonte: ADAPI, 2020, disponível em: <https://bitly.com/Tih36>.

As redes bancárias desempenham também um papel fundamental no âmbito das redes agroindustriais, dando suporte na questão do fornecimento de crédito agrícola. Apesar das grandes empresas multinacionais serem grandes responsáveis pelo volume de custeio e financiamento das safras, os bancos públicos e privados também possuem forte atuação nesse segmento. Por esses motivos, em Bom Jesus e Uruçuí há concentração das agências bancárias, servindo de apoio aos agricultores da região e também para grande parte da população de municípios vizinhos (Quadro 30).

Quadro 30: Número de Agências Bancárias na área de estudo - 2020

Microrregião	Municípios	Quantidade	Agências Bancárias
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	-	-
	Ribeiro Gonçalves	1	Banco do Brasil
	Santa Filomena	-	-
	Uruçuí	4	Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	-	-
	Barreiras do Piauí	-	-
	Bom Jesus	5	Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Santander* ²⁹
	Cristino Castro	1	Banco do Brasil
	Currais	-	-
	Gilbués	1	Banco do Brasil
	Monte Alegre do Piauí	-	-
	Palmeira do Piauí	-	-
	Redenção do Gurguéia	-	-
	Santa Luz	-	-
São Gonçalo do Gurguéia	-	-	

Fonte: IBGE Cidades, dados do Banco Central, 2020.

Nos bancos presentes nas duas cidades do agronegócio há alas exclusivas para o agronegócio, especialmente na oferta de crédito agrícola. Também estão previstas a instalação de agências agro da Caixa Econômica Federal em Bom Jesus e Uruçuí. Recentemente, o Santander inaugurou em Bom Jesus uma agência focada no agronegócio, a única do Piauí e umas das 35 existentes no país, demonstrando a atração das instituições financeiras para essas cidades.

Dessa forma, a configuração das redes agroindustriais presentes nos Cerrados Piauienses evidencia o domínio dos grandes grupos, sobretudo as empresas multinacionais, em especial a Bunge Alimentos, além de outras empresas como a Amaggi, Agrex e a CHS, que atuam na compra, fornecimento de crédito agrícola e de insumos. Destacam-se também alguns grupos de atuação regional, em sua maioria com sede em LEM-BA e em Balsas-MA, além das

²⁹ Informação colhida em trabalho de campo. Agência inaugurada ao final de 2020.

instituições financeiras, das empresas que atuam no fornecimento de serviços direcionados ao agronegócio, como no suporte técnico e tecnológico, de manutenção, entre outros.

É a partir dessas redes agroindustriais que as cidades do agronegócio piauiense estruturam parte de sua economia urbana e com reais impactos no âmbito do trabalho, já que passam a ser atrativas para recepção e acumulação de mão de obra. Posto isso, é essencial o entendimento da nova economia urbana dessas cidades a partir da instalação de novos agentes econômicos e seus reflexos sobre o mercado de trabalho local e na questão da necessidade de formação da mão de obra especializada, presentes nos próximos tópicos.

6.2 Especialização funcional das cidades do agronegócio piauiense, o incremento da economia urbana e o aumento do consumo produtivo agrícola

Um dos aspectos do agronegócio globalizado é a constituição de cidades polos e representativas da atividade nas regiões produtivas. À medida que a atividade agrícola tecnificada cresce em determinada área, há a necessidade de escolha e seleção de centros urbanos que irão servir de apoio à atividade em múltiplos aspectos, como no atendimento das demandas de insumos, máquinas agrícolas, consultorias agrícolas, além de serem locais de concentração da oferta de mão de obra, seja ela especializada ou braçal. Por isso o termo cidade do agronegócio e não município do agronegócio, pois é na sede municipal que há a concentração e localização das empresas da rede de apoio ao agronegócio e de grande parte da oferta de mão de obra.

Elias (2017) caracteriza as cidades do agronegócio e o seu papel como nós das redes agroindustriais, ou seja, são centros urbanos que servem como elo de ligação entre a atividade produtiva propriamente dita a partir das fazendas produtoras e os agricultores e a rede de insumos, implementos e afins:

Dessa forma, o agronegócio globalizado desempenha papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e cidades médias, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. Essas cidades, nas quais se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, passam a exercer novas funções e a compor importantes nós das redes agroindustriais, visto que fornecem parte da mão de obra (especializada e braçal), dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas e da assistência técnica agropecuária, dinamizando, portanto, a economia urbana e a reorganização do espaço urbano-regional. (ELIAS, 2017, p. 43).

Elias (2017) enfatiza, dessa forma, o poder do agronegócio em impor especializações territoriais e novas relações entre o campo e cidade pertencentes a regiões produtivas. Nesse

sentido, com seu poder hegemônico, o agronegócio é capaz de praticamente criar novas cidades, como no caso de LEM, na Bahia, como de ressignificar e dotar cidades já existentes a partir de novos conteúdos urbanos por meio de novos fluxos, como Bom Jesus e Uruçuí no caso piauiense, duas cidades já existentes e que passam a exercer novos papéis no cenário da rede urbana regional no sul piauiense, temática já abordada e aprofundada por Rufo (2015) e Rufo; Araújo Sobrinho (2015; 2018).

Enquanto Bom Jesus se autodenomina como ‘capital do agronegócio piauiense’ (Figura 30), Uruçuí intitula-se ‘capital dos Cerrados Piauienses’ (Figura 31). Nesse sentido, apesar das diferentes denominações, ambos os centros urbanos são cidades do agronegócio, ou seja, seu ritmo, crescimento econômico e volume de postos de trabalho são gerados diretamente e indiretamente pelo agronegócio globalizado. São cidades “vendidas/cedidas” aos hegemônicos para fornecer suporte à atividade e alavancar a acumulação de capitais e obtenção de lucros.

Figura 30 - Entrada de Bom Jesus – autointitulada capital do agronegócio piauiense



Fonte: O autor, 2020.

Figura 31 - Entrada de Uruçuí – auto intitulada capital dos Cerrados Piauienses



Fonte: Blog Olhando da Janela do Trem. Disponível em: <https://bitly.com/NIO29u>.

As duas cidades do agronegócio piauiense possuem dinâmicas diferenciadas associadas ao agronegócio, com paisagem urbana peculiar e presença de um número considerável de empresas agrícolas, com fluxos acelerados através de maior movimentação de veículos, empresas comerciais de diferentes setores, maior publicidade, além da presença de equipamentos urbanos e infraestruturas particulares, como universidades, centros e laboratórios de pesquisa. São cidades com peso populacional maior em razão de sua atratividade, sobretudo pela questão do mercado de trabalho e pela ótica das instituições de ensino.

Bom Jesus e Uruçuí possuem importância na rede urbana piauiense e constituem-se como cidades importantes da rede urbana de Teresina-PI. No entanto, Bom Jesus vem apresentando um papel mais significativo do ponto de vista da polarização de sua região de influência, pois enquanto Uruçuí permanece como Centro de Zona B nos estudos Regiões de Influência de Cidades (REGIC) do IBGE de 2008 e de 2018, Bom Jesus eleva seu status de Centro de Zona A para Centro Sub Regional B (Quadro 31) – passa a desempenhar funções mais completas no aspecto da gestão territorial e a partir dos serviços e comércio, com influência sobre uma rede de municípios.

Quadro 31: Situação de Bom Jesus e Uruçuí nos REGICS de 2008 e 2018

Cidades	REGIC 2007		REGIC 2018	
	Status	Municípios influenciados	Status	Municípios influenciados
Bom Jesus	Centro de Zona A	Curimatá-PI (Centro de Zona B) Centros Locais: Alvorada do Gurguéia (PI), Colônia do Gurguéia (PI), Cristino Castro (PI), Currais (PI) Monte Alegre do Piauí (PI), Palmeira do Piauí (PI), Redenção do Gurguéia (PI), Santa Luz (PI)	Centro Sub Regional B	Curimatá-PI (Centro de Zona B) Centros Locais: Júlio Borges (PI), Morro Cabeça no Tempo (PI), Alvorada do Gurguéia (PI), Cristino Castro (PI), Currais (PI), Palmeira do Piauí (PI), Redenção do Gurguéia (PI), Santa Luz (PI).
Uruçuí	Centro de Zona B	Centros locais: Benedito Leite (MA), São Domingos do Azeitão (MA), Baixa Grande do Ribeiro (PI), Ribeiro Gonçalves (PI).	Centro de Zona B AP Uruçuí	Centros Locais: São Domingos do Azeitão (MA)

Fonte: IBGE – REGIC (2008; 2018).

O REGIC de 2018 traz algumas inovações em sua metodologia, como na consideração do Arranjo Populacional (AP), formados por municípios de estreita ligação através de relações de mobilidade da população no âmbito do trabalho e educação. Entre os critérios adotados nos estudos de 2007 e 2018, privilegiou-se a questão da gestão do território a partir de centralidades de gestão pública e empresarial, além do comércio e serviços, instituições financeiras, o ensino superior, saúde, informação, cultura e esporte, transporte, atividades agropecuárias e ligações internacionais das cidades brasileiras. No entanto, o REGIC 2018 aprimorou a pesquisa por

meio de um maior número de informantes, alterações nos questionários e maior número de municípios considerados.

No REGIC de 2018, Uruçuí é classificado como AP em conjunto com Benedito Leite-MA e estabelece grande influência sobre o município maranhense de São Domingos do Azeitão. Nota-se que Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves passam a estabelecer relações mais diretas com a capital Teresina. Apesar disso, as duas cidades ainda possuem intensas relações com Uruçuí, sobretudo na questão das redes agroindustriais de atendimento ao setor do agronegócio de grãos, especialmente no caso de Baixa Grande do Ribeiro que possui grandiosas fazendas produtoras.

O quadro 32 apresenta os principais centros urbanos componentes da região de influência de Teresina-PI nos REGICs de 2007 e 2018, classificada como capital regional A em ambos os estudos. Atualmente Bom Jesus já figura entre as principais cidades piauienses, atrás somente de Floriano, Picos e Parnaíba, contexto já previsto por Rufo (2015) ao analisar o papel desse centro urbano no sul piauiense, aproveitando-se inclusive das características de sua localização em meio a um conjunto de pequenos municípios e às margens da BR 135.

O próprio estudo do REGIC 2018 dedica uma seção à questão da origem dos insumos destinados ao setor agropecuário, setor que tradicionalmente é ligado ao campo. No entanto, as cidades representam os nós de ligação através da oferta de implementos, máquinas agrícolas, crédito agrícola, assistência técnica, além de serem pontos de localização das sedes de empresas do ramo agroindustrial. Apesar disso, os dados dos fluxos agropecuários: “[...]apresentam diferenciações regionais – ainda que não entrem como componentes para cálculo da rede urbana” (IBGE, 2020, p. 136).

O REGIC 2018 classifica as cidades brasileiras de acordo com sua importância na questão da disponibilização de insumos. No âmbito do MATOPIBA, as cidades de LEM e Barreiras são as mais representativas, classificadas centralidades de segunda ordem. Balsas-MA é classificada como de terceira ordem, Uruçuí e Bom Jesus como centralidades de quinta ordem – as mais representativas do Piauí, juntamente com Teresina e Parnaíba.

Comparando Bom Jesus e Uruçuí nos aspectos relacionados ao setor agropecuário no âmbito do REGIC 2018, a primeira possui maior destaque na questão da origem dos maquinários e implementos e no âmbito da assistência técnica, ficando atrás somente de Teresina no Piauí nesses quesitos.

As cidades do agronegócio piauiense retratam a nova relação campo-cidade na região. À medida que o campo se tecnifica, essas cidades passam a conviver com novas realidades econômicas, urbanas, sociais e culturais em decorrência do aumento do consumo agrícola,

aquele diretamente relacionado ao agronegócio, como também do maior dinamismo do comércio local, representados pelos pequenos e médios supermercados, lojas de vestuários, estabelecimentos comerciais, como restaurantes, lojas de informática, etc. Ou seja, são destinados ao atendimento das demandas de uma parte considerável da população, já que essas cidades possuem maior contingente demográfico. Por conta desse ritmo diferenciado, essas cidades passam a ser foco de migrações internas, notadamente de municípios vizinhos, como também de pessoas de outros estados, especializados e não especializados.

Mendonça (2004) cede um importante peso à categoria trabalho no âmbito da nova relação campo-cidade em regiões produtivas:

A heterogeneização e a complexificação do trabalho redefinem a relação cidade-campo a partir de novos desenhos sociais constituídos nesses territórios. As novas categorias de trabalhadores, assim como as novas formas de auferir/apropriar renda, necessitam ser pesquisadas. Entretanto, há o risco de visualizar apenas a capacidade transformadora do capital e secundarizar o trabalho, fato presente na maioria das pesquisas que desconsideram as múltiplas relações sociais de trabalho, camufladas sob o escopo da modernização da agricultura, da extração do valor e da reprodução ampliada do capital (MENDONÇA, 2004, p. 265).

Assim sendo, a nova relação campo-cidade deve ser entendida também sob o viés do trabalho. Mostra, portanto, a importância e a centralidade da categoria trabalho nos estudos geográficos e especificamente sobre o agronegócio e regiões produtivas.

Bom Jesus apresenta um setor terciário mais forte que Uruçuí, além de ter importantes empresas concernentes ao agronegócio. No entanto, as duas praticamente se equivalem, pois, em Uruçuí, iniciou-se o agronegócio na região, além disso, é nessa cidade que se localiza a fábrica da Bunge Alimentos. Portanto, cada cidade possui sua importância no cenário regional dos Cerrados Piauienses. Não se trata, nesse caso, de determinar qual a mais importante, sendo necessário entender que o capital se territorializa com entendimento e adaptação à realidade socioespacial. No caso piauiense, diferente do Maranhão, onde Balsas exerce quase um total controle do agronegócio, houve a necessidade de “eleição” de duas cidades do agronegócio: Bom Jesus, mais ligada ao oeste baiano, e Uruçuí, ao sul do Maranhão.

Quadro 32: Síntese dos principais núcleos urbanos da rede urbana de Teresina-PI - REGIC's 2007 e 2018

Ano	Capital Regional A	Centro Sub Regional		Centro de Zona	
		A	B	A	B
2007	Teresina (PI)	Caxias (MA) Floriano (PI) Parnaíba (PI) Picos (PI)	São Raimundo Nonato (PI) Balsas (MA) Campo Maior (PI)	Barra do Corda (MA) Bom Jesus (PI) Corrente (PI) Esperantina (PI) Oeiras (PI) Piripiri (PI) Codó (MA)	São João dos Patos (MA); Água Branca (PI); Alto Longá (PI); Amarante (PI); Barras (PI); Canto do Buriti (PI); Luzilândia (PI); Pedro II (PI); São João do Piauí (PI); Simplício Mendes (PI); União (PI); Valença do Piauí (PI); Curimatá (PI); Avelino Lopes (PI); Gilbués (PI); Piracuruca (PI); Santa Filomena (PI); Fortaleza dos Nogueiras (MA); Castelo do Piauí (PI); São Miguel do Tapuio (PI); Anísio de Abreu (PI); Caracol (PI); Coelho Neto (MA); Uruçuí (PI) ; Araioses (MA); Tutóia (MA); Fronteiras (PI); Jaicós (PI)Paulistana (PI).
2018	Capital Regional A	Centro Sub Regional		Centro de Zona	
	AP Teresina (PI)	Caxias (MA) AP Floriano (PI) Parnaíba (PI) AP Picos (PI)	AP Ariripina (PE) AP Pedreiras (MA) Bom Jesus (PI) Campo Maior (PI) Codó (MA) Oeiras (PI) Presidente Dutra (MA) São Raimundo Nonato (PI)	Água Branca (PI) Corrente (PI) Dom Pedro (MA) Esperantina (PI) São João dos Patos (MA) Valença do Piauí (PI)	AP Uruçuí (PI) ; Canto do Buriti (PI); Castelo do Piauí (PI); Cocal (PI); Coelho Neto (MA); Curimatá (PI); Esperantina (PI); Esperantinópolis (MA); Jaicós (PI); Luzilândia (PI); Pastos Bons (MA); Paulistana (PI); Pedro II (PI); Piracuruca (PI); Santa Quitéria do Maranhão (MA); Santo Antônio dos Lopes (MA); São Domingos do Maranhão (MA); São João do Piauí (PI); Simões (PI); Simplício Mendes (PI); Tutóia (MA).

Fonte: IBGE – REGIC (2008; 2020).

Através das pesquisas de campo foi possível evidenciar que há a emergência de certa rivalidade entre Bom Jesus e Uruçuí, com comparações e discursos que tentam rotular uma cidade como mais importante que a outra. Observa-se essa questão através dos depoimentos de um trabalhador e de um professor universitário:

“Bom Jesus hoje é um centro de região. Quando nós fomos montar a loja foi feita uma pesquisa se era bom em Uruçuí ou Bom Jesus, botando em Bom Jesus por causa disso. Hoje se você pegar... vou fazer só um desenho para você entender o que eu quero te dizer. Aqui assim é Uruçuí, aqui Corrente, por aqui Eliseu Martins e aqui no centro Bom Jesus. Bom Jesus é o nó disso tudo. Para você ir em Uruçuí você tem que passar em Bom Jesus. Para você ir para Corrente você tem que passar em Bom Jesus. Para você ir em Eliseu Martins você tem que passar em Bom Jesus. Então aqui é polo. Hoje tudo que vir de benefício aqui vai beneficiar todos esses aqui... (apontando para o papel). Em Uruçuí o pessoal vê um maior agronegócio? A região de Uruçuí ela é maior porque lá tem grandes grupos. Aí você descendo de Uruçuí para Baixa Grande, tem grandes grupos. Se você pegar essa área plantada de Uruçuí e Baixa Grande, ela dá 70% do agronegócio do sul do Piauí. Mas o pessoal sai de Uruçuí e vai para Balsas ou vem aqui em Bom Jesus...” (Gerente da New Holland Jaraguá – Entrevista concedida em 2020).

“Quanto às duas cidades, bom, não sei se existe assim de fato uma rivalidade... Até porque elas são importantes no Estado e representam territórios diferentes. Uruçuí tá no território do Alto Parnaíba e Bom Jesus no território do Alto Médio Gurguéia, então são dois territórios. Uruçuí é a que representa na verdade é o polo de se não me engano 13 municípios, o Alto Parnaíba é constituído por 13 municípios e o outro território onde Bom Jesus é polo também tem um grupo significativo e aí assim, elas são cidades que estão distantes praticamente 300 km de distância. Mas naturalmente não deixa de ter, né?... ‘qual a melhor? Bom Jesus ou Uruçuí?’ Bom Jesus é uma cidade privilegiada por conta da questão logística, convenhamos, tem uma BR que dá acesso direto ao centro do estado, Teresina-Brasília, capital do Brasil. Já a movimentação que tem em Uruçuí é tipo assim por conta mesmo do município, da força que o município representa... Quanto ao contexto do agronegócio tem essa classificação: Uruçuí é considerada a capital dos cerrados e Bom Jesus é considerada a capital do agronegócio, mas aí se fosse ter que decidir por questão de importância econômica e de contribuição econômica pra economia do estado do Piauí, Uruçuí que deveria ser considerada como a capital do agronegócio. Se é a cidade que de todas essas aqui do agronegócio é a que mais contribui com a economia do estado, é a que mais contribui com a economia do Estado é Uruçuí (ênfático). Se Uruçuí é a terceira cidade que mais arrecada ICMS e se ela está posicionada na região do cerrado, então dentro dessa região é o município que mais contribui com a economia do Estado. Uruçuí é ligada a Balsas e Floriano. Bom Jesus é ligada a Barreiras e LEM, que já está no mesmo sentindo. Bom Jesus e Uruçuí são duas cidades importantes demais pro desenvolvimento da região sul do estado, as duas, entendeu?... Então quando eu vejo alguém fazendo comparativo ou querendo estimular alguma rivalidade, eu até desconverso e explico que são contextos diferentes. Pra você ter uma ideia, a área de Uruçuí, se não me engano, está entre os três ou dois maiores entre os municípios do estado do Piauí. Bom Jesus, a área dele é bem inferior à área de Uruçuí porque lá são muitos municípios próximos, temos ali Cristino Castro, Palmeiras, Currais e Santa Luz e Redenção, todos próximos. Em Uruçuí e Baixa Grande há predominância dos chapadões”. (Professor W.L, IFPI – Uruçuí, entrevista concedida em 2020).

Nesse caso, entende-se pelas falas que Uruçuí possui um destaque muito grande pela grande produção agrícola de grãos e pela presença da Bunge Alimentos, no entanto, Bom Jesus também possui sua importância no cenário do agronegócio. Cada cidade, portanto, representa

um contexto regional diferenciado, entretanto, como já abordado por Rufo (2015), Bom Jesus possui uma certa centralização de empresas e grupos econômicos, além da atração de infraestruturas e equipamentos públicos em decorrência sobretudo de sua localização mais privilegiada sob o ponto de vista estratégico, como evidencia um professor da UFPI-CPCE:

“Bem, Uruçuí é onde se concentra as grandes fazendas ali e toda aquela região próxima de Uruçuí são as grandes fazendas... são as grandes extensões de terras e existe uma densidade demográfica menor por área, com exceção da vila Nova Santa Rosa, que você já deve ter ouvido falar, que ali existe pequenos agricultores, é um assentamento, embora não seja um assentamento do INCRA, mas é um assentamento feito pela Cooperativa COTRIROSA que tem pequenos produtores rurais. É uma região que está concentrado na produção de grandes culturas e tende a manter esse modelo de concentração fundiária. Bom Jesus não tem lavouras próximas aqui, a lavoura mais próxima da cidade de Bom Jesus deve ficara cinquenta e poucos quilômetros. Mas foi Bom Jesus, pela localização geográfica, que as empresas resolveram se instalar, por ser um corredor rodoviário e ainda mais que existe um projeto de ligação que andando a passos lentos, mas tá andando, que é uma ligação de Petrolina com Palmas, que vai passar por Bom Jesus. Então se isso se concretizar, provavelmente Bom Jesus vai ser um corredor que liga o Nordeste com o Centro Oeste, via Luís Eduardo, vai ser desviado por aqui e o potencial pra o desenvolvimento pra Bom Jesus é grande... (corte do vídeo)... Se isso se concretizar, essa ligação rodoviária, é uma tendência natural que aumente a concentração de recursos e de pessoas aqui em Bom Jesus, inclusive o tamanho das áreas de agricultura daqui são menores do que em Uruçuí e fazendo com que tenha mais empresários nessa região do que naquela região e fomentando o consumo local aqui do que lá... São cidades distantes, muito longe uma da outra... (Professor P.R.P, UFPI – Bom Jesus, entrevista concedida em 2020).

O contexto de rivalidade surge sem uma lógica concreta, pois, devido as características de localização geográficas, foram necessárias duas cidades do agronegócio para o desenvolvimento da atividade no âmbito regional. São cidades com tempo de desenvolvimento diferenciados, pois Uruçuí foi o pioneiro do agronegócio da região e possui grandes extensões de áreas de platôs apropriadas ao cultivo de grãos, por isso os índices produtivos mais elevados ao seu redor. Bom Jesus já teve um desenvolvimento mais tardio e, hoje, recebe grandes grupos e empresas, sendo alvo de investimentos do Estado e na atração de equipamentos urbanos e serviços públicos e privados. Nesse sentido, são territórios e tempos diferentes, com relações de complementaridade no contexto do agronegócio.

Além de Bom Jesus e Uruçuí foi possível notar também um certo crescimento da importância da cidade de Baixa Grande do Ribeiro no contexto do agronegócio piauiense e já com indícios de transformações em sua economia urbana visando o atendimento de demandas do setor. Nesse sentido, além de ser o maior produtor de grãos do Piauí, essa cidade apresenta uma tendência de atração de novos agentes, como pontuado pelo gerente da New Holland Jaraguá de Bom Jesus:

“É uma cidade que tá se destacando... tá crescendo! Só na região de Baixa Grande tem 300 mil hectares plantados. De um milhão de hectares plantados no sul do Piauí, 30% tá em Baixa Grande. A cidade de Baixa Grande ainda é muito ligada a Uruçuí, tipo cartório, bancos, algumas coisas, algumas empresas. Para você ver: a Case montou uma empresa lá. Pegou Uruçuí que ela tem uma matriz lá e levou uma matriz (se referindo a uma filial) para Baixa Grande, no caso a RISA que é a Case. Então, de um milhão de hectares plantados no sul do Piauí, 30% tá na região de Grande.” (Gerente da New Holland Jaraguá – Bom Jesus, entrevista concedida em 2020).

Em estudo sobre a rede urbana do oeste baiano, Santos (2016) aponta o processo de diferenciação interna do sistema urbano-regional, que apesar da articulação em rede, algumas cidades acabam se destacando no conteúdo técnico-científico-informacional. Realidade também dos Cerrados Piauienses, tendo em vista que algumas cidades se diferenciam de forma profunda em relação às demais e a configuração da rede urbana regional está amplamente atrelada ao agronegócio produtor de grãos, especialmente no caso da soja. Neste caso, as transformações da rede urbana são condicionadas às atividades realizadas no campo, como a produção de grãos, pelo seu processamento e comercialização, modificando, portanto, o sistema urbano-regional por meio de uma nova lógica de divisão territorial do trabalho.

Rufo (2015) destacou a perda de centralidade de Corrente, importante cidade do extremo sul piauiense, e a emergência de Bom Jesus como grande centro urbano da porção sul do Estado do Piauí em razão do agronegócio de grãos e a atração de novos agentes, capitais e surgimentos de novos contextos econômicos, como na questão da atração e concentração de equipamentos urbanos e de infraestrutura, como universidades, empresas transnacionais e nacionais e o processo de fortalecimento e diversificação do comércio e serviços diferenciados diretamente e indiretamente ao agronegócio.

Portanto, as cidades passam por um processo de reestruturação urbana, com o surgimento de novos tipos de comércios e serviços destinados ao atendimento das demandas do agronegócio globalizado, ou seja, o consumo produtivo das redes agroindustriais, como sublinha Elias (2006a; 2012), sobretudo a partir de lojas de revenda de maquinário, implementos, adubação, defensivos, sementes selecionadas, serviços de consultoria e afins. Dessa forma, as transformações no campo refletem em mudanças na cidade, como nos aspectos ligados à economia urbana e incremento do consumo produtivo agrícola.

Além do consumo produtivo agrícola, Elias (2006a; 2012) cita o consumo consumptivo, ou seja, o consumo banal, aquele orientado a atender as novas necessidades e nichos de consumo das novas classes presentes na cidade, notadamente com nível de renda maior, e pelo aumento populacional, orientando assim o surgimento de novos tipos de comércios e serviços, como churrascarias, boutiques de revenda de roupas de marcas importadas, novas pizzarias,

academias de ginástica, supermercados, os *homes centers* destinados à venda de materiais de construção e acabamento de residências, entre outros aspectos, fatos presenciados em Bom Jesus e Uruçuí, sobretudo na primeira, onde há uma diversidade de comércios fora da realidade de cidades circunvizinhas. De certa forma, o setor de comércio das cidades do agronegócio se transforma em protótipos dos comércios de grandes e médias cidades.

Tais tipos de comércios são dominados ainda por elites locais, no entanto, nota-se a emergência de comércios e estabelecimentos de propriedade dos próprios agricultores, como verificado no caso de Bom Jesus, onde alguns tipos de comércios são de sulistas, sejam agricultores ou não, como empresas transportadoras, corretoras imobiliárias, farmácias, academias, etc. Os proprietários que já são agricultores, dessa forma, alternam a lida do campo com a residência na cidade, onde muitas vezes gere empresas comerciais.

Assim, o questionamento da especialização funcional dessas cidades e da formação de uma região produtiva no sul piauiense é imprescindível, já que se tornam vulneráveis às possíveis crises no setor agropecuário e alterações em dinâmicas internacionais de um agronegócio amplamente ligado aos preceitos do mercado externo, sobretudo da China e de países desenvolvidos.

Em Bom Jesus e Uruçuí há fortes indícios da expansão das periferias e bairros precarizados, assim como no surgimento de bairros planejados e condomínios de alto padrão de moradia e com boa infraestrutura, intensificando assim os processos de exclusão e contradições socioespaciais. Em Bom Jesus, por exemplo, é comum notar a presença de novos bairros precarizados ou até mesmo a presença de casas de adobe em meio à cidade, inclusive, próximas a lojas do circuito superior da economia representadas por lojas de vendas de máquinas e peças, insumos e implementos de grandes multinacionais. A casa presente na figura 32 fica relativamente próxima da Jaraguá New Holland e do escritório comercial da Agrex, localizadas na avenida principal de Bom Jesus, às margens da BR-135, que “corta” a cidade ao meio e onde fica a maior parte das lojas pertencentes às redes agroindustriais de apoio ao agronegócio.

Em algumas ruas de Bom Jesus, há presença ainda de casas de alto padrão ao lado de setores já tradicionais da cidade, no entanto, observa-se a tendência de surgimento e ampliação de condomínios fechados, como na figura 33, onde nota-se uma casa totalmente diferenciada ao contexto de fora do condomínio e com alto valor de mercado localizada no Condomínio Consórcio das Águas, onde residem muitos dos empresários e agricultores sulistas.

Figura 32 - Casa de adobe relativamente próxima de lojas representantes de multinacionais em Bom Jesus-PI



Fonte: O autor, 2020.

Figura 33 - Residência do Condomínio fechado Consórcio das Águas – Bom Jesus-PI



Fonte: O autor, 2015.

Contraditoriamente, nas áreas periféricas da cidade há a expansão dos bairros com pouca infraestrutura, como na figura 34, estabelecidos normalmente em espaços inadequados, como em fundos de vales, encostas ou locais com desníveis importantes.

Figura 34 - Bairro em expansão em Bom Jesus - Periferização da cidade



Fonte: O autor, 2020.

Como aborda Alves (2006), anteriormente ao agronegócio se instalar no sul piauiense as desigualdades e a segregação socioespacial não eram tão perceptíveis como são hoje – pobres e ricos dividiam os mesmos espaços na cidade – algo que não mais ocorre com tanta frequência ou naturalidade. Nota-se, portanto, uma acentuação desse processo e uma visibilidade maior das contradições, exclusão socioespacial e incremento da pobreza urbana.

As cidades do agronegócio piauiense, sobretudo no caso de Bom Jesus, tornam-se espaços diversificados e multifacetados do ponto de vista da habitação, com presença de bairros precarizados em expansão, de ruas tradicionais que tornam-se alvos de projetos de habitações vinculadas à Caixa Econômica Federal (Figura 35), como também na presença de um bairro do antigo Programa Minha Casa Minha Vida, hoje, denominado de Casa Verde e Amarela, além de setores, bairros e condomínios fechados com alto padrão de moradia.

Figura 35 - Casa planejada, construída e financiada pela Caixa Econômica Federal, Rua Flor de Liz, Bairro Luís Estruvial, Bom Jesus-PI.



Fonte: O autor, 2020.

Pode-se categorizar Bom Jesus como uma cidade com crescimento urbano menos controlado, mais explosivo, ampliando o caráter da diferenciação interna. Um dos entrevistados, gerente da New Holland, de origem do Mato Grosso, porém, com raízes paraenses, critica a ocupação desordenada e exalta o seu local de moradia, o Condomínio fechado Consórcio das Águas:

“Isso aí no meu entender é um problema que toda cidade tem, porque, quem vai fazer um loteamento... Primeira coisa... (telefone toca) ... Na minha opinião, vai fazer um loteamento? A prefeitura tinha que acompanhar isso. Água, esgoto, iluminação, ruas padronizadas, padrões... Aí sim você teria que você esse acompanhamento do

desenvolvimento urbano. Aqui tem um bairro que chama Morro do Freire e tem outro que chama Chapadinha: aqui você vai andando numa rua aqui e de repente acaba de frente a uma casa. Eu moro no Consórcio das Águas, tem 7 anos já, que é uma outra realidade... é ruas todas feitas iguais (*pausa*)... Aí você vem aqui nesse condomínio aqui em cima... tudo perfeito, energia, água, só não tem esgoto tratado porque hoje a cidade não tem uma estação de tratamento de esgoto. “Voltando ao assunto do Morro do Freire e Chapadinha, você vai andando lá e o cara vai e fala ‘ôh, esse terreno aqui é o que você comprou”. Você vai lá e constrói e não tem... é assim ou é assim? Então não tem nada. Fica aquele negócio esquisito” (Gerente da New Holland Jaraguá, entrevistada concedida em 2020).

Fato também apresentado por um dos professores do IFPI de Uruçuí, ao comparar as duas cidades na questão do desenvolvimento urbano e da organização de infraestrutura:

“Agora, assim, quanto à questão urbana, de organização, de infraestrutura de ruas e tudo, Uruçuí tá 10 a 0 (risos). Uruçuí hoje praticamente não tem mais ruas sem pavimentação asfáltica. Pra você ter uma ideia: aqui tem um bairro novo aqui, o Bairro São Francisco, que é o único bairro que no momento não tem pavimentação asfáltica, mas ele é bem recente, começou com as famílias ocupando lotes e essas coisas. Em Bom Jesus não, eu vejo que precisa de uma melhoria significativa quanto a essa questão de mobilidade urbana, de algumas ruas, colocar um asfalto, na verdade a estrutura que dá uma melhor aparência pro contexto urbano local”. (Professor W.L – IFPI- Uruçuí, entrevista concedida em 2020).

Em Uruçuí também há lógicas e transformações urbanas recentes, como no surgimento de bairros destinados à classe média do agronegócio – pessoas com renda mais elevada com interesse de ocupar casas com padrão elevado de habitabilidade. Atualmente a cidade se divide entre o setor mais antigo, o Uruçuí Velho, e um setor mais recente, denominado de Uruçuí Novo (Figura 36), distante 8 km e localizado próximo da subida da Serra do Uruçuí.

Figura 36 - Uruçuí Velho e Uruçuí Novo – tendências de urbanização opostas



Fonte: Google Earth.

Em Uruçuí Novo há presença de grandes empresas do agronegócio, como a RISA Misturadora, Agrosul John Deere, Maxum Case e Jaraguá New Holland, como também onde se localiza o campus do IFPI. Dessa forma, esse novo bairro foi construído e pensado a partir da lógica do agronegócio, por agentes externos, sobretudo por sulistas.

Os dois setores de Uruçuí, o antigo e o novo, possuem padrões de urbanização e ocupação diferenciados, como observado por um dos entrevistados:

“Lá em Uruçuí tem duas coisas: lá tem o Uruçuí velho e o Uruçuí novo. Uruçuí velho é o lado de baixo, a cidade antiga, estrutura que vai e morre numa coisa, rua que faz uma curva que não tinha que ter, que tinha que ser um negócio certinho. Uruçuí quando você sai, voltando para cidade nova, que é no alto, perto da Jaraguá, da Case... aí você já ver outra coisa... loteamentos feitos dentro do padrão, terrenos e lotes tudo quadrados, tudo certinho, não é aquele negócio tudo torto. Ah, Uruçuí novo é 8 km da cidade... tudo bem, é 8 km, mas tá saindo uma cidade dentro do padrão. (Gerente da New Holland Jaraguá, entrevista concedida em 2020).

Em Uruçuí, nos platôs da zona rural, existe o Distrito de Nova Santa Rosa constituído pelos migrantes sulistas e agricultores instalados na região a partir da extinta Cotrirosa. Nesse povoado, vivem principalmente famílias sulistas envolvidas diretamente com a produção de grãos em propriedades menores se comparadas ao padrão estabelecido no restante da área de estudo. Nova Santa Rosa simboliza a força do agronegócio na região, ao constituir-se como núcleo urbano em um local inimaginável pela população local há tempos atrás, já que fica literalmente em cima da “serra”. É um povoado com traço urbano diferenciado em relação à grande parte de Uruçuí e de Bom Jesus, com ruas largas, retilíneas e lotes com grandes dimensões, como pode ser notado na figura 37.

Figura 37 - Povoado Nova Santa Rosa- Uruçuí- PI, novo padrão urbano



Fonte: Google Maps (2021)

Há no local um posto de combustível, uma escola e com comércio em crescimento, também com presença de grandes empresas do agronegócio, como a Bunge e a Amaggi, com suas estruturas de armazenagem. Segundo relatos de locais, a população do distrito é formada por mais de 90% de sulistas, sobretudo de gaúchos. O Distrito está localizado 160 km distante da cidade de Uruçuí. Por essas características já há uma grande pressão pelo processo de emancipação política de Nova Santa Rosa.

Portanto, as cidades de Uruçuí e Bom Jesus passam a ter um desenrolar do urbano influenciado pela ótica do agronegócio e a nova lógica econômica. São cidades que se tornam atrativas e local de abrigo para uma grande parcela da população que se vê forçada a migrar para centros urbanos a partir de pressões no campo fundiário ou pela busca por emprego e renda.

Além da transformação da paisagem urbana a partir de novos e velhos padrões de moradia, nessas cidades também há reconfigurações urbanas por meio da instalação de novos agentes econômicos e financeiros, como os representantes do consumo produtivo agrícola.

Através dos trabalhos de campo, pela vivência da região e contato com moradores locais, é possível apontar que com a especialização funcional das cidades para atendimento das demandas do setor agrícola e pela mudança de status econômico, há a criação de um certo fetiche pelas cidades do agronegócio piauiense, sobretudo no caso de Bom Jesus, onde nasce discursos em prol do capital e dos agentes hegemônicos. Cria-se, portanto, a ilusão a partir do discurso de uma cidade de oportunidades, de riqueza e desenvolvimento, há, com isso, a ampliação do caráter das diferenciações internas e do crescimento das periferias dessas cidades.

Mendonça (2004) cita um importante elemento para nossa análise:

Acredita-se que de certa forma *o sertão vira mar*, pois há a transposição das concepções litorâneas (europeias) para o interior do país. *O sertão vira mar* porque é obrigado a adotar os valores, os comportamentos e as atitudes do litoral, portanto, da “civilidade” hegemônica pelo capital industrial e financeiro. (MENDONÇA, 2004, p. 274).

Processo ainda não consumado na realidade sul piauiense, mas que aponta para o início da vinda novos elementos e preceitos de grandes e médios centros urbanos para a realidade regional, como na formação de uma classe média do agronegócio formada pela nova dinâmica populacional e pelo movimento migratório de pessoas em direção às cidades do agronegócio, como empresários e agricultores, como também de outros atores, como professores das universidades, ou seja, da formação de novas elites e na ampliação dos recentes padrões de urbanização e tendências de trabalho e consumo.

A atração que as cidades do agronegócio piauiense exercem no cenário regional acaba gerando alguns efeitos perversos, como no aumento da violência urbana, gerada a partir do

aumento populacional ou excedentários, termo utilizado por Silva (2003) para definir aqueles indivíduos não inseridos na ótica do mercado de trabalho. Além disso, essas cidades vêm experimentando aumento de índices do tráfico de drogas, da prostituição, inclusive infantil, fato pouco abordado e que também é consequência da entrada do agronegócio nessas regiões e gerado a partir do aumento da circulação de pessoas, pela fragilidade e vulnerabilidade da população, pelo desemprego e baixa renda dos moradores locais.

6.3 A instalação de novos agentes econômicos e o crescimento do mercado de trabalho formal

Com o aumento do consumo produtivo agrícola, especialmente para fazendas produtoras da região, os setores de comércio e serviços passam por grandes reconfigurações e contribuem para a ampliação do mercado de trabalho local, especialmente o trabalho formal. Assim como as fazendas produtoras de grãos, as redes agroindustriais demandam utilização de mão de obra para auxiliar o processo produtivo de grãos, como agrônomos contratados para executar projetos demonstrativos com utilização dos produtos das redes agroindustriais, como sementes selecionadas, fertilizantes, agrotóxicos e defensivos agrícolas.

Dessa forma, o consumo produtivo agrícola contribui diretamente para transformações nos setores de comércio e de serviços das cidades do agronegócio piauiense e com ampliação do trabalho formal. Nesse sentido, torna-se importante analisar os dados referentes ao comportamento do estoque de empregos formais nos grandes setores considerados do IBGE: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária. Este último já analisado em seção anterior, porém, considerado novamente para evidenciar o seu peso sobre o total de empregos formais na região de estudo.

Pela tabela 36, observa-se um grande destaque nos dados estatísticos das cidades de Uruçuí e de Bom Jesus, com exceção do setor agropecuário, onde Baixa Grande do Ribeiro se sobressai por ser o maior produtor de grãos do Piauí. As cidades do agronegócio piauiense são alvos constantes de investidas de novas empresas e investidores nos setores de comércio, serviços e no setor industrial, como no caso da unidade fabril da Bunge Alimentos em Uruçuí, que contribuiu para a ampliação do número de empregos nesse setor na região de estudo, passando de apenas 49 contratados em 1997 para 550 em 2017, com destaque também para Bom Jesus nesse quesito.

É evidente o avanço dos vínculos ativos no período compreendido, especialmente nos setores de comércio e serviços que sofrem grande reconfiguração a partir da entrada de novas

empresas direcionadas diretamente ao agronegócio e aquelas ao consumo consumptivo. O setor de serviços continua como o grande protagonista no estoque total de empregos formais desde o final dos anos 1990 e em 2017 respondeu por 48,77% do volume total – em 1997 representava 37,44% e 47,83% em 2007. Nesse caso, houve uma ligeira ampliação da participação do setor de serviços no estoque de empregos formais. No entanto, o setor com maior participação no volume de empregos formais do Estado do Piauí é, de fato, o agropecuário, que atualmente responde por quase 50%. Como são cidades que estão passando por um crescimento da sua mancha urbana ao longo dos anos, em Bom Jesus e Uruçuí há um destaque para o setor de construção civil, sobretudo no caso da primeira cidade.

No trabalho de campo realizado em Bom Jesus e através de entrevistas de forma remota, tivemos contato com 8 empresas das redes agroindustriais de apoio ao agronegócio. No quadro 33 têm-se um resumo dos dados dessas empresas, com origem, segmento de atuação e o número de funcionários, quando informados. Percebe-se que grande parte dessas empresas possui origem de fora do Piauí, com matrizes no oeste baiano, especialmente em LEM-BA, como no caso da New Holland Jaraguá e Agrosul John Deere, ou no caso da Produtécnica Nordeste Syngenta, de Balsas-MA. Há ainda aquelas empresas constituídas localmente, casos da Visão Agrícola e da Agrifort, porém, de propriedade de sulistas instalados em Bom Jesus.

Três das oito empresas elencadas não informaram o quantitativo de funcionários. As cinco restantes possuem um total de 41 funcionários ativos, o que equivale a mais de 8 funcionários em média para cada uma das empresas – com mais os três entrevistados nas empresas sem informações do quadro geral – totaliza-se 44 funcionários. Considerando a média de funcionários das cinco informantes, estima-se que as oito empresas possuem aproximadamente um pouco mais de 65 funcionários.

Grande parte das empresas em questão atuam no segmento de revenda de máquinas agrícolas, como no caso da New Holland Jaraguá e da Agrosul John Deere, que também lidam com crédito agrícola e assistência técnica. Há ainda as empresas especializadas em revenda de peças de máquinas agrícolas ou de veículos leves e pesados, como a Visão Agrícola e Agrifort, como também as de fornecimento de insumos químicos, fertilizantes e agrotóxicos, caso da Basf, que atua através de representantes, e do grupo Produtécnica Syngenta. No caso da Pirelli Pneuação há uma atuação mais direcionada ao ramo de pneus e peças de carros e máquinas agrícolas, onde notou-se que em Bom Jesus, por exemplo, há ainda lojas de vendas de grandes marcas desse segmento, como a Goodyer (Cacique Pneus), Bridgestone (Bom Jesus Centro Car).

Tabela 36: Frequência de vínculos ativos de trabalhadores por grandes setores do IBGE (1997, 2007 e 2017)

Micro.	Municípios	Indústria			Construção Civil			Comércio			Serviços			Agropecuária			Total		
		1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	1	4	22	0	7	53	0	9	169	0	2	443	25	544	1.331	32	566	2.018
	Ribeiro Gonçalves	5	2	11	0	91	5	3	11	33	10	67	133	139	277	283	157	448	465
	Santa Filomena	3	6	11	0	3	0	2	5	27	1	21	80	0	48	229	6	83	347
	Uruçuí	6	34	261	1	21	68	22	467	739	65	587	2.070	105	679	1.029	199	1.788	4.167
	Microrregião	15	46	305	1	122	126	27	492	968	76	677	2.726	269	1.548	2.872	394	2.885	6.997
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	-	0	0	-	0	0	-	7	22	-	220	308	-	120	35	-	347	365
	Barreiras do Piauí	3	2	1	0	0	4	0	2	2	1	99	146	0	9	97	4	112	250
	Bom Jesus	19	31	125	53	29	187	91	446	1.143	253	510	1.411	0	89	385	416	1.105	3.251
	Cristino Castro	3	9	11	6	0	5	8	62	169	51	263	463	102	6	6	170	340	654
	Currais	-	0	0	-	0	0	-	0	21	-	126	193	-	25	150	-	151	364
	Gilbués	3	3	1	0	0	0	7	40	158	13	367	507	0	48	68	23	458	734
	Monte Alegre	3	3	30	0	0	0	0	14	94	8	260	487	0	58	230	66	335	841
	Palmeira do Piauí	0	0	0	0	0	0	0	4	15	37	52	94	3	33	65	40	89	17
	Redenção do Gurguéia	2	1	0	0	0	0	0	16	54	1	174	411	0	11	16	3	202	481
	Santa Luz	1	48	77	0	0	0	0	1	32	1	179	230	0	7	16	62	235	355
	São Gonçalo do Gurguéia	-	0	0	-	0	0	-	2	6	-	131	174	-	2	14	-	135	194
Microrregião	34	97	245	59	29	196	106	594	1.716	365	2.381	4.424	105	408	1.082	784	3.509	7.663	
Total da área de estudo	49	143	550	60	151	322	133	1.086	2.684	441	3.058	7.150	374	1.956	3.954	1.178	6.394	14.660	
Piauí	20.728	28.117	32.662	516	12.597	19.575	8.449	53.594	89.235	67.802	199.351	303.519	3.239	5.172	8.238	83.863	298.831	453.229	

Fonte: MTE/ RAIS.

Quadro 33: Empresas do ramo agroindustrial participantes da pesquisa

Empresa	Município	Origem	Segmento	Número de funcionários
New Holland Jaraguá	Bom Jesus/Uruçuí	LEM-BA	Revenda de máquinas agrícolas	9 em Bom Jesus; 3 em Uruçuí
Visão Agrícola	Bom Jesus	Empresa local, proprietário de origem paranaense	Revenda de peças e assistência em máquinas agrícolas e veículos	6
Agrifort Peças Agrícolas	Bom Jesus	Empresa local, dono veio da Bahia, porém, de origem paranaense	Revenda de peças para máquinas pesadas e leves	5
Agrex do Brasil	Bom Jesus (Comercial)	Antiga Ceagro, atualmente com capital transnacional – Mitsubishi Corporation como grande acionista Sede em Goiânia-GO	Trading. (Compra e venda de grãos), venda de insumos, fertilizantes, assistência técnica.	9
Agrosul John Deere	Bom Jesus/Uruçuí	LEM-BA (Atuação no Oeste baiano e sul do Piauí).	Revenda de máquinas e insumos; crédito agrícola; assistência técnica.	Sem informações
Pneuaço Pirelli	Bom Jesus	Matrix em Goiânia Várias lojas pelo Brasil (Com filial em Bom Jesus e Uruçuí)	Revenda de pneus e peças	9
Grupo Produtécnica Nordeste Syngenta	Bom Jesus/Uruçuí	Balsas-MA (Também possui atuação no Tocantins, com uma unidade em Palmas).	Revenda da Syngenta (produtos químicos, agrotóxicos, fertilizantes, etc.); prestação de serviços	Sem informações
BASF (Representação técnica de vendas)	Atuação no sul do Piauí	Multinacional de origem alemã; No Brasil escritório central em São Paulo.	Insumos químicos	Sem informações

Fonte: Trabalho de campo/Questionário online.

No caso da Agrex, uma grande empresa do segmento de compra de grãos e fornecimento de insumos e crédito agrícola, observa-se a tendência da presença de escritórios das empresas do segmento das *tradings* nas cidades do agronegócio. Em Bom Jesus, por exemplo, há escritórios da CHS e da Bunge Alimentos e a atuação de representações de demais empresas do setor através de representantes técnicos de comercialização, como da Cargill e da Amaggi. Tais empresas possuem funcionários tanto nos depósitos de armazenagem de grãos, como também nos escritórios das cidades.

Na entrevista com um dos funcionários da Agrex, agrônomo que atua como assistente técnico de sementes, com origem da própria cidade de Bom Jesus, informou que o escritório possui nove trabalhadores, compostos por gerente, analista de crédito, assistente administrativo, representantes técnicos e comerciais, estoquistas e motoristas, que se deslocam entre o escritório e as instalações de armazenagem localizadas na Serra Quilombo no mesmo município.

O agrônomo em questão atua no âmbito do desenvolvimento de ensaios para idealizar amostras dos produtos da Agrex em fazendas da região. O escritório da empresa possui dois agrônomos e uma analista de crédito (com formação em agronomia) com origem piauiense, no entanto, o gerente é de Mato Grosso. Trata-se de uma tendência verificada nas demais empresas, onde grande parte dos gerentes e/ou proprietários possuem origem sulista.

Contando somente os trabalhadores entrevistados no trabalho de campo realizado em Bom Jesus e os entrevistados de forma remota, tivemos contato diretamente com 10 trabalhadores do segmento do ramo agroindustrial (Quadro 34), desconsiderando, portanto, aqueles participantes do questionário online, onde alguns atuavam nessas empresas. Dos dez trabalhadores, grande parte atua como vendedor ou como representante técnico de vendas, como no caso dos funcionários da Pirelli Pneuaco, da Visão Agrícola, da Agrifort e da New Holland Jaraguá e ainda de um representante técnico de vendas da Basf.

Quadro 34: Trabalhadores do setor de economia urbana entrevistados

Trabalhador	Empresa	Origem	Cargo	Escolaridade/Curso
C.Q.	New Holland Jaraguá	Cuiabá- MT	Gerente	Ensino Superior/Administração
A.C	Agrex do Brasil	Bom Jesus-PI	Agrônomo	Ensino Superior/Agronomia
A.R	Agrosul John Deere	Bom Jesus-PI	Analista de crédito	Ensino Superior/Eng. Florestal
A.A	Basf	Fortaleza-CE	Representante Técnico de vendas	Ensino Superior/Agronomia
A.S	Produtécnica/Syngenta	Bom Jesus-PI	Consultor Técnico	Ensino Superior/Agronomia
O.A	Produtécnica/Syngenta	Caxias-MA	Assistente técnico	Ensino Superior/Agronomia
M.B	Pirelli Pneuaco	Santo Cristo-RS	Vendedor externo	Técnico/ Técnico em Agronegócio e Administração
P.R	Visão Agrícola	Bom Jesus-PI	Vendedor	Ensino Médio completo
L.A	Agrifort Peças Agrícolas	Bom Jesus-PI	Auxiliar de Escritório	Ensino Médio completo
J.B	New Holland Jaraguá	Bom Jesus-PI	Vendedor	Ensino Médio completo

Fonte: Trabalho de campo.

A trabalhadora da Agrosul John Deere é um caso que exemplifica um pouco do quadro do mercado de trabalho local no âmbito de cargos que exigem um pouco mais de especialização: piauiense de Bom Jesus e formada em Engenharia Florestal na UFPI da mesma cidade, atua no cargo de analista de crédito agrícola. Quadro presenciado em algumas outras empresas, onde há contratação de profissionais com curso superior, no entanto, não necessariamente para atuação em sua área de formação. Esse fato ilustra justamente uma das necessidades apontadas pelo Gerente da New Holland, ao afirmar que há pouca oferta de mão de obra qualificada para

atuação em cargos que exigem um mínimo conhecimento em tecnologias ou em computação, obrigando a contratação de profissionais com formação superior e que atenda aos pré-requisitos.

Dos 10 trabalhadores, apenas três não possuem formação superior ou técnica – seis com formação superior, sobretudo no curso de Agronomia – além de um com formação técnica em Agronegócio e Administração e atualmente atuando como vendedor externo, principalmente para fazendas produtoras com venda de pneus e peças para máquinas agrícolas, já tendo atuado também como funcionário da Bunge de Bom Jesus. Dessa forma, é um trabalhador que evidencia a existência de um fluxo constante de trabalhadores do setor de insumos e implementos que se deslocam para as áreas produtoras para venda dos produtos das empresas – trata-se, portanto, de empresas localizadas na zona urbana, mas que mantém intensas relações com o campo, numa relação de interdependência.

Quanto a origem dos trabalhadores, seis são piauienses, enquanto quatro de outros estados – um gaúcho, um maranhense, um cearense e um mato-grossense. Dados indicativos do aumento dos fluxos de pessoas para as cidades do agronegócio em busca de emprego e renda, tanto de piauienses de outros municípios ou até mesmo de pessoas de outros estados, vizinhos e distantes, como sulistas.

Dos sete trabalhadores com formação técnica ou superior, quatro são de fora do Piauí, apontando sinais que aqueles cargos que exigem qualificação nas grandes redes agroindustriais são ocupados em sua maioria por pessoas de fora da região e do Piauí, como afirma um dos técnicos agrícolas da Fazenda Colorado:

“Os trabalhadores de nível médio são da região. Os de nível superior, de fora! Principalmente das empresas de insumos agrícolas. A grande maioria dos empregados são da região, mas uma boa parte, digamos que uns 45% vem de fora, principalmente essas pessoas que trabalham em empresas tipo revenda, Bayer, Syngenta... essas empresas que vendem produtos... a maioria dessas pessoas vem de fora”. (Técnico Agrícola da Fazenda Colorado, entrevista concedida em 2020.)

Entretanto, um dos fatos observados é que a presença de muitos profissionais de fora do Piauí reforça ainda mais a rotatividade da mão de obra, já que muitos desses trabalhadores, em algum momento, quando aparece alguma outra oportunidade de emprego, sobretudo no seu local de origem, acaba retornando, abrindo novas oportunidades de emprego, fato apontado por um dos entrevistados, agrônomo da Produtécnica de Uruçuí:

“A mão de obra vinda de fora, eu acredito que é muito boa, só que é questão de eles se fixarem no Piauí é muito incerto, a maioria dos profissionais que vem de fora eles passam um tempo e na primeira oportunidade eles voltam pra suas casas ou pra perto do estado onde morava. A mão de obra local eu acredito que tá crescendo bastante e com bastante qualidade, estão aparecendo bons profissionais e acredito que o mercado

é... é daqueles que se destacam no que fazem, eu hoje tô numa empresa que de 6 profissionais que atuam no meu cargo, 2 são do Piauí e são formados na minha universidade. ” (Agrônomo da Produtécnica de Uruçuí, entrevista concedida em 2021).

Em seu depoimento, o representante técnico da Basf no sul do Piauí, com formação em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com origem de Fortaleza-CE, reclama: “Tenho todas as ferramentas para realizar meu trabalho, porém, a região de trabalho não possui estrutura de saúde, educação, lazer e infraestrutura”. Por essas características e fragilidades, uma parte considerável dos trabalhadores especializados de fora do Piauí não se adapta e prioriza o retorno à sua terra ou outras regiões específicas.

Em regiões agrícolas é comum o crescimento desordenado de cidades, o incremento da urbanização e a intensificação da migração de pessoas do campo em direção às cidades (ALVES, 2004). No entanto, para Silva (2003), é sempre importante deixar claro que as pessoas não migram de um lugar para outro porque querem, já que em sua grande maioria é uma migração forçada pelas necessidades, pela imposição de uma estruturação social, política e econômica específica que impõe aos indivíduos a busca por novos horizontes, mas que, na verdade, não necessariamente irá melhorar sua vida ou aumentar sua renda através de emprego.

Todos os dez trabalhadores são moradores de Bom Jesus, zona urbana, no entanto, alguns com atuação em diferentes municípios do sul do Piauí, casos dos funcionários da Basf, da Produtécnica, Pirelli Pneuaço e da Agrex do Brasil, com prestação de serviços em fazendas produtoras ou na oferta de produtos e insumos das empresas, inclusive em municípios da Microrregião do Alto Parnaíba Piauiense.

Chama a atenção a presença de trabalhadores com origem de estados como Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Como nas fazendas produtoras, os empresários do segmento das redes de insumos também costumam trazer trabalhadores sulistas para atuação nas empresas no sul do Piauí, tendo como justificativa a questão da confiança e uma suposta melhor habilidade no contato com clientes sulistas proprietários de fazendas e empresas da região.

Nos trabalhos de campo constatou-se que assim como no setor agropecuário, há também no âmbito das empresas das redes agroindustriais a questão da resistência e um certo preconceito com a mão de obra local, com rotulações e taxações realizadas por sulistas, como pode ser evidenciado pelo depoimento de um gaúcho e de um mato-grossense (com raízes paranaenses):

“A gente vem de uma cultura diferente. Mais focado no sucesso profissional que o pessoal natural daqui, na sua maioria”. (Vendedor Externo da Pirelli Pneuaço, gaúcho, Bom Jesus-PI, entrevista concedida em 2020).

“Você vai lá e dá uma olhada e fala assim: ‘é, lá só tem gaúcho...’ Aqui em Bom Jesus, aqui no Piauí, aqui nessa região nossa, tem um negócio que fala assim: ‘o gaúcho chegou aqui é ele quer tomar conta’. Não é. Não é isso. Nós chegamos aqui e gostamos das coisas organizadas. Eu vejo pelos meus funcionários aqui da oficina, é tudo o trem largado. Não é assim, gente! Isso aqui é uma ferramenta, isso aqui custa dinheiro (apontando para caneta). Acabou de usar, limpa, põe dentro da caixa, vem põe num cantinho onde tem o ferramental. Não, larga tudo de qualquer jeito, não tem muito... não tem muito compromisso.” (Gerente da New Holland Jaraguá, mato-grossense, com raízes paranaenses, Bom Jesus-PI, entrevista concedida em 2020).

O referenciado gerente, ao final da entrevista, quando iríamos entrevistar um dos seus trabalhadores da área de vendas, fala “Vai lá e conheça o rapaz”, fazendo expressão negativa, depois reclama da falta de organização, pouca proatividade e lentidão na realização das funções. O vendedor, foi um dos poucos trabalhadores que considerou suas condições de trabalho como regulares, não aprofundando nas motivações. Evidencia-se, portanto, o choque entre a visão de empresários e agricultores sulistas com a mão de obra local, muitas vezes colocada diante de um novo cenário e um perfil de trabalho, sendo por vezes taxada de preguiçosa, não preparada e pouco tecnicizada para execução das novas funções.

A partir dos quadros 37 e 38, percebe-se que no ano de 2007 havia um estoque de admissões e de desligamentos muito abaixo do setor agropecuário. Em 2017 já há mudanças e observa-se aumento das admissões e desligamentos nos setores de comércio, construção civil e principalmente no âmbito dos serviços, evidenciando que são postos de trabalho também pautados na lógica de contratações temporárias. Nesse setor há destaque para Uruçuí, tendo como explicação a concentração de empresas prestadoras de serviços no ramo agropecuário devido ao maior volume agrícola. É o município que mais garante a permanência de boa parte dos novos admitidos, comprovado pelo saldo satisfatório em 2017. No âmbito do comércio é Bom Jesus que se sobressai a partir de 2017. No ramo da indústria há um certo destaque para Uruçuí e também Bom Jesus a partir de 2017.

Tabela 37: Número de Admitidos e Desligados por grandes setores do IBGE em 2007

Micro.	Municípios	Indústria			Construção Civil			Comércio			Serviços			Agropecuária			Total		
		Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa G. do Ribeiro	0	0	0	0	0	0	22	-21	1	0	0	0	299	-221	78	321	-242	79
	Ribeiro Gonçalo	0	0	0	193	-97	96	1	0	1	3	0	3	319	-242	77	516	-339	177
	Santa Filomena	0	-1	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	-31	11	42	-32	10
	Uruçuí	8	-5	3	25	-92	-67	182	-174	8	46	-51	-5	731	-581	150	992	-903	89
	Microrregião	8	-6	2	218	-189	29	205	-195	10	49	-51	-2	1.391	-1.075	316	1.871	-1.516	355
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	1	-1	0	0	0	0	3	-3	0	2	-28	-26	32	-36	-4	38	-68	-30
	Barreiras do Piauí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	-2	3	5	-2	3
	Bom Jesus	4	-8	-4	7	-5	2	125	-120	5	118	-61	57	49	-31	18	303	-225	78
	Cristino Cast.	7	-2	5	0	0	0	21	-16	5	2	-5	-3	3	-9	-6	33	-32	1
	Currais	0	0	0	0	0	0	10	-10	0	0	0	0	28	-32	-4	38	-42	-4
	Gilbués	5	0	5	0	0	0	6	-5	1	20	-1	19	46	-43	3	77	-49	28
	Monte Alegre	0	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	50	-48	2	54	-48	6
	Palmeira do Piauí	0	0	0	4	-8	-4	4	-2	2	0	0	0	12	-9	3	20	-19	1
	Redenção do Gurguéia	225	-403	-178	0	0	0	2	-1	1	0	0	0	0	-52	-52	227	-456	-229
	Santa Luz	4	0	4	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5	0	5
	S. Gonçalo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Microrregião	246	-414	-168	11	-13	-2	176	-157	19	142	-95	47	225	-262	-37	800	-941	-141	
Total Área de estudo	254	-420	-166	229	- 202	27	381	-352	29	191	-146	45	1.616	-1337	279	2.671	-2.457	214	
Piauí	11.779	-10.296	1.483	11.608	-12.425	-817	18.082	-15.210	2.872	17.138	-13.030	4.108	3.180	-2.925	255	61.787	-53.886	7.901	

Fonte: MTE/ CAGED.

Tabela 38: Número de Admitidos e Desligados por grandes setores do IBGE em 2017

Micro.	Municípios	Indústria			Construção Civil			Comércio			Serviços			Agropecuária			Total		
		Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo
Alto Parnaíba Piauiense	Baixa G. do Ribeiro	0	-1	-1	211	-114	97	91	-78	13	89	-71	18	944	-822	122	1.335	-1.086	249
	Ribeiro Gonçalves	4	-1	3	2	-7	-5	2	-3	-1	7	-2	5	204	-141	63	219	-154	65
	Santa Filomena	8	-10	-2	0	0	0	22	-27	-5	0	0	0	244	-270	-26	274	-307	-33
	Uruçuí	93	-73	20	104	-120	-16	204	-160	44	825	-303	522	573	-453	120	1.799	-1.109	690
	Microrregião	105	-85	20	317	-241	76	319	-268	51	921	-376	545	1.965	-1.686	279	3.627	-2.656	971
Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	0	0	0	0	-3	0	2	-3	-1	0	0	0	8	-8	0	10	-11	-1
	Barreiras do Piauí	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	-1	-1	94	-76	18	98	-77	21
	Bom Jesus	29	-54	-25	131	-298	-87	392	-298	94	121	-123	-2	151	-160	-9	824	-853	-29
	Cristino Cast.	0	-1	-1	6	-30	6	31	-30	1	6	-13	-7	2	-2	0	45	-46	-1
	Currais	0	0	0	23	-31	16	31	-31	0	0	0	0	128	-77	51	182	-115	67
	Gilbués	0	-1	-1	0	-10	0	8	-10	-2	21	-13	8	61	-51	10	90	-75	15
	Monte Alegre	1	-26	-25	0	-13	0	17	-13	4	3	-2	1	153	-215	-62	174	-256	-82
	Palmeira do Piauí	0	0	0	0	-4	0	2	-4	-2	0	-2	-2	53	-57	-4	55	-63	-8
	Redenção do Gurguéia	0	0	0	0	-17	0	5	-17	-12	8	-9	-1	1	-4	-3	14	-30	-16
	Santa Luz	3	-13	-10	0	-4	0	5	-4	1	3	-2	1	1	-4	-3	12	-23	-11
	S. Gonçalo	0	0	0	0	-1	0	0	-1	-1	0	0	0	4	-7	-3	4	-8	-4
Microrregião	33	-95	-62	164	-411	-61	493	-411	82	162	-165	-3	656	-661	-5	1.508	-1.557	-49	
Total Área de estudo		138	-180	-42	481	- 652	15	812	- 679	133	1.083	-541	542	2.621	-2.347	274	5.135	-4213	922
Piauí		9.284	-9.566	-282	12.767	-15.161	-2.394	24.771	-22.937	1.834	36.016	-33.817	2.199	5.894	-5.378	516	88.732	-86.859	1.873

Fonte: MTE/ CAGED

Para Antunes (2003a), devido ao teor de complementaridade entre os setores econômicos, já é obsoleto tratá-los de maneira isolada, já que o setor industrial, o de comércio, de serviços e o agropecuário são marcados pela interdependência. Sendo assim, as redes agroindustriais servem como base para entender a lógica de entrelaçamento dos setores econômicos.

Para exemplificar essas questões, os quadros 35, 36 e 37 demonstram os quinze cargos com maior volume de admissões nos setores de comércio, serviços e indústria de transformação nas duas microrregiões da área de estudo no ano de 2019. No setor de comércio, por exemplo, há cargos que possuem ligação direta com o setor agropecuário, pertencentes ao ramo agroindustrial: Classificador de Grãos, Montador de Máquinas, Motores e Acessórios (Montagem em Série), Trabalhador Volante da Agricultura, Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral. O cargo mais comum é o de vendedor, também verificado nos nossos trabalhos de campo no ramo das redes de insumos e implementos, em seguida o de Alimentador de Linha de Produção, pertencentes ao ramo de organização dos produtos das empresas.

No setor de serviços há uma variedade entre os cargos mais comuns, sendo que alguns cargos são objeto de um volume representativo de contratações nas fazendas produtoras, sobretudo no período da safra, como de vigilantes, cozinheiros, trabalhadores do setor de limpeza e manutenção, assim como cargos administrativos (auxiliar de escritório, assistente administrativo). Nas fazendas produtoras e empresas agrícolas é comum a terceirização de alguns serviços, com contratações intermediadas por essas empresas de segmentos variados. Dessa forma, o setor de serviços vai além das cidades e há um grande volume de contratações para atuação nas fazendas produtoras.

No setor industrial a ligação com o ramo agropecuário é ainda mais evidente, tendo em vista que entre os cargos com maior volume de contratações, está o de trabalhador volante da agricultura e trabalhador da agropecuária em geral, assim como operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas.

No Alto Médio Gurguéia, o cargo com maior volume de contratações do setor industrial foi o de Preparador de Estruturas Metálicas. Trata-se de uma consequência da instalação da maior usina de produção de energia solar da América Latina localizada no município de São Gonçalo do Gurguéia³⁰, sob responsabilidade da Enel Green Power, que iniciou a construção a partir de 2018 e com expansão da estrutura em 2019, incrementando o volume dessas contratações.

³⁰ Mais informações: <https://www.enelgreenpower.com/pt/nossos-projetos/highlights/parque-solar-sao-goncalo>

Quadro 35: As 15 ocupações que mais admitiram do setor de **comércio** na área de estudo em 2019

Microrregião Alto Médio Gurguéia					Microrregião Alto Parnaíba Piauiense				
Ocupações CBO 2002	Salário Médio	Adm.	Desl.	Saldo	Ocupações CBO 2002	Salário Médio	Adm.	Desl.	Saldo
521110: Vendedor de Comercio Varejista	1.138,28	78	80	-2	521110: Vendedor de Comercio Varejista	990,41	56	54	2
784205: Alimentador de Linha de Produção	1.300,90	51	51	0	784205: Alimentador de Linha de Produção	1.321,06	52	65	-13
521125: Repositor de Mercadorias	1.021,21	33	28	5	411005: Auxiliar de Escritório, em Geral	1.115,26	34	19	15
411005: Auxiliar de Escritório, em Geral	951,00	26	19	7	622020: Trabalhador Volante da Agricultura	1.195,06	32	39	-7
421125: Operador de Caixa	1.022,63	24	15	9	421125: Operador de Caixa	1.041,96	23	7	16
848425: Classificador de Grãos	1.608,48	23	20	3	521125: Repositor de Mercadorias	1.026,43	23	10	13
914405: Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	1.063,79	14	13	1	521135: Frentista	1.039,05	21	5	16
521130: Atendente de Farmácia - Balconista	1.015,71	14	14	0	717020: Servente de Obras	1.026,53	15	6	9
223405: Farmacêutico	997,27	11	6	5	411010: Assistente Administrativo	974,62	13	6	7
514225: Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	962,64	11	10	1	914405: Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	1.366,08	12	5	7
421105: Atendente Comercial (Agencia Postal)	1.232,73	11	2	9	848425: Classificador de Grãos	1.388,20	10	14	-4
514320: Faxineiro (Desativado em 2010)	862,55	11	13	-2	423105: Despachante Documentalista	1.204,44	9	3	6
725105: Montador de Maquinas, Motores e Acessórios (Montagem em Serie)	1.070,60	10	11	-1	783225: Ajudante de Motorista	1.185,00	9	10	-1
521135: Frentista	1.057,10	10	15	-5	421305: Cobrador Externo	1.011,00	8	8	
783225: Ajudante de Motorista	1.059,50	10	2	8	911305: Mecânico de Manutenção de Maquinas, em Geral	1.031,14	7	2	5

Fonte: MTE, Perfil do Município.

Quadro 36: As 15 ocupações que mais admitiram do setor de **Serviços** na área de estudo em 2019

Microrregião Alto Médio Gurguéia					Microrregião Alto Parnaíba Piauiense				
Ocupações CBO 2002	Salário Médio	Adm.	Desl.	Saldo	Ocupações CBO 2002	Salário Médio	Adm.	Desl.	Saldo
411005: Auxiliar de Escritório, em Geral	1.093,64	28	13	15	517330: Vigilante	1.876,06	18	120	-102
513205: Cozinheiro Geral	1.026,27	11	12	-1	717020: Servente de Obras	1.073,81	16	6	10
422105: Recepcionista, em Geral	1.066,64	11	7	4	514225: Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	1.001,29	14	27	-13
782305: Motorista de Carro de Passeio	1.687,80	10	6	4	724205: Montador de Estruturas Metálicas	1.356,15	13	17	-4
513435: Atendente de Lanchonete	1.010,00	8	7	1	411005: Auxiliar de Escritório, em Geral	1.070,18	11	9	2
513405: Garçom	965,38	8	10	-2	513205: Cozinheiro Geral	1.058,80	10	16	-6
514320: Faxineiro (Desativado em 2010)	940,86	7	2	5	521140: Atendente de Lojas e Mercados	998,00	10	0	10
351405: Escrevente	1.785,71	7	3	4	513505: Auxiliar nos Serviços de Alimentação	1.151,89	9	5	4
322205: Técnico de Enfermagem	1.069,29	7	2	5	411010: Assistente Administrativo	990,33	9	2	7
233215: Professor de Aprendizagem e Treinamento Comercial		6	4	2	351605: Técnico em Segurança no Trabalho	1.236,25	8	7	1
914405: Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	1.590,00	6	5	1	422105: Recepcionista, em Geral	1.010,13	8	4	4
513315: Camareiro de Hotel	1.024,00	5	2	3	715210: Pedreiro	1.475,00	8	8	
413225: Escriturário de Banco	2.724,25	4	1	3	231205: Professor da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (Primeira à Quarta Série)	931,25	8	2	6
411010: Assistente Administrativo	814,67	3	4	-1	724315: Soldador	2.000,00	7	8	-1
715210: Pedreiro	1.368,00	3	6	-3	521110: Vendedor de Comercio Varejista	862,33	6	1	5

Fonte: MTE, Perfil do Município.

Quadro 37: As 15 ocupações que mais admitiram do setor de **Indústria de Transformação** na área de estudo em 2019

Microrregião Alto Médio Gurguéia					Microrregião Alto Parnaíba Piauiense				
Ocupações CBO 2002	Salário Médio	Adm.	Desl.	Saldo	Ocupações CBO 2002	Salário Médio	Adm.	Desl.	Saldo
724220: Preparador de Estruturas Metálicas	1.111,49	296	28	268	622020: Trabalhador Volante da Agricultura	1.242,21	47	43	4
715115: Operador de Escavadeira	1.980,45	33	3	30	828110: Oleiro (Fabricação de Tijolos)	952,64	11	6	5
717020: Servente de Obras	1.269,48	23	8	15	717020: Servente de Obras	1.104,00	8	0	8
784205: Alimentador de Linha de Produção	998,00	12	6	6	411010: Assistente Administrativo	826,63	8	1	7
621005: Trabalhador Agropecuário em Geral	1.645,20	10	3	7	783215: Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	1.316,00	8	8	
351605: Técnico em Segurança no Trabalho	2.969,33	9	4	5	513505: Auxiliar nos Serviços de Alimentação	1.023,43	7	5	2
724205: Montador de Estruturas Metálicas	1.515,00	8	2	6	513435: Atendente de Lanchonete	1.046,50	6	1	5
514320: Faxineiro (Desativado em 2010)	1.075,86	7	0	7	421105: Atendente Comercial (Agencia Postal)	1.005,00	6	2	4
411005: Auxiliar de Escritório, em Geral	1.535,29	7	4	3	914405: Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	1.316,25	4	2	2
414140: Auxiliar de Logística	1.490,80	5	1	4	513605: Churrasqueiro	1.005,00	3	3	0
641010: Operador de Maquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	2.219,20	5	2	3	411005: Auxiliar de Escritório, em Geral	1.221,00	3	3	
391215: Operador de Inspeção de Qualidade	1.271,00	4	1	3	783225: Ajudante de Motorista	998,00	3	0	3
823315: Forneiro (Materiais de Construção)	1.064,00	4	5	-1	951105: Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica	2.157,00	2	1	1
311505: Técnico de Controle de Meio Ambiente	3.070,75	4	2	2	413110: Auxiliar de Contabilidade	1.117,00	2	1	1
423105: Despachante Documentalista	1.800,00	4	1	3	715315: Armador de Estrutura de Concreto Armado	1.578,00	2	0	2

Fonte: MTE, Perfil do Município.

Antunes (2006, p. 162) faz uma importante consideração sobre os postos de trabalho gerados no setor de serviços:

A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da *noção de trabalho*, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo.

Trata-se, de acordo com o autor, do caráter informacional presente nas mercadorias. No caso específico do setor de serviços há a tendência de substituição do trabalho manual pela lógica do trabalho intelectual e informatizado, ou seja, que exige um mínimo de conhecimento e qualificação.

Como consequência da insuficiente oferta de trabalho nas fazendas produtoras e pelo processo de expulsão e criação de um ambiente de pressão sobre parte da população local residente em áreas estratégicas para o capital, como nas áreas dos baixões destinadas às áreas de reservas, houve o incremento da migração de pessoas que residiam no campo em direção às cidades do agronegócio, sobretudo no caso de Bom Jesus, cidade que mais cresceu em termos populacionais. Esse processo migratório foi impulsionado também pela atração que essa cidade, também no caso de Uruçuí, possui na oferta postos de trabalho formais, temporários e informais nas áreas urbanas, como no setor de serviços, na área de construção civil e no setor de comércio.

Considerando as especificidades demográficas, pode-se afirmar que os Cerrados Piauienses podem ser tratados como uma região com grande oferta de mão de obra jovem e adulta. Como já mencionado, os municípios da área de estudo possuem índices elevados de população residente na zona rural, que apesar da diminuição, ainda pode-se considerar como representativa se comparada ao restante do Piauí, onde há maior concentração da população em áreas urbanas. Nesse sentido, ainda há nos municípios pesquisados uma grande parcela da população que reside no campo, ou seja, de trabalhadores do campo, que ainda continuam residindo em suas pequenas propriedades e vivendo de pequenas atividades de subsistência.

Entretanto, os índices de pobreza e de dificuldades que essa população ainda convive potencializam os efeitos perversos sobre a questão do trabalho na região, tendo em vista que muitos jovens, filhos de camponeses e pequenos produtores, se veem forçados a migrar para centros urbanos, seja dentro do Piauí, sobretudo para cidades um pouco maiores, como Bom Jesus, Uruçuí e Corrente, por exemplo, como também para centros metropolitanos do Brasil, como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, etc.

Mendonça (2004, p. 255) cita o aumento da oferta de trabalho por meio das transformações no campo, como no aumento da concentração fundiária:

A acumulação do capital se efetiva sob várias modalidades, mas no caso das empresas rurais, duas formas predominam: de um lado a ampliação da propriedade fundiária, que, dentre os diversos impactos sociais, provoca a expulsão dos trabalhadores da terra; de outro, o crescente número de trabalhadores ociosos, a maioria deles concentrados nas áreas urbanas, possibilita oferta volumosa de braços, forçando a redução dos salários pagos; disso resulta que o empresário rural possui condições de promover crescentes investimentos no capital constante.

De acordo com o autor, o capital possui estratégias bem definidas e necessita de grande oferta de força de trabalho, não importando sua raça ou cor ou que porventura sejam de sociedades regidas pela ótica não capitalistas, para isso, uma das estratégias é retirar a propriedade da terra para força-lo a integrar o exército de mão de obra disponível.

A migração de jovens e adultos residentes na zona rural dos municípios da área de pesquisa ajuda a inchar a oferta da mão de obra barata nas cidades, aproveitada tanto pelos agentes e atores diretamente envolvidos com o agronegócio globalizado, como por empresários e investidores locais em diferentes setores e postos de trabalho. É o que Mendonça (2004) cita o processo de enaltecimento da visão de mercado por aqueles que deixam sua terra e passam a ofertar sua força de trabalho em centros urbanos, mesmo que sofram com o desemprego:

Outros desejam continuar trabalhando nas áreas urbanas, pois perderam a consciência de sua especialização (o trabalho na terra), incorporando os discursos da empregabilidade e aspiram ser operários, trabalhadores assalariados fixos, distanciando-se das suas origens e negando até mesmo o modo de vida rural. (MENDONÇA, 2004, p. 29).

Nessas cidades a oferta de mão de obra é elevada, porém, muitos empresários e gerentes de empresas reclamam da carência de oferta de mão de obra especializada no mercado local, sobretudo no que se refere às empresas pertencentes às redes agroindustriais. O gerente da New Holland Jaraguá, de Bom Jesus, denuncia a falta de profissionais especializados no setor de mecânica, afirmando que os poucos que encontram são disputados e constantemente recebem ofertas melhores de trabalho. O gerente acredita que uma das maneiras de incentivar a maior oferta de mão de obra nessa tipologia de trabalho seria aumentar investimentos na área de formação mecânica através de cursos técnicos de instituições público-privadas.

“Olha, falta mão de obra, falta! Porque hoje as tecnologias estão muito avançadas e o pessoal não tão atualizado para as tecnologias. Hoje pra você pegar uma pessoa que tenha conhecimento geral de computação, de eletrônica, essas coisas, você tem que pegar um agrônomo que já fez uma faculdade. Mas aí não seria a parte mecânica né, seria a parte agrônômica. De parte mecânica precisa muito trazer de fora. Eu acho, não sei, mas aqui... aí à fora tem engenheiro mecânico... ou o SENAC trazer cursos de mecânica para a região para fortalecer a parte de mecânica porque está bem escassa. A universidade, uma coisa assim... Porque hoje para você arrumar um mecânico para

trabalhar não é fácil e o que tem que segurar com unha e dente se não as outras revendas te tomam”. (Gerente da New Holland Jaraguá, Bom Jesus-PI, entrevista concedida em 2020).

Desde o final da década de 1970 e mais intensamente a partir da década de 1990, o setor industrial perde um pouco de sua importância na estrutura de geração de emprego e renda no Brasil, e o setor de serviços assume o papel de protagonismo nesse quesito. No entanto, os postos de trabalho gerados no setor de serviços, em grande parte, também são gerados de forma precarizada, como no setor informal ou através da contratação temporária e terceirização de funções e setores (ANTUNES, 2003b).

O setor de serviços, portanto, em tese compensaria demissões efetuadas no setor industrial e agropecuário. Em Bom Jesus e Uruçuí, por exemplo, verifica-se que esses setores, sobretudo os não ligados diretamente às redes agroindustriais de apoio ao agronegócio, absorvem uma parte considerável da mão de obra. No entanto, são postos de trabalho com extrema precarização, com baixos salários e jornadas de trabalho extenuantes, ou com formas de contratação temporária e pelo caráter da informalidade, presenciada, por exemplo, no setor de construção civil, mais aquecido nas cidades do agronegócio piauiense, tendo em vista o crescimento e reestruturação das cidades.

O depoimento de um dos entrevistados chama a atenção pelo discurso em torno da questão do emprego em Bom Jesus:

“Mas eu vejo muita prosperidade, é a longo prazo. É um negócio a longo prazo... Na questão do mercado de trabalho também. Hoje aqui em Bom Jesus, aqui o cara ficar desempregado só se quiser ou se ficar escolhendo. ‘Não, mas eu não consigo’... Não, não é que você não consegue! Você está escolhendo trabalho, se quiser trabalhar tem muita coisa pra fazer. Eu trabalho, minha esposa trabalha. Minha esposa trabalha em três lugares: trabalha na prefeitura, dá aula lá num estúdio de pilates e dá aula em casa. Então tudo é questão de querer”. (Gerente da New Holland Jaraguá, Bom Jesus, entrevista concedida em 2020).

É um resumo da visão empresarial em torno da questão do emprego e do processo de precarização das relações de trabalho, que encara o trabalhador como um sujeito obrigado a aceitar qualquer tipo de trabalho, sob condições precarizantes. Aqueles desempregados estariam, portanto, estão naquelas condições por escolha pessoal, sem levar em consideração outros aspectos, como nível de formação, experiências profissionais, antecedentes, etc.

Trata-se, portanto, de mudanças no mercado de trabalho, sobretudo no setor agropecuário mais diretamente e nas redes de apoio ao agronegócio, como também de continuidade e manutenção de certas características presentes nas cidades, como na lógica do emprego informal, subcontratação, precarização do trabalho e exploração do trabalhador. São

trabalhadores que, submetidos a qualquer tipo de emprego, por sua própria sobrevivência e de sua família, são incorporados em um mercado de trabalho incapaz sequer de oferecer condições mínimas de dignidade, como a oferta do seguro desemprego, da seguridade social ou registro formal em carteira de trabalho, documento que muitos ainda nem sequer possuem ou os que tem, jamais utilizaram. Segundo Silva (2003), são trabalhadores excluídos da cidadania.

6.4 O papel das universidades e instituições do ensino técnico na dinâmica do agronegócio e formação de mão de obra especializada

As cidades de Bom Jesus e Uruçuí se destacam como locais de concentração de instituições públicas e privadas de ensino técnico e superior com foco direcionado ao agronegócio. A formação e qualificação da mão de obra especializada é um dos pontos que chama atenção nas regiões produtivas a partir da oferta de cursos de nível técnico e superior por meio de instituições públicas e privadas. A própria presença de universidades em cidades interioranas e em áreas de regiões produtivas do Brasil evidencia a associação do Estado com os preceitos do agronegócio globalizado, já que foram instaladas em cidades estratégicas sob o ponto de vista da gestão da atividade produtiva e pensando na formação e aumento da oferta de mão de obra especializada.

Logicamente, que quando afirmamos que as universidades instaladas possuem como meta a formação de mão de obra especializada direcionada ao agronegócio globalizado, não estamos camuflando que também possuem como premissa a formação cidadã, tendo em vista que possuem papel além da “mera” formação de mão de obra. Estaríamos, portanto, reforçando a visão do mercado e do capital se não reconhecêssemos tal fato. No entanto, a análise dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino nas cidades do agronegócio piauiense nos permite apontar dois direcionamentos: a) formação de mão de obra especializada através de cursos com foco no agronegócio globalizado; b) formação de professores através da oferta de cursos de licenciatura.

Em Bom Jesus há uma concentração das instituições públicas e privadas de formação técnica e superior, como na presença da UFPI e da UESPI. Esta última não apresenta cursos superiores com relação direta com agronegócio, tendo como foco cursos de licenciatura: em Letras-Português e em Pedagogia. Há ainda a oferta do curso de Direito.

Já a UFPI-CPCE, possui uma relação direta com o agronegócio globalizado, com oferta dos cursos de graduação em Engenharia Agrônoma, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia e Administração (Quadro 38). Há ainda a oferta de dois cursos de

licenciatura: Ciências Biológicas e Educação no Campo/Ciências Humanas e Sociais. A instituição também possui cursos de pós-graduação: Mestrado em Fitotecnia, em Solos e Nutrição de Plantas, em Zootecnia e Mestrado e Doutorado em Ciências Agrárias.

Através do site oficial da UFPI-CPCE há o detalhamento de estudantes ativos por curso. Considerando apenas os cursos com relação direta com o agronegócio (Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia, há um total de 1.347 estudantes. Há ainda 63 estudantes de cursos de pós-graduação, todos relacionados ao agronegócio (Quadro 38).

Em Uruçuí há duas instituições públicas de ensino com foco no agronegócio: o IFPI e a UESPI. A primeira possui oferta de cursos de formação técnica: Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração, Agroindústria e Agropecuária e Concomitantes/Subsequentes em Administração, Agroindústria, Agronegócio e Agropecuária; além do curso de Bacharelado em Agronomia e de Especialização em Agronegócio (Quadro 38). A instituição ainda oferece dois cursos de licenciatura: Matemática e Ciências Biológicas. Há ainda cursos de especializações em duas áreas: Ensino de Ciências e Matemática para o Ensino Médio. O diretor do campus do IFPI de Uruçuí forneceu alguns dados básicos: no total são 932 estudantes, 58 professores atuando em diferentes cursos e 42 técnicos de apoio às atividades administrativas e do processo de ensino-aprendizagem.

Quadro 38: Instituições de ensino e cursos oferecidos com relação direta com o agronegócio

Instituição de Ensino	Município	Cursos de Graduação	Alunos Ativos	Cursos de Pós Graduação	Nível	Alunos Ativos	
UFPI	Bom Jesus	Engenharia Agrônômica	462	Fitotecnia	Mestrado	1	
		Engenharia Florestal	262	Solos e Nutrição de Plantas	Mestrado	1	
		Medicina Veterinária	344	Zootecnia	Mestrado	4	
		Zootecnia	279	Programa e Pós Graduação em Ciências Agrárias-PPGCA	Mestrado	29	
UESPI	Uruçuí	Administração	*	-	-	-	
		Engenharia Agrônômica	*				
IFPI	Uruçuí	Engenharia Agrônômica	932 (Total, incluindo outros cursos)	Especialização em Agronegócio	Especialização	*	
		Técnico Integrado					Administração
							Agroindústria
							Agropecuária
		Técnico Concomitante/Subsequente					Administração
							Agroindústria
Agropecuária							

Fonte: Sites das instituições de ensino. *Sem Informações.

A UESPI de Uruçuí possui os cursos de Administração, Engenharia Agrônômica e Licenciatura em Pedagogia, dois com relação direta com o setor produtivo do agronegócio. Como essa universidade não possui *site* oficial, o contato com professores e coordenadores foi dificultado e não obtivemos dados referentes ao quantitativo de estudantes por curso e no geral.

Como evidenciou-se em estudo anterior (RUFO, 2015), as cidades do agronegócio piauiense também podem ser denominadas de cidades universitárias, já que abrigam uma quantidade expressiva de estudantes e de professores que vem de municípios circunvizinhos e do centro-norte piauiense, como também originários de outros estados brasileiros, vizinhos, como o Maranhão, como também distantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, DF, etc.

Na seção 5, notou-se a questão da sazonalidade da mão de obra, o caráter temporário de grande parte dos postos de trabalho e prevalência dos cargos que exigem menos formação – tipos de trabalho em que há maior utilização do trabalho braçal. Nesse sentido, a contratação de profissionais especializados é menor se comparada aos cargos vinculados ao trabalho agropecuário em geral, trabalhadores volantes da agricultura e afins.

Além disso, no geral, os postos de trabalho com menor ou sem especialização em sua maioria são ocupados pela própria população local, no entanto, com um número representativo de profissionais de fora do Piauí para ocupação de postos de trabalho em cargos com um certo grau de especialização, como operadores de máquinas agrícolas, vigilantes, motoristas, etc., seja de estados vizinhos, como de sulistas que acompanham seus patrões.

Apesar disso, há um volume considerável de contratações de profissionais especializados pelas fazendas produtoras e pelas empresas vinculadas às redes agroindustriais de apoio ao agronegócio. Tais postos de trabalho possuem remuneração maior se comparados aos com menos especialização profissional. Cabe-nos entender, portanto, se a população é, de fato, inserida nesses cargos mais especializados. Nesse aspecto, as universidades locais possuem papel preponderante na questão da formação de profissionais especializados para atuação nas fazendas produtoras, empresas agrícolas e redes agroindustriais.

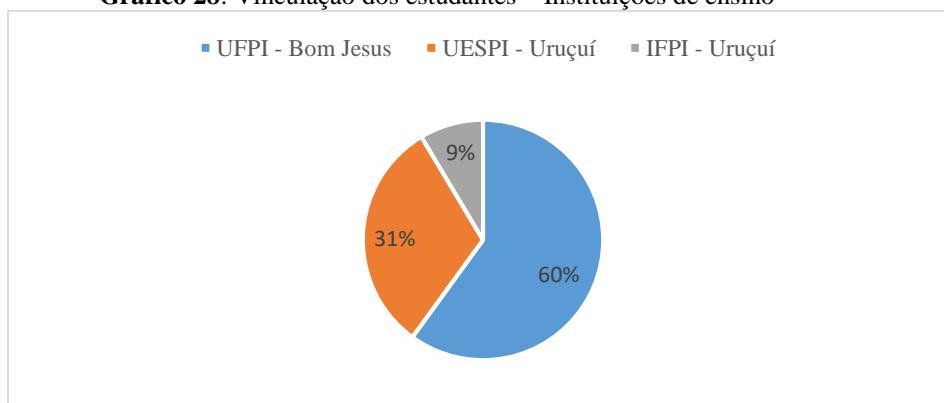
Apesar desse questionamento, não há intenção de vangloriar esses postos de trabalho mais especializados, visto que, como já abordado na seção 5, há também o processo de precarização das relações trabalhistas mesmo nesses cargos, como em intensas jornadas de trabalho, o caráter temporário de grande parte das contratações, pelos longos períodos “isolados” em fazendas produtoras (distantes das famílias), como também na prática de contratação de agrônomos formados para atuação em outros cargos associados e com menor remuneração, como de técnico agrícolas e assistentes de campo, assim como em cargos de vendedores em empresas das redes de insumos, implementos e maquinários.

É fato que uma das grandes necessidades listadas pelos agricultores locais e empresários é a carência de mão de obra qualificada para atuação em cargos mais especializados. No entanto, com a presença das universidades, sobretudo as instituições públicas, essa oferta vem melhorando a partir da formação de turmas de estudantes de agronomia, administração, engenharia florestal, medicina veterinária, zootecnia, além de técnicos agrícolas/em agronegócio, agropecuários, agroindústria e em administração. Entretanto, a mera oferta de mão de obra especializada não necessariamente se transforma em oportunidades de emprego, envolvendo uma série de questões, como as atreladas às indicações, aos apadrinhamentos e até mesmo em questões culturais e de resistência na contratação de profissionais da própria região.

Para responder parte dessas questões e caracterizar a formação da mão de obra, apresenta-se os dados dos questionários online destinados aos estudantes e professores das universidades. A partir deles obteve-se a participação de 144 estudantes e de 32 professores universitários das três instituições selecionadas para a pesquisa. A partir disso, é possível traçar um perfil dos estudantes e professores dessas universidades e seus posicionamentos quanto à questão da inserção de egressos no mercado de trabalho local, sobre os aspectos relacionados à própria formação da mão de obra especializada, entre outras tantas questões.

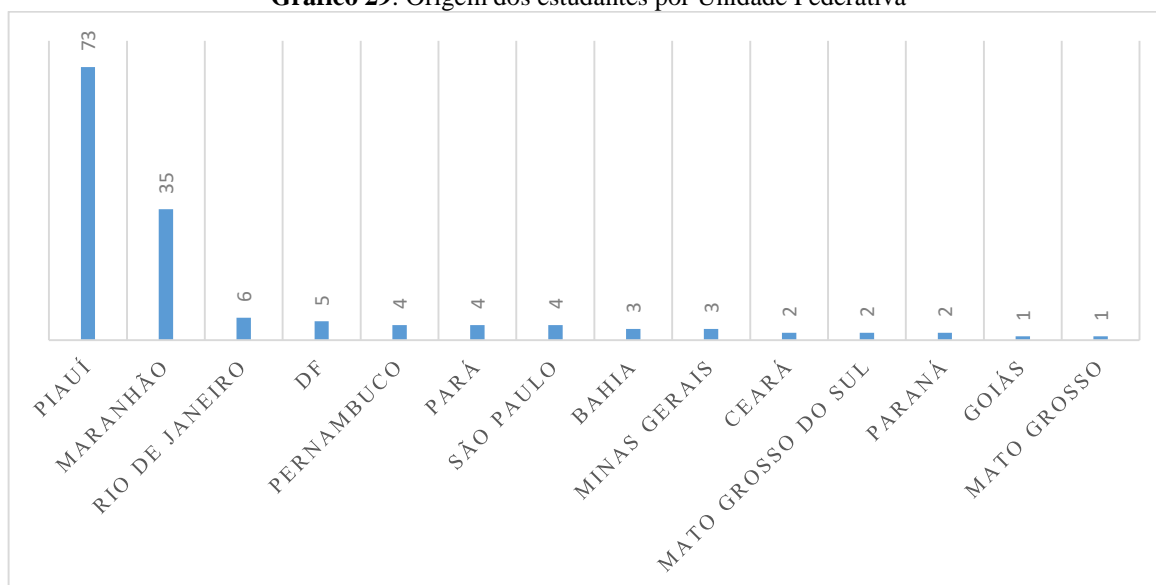
Quanto à participação dos estudantes, tivemos a seguinte distribuição: 84 (60%) deles são da UFPI de Bom Jesus, 44 (31%) da UESPI – Uruçuí e 12 (9%) do IFPI de Uruçuí. Dessa forma, 40% dos estudantes possuem filiação com as duas instituições de Uruçuí (Gráfico 28).

Gráfico 28: Vinculação dos estudantes – Instituições de ensino



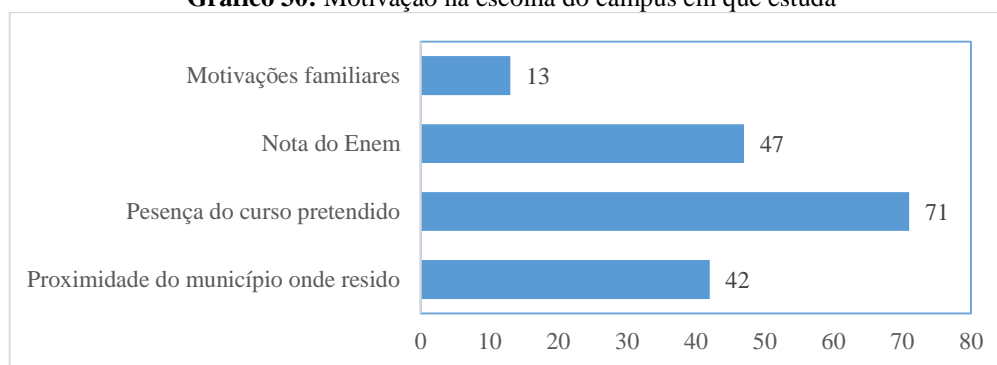
Fonte: Questionário online.

Quanto à origem dos estudantes, 73 são piauienses (50,69%), 35 maranhenses (24,31%), 6 do Rio de Janeiro (4,17%) e 5 do DF (3,47%), tendo ainda estudantes de origem de outros estados brasileiros, como Pernambuco, Pará, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás e Mato Grosso (Gráfico 29).

Gráfico 29: Origem dos estudantes por Unidade Federativa

Fonte: Questionário Online.

Como indica o gráfico 30, grande parte dos estudantes considerou, como motivação principal para escolha do campus, a presença do curso pretendido (71 estudantes - 49,3%). Uma outra parte considerou a proximidade do município onde reside (42 estudantes - 29,2%) e outros atribuíram à nota do Enem um fator preponderante (47 estudantes - 32,6%). Uma parcela pequena indicou motivações familiares (13 estudantes - 9%).

Gráfico 30: Motivação na escolha do campus em que estuda

Fonte: Questionário Online.

No que diz respeito aos municípios de origem dos estudantes (Gráfico 31), destaque para Uruçuí com 18 no total, Bom Jesus-PI, Brasília e Tasso Fragoso-MA com cinco representantes, e Floriano e São Raimundo Nonato-PI com quatro também se destacaram. Observa-se que a maioria dos estudantes possuem origem piauiense e maranhense.

Há um total de 32 estudantes dos próprios municípios do nosso recorte de estudo, ou seja, 22,22% do total de participantes do questionário e 43,84% daqueles com origem piauiense, um número até representativo e indica que boa parte das vagas são ocupadas por estudantes da

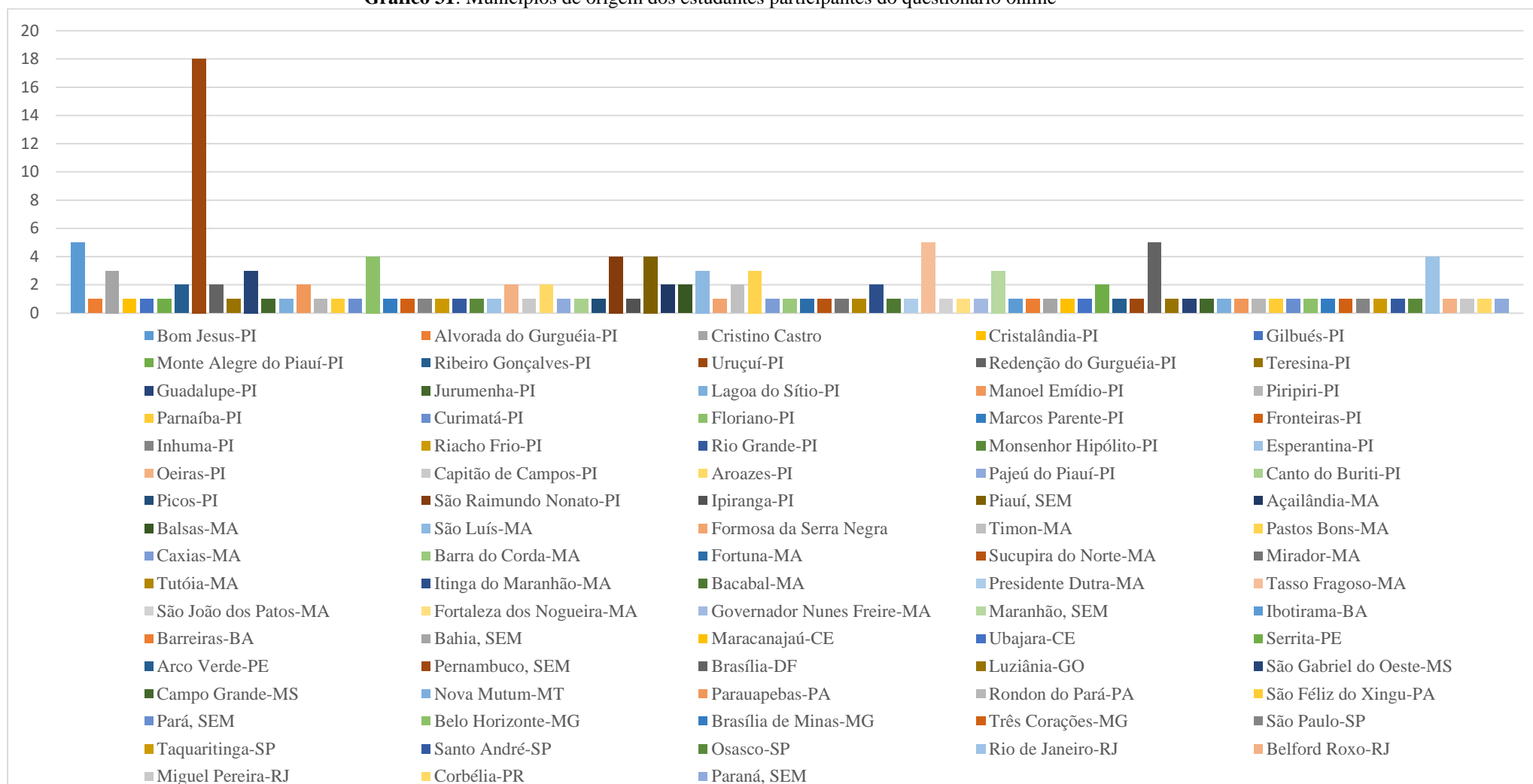
própria região. Entretanto, no âmbito geral, ainda pode-se considerar que muitas das vagas ainda são ocupadas por estudantes de municípios do centro-norte piauiense e de demais estados, sobretudo do Maranhão, como também por estudantes vindos de Brasília, Pernambuco, Pará, São Paulo, etc.

O número representativo de estudantes com origem do município de Uruçuí chama atenção. Notou-se que os alunos das instituições de ensino do IFPI e da UESPI localizados nessa cidade são ocupados em maior número por estudantes do próprio município ou de vizinhos, como também por maranhenses, já que essa cidade fica na fronteira com esse estado.

Significa, portanto, que em Bom Jesus já há um maior número de estudantes de outros municípios piauienses e de fora do Piauí. Na verdade, essa cidade abriga uma expressiva quantidade de estudantes como decorrência da presença da UFPI, da UESPI, de instituições privadas e até mesmo por possuir cursos de pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado. Com isso, Bom Jesus atrai estudantes já com formação superior e que buscam melhorias no currículo para devida atuação no mercado de trabalho do agronegócio ou objetivando a carreira de docência.

Além do fetiche em relação às mudanças no âmbito do urbano e no discurso do progresso e do emprego, cria-se também um relacionado à questão educacional em razão da concentração dos serviços educacionais através das diferentes instituições de ensino. Nesse aspecto, através dos trabalhos e campo e da vivência da região, é possível apontar, por exemplo, que muitos pais de estudantes encaminham esses jovens para as cidades do agronegócio ainda cedo, durante o ensino fundamental ou médio. Alguns desses alunos seguem para o ensino técnico e superior, já outros não prosseguem com os estudos e entram no mercado de trabalho local através dos postos formais e informais em empresas locais ou até mesmo nas associadas ao agronegócio. Dessa forma, há uma geração de jovens residentes das cidades do agronegócio que são filhos de moradores de outras cidades vizinhas, encaminhados em busca de uma qualidade maior na questão do ensino.

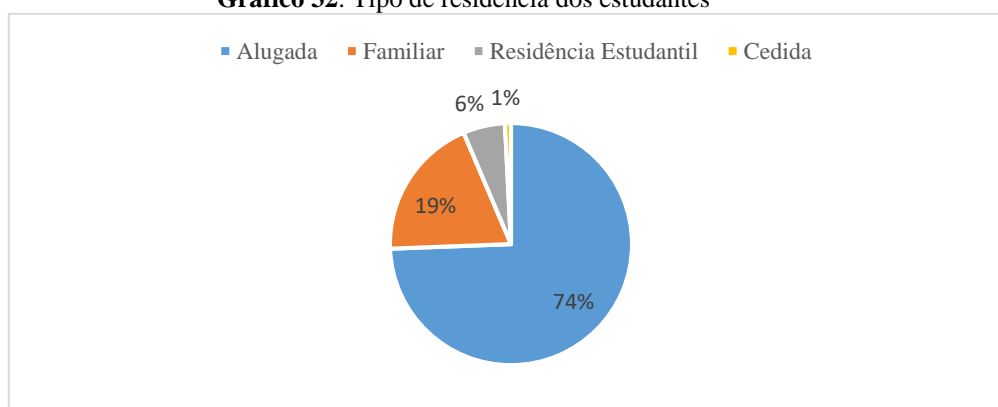
Gráfico 31: Municípios de origem dos estudantes participantes do questionário online



Fonte: Questionário Online. *SEM (Sem Especificação de Município de Origem).

Confirmando essa realidade, 66% dos estudantes afirmaram morar na mesma cidade onde estudam e 34% em outra cidade. Dos que afirmaram morar na mesma cidade onde estuda, 74% residem em casas alugadas, 19% em residências familiares, 6% em residências estudantis e apenas 1% em residências cedidas (Gráfico 32). Evidenciando, portanto, que as cidades do agronegócio piauiense possuem dinâmicas diferenciadas sob o ponto de vista urbano, já que a procura por aluguel é maior, intensificando o setor da construção civil e o ramo imobiliário.

Gráfico 32: Tipo de residência dos estudantes

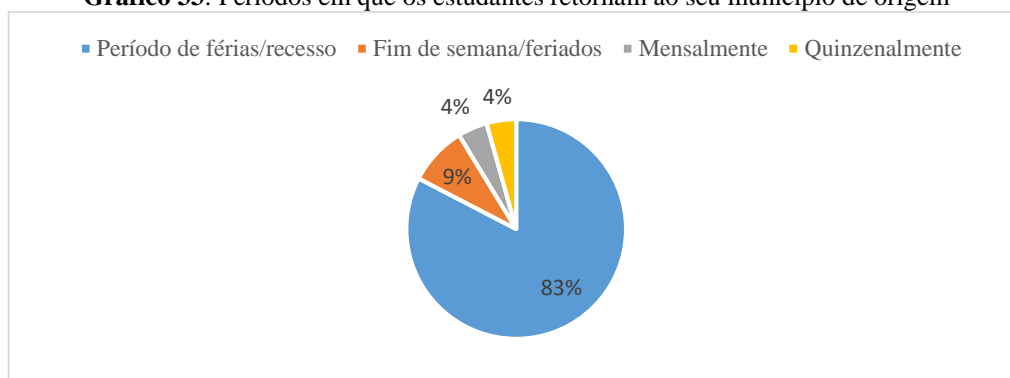


Fonte: Questionário Online.

Daqueles que residem em outro município vizinho, 87,2% não realizam migração pendular todos os dias e apenas 12,8% a realizam. Nesse sentido, Bom Jesus e Uruçuí recebem uma expressiva quantidade de estudantes que migram para essas cidades durante a realização do curso de graduação ou técnico, este último em menor grau, tendo em vista as particularidades e maior ocupação por estudantes da própria região. Confirmando, portanto, a questão do aumento da demanda por residências estudantis, apartamentos, casas e quitinetes e resultando no aumento da oferta de mão de obra na região.

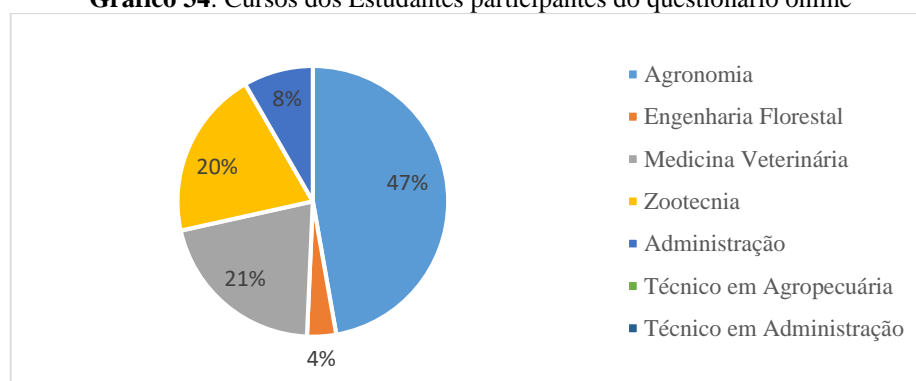
Grande parte dos que retornam para seu município, seja todos os dias ou aos finais de semana, utiliza de ônibus (50%), 19,4% de motocicletas, 11,1% de carona, apenas 2,8% de carro próprio e 16,7% de outros tipos de transporte, como vans, taxis, etc.

A grande maioria dos estudantes que possuem origem de outros municípios ou estados retornam para passar breves períodos com seus familiares na época de férias/recesso, totalizando 83%. Apenas 9% retornam aos finais de semana ou feriados, 4% quinzenalmente, mesmo quantitativo para os que retornam mensalmente (Gráfico 33). Assim, no período de férias e recesso escolar as cidades do agronegócio piauiense convivem com um intenso fluxo de estudantes retornando aos seus municípios e estados, tanto de estudantes como também de professores.

Gráfico 33: Períodos em que os estudantes retornam ao seu município de origem

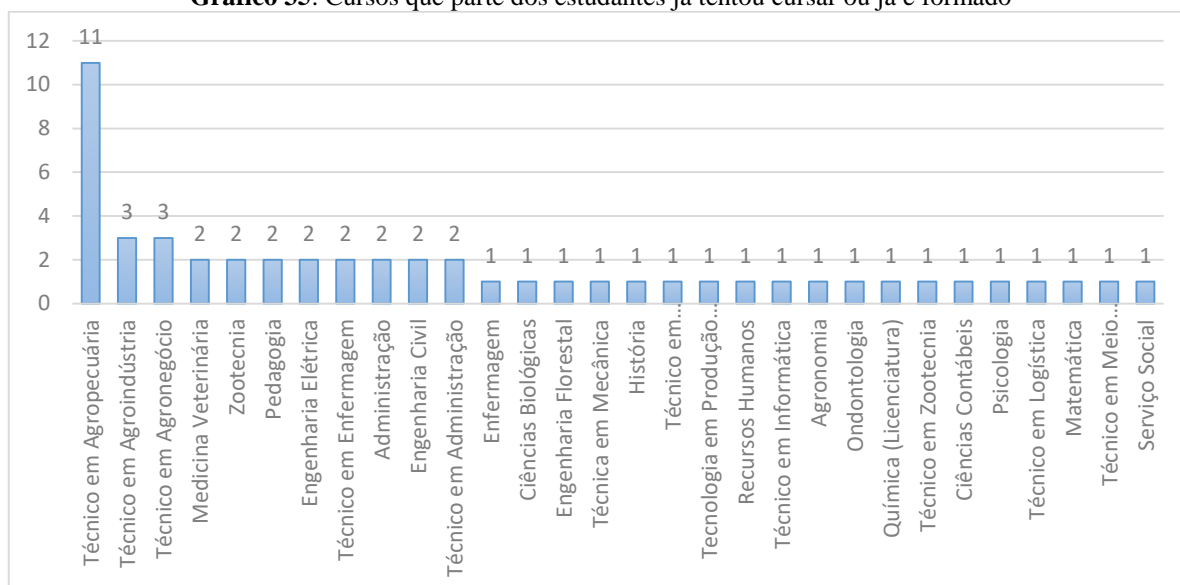
Fonte: Questionário Online.

A maioria dos estudantes participantes da pesquisa é do curso Agronomia (68 ou 47%), tendo ainda 30 de Medicina Veterinária (21%), 29 de Zootecnia (20%), 12 de Administração (8%) e 5 de Engenharia Florestal (4%) (Gráfico 34).

Gráfico 34: Cursos dos Estudantes participantes do questionário online

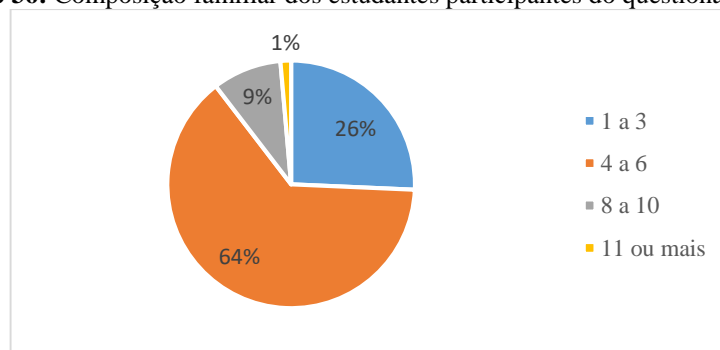
Fonte: Questionário Online.

Grande parte desses estudantes estão cursando o seu primeiro curso superior ou técnico (80,6%) e 19,4% já são formados em outro curso superior ou técnico, indicando um dos fatos observados através das entrevistas: muitos dos que se formam em cursos técnicos dão prosseguimento aos estudos em cursos superiores, já que uma grande quantidade dos estudantes afirmou já possuir formação ou ter ao menos tentado cursar algum curso técnico, sobretudo curso técnico em agropecuária, em agroindústria, em agronegócio e em administração. Além disso, uma parte já se formou ou tentou cursar cursos superiores relacionados ao agronegócio, como zootecnia, medicina veterinária, administração, agronomia, etc. (Gráfico 35).

Gráfico 35: Cursos que parte dos estudantes já tentou cursar ou já é formado

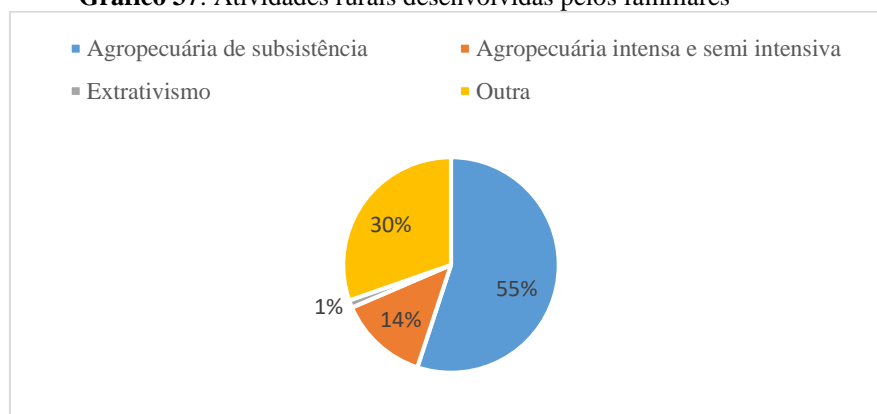
Fonte: Questionário Online.

No geral, esses estudantes integram famílias compostas de 4 a 6 membros familiares (64%), 26% pertencem às famílias de 1 a 3 membros, 9% de 8 a 10 membros e 1% de 11 membros ou mais (Gráfico 36).

Gráfico 36: Composição familiar dos estudantes participantes do questionário online

Fonte: Questionário Online.

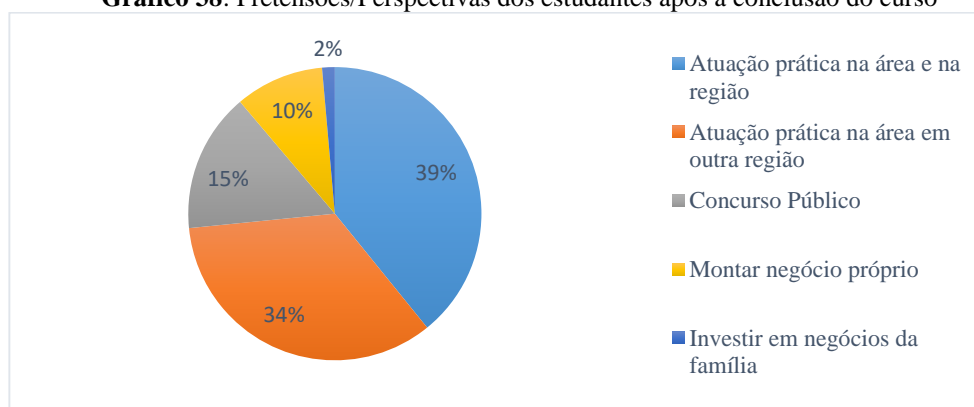
49,3% dos estudantes possuem algum membro familiar com curso superior, já 50,7% não, o que representa uma grande fatia e indica a pouca difusão do ensino superior no perfil das suas famílias. Quando questionados sobre a realização de alguma atividade rural, 52,8% dos estudantes afirmaram que sim e 47,2% afirmaram que não. Dos que afirmaram desenvolver (Gráfico 37), 55% apontaram a agropecuária de subsistência, 14% agropecuária intensiva ou semi-intensiva, 1% extrativismo e 30% outros tipos de atividades rurais.

Gráfico 37: Atividades rurais desenvolvidas pelos familiares

Fonte: Questionário Online.

Outro questionamento foi se algum membro familiar trabalha em empresas ou fazendas do agronegócio piauiense: apenas 22 estudantes afirmaram que sim (15,3%) e 122 (84,7%) que não, índice elevado pela grande presença de estudantes de outros municípios piauienses distantes da região produtiva e vindos de outros estados brasileiros.

Quanto às perspectivas futuras dos estudantes, 39% indicou o desejo de atuar na área de formação na região do Sul do Piauí, 34% deseja atuar na área de formação e em outra região. Nesse sentido, a maior parte dos estudantes deseja, de fato, atuar na sua área de formação, seja dentro ou fora do Piauí. Já uma outra parte deseja outras formas de atuação, como a aprovação em concursos públicos (15%), atuação em negócios próprios (10%) e em negócios familiares (2%) (Gráfico 38).

Gráfico 38: Pretensões/Perspectivas dos estudantes após a conclusão do curso

Fonte: Questionário Online.

Quando instigados a fazer uma avaliação do agronegócio da região do Sul do Piauí através de uma pergunta aberta, onde podiam escrever livremente, excluindo-se os casos dos que preferiram não se posicionar, identificou-se cinco tipos de depoimentos: a) Enaltecadores

do Agronegócio; b) O agronegócio como atividade em desenvolvimento; c) Apontadoras de gargalos do agronegócio; d) Enaltecedoras da geração de emprego; e) Críticos (Quadro 39).

Os depoimentos enaltecedores do agronegócio se basearam em respostas curtas e diretas e com avaliações positivas da atividade como solução para o crescimento econômico da região. Um segundo grupo considerou o agronegócio como uma atividade econômica ainda em desenvolvimento, destacando o potencial de crescimento que a atividade ainda possui. Um outro grupo aponta os gargalos existentes e necessidades de melhorias na questão da infraestrutura, apontando o papel do Estado na promoção dessas mudanças.

Quadro 39: Avaliações do agronegócio pelos estudantes

Tipos de avaliações do agronegócio da região	Exemplos de depoimentos
a) Enaltecedores	“Bom”; “Excelente”; “Muito bom”; “ótimo”
	“A solução” “Essencial para o crescimento do estado”
	“Muito forte, uma vez que considerada um polo agrícola e se encontra na região do MATOPIBA, vemos no sul do Piauí uma forte agricultura, com maior enfoque a soja, além de uma pecuária intensiva no que se diz respeito a bovinocultura destinada ao corte”
	“Uma área bem desenvolvida principalmente em produção de grãos”
b) O agronegócio como atividade em desenvolvimento	“Razoável pois está em desenvolvimento”
	“Tem potencial para o crescimento”
	“Agrárias forte e Pecuária em crescimento.”
	“Tem muito a crescer ainda”.
c) Apontadoras de gargalos do agronegócio	“Crescente e em ótimo situação de expansão econômica e de mãos de obra. Mas falta assistência por parte do estado, em infraestrutura e comércio”.
	“Bem desenvolvido, mas precisa de mais opções de insumos”
	“É uma pratica crescente que requer mais estudos para melhor desbravar seu potencial produtivo”.
d) Enaltecedoras da geração de emprego	“Atividade que gera bastante emprego e renda para a população local”
	“O agronegócio na minha região tem sido muito bom, pois ajudou a ter mais empregos para a população em geral”.
	“Muito promissor e com muitas oportunidades”
	“Potência econômica, geração de empregos e alta produtividade”.
	“Nível altíssimo e muitas oportunidades”.
e) Críticos	“Uma porta de entrada para quem quer ingressar na área”
	“Em processo de evolução mais bem atrasado em relação aos pequenos produtores”
	“Com bastante potencial, e com oportunidades para pessoas selecionas, indicadas por amigos ou colegas que já trabalham no ramo”.
	“Está em bastante crescimento, muitos pontos a serem melhorados, principalmente no que tange a remuneração”.
	“Tudo muito caro, eles não valorizam seu produto, pois exportam para outros estados e não os deixam dentro do seu lugar de origem. Em Bom Jesus tudo é um absurdo, o custo de vida é muito caro, deveria ser barato ou mais acessível, pois a maioria das coisas são produzidas ali dentro!”
“Um agronegócio que prejudica as terras e Cultura das comunidades originárias e também não seguindo o princípio da sustentabilidade	

Fonte: Questionário Online.

Os enaltecedores da geração do emprego apontam o agronegócio como atividade pujante e responsável pela geração de emprego e renda na região, reforçando os discursos

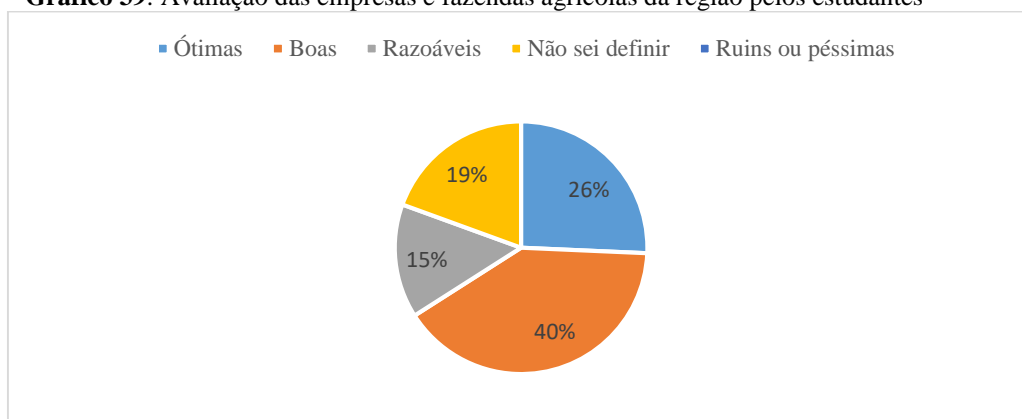
propagados pelos agricultores, empresas agrícolas, pela mídia e pelo Estado. No entanto, notou-se a presença de alguns depoimentos com teor mais crítico, sublinhando a necessidade de investimentos nos pequenos produtores da região e considerando os impactos negativos sobre o meio ambiente e a cultura dos povos tradicionais da região.

Chama atenção o depoimento que indica o alto custo de vida para se viver em Bom Jesus, destacando que a produção agrícola local não foi capaz de influenciar na queda dos preços dos alimentos e nos produtos da cesta básica. Identificou-se duas críticas em relação à geração de emprego, apontando para a necessidade de melhorias nos salários oferecidos e pelo fato dos postos de trabalho serem restritos e fechados, prevalecendo o caráter das indicações e apadrinhamentos, confirmando algo já indicado anteriormente.

Um total de 72,9% (105 estudantes) nunca realizou estágios ou trabalhou formalmente em fazendas produtoras ou empresas agrícolas da região. Apenas 27,1% (30 estudantes) já tiveram tal experiência. Ou seja, um quantitativo ainda baixo, possivelmente pela necessidade do fortalecimento das parcerias entre as instituições públicas de ensino com fazendas, grupos e empresas do agronegócio instalados na região.

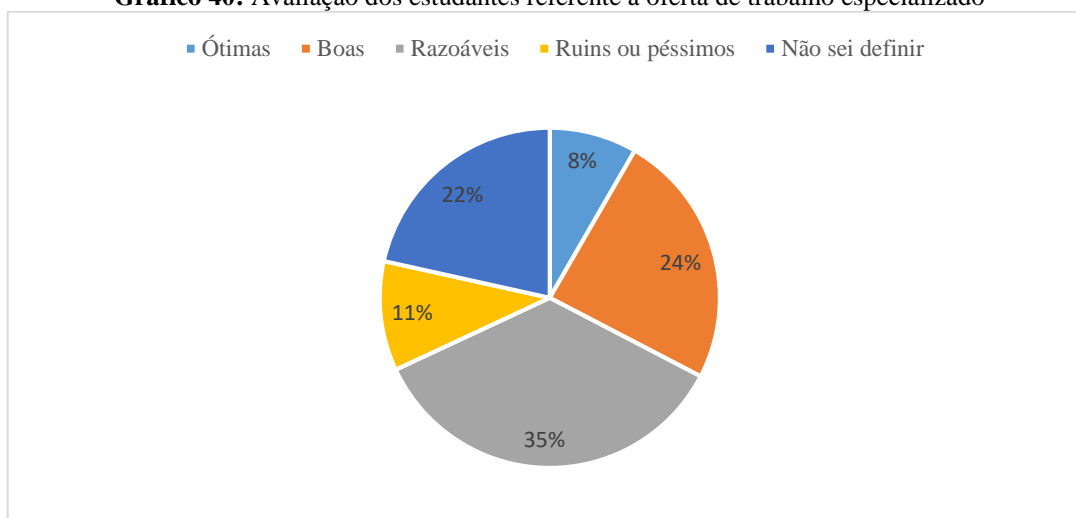
Na avaliação das empresas e das fazendas agrícolas da região, 40% definiu como boas, 26% como ótimas, 15% como razoáveis e 19% não soube definir, indicando falta de experiências no contato com esses agentes do agronegócio globalizado (Gráfico 39).

Gráfico 39: Avaliação das empresas e fazendas agrícolas da região pelos estudantes



Fonte: Questionário online.

Referente a avaliação da oferta de trabalho especializado, apenas 8% considerou como ótimas, 24% como boas, 35% como razoáveis, 11% ruins ou péssimas e 22% não soube definir (Gráfico 40). Nesse sentido, é evidente uma certa insatisfação e desapontamento com a oferta de trabalho especializado, indicando que quando se formarem, esses estudantes podem ter certa dificuldade na sua inserção no mercado de trabalho local do agronegócio.

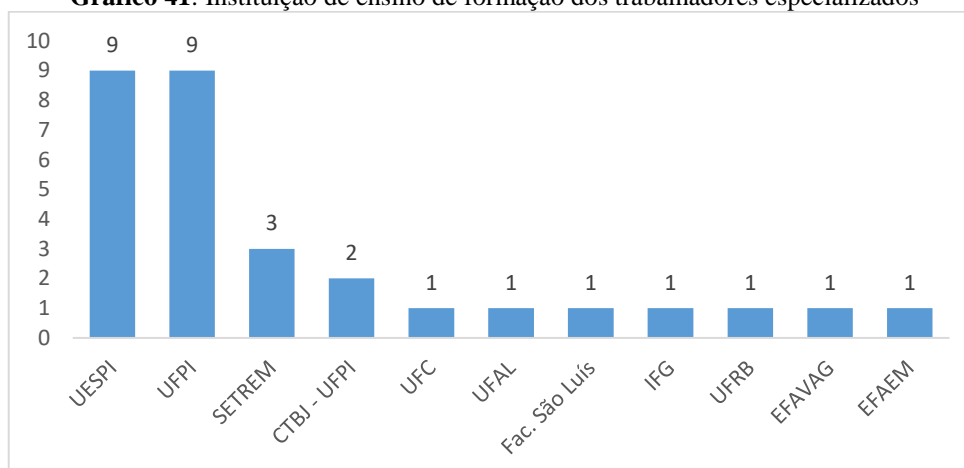
Gráfico 40: Avaliação dos estudantes referente à oferta de trabalho especializado

Fonte: Questionário online.

Quando questionados se conhecem algum colega que já atua na região após a formação em fazendas produtoras ou empresas, 68,8% afirmam que sim e 31,3% que não, ou seja, quase um terço, permitindo afirmar-se que se trata ainda de um número expressivo.

Como forma de evidenciar a inserção dos egressos no mercado de trabalho associado ao agronegócio de grãos da região, o gráfico 41 indica as instituições de ensino de formação dos trabalhadores especializados participantes da pesquisa. Dos 30 trabalhadores, 18 são formados na UESPI ou UFPI, 2 no Colégio Técnico de Bom Jesus (vinculado à UFPI), um na Escola Família Agrícola Vale do Gurguéia (EFAVAG) e um na Escola Agrícola de Eliseu Martins. Nesse sentido, 22 trabalhadores especializados (73,33%) possuem formação nas instituições de ensino superior e de formação técnica locais. Entretanto, isso não significa exatamente que a população e os egressos piauienses estão sendo inseridos de forma satisfatória no mercado de trabalho especializado do agronegócio, já que na seção 5, identificou-se que dos 22 trabalhadores, sete deles (31,82%) são formados nas instituições de ensino locais, porém, possuem origem de outros estados brasileiros: cinco do Maranhão, um baiano e um gaúcho.

Apenas 8 trabalhadores especializados possuem formação em instituições de fora do Piauí, três na Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM), município Três de Maio-RS, um na Universidade Federal do Ceará (UFC), um na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), um no Instituto Federal Goiano (IFG), um na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e um único formado em uma instituição particular denominada Faculdade São Luís, de São Luís-MA, este também sendo o único piauiense formado fora do estado e atualmente empregado na empresa CHS.

Gráfico 41: Instituição de ensino de formação dos trabalhadores especializados

Fonte: Questionário online.

Quanto aos professores, tivemos um total de 32 de participantes na pesquisa – 22 pelo questionário online do Google *Forms* e 10 através de entrevistas via web conferência, telefone ou mídias sociais. Foram 15 professores da UFPI de Bom Jesus, 12 do IFPI e 5 da UESPI, ambas de Uruçuí (Gráfico 42).

Gráfico 42: Instituição de vinculação dos professores

Fonte: Questionário Online e entrevistas.

Pelo quadro 40, nota-se que dos 32 professores, 10 são piauienses, representando 31,25%, principalmente originários da capital Teresina-PI. Há apenas um professor possui origem dos municípios do nosso recorte de estudo, no caso um do IFPI de Uruçuí, nascido nesse mesmo município e tendo cursado Agronomia na UFPI de Bom Jesus, com mestrado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e atualmente doutorando em Ciências Agrárias pela UFPI-CPCE, em Bom Jesus.

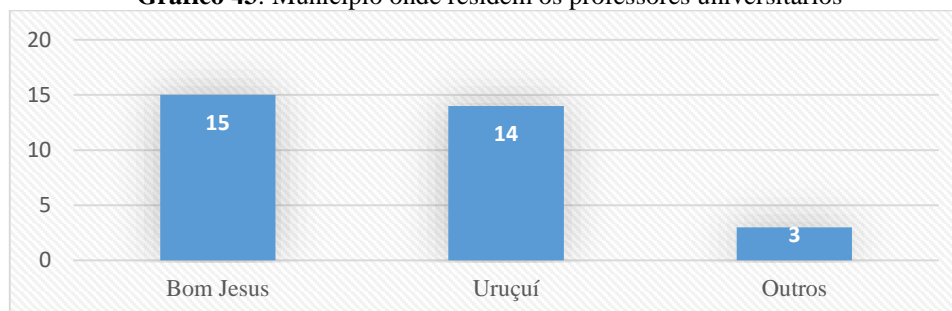
Destacam-se também os professores de origem cearense, com cinco (15,63%), 2 professores da Bahia, 2 da Paraíba, um do Rio Grande do Norte, um de Alagoas e um do Maranhão. Portanto, somados, os da própria região Nordeste totalizam 22 representantes, quase 70% da amostra. De fora do Nordeste temos três professores de Minas Gerais, dois de São Paulo, dois do Paraná, um do Rio Grande do Sul, um do Mato Grosso e um do DF.

Quadro 40: Origem dos professores segundo município e Unidade da Federativa (UF)

Município	U.F	Quantidade
Teresina	PI	5
Valença	PI	1
Picos	PI	1
Uruçuí	PI	1
Piauí, sem especificação de município	PI	2
Total Piauí		10
Nova Canaã	BA	1
Juazeiro	BA	1
Total Bahia		2
Areia	PB	1
Patos	PB	1
Total Paraíba		2
Fortaleza	CE	1
Pacajus	CE	1
Tabuleiro do Norte	CE	1
Ceará, sem especificação de município	CE	2
Total Ceará		5
Nova Cruz	RN	1
Maceió	AL	1
Codó	MA	1
Brasília	DF	1
Água Boa	MT	1
Manoel Viana	RS	1
São Paulo	SP	1
São José dos Campos	SP	1
Total São Paulo		2
Capitólio	MG	1
Patos de Minas	MG	1
Poços de Caldas	MG	1
Total Minas Gerais		3
Foz do Iguaçu	PR	1
Jandaia do Sul	PR	1
Total Paraná		2
Total de professores participantes		32

Fonte: Questionário Online e Entrevistas.

Muitos dos professores são moradores das cidades do agronegócio piauiense, sendo que apenas três residem em outros municípios (Gráfico 43).

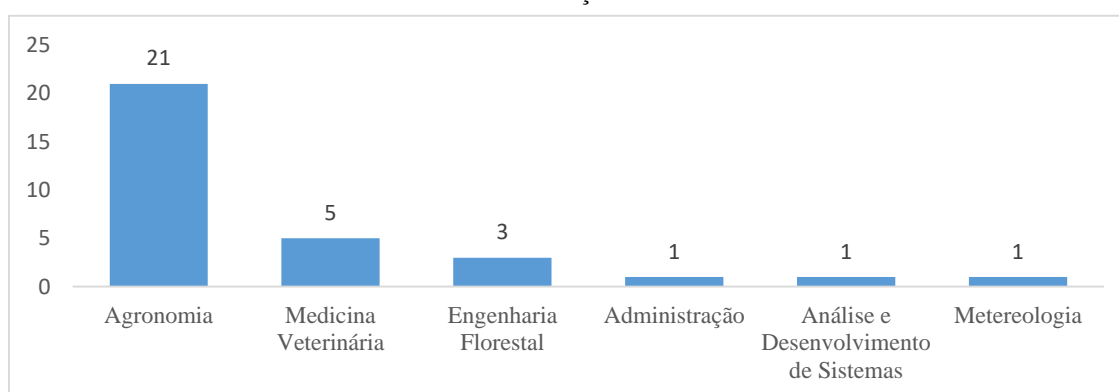
Gráfico 43: Município onde residem os professores universitários

Fonte: Questionário Online e Entrevistas.

Dos 22 professores que responderam o questionário online, onde havia tal questionamento, 15 (68,2%) residem em imóveis alugados e apenas 7 (31,8%) em imóvel próprio. Apontando mais uma vez que a presença de professores e estudantes universitários nas cidades do agronegócio piauiense conferem às mesmas um caráter especial sob o ponto de vista das dinâmicas internas de movimentação de pessoas e de incremento do mercado de aluguéis. Os professores universitários, por possuírem um nível salarial representativo para a realidade local, dispõem de condições de vida que propiciam apontar que pertencem à classe média local relacionada ao agronegócio.

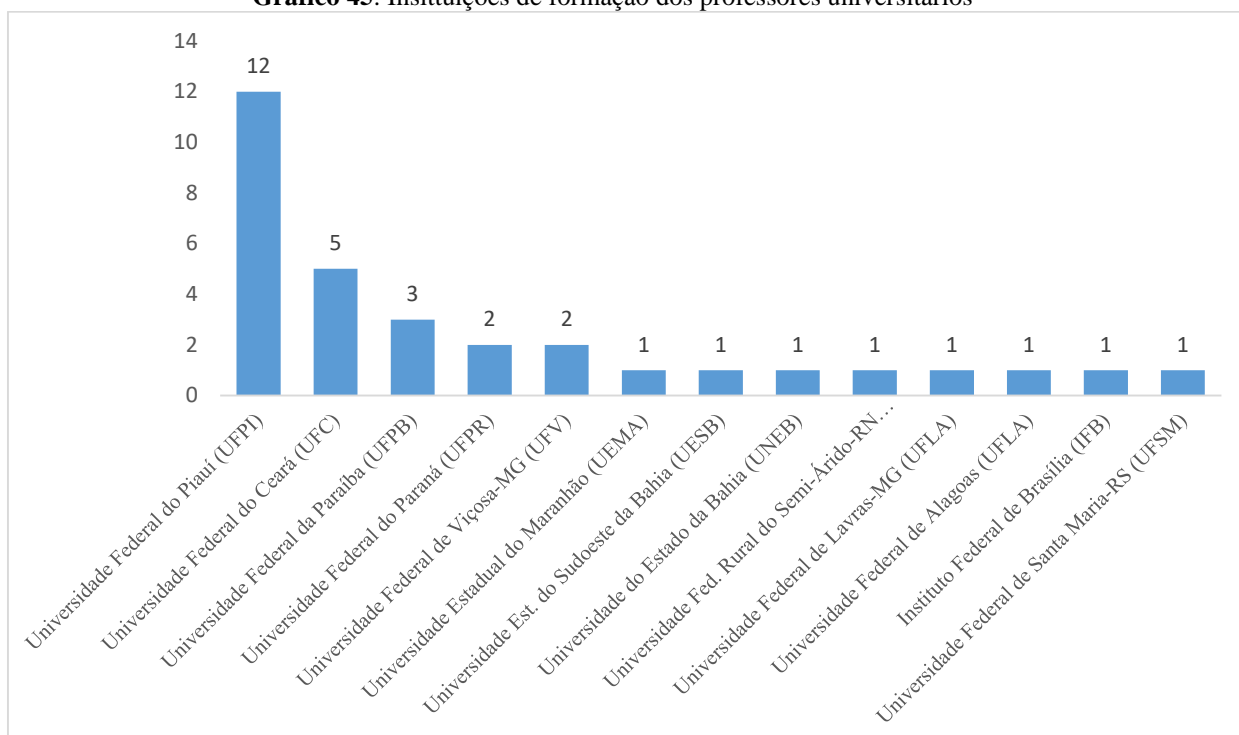
A grande maioria dos professores é formada em Agronomia, 21 no total (65,62%), cinco em Medicina Veterinária, três em Engenharia Florestal, um em Administração, um em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e um em Meteorologia (Gráfico 44).

Gráfico 44: Curso de formação dos Professores Universitários



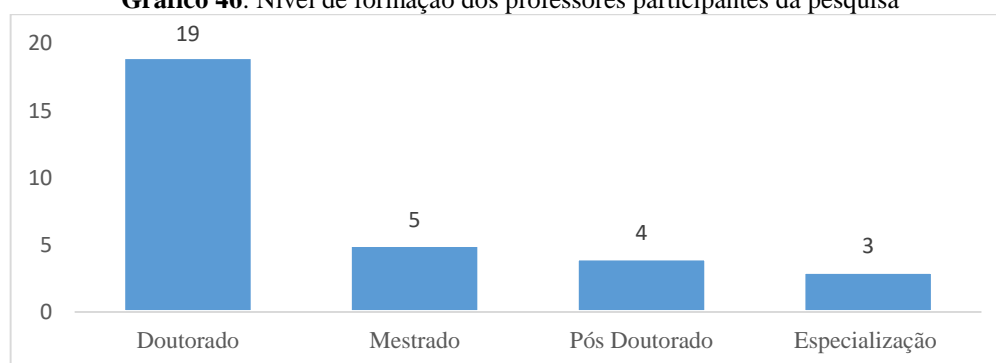
Fonte: Questionário Online e Entrevistas.

Referente às instituições em que se formaram, destaque para os formados na UFPI, com 12 no total, além dos formados na UFC, com cinco. Os demais são todos formados em instituições públicas de ensino superior (Gráfico 45).

Gráfico 45: Insituições de formação dos professores universitários

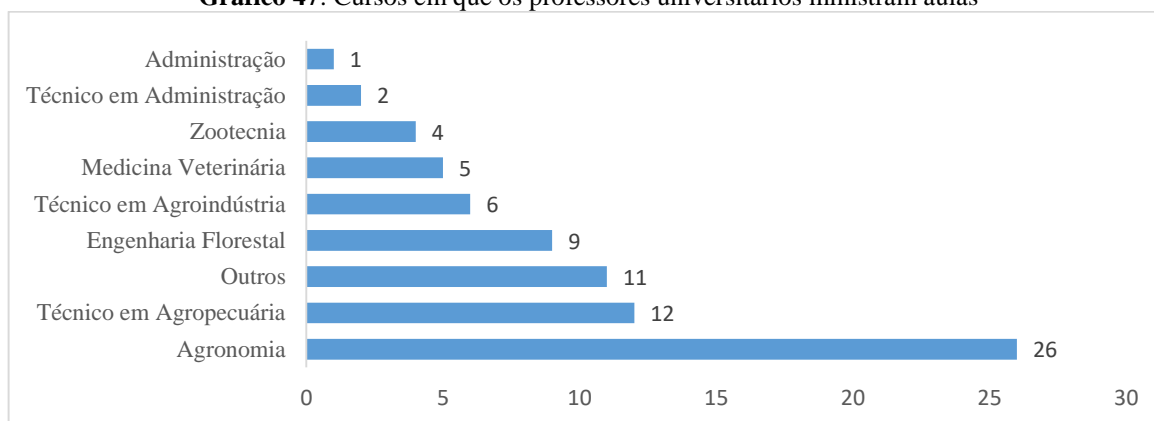
Fonte: Questionário Online e Entrevistas

Grande parte dos professores possuem doutorado, sobretudo no âmbito das Ciências Agrárias, totalizando 19 (quase 60%). Quatro deles possuem pós-doutorado, cinco nível de mestrado e três com especialização (Gráfico 46).

Gráfico 46: Nível de formação dos professores participantes da pesquisa

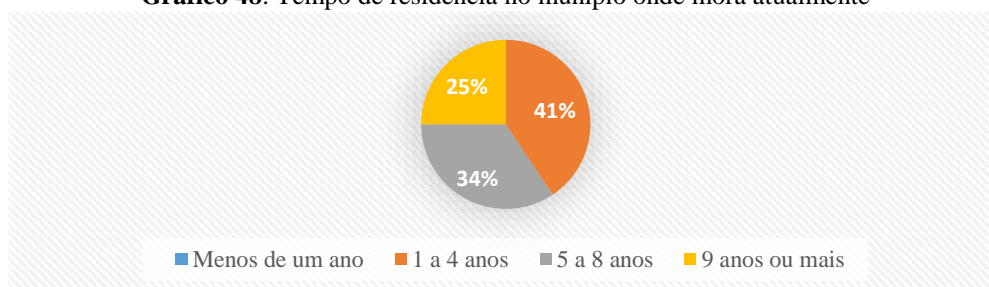
Fonte: Questionário Online e Entrevistas

O curso de maior atuação dos professores na questão da oferta de disciplinas é o de Agronomia com 26, logo em seguida o de Técnico em Agropecuária com 12, além de outros cursos, que implicitamente podemos apontar para Técnico em Agronegócio e cursos de Pós Graduação, existentes tanto no IFPI como na UFPI-CPCE (Gráfico 47).

Gráfico 47: Cursos em que os professores universitários ministram aulas

Fonte: Questionário Online e Entrevistas.

Os professores em geral residem no município no intervalo de um a quatro anos (41%), 34% de 5 a 8 anos e 25% com 9 anos ou mais, mesmos índices quanto ao tempo de atuação na instituição de ensino (Gráfico 48).

Gráfico 48: Tempo de residência no município onde mora atualmente

Fonte: Questionário Online e Entrevistas.

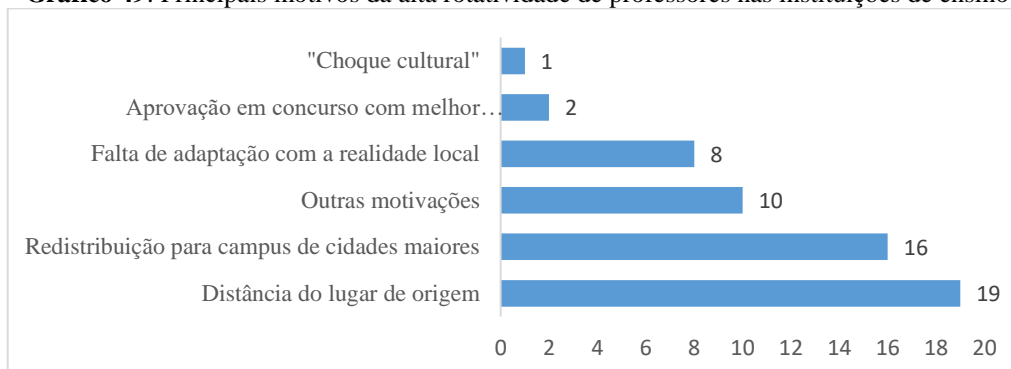
Um total de 22 dos professores afirmaram ser a sua primeira experiência no ensino superior ou técnico e 10 já tendo atuado em outras instituições de ensino: três deles na UESPI, um na UFPI, um na Universidade Federal de Rondônia (UFRO), um na Universidade Federal de Lavras –MG (UFLA); um na Universidade Federal do Tocantins (UFTO), um Universidade Federal do Cariri-CE (UFCA) e um Universidade Estadual de Santa Catarina-SC (UESC).

Dez dos professores que responderam ao questionário online afirmaram ter a intenção de mudar de instituição ou campus, doze responderam negativamente. O que reforça ainda mais um dos pontos evidenciados nas entrevistas, que é a alta rotatividade dos professores atuantes nas instituições de ensino, 21 deles confirmaram tal hipótese no questionário online e apenas um não concordou.

Entre os principais motivos que explicam essa alta rotatividade, 19 professores apontaram principalmente o distanciamento do seu lugar de origem, 16 indicaram a questão do desejo por redistribuição para cidades maiores, 8 a falta de adaptação com a realidade local,

dois a aprovação em concurso com melhor remuneração, apenas um indicou o choque cultural como obstáculo e oito consideraram outras motivações (Gráfico 49).

Gráfico 49: Principais motivos da alta rotatividade de professores nas instituições de ensino



Fonte: Questionário Online.

Já adentrando na opinião dos professores a respeito do agronegócio presente na região e nos aspectos referentes à formação de mão de obra especializada, inicialmente foi questionado se a instituição de ensino pelo qual possuem vínculo tinha relação direta e estreita com o agronegócio: 26 dos professores consideraram que sim e seis como parcialmente.

No quadro 41 é possível identificar alguns exemplos de frases e depoimentos dos professores a respeito da participação do agronegócio na economia local e regional, o qual notou-se três tipos de visões: a) enaltecadores; b) enaltecadores do emprego e c) visões críticas.

O primeiro grupo é formado por professores que possuem uma visão muito otimista do agronegócio, valorizando o peso da atividade sobre a economia local e regional e indicando os impactos positivos sobre atividades econômicas nos setores de comércio e serviços. O segundo grupo é formado por professores enaltecadores da geração de emprego e renda a partir do agronegócio, normalmente também associando ao aumento do recolhimento de impostos para os municípios produtores e exaltando as empresas agrícolas e fazendas produtoras.

No último grupo há um conjunto expressivo de professores universitários com visões críticas sobre o impacto do agronegócio no âmbito econômico na região, o que de certa forma surpreendeu. Dentro desse grupo de posicionamentos críticos, há uma ala que destaca a pouca absorção da mão de obra local, sobretudo nos postos de trabalho menos especializados, a exploração e precarização do trabalho, sublinhando as baixas remunerações em cargos com menores exigências de qualificação, além do destaque para a má distribuição de emprego e renda. Outros professores evidenciaram os impactos ambientais e na cultura de povos locais, como no assoreamento de rios, como o próprio Gurguéia, além disso, destacaram polêmicas e impactos sobre a questão fundiária, degradação dos solos e aumento do custo de vida.

Quadro 41: Opinião dos professores sobre a participação e o impacto do agronegócio na economia local e regional

Tipos de visões	Frases dos professores (exemplos)
a) Enaltecedores	“O agronegócio é tudo na região”
	“Impacta a região com geração de empregos e renda para a população, além de beneficiar outros setores da economia local e regional (mercadinhos; postos de combustível; Hotéis e pousadas; Borracharias e Oficinas mecânicas; entre outras coisas...)”
	“O agronegócio é o principal componente da economia do sul do Piauí”.
	“Primordial para o desenvolvimento econômico e social da região”.
b) Enaltecedoras do Emprego	“O crescimento da cidade de Uruçuí é por meio da produção agrícola. Parte do crescimento econômico se dá em virtude da grande produção de grãos, responsável pela geração de emprego e renda no município. Conhecida por seu enorme potencial na economia, a cidade é alvo de grandes empresas de outros estados, que migram com o intuito de explorar a terra e sua prosperidade agroexportadora. A elevação da produção, principalmente da soja, faz com que a cidade se torne referência dentro do mercado”.
	“É a base da economia local, sendo responsável por grande parte dos empregos da cidade”.
	“Essencial para o município e região, dada a geração de divisas e promoção de oportunidade de trabalho”.
	“Extremamente forte. O agronegócio absorve grande parte da mão de obra assalariada da região, diretamente através da contratação de pessoas técnicas nas fazendas, bem como através das empresas ligadas ao setor. Além disso, os impostos arrecadados com a produção e insumos também alavancam o desenvolvimento da região.”
	“Elevação do PIB, geração de empregos”
c) Críticas	“Acredito que o Agronegócio em Bom Jesus contribui para arrecadação de imposto do município, mas e com geração de alguns empregos. Pela grandiosidade dos empreendimentos com uso de alta tecnologia termina por ser excluir a população local, muitas vezes com baixa escolaridade. No entanto, o Agronegócio permite alto fluxo de pessoas no município, permitindo mais dinheiro no comércio local. A tecnologia empregada na produção de grão e a necessidade de pessoas qualificadas segrega cada vez as classes sociais em níveis distintos”.
	“Importante fonte de renda, mas concentrada na mão de poucos”.
	“Concentração de renda e exploração de mão-de-obra local com baixa remuneração”.
	“Mudança no uso do solo, assoreamento do rio Gurgueia, desmatamento ilegal e grilagem de terras”.
	“Apesar de ser uma cidade muito rica, empregando muita mão-de-obra local, gerando empregos e consequentemente renda, está ainda é muito mal distribuída”.
	“O agronegócio atraiu lojas, aumentou o número de empregos, mas também inflacionou os preços de imóveis e outros serviços.”
	“Renda e emprego, mas com muitos conflitos ambientais”
	“Monocultura, poluição de rios, degradação do solo e impactos no clima” “Grilagem de terras, êxodo rural. Geração de empregos”.

Fonte: Questionário Online e Entrevistas.

Naturalmente, nas entrevistas realizadas via webconferência, ligações telefônicas e através de mídias sociais, algumas das respostas dos professores foram maiores, detalhadas e completas. A fala do professor e coordenador do curso de Agronomia da UFPI - CPCE de Bom Jesus é elucidativa ao abordar a questão das desigualdades na distribuição das benesses que o agronegócio gera no âmbito regional, sobretudo pelo protagonismo e centralização das

dinâmicas econômicas em poucos municípios, como Bom Jesus, tendo outros com pouco dinamismo econômico e urbano, como Palmeira do Piauí e Currais:

“Hoje o agronegócio aqui, sem medo de errar, é atividade econômica propulsora da cidade de Bom Jesus e da arrecadação dos municípios vizinhos, mas isso não ocorre de uma forma equânime, né... Você pega uma cidade como Bom Jesus, onde os empresários e donos das fazendas e donos das empresas que participam da cadeia produtiva residem, você tem um desenvolvimento que não se repete nos municípios circunvizinhos onde eles têm dificuldades, porque? Porque o consumo ele fica concentrado essencialmente no município de Bom Jesus, então você tem um desenvolvimento diferente e isso é característico quando você tem uma concentração de grandes empresas. Você pega uma região em que o agronegócio é caracterizado por pequenas empresas como o Oeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, onde tem produção de laticínios, de ovos e frangos – o agronegócio tem formado baseado em pequenas empresas. Essa distribuição de renda (nos exemplos citados), ocorre em todos os municípios, algumas cidades que não tem as sedes ou algumas indústrias, elas vão ter desenvolvimento um pouco maior, mas não é tão díspare como aqui. Você pega um pega um município como por exemplo, não querendo desmerecer nenhum município obviamente, como Palmeira do Piauí, que tem uma grande concentração de fazendas, mas não tem um desenvolvimento urbano ou de qualidade de vida semelhante a Bom Jesus mesmo tendo números semelhantes em área agrícola, porque não tem empresário morando no município. Outro caso é Currais. É claro que tem toda uma questão de gestão envolvida, mas não é só isso, eu acredito que existe muita coisa relacionada a... onde é que ocorre o consumo? Pra onde vai a renda dessa... (corte da chamada). Uruçuí, por exemplo, é uma cidade onde tem os empresários morando lá e tem o desenvolvimento maior que outros municípios vizinhos”. (Professor P.R.P, coordenador e professor do curso de Agronomia da UFPI, Bom Jesus, entrevista concedida em 2020).

Já a fala de um professor do IFPI de Uruçuí, pela sua vivência da região, já que foi o único professor participante que possui origem da própria região, nascido e atuante em Uruçuí, aponta para o protagonismo do agronegócio na economia local, sobretudo nessa cidade do agronegócio, enaltecendo a geração de emprego e renda, além do aumento da arrecadação de impostos com a chegada de novos agentes, como empresas agrícolas e fazendas produtoras. Entretanto, na sua própria fala, fica evidente que Uruçuí torna-se totalmente diferenciada em relação os municípios circunvizinhos, impulsionando, portanto, as desigualdades regionais.

Assim, eu gosto de pensar pelo lado positivo, sabe... eu recordo muito bem de Uruçuí antes do surgimento do agronegócio aqui na região, que foi por volta do ano 2000, eu tinha por volta de 10, 12 anos, então a realidade da nossa cidade, da região naquela época era muito difícil, sabe... uma realidade de falta de oportunidade, de empresas, ninguém tinha renda, poder aquisitivo muito baixo, as famílias com dificuldades... Hoje não, eu vejo totalmente diferente. Então assim, o agronegócio é a roda motriz né... é o que movimento a economia de fato na região, então são muitos benefícios. São várias empresas que se instalaram na região em função disso, são várias fazendas que exploram a atividade agrícola no Cerrado, tanto produção de grãos, arroz, feijão, a soja e o milho, que é o carro chefe, principalmente a soja e também o milho e o algodão que já desponta em algumas áreas e pastagem também, porque na rotação de culturas o pessoal estão adotando bastante, então no período de entre safras ai... colocam na verdade o gado pra fazer o pasteio, coloca na verdade pra aproveitar não só pra cobertura do solo, mas também para uma atividade lucrativa, que é a produção de carne. Então eu vejo assim, vejo de forma muito positiva aqui na região tá... os

impactos negativos eles acontecem mas não é só do ponto de vista do agronegócio, a indústria também... Qual é a atividade econômica que não gera impacto ambiental? Então você vê hoje, um dos países mais desenvolvidos do mundo, os Estados Unidos, França, Alemanha... eles têm problemas seríssimos com isso, não vou dizer que o setor mais sólido da economia deles seja o agronegócio, tem vários outros setores mais fortes tem já problemas com poluição, não só como um todo de... tá certo? Então eu vejo assim, que o agronegócio em Uruçuí é muito importante devido ao surgimento de várias empresas e abertura de várias oportunidades de trabalho, aumento do poder aquisitivo das pessoas, das famílias... as pessoas têm liberdade pra hoje se dirigir ao mercado, pode ir a uma concessionário de moto, pode ir em concessionário de carro, fazer aquisições de bens que tem interesse e sempre sonhou em tê-lo, da casa própria, um exemplo. Nós somos um dos municípios que mais cresce aqui na região sul do estado junto com Bom Jesus. Então Uruçuí e Bom Jesus são os municípios que mais crescem e esse crescimento deles é em função do agronegócio, certo, do peso econômico que o agronegócio trouxe pra região. Aqui se você tivesse a oportunidade de visitar outros municípios circunvizinhos, você iria ver uma realidade totalmente diferente... Pra você ter uma ideia, o que o agronegócio faz pra geração de receita pro município de Uruçuí é uma coisa impressionante, uma coisa que torna município de Uruçuí com um poder e uma saúde financeira enorme. O município de Uruçuí realiza várias obras com recursos próprios, coisa que outros municípios não têm essa capacidade de realizar. Aqui o município de Uruçuí é o terceiro ou quarto município que mais arrecada ICMS... arrecada mais que Bom Jesus, acredito que arrecada mais que o dobro que Bom Jesus arrecada. Se Uruçuí arrecada três e meio, quatro milhões mensais de ICMS, Bom Jesus vai arrecadar aí um milhão e meio, dois milhões. Então é mais ou mesmo assim que funciona, então Uruçuí é um local de saúde financeira muito boa em função dos impostos que são pagos por várias empresas, pelas fazendas..." (Professor W.L, IFPI, campus Uruçuí, entrevista concedida em 2020).

Especificamente quanto à análise da mão de obra local diante das novas tendências do agronegócio globalizado, identificou três padrões de opiniões: a) otimistas, b) em desenvolvimento e c) críticas (Quadro 42).

O primeiro grupo enaltece a mão de obra local, sobretudo a especializada formada nas instituições de ensino locais e com destaque para uma suposta diminuição da importação de mão de obra especializada de outras regiões e estados. Um segundo grupo considera a mão de obra local como em processo de desenvolvimento, destacando o papel das instituições de ensino nesse processo de formação. Já o último grupo, com visões críticas, destacou a insuficiente de inserção da população local em postos de trabalho do agronegócio, sobretudo nos mais especializados, tendo ainda a necessidade de importação de profissionais de outras regiões e estados brasileiros.

Quadro 42: Análise da mão de obra local diante das novas tendências do agronegócio globalizado

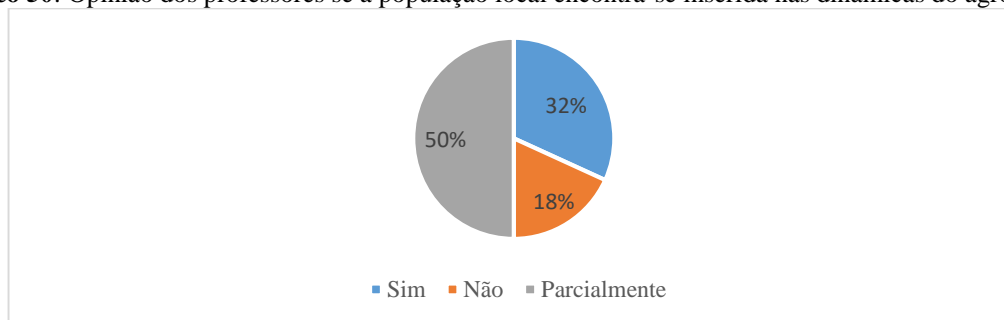
Tipos de visões	Exemplos de comentários/Depoimentos
Otimistas	“Creio que a mão de obra local tem conhecimento técnico suficiente para atender as demandas do agronegócio. Os docentes devem tentar preparar seus alunos, futura mão de obra, para as tendências do agronegócio”.
	“Esta tem sido cada vez mais específica e ao mesmo tempo abrangente. isso quer dizer que hoje é possível obter bons profissionais desde o mais simples e menos tecnicado ao mais alto padrão de profissional, não só com graduação mas com formação ao nível de mestres e doutores no próprio campus, nas principais áreas da agronomia como solos, fitotecnia, sanidade, entre outras”.
	“A mão-de-obra local está sempre em qualificação e atualização por compreender a demanda e competitividade do Agronegócio, dentro das possibilidades. Acredito que a importação de mão-de-obra tem diminuído progressivamente e consequentemente a maior inclusão dos profissionais locais qualificados”.
Em desenvolvimento	“A especialização da mão de obra tem aumentado”
	“A mão de obra local ainda não atende as tendências do agronegócio globalizado, pode-se afirmar que a mesma se encontra num momento de transição, onde devido a ação das entidades públicas de ensino (IFPI e UESPI), já se pode encontrar alguns profissionais formados na região que atuam de forma destacada no agronegócio”.
	“Ainda com deficiência na qualificação, mas em processo de melhoria”.
Críticas	“Olha, eu te digo que a população local é sim inserida, mas não é 100%, porque muita gente que trabalha no Cerrado... isso assim, eu tô te falando e eu não tenho dados disso, mas eu digo que com certeza que tem parte de pessoas da região, mas também gente de outras regiões, isso é notório. A universidade tem a cada tem dia colocado mais gente no mercado de trabalho, a gente vai nos dias de campo nas empresas e sempre encontra alunos recém-formados que atendendo essa demanda, mas eu acredito que, por exemplo, eu já fui em empresas daqui dão preferência, nem que dão preferência, mas eles contratam pessoas da região. A grande questão é que as pessoas daqui não atendem 100% ao agronegócio, tem muita gente de fora e eu acho que vai continuar tendo, porque como você falou, é globalizado. Essas vagas de emprego surgem na internet e todo mundo pode concorrer e quem tiver mais apto... mas assim, a universidade, a escola agrícola, tem formado e tem colocado muita gente no mercado, isso é notório. Até mesmo aqui na universidade, por exemplo, nós já temos alguns professores, como o diretor o Everaldo, ele é daqui de Palmeira do Piauí, fez mestrado e doutorado na ESALQ ³¹ e hoje ele é professor da universidade e vice diretor do campus, o irmão dele, o Gabriel, fez graduação aqui, mestrado aqui e doutorado na UNESP e hoje é professor lá em Teresina”.
	“Mão-de-obra pouco qualificada, empresas maiores priorizam profissionais de outras regiões”.
	“A mão de obra local, é bem deficiente, exceto quando se trata dos egressos do Campus que acabam se incorporando as empresas da cidade e das áreas circunvizinhas, na maioria das vezes. Ainda há muita gente vindo de outras regiões especialmente sul e centro oeste para trabalharem no agronegócio local. A meu ver não haveria necessidade de importação de mão de obra, porém, como o agronegócio na região é composto por grandes empresas, então estas preferem importar essa mão de obra mais especializada para atuarem na região. A população local se insere nas empresas em cargos menos habilitados, como cozinha e serviços gerais”.
	“Necessidade de maior qualificação. Ainda não é suficiente para atender a demanda que vem aumentando a cada dia”.
	“Cada dia mais excludente para os de pouca escolaridade. Para os de curso superior têm maiores chances de sucesso”.

Fonte: Questionário Online e Entrevistas.

³¹ Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz – Universidade de São Paulo (USP).

Somente pelo questionário online, 50% dos professores indicaram que a inserção da população local é parcialmente satisfatória, 32% considera que essa inserção é satisfatória e 18% como uma fraca inserção da população local na dinâmica de geração de emprego pelo agronegócio (Gráfico 50).

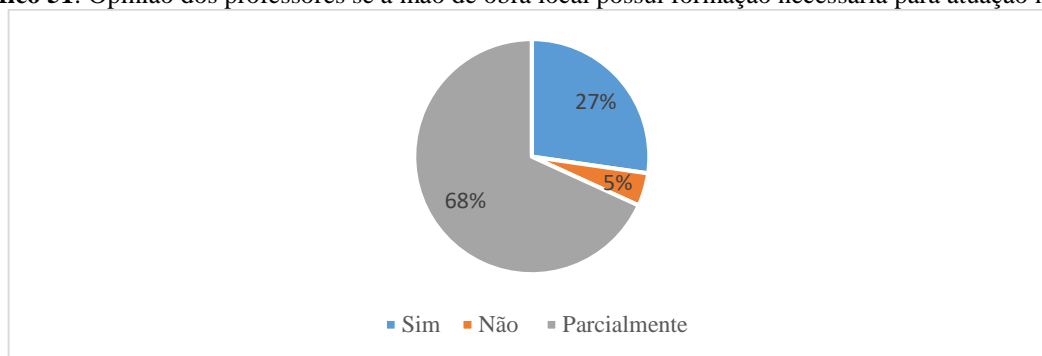
Gráfico 50: Opinião dos professores se a população local encontra-se inserida nas dinâmicas do agronegócio



Fonte: Questionário Online.

Grande parte dos professores considera que a mão de obra local possui parcialmente formação necessária para atuação no mercado de trabalho gerado pelo agronegócio (total de 15 professores ou 68%), outros 27% (6 professores) considera que a oferta de mão de obra especializada é satisfatória e apenas um (5%) considerou que não. (Gráfico 51).

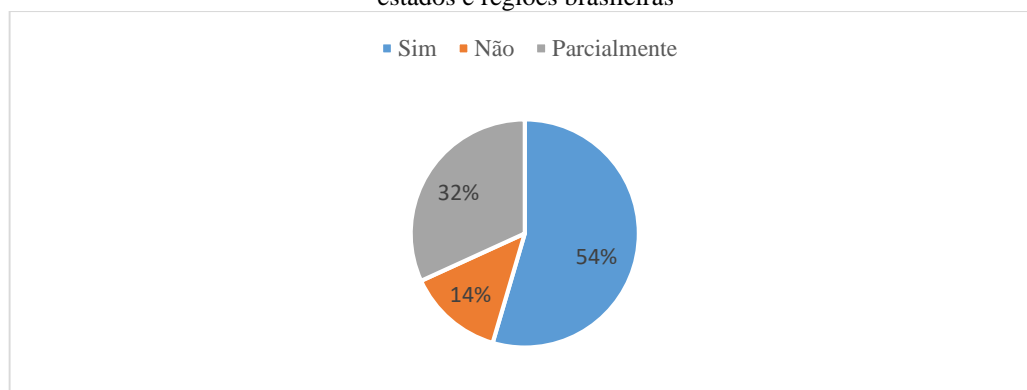
Gráfico 51: Opinião dos professores se a mão de obra local possui formação necessária para atuação na área



Fonte: Questionário Online.

Como já apontado no quadro 42, alguns professores do grupo de visões mais críticas da análise sobre a participação da mão de obra local no cenário do agronegócio destacaram a necessidade de utilização de mão de obra especializada de fora do Piauí pela carência desses profissionais na região. Quando questionados diretamente, 54% (12 professores) indicou que há a necessidade de importação de mão de obra especializada de outros estados e regiões brasileiras, 32% (7 professores) respondeu que essa necessidade é parcial e apenas 3 professores (14%) considerou que essa necessidade não existe (Gráfico 52).

Gráfico 52: Opinião dos professores se há necessidade de importação de mão de obra especializada de outros estados e regiões brasileiras

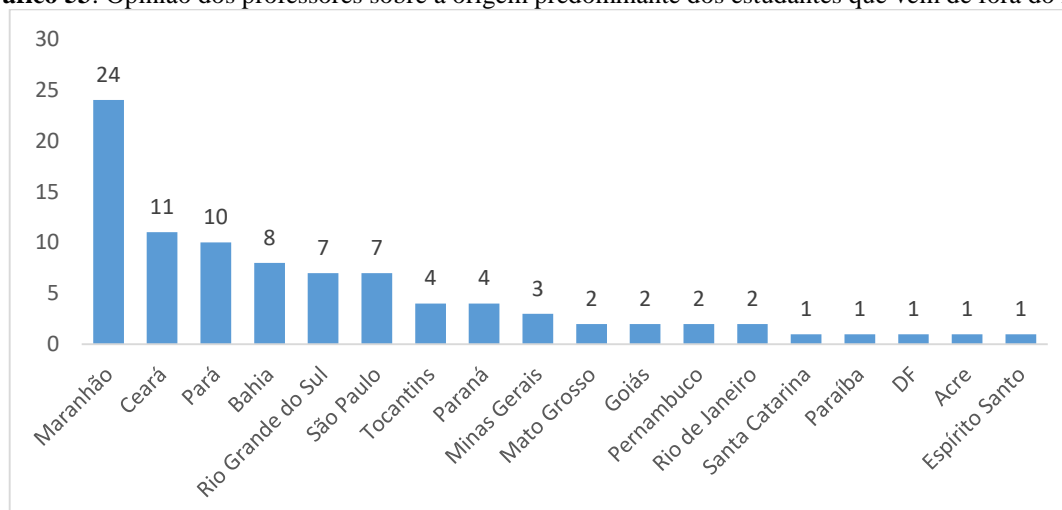


Fonte: Questionário Online.

A própria constituição dos discentes das três instituições de ensino, considerando as suas origens, já revela uma grande ocupação das vagas por estudantes de outros municípios fora da nossa área de pesquisa, seja de outros municípios piauienses localizados mais ao norte do estado, como de outros estados brasileiros, visto que quase metade dos estudantes é de fora do Piauí (71 discentes de 144 estudantes participantes).

Pelo gráfico 53 os professores apontaram os principais estados de origem dos seus estudantes, desconsiderando o Piauí, indicando o que já foi notado anteriormente: a maioria dos professores considerou o Maranhão como o principal estado de origem desses estudantes. No total foram citados 18 estados, demonstrando grande variedade. Outros estados bem citados foram o Ceará, Pará e Bahia.

Gráfico 53: Opinião dos professores sobre a origem predominante dos estudantes que vem de fora do Piauí



Fonte: Questionário Online e Entrevistas.

Chama a atenção que o Rio Grande do Sul e o Paraná também foram bem lembrados e para alguns professores isso se explica pela presença de filhos de agricultores, empresários e

trabalhadores sulistas instalados na região dos Cerrados Piauienses, como revela o professor A.R, do UFPI – CPCE:

“Depois do Enem ficou bem globalizado isso aí. Eu tenho aluno de São Paulo, todo início de semestre eu faço esse questionamento e todo semestre tem gente, por exemplo da região Norte, do Pará, do Acre, tem aluno de Minas, tem alunos de São Paulo, já tive aluno do Rio de Janeiro e assim por diante. Além disso tem o pessoal do Sul, do Paraná, do Rio Grande do Sul, que já veio com os pais por conta das lavouras, então aqui tem aluno de toda as regiões, de muitas regiões, na verdade... Espírito Santo...” (Professor A.M, UFPI – Bom Jesus, curso de Agronomia, entrevista concedida em 2020).

O professor e coordenador do curso de Agronomia da UFPI - CPCE, devido ao advento da pandemia de COVID-19, revelou a preocupação com o retorno presencial dos alunos devido justamente às origens desses estudantes:

“Quanto a isso aí, é fato que são de outras regiões, uma boa parte deles são do Maranhão, do Pará, do Ceará, uma parte significativa são de outros estados. Bom, a gente tem uma estimativa que 80% dos estudantes não moram na cidade de Bom Jesus como residência fixa, eles vem aqui durante o período das aulas e fim das aulas eles retornam pras suas cidades. Inclusive é uma preocupação nossa no retorno presencial (devido à pandemia), que a cidade não tem como suportar um surto de coronavírus com tantos alunos vindo de regiões distantes né... de outros estados, a gente tem estudantes de São Paulo, do Rio de Janeiro, são poucos, mas tem outros estudantes de outras regiões... do Rio Grande do Sul...” (Professor P.R.P, UFPI – Bom Jesus, Coordenador do curso de Agronomia, entrevista concedida em 2020).

Quanto ao contexto de Uruçuí, como já apontado, as instituições de ensino locais possuem um maior número de estudantes da própria região, como também de municípios maranhenses vizinhos, trata-se, portanto de uma realidade diferenciada, sobretudo no caso dos estudantes do IFPI, que possui como foco a formação técnica. Nesse sentido, como indica um professor do IFPI, grande parte desses estudantes é da própria região, apontando inclusive deficiências de aprendizagens como fruto da má formação na educação básica:

“A maior parte dos estudantes de nível médio são daqui mesmo, quanto ao nível superior, tem alunos de diversos municípios vizinhos e de outros estados tem, mas são muito poucos, então no nível médio normalmente como são alunos menores de idade, praticamente, chutando aqui, por volta de 80% dos alunos da própria cidade e aquele jeito que falei, normalmente não são engajados nos cursos oferecidos e a parte técnica. Os que vem de fora também não tem muita afinidade pelos cursos, mas os que não são de dentro da cidade, que vem de povoados mais próximos, esses sim são mais dedicados, porém, eles são de uma capacidade de conhecimentos teóricos muito baixos”. (Professor J.P, IFPI, campus Uruçuí, entrevista concedida em 2020).

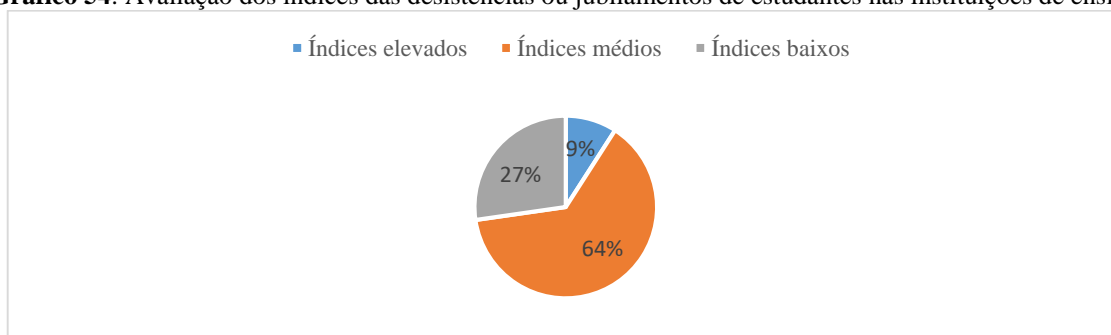
Em entrevista concedida, um dos técnicos agrícolas da Fazenda Colorado de Bom Jesus avalia positivamente a questão da inserção no mercado de trabalho dos técnicos agrícolas/agropecuários formados em instituições da região. Entretanto, confirma a questão da

pouca inserção de pessoas da região em cargos de confiança, como gerência, administração das fazendas e afins:

“Com certeza, são cargos de confiança, né, e que tocam a fazenda em si, pra falar a verdade. Assim, antes vinham muitos técnicos de fora, pela questão de monitoramento, primeiro porque a região aqui não tinha nenhuma escola técnica, na época, assim que começou. Mas hoje, eu acho que 50%, 60% são os técnicos daqui, tudo daqui da região do sul Piauí, talvez de algum estado vizinho, ainda vem um pouco ali de Barreiras, Bahia, mas técnico vindo do Mato Grosso são muito pouco, o que ainda vem de fora é... são a questão de gerente, porque aqui no sul do Piauí, vamos dizer, que ainda está engatinhando ainda o agronegócio, hoje temos o que? 20 anos. Então ainda vem muito gerente de fora, mas a maioria dos gerentes hoje, 50% já são daqui da região.” (Técnico Agrícola da Fazenda Colorado Agrícola, entrevista concedida em 2020).

Quanto às desistências e jubilações de alunos, uma boa parte dos professores considera que esses índices são medianos ou baixos e uma pequena parte considera como elevados (Gráfico 54).

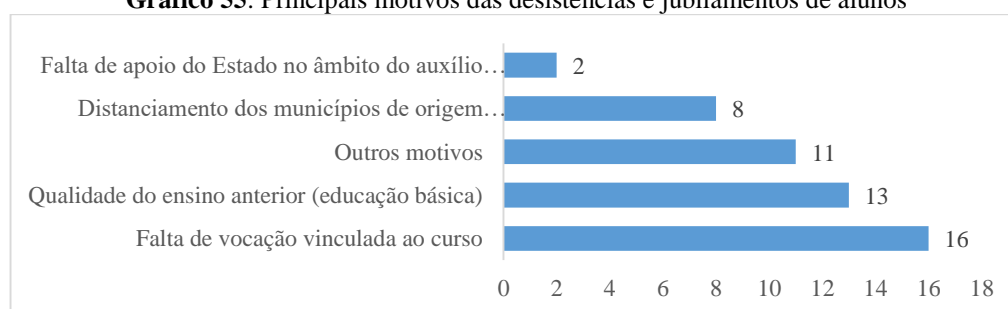
Gráfico 54: Avaliação dos índices das desistências ou jubilações de estudantes nas instituições de ensino



Fonte: Questionário Online.

Entre os principais motivos para desistências e jubilações, os professores destacaram a falta de vocação vinculada aos cursos escolhidos e fatores relacionados à formação anterior, na educação básica, e que teoricamente leva a dificuldades no cumprimento de disciplinas básicas dos cursos. O distanciamento do seu lugar de origem e a falta de apoio do Estado na questão do auxílio estudantil também foram pontos considerados (Gráfico 55).

Gráfico 55: Principais motivos das desistências e jubilações de alunos



Fonte: Questionário Online.

Quando questionou-se em relação ao processo de formação da mão de obra especializada, nota-se dois tipos de visões: as positivas e as críticas (Quadro 43). O grupo de professores com visão mais otimista enalteceram o papel das instituições de ensino no processo de formação de mão de obra especializada em razão da capacidade do corpo docente, a grade curricular, que privilegia algumas disciplinas de caráter mais prático através dos laboratórios e projetos, por exemplo.

As visões críticas evidenciaram algumas deficiências e carências desse processo de formação da mão de obra especializada, como o aumento da oferta de outros cursos direcionados ao mercado de trabalho do agronegócio. Além disso, alguns professores analisaram criticamente o pouco atendimento das reais necessidades dos povos locais, já outros indicaram fragilidades na infraestrutura dessas instituições e a falta de experiência de professores com a questão prática dentro das fazendas produtoras, o que de certa forma, dificulta de formação dos estudantes visando a atuação prática.

Quadro 43: Análise dos professores da questão da formação de mão de obra especializada

Tipo de Opiniões	Exemplos de depoimentos
Positivas	“Vejo com bons olhos uma vez que as instituições de ensino (IFPI e UESPI) pautam os seus cursos sempre associados as características inerentes à região. Por exemplo, o Campus Uruçuí/IFPI, possui os cursos de Bacharelado em Eng. Agrônômica, Téc. Agropecuária, Téc. Agronegócio, Téc. Agroindústria e a especialização em Agronegócio. Todos tendo como essência formação de recursos humanos capacitados a desempenharem atividades associadas ao agronegócio”.
	“O IFPI oferece cursos em consonância com as necessidades do Agronegócio local bem como as próprias fazendas produtoras oferecem treinamentos. Os alunos, de modo geral, são incentivados a buscarem se aperfeiçoar o máximo que puderem visando inserção no mercado de trabalho local do Agronegócio”.
	“No campus há uma boa formação para os discentes, temos um corpo acadêmico bem formado e empenhado na formação dos alunos”.
	“Os alunos egressos do CPCE/UFPI são muito bem preparados, com uma grade curricular equilibrada, recentemente reformulada, onde nos primeiros semestres recebem uma carga forte nos conteúdos básicos, como matemática, química, biologia celular, zoologia. Depois nas disciplinas formativas profissionalizantes. Vale informar que a grande maioria das disciplinas apresenta carga horária prática o que permite ao aluno confrontar o conhecimento teórico o que melhora o processo ensino aprendizagem. Essas práticas, na sua maioria são realizadas nos laboratórios e também nos polos produtivos através dos projetos e experimentos realizados no campus e também nas fazendas”.
Críticas	“Boa uma vez que há uma demanda muito grande de profissional. Porém, falta aumentar mais cursos voltado para o agronegócio para atender toda a demanda da região”.
	“Analiso como uma formação que não atende as necessidades dos povos locais. Fortalecendo todas as forças negativas do Agronegócio sob as povos vulneráveis.
	Ainda em desenvolvimento, carente de parcerias entre o público e o privado.
	“Reavaliemos constantemente a necessidade de alinharmos a formação dos nossos alunos para atenderem o Agronegócio local. Acredito que estamos tendo êxito apesar de muitas limitações no ensino, pesquisa e extensão, especialmente por falta de infraestrutura institucional. Porém, tentamos compreender as demandas para orientar na formação de um perfil profissional voltado para o Agro local, que no caso é baseado no cultivo de grandes

	culturas. Dessa forma damos ênfase nesta qualificação com aportes teóricos e práticos sobre o cultivo e manejo de culturas como soja, milho, algodão, etc.”
	“Em teoria ótima, porém, alguns professores que nunca trabalharam com o agro, somente são professores, desconhecem a realidade e as necessidades do mercado, ministram aulas da mesma maneira que aprenderem e não perceberam a mudança nos tempos, por exemplo, no mercado de trabalho se valoriza quem resolve problemas rapidamente e de maneira correta, buscando informações onde for possível, na escola se valoriza quem decora para passar na prova, não se ensina a utilizar as ferramentas como celular para busca, aplicativos ou nada disso na escola.”

Fonte: Questionário Online e Entrevistas Online.

No Caso do IFPI de Uruçuí, há um contexto diferenciado pela presença do ensino técnico, que para alguns professores, os estudantes não necessariamente buscam os cursos técnicos pela questão da afinidade com o agronegócio ou pela intenção de ser integrado ao mercado de trabalho nessa área, mas sim em decorrência da melhor qualidade do ensino praticado nessa fase da educação básica na instituição, no caso, o ensino médio, além da melhor estrutura física do IFPI se comparado às escolas municipais, sobretudo no caso dos estudantes do curso Técnico em Agroindústria, como apontam Rodrigues et al. (2017).

Um professor do IFPI-Uruçuí confirma essa hipótese, ao afirmar que uma parte considerável dos alunos está na instituição com o intuito de cursar o ensino médio e não necessariamente pela presença dos cursos técnicos. Além disso, detalha alguns desafios enfrentados pelo campus, como na falta de uma estrutura mais adequada para atividades de campo ou para execução de aulas e projetos com teor mais prático e direcionado às especificidades dos cursos.

“Eu acho que a gente ainda é muito incipiente na região com relação ao agronegócio. A cidade em si, visão minha, pelo menos relacionadas aos alunos, eles não têm muita vocação, não têm muita intimidade com essa questão do agronegócio. Quando eu faço questionários na turma, todo começo de ano, normalmente poucos alunos tem afinidade com os cursos, eles estão lá mais pela qualidade do ensino médio. Entretanto a gente sabe que o que dificulta muitas vezes a gente se expandir por lá é a questão que hoje nós temos dificuldades de locomoção, de levar os alunos para os lugares, pra eles conhecerem, pra eles se engajarem na atividade agropecuária e agrícola também, então eu acho que a gente fica um pouco a desejar nisso, tá? O nosso campus também por ser muito novo ainda carece de estrutura, carece de animais para demonstrações técnicas e isso não ajuda muito em promover nos alunos uma vontade de seguir o curso em agropecuária. Não é nem seguir o curso em agropecuária, porque a desistência não é tão grande assim, tá? (Professor J.P, IFPI- Uruçuí, entrevista concedida em 2020).

Rodrigues et al. (2017) evidenciaram através de questionários aplicados aos egressos dos cursos técnicos em Agropecuária e em Agroindústria do IFPI que há, de fato, uma contribuição da instituição para inserção desses alunos formados no mercado de trabalho do agronegócio, no entanto, com remuneração abaixo da média nacional. Essa inserção de egressos é mais intensa no curso Técnico em Agropecuária pela maior aproximação com o tipo de

agronegócio praticado na região. Entretanto, a modernização das atividades agrícolas afeta diretamente na pouca absorção da mão de obra, incluindo os profissionais técnicos.

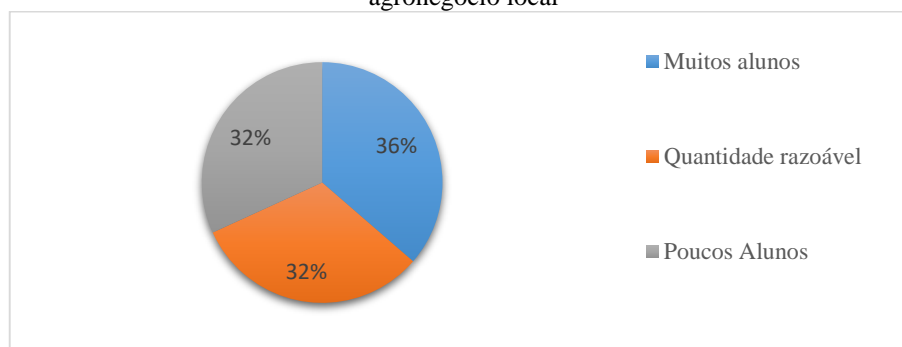
Praticamente todos os professores afirmaram que a sua instituição de ensino exige o cumprimento de estágio obrigatório. Nesse sentido, as parcerias com empresas e fazendas produtoras torna-se essencial, e, nesse ponto, também quase todos apontaram a existência dessas parcerias com agentes empregadores dos Cerrados Piauienses, especialmente para a realização de visitas técnicas e encaminhamento de estudantes para estágios obrigatórios e não obrigatórios.

Entre as fazendas parceiras citadas pelos professores estão: Celeiro Sementes, SLC Agrícola, Fazenda Cerrato, Fazenda Alvorada (Fretzens), Fazenda Cajazeiras, Fazenda Santa Bárbara, Fazenda Canel, Fazenda Progresso, Fazenda Nova Aliança, Fazenda Chapada do Céu, Fazenda Santo Graal, ABC Agrícola, Grupo Insolo, Fazenda Campo Verde, Fazenda São João, Fazenda Campo Belo e Fazenda Nossa Senhora de Fátima.

Referente às empresas agrícolas e redes agroindustriais, foram citadas: Bunge Alimentos, Plantec, Risa Misturadora, John Deere Jaraguá, Valtra, Massey Ferguson, CHS, Terra Arada, Fitoagro, Tim Mack, Oilema Sementes e Agrex do Brasil. Foram citadas ainda prefeituras das cidades do agronegócio, a Associação Brasileira de Produtores de Soja do Piauí (Aprosoja) e outras instituições de ensino como agentes com parceriais no âmbito da formação e integração com o mercado de trabalho local, além do apoio ao ensino e pesquisa.

Em termos de inserção de egressos dos cursos especializados do agronegócio, para 8 professores (36%) há uma inserção satisfatória, 7 professores (32%) consideram que há inserção razoável e para 7 professores (32%) há pouca inserção de egressos, ou seja, um cenário bem dividido quanto à análise da capacidade de inserção dos ex estudantes nas empresas e fazendas produtoras da região (Gráfico 56).

Gráfico 56: Opinião dos professores quanto à inserção dos egressos no mercado de trabalho vinculado ao agronegócio local



Fonte: Questionário Online.

Pelos depoimentos de professores a respeito da inserção dos egressos, notou-se dois tipos de visões: os com uma visão positiva do processo e outros com uma visão mais crítica. As visões mais otimistas apontam para uma satisfatória inserção dos egressos em fazendas produtoras e empresas agrícolas. Um desses professores fala da experiência em encontrar ex alunos atuando formalmente em empresas e fazendas da região (Quadro 44).

Já as visões críticas indicam para a fraca inserção e pela atuação em setores diferentes da formação dos egressos, ou ainda, no caso do IFPI - Uruçuí, do baixo engajamento e inserção dos técnicos no mercado de trabalho local, já que muitos seguem outras carreiras ou dão prosseguimento em cursos superiores vinculados ao agronegócio, sobretudo no curso de Agronomia.

Quadro 44: Depoimentos de alguns professores sobre o processo de inserção dos egressos no mercado de trabalho do agronegócio piauiense

Tipo de visão	Exemplos de depoimentos
Positiva	“Sim. Os alunos que se formam na instituição, são inseridos no mercado de trabalho local do agronegócio após formados”.
	“Tem sido sim. Não todos, lógico, cada um vai pra um lado, né... tem alguns que fazem pós graduação aqui ou fora, alguns infelizmente não seguem carreira, mas temos alunos da universidade trabalhando em empresas e fazendas da região.”
	“Eu participei de todas colações da agronomia, desde a primeira e eu pude observar até quando não tinha nenhum profissional formado no campus na região e agora como eu participo muito das atividades do agronegócio aqui na região em dias de campo, a gente começa a perceber a diferença né?... eu fico muito feliz quando eu participo em um dia de campo vejo dezenas dos meus alunos com uniformes das empresas e vem conversar comigo, contar o que estão fazendo. Então é uma satisfação muito grande porque a gente vê que nosso trabalho vem produzindo muitos frutos. Hoje a gente vê que é evidente que a participação dos profissionais da engenharia agrônômica formada no campus é muito grande dentro da região e não só aqui como fora. Eu tenho contato com alunos que estão trabalhando em outros estados”.
Insuficiente	“Alguns alunos ao concluírem, conseguem ser inseridos ao mercado de trabalho, mas a grande parte, finda trabalhando em outros setores, por necessidades particulares, visto que as empresas não comportam tanta mão-de-obra.”
	“Os técnicos agrícolas são inseridos, só que assim, não na mesma proporção dos egressos de agronomia.”
	“No ensino técnico integrado e concomitante, uma parcela sim, porém, a grande maioria inicia os estudos universitários, trilhando carreiras das mais diversas. Ainda não formamos turmas do curso de Agronomia”.
	“Com relação ao curso de agronomia, ainda não formamos a primeira turma, então não tem esse conhecimento, com relação aos alunos do nível médio, pouquíssimos, eu particularmente me lembro de dois, mas eu não fico acompanhando se eles estão conseguindo ou não trabalhar na área, a maioria dos nossos alunos, terminam o nível médio e os que gostam da área técnica normalmente vão fazer agronomia na escola, eles não vão pro campo, é isso que eu tenho observado”.
	“Parte dos alunos (diria que acima de 50% são absorvidos pelas empresas ou por propriedades rurais no entorno da região”.

Fonte: Entrevistas Online.

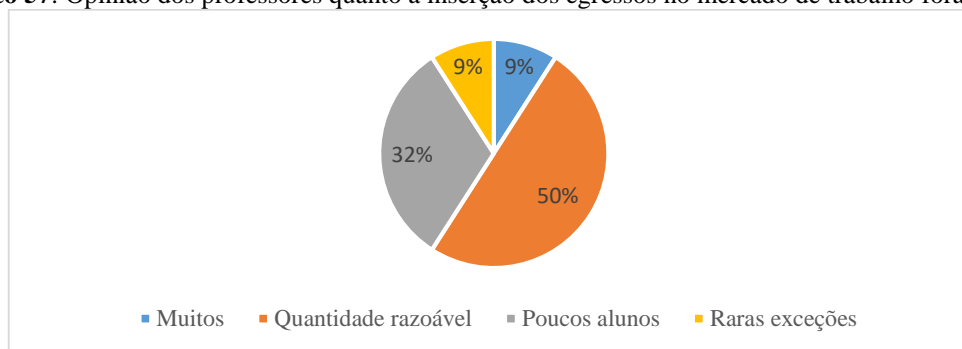
Para outra parte dos professores, a inserção de mão de obra especializada de pessoas de outros estados é um processo natural de uma região que há alguns anos atrás não possuía

instituições de ensino superior e técnico engajadas na formação e preparação dessa mão de obra específica. Nesse sentido, pelo fato do agronegócio piauiense ser relativamente recente, há tendências de melhorias na questão da inserção dos egressos formados na própria região, como aborda um professor do IFPI - Uruçuí-PI:

“Eu acredito que a mão de obra é mais qualificada pra atender essa demanda e que tivemos uma vinda bem considerável de vários funcionários da área aqui na região sul do Piauí, em Uruçuí mais especificamente ao longo dos anos, porém, essa realidade ela tende a mudar a partir de agora. Vários cursos de agronomia de Uruçuí, tipo da UESPI aqui que já tem mais de 10 anos, não sei exatamente, aí surgiu o da UFPI lá em Bom Jesus, aí surgiu esse do IFPI o qual eu sou docente da área de agronomia. Então a realidade tende a mudar, tipo, na época que eu estudava eu não tinha amigos e referências que trabalhassem na região como engenheiro agrônomo, hoje eu... eu como egresso daquela turma de 2013, os meus colegas tem como referência eu como professor universitário do Instituto Federal... ‘ah, o meu colega de sala, meu colega de turma, o Wallace, é professor do IFPI da área de agronomia, professor do curso Técnico em Agropecuária’. Da mesma forma eu tenho essa referência no mercado de trabalho local na área privada, eu tenho vários colegas que trabalham aqui na área, que trabalham aqui na região, que dependendo de alguma demanda, de alguma coisa que eu preciso ou informação interessante ou aquisição de algum produto, eu sei exatamente a quem procurar, um exemplo... se eu precisar de fato fazer alguma indicação de algum discente, orientando, para realização de algum estágio, eu terei mais de uma possibilidade e opção que eu posso consultar pra eu ver se é possível ou não, hoje! Hoje, né? Então se eu fizer uma analogia desde o início do processo aqui na região e hoje no cenário atual, essa realidade já mudou bastante e ainda tem algumas carências porque, vamos dizer assim, é um complexo que o agronegócio montou, então há uma necessidade de profissionais de várias especialidades, específicos...” (Professor W.L, IFPI- Uruçuí, entrevista concedida em 2020).

Entretanto, apesar das melhorias no processo de inserção de egressos dos cursos direcionados ao agronegócio, há ainda uma visão carregada de um certo preconceito, taxações e rotulações com a mão de obra local por parte de uma leva de agricultores e empresários sulistas que possuem certa resistência na inserção de mão de obra especializada formada na região, sobretudo no caso de egressos com origem piauiense.

Entre os egressos dos cursos vinculados ao agronegócio, há ainda a presença de uma parcela que passa a atuar fora do Piauí, até mesmo porque uma parte considerável deles é originária de outros estados brasileiros e opta por pleitear vagas em suas ou outras regiões. Metade dos professores considerou como uma inserção razoável, 7 professores (32%) consideram que poucos egressos são inseridos, já para 2 professores são raros os casos de ex alunos inseridos, mesma quantidade considera que poucos egressos são inseridos nesse tipo de mercado fora do Piauí (Gráfico 57).

Gráfico 57: Opinião dos professores quanto a inserção dos egressos no mercado de trabalho fora do Piauí

Fonte: Questionário Online.

Pelo breve contato com os estudantes, notou-se a questão da insegurança após formados, pois parte dos empregadores exige a comprovação de experiências profissionais anteriores, o que confirma que é um mercado bem segmentado e fechado, onde os egressos precisam, de fato, estabelecer contatos, buscar a realização de estágios sob quaisquer condições para tentar comprovar alguma experiência, o que torna esse processo precarizado e difícil para alguns desses egressos.

Até mesmo quem já atua na área, como um dos agrônomos da Produtécnica de Bom Jesus, assistente técnico da empresa, reconhece algumas das dificuldades dos egressos para entrarem no mercado de trabalho local do agronegócio, resultantes da preferência dos agricultores e empresários sulistas em empregar pessoas de confiança da sua própria região, no entanto, indicando que esse cenário de maior inserção da mão de obra especializada vem melhorando gradualmente:

“Minha avaliação de mão de obra daqui do Estado do Piauí é assim: boa parte do pessoal tá se formando, muita gente tá se formando bem, porém, de certa forma, o mercado aqui do Piauí, Bom Jesus do Piauí, Uruçuí, do sul do Piauí de forma geral não consegue absorver todos esses profissionais e muitas vezes todos esses profissionais estão sendo formados aqui acabam conseguindo oportunidades em outros estados. Nessa questão de cargos mais altos, que o pessoal prefere o pessoal lá da sua terra, lá do Sul e tudo mais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, por aí, muitas das vezes vai por questão realmente de experiência profissional, porque querendo ou não, você quando sai da universidade, você tem uma formação, você sai como bacharel em engenharia agrônômica, porém, você não tem todo aquele traquejo de campo. Aí você precisa adquirir isso ao longo do tempo, entrando como assistente, entrando como auxiliar de um engenheiro agrônomo responsável que no caso é o gerente da fazenda para que você consiga outros cargos, porém, o que tenho observado na minha rodada, em várias regiões, é que isso tá mudando, tem muito gerente que é da Bahia, tem muito gerente que é daqui do próprio Piauí, que acaba se destacando na função e acaba atingindo a função de gerente. Sim, a grande maioria é do Sul, porém, esse cenário vai tá sendo mudado, tem muita fazenda grande que tem muitas pessoas que foram formadas aqui no Piauí e de certa forma se destacaram dentro da fazenda ou na empresa e conseguiram atingir altos cargos”. (Agrônomo assistente técnico da empresa Produtécnica, entrevista concedida em 2020).

Assim sendo, a partir da análise dos dados e informações das amostras dos estudantes e professores participantes do questionário online e das entrevistas é possível realizar ao final dessa seção alguns apontamentos, características marcantes, entre outros aspectos:

a) Uma grande parte dos estudantes e professores universitários é de fora do Piauí. O que, de certa forma, aumenta a população das cidades do agronegócio piauiense e impacta diretamente em um cenário diferenciado no contexto regional, como na procura maior por aluguéis, no aumento da oferta de mão de obra barata, já que uma parte desses estudantes precisa ingressar no mercado de trabalho local para complementação de renda e custeamento de despesas. A presença dos professores de outras regiões diversifica ainda mais o cenário de migrantes para essas cidades que já são alvo de muitos sulistas em busca de terras e emprego.

b) As instituições de ensino superior e técnico das cidades do agronegócio piauiense vem contribuindo, de fato, para a maior oferta de mão de obra especializada na região, no entanto, uma parte considerável dos egressos possui grandes dificuldades para entrar nesse competitivo mercado de trabalho.

c) As instituições de ensino superior e técnico possuem parcerias com empresas e fazendas produtoras da região, no entanto, sem uma intensidade desejável para estes estudantes e professores. Os discentes possuem um contato insuficiente com as fazendas produtoras da região.

d) A alta rotatividade de professores nas instituições de ensino, sobretudo devido à falta de adaptação à realidade local, impacta negativamente em projetos executados pelas instituições de ensino e no estabelecimento de parcerias com empresas e fazendas produtoras da região.

e) Muitos dos professores universitários, apesar de possuírem formação direcionada às ciências agrárias, possuem uma visão mais crítica do agronegócio praticado na região, baseado na monocultura e uso intensivo das terras, com visões mais aguçadas em torno das questões ambientais e nos impactos produzidos sobre os povos locais, como na exploração e precarização do trabalho, entre outros aspectos.

f) E como já havíamos destacado na seção 5, a visão dos professores e dos estudantes confirma que a inserção de profissionais especializados da própria região ainda é insuficiente, pois parte dos agricultores e empresários opta por empregar profissionais com maior experiência de sua própria região ou de outras áreas produtoras do Brasil, como do Centro-Oeste, apotando para uma visão precocitosa em relação à mão de obra especializada da própria região.

Dessa forma, as informações referentes aos estudantes e professores universitários evidenciam a grande ligação das três instituições de ensino com o agronegócio globalizado, com irrestrito apoio do Estado, focado principalmente em ampliar a oferta de mão de obra especializada na região, tendo as cidades do agronegócio como ponto de apoio e representativas dessa atividade hegemônica.

Nesse sentido, a partir da análise do papel das redes agroindustriais no cenário regional, da instalação de novos agentes econômicos nas cidades do agronegócio e as transformações da economia urbana e do papel das instituições de ensino técnico e superior, tivemos uma clara visão das transformações no âmbito do trabalho, com os mesmos padrões verificados no trabalho agropecuário, como no processo de precarização da mão de obra, o caráter temporário dos postos de trabalho e os discursos de defesa e enaltecimento do agronegócio. Nesse sentido, fica evidente as intensas transformações e novas dinâmicas no mercado de trabalho na região dos Cerrados Piauienses. Cabem, portanto, algumas considerações e reflexões finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com a temática do trabalho foi um grande desafio em razão do seu caráter complexo, multifacetado e de base conceitual e bibliográfica densa. Entretanto, essa aproximação com uma parte da Geografia do Trabalho permitiu um novo olhar sobre a sua potencialidade e a importância do tema trabalho no âmbito dos estudos geográficos.

Pelo atual contexto da economia brasileira focada na desindustrialização, tendo o setor do agronegócio produtor de *commodities* como carro chefe e colocando/idealizando o Brasil como celeiro do mundo, há um terreno fértil para a reprodução e acumulação de capitais, sobretudo de agentes hegemônicos, como empresas transnacionais e nacionais. No entanto, o avanço da fronteira agrícola pelo país, com ocupação de extensas áreas dos cerrados e mais recentemente de partes da Amazônia, potencializa um conjunto interminável de impactos sobre o meio ambiente e populações locais, com inúmeros desdobramentos no âmbito do trabalho.

Nesse sentido, a presente tese abordou inicialmente a importância do trabalho nas análises geográficas e como elo para o entendimento da reestruturação produtiva do capital, tendo como pressupostos a adoção do modelo toyotista de produção, impondo amplas reconfigurações no mundo do trabalho e na classe que vive do trabalho, como na intensificação do trabalho, flexibilização e afrouxamento dos direitos trabalhistas, a plasticidade do trabalho, na exigência por trabalhadores dinâmicos e capazes de aceitar qualquer tipo de emprego, contratações pautadas no caráter temporário e sazonal, o desemprego estrutural, o incremento do trabalho informal e do ingresso precarizado e flexibilizado da mulher no mercado de trabalho, entre outras tantas mudanças e características.

Nesse sentido, as leituras sobre a temáticas do trabalho permitiram entender, por exemplo, o papel de centralidade da análise territorial do trabalho, não referente apenas à distribuição do trabalho pelos territórios, como também nas intencionalidades, amarras e estratégias de agentes hegemônicos, sobretudo no caso das empresas agrícolas e de agricultores com grande poder de investimento.

Em uma segunda etapa da pesquisa, abordou-se a configuração do MATOPIBA, realidade que a região dos Cerrados Piauienses integra, ou seja, essa porção territorial piauiense faz parte dessa nova realidade socioespacial e de regionalização ancorada no agronegócio globalizado. Evidenciou-se que os quatro estados dessa região passam por intensas reconfigurações econômicas e sociais. Internamente há uma diferenciação do nível de desenvolvimento do agronegócio, com destaque absoluto para o oeste baiano e tendo o sul

maranhense e piauiense como terrenos para expansão dessa atividade, sobretudo no caso dos Cerrados Piauienses, o que indica preocupações com possíveis impactos decorrentes.

O MATOPIBA é fruto de um invencionismo regional a partir de discursos de defesa dos novos dinamismos econômicos que os agentes hegemônicos levariam para essa região, tendo a questão da geração de emprego e renda como um dos “escudos” do agronegócio. Entretanto, no âmbito regional, o MATOPIBA representa ainda um espaço de pobreza, miséria e de intensas desigualdades socioespaciais. O agronegócio vem para potencializar velhas características e contradições e gerar uma gama de novos efeitos perversos, como no aumento das desigualdades regionais. No âmbito da distribuição do trabalho agropecuário formal, nota-se grande concentração no oeste baiano em razão da presença de grandes grupos e empresas agrícolas e pelo protagonismo de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no contexto regional. Assim, o oeste baiano comanda o agronegócio no MATOPIBA.

Os Cerrados Piauienses passaram por um intenso processo especulativo entre as décadas de 1970 e 1980 através de supostos projetos de reflorestamento a partir do caju. No entanto, os pretensos investidores apenas aproveitaram e angariaram fortes incentivos do Estado na disponibilização de terras, de empréstimos, subsídios e financiamentos bancários, em sua maioria sem ressarcimento, formando um complexo e extenso mercado de terras na região.

Depois da década de 1990 esses primeiros “investidores” dão lugar a uma leva de agricultores sulistas que passam a encarar os Cerrados Piauienses como possibilidade para expansão do agronegócio. A partir desse período, houve aumento dos índices produtivos, tendo a soja como principal produto deste agronegócio. Com a chegada de novos agentes, como grupos empresariais do agronegócio e de uma extensa rede de estabelecimentos pertencentes às redes agroindustriais, com destaque para a atuação da Bunge Alimentos no cenário regional, houve o incremento do trabalho agropecuário formal.

Entretanto, apesar do dinamismo econômico, não há tantos motivos para exaltação do agronegócio e dos novos postos de empregos gerados, pois surgiram inúmeros processos contraditórios no âmbito do trabalho, sobretudo porque os novos empregos são centrados principalmente naqueles com menos exigência de especialização profissional, ou seja, do trabalho braçal, além do aumento da precarização do trabalho, seletividade e contradições a partir da geração de um novo perfil de trabalho, confirmando uma das nossas hipóteses.

As redes agroindustriais possuem um importante papel na modernização agrícola e na constituição de uma economia urbana focada no consumo produtivo agrícola, sobretudo nas cidades do agronegócio, com incremento do trabalho nesse setor. Além disso, evidenciou-se o

papel das instituições de ensino superior e técnico em atendimento ao setor agrícola, incumbidas na formação da mão de obra especializada.

Com a entrada do agronegócio na região, cria-se uma grande expectativa de geração de emprego e de riqueza por parte da população local, sobretudo por ser uma região com grande oferta de mão de obra barata e com taxas de pobreza e desigualdades expressivas. No entanto, o modelo de agronegócio implementado na região possui alta tecnificação, ou seja, há a utilização de capital intensivo na produção das *commodities*, sobretudo com utilização de um amplo pacote tecnológico, como máquinas agrícolas, implementos, agrotóxicos, sementes transgênicas e outros aparatos tecnológicos-produtivos. Ademais, os cargos gerados são segmentados em diferentes agrupamentos: aqueles altamente precarizados, com baixas remunerações e sem a necessidade de especialização funcional, os cargos que exigem qualificação profissional e formação técnica ou superior e ainda os cargos de gerência e administração das fazendas produtoras.

É inegável que um dos impactos que o agronegócio produz é a geração de emprego no cenário regional, entretanto, entendendo especificamente quais as características dos novos empregos, chega-se à conclusão de que estão concentrados no período das safras e pelo caráter de precarização, exploração e intensificação do trabalho. A partir disso, nota-se os preceitos do toyotismo na realidade pesquisada, como no trabalho coletivo, plasticidade do trabalho, a polivalência dos trabalhadores, contratações conforme demanda, além do não cumprimento de direitos trabalhistas, sobretudo no caso dos trabalhadores informais. Assim, as fazendas produtoras optam pela contratação de trabalhadores capazes de exercer mais de uma função e com disposição para realizar diferentes tarefas do dia a dia das fazendas e empresas, tanto no âmbito dos profissionais especializados, como no caso dos não especializados.

Assim, alguns trabalhadores oferecem sua força de trabalho temporariamente ou permanentemente ao longo do ano, estes em menor número. Entretanto, o mercado de trabalho agropecuário não é capaz de absorver o volume de mão de obra ociosa e grande parte dos trabalhadores locais fica à margem das benesses de emprego e renda a partir do agronegócio.

Na verdade, o agronegócio cria falsas expectativas e intensifica ilusões em torno do discurso da geração de emprego e renda, de um pretense desenvolvimento da região dos Cerrados Piauienses, já que ele se dá em maior volume nas cidades do agronegócio locais, sobretudo no âmbito dos serviços e comércio, permanecendo as velhas lógicas da não formalização da mão de obra e das contratações temporárias e inseguras. Confirmando, dessa forma, nossa segunda hipótese.

Entre alguns dos novos contextos está a alta rotatividade dos trabalhadores – poucos conseguem cargos um pouco mais duradouros; além da grande mobilidade dos profissionais especializados em diferentes fazendas produtoras da região. Observa-se ainda o processo de terceirização de alguns serviços e atividades das fazendas, como refeições, manutenção de máquinas e equipamentos, segurança, consultoria agrícola, etc.

O agronegócio se constitui como uma atividade integrada aos mercados globais, no entanto, ainda é possível identificar o trabalho escravo em algumas fazendas produtoras dos Cerrados Piauienses, comprovado através dos dados de trabalho escravo da CPT de 2012 a 2020 e dos depoimentos dos trabalhadores informais, especialmente os catadores de raízes, em grande parte com utilização de mão de obra não formalizada e para realização de tarefas extenuantes. Com isso, fica evidente que há ainda, mesmo que em menor escala, a existência de um trabalho altamente precarizado, mesmo diante do aumento da formalização da mão de obra local e das fiscalizações vinculadas ao MTE.

Como forma de sintetizar outras características e tendências no mercado de trabalho originado pelo agronegócio, cita-se as seguintes questões:

- a) A presença de mecanismos de controle ao trabalhador, como priorização por profissionais que fiquem longos períodos nas fazendas produtoras, por isso a preferência por trabalhadores migrantes em rede, ou seja, disposto e entregue aos preceitos das fazendas produtoras e empresas agrícolas;
- b) A valorização dos trabalhadores migrantes em detrimento aos trabalhadores locais. O preconceito e resistência aos trabalhadores locais (especializados e não especializados). O choque cultural entre o sulista e o piauiense; a rotulação preconceituosa do trabalhador piauiense, tachado de preguiçoso, lento e descompromissado. Muitos profissionais especializados de fora do Piauí ocupando cargos – tanto daqueles que vieram ao Piauí por conta das universidades públicas locais, como de profissionais já formados em outras regiões;
- c) As condições das estradas revelam-se problemas tanto para os agricultores como também para o deslocamento dos trabalhadores, com constantes acidentes durante esse percurso. Há ainda o aumento dos acidentes de trabalho decorrentes do contato dos trabalhadores com ferramentas ou aparelhos pesados e pela falta e utilização inadequada dos EPIs;
- d) Aumento do fluxo de trabalhadores que residem nas cidades e trabalham no campo ou ainda, em menor número, de trabalhadores que residem na zona rural e trabalham nas cidades;

- e) Aumento das contratações de trabalhadores volantes da agricultura e de trabalhadores gerais da agropecuária, em sua maioria mal remunerados. Precarização das relações de trabalho também na esfera dos trabalhadores especializados;
- f) As redes agroindustriais exercem um importante papel no atendimento às demandas do agronegócio globalizado, especializando em algumas cidades e dotando-as de novos papéis urbanos, como no caso de Bom Jesus e Uruçuí, gerando também novos postos de emprego, no entanto, com os mesmos preceitos das fazendas produtoras, como na contratação de profissionais especializados de fora da região ou de egressos das universidades locais, sobretudo com origem de outras regiões.
- g) Apesar das instituições de ensino superior e técnico das cidades do agronegócio contribuírem para o aumento da oferta da mão de obra especializada, não necessariamente transformam-se em oportunidades de emprego para esses profissionais, sobretudo no caso dos profissionais especializados da própria região.

A expansão do agronegócio na região do sul do Piauí reforça as transformações no trabalho, com incremento do trabalho assalariado, com novas tendências e formas de contratações, como o trabalhador safrista – aquele trabalhador contratado especificamente no período das safras –, além dos prestadores de serviços pontuais, como pedreiros, catadores de raízes e trabalhadores volantes da agropecuária, como também de trabalhadores especializados, como agrônomos e técnico agrícolas.

Nos trabalhos de campo ficou evidente a existência de trabalhadores permanentes nas fazendas, sendo a maioria dos entrevistados contratados dessa forma, no entanto, com alta rotatividade. As profissões permanentes mais comuns são: operador de máquinas, caseiros, administradores e auxiliar administrativo, agrônomos, técnicos agrícolas, gestão de recursos humanos, entre outros. Os novos postos de trabalho e funções exemplificam mudanças na divisão social e técnica do trabalho, intensificando o processo de especialização, segmentação e fragmentação do trabalho.

Há segmentação da mão de obra também na economia urbana associada ao consumo produtivo agrícola, pois os gerentes e proprietários, em sua maioria, possuem origem sulista e aqueles cargos menos especializados ocupados por trabalhadores locais, com ocupação dos cargos mais especializados por trabalhadores que vem de fora do Piauí, formados nas próprias universidades locais, como também com formação em universidades de fora da região.

A mobilidade do trabalho é intensa, como consequência da oferta de mão de obra, pelo teor dos empregos no setor agropecuário, como no caráter temporário, pela presença de profissionais de fora de região, e que muitas vezes prioriza o retorno à sua terra quando surgem

oportunidades. Nesse contexto, são migrações forçadas, tanto dos trabalhadores que vem de municípios próximos, como daqueles de outros estados brasileiros e que ocupam cargos especializados e não especializados.

Pela análise das cidades do agronegócio piauiense observou-se dinamismo dos setores de comércio e serviços associados ao agronegócio globalizado, como também aqueles indiretamente associados – do consumo consumptivo, resultante do aumento populacional das cidades. As pequenas e médias empresas absorvem uma parte considerável da mão de obra local, no entanto, com precarização das relações de trabalho, informalidade, baixas remunerações, exploração do trabalhador e contratação de mão de obra temporária.

Em relação aos estabelecimentos que compõem as redes agroindustriais, há uma carência de mão de obra com um mínimo de especialização profissional, como de conhecimentos técnicos de informática, por exemplo, obrigando as redes agroindustriais a contratarem profissionais formados nas universidades locais ou de trabalhadores de outras regiões, diversificando o mercado de trabalho das cidades do agronegócio piauiense.

Nesse caso, torna-se imprescindível o questionamento da especialização funcional dessas cidades e da formação de uma região produtiva no sul piauiense, tendo em vista que o conjunto de municípios e centro urbanos se tornam vulneráveis às possíveis crises no setor agropecuário e flutuações nas dinâmicas internacionais de um agronegócio amplamente ligado aos preceitos do mercado externo, sobretudo da China e de países desenvolvidos.

Nesse sentido, cabe o questionamento se estamos trilhando um caminho saudável para alcance do desenvolvimento. Certamente não. Este modelo está fadado ao fracasso, sobretudo pelo contexto de extermínio da riqueza material e imaterial das populações locais, em severos e intensos impactos ambientais, e, sobretudo, na intensificação e precarização do trabalho.

A mudança do modelo de geração de emprego passa por decisões políticas em favor da classe trabalhadora. Nesse sentido, cabe ao Estado promover alterações significativas em relação aos privilégios concedidos ao modelo de agronegócio implementado em diferentes regiões, como nos Cerrados Piauienses.

Espera-se, portanto, que alguns dos assuntos trabalhados na tese possam contribuir para futuros estudos, pesquisas, trabalhos acadêmicos, relatórios e documentos oficiais. A entrada do agronegócio nos Cerrados Piauienses, a cada dia, gera inúmeros desdobramentos sociais, políticos, econômicos e culturais, impactando diretamente nas bases e configurações do mercado de trabalho local. Têm-se, nesse caso, uma realidade que está em constante reconfiguração, desafiando o pesquisador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB' SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 2. Ed. São Paulo: Ateliê Educacional, 2003. p. 115-135.
- ALMEIDA, J. G; SODRÉ, R. B; MATTOS JUNIOR, J. S. O MATOPIBA nas chapadas maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na microrregião de Chapadinha. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 248-271, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses do Mundo do Trabalho**. Campinas- SP: Cortez, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Idéias**, Campinas-SP, ano. 9- 10, n.1, p. 13-24, 2003b.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho- Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2003a.
- ALVES, V. E. L. Modernização agropecuária e urbanização na região de cerrados do Centro Norte do Brasil: as novas dinâmicas urbanas no oeste da Bahia. In. ALVES, V. E. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p.227-268.
- ALVES, V. E. L. A presença das grandes empresas do agronegócio nos cerrados nordestinos: o caso da Bunge Alimentos no sul do Piauí. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, p. 241-261, 2012.
- ALVES, V. E. L. Os cerrados piauienses e sua nova lógica de reprodução capitalista. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.) **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 235-258.
- ALVES, V. E. L. Barreiras/Luiz Eduardo Magalhães (BA), Balsas (MA), Uruçuí/Bom Jesus (PI): as novas cidades para ao agronegócio nos cerrados nordestinos. **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveria-** Presidente Prudente, 12p., 2005.
- ARAÚJO, G. C. C; OLIVEIRA, N. B. Centro-Oeste Brasileiro: alguns semióforos do Planalto Central. **Revista Pluritas**, v.1, n.1, p.28-45, 2016.
- ARAÚJO, M. R. S; MORAES, M. D. C. Cerrados Piauienses: de Espaço Natural a Espaço Construído. **III Encontro da ANPPAS**. 23 a 26 de Maio de 2006, Brasília-DF.
- ARAÚJO, T. B. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena et al. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1993.
- BENKO, Georges. A Emergência de um novo sistema produtivo. In: _____ **Economia, Espaço e Globalização**. São Paulo, Hucitec: Annablume, p.131-151, 2002.
- BERNARDES, J. A. Modernização agrícola e trabalho no Cerrado brasileiro. **Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica**, 28 de maio a 1 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/juliaad.htm>>. Acesso em: jul. 2017.

BEZERRA, J. E. **A fruticultura irrigada no Nordeste semiárido**: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. 376 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

BEZERRA, J. E. Trabalho e Identidade no Sertão Nordestino: caminhos da transposição do Rio São Francisco. **Revista Pegada**. Presidente Prudente (SP), v.11, n.1, p. 77-91, junho, 2010.

BEZERRA, J. E; ELIAS, D. Difusão do trabalho agrícola formal no Brasil e sua dinâmica multiescalar. **Investigações Geográficas, Boletín Del Instituto de Geografía, UNAM**. Cidade do México, n.76, p.104-117, 2011.

BEZERRA, J. E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista NERA**. Ano 12, nº. 14. p. 112-124. Jan/Jun, 2009.

BEZERRA, J. E; GONZAGA, C. L. O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas. **Revista Nera**, Presidente Prudente-SP, v.22, n.47, p.46-63, 2019.

BRASIL. Confederação Nacional da Indústria (CNA). **PIB do Agronegócio**. Brasília, 2021.

BRASIL. Embrapa Territorial. **GeoMatopiba: Inteligência Territorial Estratégica para o Matopiba**. Campinas, 2020. Disponível em: [https:// www.embrapa.br/geomatopiba](https://www.embrapa.br/geomatopiba) . Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio – Brasil 2019/20 a 2029/30 – Projeções de Longo Prazo**. Brasília, 2020.

BRASIL. Decreto nº 8.447 Nº 8.447, de 6 de maio de 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Mapitoba e a criação de seu Comitê Gestor. **Diário Oficial da União Brasília**, DF, 7 mai. 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=07/05/2015>. Acesso em 07 mai. 2015.

BRASIL. **Caracterização territorial estratégica do MATOPIBA**. Embrapa-GITE. Campinas- SP fev, 2015. Disponível: https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150211_MATOPIBA_v3.0_website.pdf. Acesso em 04 jul., 2019.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: Globalização e fragmentação**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 191-197.

CARRAMILLO, R. P. O processo de financeirização de terras no Brasil: MATOPIBA como alvo do capital transnacional. **Blog em Outras palavras**, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/CgLOD4>. Acesso em 20 jul., 2019.

CARVALHAL, M. D. O trabalho e a dinâmica territorial do capital. **Revista Pegada**. Presidente Prudente (SP), v.9, n.1, p. 125-137, junho, 2008.

CARVALHO, J. T.; OLIVEIRA, A. R. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista Nera (UNESP)**, v. 24, p. 28-55, 2021.

CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia, Editora UFG, 2016.

CASTILLO, R. **Exportar alimentos é a saída para o Brasil? O caso do complexo Soja**. In: ALBURQUERQUE, Edu Silvestre (Org.). *Que país é esse?* São Paulo: Globo, 2005, p. 283-307.

CATAIA, M; SILVA, S.C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.3, n.1, 2013.

CORREA, R.L. Algumas considerações sobre a Análise Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n.4, p. 47-52, 1987.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**, 2020.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**, 2019.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**, 2018.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**, 2017.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**, 2016.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**, 2015.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**, 2014.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**, 2013.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**, 2012.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social- Pobreza, Empregos, Estado e o Futuro do Capitalismo**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **Geosp**, v. 25, n. 2, e-182640, ago. 2021a.

ELIAS, D. O alimento-mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v.41, p. 1-35, 2021b.

ELIAS, Denise. Construindo a noção de Região produtiva do agronegócio. In: Oliveira, HCM; CALIXTO, MM; SOARES, BR (Org.). **Cidades Médias e região**. SP: Cultura Acadêmica, p. 19-55, 2017.

ELIAS, Denise. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional do Brasil. In: **Colóquio Internacional de Geocrítica**, nº12, 2012, Bogotá.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. In: **XIV Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro – RJ, 2011.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre espaços agrícolas de exclusão. In: **Revista NERA** (UNESP), Presidente Prudente (SP), v.1, n.8, p. 29-51, 2006a.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **R.B Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, maio, p. 25-39, 2007.

EMBRAPA. **MATOPIBA: Caracterização do quadro agrário**. Campinas, SP, 2014.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, 2015.

FAVARETO, A; NAKAGAWA, L.; KLEEB, S.; SEIFER, P.; PÓ, M. Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v.22, n.47, p.348–381, 2019.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola no Brasil. In: **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, vol. 17, 2013. Disponível em: <http://confins.revues.org/8153?lang=pt#quotation>. Acesso em: 21 Set. 2015.

FREDERICO, Samuel. O novo tempo do cerrado. **Expansão dos Fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

FREDERICO, S.; BÜHLER, E.A. Capital financeiro e a expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. In: ALVES, V.E.L (Org.). **Modernização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, p.199-226, 2015.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v.22, n.47, p. 230-247, 2019.

FURTADO, P. C. C. G; ALVES, V. E. L. Investimentos chineses, reestruturação produtiva e transformações no espaço agrário do Bioma de Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA). **Revista OKARA: Geografia em debate**, vol. 14, n.2, p. 473-492, 2020.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. v. 31, nº 1. 1969. p. 5-25.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. **Revista NERA**, Presidente Prudente (SP), ano 18, nº.28, p. 32-67, 2015.

GOMES JUNIOR, E. **Fronteira e reestruturação produtiva na Amazônia brasileira (2003-2013): um estudo sobre a mudança na hierarquia urbana do município de Araguaína (TO) na Amazônia oriental**. Campinas, SP: [s.n], 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. In HAESBAERT, Rogério. **Revista Antares**. Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**. n. 17, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede-regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 4, jan./jun.1998. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_5_haesbaert.pdf. Acesso em: 01 fev. 2013.

HARVEY, David. A Globalização contemporânea. In _____ **Espaços de Esperança**. São Paulo, Loyola, p. 79-103, 2004.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004b.

HARVEY. D. **Condição Pós- Moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HORTA, C. A. C. Escala espacial e Geografia: pela transposição da região. **Revista GEOgrafias**, v. 9, p. 87-103, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas Territoriais do Brasil – Divisão Regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, 202 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

INOCÊNCIO, M. E; CALAÇA, M. Fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, p. 1-16, 2009.

OLIVEIRA, A. U. “A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro”. In: CARLOS, Ana Fani A. (org). **Novos Caminhos da Geografia**. 5ª Ed. São Paulo, Contexto, 1999, p. 62-106.

LEAL, M. N. **Agronegócio da soja no Piauí: região do fazer produtivo**. 2013. 294 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2013.

LEAL, M. N.; FRANÇA, Vera L.A. Reestruturação da produção agrícola e organização do espaço agrário piauiense: o agronegócio da commodity soja. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.30, n.2, p. 13-28, jul./dez. 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAPBIOMAS.ORG. **Projeto MapBiomass – Coleção 5.0 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em 10 jul. 2021.

- MATHIAS, M. Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz)**, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/pE1qIv>. Acesso em: 30, junho, 2019.
- MARTINS, R.C. Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira. *Agrária*, São Paulo, n.4, p. 165-184, 2006.
- MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S.. Territorialização do Agronegócio nas áreas de cerrado. In: PORTUGUEZ, Anderson P.; MOURA, Geruza Gonçalves e COSTA, Rildo A.(Org.). **Geografia do Brasil Central: Enfoques teóricos e particularidades regionais**. Uberlândia: Assis, 2011. p. 235-264.
- MARX, K. Trabalho estranhado (Extrato). **Idéias**, Campinas-SP, ano. 9- 10, n.1, p. 455-472, 2003.
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457p. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A modernização agrícola e os impactos sobre o trabalho. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v.3, 16p. 2002.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MONTEIRO, M. S. L. **Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária**. 2002. 250f. Tese (Doutorado em economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- MORAES, G. L. A pesquisa quali/quantitativa em geografia: múltiplos métodos para o caso de Timor-Leste. In: Pessoa, V. L. S. Rückert, A. A; RAMIRES, J. C. L. Org. **Pesquisa qualitativa: Aplicações em Geografia**. Porto Alegre, 2017. 548p
- MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: MOREIRA, Ruy. **Formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica à Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro, Consequência, 2012.
- MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira. **A reestruturação industrial e espacial do estado do Rio de Janeiro**. Niterói, NERET/NEGT/GECCEL – UFF. 07-28, 2003.
- MOREIRA, Silmara Oliveira; SANTOS, Janio. Mobilidade e plasticidade do trabalho: reflexões teóricas. **Revista Pegada**. Presidente prudente, v.19, n.3, p-319-346, 2018.
- MOTA, Leonardo de Araújo. Capitalismo contemporâneo, Desigualdades Sociais e Crise de 2008. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 1 (1), p. 51-64, out, 2013.
- PAULINO, E. T.. Agricultura e tecnificação: notas para um debate. **Agrária (São Paulo. Online)**, v. 1, p. 3-19, 2006.
- PEREIRA, C.N.; PORCIONATO, G.L; CASTRO, C.N. Aspectos socioeconômicos da região do MATOPIBA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v.18, p.47-60, 2018.

PESSÔA, V. L. S. Tempos e Espaços da pesquisa qualitativa: Um diálogo. In: VARGAS, M. A. M; SANTOS. D. L. (Org.). **Tempos e espaços da pesquisa qualitativa**. Aracaju: Criação, 2018. 354 p.

PESSÔA, V. L. S. O Cerrado, antes dos “inhambus, das juritis, das seriemas” agora do agronegócio? In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MARAFON, Gláucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro (org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2013.

PIAUÍ. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO. **Piauí em números**. Teresina: CEPRO, 2019. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/202001/CEPRO24_45c78f659a.pdf. Acesso em: 19 de ago. 2021.

PIAUÍ. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO. **Produto Interno Bruto dos municípios (Apresentação) – Piauí 2018**. Teresina, CEPRO, 2020. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/202012/CEPRO16_483d1fe25c.pdf. Acesso em: 20 de jul. 2021.

PIAUÍ. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO. **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí, PDS – 2050, Produto 9**. Teresina, CEPRO, 2015.

PIAUÍ. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO. **Identificação das potencialidades econômicas e áreas carentes de qualificação de mão de obra no Estado do Piauí, 2007**. Teresina, CEPRO, 2007.

POCHMANN, Márcio. Desenvolvimento Capitalista e divisão do trabalho. In: _____ **Reestruturação Produtiva- Perspectivas de Desenvolvimento Local com Inclusão Social**. Petrópolis, RJ, Vozes, p.15-61, 2004.

PIZARRO, R. E. C. *O agronegócio e a produção do espaço da Região de Planejamento Sudoeste Goiano*. 2017. 347p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PRAGANA, R. B. **Caracterização pedológica e diagnóstico da qualidade de solos sob plantio direto na Serra do Quilombo, Sudoeste Piauiense**. Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011. 159p. (Tese de Doutorado).

PREVITALLI, F. Controle e resistência do trabalho na reestruturação do trabalho na reestruturação produtiva do capital. **Idéias**, Campinas-SP, ano. 9- 10 (1), p. 329-354, 2003.

RAMOS, H. R. D; PESSÔA, V. L. S. Encontros e desencontros das informações: O caminho metodológico da pesquisa. In: Pessoa, V. L. S. Rückert, A. A; RAMIRES, J. C. L. Org. **Pesquisa qualitativa: Aplicações em Geografia**. Porto Alegre, 2007. 548p.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Especulação com terras na região do MATOPIBA e impactos socioambientais**. 2020.

REGALA, Raisia Maria de Sousa. A legalização nefasta dos venenos no Brasil: agrotóxicos, sementes transgênicas e riscos à saúde. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 73-96, set.-dez., 2021.

REYDON, Bastiaan Philip; MONTEIRO, Maria de Socorro Lira. A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária. In: REYDON, Bastiaan Philip; CORNÉLIO, Francisca Neide Maemura (Org.). **Mercados de Terras no Brasil - Estrutura e Dinâmica**. Brasília: NEAD, 2006, p. 95-121.

ROCHA NETO, J.M; BORGES, D. F. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. In: ROCHA NETO, João Mendes e BORGES, Djalma Freire. **Revista Brasileira de Administração Pública**. Rio de Janeiro. 2011.

RODRIGUES, M. A; FERNANDES, R. S.; SANTOS, D. S.; LIMA JÚNIOR, C. A.; SILVA, E. G. Repercussão dos cursos técnicos no IFPI na inserção de egressos no mercado de trabalho: um estudo do campus de Uruçuí. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 14, n. 26, p. 1532-1540, 2017.

RUFO, T. F; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. Modernização agrícola nos cerrados piauienses: novas dinâmicas socioespaciais e transformações urbanas em Bom Jesus e Uruçuí. **Revista Equador (UFPI)**, vol. 5, n. 4, p. 164-186, 2018).

RUFO, T. F. **A inserção dos cerrados piauienses na dinâmica da agricultura moderna do Brasil Central: transformações na rede urbana do Sudoeste do Piauí**. 288 f. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro-DF, 2015.

RUFO, T. F. **Modernização Agrícola no Sudoeste Piauiense: impactos na rede urbana regional, no meio ambiente e comunidades**. 129f. (Monografia), Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro-DF, 2013.

RUFO, T. F; ARAÚJO SOBRINHO, F. L; ARAÚJO, G.C.C. A região do MATOPIBA: Modernização agrícola, dinâmicas e transformações urbanas, em especial os cerrados piauienses. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.37.n.3, p. 243-260, 2019.

RUFO, T. F.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. O processo histórico de formação territorial do Estado do Piauí e as transformações recentes na Mesorregião do Sudoeste Piauiense. **Espaço & Geografia**, vol. 18, n.1, p. 121-160, 2015).

SANTANA, A. A. Trabalho Escravo Contemporâneo rural na Bahia. **XIII ENANPEGE**, São Paulo, 11p., 2013.

SANTANA, A. T; MENDONÇA, M. R. Geografia e Trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais. **Revista Pegada**. Presidente Prudente (SP), v. 10, n.2, p. 1-13, dezembro, 2009.

SANTOS, C. D. Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano. **GeoTextos**, Bahia, v. 12, n. 1, p. 157-181, 2016.

SANTOS, C. C. M. Matopiba: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de “Cerrados”? **Revista Crítica de Humanidades**, n. 245, p. 570-600, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19ª Ed.- Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. Os processos Socioeconômicos da Urbanização. In: _____ **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 3. ed., 2010.

SANTOS, Milton. O circuito inferior, chamado “setor informal”. Por que?. In. _____ **Pobreza Urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 3. Ed., 2009.

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, M. A. **Economia Espacial.** São Paulo: EdUSP, 2003, p.187-202.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo:** HUCITEC, 1999.

SANTOS, Milton. O espaço e seus elementos- questão de método. In: _____ **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, p.5-58, 1985.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo. Como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: _____. **Economia espacial.** Críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, p.153-167, 1979.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 345 p., 1979.

SANTOS, M.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo, Editora Record, 474 pp, 2001.

SANTINHA, G. O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re) construindo ideias dominantes. **Revista Eure**, vol. 40, n.119, p. 75-97, 2014.

SILVA, M.A.M. Se eu pudesse, quebraria todas as máquinas. **Idéias**, Campinas-SP, ano. 9- 10 (1), p. 25-64, 2003.

SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. São Paulo: **GEOUSP- Espaço e Tempo**, nº19, p. 81-91, 2006.

SIQUEIRA, Hipólita. Aspectos estruturais da dinâmica regional brasileira e o referencial analítico da Divisão Inter-regional do Trabalho. In: _____ **Desenvolvimento Regional Recente no Brasil.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

SOUZA, G. V. A. O desempenho das férias do agronegócio no MATOPIBA: consumo produtivo para o campo moderno. **Ateliê Geográfico.** Goiânia, v.13, n.3, p.29-54, 2018.

SOUZA, Suzane Tosta et al. A categoria trabalho na ciência geográfica: o contexto do pensamento crítico. **Revista Pegada.** Presidente Prudente (SP), v. 17, n.1, p.286-309, julho, 2016.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura geográfica. **Revista Pegada.** Presidente Prudente (SP), v. 3, 20 p. out. 2011.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A Geografia do mundo do trabalho na viragem no século XXI. **Geosul**. Florianópolis (SC), v.19, n.37, p.7-26, jan./jun. 2004a.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente (SP), v.5, n.1 e 2, p. 9-29, nov., 2004b.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. **Revista de Geografia**, ano IX, n.17, janeiro-junho de 2003. Dourados/UFMS, 2003. p. 15-22.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Por uma Geografia do Trabalho. **Pegada**, v.3, número especial, agosto de 2002. Presidente Prudente (SP), CEGeT, 2002.

TVBRASIL. **Inauguração da Ponte de Santa Filomena/PI – Alto Parnaíba/MA**. YouTube, 20 mai. 2021 (1h17mi). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HSmAox9uovk>. Acesso em 17 de jun. 2021.

WHITACKER, D. C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITACKER, Dulce C.A. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Wenceslau: Letras à Margem, 2002, p. 115-120.

Zhong, Y. et al. **NASA Making Earth System Data Records for Use in Research Environments (MEaSUREs) Global Food Security-support Analysis Data (GFSAD) Cropland Extent 2015 South America 30 m V001**. NASA EOSDIS Land Processes DAAC, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5067/MEaSUREs/GFSAD/GFSAD30SACE.001>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM TRABALHADORES (ESPECIALIZADOS, NÃO ESPECIALIZADOS E GERENTES) E PROFESSORES

A- Profissionais com qualificação

Nome do trabalhador: _____ Empresa/Fazenda: _____

- 1) Qual cargo desempenha na empresa e quais as funções desempenhadas? Além disso, o seu vínculo é formal ou informal, fixo ou temporário (sazonal)?
- 2) Qual sua formação? Em qual instituição se formou e qual estado de seu nascimento? Há quanto tempo reside no Piauí, caso venha de fora?
*Caso o profissional especializado seja do Piauí, entrar no questionamento: como analisa a mão de obra especializada vinda de fora? Como caracteriza a mão de obra local frente às mudanças empreendidas pelo agronegócio globalizado?
- 3) Quais são suas perspectivas de crescimento profissional dentro e fora da empresa?
- 4) Qual o seu local de residência e a composição familiar? Mora na zona urbana ou zona rural? Além disso, como funciona o seu sistema de folgas?
- 5) Como avalia as suas condições de trabalho?
- 6) Faz parte de algum sindicato?
*Caso o profissional seja originário do Piauí, entrar nos detalhes quanto as atividades desempenhadas pelos seus membros familiares (Alguma atividade rural?)?
- 7) Em quais municípios/cidades já trabalhou?

B- Profissionais sem qualificação

Nome do trabalhador: _____ Empresa/Fazenda: _____

- 1) Qual cargo desempenha na empresa e quais as funções desempenhadas? Além disso, o seu vínculo é formal ou informal, fixo ou temporário (sazonal)?
- 2) Qual estado de seu nascimento? Há quanto tempo reside no Piauí, caso venha de fora?
- 3) Já havia trabalhado de carteira assinado? Quanto tempo de atuação na empresa? *Em caso de vínculos formais.
- 4) Quais são suas perspectivas de crescimento profissional dentro da empresa?
- 5) Qual o seu local de residência e a composição familiar? Mora na zona urbana ou zona rural? Além disso, como funciona o seu sistema de folgas?
- 6) Possui algum filho ou filha estudante universitário? Se sim, qual curso e em qual instituição?
- 7) Desempenha alguma atividade complementar? Caso more na zona rural, possui terras próprias e quais os cultivos possui em suas terras?
- 8) Como avalia as suas condições de trabalho? Dorme no local de trabalho? Sistema de refeições, etc...
- 9) Em quais municípios/cidades já trabalhou?

C- Proprietários, gerentes ou administradores

Nome do trabalhador: _____ Empresa/Fazenda: _____

- 1) Qual cargo desempenha na empresa e quais as funções desempenhadas?
- 2) Quais são os locais de atuação da empresa e o histórico da mesma na região? Em quais municípios ou estados você fiscaliza ou acompanha?
- 3) Quais são os postos de trabalho existentes na empresa?
- 4) Quantos funcionários a empresa possui?
- 5) Como avalia a mão de obra local frente às novas exigências do agronegócio na região?
- 6) Como avalia as condições de trabalho atuais dos seus funcionários?
- 7) Quais empresas considera dominantes no segmento do agronegócio na região?
- 8) Quais os principais desafios enfrentados pela empresa na região dos cerrados piauienses?

- 9) Qual estado de seu nascimento? Há quanto tempo reside no Piauí, caso venha de fora? Mora na zona urbana ou rural?

Professores

Nome: _____ Instituição: _____

- 1) Qual a sua origem? Estado e município de nascimento.
- 2) Qual curso e grau de formação e quais cursos de pós graduação já cursou?
 - Caso o professor venha de outro estado: Qual foi o motivo que o trouxe ao Piauí? Expectativa por melhor remuneração?
 - Caso não seja da cidade, há tempo reside no município e por qual motivo mudou-se para a cidade.
- 3) Há quanto tempo trabalha na instituição de ensino?
- 4) Em qual curso ministra aulas na instituição? Quais disciplinas leciona?
- 5) Já trabalhou em outras universidades ou outros campus na cidade? E fora dela? Alta rotatividades?
- 6) Na sua opinião, a sua instituição possui estreita ligação com o agronegócio? Justifique.
- 7) Como analisa a participação do agronegócio na economia local e regional? Quais impactos produzidos pelo agronegócio na cidade e região?
- 8) Como analisa a mão de obra local frente às novas tendências do agronegócio globalizado? Essa mão de obra tem formação na área ou não? Há necessidade de importação de mão de obra de outros estados e regiões? A população local se encontra inserida nas dinâmicas do agronegócio? Explique.
- 9) Na sua opinião, qual a origem predominante dos estudantes desta instituição?
- 10) Como analisa a questão da formação de mão obra especializada com foco no agronegócio local?
- 11) A instituição de ensino exige o cumprimento de estágio obrigatório por parte dos alunos em fazendas e/ou empresas da região? Como funciona essa questão?
- 12) A instituição de ensino possui alguma parceria com empresas agrícolas da região? Há alguma articulação entre prefeituras, empresas, representações do agronegócio e a instituição onde leciona?
- 13) Os alunos que se formam na instituição, são inseridos no mercado de trabalho local do agronegócio após formados? E durante a graduação ou curso técnico há estágios remunerados ou voluntários? Obrigatórios ou não obrigatórios?
- 14) Com avalia os índices de desistências, jubilamentos e reprovações de alunos desta instituição? É possível que a direção disponibilize esses dados?

ANEXO B – LINK DOS QUESTIONÁRIOS ONLINE (PROFESSORES, ESTUDANTES E TRABALHADORES ESPECIALIZADOS)

Questionário aos trabalhadores especializados:

Disponível em: <https://forms.gle/zDL8HEsLFD6RwQxv8>

Questionários aos professores universitários:

Disponível em: <https://forms.gle/YMeWQ6RD1fR6LTre6>

Questionário aos estudantes universitários:

Disponível em: <https://forms.gle/bDkcaqX3jRpBYeP7A>